

**CATÓLICOS E POLÍTICA NA CRISE DO LIBERALISMO:  
O PERCURSO DE ANTÓNIO LINO NETO (1873-1934)**

**João Miguel Furtado Ferreira d'Almeida**

**Tese de Doutoramento em História,  
Especialidade em História Contemporânea**

**Julho, 2013**

**CATÓLICOS E POLÍTICA NA CRISE DO LIBERALISMO:  
O PERCURSO DE ANTÓNIO LINO NETO (1873-1934)**

**João Miguel Furtado Ferreira d'Almeida**

**Tese de Doutoramento em História,  
Especialidade em História Contemporânea**

**Julho, 2013**



## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas  
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

João Miguel F. d. Almeida

Lisboa, 31 de Julho de 2013.

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a  
designar.

O orientador,

F. I. R.

Lisboa, 17 de Julho de 2013.



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Doutor em História, especialidade em História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica do Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio



## AGRADECIMENTOS

Esta tese é devedora da troca de ideias, das críticas e do apoio de muitas pessoas a quem desejo expressar o meu reconhecimento.

Começo por agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando Rosas, a sua disponibilidade e comentários críticos.

O Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa foi para mim um importante espaço de reflexão sobre o papel do religioso na História portuguesa contemporânea. O Prof. Doutor António Matos Ferreira incentivou-me na investigação histórica e muito devo às pistas e à prática de reflexão que encontrei junto dele e do Prof. Doutor Paulo Fontes. Em trabalhos de investigação relacionados com a temática da minha tese de doutoramento beneficiei do trabalho de outros investigadores: Mestre Sérgio Ribeiro Pinto, Mestre Rita Mendonça Leite e Mestre Marco Silva. Um agradecimento especial é devido ao Dr. José António Rocha pelo apoio logístico que prestou à realização destes trabalhos.

A História do catolicismo português só faz sentido como uma vertente da História da sociedade portuguesa. O meu trabalho de investigação foi enriquecido pelas sugestões e reflexões de diversos investigadores ligados ao Instituto de História Contemporânea. Agradeço ao Prof. Doutor Ernesto Castro Leal, à Doutora Maria Alice Samara, à Mestre Ana Catarina Pinto e à Doutora Ana Paula Pires. À Doutora Rita Almeida de Carvalho agradeço a disponibilidade e a amizade.

Ao Prof. Doutor Luís Salgado de Matos uma palavra de agradecimento pelas sugestões para identificar e aproveitar como fonte o material iconográfico.

Uma tese de doutoramento em História não é possível sem a consulta de fontes. Muito devo a arquivistas. Quero expressar o meu agradecimento ao Dr. Luís Lima, o organizador metódico do Arquivo António Lino Neto; ao mestre Jorge Revez, que comigo empreendeu uma primeira abordagem ao espólio do professor António Lino Neto; à Dra. Margarida Sérvulo Correia, que me disponibilizou a correspondência entre o padre Neves Correia e António Lino Neto, ainda antes de ser publicada; ao Dr. Ricardo Aniceto e à Dra. Teresa Ponces do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Agradeço também a Albano Martins, do INE, os esclarecimentos sobre o papel de António Lino Neto nos serviços de estatística em Portugal.

Para compreender a personalidade de António Lino Neto foi para mim importante o testemunho de sua filha, Maria Matilde de Mendonça Lino Neto Sampaio Maia, a quem devo uma palavra de agradecimento sincero pela sua enorme disponibilidade. Agradeço a D. Manuel Clemente o interesse por este estudo e os contactos que me proporcionou.

Diversas pessoas me apoiaram para levar até ao fim este projecto, cujas dificuldades não resultaram só dos problemas de consulta de fontes, interpretação e escrita. Agradeço a Agostinho Ferreira d'Almeida, Maria Leónia Ferreira d'Almeida, Maria Cristina Clímaco, José Leitão e Maria de Lurdes de Albuquerque. A apresentação do texto final da tese é devedora do contributo luminoso da Prof. Doutora Filipa Afonso.

À Ana Teresa Clímaco Leitão devo mais do que podem as palavras. Nomeio aqui o interesse, os comentários críticos, as implacáveis revisões de texto. Ao nosso filho, Rodrigo Miguel, também muito devo, apesar de ele não o saber e precisamente por não o saber.





# **CATÓLICOS E POLÍTICA NA CRISE DO LIBERALISMO: O PERCURSO DE ANTÓNIO LINO NETO (1873-1934)**

**João Miguel Furtado Ferreira d'Almeida**

**Palavras-chave:** António Lino Neto, Centro Católico Português, Igreja Católica, catolicismo político, Estado português.

**Resumo:** A presente tese analisa o pensamento e acção de um dirigente católico, António Lino Neto (1873-1961), no contexto das relações entre o Estado português e a Igreja Católica na crise do liberalismo iniciada na última década do séc. XIX e que conhece um desfecho com a instauração do Estado Novo na década de 1930.

A intervenção pública de António Lino Neto é contextualizada nas fases políticas que o Estado português atravessa ao longo da crise do liberalismo: monarquia constitucional, I República, ditadura militar e Estado Novo. As dinâmicas políticas católicas em Portugal são abordadas tendo em consideração a evolução política nacional, as relações Igreja Católica/Estado e as mudanças de orientação dos pontificados de Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI.

António Lino Neto foi um homem institucional: professor catedrático de economia política desde 1908 e presidente do Centro Católico Português de 1919 a 1934. No período da República do pós Grande Guerra foi um protagonista do catolicismo político que procurou secundarizar a questão do regime, distinguindo entre a obediência aos poderes constituídos e a crítica à legislação injusta. Foi perdendo relevância no contexto da emergência de um poder autocrático que, em regime formal de separação entre Estado e Igreja, reconhecia o valor social do catolicismo e se entendia directamente com uma hierarquia católica cujo poder sobre a organização eclesiástica foi reforçado ao longo do período em análise.

**Keywords:** António Lino Neto, Centro Católico Português, Catholic Church, political Catholicism, Portuguese State

**Abstract:** This thesis analyses the thought and action of a catholic leader, António Lino Neto (1873-1961), within the context of the relationships between the Portuguese State and the Catholic Church, during the crisis of liberalism, which started in the last decade of the 19<sup>th</sup> century, and ended with the establishment of the New State in the 1930s.

The public intervention of António Lino Neto is framed within the political periods that the Portuguese State went through, throughout the crisis of liberalism: constitutional monarchy, First Republic, military dictatorship, and the New State. The Catholic political dynamics in Portugal are issued, taking into account the national political evolution, the relations between the Catholic Church and the State, as well as the changes of direction occurring at the pontificates of Leo XIII, Pius X, Benedict XV, and Pius XI.

António Lino Neto was an institutional man, full professor of political economics since 1908, and president of the Centro Católico Português, from 1919 to 1934. In the period of the post-world war Republic, he held a leading role in the political Catholicism, which endeavoured to put in second place the question of the regime, by distinguishing the obedience towards the ruling powers from the criticism of unjust legislation. Gradually, António Lino Neto lost his relevance within the context of the emergence of

an autocratic power that, under formal separation between State and Church, recognized the social value of Catholicism, and that got along with a Catholic hierarchy whose power over the ecclesiastical organization was strengthened during the period under consideration.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<i>História e biografia</i> .....	2
<i>Os conceitos de catolicismo político e crise do liberalismo</i> .....	8
<i>Da monarquia constitucional à República</i> .....	12
<i>A ditadura militar</i> .....	14
<i>O movimento católico na crise do liberalismo</i> .....	15
<i>António Lino Neto – originalidade e representatividade de um percurso</i> .....	24
<i>Bibliografia e fontes sobre António Lino Neto</i> .....	25
<b>I – A construção de uma imagem pública e a formação de uma personalidade</b> .....	29
<b>1.1. O perfil público de um cidadão e militante católico</b> .....	29
2.1.1. Baluarte da fé ou «catolaico»? .....	31
<b>1.2. O tempo e as circunstâncias da formação de António Lino Neto</b> .....	45
1.2.1. Fragilidades e crise do liberalismo oligárquico em Portugal .....	45
1.2.2. O movimento católico português face ao liberalismo da monarquia constitucional .....	52
<b>1.3. O nascimento de António Lino Neto em Mação</b> .....	63
<b>1.4. A família</b> .....	67
<b>1.5. A formação</b> .....	68
1.5.1. O seminário de Portalegre e os exames liceais.....	68
1.5.2. Os estudos universitários em Coimbra.....	69
1.5.2.1. Ambiente intelectual e sociabilidades culturais na Universidade .....	76
<b>II – Início da vida activa numa cidade de província</b> .....	83
<b>2.1. De Coimbra a Portalegre</b> .....	83
3.1.1. Encontro em Portalegre com António Sardinha.....	86
<b>2.2. Um discípulo de Frederico Laranjo?</b> .....	87
<b>2.3. Os primeiros passos de um publicista: contra a decadência portuguesa, regenerar a Igreja Católica e a nação</b> .....	90
<b>2.4. Um político do Partido Progressista em tempos de crise do rotativismo</b> .....	108
<b>III – A vida na capital de uma monarquia em xeque</b> .....	117
<b>3.1. Sucesso profissional e inactividade político-partidária</b> .....	117
<b>3.2. O professor de economia política</b> .....	121
3.2.1. A Questão Agrária e os «Estudos de renascença nacional» .....	122
<b>3.3. As polémicas acerca da intervenção política dos católicos e a dinâmica democrata-cristã</b> .....	141
3.3.1. Um católico activo nas Obras do Congresso.....	145
<b>IV – Na «República Velha» - da incerteza à acção</b> .....	155

<b>4.1. A revolução de Outubro a «República Velha» de 1910-1914 .....</b>	<b>155</b>
<b>4.2. Reservas de um católico face à República e de um cidadão face aos partidos políticos .....</b>	<b>181</b>
<b>4.3. O concurso para professor catedrático na Escola Politécnica e a projecção pública de António Lino Neto .....</b>	<b>186</b>
<b>4.4. O advogado de causas cívicas .....</b>	<b>199</b>
<b>4.5. «Paulo Agostinho» e a recomposição do movimento católico na I República .....</b>	<b>204</b>
<b>4.6. A República e os católicos numa Europa em guerra .....</b>	<b>221</b>
4.6.1. Os primeiros passos da União Católica e do Centro Católico.....	231
4.6.2. A intervenção na Grande Guerra: catolicismo e nacionalismo. ....	234
<b>V – Um católico na República Nova de Sidónio Pais .....</b>	<b>239</b>
<b>5.1. O «Presidente-Rei» e um novo lugar na República para a Igreja Católica .....</b>	<b>239</b>
<b>5.2. Um municipalista eleito vereador de Lisboa.....</b>	<b>248</b>
<b>5.3. A entrada de António Lino Neto para a câmara dos deputados.....</b>	<b>253</b>
<b>VI – O Presidente do Centro Católico Português na República do pós Grande Guerra..</b>	<b>259</b>
<b>6.1. Agonia da República no pós Grande Guerra e crise do sistema liberal .....</b>	<b>259</b>
<b>6.2. Os dirigentes centristas e as respostas ideológicas à crise do liberalismo .....</b>	<b>266</b>
6.2.1. António Lino Neto perante a crise do liberalismo .....	266
6.2.2. A nova geração do CADC e os intelectuais católicos em ruptura com a cultura liberal .....	269
<b>6.3. A reorganização do Centro Católico Português (1919-1922) sob a presidência de António Lino Neto .....</b>	<b>272</b>
6.3.1. António Lino Neto no Congresso do CCP de 1921 .....	291
6.3.2. O CCP procura enraizar-se na sociedade portuguesa.....	295
6.3.3. A participação nas eleições legislativas de 1921.....	299
6.3.3.1. Salazar como deputado centrista .....	307
6.3.4 A sistematização do programa do CCP .....	312
6.3.5. O regresso de Lino Neto ao parlamento nas eleições de 1922 .....	314
6.3.6. O «projecto Lino Neto» e a revisão da Lei da Separação .....	318
6.3.7. O II Congresso Nacional do CCP e a intervenção de António Lino Neto .....	334
<b>6.4. O líder da «minoría católica» num processo de polarização política e o símbolo de um <i>ralliement</i> contestado pelos católicos monárquicos manuelistas (1922-1925) .....</b>	<b>346</b>
6.4.1. A intensificação do conflito entre centristas e monárquicos manuelistas e a aproximação ao CCP dos integralistas lusitanos.....	346
6.4.2. A hierarquia católica face às tensões entre católicos: mediações e esclarecimento de posições.....	351
6.4.3. Os «sintomas novos» e velhos do PRP face à Igreja Católica e ao CCP .....	354

6.4.4. O núncio Locatelli entre o reconhecimento republicano e o fogo dos monárquicos manuelistas .....	357
6.4.5. A «separação de campos» entre António Lino Neto e Nemo ou o conflito entre duas estratégias político-religiosas de católicos .....	359
6.4.6. A intervenção parlamentar de António Lino Neto em defesa da Igreja Católica e da moral .....	363
6.4.7. A intervenção parlamentar de António Lino Neto em nome da pátria e das «competências» .....	370
6.4.8. António Lino Neto e Nemo face à problemática da descrença e da conversão: o caso Guerra Junqueiro .....	379
<b>6.5. O Presidente do Centro Católico Português e a queda da I República (1925-1926) ..</b>	<b>381</b>
6.5.1. O CCP nas últimas eleições da I República e perante a recomposição partidária.....	381
6.5.2. Um «advogado» da Igreja Católica no parlamento .....	383
6.5.2.1. Negociações e impasse em torno do reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica. ....	385
6.5.3. A intervenção de um parlamentar em nome de um «governo de competências» .....	390
<b>VII – Um católico na transição da ditadura militar para o Estado Novo (1926-1934) .....</b>	<b>393</b>
<b>7.1. O derrube da I República e a evolução da «ditadura militar».....</b>	<b>393</b>
7.1.1. António Lino Neto como porta-voz de expectativas e reservas dos católicos face à ditadura militar. ....	398
7.1.2. «Colaboração técnica» dos centristas com a ditadura militar e reorganização do movimento católico .....	405
7.1.3. A colaboração política do Centro Católico Português com a ditadura e o papel de António Lino Neto .....	412
7.1.3.1. Mudanças na Igreja Católica: o acordo sobre o Padroado do Oriente e a eleição de Cerejeira como cardeal patriarca.....	424
<b>7.2. A agonia do Centro Católico Português (1930-1934) .....</b>	<b>425</b>
7.2.1. A criação da União Nacional e o debate em torno do sentido e destino do CCP.....	425
7.2.2. O papel doutrinário de António Lino Neto e os desafios da secularização e do comunismo .....	436
7.2.2.1. O projecto de cristianização do CCP face às outras confissões religiosas .....	436
7.2.2.2. «Otten» e as questões de doutrina política .....	437
7.2.3. A demissão de António Lino Neto de presidente do CCP .....	439
<b>Conclusões.....</b>	<b>451</b>
<b>Fontes e Bibliografia .....</b>	<b>461</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>481</b>
<b>Anexo n.º1 – Soneto sobre a figura pública de António Lino Neto .....</b>	<b>481</b>
<b>Anexo n.º2 – Caricaturas de António Lino Neto .....</b>	<b>483</b>



## **Lista de siglas e abreviaturas**

**AALN** – Arquivo Professor António Lino Neto  
**ACAP** – Associação Central da Agricultura Portuguesa  
**AHPL** – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa  
**ASC/ENC** – Arquivo Sérvulo Correia/ Espólio Neves Correia  
**ASV** – Arquivo Secreto do Vaticano  
**AUC** – Arquivo da Universidade de Coimbra  
**CADC** – Centro Académico da Democracia Cristã  
**CEHR** – Centro de Estudos de História Religiosa  
**CCARC** – Comissão Central para a Assistência Religiosa em Campanha  
**CCO** – Círculo Católico de Operários  
**CCP** – Centro Católico Português  
**CEP** – Corpo Expedicionário Português  
**CGT** – Confederação Geral do Trabalho  
**CSE** – Conselho Superior de Estatística  
**FCSH** – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
**FNR** – Federação Nacional Republicana  
**JCL** – Juventude Católica de Lisboa  
**PNR** – Partido Nacional Republicano  
**PPI** – Partido Popular Italiano  
**PRL** – Partido Republicano Liberal  
**PRP** – Partido Republicano Português  
**PSP** – Partido Socialista Português  
**UCP** – Universidade Católica Portuguesa  
**UIE** – União dos Interesses Económicos  
**UON** – União Operária Nacional  
**UN** – União Nacional  
**ULR** – União Liberal Republicana







## Introdução

A presente tese tem como objecto a vida pública de António Lino Neto (1873-1961) na dupla qualidade de dirigente católico e político, desde o final da monarquia constitucional a 1934, ano em que se demite de Presidente do Centro Católico Português (CCP) e o regime do Estado Novo se consolida. António Lino Neto foi uma personalidade até anos recentes pouco estudada e conhecida pela historiografia, apesar dos lugares que ocupou em vida: professor catedrático de economia política desde 1908; deputado, vice-presidente e presidente da câmara dos deputados no tempo de Sidónio Pais; presidente do Centro Católico Português de 1919 a 1934; director do semanário *A União*, periódico oficial do CCP, de 1920 a 1934; advogado. Além de ter ocupado lugares de relevo, António Lino Neto era conhecido e lido pela opinião pública ilustrada da I República, sendo frequentemente referido em pequenas notícias ou entrevistado nas primeiras páginas de jornais, não só católicos, como o *Novidades*, mas também de *A Capital*, *O Século*, o *Diário de Lisboa*, entre outros.

A primeira questão que nos colocámos e que condicionou a escolha do nosso objecto foi: por quê este esquecimento, por vezes atenuado por uma memória fragmentada, em parte distorcida? A nossa hipótese de pesquisa foi que este esquecimento se deveu ao facto do percurso de António Lino Neto não se encaixar facilmente em nenhuma das memórias políticas construídas após a instauração do Estado Novo: nem na memória do salazarismo que recalcava as tentativas de reconciliação entre a I República e a Igreja Católica no período da nova República do pós Grande Guerra, ou o facto de alguns católicos pretenderem conservar uma organização política autónoma, recusando a dissolução política na União Nacional; nem na memória do republicanismo apostado em derrubar a ditadura, pois António Lino Neto não ocupou cargos políticos no Estado Novo, nem enveredou pela oposição política. A dificuldade em construir um discurso acerca do trajecto político e religioso de António Lino Neto, não impediu gestos de estima e consideração por essa personalidade num e noutro campo. Como exemplo, citem-se o cartão de agradecimento de Marcello Caetano pelo envio do seu livro sobre economia política, em 1935, ou a presença de Mário Soares no seu funeral, em 1961.

A construção política de esquecimentos, talvez mais do que a construção de memórias, evidencia que a ordem política e social resulta de um processo não linear, em que a par de continuidades encontramos descontinuidades, a par de coerências,

mudanças estratégicas e recomposição de alianças, ou seja, sublinha o carácter contingente da acção humana e a necessidade que os agentes históricos têm de lhe dar um sentido.

O discurso historiográfico, ao tentar superar as memórias e as lacunas com que se confronta, não pode no entanto cair na ingenuidade positivista de opor somente factos objectivos aos outros discursos. Quem ensaia a escrita da História deve estar ciente de que o seu objecto é também construído, com uma outra intenção, a da compreensão do passado, e outros métodos. Como adverte um editorial dos *Annales*, «Un article ou un livre d'histoire n'est pas une reproduction réduite du réel, mais l'expression d'une structure qui en dissout l'opacité – en fonction d'hypothèses initiales et des règles expérimentales, préalables. Construction révisable, donc, à partir de principes d'intelligibilités ou de méthodes nouvelles. Mais construction déterminée puisque les propositions qui la constituent doivent à la fois ne pas entrer en contradiction avec les données disponibles et répondre à des principes de cohérence interne»<sup>1</sup>.

### *História e biografia*

A relação entre História e biografia nem sempre foi pacífica no século XX e alguns dos historiadores e das escolas historiográficas mais empenhadas em afirmar o carácter científico da sua disciplina, como a dos *Annales*, contribuíram para colocar o género biográfico nas margens da História, ao privilegiarem o estudo do colectivo em relação ao individual, a análise quantitativa em relação à qualitativa, o ensaio em relação à narrativa. Obras como a biografia de Lutero por Lucien Febvre foram excepções no tempo em que foram publicadas. As palavras que o autor escreveu no prefácio à primeira edição de *Martinho Lutero. Um Destino* continuam válidas num tempo em que o género biográfico entrou na moda editorial: «Desenhar a curva de um destino que foi simples mas trágico; descobrir com precisão os vários pontos verdadeiramente importantes por onde ela passou; mostrar como, sob pressão de algumas circunstâncias, o ímpeto inicial devia enfraquecer e inflectir o traço primitivo; colocar assim, a respeito de um homem de uma vitalidade singular, o problema das

---

<sup>1</sup> *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*, n.º6, Novembre-Décembre 1989, p. 1321.

relações do indivíduo e da sociedade, da iniciativa pessoal e da necessidade social, que é, talvez, o problema capital da história: tal foi o nosso propósito»<sup>2</sup>.

O silêncio académico em relação ao género biográfico é quebrado na década de 1980, na qual não são apenas publicados vários títulos biográficos importantes escritos por académicos<sup>3</sup>, como também artigos que visam reabilitar ou levantar objecções à biografia. Marc Ferro publicou em 1989 um artigo intitulado «La biographie, cette handicapée de l’histoire». Nesse artigo identifica as fragilidades e o valor do género biográfico: «Aux yeux de l’institution comme aux yeux de l’institution scientifique, la biographie est deux fois vulnérable: elle dévoile le rapport de la vie privée et de l’homme public, et le diagnostic qu’elle donne demeure aléatoire. Or, la biographie répond à une demande sociale; le sens commun attend de l’histoire qu’elle rende intelligible le système politique et social dans lequel nous vivons; et les citoyens savent bien, d’expérience, que les individus, en tant que tels, exercent un rôle qu’il est nécessaire d’apprécier»<sup>4</sup>. Acerca da atitude do biógrafo em relação ao biografado, Ferro sublinha que esta não deverá ser de advogado nem de juiz, mas de historiador<sup>5</sup>.

Apesar da consagração académica do género biográfico ainda não ser óbvia no final da década de 1980, Pierre Bourdieu critica a nova tendência logo em 1986 e a «ilusão biográfica» que ela implica, vendo-a como uma ameaça para as ciências sociais: «L’histoire de vie est une de ces notions du sens commun qui sont entrées en contrebande dans l’univers savant»<sup>6</sup>. A sua crítica incide sobre a pretensão de contar uma história de vida partindo do pressuposto de que esta constitui um todo coerente e direccionado. Uma ilusão que se manifesta no recurso a expressões como «já», «desde então», «desde muito jovem», as quais indicam um senso comum construído sobre um trajecto biográfico. Ou então a adesão ao conceito sartriano de «projecto original». Tanto num caso como noutro a biografia seria capaz de identificar o início de um projecto e o seu fim coincidente com o do biografado, a «razão de ser» de uma vida. Em ambos os casos a biografia estaria ao serviço de um exercício ideológico que consistiria

---

<sup>2</sup> Lucien Febvre, *Martinho Lutero. Um Destino*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 9-19.

<sup>3</sup> Para um panorama das diversas facetas do género biográfico, com particular incidência no mundo editorial francês, ler François Dosse, *Le Pari Biographique. Écrire une vie*, Paris, Éditions la Découverte, 2005.

<sup>4</sup> Marc Ferro, «La biographie, cette handicapée de l’histoire. Retracer la vie d’un individu n’intéresse guère les historiens. Du héros comme mal-aimé» in *Magazine Littéraire*, n.º 264 (Avril 1989), p. 86.

<sup>5</sup> Marc Ferro, «La biographie...», p. 86.

<sup>6</sup> Pierre Bourdieu, «L’Illusion biographique» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 62-63, Juin 1986, p. 69.

em dar coerência a certos acontecimentos significativos, seleccionados segundo uma determinada intenção<sup>7</sup>.

Uma primeira questão que a crítica de Bourdieu nos coloca é saber se ela, visando as biografias individuais, não atinge a própria legitimidade de uma narrativa historiográfica, qualquer que seja o seu objecto. Como sublinha Jacques Rancière, a narrativa histórica precisa de protagonistas, sejam estes individuais ou colectivos, sociais ou geográficos: «(...) les matériaux se sont rien sans l'architecture. (...) l'histoire n'est, en dernière instance, susceptible que d'une seule architecture, toujours la même: il est arrivé une série d'événements à tel ou tel sujet. On peu choisir d'autres sujets: la royauté au lieu des rois, les classes sociales, la Méditerranée ou l'Atlantique plutôt que les généraux et les capitaines». A falta de coerência e de totalidade que Bourdieu descortina na história de um indivíduo<sup>8</sup>, não pode também afectar a história de um partido, de uma igreja, de um regime?

O ensaio de Bourdieu não conclui por uma negação peremptória da possibilidade do empreendimento biográfico, mas esboça as condições da sua viabilidade, em termos que, em nossa opinião, também seriam aplicáveis a sujeitos colectivos: «on ne peut comprendre une trajectoire (...) qu'à condition d'avoir préalablement construit les états successifs du champ dans lequel elle s'est déroulée, donc l'ensemble des relations objectives qui ont uni l'agent considéré (...) à l'ensemble des autres agents engagés dans le même champ et affrontés au même espace des possibles»<sup>9</sup>.

Em Portugal, a biografia histórica conquista o campo académico nos anos de 1990 e tem um significativo impacto editorial junto do grande público na primeira década do século XXI. Em reacção ao que considera um fenómeno de moda, António Manuel Hespanha critica não tanto o género biográfico, mas duas ideias que orientam alguns dos seus praticantes: «a recusa de esquemas interpretativos “fortes”, daqueles usados pelos cientistas sociais dos vários matizes, substituindo-os por uma interpretação “evidente” (pelo menos, de “senso comum”) (...). A outra ideia-chave do nóvel biografismo é a de que são os homens concretos – e não os desenvolvimentos anónimos

---

<sup>7</sup> Pierre Bourdieu, «L'Illusion biographique», p. 69.

<sup>8</sup> Jacques Rancière, *Les noms de l'Histoire. Essai de poétique du savoir*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p.9.

<sup>9</sup> Pierre Bourdieu, «L'Illusion biographique», p. 72. Na mesma página Bourdieu distingue entre o agente, que é a manifestação do indivíduo num campo, e a personalidade «individualité biologique socialement instituée par la nomination et porteuse de propriétés et de pouvoirs qui lui assurent (en certain cas), une surface sociale, c'est-à-dire la capacité d'exister comme agent en différents champs» (sublinhado no original).

(das estruturas/ também mentais) – que modelam a história. Mas, como não são muitos os homens que estão em condições de modelarem a história – pelo menos, a história de um país -, quem acaba por interessar a esta corrente historiográfica são os “grandes homens”, nomeadamente os “grandes políticos”»<sup>10</sup>.

Estas críticas não o conduzem a uma defesa do exercício exclusivo do ensaio histórico, mas à sugestão de uma prática biográfica que regresse à «hipótese mais tradicional de investigar a vida dos outros homens, traçando os tais grandes frescos sociais ou mentais – que, necessariamente, haverão de ser informados por algum modelo interpretativo geral -, donde resultem os grandes cenários (económicos, culturais, institucionais, jurídicos) em que os homens – pequenos e grandes – se movem»<sup>11</sup>.

A construção biográfica pode ser usada em História de diferentes modos, que diversos autores tipificaram. Giovanni Levi descreve quatro usos possíveis e o alcance respectivo<sup>12</sup>. A *prosopografia e biografia modal* não focam as características individuais, mas os comportamentos mais frequentes. Neste uso, a biografia é um meio de ilustrar o comportamento mais frequente de um grupo. Outra abordagem é a da *biografia e contexto*, que respeita a especificidade biográfica, mas recorre à caracterização do ambiente social para explicar um destino singular. A *biografia dos casos limites* esclarece também os contextos, mas a partir das suas margens, sendo paradigmática a apresentação do caso Pierre Rivière por Michel Foucault. A articulação da biografia com a *hermenêutica* sublinha o carácter interpretativo do exercício biográfico: «C’est l’acte interprétatif lui-même que devient significatif, c’est-à-dire le processus de transformation au texte, d’attribution d’un sens à un acte biographique qui pouvait en recevoir une infinité d’autres»<sup>13</sup>.

Nesta tipologia de usos biográficos proposta por G. Lévi, o tipo predominante no nosso trabalho será o da *biografia e contexto*, ou seja, o que relaciona um percurso individual com uma forte dimensão pública com o contexto social, económico, político e cultural em que se realiza. No entanto, esta tese é também devedora de outros usos da biografia histórica enunciados por G. Lévi. Não pretendemos escrever uma

---

<sup>10</sup> A.M. Hespanha, «Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar» in *Análise Social*, 168 (2003), p. 838.

<sup>11</sup> A.M. Hespanha, «Categorias...», p. 839.

<sup>12</sup> Giovanni Levi, «Les usages de la biographie» in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44<sup>o</sup> année n.º 6, Novembre-Décembre 1989, p. 1325-1334.

<sup>13</sup> Giovanni Levi, «Les usages de la biographie»..., p. 1332.

prosopografia de intelectuais e dirigentes católicos, mas assinalaremos os lugares em que o trajecto de António Lino Neto se cruza com outros membros da elite católica de várias gerações. Por exemplo, a nada invulgar passagem pelo seminário ou pelo curso de Direito de Coimbra, a participação em congressos ou em associações católicas. António Lino Neto não é certamente um caso limite no sentido acima caracterizado, mas é discutível que o historiador deva prestar mais atenção aos limites de um desvio à norma do que aos limites no cumprimento zeloso da norma. A personalidade aqui biografada era considerada por alguns dos seus coevos um leigo católico extremamente fiel a Roma. Essa atitude não terá consequências no seu trajecto público? Por fim, não cremos que o biógrafo possa evitar a hermenêutica, ou seja, atribuir um sentido a actos do biografado que permanecem por explicar, um sentido não arbitrário, mas que possa ser justificado com uma interpretação argumentada da documentação em análise.

Ao privilegiarmos a relação entre a biografia e o contexto social e político, temos a consciência de que não estamos a desbravar terreno, mas a continuar uma série de estudos que têm sido escritos sobre o período em causa nos últimos anos em Portugal. Foram particularmente inspiradoras para nós, as biografias, que tiveram a forma inicial de teses académicas, de José Miguel Sardica sobre o Duque de Ávila<sup>14</sup> e de Paulo Jorge Fernandes sobre Mariano de Carvalho<sup>15</sup>, as quais incidem sobre o período da Regeneração; o ensaio biográfico de António Matos Ferreira de reflexão sobre o sentido da intervenção de Abúndio da Silva<sup>16</sup>, um católico militante perante a crise nacional na transição da monarquia constitucional para a I República; a biografia de António Reis sobre Raul Proença<sup>17</sup> e a de Luís Farinha sobre Cunha Leal<sup>18</sup>, dois biografados que, atravessando diversos períodos históricos, marcaram a I República. As biografias de Ana Isabel Sardinha Desvignes<sup>19</sup> sobre António Sardinha e de Fernando Martins sobre Pedro Teotónio Pereira<sup>20</sup> servem de contraponto às duas anteriores, ao

---

<sup>14</sup> José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama: Biografia*, Lisboa, Dom Quixote, 2004.

<sup>15</sup> Paulo Jorge Fernandes, *O “Poder Oculto” – Mariano Cirilo de Carvalho. O Poder oculto do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

<sup>16</sup> António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2007.

<sup>17</sup> António Reis, *Raúl Proença: biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

<sup>18</sup> Luís Farinha, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República – Um Notável Rebelde*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

<sup>19</sup> Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

<sup>20</sup> Fernando Martins, *Pedro Theotónio Pereira: uma Biografia (1902-1972)*, Évora, [Tese policopiada de doutoramento em História na Universidade de Évora], 2004.



traçarem o perfil de homens que nas ideias e na acção combateram os valores republicanos.

O carácter híbrido do modo biográfico de fazer História é assumido por Rémy Handouretzel: «En tout état de cause, l'historien biographique paraît condamné à faire naviguer sa barque entre la conjoncture et la structure, entre la “micro” et la “macro” – Histoire, sans doute pour le plus grand bénéfice de sa recherche. (...) Alors, dernière interrogation: biographie, prosopographie et étude de milieu ne sont-elles pas inextricablement mêlées?»<sup>21</sup>

Michel Vovelle, um historiador que publicou trabalho reconhecido no campo da História das mentalidades usando métodos quantitativos, escreveu duas biografias, a de Joseph Sec, um burguês de Aix do século XVIII, e de Théodore Desorgues, poeta revolucionário (1763-1808). Reflectindo sobre a sua experiência como biógrafo, escreveu: «L'historien sans doute, écrit pour se faire plaisir: et singulièrement peut-être dans le cadre de la biographie, cette rencontre avec un homme, dans le passé. Mais je ne crois pas que le mouvement que nous venons d'évoquer soit de l'ordre de la mode ou de la complaisance. Le retour au qualitatif, par le biais de l'étude de cas, répond à un mouvement dialectique dans le champ de l'histoire des mentalités. Pour moi, beaucoup plus qu'un désaveu des approches sérielles quantifiées il en est le complément, permettant cette analyse en profondeur, qui préfère aux héros de premier plan de l'histoire traditionnelle ces témoignages sur la normalité d'une époque qu'apporte une confession dérobée – ainsi chez Menetra, le maître vitrier parisien -, ou les apports plus ambigus mais plus riches encore peut-être du témoignage à la limite, d'un personnage en situation de rupture»<sup>22</sup>. Acrescentamos que nem sempre a classificação de determinadas personalidades históricas como normais ou de ruptura é dicotómica, havendo casos em que a ruptura só é percebida como tal quando realizada por um homem ou mulher com um percurso normal. Em relação a António Lino Neto a imagem da sua vida surge marcada por um momento de ruptura: a demissão da Presidência do Centro Católico Português, numa longa vida pautada pela moderação, a responsabilidade, o compromisso.

---

<sup>21</sup> Rémy Handouretzel, «Sur les trajectoires individuelles dans la vie politique» in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne 3-4 Mai 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Maio, 1985, p. 91.

<sup>22</sup> Michel Vovelle, «De la biographie à l'étude de cas», in *Sources Travaux Historiques*, n<sup>os</sup> 3-4, *Problemes & Methodes de la Biographie, Actes du Colloque Sorbonne 3-4 Mai 1985*, 1985, p. 197.

Quando o biografado deixa uma obra escrita, às questões acima enunciadas acrescem as relações entre vida e obra. Michel Trebitsch observa que estas não são lineares: após o paradigma clássico que explicava o autor pela obra e o paradigma romântico, em parte ainda vigente, que explica a obra pelo autor, a biografia moderna visa descortinar as relações entre vida e obra, que podem ser contraditórias<sup>23</sup>.

### *Os conceitos de catolicismo político e crise do liberalismo*

Nesta tese recorreremos ao método biográfico com a intenção de contribuirmos para a História de Portugal desde o final da monarquia constitucional ao início do Estado Novo, nomeadamente para melhor compreender a relação entre o catolicismo político e a crise do liberalismo que marca este período. O entendimento do percurso de António Lino Neto como cidadão e católico militante exige esclarecer o conceito de catolicismo político, que dá sentido à militância católica do biografado, e o de crise do liberalismo, que tematiza o conjunto de problemas políticos, económicos, culturais e sociais com que os cidadãos portugueses se confrontam desde a última década de oitocentos e de modo cada vez mais agudo após a Grande Guerra.

Esta tese propõe a narrativa de uma vida pública que nos permite saber mais do que foi a sociedade, a política, a prática religiosa em Portugal desde o final da monarquia constitucional ao início do Estado Novo. Partilhamos o ponto de vista de António Reis de que «nenhuma história narrativa pode prescindir do momento conceptualizante se quiser escapar à maldição positivista.

O historiador positivista tendia a ser, afinal de contas, o jornalista especializado na reportagem do passado, não só por privilegiar o acontecimento como criador da mudança, mas também por descurar ou subalternizar a atitude conceptualizante»<sup>24</sup>.

Um primeiro conceito a elucidar é o do lugar do catolicismo político face à mais abrangente questão dos «católicos e política» que consta do título da nossa tese. Adoptamos como nossa a definição de Martin Conway, «Political Catholicism does not mean Catholics who were active in politics but political action which was Catholic in

---

<sup>23</sup> Michel Trebitsch, «Post-scriptum au colloque: les folies de Byron» in *Sources Travaux Historiques*, nºs 3-4, *Problèmes & Méthodes de la Biographie, Actes du Colloque Sorbonne 3-4 Mai 1985*, 1985, p.205-206.

<sup>24</sup> António Reis, «O Jornalista e o Historiador. Aproximações e Diferenças» in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 12 (1993), p. 140.

inspiration»<sup>25</sup>. Ou seja, o catolicismo político não esgota a relação entre católicos e política, havendo católicos que participam em partidos que não justificam a sua intervenção política pela sua pertença confessional. Um indivíduo pode, em diferentes contextos, traduzir de modo diferente a relação entre a sua fé religiosa e uma intervenção política. Apesar da continuidade em muitas ideias e fidelidades, este é o caso de António Lino Neto que, durante a monarquia constitucional, intervém como cidadão no Partido Progressista, intervenção que procura conciliar com a militância católica, mas que o diferencia face à tentativa do Partido Nacionalista de tentar monopolizar a representação política dos católicos. Enquanto presidente do Centro Católico Português, de 1919 a 1934, António Lino Neto será um dos protagonistas do catolicismo político português procurando fazer a política da Igreja Católica, embora na nova República do pós Grande Guerra acentue que esta política é compatível com um governo de competências que sirva a política da nação.

O conceito de crise do liberalismo é empregue como fio condutor entre diversos regimes políticos, como problemática que condiciona as circunstâncias da vida de um homem e se reflecte na obra polifacetada que ele escreve. Será necessário portanto começar por definir este conceito e os períodos aos quais ele se aplica.

A aplicação do conceito de crise do liberalismo à História de Portugal de finais do século XIX e inícios do século XX foi primeiro desenvolvida por Manuel Villaverde Cabral em *Portugal na Alvorada do Século XX*<sup>26</sup>, livro publicado em 1979, e retomada, em 1993, em *The demise of liberalism & the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930*<sup>27</sup>. A tese fundamental de Villaverde Cabral é que a crise do Estado liberal português, nomeadamente dos seus «mecanismos de representação, de arbitragem e de legitimação»<sup>28</sup> não resultam do carácter atrasado e tradicional da sociedade e da economia portuguesa, sendo, pelo contrário, uma consequência da recente modernização e desenvolvimento do país. Portugal de finais do século XIX não pode ser pensado como um país subdesenvolvido mas, usando um conceito de Alexander Gerschenkron, um «industrial latecomer», cujos problemas resultam de desvantagens estruturais comparativas que vão desde a falta de recursos naturais à escassez de capital

---

<sup>25</sup> Martin Conway, “Introduction”, Tom Buchanan, Martin Conway (ed.), *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, Oxford & New York, Oxford University Press, 1996, p. 2.

<sup>26</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

<sup>27</sup> Manuel Villaverde Cabral, *The demise of liberalism & the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930*, London, King’s College, 1993.

<sup>28</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal Alvorada...*, p. 453.

e de mão-de-obra qualificada, uma forte competição de produtos estrangeiros quer no mercado interno quer internacional, e um poderoso sector importador-exportador com muita influência no sistema político<sup>29</sup>.

Uma consequência desta asserção é que a crise do liberalismo português não possui um carácter especificamente nacional, mas uma dimensão internacional, com afinidades com o que se passa em Espanha ou Itália.

Na última década do século XIX dois acontecimentos - o *Ultimatum* de Janeiro de 1890 e a bancarrota de Maio de 1891 - expõem e aceleram duas faces da crise do liberalismo: a ideológica e a económico-financeira. As respostas à dupla crise – o proteccionismo económico e o nacionalismo – abrirão caminho para o colapso do liberalismo – entendido nos aspectos económicos, políticos e culturais – e para a afirmação de um Estado autoritário, anti-liberal.

O modelo económico após a crise de 1890 assentará na protecção alfandegária, na depreciação da moeda e na substituição de importações, permitindo um crescimento da indústria de cerca de 2,5 por cento ao ano, desde os anos de 1870 até ao início da Grande Guerra<sup>30</sup>, crescimento insuficiente para recuperar o atraso económico português. O proteccionismo cerealífero agravará as condições de vida do povo e dos trabalhadores que se concentram na indústria, nos transportes e nos serviços urbanos. A organização de movimentos reivindicativos pressionará as classes dirigentes e acentuará as clivagens entre a burguesia de diferentes sectores económicos<sup>31</sup>.

Para Villaverde Cabral a «questão agrária» tem em Portugal, como em Espanha e Itália, uma particular relevância. A questão agrária não é apenas material mas também simbólica e permite a articulação entre proteccionismo económico e autoritarismo político<sup>32</sup>.

O *Ultimatum* dá uma nova projecção à crise política do liberalismo e ao nacionalismo como solução. O discurso nacionalista afecta quer as posições republicanas quer os partidos políticos constitucionais. Segundo o investigador que estamos a seguir, Oliveira Martins será um dos codificadores de um nacionalismo de tendências autoritárias. Em *Portugal Contemporâneo*, de 1881, o liberalismo já fora

---

<sup>29</sup> Manuel Villaverde Cabral, *The demise of liberalism...*, p. 6.

<sup>30</sup> Manuel Villaverde Cabral, *The demise of liberalism...*, p. 13.

<sup>31</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX...*, p. 453-454.

<sup>32</sup> Manuel Villaverde Cabral *The demise of liberalism...*, p. 11.

identificado como uma das causas da decadência nacional. O fortalecimento do poder real e a «representação corporativa» são identificados com as soluções para a crise política e nacional. A obra de Oliveira Martins será uma fonte de inspiração para as elites políticas do início do século XX, quer as republicanas quer as católicas, estas últimas procurando conciliar o corporativismo martiniano com as perspectivas do corporativismo católico abertas pela *Rerum Novarum* de 1891.

Uma condição educacional condicionará a evolução e o desfecho da crise do liberalismo em Portugal: a elevada iliteracia, mesmo para os padrões da Europa do Sul. Um total de 75 por cento da população era analfabeta<sup>33</sup>. Villaverde Cabral conclui: «By the mid-1920s the fate of liberalism was thus sealed for all economic, social and intellectual purposes. Out of the politically undecided “military dictatorship” which lasted up to the early 30s, the *Estado Novo* emerged eventually as a stable political form of the overall authoritarian alternative to the liberal State»<sup>34</sup>.

Fernando Rosas retoma o conceito de crise do liberalismo, sublinhando as raízes sociais e económicas da sua expressão política. O republicanismo cresce com a contradição entre os excluídos do sistema político monárquico – camadas intermédias da população urbana, pequena burguesia dos serviços, profissões liberais, dos pequenos e médios negócios, operários – e a oligarquia liberal, contradição que a I República só resolverá parcialmente. A crise de 1890 é aproveitada como uma oportunidade de afirmação política da burguesia industrial e dos agrários do Sul. Apesar da desconfiança de sectores agrários em relação à industrialização, os «senhores do pão e do vinho» convergem com os industriais em reclamarem um Estado com mais autoridade e que a use para proteger os seus interesses, protegendo os mercados interno e colonial da concorrência externa, contendo as reivindicações dos trabalhadores<sup>35</sup>. É nas contradições sociais e nos interesses económicos da última década do século XIX que reside a origem da «superação (...) do liberalismo político e económico, não pela sua regeneração democratizante – republicana ou outra – mas pela rotura, pelo postulado de um diferente tipo de poder político de cunho antiliberal e de raiz autoritária»<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Manuel Villaverde Cabral, *The demise...*, p. 19.

<sup>34</sup> Manuel Villaverde Cabral, *The demise...*, p. 30-31.

<sup>35</sup> Fernando Rosas, «A Crise do Liberalismo e as Origens do “Autoritarismo Moderno” e do Estado Novo em Portugal» in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2 (Fevereiro 1989), p. 100-101.

<sup>36</sup> Fernando Rosas, «A Crise...», p. 102.

A crise do liberalismo português é marcada por duas características que vão definir o regime autoritário que lhe põe fim: é uma crise prolongada, durante a qual se vão tecendo equilíbrios e compromissos entre diversas tendências ideológicas anti-liberais<sup>37</sup>.

António José Telo insere a crise da monarquia constitucional e da I República numa crise política de longa duração, de 84 anos, cronologicamente balizada pela perda da capacidade da monarquia em manter «a paz interna e as condições para um desenvolvimento sustentado»<sup>38</sup>, em 1890, e a ruptura com o Estado Novo que assinala o início de uma república democrática, em 1974. Nas suas palavras, a crise de 1890 a 1926 «é uma manifestação das dificuldades da Europa do Sul, em geral, e de Portugal, em particular, de assegurar a transição serena entre as democracias liberais e elitistas, que marcam o século XIX na Europa, para as democracias de massas, que são a regra no século XX»<sup>39</sup>.

A crise do Estado liberal português intensifica-se no início da década de 1890, quando António Lino Neto começa a estudar Direito na Universidade de Coimbra, e conhece um desfecho com a instituição do Estado Novo que alguns autores datam de 1934. Ano em que o nosso biografado se demite de Presidente do Centro Católico Português e a União Nacional realiza o seu primeiro Congresso Nacional.

#### *Da monarquia constitucional à República*

O sentido da intervenção pública de António Lino Neto, como católico e cidadão, entre o final do século XIX e o advento do Estado Novo é condicionado e até certo ponto moldado por contextos políticos e eclesiais que é importante periodizar e caracterizar para compreender o seu percurso.

O primeiro destes períodos é a monarquia constitucional, termo empregue mesmo por historiadores com perspectivas antagónicas<sup>40</sup> para o regime em que nasce o nosso biografado, em 1873, e que é deposto com a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Com a monarquia constitucional não só termina o reinado secular da dinastia dos Braganças, mas também o Estado português deixa de ter uma religião oficial, a da Igreja Católica Romana.

---

<sup>37</sup> Fernando Rosas, «A Crise...», p. 112.

<sup>38</sup> António José Telo, *Primeira República I. Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 12.

<sup>39</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 14.

<sup>40</sup> Ver Mendo Henriques e Fernando Rosas, *1910 a duas vozes*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010.

A I República é balizada cronologicamente pelo 5 de Outubro de 1910 e pelo 28 de Maio de 1926. Mas não é consensual a sua divisão em subperíodos e muito menos as suas designações, que transportam conotações ideológicas e implicam opções metodológicas. Nesta tese usaremos os termos de «República Velha» para o período do 5 de Outubro de 1910 ao golpe de Sidónio Pais; «República Nova» para identificar o ensaio de novas soluções institucionais por Sidónio Pais em 1917 e 1918; e «nova República do pós Grande Guerra» para a última fase da República, desde o fim da Grande Guerra à ditadura militar. Optar por este termo para a última fase da República, em vez de «nova República velha»<sup>41</sup>, ou «República fraca» por contraposição à «República forte» caída em combate no dezembrismo, pressupõe não tomar a primeira fase da República como paradigma único do republicanismo. Assim, não subscrevemos a argumentação de A. H. de Oliveira Marques a favor da designação de «República fraca» para o período entre 1919 e 1926: «na terceira [fase da República], de 1919 a 1926 – a “República fraca”<sup>42</sup> –, aceitou compromisso atrás de compromisso, abandonando, na prática, os princípios revolucionários de 1910 e renovando toda uma política de hesitações e incoerências que caracterizara os finais da Monarquia. Vítima sobretudo do conflito mundial, cujos efeitos começou a sentir logo sem sorte, que os acontecimentos internacionais impediram de se robustecer e cristalizar»<sup>43</sup>.

Consideramos que a República portuguesa após a Grande Guerra não é redutível a uma política de cedências a forças adversárias, pelo contrário, uma parte dos republicanos (a Esquerda Republicana) busca novos compromissos com as classes trabalhadoras, ensaiando soluções social-democratas; os princípios revolucionários de 1910 não só continuam a inspirar grupos laicistas, como são considerados insuficientes face aos princípios revolucionários de 1917 que o embrionário movimento marxista-leninista, à margem do parlamento, adopta como seus; as ameaças à República não provêm só de um regresso de velhos impasses, mas do exemplo de ideologias e soluções de governo anti-liberais sobre uma parte significativa das elites portuguesas de direita. Ou seja, a República portuguesa enfrenta neste período problemas económicos e sociais semelhantes ao de outros países que participaram no esforço de guerra e os

---

<sup>41</sup> Designação vulgarizada por Damião Peres. Cfr. Damião Peres, *História de Portugal. Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 219-220.

<sup>42</sup> «República forte» e «República fraca» são expressões de Afonso Costa.

<sup>43</sup> Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. IX, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 700.

intervenientes políticos reformulam ideologias com raízes no século XIX, mas que adoptarão projectos, símbolos, designações que marcarão o século XX<sup>44</sup>.

### *A ditadura militar*

Se o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 assinala, de modo incontroverso, o fim da I República não constitui uma ruptura imediata com o regime deposto em diversos aspectos, entre os quais as relações entre Estado e Igreja Católica. No processo de instauração de uma nova ordem, mais do que o 28 de Maio de 1926, golpe organizado com vista à destituição do Governo de António Maria da Silva, é marcante o 9 de Junho, data em que o Congresso da República foi legalmente dissolvido. Marcelo Caetano sublinhou que foi nessa data que a Constituição de 1911 deixou de vigorar *de facto*, embora na ordem jurídica portuguesa só fosse revogada pela promulgação da Constituição de 1933<sup>45</sup>. Segundo Luís Bigotte Chorão, este seria o segundo de uma sequência de quatro golpes de Estado instauradores da Ditadura Militar. No terceiro, Mendes Cabeçadas, representante da esperança de uma ditadura regeneradora da República, é afastado do poder. No quarto, Carmona torna-se, a 9 de Julho, o chefe da Ditadura Militar, afastando Gomes da Costa e com ele a hipótese de uma restauração monárquica<sup>46</sup>.

Com o 9 de Julho de 1926 consideramos, seguindo a proposta de periodização de Fernando Rosas<sup>47</sup>, que se encerra o primeiro ciclo da ditadura militar, o da sua definição face a expectativas muito amplas e diversas, que tinham em comum o afastamento do Partido Republicano Português (PRP) do poder. O processo de transição da ditadura militar para o Estado Novo desenvolve-se em mais três fases: o de 9 de Julho de 1926 a Janeiro de 1930, ainda marcado pela hegemonia dos republicanos conservadores; o de Janeiro de 1930 a Julho de 1932, em que Salazar ministro influente, mas ainda não chefe de governo define de um ponto de vista doutrinário o futuro regime; o de Julho de 1932 a Dezembro de 1934, durante o qual Salazar, já chefe de governo, lidera a institucionalização do Estado Novo. É no último ano da fase final de transição, 1934, que António Lino Neto se demite de presidente do Centro Católico

---

<sup>44</sup> Fernando Rosas, «A República do pós-guerra» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 409-410.

<sup>45</sup> Marcelo Caetano, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5.ª Edição Revista e Ampliada, Lisboa, Coimbra Editora, 1967, p. 450.

<sup>46</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante Editora, 2010, p.215-216.

<sup>47</sup> Para uma análise mais desenvolvida dos conflitos internos e externos da ditadura militar ver Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2001, p. 47-156.



Português, em Fevereiro. Não cremos que se trate de uma coincidência, mas de uma pista que nos incentiva a procurar as ligações entre a afirmação do novo regime e os impasses do CCP, a vontade de intervenção pública como católico e cidadão de António Lino Neto e o ambiente social, político e religioso que lhe serve de justificação ou com o qual se confronta.

### *O movimento católico na crise do liberalismo*

A Igreja Católica mantém ao longo do século XIX uma relação tensa e por vezes de conflito intenso com a sociedade e o Estado liberal que no período em análise se encontram em crise. Como constata René Rémond, é durante a vigência do liberalismo oitocentista que se desenvolve o processo de dissociação da religião e da sociedade<sup>48</sup>. Designamos este processo por secularização, seguindo o autor citado e Fernando Catroga, que define secularização como uma «paulatina distinção entre o século e as objectivações dogmáticas e institucionais do religioso como Igreja»<sup>49</sup>. Preferimos usar esta palavra no sentido enunciado<sup>50</sup> a «descristianização», termo que pressupõe um período anterior mais cristianizado, dificilmente mensurável e por vezes ilusório porque a uma maioria esmagadora de população oficialmente católica podia corresponder uma fraca prática ou consciência religiosa<sup>51</sup>. O termo «descristianização» é no entanto operativo para entender como é que o meio católico pensa a secularização e procura responder-lhe.

A secularização é um processo cujo desenvolvimento mais gradual ou abrupto, pacífico ou conflituoso, varia nas diversas sociedades. Em todos os países europeus, como afirma António Matos Ferreira, implica uma «passagem da legitimação da confessionalidade sociopolítica para uma sociedade onde a religião se encontra em

---

<sup>48</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe. Essai sur la sécularisation des sociétés européennes aux XIX et XX siècles (1789-1998)*, Paris, Éditions du Seuil, 1998, p. 90.

<sup>49</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 21.

<sup>50</sup> Anselmo Borges, no prefácio a Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, especifica seis sentidos para o termo secularização: «eclipse do sagrado, autonomia do profano, privatização da religião, retrocesso das crenças e práticas religiosas, mundanização das próprias Igrejas (...) transferência de categorias teológico-religiosas do universo da transcendência para o mundo da imanência histórico-política» (Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, p. 8-9).

<sup>51</sup> René Rémond em *Religion...*, pp. 22-23, prefere o termo secularização a «descristianização», «laicização» e «désétablissement».

concorrência com outros princípios e com outras fontes de legitimação das práticas individuais e sociais, e por conseguinte, de enquadramento sociocultural»<sup>52</sup>.

Réné Rémond sumariza em três etapas o processo de secularização europeu durante os séculos XIX e XX, a partir de uma situação aproximadamente comum a todos os países – um Estado confessional que estabelece uma relação privilegiada com uma Igreja. A primeira etapa é a revogação das discriminações confessionais, permitindo um maior pluralismo religioso; a segunda o «désétablissement», ou seja, a progressiva perda de identificação do Estado e da sociedade com uma religião, através, por exemplo, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; a terceira a separação e laicização. Este último termo descreve melhor do que o de secularização a política religiosa em França entre 1880 e 1905, que é uma referência da política religiosa da I República. A sua inspiração filosófica é o positivismo de raiz iluminista que encara o catolicismo como um obstáculo à modernidade. O resultado é um confronto de mundividências: «Deux systèmes se dressent ainsi l'un en face de l'autre qui s'opposent terme à terme: enseignement par voie d'autorité contre esprit critique, obéissance inconditionnelle contre liberté, soumission à la loi du groupe contre la volonté individuelle, dogme contre raison, égalité contre légalité, tradition contre progrès, conservation ou réaction contre démocratie»<sup>53</sup>. Fernando Catroga delimita em termos geográficos, culturais e religiosos o campo da laicização: esta desenvolveu-se «nos países católicos, isto é, lá onde a Igreja se elevou a instância totalizadora, entrando em concorrência com o Estado, enquanto que a secularização progrediu, mais intensamente, nas áreas protestantes, onde houve uma progressiva e simultânea transformação da religião e das diferentes esferas da realidade social. Aqui, a luta contra Roma impossibilitou que as Igrejas reformadas (em monopólio, ou em posição maioritária) alcançassem um poder comparável ao da Igreja Católica nas sociedades em que esta era a religião dominante»<sup>54</sup>. Esta distinção entre uma secularização nos países de predominância protestante e uma laicização nos países onde o catolicismo é a religião dominante concretiza uma hipótese de Catroga que subscrevemos: «se toda a

---

<sup>52</sup> António Matos Ferreira, «Secularização» in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. IV/P-V, Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 196.

<sup>53</sup> René Rémond, *Religion...*, p. 194.

<sup>54</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, p. 480.

*laicidade é uma secularização, nem toda a secularização é (ou foi) uma laicidade e, sobretudo, um laicismo»<sup>55</sup>.*

Para António Matos Ferreira, «mais do que a ausência do referencial religioso, a laicidade corresponde a uma dinâmica social onde a religião enquanto geradora de valores e de sentido, se encontra em concorrência com outras fontes de significação, disputando a sua pertinência social»<sup>56</sup>.

O laicismo não pretende apenas um Estado neutro perante a religião, mas um Estado que combata a sua influência. A preferência pelo adjectivo neutro em relação a laico<sup>57</sup> na Constituição da República Portuguesa não preveniu derivas laicistas. Uma intervenção de António Lino Neto na câmara dos deputados, a 1 de Agosto de 1923, dará conta da ambiguidade do termo «laico» e seus derivados: «Em Portugal, como lá fora, há duas espécies de “laicismo”, uma que deseja que o Estado seja um simples padrão das consciências e a outra que procura apenas que cada um manifeste livremente a sua religião e que o Estado não tenha uma religião oficial.

Quanto ao primeiro “laicismo”, a minoria católica combate-o intransigentemente, e quanto à segunda espécie de “laicismo” a minoria católica não tem dúvida em harmonizar-se com ele, mas em determinadas condições»<sup>58</sup>.

Fernando Catroga observou que «como a laicidade se tinha de afirmar num campo atravessado por intensos conflitos político-ideológicos – não sendo o menor a oposição do clericalismo à modernização social e política -, este parto doloroso tornou

---

<sup>55</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, p. 273.

<sup>56</sup> António Matos Ferreira, «Laicidade» in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III/J-P, Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 59. O termo laicidade é objecto de diversas interpretações. Fernando Catroga considera que o seu sentido nuclear se encontra expresso na Lei de 1905 que separou o Estado das Igrejas na III República francesa: «La République assure la liberté de conscience. Elle garantit le libre exercice des cultes» (art. 1.º) e «La République ne reconnaît, ni salarie ni ne subventionne aucun culte» (art. 2.º) (Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, p. 341-342).

<sup>57</sup> O termo «laico» pretende ser uma melhor definição de «neutro». É nesse sentido que é empregue por Ferry na câmara francesa, em 1881, e é esse sentido que é reivindicado para o termo por deputados portugueses na Assembleia Constituinte da I República (*Diário da Assembleia Constituinte, sessão n.º 31, de 26 de Julho de 1911*; Fernando Catroga, *Entre Césares e Deuses...*, p. 300-301; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 252).

<sup>58</sup> CEHR (org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009, p. 239.

Consideramos que a caracterização que António Lino Neto faz do que designa por «segunda espécie de laicismo» coloca, no terreno da acção e debate político em 1923, a questão do que hoje pensamos como laicidade.

débeis as suas fronteiras com o laicismo, resposta totalizadora às pretensões, igualmente globais, do clericalismo»<sup>59</sup>.

A proclamação da República em Portugal em 1910 queima as três etapas enumeradas por René Rémond<sup>60</sup>. Como escreveu António Matos Ferreira, «A radicalização do laicismo, com as influências positivistas e republicanas, encaminharam a sociedade para um processo de laicização, onde se defendia o acantonamento do religioso ao âmbito do privado, ou de formas diversas, a substituição da religião tradicional por uma religião cívica associada ao desempenho político do Estado»<sup>61</sup>. O liberalismo radicalizado da República afronta um catolicismo que se romanizara no século XIX, em especial durante os pontificados de Pio IX e Leão XIII. Os dois sumos pontífices exercem o seu magistério durante cinquenta e sete anos, de 1846 a 1903. A imagem do Papa atinge uma projecção desconhecida antes do século XIX e favorece a expansão do ultramontanismo no meio católico.

O ultramontanismo é uma eclesiologia baseada na autoridade do Papa, um pensamento anti-liberal, um culto. Conquista uma parte das elites católicas e possui uma vertente popular que alimenta na Europa jornais católicos de elevadas tiragens, peregrinações e orações nos grandes santuários<sup>62</sup>. A postura de católico militante de António Lino Neto, desde o início centrada na fidelidade às orientações pontifícias e à hierarquia católica nacional ainda que conciliando este modo de ser católico com uma intervenção cívico-política num partido do sistema rotativo da Monarquia Constitucional, o Partido Progressista, evolui, em 1914, para uma auto-definição como católico ultramontano<sup>63</sup>. Apesar desta auto-definição não ser repetida no espaço público

---

<sup>59</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares...*, p. 304.

<sup>60</sup> Durante a monarquia constitucional portuguesa o ambiente de tolerância face ao pluralismo religioso coexistia com a discriminação legal de pessoas de confissão não católica ou sem qualquer religião. A Carta Constitucional de 1826 era ambígua: o artigo 6.º definia a Religião Católica Apostólica Romana como «religião do Reino» e o artigo 145.º afirmava que «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a Moral Pública». O primeiro código penal português, de 1852, criminalizava as ofensas ao catolicismo e punia com a perda de direitos políticos a apostasia do catolicismo. O código de 1886 reintegra estas disposições, embora atenuasse as penas. Em 1878, o estabelecimento do registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos integrou no sistema jurídico indivíduos não católicos (Rita Mendonça Leite, «Enquadramento jurídico das Igrejas durante a Monarquia Constitucional: o regalismo e o estatuto funcional da religião» in *Agência Ecclesia. Semanário de actualidade religiosa. Edição Especial. 5 de Outubro 2010. Centenário da República*, 2010 p. 14-19).

<sup>61</sup> António Matos Ferreira, *O Liberalismo no Cenário Europeu e a sua Implantação em Portugal*, Separata da *Eborensia*, Ano XVII (2004), 33, p. 59.

<sup>62</sup> René Rémond, *Religion...*, pp. 123-144.

<sup>63</sup> Artigo de opinião de António Lino Neto, escrito sob o pseudónimo de «Paulo Agostinho», no jornal *Liberdade*, 17 de Julho de 1914, p. 4.

nos anos em que é presidente do Centro Católico Português, consideramo-la mais esclarecedora do sentido da sua intervenção pública entre 1914 e 1934 do que o termo «catolaico», com o qual é pejorativamente designado por adversários monárquicos católicos da aplicação a Portugal da política do *ralliement*, no âmbito da disputa pela hegemonia do movimento católico organizado.

Para os monárquicos católicos adversários da orientação de *ralliement* do CCP, só a restauração monárquica permitiria defender consequentemente os direitos da Igreja Católica. Após o Pacto de Paris, de 17 de Abril de 1922, pelo qual D. Miguel (II) reconhece as pretensões ao trono de D. Manuel II, os monárquicos que designo por «manuelistas», mostram-se politicamente activos no combate à orientação centrista de obediência ao poder constituído. Devo esclarecer que, neste contexto, «manuelista» não possui necessariamente uma conotação de «liberal», apesar de D. Manuel II ser o último rei da monarquia liberal. A maioria dos «manuelistas» e os seus intelectuais mais activos na década de 1920, não podem ser definidos como liberais, mas como integralistas (caso de Alfredo Pimenta) ou conservadores apoiados por integralistas (caso de Fernando de Sousa, Nemo). No mesmo período, a Junta Central do Integralismo Lusitano auto-suspende-se e os seus elementos, sem renunciar à doutrina de restauração monárquica, afastam-se da política activa. Não defendem as pretensões ao trono de D. Manuel II, preferindo centrar a sua actuação no terreno cultural e ideológico.

Para compreendermos as conjunturas religiosas, políticas e sociais em que António Lino Neto intervém como católico e cidadão, não nos podemos limitar a uma periodização das fases políticas da crise do liberalismo em Portugal, teremos de cruzá-la com a evolução das grandes linhas orientadoras da acção para os católicos, traçadas nos diferentes pontificados, orientações que António Lino Neto procura seguir e das quais, enquanto presidente do Centro Católico Português, é porta-voz legitimado pela hierarquia eclesiástica.

O magistério pontifício durante o qual o nosso biografado se forma é o de Leão XIII, Papa de 1878 a 1903, que se distingue por colocar o talento diplomático e o desenvolvimento de uma teologia política ao serviço das posições da Igreja Católica, vista como sociedade perfeita, e da sua doutrina. Como analisa Jacques Gadille, Leão XIII é um homem com uma postura intransigente face aos fundamentos revolucionários da autoridade, que nas suas primeiras encíclicas de 1878 condena os «igualitarismos

absolutos» e a teoria da origem do poder do *Contrato Social* de Rousseau<sup>64</sup>. É também durante o seu pontificado que, a par da afirmação das teses, são admitidos, «em hipótese», compromissos com os regimes políticos do século, cuja diversidade é relativizada. A fórmula que se popularizará é que os católicos devem obedecer às autoridades legitimamente constituídas ao mesmo tempo que se empenham na revisão da legislação injusta. Uma perspectiva que é menos favorável à formação de partidos confessionais do que à participação dos católicos em obras sociais sob a orientação dos bispos e à união das diversas tendências conservadoras, eventualmente em aliança com liberais moderados, para revogar a legislação anticlerical<sup>65</sup>.

António Matos Ferreira observa que o ultramontanismo, paradoxalmente, valoriza a liberdade no confronto com o liberalismo político. Não a liberdade individual e de consciência, mas a «liberdade da religião e da Igreja em relação ao Estado»<sup>66</sup>. O mesmo historiador sublinha o aparecimento, durante o pontificado leonino, de um «terceiro lugar», entre a aceitação e a recusa católica do Estado liberal: o catolicismo integral. Esta posição expressa na encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, encara a questão social como uma «crise moral» cuja solução reside na prática católica<sup>67</sup>. O programa do catolicismo integral visa a união dos católicos no terreno social e não se legitima apenas pelo princípio da verdade, mas também pelo da utilidade social<sup>68</sup>. No entanto, não é claro nem pacífico entre os católicos que a essa união no terreno social deve ou pode corresponder uma participação política plural<sup>69</sup>.

O Partido Progressista, no qual António Lino Neto se iniciará na política, é com o Partido Regenerador, um dos dois partidos rotativos integrantes do sistema político da «Regeneração», nome que constitui em si mesmo um programa alternativo às propostas revolucionárias. Ambos os partidos aceitam o estatuto que a monarquia constitucional

---

<sup>64</sup> Jean-Marie Mayeur (et alt.), *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, Tome XI, *Libéralisme, Industrialisation, Expansion Européenne (1830-1914)*, [Paris], Desclée, 1995, p. 474.

<sup>65</sup> Jean-Marie Mayeur (et alt.), *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, Tome XI, p. 475-476.

<sup>66</sup> António Matos Ferreira, *A Igreja Católica em confronto com o liberalismo*, separata das *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (8 a 13 de Julho de 2002)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2003, Vol. 3, p. 27.

<sup>67</sup> António Matos Ferreira, «Liberalismo» in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III/J-P, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 435.

<sup>68</sup> António Matos Ferreira, *A Igreja Católica...*, p. 32-34.

<sup>69</sup> Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980; António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional...*; Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910). Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

atribui à Igreja Católica como religião de Estado e constituem os pilares de um sistema político em crise na década de 1890, com os quais procura romper o Partido Republicano Português e os novos partidos monárquicos da primeira década do século XX.

Pio X exercerá o magistério pontifício de 1903 a 1914 e, em relação à I República portuguesa, tomará uma atitude de afrontamento. A escolha do seu nome indica a vontade de continuar o magistério de Pio IX, que condenara os erros do liberalismo. Giuseppe Sarto chega a cardeal sem trabalhar na cúria romana e a Papa sem desempenhar funções diplomáticas. É um «pastor»<sup>70</sup> que age de acordo com a palavra de ordem de S. Paulo *Instaurare omnia in Christo* e que dá continuidade a muitos veios doutrinais de Leão XIII, mas não ao seu exemplo de negociação e compromisso. A relação entre sociedade eclesiástica e civil deve basear-se no reconhecimento mútuo, com obrigações de ambas as partes, e não num compromisso, que se torna objecto de suspeição. Pio X condena, em 1907, na encíclica *Pascendi*, posições sociais, políticas e teológicas muito diversas, que têm em comum procurarem legitimar o pensamento e acção católicos sem recorrer à autoridade eclesiástica ou à verdade revelada e que designa por «modernistas». É um Papa que marca a Igreja Católica do século XX ao conduzir uma reforma da administração central romana que em muitos aspectos se mantinha desde o Concílio de Trento. A mudança dos processos administrativos no sentido de uma maior centralização é acompanhada por uma profunda reforma do Direito canónico. O cardeal Pietro Gasparri, que será o secretário-geral do Vaticano durante a maior parte do tempo em que António Lino Neto presidirá ao Centro Católico Português, foi uma peça fundamental nestas mudanças.

O movimento social católico conhecerá um novo impulso sob a direcção de Pio X que incentiva a participação de leigos católicos em obras sociais, desde que estritamente subordinados à autoridade eclesiástica. A aplicação deste princípio à actividade política é projectada em 1906, quando são elaborados os estatutos de uma União popular que prevêem a criação de uma União eleitoral católica. Era uma alternativa à via seguida por Romolo Murri da intervenção política de democratas-cristãos autónomos, ou seja, desvinculados da autoridade eclesiástica. É um princípio que será em parte aplicado, num contexto político, social e religioso distinto, no Centro

---

<sup>70</sup> Jean-Marie Mayeur (et alt.) *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, Tome XI, pp. 481-485.

Católico Português. O pontificado de Pio X corresponde a um período de discrição política de António Lino Neto. A sua imagem pública de um católico activo é formada pela participação na Obra dos Congressos<sup>71</sup>, criada em 1908 no III Congresso das Agremiações Populares Católicas, e presidida por Francisco José de Sousa Gomes, professor catedrático da Universidade de Coimbra e director da primeira série dos *Estudos Sociais*, do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC).

É no pontificado de Bento XV (1914-1922) que António Lino Neto ensaia uma intervenção cívica e religiosa de maior visibilidade pública. Em Março de 1915 integra a comissão de advogados encarregue de estudar os estatutos da União Católica. De 1916 a 1918 fez parte da Comissão para a Assistência Religiosa em Campanha. Durante a República Nova de Sidónio Pais foi deputado e presidente da câmara de deputados, além de vereador da câmara municipal de Lisboa. Aceitou o convite para ser presidente do Centro Católico Português, em 1919, após uma experiência como deputado centrista durante a República Nova de Sidónio Pais que o levou a ser vice-presidente e presidente da câmara dos deputados. Se Leão XIII e Pio X são os Papas da formação religiosa de António Lino Neto, Bento XV é a referência decisiva da sua intervenção cívico-política como católico no período em que é o leigo com maiores responsabilidades públicas. Giacomo Delle Chiesa (1854-1922) estudou Direito na Universidade de Génova, onde se doutorou em 1875, e seguiu o curso da gregoriana em Roma. Trabalhou como secretário particular de Monsenhor Rampolla quando este foi nomeado núncio em Madrid, em 1882, e continuou a colaborar com ele quando se tornou Secretário de Estado do Vaticano em 1887. Permaneceu nas mesmas funções quando Merry del Val sucedeu a Rampolla, em 1907. No mesmo ano é designado arcebispo de Bolonha. Recebe a púrpura cardinalícia em 1914, pouco antes de ser eleito Papa. É um homem com uma formação académica sólida e experiência diplomática, que conhece bem quer a cúria romana, quer a Península Ibérica, e que se mostra empenhado em transformar o ambiente de suspeita herdado do pontificado anterior num sentido favorável ao debate das questões em aberto.

A Grande Guerra é a principal questão ética, de relações internacionais e pastoral com que Bento XV se confronta. As suas tomadas de posição demarcando-se

---

<sup>71</sup> É na qualidade de orador nos Congressos de 1909 e de 1910 que Marie-Christine Volovitch, na sua tese de doutoramento, caracteriza a participação de António Lino Neto no movimento católico (Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique au Portugal à la Fin de la Monarchie Constitutionnelle (1891-1913). (Des Dernières années de la monarchie à l'implantation de la République)*, Paris, [Policopiado], 1983).



dos nacionalismos e apoiando as iniciativas de paz são mal compreendidas no seu tempo. É favorável a uma intervenção política dos católicos de matiz democrata-cristão. Em 1918 o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Gasparri, autoriza Don Sturzo a fundar o Partido Popular Italiano (PPI). No ano seguinte o PPI é criado em Itália e o Centro Católico é reestruturado em Portugal. Em 1922 é criado o Partido Social Popular em Espanha e, em 1924, o Partido Democrata Popular em França. No pós Grande Guerra, partidos de referência democrata-cristã ou cristã social participam na vida política dos países bálticos, na Polónia, nos países da Europa Central nascidos do colapso do Império Austro-Húngaro. Ou seja, o Centro Católico Português integra uma vaga de catolicismo político<sup>72</sup> na Europa do pós Grande Guerra animada por Bento XV, o que não obsta a que tenha características específicas, como o seu carácter assumidamente confessional, subordinado à hierarquia eclesiástica e o seu declarado carácter não-partidário. Características que integravam a cultura católica europeia, mas que estavam a mudar no período do pós-Guerra, como indica Martin Conway: «it was only after the First World War that political Catholicism reached its full fruition in most countries of Europe, as the vestige of nineteenth-century Catholic hostility towards the political process gave way efforts to articulate a distinctly Catholic form of politics»<sup>73</sup>. Apesar das circunstâncias nacionais poderem servir de objecção à própria ideia de um catolicismo político, o historiador citado enfatiza a existência de traços comuns aos diferentes catolicismos europeus no período de entre guerras<sup>74</sup>. Em primeiro, lugar, o catolicismo político, opera dentro de fronteiras bem delimitadas: fronteiras nacionais, apesar de alguns apelos à cooperação internacional, e fronteiras entre crentes e não-crentes. Uma definição válida para o Centro Católico Português, com a ressalva que é a primeira fronteira – a do nacionalismo – que permite relativizar a fronteira confessional. Um segundo traço comum é o facto dos partidos católicos serem partidos de *meio*, apoiando-se em associações católicas em vez de organizações modernas de movimentos políticos. A hierarquia eclesiástica é parte integrante deste meio, embora a tendência geral seja a de reconhecer a autonomia dos leigos. No caso português, a autonomia é menor do que em partidos em que o carácter não-confessional é explicitamente

---

<sup>72</sup> Jean-Marie Mayeur, *Des Partis Politiques à la Démocratie Chrétienne, XIX-XX siècles*, Paris, Armand Colin, 1980, p. 104-105.

<sup>73</sup> Martin Conway, “Introduction” in Tom Buchanan, Martin Conway (ed.), *Political Catholicism in Europe...*, p. 2.

<sup>74</sup> Martin Conway, «Catholic Politics or Christian Democracy? The Evolution of Inter-War Political Catholicism» in Wolfran Kaiser and Helmut Wohnout, (ed.), *Political Catholicism in Europe 1918-1945*, Vol.I, London and NY, Routledge, 2004, p. 237-241.

declarado (PPI) ou em que há um reconhecimento implícito da distância entre Igreja e partido (quase todos os outros), mas a presidência do CCP por António Lino Neto representa um reforço do protagonismo dos leigos na defesa dos interesses da Igreja Católica em Portugal. Por último, um dos princípios do catolicismo político neste período é a afirmação do primado da unidade, à excepção da França onde a força de diferentes tradições, especificidades regionais e correntes ideológicas torna incontornável o pluralismo político.

Achille Ratti (1857-1939) sucedeu a Delle Chiesa como Pio XI (1922-1939), definindo como missão da Igreja a reconquista cristã da sociedade através da Acção Católica<sup>75</sup> e, por conseguinte, secundarizando o papel dos partidos políticos de inspiração cristã como mediadores entre a Igreja Católica e os Estados. Esta orientação será, a prazo, um dos factores que ditará o fim do Centro Católico Português. Mas os seus efeitos não serão imediatos. Num cenário de incerteza social e política, a Santa Sé não quer prescindir de um meio de defesa. A execução da diplomacia vaticana passa em grande parte pelo secretário de Estado, cardeal Gasparri, nomeado para o lugar por Bento XV em 1914 e que nele se mantém até 1930, assegurando as continuidades favoráveis à defesa dos interesses da Igreja Católica.

#### *António Lino Neto – originalidade e representatividade de um percurso*

Esboçados os contornos e as linhas de força das periodizações do contexto político e católico em que vive o nosso biografado – o da crise do liberalismo em Portugal desde a agonia da monarquia constitucional à instauração do Estado Novo -, julgamos pertinente questionar de novo a relação entre a vida pública de António Lino Neto e a sociedade do seu tempo. Em primeiro lugar para sublinhar a interacção entre o indivíduo e as suas circunstâncias. Não nos propomos apenas narrar e compreender um percurso individual contextualizando-o, mas também narrar e compreender uma sociedade contando a vida de um dos seus elementos. Em segundo lugar para afirmar que cremos que a singularidade desse percurso não se deve apenas à personalidade de António Lino Neto, mas também deve muito ao facto das suas sociabilidades serem em parte distintas das sociabilidades formativas de figuras que haveriam de marcar a História e a memória da política e da Igreja portuguesas do século XX, figuras como António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira. António Lino Neto forma-

---

<sup>75</sup> Jean-Marie Mayeur (et. alt.), *Histoire du Christianisme des origins à nos jours*, Tome XII, *Guerres Mondiales et Totalitarismes (1914-1958)*, [Paris], Desclée-Fayard, 1990, p. 20-23.

se em Coimbra na década de 1890, antes da constituição do CADC, mesmo o da primeira fase, que só surge em 1901. Colabora com um partido da monarquia constitucional, o Partido Progressista, a nível local, quando a elite católica que formará o Estado Novo fará o essencial da iniciação política já após a implantação da República. A experiência docente de António Lino Neto foi em Lisboa, como professor catedrático de Economia Política e Direito Administrativo no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a partir de 1908, quando tanto Salazar como Cerejeira e outros dirigentes do Centro Católico Português foram docentes em Coimbra.

António Lino Neto foi um leigo católico institucionalmente representativo, durante a monarquia constitucional como dirigente da Obra dos Congressos e de 1919 a 1934 como presidente do Centro Católico Português. Para compreendê-lo é portanto necessário compreender a instituição que ele quer servir – a Igreja Católica –, as motivações que o movem, os problemas com que se depara.

Manuel Villaverde Cabral colocou a questão de um outro tipo de representatividade de António Lino Neto, ao considerá-lo «o ideólogo mais articulado» da «burguesia das províncias». Por este termo pretende designar «essas forças locais – económicas, sociais, e ideológicas – que até então [à República Nova de Sidónio Pais] se tinham contentado em servir de *relais*, de intermediário, entre o poder central e as comunidades locais, sem no entanto, partilharem esse poder central, a não ser como suas beneficiárias subalternas»<sup>76</sup>. É uma observação que tomaremos como hipótese de trabalho e que constitui um dos critérios para avaliar em que medida a ideologia do Estado Novo continua e/ou constitui uma inflexão nas posições ideológicas do presidente do Centro Católico Português.

#### *Bibliografia e fontes sobre António Lino Neto*

A bibliografia sobre António Lino Neto é escassa e centrada na sua actuação como presidente do Centro Católico Português. Manuel Braga da Cruz estudou-o nessa qualidade no seu pioneiro trabalho *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*<sup>77</sup> e escreveu uma entrada biográfica para o suplemento ao *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica<sup>78</sup>. Adelino Alves

---

<sup>76</sup> Manuel Villaverde Cabral, «A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)» in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, 2.º, p.381-382.

<sup>77</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*

<sup>78</sup> «Neto, António Lino» in António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII, Suplemento F/O, Lisboa, Figueirinhas, 1999, p. 600.

também analisa a sua acção nessa perspectiva em *Centro Católico Português: a Igreja e a Política*. Ambos se baseiam fundamentalmente na bibliografia activa de António Lino Neto e na imprensa da época. Referências esparsas a esta personalidade encontram-se em obras de autores que têm estudado a questão religiosa na I República, nomeadamente Arnaldo Madureira<sup>79</sup>, Luís Salgado de Matos<sup>80</sup> e Maria Lúcia de Brito Moura<sup>81</sup>.

Mais recentemente, o trabalho parlamentar de António Lino Neto foi objecto de uma edição precedida de um estudo introdutório de João Miguel Almeida, recorrendo ao arquivo António Lino Neto, então em fase de organização<sup>82</sup>. Uma antologia da actividade publicista de António Lino Neto como académico, jornalista, advogado, foi organizada sob a forma de antologia por João Miguel Almeida e Rita Mendonça Leite<sup>83</sup>. Marco Silva dedicou uma dissertação de mestrado em ciência política ao pensamento deste militante católico<sup>84</sup>.

A fonte nuclear desta tese, mais pelas pistas que abriu e pelas relações que permitiu estabelecer do que pela quantidade de informação que disponibilizou, foi o Arquivo Professor António Lino Neto, organizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica a partir de um espólio familiar. Para compreender os problemas com que António Lino Neto se defrontou na presidência do Centro Católico Português, entre 1919 e 1934, foi imprescindível a consulta do Archivio Segreto di Vaticano, que integra três arquivos distintos consultados: Archivio della Nunziatura di Lisbona, Archivio della Segreteria di Stato e Archivio della Sacra Congregazione degli Affari Straordinari. O Arquivo da Universidade de Coimbra permitiu-nos compreender melhor o período de formação universitária de António Lino Neto. A documentação

---

<sup>79</sup> Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma Autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003 e Arnaldo Madureira, *Salazar. A Instauração da Ordem*, Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

<sup>80</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*, Lisboa, D. Quixote, 2011.

<sup>81</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa» na I República*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010 e Maria Lúcia de Brito Moura, *Nas Trincheiras da Flandres. Com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

<sup>82</sup> João Miguel Almeida, «António Lino Neto (1873-1961): Perfil de um parlamentar católico» in CEHR (org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Edições da Assembleia da República/ Texto Editores, 2009, p. 17-58.

<sup>83</sup> João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto: Perfil de uma Intervenção Pública. Antologia de Textos (1894-1940)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011.

<sup>84</sup> Marco Silva, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto. Um católico militante entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

destes arquivos foi completada pela consulta de arquivos que organizaram a documentação de outras personalidades ligadas ao Centro Católico Português: Arquivo Oliveira Salazar, o Arquivo Mário de Figueiredo, o Arquivo José Maria Braga da Cruz. Recorremos ao Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa para esclarecer aspectos da intervenção pública de António Lino Neto e consultámos o Arquivo Histórico Parlamentar. A consulta ao espólio do padre Neves Correia, pároco de Barbacena, permitiu-nos compreender melhor um período da vida de António Lino Neto que, face às outras fontes, era bastante lacunar: o de 1907 a 1917.

Estes arquivos contêm documentos de natureza muito diversa, incluindo recortes de jornais, que no entanto não dispensaram a consulta de periódicos da época aqui estudada, com particular enfoque no jornal em que António Lino Neto começou a escrever, *O Distrito de Portalegre*; aquele que dirigiu durante mais de uma década, *A União*; o *Novidades*, jornal fundamental para compreender a dinâmica católica nos anos 20 e 30 do século XX; e outros jornais em que António Lino Neto colaborou ou onde a sua acção foi comentada e/ou criticada. O *Diário das Sessões* da câmara dos deputados foi uma fonte primária para seguir as intervenções parlamentares de António Lino Neto, intervenções que por vezes convém cotejar com as transcrições de *A União* e do *Novidades*.

A bibliografia activa de António Lino Neto, constituída não só por livros mas também por diversos opúsculos que publicam conferências proferidas ou peças jurídicas escritas, é fundamental para compreender um homem que tinha ideias e se batia por elas. Os livros de memórias sobre este período são poucos e por isso mesmo prestámo-lhes a devida atenção crítica.

De acordo com o plano desta tese, após a presente introdução que define o objecto, a sua periodização, metodologia e fontes, dedicamos um capítulo à imagem pública (capítulo II) que António Lino Neto deixou como militante político e religioso. Após traçarmos um perfil das marcas da sua presença na sociedade do seu tempo e na construção de uma memória posterior, confrontaremos essas imagens, com aspectos de idealização e de caricatura negativa, com uma narrativa construída a partir do cruzamento de fontes e no contexto que temos vindo a definir. Podemos dividir essa narrativa em duas partes cuja fronteira é traçada pela implantação da República. Na primeira parte analisamos a formação de António Lino Neto, como cidadão e católico, e o início da sua vida activa. É constituída por capítulos dedicados às suas raízes sociais e

familiares e à sua formação no seminário e na universidade (capítulo III), à sua iniciação na vida profissional e política, primeiro na província (capítulo IV), depois na capital (capítulo V). A partir da implantação da I República, a vida pública de António Lino Neto é condicionada pelas mudanças de ambiente político: após a fase inicial da I República caracterizada por grande incerteza face às possibilidades de intervenção pública dos católicos em que António Lino Neto tem uma intervenção cívica notada mas discreta (capítulo VI), é na República Nova de Sidónio Pais que António Lino Neto atinge uma dimensão política nacional ao ser eleito deputado e vereador municipal (capítulo VII). Na nova república do pós Grande Guerra a sua intervenção como presidente do Centro Católico Português e director de *A União* possui uma relevância que não se pode medir pelo número de deputados do CCP (capítulo VIII). Com a instauração da ditadura militar, António Lino Neto mostra reservas iniciais face à política religiosa do novo governo para encarar com enorme expectativa positiva a chegada de Salazar a ministro das Finanças em 1928 (capítulo IX). No entanto, a partir de 1930, ano em que coloca pela primeira vez aos bispos a questão da sua demissão de Presidente do Centro Católico Português, que o sentido do seu papel e do CCP é questionado quer pelo poder político quer por muitos católicos. A criação da União Nacional e a entronização de Manuel Gonçalves Cerejeira como cardeal-patriarca, no ano anterior, marcam o novo ambiente eclesial e político, em que tensões institucionais e conflitos pessoais se agudizam (capítulo X). Em todos os capítulos procurámos compreender o que o nosso biografado tinha de particular e de comum a outros homens do seu tempo.

# **I – A construção de uma imagem pública e a formação de uma personalidade**

## **1.1. O perfil público de um cidadão e militante católico**

António Lino Neto<sup>85</sup> morreu a 16 de Novembro de 1961, cerca de vinte anos depois de se ter afastado da vida pública. Em 1942 jubilara-se pelo Instituto Superior Técnico e no ano seguinte deixou de ser vice-reitor da Universidade Técnica, cargo que desempenhou entre 1938 e 1943. Não é no entanto pelo exercício destas funções que António Lino Neto é evocado nos jornais que noticiam o seu falecimento, mas pela militância católica, que marcou toda a sua vida, e pelo papel desempenhado na I República, três décadas e meia antes. Alguns pormenores relatados acerca das cerimónias fúnebres assinalam de forma clara a sua pertença à Igreja Católica e a inscrição da história de António Lino Neto numa memória complexa da I República, pois diversas personalidades ligadas ao Estado Novo fizeram-se representar no funeral, ao mesmo tempo que essa memória foi explicitamente convocada por sectores da oposição ao regime vigente que prestaram homenagem ao falecido.

O corpo de António Lino Neto é trasladado para a Igreja de S. José, em Lisboa, antes de ser transportado e sepultado no cemitério da sua terra natal, em Mação. Pelo velório na Igreja de S. José passa um representante de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa. O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, o ministro da Justiça, João Antunes Varela, e o da Saúde, Henrique Martins de Carvalho, enviaram telegramas de condolência à família. Outras personalidades ligadas à «situação» compareceram, fizeram-se representar ou enviaram telegramas à família: António Pinto Barbosa, ex-ministro das Finanças, Veiga de Macedo, o presidente da União Nacional, o professor Moses Bensabat Amzalak, Caeiro da Mata. Mas também oposicionistas: eng.º Cunha Leal, Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, Raul Rego. A imprensa católica estava representada ao mais alto nível pelos monsenhores Avelino

---

<sup>85</sup> Um primeiro esboço biográfico de António Lino Neto foi escrito pelo autor desta tese como introdução ao volume reunindo as suas intervenções parlamentares: CEHR (Org.) *António Lino Neto...*, p. 17-58. Este trabalho, escrito quando o Arquivo Professor António Lino Neto ainda não estava organizado e o ASC/ENC não se encontrava disponível, incidiu sobre um período cronológico mais curto do desta tese: desde o nascimento, 1873, até ao fim da sua actividade parlamentar, em 1926. A citada introdução biográfica foi usada como bibliografia secundária numa dissertação de mestrado posteriormente publicada em livro: Marco Silva, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto*. Este livro é uma dissertação em Ciência Política, que contém uma introdução histórica à figura, centrando o núcleo do texto numa análise sistemática do seu pensamento na perspectiva das metodologias da Ciência Política.

Gonçalves e Moreira das Neves, respectivamente director e chefe-de-redacção do *Novidades*.

O principal diário católico, o *Novidades*, deu um maior destaque à notícia da morte de António Lino Neto: a 17 de Novembro foi notícia de capa, com continuação na terceira página. No mesmo dia, o *Diário da Manhã* foi muito mais discreto: colocou a notícia na página 17, na secção de necrologia. O *Diário de Notícias* deu-lhe exactamente a mesma cobertura noticiosa. O *Século* noticiou a morte de António Lino Neto na página 8, no dia 16 de Novembro. O *Diário de Lisboa* foi, depois do *Novidades*, o jornal que mais destacou o óbito: logo no dia 16 de Novembro saiu uma notícia necrológica em duas páginas, 16 e 17. E no dia 17 foi publicada a notícia do funeral com a relação das personalidades presentes ou que enviaram condolências. O jornal apresentou as suas próprias condolências a Francisco Lino Neto. Em contraste, outros periódicos de oposição ao Estado Novo, como o *República* e o *Seara Nova*, não publicaram obituários de António Lino Neto.

A posição do *Diário de Lisboa* parece claramente influenciada por ligações a Francisco Lino Neto, o mais novo de oito filhos de António Lino Neto e o único que enveredou pelo oposicionismo ao Estado Novo, de modo público e notório em 1958, durante a campanha eleitoral de Humberto Delgado. A importância que o *Diário de Lisboa* atribui à vida pública de António Lino Neto não é só explicável por relações pessoais com a família, mas por uma visão da personalidade desaparecida e do papel que desempenhara durante a I República. O título da notícia afirma que o falecido «foi um paladino da aproximação entre a Igreja e a República»<sup>86</sup> e o perfil biográfico justifica esta imagem: «A política de sincero entendimento com a República, sem quebra das suas convicções e ao serviço dos interesses legítimos da Igreja, teve nele um defensor caloroso e eficaz, cuja acção, conciliatória e dignificante, bem merece ser recordada nesta hora»<sup>87</sup>.

Se o papel de António Lino Neto durante a I República é o aspecto da sua vida pública mais sublinhado, o texto começa por apresentar a personalidade falecida como «uma figura relevante da vida e da sociedade portuguesa no último meio século em que exerceu notável actividade nos domínios pelos quais se repartiu a sua acção tenaz infatigável – a advocacia, o magistério, a política – em todos se distinguindo e

---

<sup>86</sup> *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1961, p.9.

<sup>87</sup> *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1961, p.11.



alcançando lugar destacado»<sup>88</sup>. É uma evocação que, involuntariamente, assinala um esquecimento – o da intervenção pública de António Lino Neto durante os últimos anos da monarquia constitucional. Como escreveu Enzo Traverso, «Para existir como campo de saber [...] a história deve emancipar-se da memória, não rejeitando-a mas colocando-a à distância»<sup>89</sup>. Assim o esboço da memória coloca um primeiro desafio à escrita historiográfica e biográfica: o de averiguar as continuidades e rupturas biográficas entre dois tempos, o da monarquia constitucional e o da I República, o primeiro esquecido no momento da morte do biografado, o segundo recordado com uma tal intensidade que continua a definir a imagem pública da vida evocada mesmo 35 anos após o 28 de Maio de 1926.

O obituário do *Diário de Lisboa* publica outras imagens da personalidade pública de António Lino Neto, nomeadamente em torno da sua fé e convicções, inteligência, cultura e qualidades no relacionamento pessoal: «A firmeza na crença e nas convicções, a compreensão em relação aos adversários das suas ideias, a tolerância sem quebra dos pontos de vista pelos quais corajosamente se bateu foram traços predominantes do seu carácter de eleição. Uma inteligência viva e penetrante, valorizada por uma erudição e uma cultura que incessantemente se completaram e aperfeiçoaram no estudo, especialmente nas matérias que versou na tribuna, na cátedra e na Imprensa, distinguiu este mestre que não foi apenas um professor, tornando-o credor do respeito e da admiração de amigos e adversários. Assim, a sua vida foi uma lição constante, em que as atitudes singram como complemento de ideias que através de tudo preconizou e defendeu com entusiasmo e sinceridade indesmentíveis»<sup>90</sup>.

#### 2.1.1. Baluarte da fé ou «catolaico»?

Em 1961 já se encontrava muito esbatida a fractura política entre católicos que gerara mais conflitos na I República: a clivagem que opusera os católicos adeptos do *ralliement* com a República, adeptos de uma secundarização da questão do regime face à causa católica, aos católicos que tinham pretendido subordinar a causa católica à restauração monárquica. António Lino Neto fora uma figura cimeira da primeira tendência, seguindo as orientações pontifícias.

---

<sup>88</sup> *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1961, p. 9.

<sup>89</sup> Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar. História, Memória e Política*, s.l., Edições Unipop, 2012, p.25.

<sup>90</sup> *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1961, p.9.

A fidelidade às orientações da Santa Sé não fora, porém, uma garantia de apoio consensual no meio católico. Pelo contrário, António Lino Neto foi uma figura muito controversa na nova República do pós Grande Guerra. As imagens construídas por textos e iconografia em torno do Presidente do Centro Católico Português oscilam entre dois extremos: o do católico impoluto e o do católico comprometido com os inimigos da Igreja Católica.

O exemplo mais claro da construção de uma imagem modelar em torno de António Lino Neto é-nos dado pelo soneto «Uma alma de eleição», escrito pela sua conterrânea Rita Costa, em Julho em 1922, e publicado no jornal *A Região* em 14 de Agosto do mesmo ano<sup>91</sup>. A primeira quadra define a atitude de António Lino Neto como a de militante católico, num sentido próximo do sentido etimológico da palavra, conotado com militar, embora fique explícito que a via de combate travada não é a das armas: «Gigantesca figura de homem crente!/Baluarte da fé,/Mensageiro da vida e não da morte,/Porque traz no seu peito o Deus clemente!» É uma imagética que, sendo reforçada pela mobilização católica portuguesa no contexto da I República, reflecte as representações dominantes dos católicos na Europa de entre Guerras. Martin Conway considera que: «No other image was as characteristic of Catholic self-representation during the 1920s and the 1930s as that of the Church and the faithful as a bastion of order and truth in a disordered and corrupt world»<sup>92</sup>.

O perfil público de António Lino Neto é muito marcado quer pela pertença confessional, quer pela defesa de interesses locais que, como veremos, ele teorizou nos seus textos sobre o municipalismo. É sintomática que a dedicatória do soneto seja «Ao meu ilustre conterrâneo» e que ele seja publicado num periódico intitulado *A Região*. No entanto, a segunda quadra do poema apologético sublinha que estas características não impediram que a figura pública de António Lino Neto alcançasse uma dimensão nacional e extravasasse as fronteiras da Igreja Católica: «Do “bom sementeiro” lança a semente,/Percorrendo do país de Sul a Norte.../Sendo tal a modéstia do seu porte,/Que cativa o ateu irreverente!».

O primeiro terceto apresenta a acção de António Lino Neto como uma síntese entre duas identidades por vezes em tensão: a católica, de carácter transnacional, e a portuguesa, formulada em termos patrióticos ou nacionalistas. A sua acção está

---

<sup>91</sup> Cf. Anexo n.º1.

<sup>92</sup> Martin Conway, «Catholic Politics or Christian Democracy?»..., p.237.

intrinsecamente ligada ao valor do trabalho, que era claramente interiorizado pelos sectores sociais que formavam os quadros do Centro Católico Português. A maior parte dos militantes centristas provinham de famílias de pequenos e médios proprietários rurais e tinham estudado sem desafogo económico na Universidade de Coimbra, ascendendo socialmente através do seu trabalho na vida académica, nos jornais, em profissões liberais: «Movido pela Fé e pátrio amor,/Não fraqueja: trabalha sem cessar!».

O último verso do soneto dá o mote à «reconquista cristã» de que o Centro Católico Português pretendia ser um veículo e António Lino Neto um dirigente: «E que Jesus a todos quer salvar!».

Esta imagem ideal de cruzado pacífico, traçada pelos versos clássicos de um soneto, contrasta com a imagem construída na sátira política *Saúde e Fraternidade. História dos acontecimentos políticos em Portugal desde agosto de 1924 a novembro de 1926*, publicada pela primeira vez em 1924 e que teve sete edições até à década de 1950, escrita pelo monárquico Campos Monteiro (1876-1933). O romance é dedicado aos jornalistas monárquicos Conselheiro Fernando de Sousa, Moreira de Almeida e Rocha Martins. A primeira destas figuras, mais conhecida pelo pseudónimo jornalístico «Nemo» fora um dos três dirigentes do Centro Católico Português entre 1917 e 1919, vindo a ser um dos principais críticos da direcção de Antonio Lino Neto a partir de 1919 pela política de *ralliement* com a República. Em 1925 Nemo saiu mesmo do CCP.

É um romance que narra um futuro próximo imaginado em 1924, usando o artifício literário de um teosofista/vidente ter ditado a Campos Monteiro uma História da República publicada no Porto em 1993. A obra transforma políticos e figuras públicas da República do pós Grande Guerra em personagens de ficção que assistem ou contribuem para a passagem da República vigente para uma «República Radical», uma «República Social», de inspiração bolchevique e, finalmente, o triunfo da contra-revolução sob a bandeira monárquica. O lugar que o autor atribui aos monárquicos no processo político é definido no capítulo V, quando descreve o modo como se posicionam as diversas tendências político-ideológicas perante a eminente revolução:

«Dias depois sabia-se, por nova nota oficiosa do Conselho Superior da Política Monárquica, que os fascistas, os presidencialistas e alguns republicanos independentes se haviam fundido com os adeptos de D. Manoel II. Era, afinal de contas, a tendência para o equilíbrio político: um só partido na extrema direita, o monárquico; outro no centro, o

republicano conservador; e outro na extrema esquerda, constituído pelos radicaes e socialistas, ainda não fusionados, mas já aliados pela força das circunstâncias»<sup>93</sup>.

A personagem de António Lino Neto é construída como uma variante concreta de um tipo político: o católico disposto a todas as transigências perante o processo de subversão política e social. É intencional o seu aparecimento no enredo a par de Júlio Dantas, apresentado como uma variante laica e literata do mesmo tipo. Logo no primeiro capítulo, após a «revolução de 27 de Agosto», Procópio de Freitas, um dos dirigentes revolucionários, entra no seu gabinete no Ministério do Interior «que regorgitava de correligionários, ávidos por felicitá-lo», e depara com um cenário inesperado:

«Foi com certo assombro que viu avançar para ele dois adversários políticos, até então ocultos no vão de uma janela. O primeiro d'eles, Júlio Dantas, ia cumprimentá-lo pela victoria, «no cumprimento de um irremissível dever de cortesia», e lembrar-lhe a necessidade de prosseguir n'umas negociações que ele tinha iniciado, e quasi levado a bom termo, quando a revolta o surpreendeu. O segundo, Lino Neto, pediu licença para apresentar as suas felicitações pessoais e comunicar que o Centro Católico, fiel ao seu programa, resolvera dar o seu apoio aos poderes constituídos...»<sup>94</sup>.

A crítica a António Lino Neto e à orientação do Centro Católico Português que personifica é reiterada e desenvolvida no capítulo IV, que narra as peripécias do governo revolucionário:

«Muita gente estranhou, portanto, que em todos os números das festas de 19 de outubro aparecesse, no primeiro plano dos assistentes, o chefe católico Lino Neto. Não o poderia, porém, estranhar quem soubesse que o programa político do Centro Católico consistia n'aquela incondicional submissão aos poderes constituídos, sofrendo com paciência os seus agravos e agradecendo untuosamente, de espinha curvada, qualquer «especial deferência» que de quando em quando cahisse, quasi como uma esmola, das mãos do governo»<sup>95</sup>.

Nesse futuro imaginário, que é para nós um passado alternativo, nas eleições «cozinhadas» pelo governo revolucionário, a 25 de Novembro de 1924, António Lino Neto é um dos cinco deputados católicos eleitos, juntamente com nove monárquicos, 16 republicanos conservadores, três republicanos independentes, quatro feministas, 31 radicais, seis socialistas moderados e 21 socialistas avançados<sup>96</sup>. António Lino Neto, como na vida real, é eleito *leader* dos católicos<sup>97</sup>.

---

<sup>93</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade (História dos acontecimentos políticos em Portugal desde agosto de 1924 a novembro de 1926)*, 7.ª edição, Porto, Livraria Civilização, [195?], p. 94-95.

<sup>94</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 42-43.

<sup>95</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 77.

<sup>96</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 105-106.

<sup>97</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 108.

A política religiosa do governo é, como seria previsível, lesiva para a Igreja Católica:

«Estava provado que não podiam os católicos contar com a benevolência de um parlamento como aquele, onde os livre-pensadores eram ás dezenas. Não obstante, os seus cinco representantes em S. Bento, com uma dedicação digna da melhor recompensa, lá seguiam apoiando o ministério e dando o seu voto a quantos projectos de lei o governo apresentava.

Isso não impedia que nas bancadas dos radicaes, ou dos socialistas, se erguessem de quando em quando vozes indignadas solicitando do ministro do Interior o cumprimento rigoroso da Lei de Separação com o aditamento feito pelo governo provisório. Sá Pereira, Estêvão Águas, Santos Boga e os dois Camilos de Oliveira eram, n'este ponto, os mais persistentes, proferindo blasfémias de grosso calibre. Lino Neto, ouvindo-as, sorria seraficamente e erguia os olhos ao céu, como pedindo que aquelas provações lhe fossem creditadas em desconto dos seus pecados. E lá ia respondendo como entendia: serenamente, sem se exaltar, sem erguer o tom da voz, - qual se estivesse dando uma lição no Instituto de que era professor. Já o mesmo não faziam Trindade Coelho e Pinheiro Torres, os quaes, apesar de se não sentarem no sector católico, pregavam cada sarabanda nos livres-pensadores apostados em irem para ali fazer dislates, que os deixavam de orelhas a arder»<sup>98</sup>.

A composição da personagem António Lino Neto, pouco a pouco, torna-se mais concreta. À medida que adquire consistência mostra também alguma resistência à corrosão satírica. A imagem do professor sereno não é inteiramente negativa no campo conservador ou não aproveitaria a António Oliveira Salazar, outra figura do Centro Católico Português ausente dos três romances satíricos que contam com António Lino Neto no seu elenco de personagens. Salazar, apesar das divergências ideológicas e estratégicas em relação ao campo monárquico manuelista, conseguiu, ainda na I República, obter no campo monárquico mais intransigentemente anti-republicano um reconhecimento que faltou a António Lino Neto. É possível que a forma como eram vistos não se fundasse tanto na doutrina que expunham, mas no conhecimento do seu passado político e das suas ligações pessoais. António Lino Neto estivera ligado ao Partido Progressista e foi convidado para entrar no governo de «acalmção» de Veiga Beirão, o penúltimo da monarquia constitucional, ou para desempenhar cargos de confiança política desse executivo. Não aceitou. No entanto, como veremos, não excluía a hipótese de vir a ser deputado pelo Partido Progressista, quando a orientação política deste partido não consistia na intransigência face ao republicanismo, era a da «acalmção». Salazar, mais novo, não possuía qualquer ligação aos rotativos da monarquia constitucional e, embora fiel à política de *ralliement* do CADC, emergira na vida pública académica no contexto de confronto com o poder republicano.

---

<sup>98</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 126-127.

O facto de Salazar não ter tido uma acção relevante como deputado do Centro Católico Português acabou por permitir preservar a sua imagem e beneficiá-lo durante o processo de transição da ditadura militar para a ditadura civil do Estado Novo.

O ataque mais feroz de Campos Monteiro a António Lino Neto, visando o seu «duplo» de ficção é quando descreve a votação na Assembleia Nacional de uma lei que aprova o amor livre:

«Quando se ia proceder á votação, os deputados católicos abandonaram a sala. Foi um assombro. Estava-se tão acostumado á docilidade d'aqueles cinco próceres! Voltaram terminada a votação. Mas quatro d' eles não tornaram a ocupar os seus lugares. Dirigiram-se para o sector monárquico e sentaram-se lá. Na bancada católica ficou apenas Lino Neto, de ora avante *leader* de si mesmo»<sup>99</sup>.

É uma crítica particularmente verrinosa, pois se era possível encontrar consenso entre os militantes católicos do período dos anos 1920 era justamente em torno da «questão moral» identificada com a cristianização dos costumes. António Lino Neto, pelo menos desde 1914, sublinhava a necessidade dos católicos se mobilizarem contra a dissolução dos costumes trazida pela I República. Campos Monteiro fez ainda a «personagem Lino Neto» cometer a suprema felonía de um conservador: votar favoravelmente o projecto de lei Cristiano de Carvalho que entrega as fábricas aos operários<sup>100</sup>.

Ainda em 1924 é publicada primeiro em folhetim no jornal *O Rebate*, depois em livro, a réplica satírica a *Saúde e Fraternidade – Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. História dos acontecimentos políticos em Portugal, que se seguiram aos relatados no livro SAÚDE E FRATERNIDADE (1926-1928)*. O livro vem assinado pelo pseudónimo, individual ou colectivo, Roquete de Sequeira e Costa. Mais uma vez trata-se de ficcionar o futuro próximo, pegando na deixa do romance de Campos Monteiro: em 2025 a derrocada de prédios na Rua do Ferregial permite descobrir uma velha arca, em cuja tampa estava escrito *Arquivo da Sagrada Causa. Documentos reservados*. Estes documentos permitem reconstituir o período após a restauração monárquica em Portugal em 1926. Roquete de Sequeira e Costa descreve uma «monarquia Restaurada» que é um desfile de intrigas monárquicas, clientelismo e vaidades. O Centro Católico Português regressa

---

<sup>99</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 134.

<sup>100</sup> Campos Monteiro, *Saúde e Fraternidade...*, p. 139.

ao parlamento, mas alinhando «pelas direitas», aprovando a proposta de que o discurso da coroa passasse a denominar-se «oração da coroa»<sup>101</sup>.

A 10 de Novembro de 1927 de um tempo alternativo, a política religiosa da «monarquia restaurada» repõe a religião católica apostólica romana como religião do Estado, mas também um duro regalismo, incluindo um rigoroso beneplácito régio. O bispo de Beja é destituído da sua diocese e a Sé de Beja considerada «sede vacante». Os bispos de Coimbra e da Guarda são ameaçados com a mesma medida caso não apoiem no prazo de oito dias o Governo. No entanto, a independência da Igreja Católica revela-se insatisfatória e, a 5 de Dezembro de 1927, o Rei, considerando que os seus interesses são contrários à ordem constituída, cria a Igreja Católica Apostólica Lusitana. O Rei é o chefe supremo da nova Igreja e Fernando de Sousa (Nemo) o seu Patriarca, com poderes para decretar em nome do monarca o novo ritual e regime disciplinar<sup>102</sup>.

Em contraste com o carácter conciliador e transigente da personagem António Lino Neto em *Saúde e Fraternidade*, o duplo ficcional de António Lino Neto em *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>* personifica a revolta e a intransigência perante as intenções regalistas monárquicas:

«Foi extraordinária a agitação produzida por estes decretos. Os salões, graças ao predomínio dos elementos afectos ao Paço e os políticos monárquicos, declararam-se em aberta concordância com a doutrina neles exposta; mas os católicos estranhos à política recusaram submeter-se.

Salientaram-se pela violência com que aceitaram o repto do Paço, os drs. Trindade Coelho, Diogo Pacheco de Amorim e Lino Neto».

A caracterização de António Lino Neto como um «católico estranho à política» reflectia a auto-representação do Centro Católico Português no período do pós Grande Guerra. Na análise que empreendemos nesta tese, não distinguimos entre católicos «políticos» e «não políticos», mas entre uma atitude que podíamos designar por *politique d'abord*, seguindo o mote do mentor da *Action Française*, Maurras, e a atitude de *religion d'abord*, que era a personificada por António Lino Neto. A primeira atitude era adoptada pelos católicos monárquicos, para quem a defesa dos interesses da Igreja Católica só seria atingida pela restauração monárquica. A segunda, predominante no Centro Católico Português, dava prioridade à defesa dos

---

<sup>101</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>...História dos acontecimentos políticos em Portugal, que se seguiram aos relatados no livro SAÚDE E FRATERNIDADE (1926-1928)*, Lisboa, Livraria Pacheco, 1924, p. 119.

<sup>102</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>...*, p. 146-152.

interesses e direitos da Igreja Católica em relação à questão do regime. Esta prioridade tinha outras implicações políticas – a aproximação, em nome dos valores da Igreja Católica e do nacionalismo, entre sectores católicos monárquicos ou indiferentes à questão do regime; entre conservadores católicos e conservadores não católicos.

O romance ficcionava um artigo publicado pela personagem António Lino Neto nas *Novidades*, em defesa dos seus pontos de vista:

«Não haviam escapado a olhos perspicazes que, na sua luta contra a República, os monárquicos nunca destinaram à Igreja outro papel que não fosse o de instrumento dócil das suas ambições.

Olhos vigilantes viram a tempo o perigo; alguns bispos e o Centro Católico denunciaram-no. Aí teem a resposta de El-Rei; a vingança dos corifeus que só para lhes servirmos de escada alardeavam defender os nossos interesses.

Perante o novo scisma que pretende restaurar o cesaro-papismo; em face desta revivescência de opressão josefista; ante o triunfo do regalismo em matéria religiosa, os católicos portugueses reivindicam alto e bom som o antigo regime de separação, em que as suas crenças eram respeitadas e recusam obediência ao Patriarca e aos Bispos que uma decisão sacrílega pretende impôr-lhes.

Não havia dúvidas; os católicos levantavam a luva que os salões e o trono lhes arremessavam»<sup>103</sup>.

A linguagem usada - «olhos perspicazes», «olhos vigilantes» - dava conta do imaginário conspirativo que distorcia a percepção dos conflitos entre republicanos, monárquicos e católicos. Três narrativas conspirativas interpretavam a acção dos agentes políticos: segundo a teoria da conspiração de sectores laicistas republicanos, os católicos conspiravam contra a República pela restauração monárquica; de acordo com a teoria da conspiração dos monárquicos manuelistas, alguns católicos do Centro Católico Português, bem representados por António Lino Neto, conspiravam com a maçonaria contra a monarquia e os «verdadeiros católicos». *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>* expõe uma terceira teoria conspirativa, alimentada pelos conflitos entre os católicos centristas e os monárquicos manuelistas, assim como pelo apoio do Vaticano à política do *ralliement*: os fiéis a D. Manuel II pretendiam ir mais longe do que o regalismo da monarquia constitucional e, seguindo as pisadas britânicas, criar uma Igreja Nacional, independente de Roma.

O enredo do romance progride, mostrando a reacção de católicos ao «cisma religioso» a levar à repressão dos seus cabecilhas pelo poder da «Monarquia restaurada»:

---

<sup>103</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>*..., p. 152-153.



«Trindade Coelho foi mandado em comissão fiscalizar os contadores relapsos sob a jurisdição da Relação de Loanda, e Pacheco de Amorim foi enviado a Timor a fim de estudar *in loco* as causas da valorização da pataca.

Quanto a Lino Neto, esse, por expressa indicação do patriarca Fernando de Sousa, foi mandado recolher a um convento afim de ali ser devidamente instruído nas verdades da doutrina católica»<sup>104</sup>.

O romance projectava na ficção o conflito vivido em 1924 entre a direcção do Centro Católico Português e os monárquicos manuelistas, dos quais Fernando de Sousa (Nemo) seria talvez a figura mais proeminente. No entanto, é sintomático, que o avanço do enredo não liberte António Lino Neto quando a República é por fim restaurada, a 1 de Dezembro de 1928, perante a união dos republicanos «dos diversos matizes». A Monarquia volta a ser derrotada, sem glória: «baqueava assim, sem combate, nem grandeza, ante a onda da indignação e do desprezo de todo um Povo»<sup>105</sup>. A personagem António Lino Neto é libertada um pouco antes do desfecho do romance, quando à «monarquia restaurada» sucede a «monarquia nova», ou seja, a integralista:

«Uma das primeiras medidas do novo Governo foi procurar grangear as simpatias dos católicos revogando o banimento de Pacheco de Amorim e de Trindade Coelho. Lino Neto foi autorizado a sair do convento; não era fácil, à simples vista, perceber-se o bem que a catequese lhe teria feito à alma, que «Nemo» afirmava tismada de heresia; ao corpo fora-lhe proveitosa a forçada reclusão: vinha muito menos escuro»<sup>106</sup>.

A personagem António Lino Neto não desempenha nenhum papel nem na «monarquia nova» nem na restauração republicana. A sua libertação na fase monárquica integralista reflectia uma tendência, como veremos, já patente em 1924, as «tréguas» entre o Centro Católico Português e os integralistas que, não reconhecendo D. Manuel II como pretendente à coroa, renunciavam à luta imediata pela restauração monárquica, preferindo uma intervenção mais cultural, mais doutrinal.

Na outra réplica ao *Saúde e Fraternidade*, o *Sem Rei nem Roque...A Restauração da Monarquia em 1926 e o Império dos Altos Comissários*, de Armando Boaventura, António Lino Neto volta a ser uma caricatura negativa. Armando Boaventura (1890-1959) era jornalista, colaborando em periódicos quer com textos, quer com caricaturas. Trabalhou em *A Época*, *O Século*, *O Diário de Notícias* e viria a ser um dos fundadores do *Diário de Manhã*, do qual foi chefe de redacção<sup>107</sup>. Escreve

---

<sup>104</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>...*, p. 155.

<sup>105</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>...*, p. 200.

<sup>106</sup> Roquete de Sequeira e Costa, *Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>...*, p. 189.

<sup>107</sup> Entre outros livros que escreveu ou ilustrou, Armando Boaventura publicou em 1929 *Os Crimes de Lagarinhos* e, em 1937, *Madrid-Moscovo: da Ditadura à República e à Guerra Civil de Espanha*.

do ponto de vista de um monárquico para quem a maior parte dos perigos para a monarquia reside nos seus adeptos. A República é vista como «a *Monarquia* desses monárquicos, que não estão por nós incluídos nas exceções. Foi o regime dos *adesivos* – crapulosos, repelentes, vilões»<sup>108</sup>. A restauração monárquica relatada por Campos Monteiro desliza para a miséria moral, não por causa da ideia monárquica, mas da qualidade dos monárquicos. Afirmando-se como um «jornalista-repórter» e não um «historiador ou investigador», Armando Boaventura renuncia a qualquer justificação ficcional do enredo de antecipação do futuro, recorrendo à ironia: após a proposta do editor de escrever os acontecimentos a seguir à restauração da Monarquia descrita por Campos Monteiro, «começámos, desde logo a trabalhar, servindo-nos para isso da *memória* – pois a maior parte dos factos, que este livro relata, foi por nós presenciada – e da revisão retrospectiva de toda a documentação, que nos foi permitido consultar»<sup>109</sup>. O romance desvaloriza a construção do enredo face à caracterização das personagens e à escrita de cenas dramáticas. É de todas as sátiras analisadas aquela em que a solução da questão religiosa mais se afasta das regras do realismo: a monarquia restaurada declara como religião oficial o espiritismo.

No livro *Sem Rei nem Roque...*, a personagem de António Lino Neto é introduzida no enredo como uma das personalidades que integra o comité de recepção a Paiva Couceiro, o herói da restauração monárquica. Lino Neto é apresentado como «ex-republicano, ex-monárquico e ex-*leader* católico nos parlamentos republicanos (amigo íntimo de Afonso Costa)»<sup>110</sup>. Quando conhece o governo do novo regime, é uma das personalidades a reagir negativamente e mostra uma apetência pelo poder que só lhe é atribuída por Armando Boaventura:

«- Não pode ser, comandante! – exclamava furioso Norton de Matos – Este ministério é pior do que muitos que houve na república. Não pode ser!  
E Lino Neto e Procópio de Freitas, ao mesmo tempo:  
- Não pode ser! Então nós?...»

A personagem de António Lino Neto mantém-se fora do enredo político, confinando-se ao seu papel de defensor da Igreja Católica, o que não o impede de ser visado pelo narrador:

---

<sup>108</sup> Armando Boaventura, *Sem Rei nem Roque...A Restauração da Monarquia em 1926 e o Império os Altos Comissários*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1924, p. 9.

<sup>109</sup> Armando Boaventura, *Sem Rei nem Roque...*, p. 6-7.

<sup>110</sup> Armando Boaventura, *Sem Rei nem Roque...*, p. 20-21

«Lino Neto, *ex-leader* das minorias católicas em todos os parlamentos de todas as Repúblicas, continuava a ser o mentor das *Novidades* – razão por que o jornal se publicava»<sup>111</sup>.

Neste romance que investe mais na crítica caricatural a personalidades da República do pós Grande Guerra do que em ficcionar ligações políticas, é dedicada uma cena a um encontro entre o duplo ficcional de António Lino Neto e o de D. Manuel II, em que o dirigente centrista reza e acaba, com a voz embargada de emoção, a dar vivas à monarquia<sup>112</sup>.

A aproximação à imagem pública de António Lino Neto através da sátira política sob a forma de romance tem um efeito paradoxal: Campos Monteiro faz de António Lino Neto um cúmplice dos republicanos mais radicais, incluindo os comunistas. Roquete de Sequeira e Costa, implicitamente, assinala as amizades entre António Lino Neto e integralistas. Armando Boaventura prefere a caricatura moral e psicológica à análise política. A ficção, projectando os fantasmas dos autores respectivos, dá-nos uma imagem cindida e contraditória da figura visada pelas caricaturas.

Uma análise das caricaturas de imagens publicadas nos jornais e recolhidas pelo próprio António Lino Neto<sup>113</sup> confirma as divisões na imprensa politizada acerca desta personalidade pública. O caso mais radical é a caricatura publicada no *Mundo* e no *Correio da Manhã*<sup>114</sup>. A impressão da mesma caricatura num jornal republicano e num jornal monárquico, com intenções opostas – a de atacar os católicos adversários da República, defendendo António Lino Neto, e a de criticar António Lino Neto, atacando a República – exemplifica o poder ambivalente da imagem e a capacidade das palavras lhe atribuírem um sentido.

A caricatura publicada originalmente no *Mundo* na secção «Figuras de Bronze e figurões de Gesso» mostra um António Lino Neto gorducho e de cabelos brancos despenteados, vestido formalmente de fato e gravata, mas numa postura irreverente. Na mão direita brande um hissope com o qual asperge o meio envolvente com «causas», «economia política», «catolicismo», «guerra ao facciosismo religioso»,

---

<sup>111</sup> Armando Boaventura, *Sem Rei nem Roque...*, p. 93.

<sup>112</sup> Armando Boaventura, *Sem Rei nem Roque...*, p. 93. Dos três romances em que é ficcionado, só temos indícios documentais de que o António Lino Neto se interessou pelo *Sem Rei nem Roque...* No arquivo Professor António Lino Neto encontra-se um catálogo da editora A. Figueirinhas em que o título *Sem Rei nem Roque...* está sublinhado (PT/UCP/CEHR/AALN/E/E/02/07).

<sup>113</sup> As caricaturas encontram-se no Arquivo António Lino Neto. (PT/UCP/CEHR/AALN/G).

<sup>114</sup> Anexo n.º2, Caricatura 1.

«imparcialidade», «correção», «bondade». Com o braço direito segura uma cruz com um barrete frígio e na mão agarra uma caldeira de água benta. Com o pé direito pisa a cauda de uma «rata de sacristia» que transporta na barriga a legenda «A Época», jornal monárquico apoiante de D. Manuel II.

O recorte da caricatura conservado no Arquivo de António Lino Neto é o publicado no *Correio da Manhã* e tem como título «Homenagem do “Mundo” ao sr. Lino Netto». O recorte terá sido enviado por um adversário da figura caricaturada, pois na margem esquerda está escrito um insulto: «o teu catholicismo é uma mentira. És um vaidoso porque queres figurar nesta república de maçons. Maçon és». A legenda do *Correio da Manhã* apresenta a sua interpretação da caricatura e do perfil traçado de António Lino Neto traçado no *Mundo*:

«De resto, a posição política do sr. Lino Netto é definida pelo *Mundo* nos seguintes termos:

“Fazendo parte da actual Câmara dos Deputados, representando não sabemos que *circulo...catholico*, o sr. Dr. Lino Netto está integrado na República. S. Ex.<sup>a</sup> compreendeu e muito bem que dentro do régimen republicano cabem e estão á vontade todas as crenças e *credos...religiosos*, quando traduzam *profissões...de fé* nos destinos da Pátria. A bandeira verde-rubra não lhe causa agonias nem perturbações. Como catholico acostumou-se a ver o vermelho nos paramentos do Pentecostes e o verde nos da Epiphania.”

Em seguida afirma o *Mundo* que “em matéria de *cores políticas* o sr. Lino Netto vê claro”.

É possível.

Mas quem com certeza vê claro, e cada vez mais claro, são os catholicos, a quem o sr. Lino Netto pretende levar atraz de si...para a Cruz do barrete phrygio. Só elle o nega: mas os próprios republicanos o proclamam!»

Das dez caricaturas recolhidas no Arquivo António Lino Neto, oito respeitam ao período da I República, sendo as outras duas da ditadura militar (1927 e 1929). Nove caricaturas estão relacionadas com a vida política, sendo a excepção a imagem que ilustra a notícia de um almoço de confraternização e sarau comemorativo do curso jurídico de 1899. António Lino Neto é retratado a discursar, vestido de fato e gravata, em três destas caricaturas, publicadas em *O Século* (em 1922 e 1924) e em *O Primeiro de Janeiro* (1925, na 1.<sup>a</sup> página).

Apesar de todas as intervenções de António Lino Neto colocando o Centro Católico Português acima das divisões políticas, foi como um elemento plenamente integrado na vida política que foi caricaturado. Numa série de caricaturas publicadas no *Diário de Lisboa*, a 24 de Dezembro de 1924, e intitulada «Acepipes do Natal//A festa

da família política»<sup>115</sup>, António Lino Neto aparece retratado com um largo babete. Na mão direita segura uma garrafa de champanhe cheia de água benta e na esquerda uma taça a transbordar. O comentário na legenda é o seguinte: «Depois da canja do peru, a missa do galo.// À sobremesa, quem lhe tirasse o manjar celeste, o toucinho do céu e as barrigas de freira, tirava-lhe tudo!». A definição da imagem de Lino Neto em termos exclusivamente religiosos não o impede de ser uma de sete personalidades escolhidas para representar a família política portuguesa, juntamente com figuras que marcaram a História da I República, nomeadamente (da esquerda para a direita e de cima para baixo) José Domingues dos Santos, António Maria da Silva, Álvaro de Castro e Cunha Leal.

Numa caricatura publicada na primeira página de *O Século* de 22 de Fevereiro de 1925, em que diversas personagens políticas dançam o «Sol e dó político»<sup>116</sup>, António Lino Neto aparece no canto direito (do ponto de vista do leitor) da ilustração de braço dado a Vitorino Guimarães e a uma personagem não identificada, vestida de negro, como um «jesuíta». A legenda rimada comenta: «No fim deste Sol-e-Dó/Que lindo casal de feras!/-De barrete no bandó/O Neto parece avô/E o avô está p'ra pêras...». À esquerda da caricatura de Lino Neto, Álvaro de Castro é desenhado vestido de monge. José Domingos dos Santos surge ao centro da galeria de personagens montando o Zé Povinho que dá um coice em António Maria da Silva.

A caricatura «Procurando acesso na celeste mansão...governamental»<sup>117</sup> foi publicada pelo *Diário de Notícias* a 28 de Junho de 1925, após o derrube do governo de Vitorino Guimarães por toda a câmara, à excepção dos canhotos. Na sequência da queda do Governo, diversas personalidades foram chamadas a Belém para consultas, entre as quais os centristas António Lino Neto (deputado e presidente do CCP) e o senador Dias de Andrade. Na ilustração contendo numerosas caricaturas, incluindo Vitorino Guimarães (com uma estrelinha por cima da cabeça), António Lino Neto, representado com asas angelicais e segurando um facho aceso, é uma das personagens mais próximas do pórtico do poder, sob o olhar atento de António Maria da Silva.

Apenas outra caricatura mostra o Presidente do Centro Católico Português na proximidade do poder. É a única caricatura política publicada durante a Ditadura

---

<sup>115</sup>Cf. Anexo n.º 2, Caricatura 2.

<sup>116</sup> Cf. Anexo n.º 2, Caricatura 3.

<sup>117</sup> Cf. Anexo n.º 2, Caricatura 4.

Militar, em Abril de 1927<sup>118</sup>, aludindo a um artigo do efémero *A Cidade. Jornal Republicano Independente*, que durou de 7 de Abril a 7 de Maio de 1927, dirigido por Carlos Faro e redigido por Joaquim Lança. A 13 de Abril de 1927 o jornal publicara na última página uma «nota política» que afirmava a convicção de que os republicanos moderados se estariam prestes a reconciliar com a ditadura militar, exigindo apenas em troca «a defesa da República e uma administração honesta». Ginestal Machado desempenharia um papel nas negociações que permitiriam o regresso ao poder de republicanos perseguidos pela ditadura militar: António Maria da Silva, Cunha Leal, Júlio Dantas, Ribeiro de Carvalho, Augusto Soares, Magalhães Lima, António José de Almeida, Egas Moniz<sup>119</sup>. A caricatura «Prontos para comer», assinada por Armando Boaventura, o autor de *Sem Rei nem Roque...*, usa como mote um diálogo extraído do citado artigo de *A Cidade*:

«- Talvez em breve veja reunidos em um almoço íntimo todos os políticos cujos nomes lhe tenho citado.

- Alguns estão de relações cortadas...

- Bem sei. Mas fazem-se altos esforços para que essas relações se reatem».

Na ilustração, no entanto, não surgem algumas das personalidades citadas, como António José de Almeida ou Egas Moniz, e são introduzidas personalidades não mencionadas no artigo como António Lino Neto (o segundo a contar da esquerda), José Domingos dos Santos (o terceiro a contar da esquerda), à mesa com, entre outros, Cunha Leal (a segunda personagem sentada a contar da direita) e António Maria da Silva (a personagem debruçada sobre a mesa entre as duas personagens sentadas à direita). Tal como na sátira política *Sem Rei nem Roque...*, a caricatura mostra uma visão política distorcida por um monárquico muito activo no combate à República e muito crítico da orientação do Centro Católico Português, mostrando António Lino Neto, que nem sequer era mencionado em *A Cidade*, como um homem disposto a ir para o poder com republicanos. A conotação da imagem de António Lino Neto com o poder e a República é aqui formulada claramente como uma acusação de um adversário.

É significativo e um desafio para o esforço de não deixar a nossa reconstituição do passado ser contaminada pelo conhecimento do período histórico subsequente à I República, que em nenhuma das caricaturas ou dos três romances analisados em que António Lino Neto aparece entre outros políticos e activistas do Centro Católico

---

<sup>118</sup> Cf. Anexo n.º 2, Caricatura 5.

<sup>119</sup> *A Cidade. Jornal Republicano Independente*, 13 de Abril de 1927, p. 4.

Português, como Diogo Pacheco de Amorim ou Joaquim Dinis da Fonseca, surja o nome ou a imagem de António de Oliveira Salazar.

A figura de António Lino Neto foi durante muitos anos esquecida pela historiografia. Manuel Villaverde Cabral, num livro de 1974, considerava-o uma personalidade «de quem a história tradicional pouco fala em geral» e lamentava na introdução a *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal* não ter podido analisar o livro dedicado por Lino Neto à questão agrária<sup>120</sup>. A iconografia e o material ficcional que examinámos é suficiente para percebermos que António Lino Neto foi, durante a República do pós Grande Guerra e os anos iniciais da ditadura militar, o rosto e o porta-voz leigo da Igreja Católica em relação ao Estado português.

## **1.2. O tempo e as circunstâncias da formação de António Lino Neto**

### **1.2.1. Fragilidades e crise do liberalismo oligárquico em Portugal**

As últimas três décadas do século XIX em Portugal, nas quais António Lino Neto nasceu e se formou, foram caracterizadas por um crescimento económico mais lento do que o dos países europeus além dos Pirinéus; pela emergência de novas classes médias urbanas e de um operariado que não era representado pelo sistema político. Outros problemas de representação se colocavam: a sociedade portuguesa passava por um processo de secularização particularmente notório nas elites, as quais se afastavam da religião oficial da monarquia, o catolicismo, e encaravam com um criticismo crescente as relações vigentes entre o Estado português e a Igreja Católica, reguladas por um sistema regalista em que o clero secular era sustentado pelo Estado. Algumas elites e grupos sociais emergentes consideravam a implantação de um Estado laico uma condição necessária para realizar um projecto de modernidade, fosse esse projecto identificado com os ideais liberais ou procurando superá-los. As elites católicas reagiram procurando inverter o processo de secularização e dinamizando o movimento social católico.

O liberalismo da monarquia constitucional entrou em crise no início da década de 1890, quer na sua vertente económico-financeira, quer na sua vertente política. De um ponto de vista económico-financeiro, o modelo fontista de construção de infra-estruturas, dependente da importação de capitais provenientes de remessas de

---

<sup>120</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Século XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, 1974, p. 71.

emigrantes ou da concessão de empréstimos externos, conhece uma crise aguda em 1891-92. O esgotamento desse modelo foi assinalado com uma bancarrota parcial, o abandono do «padrão-ouro» pela moeda portuguesa e o reforço de medidas proteccionistas. De um ponto de vista político-ideológico o momento de viragem foi o Ultimato de 1890 do Reino Unido a Portugal e o ensaio de uma «vida nova», caucionada pelo poder real. João Crisóstomo, entre 1890 e 1891, e José Dias Ferreira, entre 1891-93, foram chamados pelo Rei a presidir a governos extraparlamentares. O posterior regresso ao rotativismo entre Partido Regenerador e Partido Progressista foi marcado por uma renúncia a democratizar o sistema político.

As origens do sistema rotativista entre dois partidos de poder remontava ao Outono de 1852 quando os «progressistas» se dividiram em duas organizações partidárias: o partido progressista dissidente, ou histórico, e o partido progressista regenerador. As conjunturas dos reinados de D. Pedro V (1853-61) e D. Luís (1861-89) foram caracterizadas por longos períodos de estabilidade em que os dois partidos alternaram no poder sem pôr em causa as linhas de força do programa de melhoramentos materiais que, com a predominância política de Fontes Pereira de Melo a partir de 1876, se tornou conhecido por «fontismo».

Na década de 1870 a vida política portuguesa foi reformada, sem que a prática rotativista sofresse alterações. Um dos partidos rotativos, o histórico, integrou um novo partido, o Progressista, juntamente com o Partido Reformista. A fusão foi acordada pelo Pacto da Granja em 1876. O Partido Progressista possuía um programa e uma presidência bicéfala, constituída por José Braamcamp e por D. José António Alves Martins, o bispo de Viseu (1862-1882). José Braamcamp foi a figura preponderante, mas a presença do bispo de Viseu não terá sido alheia ao facto de, em 1880, quase todos os deputados clérigos pertencerem ao Partido Progressista<sup>121</sup>, um pormenor relevante quando tentamos perceber por que razão é a este partido da monarquia constitucional que adere o futuro presidente do Centro Católico Português. Segundo José Miguel Sardica, o Partido Progressista procurava mobilizar a esquerda monárquica do regime, vendo-se obrigado a competir politicamente com o Partido Socialista Português (PSP) criado em 1875 e o Partido Republicano Português, organizado na Primavera de

---

<sup>121</sup> Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p.187-188.



1876<sup>122</sup>. Do programa do Partido Progressista constava a realização de eleições livres, o sufrágio universal e a representação eleitoral proporcional de minorias, a limitação do poder moderador e a descentralização administrativa, entre outras medidas. A intenção descentralizadora em vários campos da administração pública foi o aspecto que mais desagradou a um dos arquitectos do sistema político da Regeneração, o Duque de Ávila<sup>123</sup>. Foi também, de todas as medidas programáticas enunciadas, a que António Lino Neto continuou a erguer como bandeira política, mesmo após o fim do Partido Progressista e a implantação da República<sup>124</sup>.

As diferenças programáticas não implicaram qualquer clivagem na política económica dos governos nas décadas de 1870 e 1880, a qual seguiu a linha de rumo traçada por Fontes Pereira de Melo e que marcou o ciclo político da «Regeneração» (1851-1890). Os dados disponíveis confirmam o melhoramento das infra-estruturas da sociedade portuguesa do último terço do século XIX, nomeadamente na construção de caminhos-de-ferro e na expansão do telégrafo. Os progressos nas vias de comunicação favoreceram a intensificação da criação de títulos de imprensa entre 1875 e 1890<sup>125</sup>, mas não tiveram um impacto na produção agrícola ou industrial que levasse a uma redução do atraso económico português quanto aos países mais desenvolvidos da Europa.

A agricultura possuía um peso determinante na economia: ocupava três quartos da população activa e o seu trabalho representava talvez um pouco mais de metade do rendimento nacional<sup>126</sup>. Na segunda metade do século XIX o produto agrícola cresceu cerca de um por cento ao ano e a produtividade do trabalho agrícola a uma taxa entre os 0,6 e os 0,8 por cento<sup>127</sup>.

Na agricultura, Miriam Halpern Pereira identifica uma «regressão da cerealicultura» que acompanha o aumento das importações de cereais. A viticultura foi o sector agrícola mais dinâmico, que, apesar da filoxera, contribuiu para a expansão da área cultivada em cerca de 35 por cento entre 1867 e 1902<sup>128</sup> e, no último quartel do

---

<sup>122</sup> Sobre o Partido Progressista ver José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama...* p. 540-541.

<sup>123</sup> José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama...*, p. 541.

<sup>124</sup> António Lino Neto, *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, Lisboa, Aillaud Alves, Bastos & C.<sup>a</sup> Editores, 1911.

<sup>125</sup> David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Vol. II, Lisboa, Vega, 1989, p. 202.

<sup>126</sup> Pedro Lains, «Os impasses do desenvolvimento» in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, p. 151.

<sup>127</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 154.

<sup>128</sup> Segundo os inventários oficiais (cf. Pedro Lains, «Os impasses...», p. 155).

século XIX, para um aumento claro das exportações<sup>129</sup>. Outros produtos agrícolas de menor peso na economia portuguesa acompanharam a tendência da viticultura nas últimas décadas de oitocentos: o azeite e a batata<sup>130</sup>.

Procurando sintetizar o papel da agricultura na economia portuguesa da segunda metade do século XIX, Pedro Lains afirma que esta permitiu abastecer uma população em crescimento e um alargamento do mercado interno devido ao acréscimo de rendimentos da população rural. O impacto deste último factor foi limitado, pois o mesmo autor caracteriza o crescimento agrícola como extensivo<sup>131</sup>, sem aproveitamento de recursos industriais e recorrendo à terra e a uma mão-de-obra baratas<sup>132</sup>.

O produto industrial português cresceu a uma taxa média anual de cerca de 2,5 por cento na segunda metade do século XIX, mas correspondia a apenas metade do produto agrícola<sup>133</sup>. As indústrias tradicionais – ligadas à cerâmica, vestuário, etc – possuíam um grande peso face às indústrias modernas dos tecidos de algodão, metalúrgicas, ao tabaco, moagem, papel, conservas de peixe, as quais, em 1910, representariam 60 por cento do produto industrial português<sup>134</sup>.

David Justino<sup>135</sup> e Pedro Lains convergem ao atribuir a um mercado interno insuficiente um dos principais factores do atraso económico português. Pedro Lains sublinha ainda a falta de carvão e ferro no território português<sup>136</sup>. O facto dos industriais portugueses terem à sua disposição o mercado colonial não supria esta insuficiência, pois as colónias absorviam apenas cerca de cinco por cento do valor dos produtos industriais<sup>137</sup>. O mercado externo estava em grande parte vedado à indústria portuguesa, a qual seguiu uma especialização de tipo *concorrencial* com a da indústria dos países mais desenvolvidos<sup>138</sup>. A vantagem, do ponto de vista do exportador, dos salários médios dos trabalhadores industriais portugueses serem, em 1900, metade dos

---

<sup>129</sup> David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional...*, p. 114.

<sup>130</sup> David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional...*, p. 115-16.

<sup>131</sup> A área produtiva cresceu cerca de 35 por cento entre os censos oficiais de 1867 e 1902. Cf. Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal. 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 305.

<sup>132</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 158.

<sup>133</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 158.

<sup>134</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 160.

<sup>135</sup> David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional...*, p. 243.

<sup>136</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 161.

<sup>137</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 162.

<sup>138</sup> Pedro Lains, «Os impasses...», p. 164.

britânicos, era anulada por a produtividade do trabalho ser também metade<sup>139</sup>. Portugal exportava sobretudo produtos agrícolas baratos e importava produtos industriais caros.

O investimento fontista nas infra-estruturas teve um fraco impacto no desenvolvimento agrícola e industrial, mas agravou fortemente a dívida pública. As obras públicas da Regeneração foram financiadas com empréstimos que elevaram a dívida flutuante a quase 20.000 contos em 1890. A liquidez do Governo dependia das transferências realizadas pelos emigrantes portugueses no Brasil e do crédito junto de bancos. Ambas as fontes falharam. No Brasil, a economia entrou em dificuldades devido à queda dos preços do café e a uma desvalorização da moeda. Na Europa, os bancos foram afectados por diversos escândalos, um deles com grande impacto em Portugal: a falência da casa bancária Baring Brothers, o mais importante intermediário dos empréstimos portugueses. Outros factores contribuíram para a crise financeira: o desequilíbrio da balança de pagamentos acentuou-se com a descida da exportação de produtos agrícolas e um crescimento das importações; a reforma das finanças públicas levada a cabo por Mariano de Carvalho na pasta da Fazenda, em 1887 e 1888, com a exploração do negócio do tabaco pelo Estado, acarretou um enorme aumento da dívida pública<sup>140</sup>.

O Estado português não conseguiu evitar o pânico e uma corrida dos depositantes aos bancos, entre Maio e Setembro de 1891. A moeda portuguesa desvalorizou radicalmente, a partir de Julho desse ano. A 9 de Julho de 1891 deixou de ser convertível em ouro. O impacto psicológico da crise financeira iniciada em 1891, com a declaração de bancarrota parcial em 1892, foi ampliado porque surgiu quando já se vivia a crise política desencadeada pelo Ultimato de 1890 do Reino Unido a Portugal, obrigando-o a retirar-se de territórios entre Angola e Moçambique. A malograda revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 exaltou ainda mais os ânimos.

A crise de 1891-1892 abriu caminho a um novo ciclo de políticas económicas inspiradas pelo projecto de «vida nova» de Oliveira Martins. O novo ciclo político consistiu num conjunto de medidas de austeridade que colocaram fim à escalada fontista de endividamento para financiar obras públicas e reforçou medidas proteccionistas da economia portuguesa, visando a substituição de importações. A inflexão do modelo

---

<sup>139</sup> Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 320.

<sup>140</sup> Pedro Lains, «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos» in Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 77.

económico num sentido mais autárquico favoreceu a expansão cerealífera no sul do país na última década do século XIX e um surto industrial de reduzida dimensão.

David Justino considera que Lisboa, durante a crise de 1891-1892, «transforma-se não só no único pólo de decisão, mas acima de tudo, no *centro dominante* de uma *economia* que poderemos justificar já de *nacional*»<sup>141</sup>.

O regime cerealífero introduzido em Portugal em 1889 e reforçado pela “Lei da Fome” de 1899 protegeu a produção de trigo nacional através de um sistema de direitos alfandegários que eram tanto mais elevados quanto mais baixo era o preço dos cereais importados. E a quantidade de cereais que as empresas moageiras podiam importar dependia da quantidade de cereais da produção nacional que compravam. O resultado desta política foi que o Alentejo se especializou em trigo, cujo valor no produto agrícola bruto da região subiu de 25 para 50 por cento<sup>142</sup>, e aumentou o preço do pão e do custo de vida dos trabalhadores urbanos. Pedro Lains observa que a legislação em causa sobre cereais levou a um desvio de recursos de sectores agrícolas mais eficientes (a viticultura) ou muito deficitários (a pecuária) e admite que tenha reduzido os ganhos da produtividade do trabalho agrícola<sup>143</sup>. O mesmo autor atribui a protecção à produção cerealífera a uma conjugação da força do *lobby* dos agrários alentejanos e dos interesses fiscais do governo<sup>144</sup>.

A burguesia industrial portuguesa aproveitou a oportunidade de substituir importações, fabricando para o mercado nacional novos produtos: sabões, óleos, adubos, cimentos, moagens, cortiças, conservas, têxteis, projectos de siderurgia. As raízes da CUF encontram-se nesta época de incipiente relançamento industrial. Os dados disponíveis acerca do crescimento do produto industrial confirmam a sua intensificação na última década do século XIX: o produto industrial cresceu 1,4 por cento ao ano entre 1850 e 1870, 2,5 por cento ao ano de 1870 a 1890 e, a partir de 1890, cerca de 3 por cento ao ano. A indústria portuguesa não foi afectada pelas crises financeiras porque dependia pouco do financiamento das instituições financeiras<sup>145</sup> e beneficiava com o reforço do proteccionismo económico.

---

<sup>141</sup> David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional...*, p. 261.

<sup>142</sup> Rui Ramos, «A Crise», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, p. 177.

<sup>143</sup> Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 307.

<sup>144</sup> Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 336.

<sup>145</sup> Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 318.

As mudanças sociais e económicas da década de 1890 favoreceram a contestação ao liberalismo económico e político da Regeneração quer pelas elites económicas e sociais, quer pela plebe urbana excluída da representação política. Os agrários e industriais queriam um Estado que reforçasse as medidas proteccionistas<sup>146</sup> e interviesse mais activamente na economia, protegendo a agricultura e a indústria da concorrência externa. A Pauta Alfandegária de Oliveira Martins de 1892 foi um passo no sentido de uma nova ordem económica, mais proteccionista. O ideal de Estado destas elites sintonizadas com o pensamento martiniano afastava-se do Estado liberal e aproximava-se de uma ideia, de contornos ainda vagos, que conjugava fomento económico com autoritarismo, afirmando a necessidade de um orçamento equilibrado e encarando o império colonial em África como uma saída para a crise portuguesa.

De «baixo» da escala social e nos maiores centros urbanos, a contestação ao liberalismo oligárquico fazia-se em nome de uma democratização política. A força numérica e capacidade de intervenção da plebe urbana intensificava-se num país em que os centros urbanos se encontravam em crescimento, ainda que modesto quando comparado com os países europeus mais desenvolvidos: entre 1890 e 1911 a população de Lisboa cresceu 44,5 por cento e a do Porto 32,8 por cento<sup>147</sup>. O desenvolvimento urbano gerou novos empregos para o mundo operário (construção civil, transportes urbanos, etc), empregados (bancos, seguradoras, etc) e criou novas oportunidades de trabalho para profissionais liberais tradicionais como advogados e médicos, ou profissões em vias de afirmação (engenheiros, arquitectos, etc)<sup>148</sup>. A reacção da monarquia foi, no entanto, no sentido de fechar o sistema político: o universo de votantes, que atingira o máximo de 986 mil em 1894, correspondendo a cerca de 70 por cento da população masculina maior de 21 anos e a cerca de 18 por cento da população nacional, desceu, com a reforma de Hintze Ribeiro de 1895, para 500 mil eleitores, o equivalente a 40 por cento da população masculina adulta e dez por cento da população total. A grande maioria dos operários, que eram analfabetos, ficou excluída do direito de voto. A bandeira republicana mobilizava, contra o sistema político, elementos «do

---

<sup>146</sup> Pedro Lains observa que «Em 1837, os direitos deixaram de ser na proporção média de 15% sobre o valor dos artigos de importação: desde então, Portugal “abraçou” o protecționismo, não o largando até, pelo menos, às vésperas da guerra de 1914-1918.» in Leonor Freire, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 332.

<sup>147</sup> Rui Ramos, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 229.

<sup>148</sup> Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal» in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 18.

mundo do trabalho industrial e proto-industrial, das pequenas burguesias urbanas e das suas elites intelectuais e das profissões liberais»<sup>149</sup>.

A última década do século XIX, aquela em que António Lino Neto se formou na Universidade de Coimbra e aderiu a um partido rotativo da monarquia constitucional, foi a de uma crise<sup>150</sup> política que não se limitou à intriga partidária, mas se encontrava enraizada na estrutura da economia portuguesa e na emergência de sectores sociais excluídos ou marginalizados do sistema político. Os políticos ensaiaram respostas à crise que conduziram a soluções fracassadas e os levaram a repensar as suas estratégias. Em 1895, ano em que Afonso Costa fez exame de licenciado e António Lino Neto transitou para o segundo ano de Direito em Coimbra, o Partido Progressista, do qual Lino Neto era membro, encontrava-se coligado com o Partido Republicano Português na chamada «Coligação Liberal». A aliança formara-se em 1893, durante a segunda ditadura administrativa de Hintze Ribeiro, o presidente do Partido Regenerador. Durou cerca de três anos e foi desastrosa para o PRP, provocando uma dissidência radical liderada por João Chagas<sup>151</sup>.

#### 1.2.2. O movimento católico português face ao liberalismo da monarquia constitucional

A evolução e estabilização da monarquia constitucional antes de entrar em crise na última década do século XIX não resolveu todas as questões colocadas pelo Estado liberal aos católicos portugueses. As clivagens no campo católico abertas pela Revolução Liberal de 1820 ficaram patentes nas atitudes das autoridades eclesiásticas perante o juramento das bases da Constituição de 1822, cujo artigo 17.º considerava o catolicismo como a religião da nação portuguesa. D. Carlos Cunha e Menezes, o cardeal-patriarca de Lisboa (1818-1825), recusou-se a jurar pessoalmente as bases da Constituição, argumentando que não reconhecia às Cortes competência para legislar acerca de questões de foro religioso. Uma posição que o lançou para o exílio. Se o Rei

---

<sup>149</sup> Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal»..., p. 16.

<sup>150</sup> Sobre a aplicação do conceito de crise na História do Portugal Contemporâneo ver Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. Para uma visão panorâmica da crise portuguesa de finais do século XIX, Sérgio Campos Matos, «A crise do final de oitocentos em Portugal: uma revisão» in Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal...*, p. 99-115. A utilização do conceito de «crise nacional» por publicistas católicos que iniciaram a sua intervenção no final da monarquia constitucional tem sido estudada, nomeadamente por Ernesto Castro Leal em «A problemática da “crise nacional” em Quirino de Jesus: moral, política e administração» in Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal...*, p. 189-199, e António Matos Ferreira em *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional...*

<sup>151</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, Lisboa, Moraes Editores, 1982, p. 11.

deixava de o ser em nome de um direito divino, a monarquia perdia legitimidade de interferir na vida da Igreja Católica<sup>152</sup>.

O conflito entre diferentes concepções da legitimidade política e religiosa atingiu a fase mais aguda durante o período de guerra civil entre absolutistas e liberais, que conheceu um desfecho na Convenção de Évora Monte, a 26 de Maio de 1834, assinalando o triunfo do liberalismo. De tal facto não decorreu um apaziguamento das relações do Estado português com a Santa Sé, com reconhecimento mútuo dos respectivos poderes, o que só aconteceu com a assinatura da Concordata de 21 de Outubro de 1848.

Na nova ordem liberal, a Igreja Católica em território português viu reduzidos os seus meios formativos e os seus recursos económicos, devido à extinção das congregações masculinas e dos dízimos. A estrutura eclesial deste modo enfraquecida ficou também mais dependente do Estado<sup>153</sup>. Os católicos portugueses ensaiaram novas formas de participar na sociedade construída pela Revolução liberal. O associativismo católico foi renovado pelo aparecimento da Associação de Propagação da Fé e da Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa<sup>154</sup>. A primeira era a versão portuguesa da associação francesa com o mesmo nome fundada em Lyon no início dos anos de 1820. A secção portuguesa surgiu em 1837, precedida pela edição dos *Anais da Propagação da Fé*, desde 1822. O facto de ser apoiada por Roma, de assumir a missionação de territórios coloniais portugueses e não portugueses como desígnio e de ter criado uma rede de sócios a nível nacional, levantou suspeitas e provocou acusações de antiliberalismo e miguelismo. A Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa foi fundada em 1843 e presidida pelo duque da Terceira. Pretendia mobilizar eclesiásticos e leigos para recristianizar a sociedade portuguesa na metrópole e revitalizar a missionação

---

<sup>152</sup> António Matos Ferreira, «Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil» in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Manuel Clemente, António Matos Ferreira (coord.), *Religião e Secularização*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 24-25.

<sup>153</sup> Manuel José Macário do Nascimento Clemente, *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal A Sociedade Católica (1843-1853)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993, p.259.

<sup>154</sup> Manuel José Macário do Nascimento Clemente, *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal...*; Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p.401-406; Manuel Clemente «A vitilidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República» in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Manuel Clemente; António Matos Ferreira (coord.), *Religião e Secularização*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 116-119; Luís Reis Torgal, «O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico» in José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. V, Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 236.

colonial. Os seus estatutos estipulavam que a direcção seria formada por eclesiásticos e seculares<sup>155</sup> (artigo 1.º) e que a proporção entre dirigentes de cada uma das categorias seria de cinco eclesiásticos para seis leigos (artigo 6.º). A Sociedade Católica, ou, a partir de 1852, Associação Católica, visava responder a questões colocadas ao catolicismo pela extinção das ordens religiosas, nomeadamente a formação do clero. Reunia cabralistas e alguns miguelistas, procurando separar a questão religiosa da exigência de restauração dinástica colocada pelo legitimismo, desiderato que provocou reacções muito negativas. Foi muito criticada quer por setembristas, quer por legitimistas. Alguns publicistas religiosos consideravam as duas associações uma expressão das clivagens no catolicismo português e que a Sociedade Católica era um expediente do Estado liberal para combater a Associação da Propagação da Fé, apesar de alguns crentes pertencerem a ambas as associações. A Sociedade Católica considerava compatível a fé católica com o progresso oitocentista. Em 1850, o agudizar da polémica entre católicos liberais e ultramontanos, de que o opúsculo de Alexandre Herculano *Eu e o Clero*, a propósito da controvérsia em torno do alegado milagre de Ourique, constituiu uma peça fundamental, reduziu o seu espaço de intervenção<sup>156</sup>.

Apesar de malograda, a experiência da Sociedade Católica abriu o caminho para o enraizamento de ideias que contribuiriam para o novo fôlego do movimento católico na década de 1870, a do nascimento de António Lino Neto: a Igreja não se confundia com a sociedade; leigos e eclesiásticos deviam colaborar no processo de reevangelização; os propósitos religiosos deviam ser separados da causa da restauração do ramo dinástico de D. Miguel<sup>157</sup>.

O desenvolvimento do movimento católico neste período deve ser contextualizado em acontecimentos europeus e portugueses que constituíram novas referências para pensar o lugar do catolicismo na sociedade. A comuna de Paris de 1870 representou um acontecimento traumático para o qual os dirigentes católicos procuraram encontrar respostas. O Concílio Vaticano I reforçou a autoridade pontifícia e extremou, no campo católico, as clivagens entre católicos cismontanos e ultramontanos, ou seja, entre aqueles que valorizavam as raízes e dinâmicas nacionais

---

<sup>155</sup> No século XIX a palavra «secular» é muitas vezes, como no caso dos estatutos da Sociedade Católica, usada como sinónimo de «leigo».

<sup>156</sup> Manuel José Macário do Nascimento Clemente, *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal...*p. 244.

<sup>157</sup> Manuel José Macário do Nascimento Clemente, *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal...*p. 19.



do catolicismo e os que consideravam o Papa a pedra angular da Igreja Católica. Os católicos como Lamennais<sup>158</sup>, Lacordaire<sup>159</sup> e Montalembert<sup>160</sup> que desde 1830 tinham defendido, nomeadamente nas páginas de *L'Avenir*, a liberdade de consciência e de culto, de imprensa, de ensino, de associação, e que admitiam a separação entre Igreja e Estado, foram, mais uma vez<sup>161</sup>, desautorizados por Roma. Após a condenação dos erros do liberalismo na encíclica *Quanta Cura* e no documento *Syllabus*, ambos publicitados a 8 de Dezembro de 1864, foi proclamada, em 1870, a infabilidade pontifícia.

Ainda em 1870 foi criado na Alemanha o *Zentrum*, que evoluiu até representar, no início da Europa do século XX, o modelo de um partido católico<sup>162</sup>. A denominação de Centro indicava, segundo Jean-Marie Mayeur, a intenção de alcançar um compromisso entre conservadores e liberais, baseado no cumprimento da constituição, entre uma linha confessional e outra que secundarizava a pertença confessional face aos princípios políticos<sup>163</sup>. O mesmo autor observa que, se o *Zentrum* aceitou o reformismo social e o parlamentarismo liberal, não se empenhou na democracia política e social, rejeitando, por exemplo, o sufrágio universal. Daí entender que o *Zentrum* foi um

---

<sup>158</sup> Hugues Felicité Robert Lamennais (1782-1854) foi ordenado padre em 1817 e tornou-se um célebre publicista católico. Em 1830, criou com os seus discípulos Lacordaire e Montalembert o jornal *L'Avenir*, no qual defendeu o alargamento do sufrágio eleitoral, a separação do Estado e da Igreja, a liberdade de consciência, de reunião, de instrução e de imprensa. Criticava o galicanismo, ou seja a subordinação da Igreja Católica ao Estado, em nome do ultramontanismo. No entanto, o Papa Gregório XVI, na encíclica *Mirari Vos* de 1832 condenou muitas das ideias de *L'Avenir*. Lamennais recusou aderir à doutrina da encíclica e, em 1833, renunciou às suas funções eclesiásticas. Em 1834 publicou *Les Paroles d'un Croyant*, obra em que denunciava o que considerava ser uma aliança de reis e padres contra o povo. O Papa condenou explicitamente este livro na encíclica *Singulari Nos*.

<sup>159</sup> Jean-Baptiste Henri-Dominique Lacordaire (1802-1861) foi um padre conhecido como pregador, jornalista e activista político. Empenhou-se no restabelecimento da ordem dos dominicanos em França, o que aconteceu oficialmente em 1850. Foi o primeiro provincial superior da nova fase da História dos dominicanos em França. Formou-se em Direito e exerceu advocacia antes de se tornar padre. Fundou, em 1830, com Lamennais e Montalembert o jornal *L'Avenir*, que tinha como lema «Deus e liberdade!», procurando conciliar ultramontanismo e liberalismo, uma via que foi condenada pelo Papa Gregório XVI. Lacordaire, ao contrário de Lamennais, submeteu-se às prescrições do Papa. Apoiou a revolução de 1848, tendo fundado o jornal *L'Ere Nouvelle* para defender a Igreja Católica no novo regime. Foi eleito para a Assembleia Nacional tendo no entanto renunciado ao lugar de deputado a 17 de Maio de 1848.

<sup>160</sup> Charles Forbes René de Montalembert (1810-1870) foi um activista católico, publicista e historiador que se dedicou ao estudo da Idade Média. Colaborou com Lacordaire e Lamennais no jornal *L'Avenir*. Tal como Lacordaire, submeteu-se à condenação das ideias do jornal pelo Papa Gregório XVI. Foi deputado entre 1848 e 1857.

<sup>161</sup> A primeira acontecer logo em 1832 quando o *L'Avenir* é condenado pela encíclica *Mirari vos*, de Gregório XVI.

<sup>162</sup> Jean-Marie Mayeur, *Des Partis Catholiques...*, p. 58-69.

<sup>163</sup> Jean-Marie Mayeur, *Des Partis Catholiques...*, p. 59.

exemplo de catolicismo político, ou de um partido católico, mas não de democracia-cristã<sup>164</sup>.

Em Portugal, a postura regalista dos governos liberais, isto é, de subordinação da Igreja ao Estado, opunha-se quer às teses ultramontanistas, quer a tomadas de posição públicas consideradas como anti-católicas. Os princípios regalistas de um Estado confessional foram aplicados em relação à encíclica *Quanta Cura* e ao *Syllabus*, que não obtiveram o beneplácito régio e às ideias do Concílio Vaticano I, as quais não puderam ser oficialmente divulgadas em território português. A mesma «política religiosa» foi aplicada às célebres conferências do Casino<sup>165</sup>. O «Programa das Conferências Democráticas», que visava introduzir no espaço público português as modernas ideias que circulavam na Europa além Pirinéus, foi alvo de repressão do Governo liderado pelo Duque de Ávila. O Presidente do Conselho invocou o artigo 6.º da Carta Constitucional para proibir, a 26 de Junho de 1871, as conferências do Casino Lisbonense, impedindo que Salomão Sáraga fizesse a sua comunicação sobre «A Divindade de Jesus». A chamada «geração de 70» denunciou o catolicismo sem intenção de reformar a organização eclesiástica, como o tinham feito muitos intelectuais vintistas. O propósito era reduzir a influência na sociedade portuguesa do catolicismo diagnosticado, por Antero de Quental, como um factor de decadência portuguesa e peninsular. Esta análise de Antero seria posteriormente editada em opúsculo dedicado às «Causas da decadência dos povos peninsulares».

Na década de 1870, a par das críticas radicais ao papel do catolicismo na sociedade, verificaram-se esforços de revitalização do catolicismo centrados na questão social. A Associação Católica do Porto foi fundada em 1870, a de Braga, a de Guimarães e a de Lisboa em 1873. De 27 a 30 de Dezembro de 1871 e de 2 a 5 de Janeiro de 1872, a Associação Católica promoveu no Porto, no Palácio de Cristal, o I Congresso dos Escritores e Oradores Católicos, do qual saiu a ideia de fundar um jornal católico e extrapartidário. O jornal viria a lume passados alguns meses com o título *A Palavra* e foi o arauto da união dos católicos num movimento social<sup>166</sup>. Em 1872, a 22 de Fevereiro, o Papa Pio IX, no breve pontifício *Maximas Sine Intermissione*,

---

<sup>164</sup> Jean-Marie Mayeur, *Des Partis Catholiques...*, p. 68.

<sup>165</sup> Sobre as conferências do Casino ver a narrativa e a resenha da bibliográfica sobre o tema de José Miguel Sardica em *Duque de Ávila e Bolama*, p. 468-475.

<sup>166</sup> Sobre o jornal *A Palavra* ver João Francisco de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de "A Palavra" (1872-1923)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

recomendou aos católicos portugueses que se associassem e defendessem a Igreja Católica em Portugal. As suas críticas à «imoralidade» e ao individualismo decorrentes do processo de secularização não implicavam uma crítica à monarquia constitucional. Abria espaço às tentativas de conciliação entre catolicismo e monarquia constitucional, que tiveram um protagonista relevante em Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, 2.º conde de Samodães, e foram combatidas pelos católicos legitimistas do jornal *A Nação*. O referido Conde de Samodães abandonou a política activa em 1871, após ter sido ministro da Fazenda e governador civil do Porto, dedicando-se a uma acção doutrinária que visava conciliar o catolicismo com o regime liberal, distinguindo entre o «liberalismo político» e o «liberalismo filosófico». Aceitava um Estado regido por princípios consagrados numa constituição, a separação de poderes, a representação política dos cidadãos, o pluralismo político, a garantia de direitos cívicos, uma liberdade de imprensa regulada por uma lei que prevenisse abusos. Recusava a ideia da «independência absoluta do homem»<sup>167</sup>. Entre outras iniciativas para difundir as suas ideias, fundou o diário católico *A Palavra*.

Vítor Neto sublinha que *A Palavra* «distingua a ideologia do sistema político dos liberais. Reunidos em torno do jornal portuense, estes católicos aceitavam as estruturas de poder vigentes, mas refutavam a ideologia que as legitimava»<sup>168</sup>. Em *tese* eram criticados princípios do liberalismo como a soberania nacional e o sufrágio censitário, mas o sistema político instituído «era visto como um mal menor. Para os “católicos puros”, de entre todos os modelos políticos, o liberalismo era aquele que tinha menos defeitos.»<sup>169</sup> *A Palavra* fundamentava a sua posição numa interpretação das declarações do Papa: «[é] evidente...que o Pontífice condenando o catolicismo liberal o considerava como *doutrina* e não como forma governativa»<sup>170</sup>.

Estas posições dos católicos constitucionais eram alvo de fortes críticas dos católicos legitimistas, os quais continuavam a ser a corrente hegemónica no catolicismo português e recorriam às condenações por Pio IX da doutrina liberal para fundamentar os seus argumentos e alimentar o confronto entre catolicismo e liberalismo. O grupo em torno de *A Palavra* abriu caminho à intervenção pública dos católicos portugueses na

---

<sup>167</sup> Eduardo C. Cordeiro Gonçalves, «O Conde de Samodães e o discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo político» in *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, 16, (2004), p. 93-96.

<sup>168</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 408.

<sup>169</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 409.

<sup>170</sup> *A Palavra*, n.º 806, 12 de Abril de 1875, ano III, p. 1 citado em João Francisco de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de “A Palavra”...*, p.360.

monarquia constitucional. A criação de uma organização cívico-política que defendesse os interesses católicos foi colocada na ordem do dia. Em 1878, a 23 de Novembro, o padre José Vitorino Pinto de Carvalho publicou em *A Palavra* um texto intitulado «Projecto de programa para a organização do Partido Católico»<sup>171</sup>. O objectivo era levar ao parlamento deputados cujo lema seria «Religião, pátria, rei e liberdade.» Este projecto foi criticado quer pelos tradicionalistas que não reconheciam legitimidade à monarquia constitucional e temiam ver-se excluídos do movimento católico, quer por Francisco Teixeira de Aguiar e Azeredo, o conde de Samodães. O líder dos católicos constitucionais preferia à ideia de um *partido* católico, a criação de um partido *conservador* que incluísse no seu programa a defesa da independência da Igreja Católica. O jornal legitimista *A Ordem*, pelo contrário, propunha a criação de um partido católico dirigido pelos bispos. O dilema da escolha entre o projecto de um partido católico ou de um partido conservador que, como tal, defenderia também os interesses da Igreja Católica, mas não seria necessariamente confessional nem comprometeria a hierarquia eclesiástica na sua acção entrava na História política e do movimento social católico para aí permanecer durante décadas. Voltou a emergir aquando das questões colocadas pelo Partido Nacionalista e pelo Centro Católico Português.

O padre Sena Freitas, um padre de proveniência legitimista, tentou mediar a clivagem política entre os católicos constitucionais e os legitimistas de *A Nação* e *A Ordem*. Dirigiu *O Progresso Católico* que, a partir de 1882, adoptou como subtítulo «Órgão da União Católica em Portugal». Os seus esforços foram no sentido da criação de um partido católico que federasse os católicos com diversos posicionamentos políticos. Para Manuel Braga da Cruz e Vítor Neto, a intenção de privilegiar a representação dos interesses católicos no Estado liberal impediu o movimento católico português de se transformar num verdadeiro movimento popular<sup>172</sup>.

Os Congressos Católicos de Lisboa do início da década de 1880 retomaram as iniciativas dos católicos do Norte que tinham organizado o Congresso do Porto de 1871-1872 e o II Congresso dos Escritores e Oradores Católicos de 1878, em Braga, e avançaram no sentido da criação de uma organização cívico-política católica. O I

---

<sup>171</sup> O texto encontra-se publicado em anexo em Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 394-396.

<sup>172</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 412.

Congresso de Lisboa realizou-se em 1881 no Colégio de Nossa Senhora da Conceição e foi marcado pelo ataque dos oradores católicos ao socialismo, em nome de um catolicismo social de matiz paternalista. Apesar da identificação de um adversário comum e do recentramento da discussão política em torno do socialismo, a polémica entre católicos legitimistas e católicos constitucionais dividiu os congressistas. Na sequência do Congresso, um grupo de católicos portuenses tentou, sem sucesso, apresentar candidatos católicos às eleições de 1881: Mons. Silva Ramos, da Universidade de Coimbra, Santos Monteiro, cónego de Lamego, e Almeida Pinho, da Associação Católica do Porto.

No ano seguinte, durante a realização, em Junho, do II Congresso Católico de Lisboa, no Palácio dos Marqueses de Castelo Melhor, foi apresentada a União Católica Portuguesa, dinamizada pela recém-criada Associação Católica de Lisboa. Os legitimistas tornaram-se hegemónicos na União Católica e afastaram os católicos constitucionais da sua direcção. Nas eleições de 1884, a União Católica apresentou dois candidatos pelas circunscrições do Porto e de Braga – D. José de Saldanha e o padre Sena Freitas, o seu grande activista. Nenhum deles foi eleito. Os legitimistas dividiam-se entre os que queriam expulsar os católicos constitucionais da União Católica e aqueles, dos quais *A Nação* era o porta-voz, que defendiam o fim da União, argumentando que era impossível unir os católicos numa frente partidária. A carta *Pergrato nobis*, dirigida por Leão XIII aos bispos portugueses, a 14 de Setembro de 1886, enfatizou a necessidade dos católicos se unirem no terreno social e religioso, evitando colocar a causa católica ao serviço de partidos políticos.

Em Braga realizaram-se dois Congressos católicos, em 1889 e 1891. O II Congresso da Província Eclesiástica de Braga, que teve lugar entre 6 e 10 de Abril de 1891, contou com a presença inédita de cinco bispos (Braga, Portalegre, Lamego, Coimbra e Bragança) e com mais de duas mil pessoas na sessão de abertura. Observa Vítor Neto que «a estratégia definida na reunião pelos católicos constituiu uma verdadeira mudança do antiliberalismo para o anti-socialismo»<sup>173</sup>. Dois documentos pontifícios de 1892 tiveram influência no movimento social católico em Portugal: uma epístola dirigida aos bispos portugueses, que os louvava por terem começado a reunir-se, e a encíclica *Au Milieu des Sollicitudes*, dirigida aos bispos franceses, que definia a doutrina do *ralliement*. Essa doutrina distinguia entre o acatamento das instituições

---

<sup>173</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 416.

legítimas e a crítica às leis consideradas injustas, particularmente as que atentavam contra a religião e a Igreja. Na prática, caucionava a atitude de abandono da oposição à república francesa enquanto regime político, ou a outros regimes considerados anti-católicos, e permitia aos católicos concentrarem-se na defesa dos direitos e interesses concretos da Igreja Católica. Em Portugal a doutrina do *ralliement* foi difundida pelos jornais *A Palavra* e o *Correio Nacional*. Vítor Neto define os efeitos desta doutrina nos católicos portugueses como «um *Ralliement* às instituições liberais». E explica o que entende por esta fórmula: «Com a assunção da nova doutrina por parte da Igreja, os militantes católicos tinham a possibilidade de abandonar a oposição manifestamente impotente ao regime liberal, passando a lutar no terreno constitucional pelos direitos da Igreja. A estratégia mudava, mas as intenções contra-revolucionárias permaneciam, tanto mais que a instituição eclesiástica não aceitava – como nunca viria a aceitar – a ideologia liberal»<sup>174</sup>. Para António Matos Ferreira, «A Igreja Católica, na sua hegemonia no espaço religioso, passou da intransigência antiliberal a um processo complexo de *ralliement*, reagindo sempre ao que considerava como secularismo ou laicismo»<sup>175</sup>.

Neste contexto é criado o Centro Católico Parlamentar, em grande parte impulsionado por Bastos Pina<sup>176</sup>, o bispo-conde de Coimbra, e Quirino de Jesus. O Centro Católico Parlamentar na monarquia constitucional, como mais tarde o Centro Católico Português na I República, não se afirmava como sendo um partido político nem definia como objectivo a conquista do poder. Era dirigido, com o apoio dos bispos portugueses, por Barros Gomes, um político do Partido Progressista, Casal Ribeiro e pelo marquês de Pombal, e pretendia formar uma frente parlamentar que actuaria em

---

<sup>174</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 418.

<sup>175</sup> António Matos Ferreira, «A constitucionalização da religião» in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Manuel Clemente, António Matos Ferreira (coord.), *Religião e Secularização*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 38.

<sup>176</sup> D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913) nasceu no concelho de Oliveira de Azeméis e licenciou-se em Direito, em Coimbra, em 1853. Iniciou a sua vida como advogado, mas decidiu seguir a vida eclesiástica. A 19 de Novembro de 1854 recebeu a ordem de presbítero. Exerceu os cargos de chantre e vigário-geral nas dioceses de Viseu e Coimbra. A 1 de Janeiro de 1865 foi nomeado governador do bispado de Coimbra. A 7 de Janeiro de 1870 foi nomeado coadjutor e futuro sucessor do bispo de Coimbra, uma situação que levantou objecções por determinados sectores católicos o considerarem suspeito de maior fidelidade ao poder secular do que à causa católica. O governo apresentou-o como bispo de Coimbra a 12 de Maio de 1870, dignidade que o poder eclesiástico só confirmou a 22 de Dezembro de 1871. Restaurou o ensino tomista no seminário de Coimbra. Participou no congresso católico de Braga de 1891 e no congresso católico de Lisboa de 1895. Em Novembro de 1911 enviou ao ministro da Justiça um telegrama pedindo para distribuir uma pastoral pelo clero da sua diocese, o que foi interpretado como um reconhecimento da superioridade do poder civil sobre o espiritual. Lamentando esta interpretação, escreveu, a 1 de Dezembro de 1911, um ofício ao ministro da Justiça a esclarecer que não fora sua intenção reconhecer a superioridade do poder civil e pediu a resignação.

defesa da Igreja Católica e lutaria pela cristianização das leis e da sociedade. Na câmara dos pares, o bispo de Coimbra justificava do seguinte modo a formação do Centro Católico Parlamentar:

«Podem, pois, os partidos políticos que se alternam no poder, governar à sua vontade, porque nós não lhe faremos concorrência. O que nós queremos é ajudá-los a governar bem e cristãmente, e constituir uma espécie de união e de força junto d'elles para que, sem impedir a sua acção governativa e a sua política, possamos evitar, quanto for possível, que elles, condescendendo com exigências ultra-avanzadas, possam combater a religião, a igreja e os seus direitos.

N'esta união e força podem estar muito à vontade e sem contradicções, todos aquelles que desejam a influência salutar da religião no viver e governo do povo portuguez, ou pertençam ao partido progressista, ao partido regenerador ou a outra qualquer agremiação política»<sup>177</sup>.

A formação do Centro Católico Parlamentar levou a reacções negativas quer dos liberais que viram nele o embrião de um partido político, quer dos legitimistas de *A Nação* que argumentavam a favor da aplicação exclusiva da doutrina do *Ralliement* ao caso francês<sup>178</sup>.

Em 1895 o movimento católico português parecia prestes a atingir uma nova projecção social e política: foram criadas as Associações da Mocidade Católica de Lisboa e do Porto e o Centro Católico Parlamentar marcou presença no acto eleitoral, apoiando as candidaturas do padre Sena Freitas, D. José de Saldanha, D. Tomás de Vilhena, Manuel Frutuoso da Fonseca, no Porto, Fernando Pedroso e Luís José Dias, em Viana do Castelo. Nenhum deles foi eleito e o Centro desapareceu da paisagem política, não só devido ao desastre eleitoral, mas também a outros factores: Barros Gomes e Casal Ribeiro morreram e Hintze Ribeiro iniciou um governo de ditadura<sup>179</sup>.

Foi em torno da questão social que o movimento católico se expandiu, incentivado pela encíclica *Rerum Novarum* (1891) em que a moral fundamentada no catolicismo era apresentada como uma solução para o risco de dissolução da sociedade e uma alternativa ao socialismo. A perspectiva dominante no meio católico português

---

<sup>177</sup> *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 20, Sessão de 27 de Novembro de 1894, p. 239.

<sup>178</sup> António Lino Neto, numa entrevista ao *Diário de Notícias* de 1921, invocou o Centro Católico Parlamentar como um precedente do Centro Católico Português: «Talvez haja quem me diga que tais propósitos [do Centro Católico Português] representam uma novidade entre nós, talvez...Recordarei, porém, que, aí por 1885, se não me engano, se fundou o Centro Parlamentar Católico, de que foram membros os saudosos estadistas Barros Gomes, Jerónimo Pimentel e Conde de Casal Ribeiro, visando a defesa dos direitos da Igreja nos trabalhos legislativos. Teve apenas a vida dos seus ilustre fundadores». Acrescentava que, ao contrário do Centro Católico Parlamentar ou do Partido Nacionalista, o Centro Católico português não existia só para fins parlamentares ou políticos – era uma «organização político-social» (*Diário de Notícias*, 28 de Julho 1921, p. 1).

<sup>179</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 420-421.

era a de que a encíclica reforçava o valor da caridade cristã, sendo excepcional a tomada de posição do cardeal D. Américo Ferreira Santos Silva, bispo do Porto, na pastoral de 3 de Novembro de 1891, em que afirmava o primado da justiça social: «(...) a caridade não basta: os queixosos não são indivíduos, são legiões; não são inválidos, são homens de acção; não pedem o pão da esmola, reclamam o condigno salário; não fogem ao trabalho, somente o recusam além das forças da criatura humana. O mal, pois está na organização da sociedade que exige reforma; e urge providenciar, mas pelo modo que o caso pede e consente»<sup>180</sup>. Em 1898, Manuel Frutuoso da Fonseca (1862-1908), com o apoio do bispo do Porto, lançou nesta cidade o primeiro Círculo Católico Operário (CCO). A iniciativa contou com o apoio jornalístico de *A Palavra* que no ano seguinte publicou um suplemento, *O Grito do Povo*, dedicado a difundir as acções e ideias dos CCO.

Em suma, durante os anos que medeiam o nascimento de António Lino Neto e a sua frequência da Universidade de Coimbra, o movimento social católico ganhou um novo dinamismo em Portugal. O Papa era uma referência doutrinária fundamental<sup>181</sup>. Alguns leigos católicos desempenharam um papel relevante na dinamização do movimento social católico. A doutrina do *ralliement* encorajou parte das elites<sup>182</sup> católicas a participar na vida política da monarquia constitucional, mas o projecto de organizar uma frente político-parlamentar para defender a causa católica fracassou e parecia condenado a não vingar. A questão social mobilizou os católicos mais activos, que reagiram aos novos problemas de uma sociedade liberal com focos de industrialização, numa perspectiva de cunho mais anti-socialista do que anti-liberal.

Recorrendo à periodização da evolução da democracia cristã em Portugal de Manuel Braga da Cruz, António Lino Neto entrou na universidade, em 1894, quando a doutrina leonina do *ralliement* encerrava a fase do *associativismo católico anti-liberal*

---

<sup>180</sup> Pastoral de 3 de Novembro de 1891 in *Obras Pastorais do Exm.º Cardeal D. Américo*, vol. II, Porto, 1901, p. 59.

<sup>181</sup> A ligação do movimento católico português à Santa Sé é reforçada pela acção mobilizadora de monsenhor Domenico Jacobini, núncio apostólico em Portugal de 1891 a 1896.

<sup>182</sup> Concordamos com Fernando Taveira da Fonseca que escreve sobre elites: «É que elite é (...) um pólo de atracção e, em boa parte, pode aplicar-se a este conceito o que Chaussinand-Nogaret (1976) diz da nobreza: que ela se define muito menos pelo seu volume do que pela sua densidade social, que ela se mede pelo seu dinamismo, que a sua existência é indissociável da imagem que dela faz a sociedade que a segrega e a sustenta, num jogo de representações sociais, que a tornam objecto de concorrência e/ou imitação». in «Elites e classes médias» in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Vol. V, Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1993, p. 460.



(1843-1894<sup>183</sup>) e o bispo-conde de Coimbra declarou na câmara dos pares que um católico podia servir a sua Igreja em qualquer partido com assento parlamentar. Foi membro activo do Partido Progressista durante a fase do *sindicalismo católico anti-socialista*, que arrancou com a formação dos Círculos Católicos de Operários, em 1898, e que centrava a sua actuação no terreno social<sup>184</sup>, opção contestada pelo Partido Nacionalista, criado em 1903, que pretendia mobilizar o voto católico. E tornou-se um dos mais importantes protagonistas da fase *política* da democracia cristã durante a I República.

### 1.3. O nascimento de António Lino Neto em Mação

António Lino Neto nasceu a 30 de Janeiro de 1873, no concelho de Mação, situado no distrito e diocese de Portalegre. Os seus pais, Lino Leitão Neto e Rosa Marques Correia da Silva, tiveram quatro filhos, dos quais António era o mais velho. No testamento espiritual redigido por seu punho no final da vida, António Lino Neto sublinha como a cronologia enreda o seu início de vida com a passagem pelo século de duas figuras católicas: nesse ano de 1873 Santa Teresa do Menino Jesus nasceu em Liseux, e João Baptista Vianey, o célebre cura d'Ars, faleceu<sup>185</sup>. A política prima pela ausência deste texto que pretende condensar o itinerário de uma vida, o que não surpreende, pois o testamento é escrito em 1961, ou um pouco antes, e neste período o catolicismo político de que António Lino Neto fora um dos protagonistas em Portugal no período de entre as duas Grandes Guerras estava datado, pertencia ao passado. Se queremos compreender a intervenção pública do futuro presidente do Centro Católico Português, como católico e cidadão, não podemos no entanto, dissociá-la de duas características formativas que as suas palavras testamentárias indicam: as raízes do seu modo de ser católico numa espiritualidade oitocentista recebida no ambiente familiar e a ligação à cultura católica francesa.

No ano em que nasceu António Lino Neto, Mação tornou-se comarca, acontecimento que foi devidamente festejado pela população local. Começou a funcionar a primeira fábrica a vapor de fiação da vila, por iniciativa de Joaquim

---

<sup>183</sup> A data corresponde à intervenção, na câmara dos pares, de Bastos Pina, bispo de Coimbra, a 27 de Novembro, que aplica à monarquia constitucional a doutrina leonina do *ralliement*. O discurso encontra-se disponível em DVD anexo ao livro de Vítor Neto, *A Questão Religiosa no Parlamento*, Vol. I, 1821-1910, Lisboa, Assembleia da República/Texto, 2010.

<sup>184</sup> O sindicalismo católico surge formalmente com a criação dos Círculos Católicos de Operários no Porto, em 1898. A opção do movimento católico pelo terreno social em detrimento do político é contestada pelo Partido Nacionalista que pretende, como veremos, mobilizar o voto católico.

<sup>185</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/H/02/01, fl. 8.

Lourenço Vidal, o seu juiz ordinário desde 1871. Francisco Pina Falcão, «rico proprietário», assistiu aos primeiros passos da construção da sua fábrica de lanifícios, uma indústria com tradição naquela área geográfica. Os factos não são mencionados em nenhum escrito autobiográfico do futuro professor catedrático de Economia Política, embora sejam registados num artigo de juventude que dedica à vila de Mação<sup>186</sup>, e devem ser integrados numa narrativa que procura compreender a vida pública de um homem não só através das suas motivações, crenças e ideias, mas também do contexto social, económico e político em que viveu e interveio.

Ao descrever e interpretar a fisionomia e o «espírito do lugar» de Mação, no citado artigo do início do século XX, António Lino Neto não só nos permite entender melhor o seu meio de formação, mas dá-nos também pistas sobre a sua obra e a «visão do mundo» que ela implica. O texto arranca do seguinte modo: «Da serra da Gardunha desprende-se para sul uma sucessão de variados montes que vai até ao Tejo em formas mais ou menos regulares. É na aba d'um d'esses montes chamado do Calvário, n'um recanto da Extremadura, districto de Santarém, a uma legoa para norte caminhando da margem direita do Tejo, que se ergue a villa de Mação, formosa e alegre na sua casaria branca, como se uma sereia se estivesse descobrindo tentadora no vergar d'uma onda»<sup>187</sup>.

A freguesia de Mação possuía 280 fogos em 1757 e 750 fogos em 1875. Ao caracterizar os seus habitantes, António Lino Neto mostra um certo optimismo antropológico e de valorização dos atributos do povo, um traço distintivo em relação à elite conservadora a que pertenceu: «O natural da sua gente é bom. Aturados no trabalho, de fáceis aptidões para os diversos misteres da vida, sociáveis e hospitaleiros, com profundos sentimentos de família, - os maçaenses constituem honrosos factores da pátria portuguesa. Ninguém é capaz de pôr mais entusiasmo do que elles ao serviço d'uma ideia ou mais desinteresse na sua execução, desde que se convençam que ella traduz um bem. Amam muito a sua terra; e esta bem o merece, com effeito»<sup>188</sup>.

A propriedade no concelho de Mação estava muito dividida, sendo poucas as famílias que não possuíam pelo menos um pequeno terreno, cultivado ou arborizado. As árvores que mais marcavam a paisagem eram a oliveira, o castanheiro, o sobreiro e o

---

<sup>186</sup> António Lino Neto, «A Villa de Mação» in *O Jornal de Mação*, 7 de Setembro de 1902, Ano II, p.1-4.

<sup>187</sup> António Lino Neto, «A villa de Mação», p. 1.

<sup>188</sup> António Lino Neto, «A Villa de Mação», p. 1.

pinheiro, este último crescendo espontaneamente. A agricultura predominante era de regadio, sendo a água retirada de poços ou de ribeiras através de picotas, noras aguadoiros e açudes. O milho, as melancias, os diversos géneros de hortalíça, os frutos (laranjas e pêsegos) eram produzidos em abundância. A maior parte dos agricultores usava processos agrícolas tradicionais, mas havia exemplos de introdução de técnicas inovadoras, anotados pelo monógrafo de Mação: Vicente Mendes Mirrado tinha melhorado a produção de vinhos e José António de Mattos Coelho recorria à utilização de adubos químicos.

Alguns dos produtos agrícolas eram transformados: o mel, o azeite, e sobretudo o vinho, conhecido por *Chave doirada*. É o vinho, com tradições de fabrico e fama, que merece maiores elogios de António Lino Neto, o qual transcreve diversos poemas em sua homenagem. Um ditirambo de António Diniz da Cruz e Silva é bastante representativo da fusão entre os gostos gastronómicos, interesses económicos e comerciais e a mais fervorosa exaltação patriótica:

«Não quero Borgonha;  
Não quero Champanha;  
Não quero Tokay;  
Nem vinho do Cabo;  
Os vinhos estranhos  
Não provo, não gabo.  
Quero vinho que alegre, que aquece.  
Dá-me d'esse, que guarda na cuba,  
Doce sumo Mação excelente,  
Camarista estimado, e valido  
De Évio Lysio, na casa enramada,  
Por chamado  
Da Chave doirada»<sup>189</sup>.

A indústria de Mação que mais interessou António Lino Neto foi a dos lanifícios<sup>190</sup>. Este trabalho era bastante artesanal até à década de 1860. Em Mação, as lãs eram lavadas, cardadas, fiadas e tecidas manualmente. A partir daquela década o cardamento e a fiagem foram transferidos para fábricas de Portalegre, Castanheira de Pêra e Covilhã. Para tentar minimizar este fenómeno, foi introduzida uma primeira fábrica de lanifícios em Mação, que começou a funcionar em 1873 e ardeu em 1893. Mas o exemplo pegou e outros industriais, Francisco Pina Falcão e os sócios Francisco

---

<sup>189</sup> António Lino Neto, «A Villa de Mação», p. 2.

<sup>190</sup> O publicista dedicou-lhe uma conferência e um opúsculo 32 anos depois da publicação do artigo sobre Mação: António Lino Neto, *A indústria dos lanifícios e a questão agrária. Conferência realizada em 28 de Maio de 1934, no Instituto Superior de Agronomia*, Separata do volume *Conferências realizadas no ano lectivo de 1932-1933, 1934*. É um texto em defesa da expansão da pequena propriedade.

Bispo Salgueiro e Vicente Mendes Mirrado montaram novas fábricas que estavam em plena actividade em 1902, destacando-se na produção de casteletas. O trabalho artesanal das chamadas *lãzinhas* continuou em meio doméstico. António Lino Neto assinala que um industrial oriundo de Mação, José Pedro de Mattos, montou uma fábrica de lanifícios em Chelas, perto de Lisboa.

Uma pequena burguesia rural mantinha outras indústrias em Mação: curtumes de peles, velas de cera, cordoaria, serralharia, produção de rolhas de cortiça. Estas actividades industriais em micro escala coexistiam com actividades artesanais, como a da olaria regional ou a produção de presuntos.

Se as características sócio-económicas de Mação contribuem para esclarecer algumas das preocupações do futuro economista político – o desenvolvimento agrícola, a expansão da pequena propriedade, a defesa da pequena empresa – a actividade política local permite-nos compreender a inspiração de um dos temas mais constantes da sua obra académica e publicista, o municipalismo. António Lino Neto esboça uma história política de Mação desde a Idade Média, sem perder a oportunidade de exaltar o contributo dos seus habitantes à resistência à invasão espanhola de 1762 e de sublinhar que estes participaram activamente nos combates civis do século XIX. A sua habitual atitude de valorizar todas as figuras da sua terra de origem leva-o a reabilitar uma obscura Maria do Alho, que teria desempenhado em Mação o mesmo papel da célebre Maria da Fonte em 1846. Esta atitude não seria apenas uma idiossincrasia de Lino Neto, mas reflectia uma forte auto-consciência da elite local<sup>191</sup>. Assim se explica que a extinção do concelho de Mação por decreto em 1868 tenha sido muito contestada, chegando a ser queimado em efígie o ministro do Reino. Antes do ano findar, a 28 de Dezembro, o decreto controverso foi revogado.

António Lino Neto apresenta um extenso elenco de uma «garrida plêiade de escriptores» de Mação, entre os quais inclui o padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797), por muitos considerados o maior teólogo português do século XVIII e que colaborou com as reformas eclesiásticas do Marquês de Pombal. O regalismo do padre António Pereira de Figueiredo não é comentado pelo articulista, que prefere elogiar a erudição e piedade religiosa desta figura notável.

---

<sup>191</sup> Cf. supra a nota em que adoptamos as considerações de Fernando Taveira da Fonseca sobre a definição de elite no capítulo «Elites e classes médias»..., p. 460. Acerca das elites locais, escreve o mesmo autor na obra citada: «(...) uma elite pode ser encarada a nível supranacional ou, no outro extremo, estar implantada numa realidade regional ou mesmo local» (p. 459).

#### 1.4. A família

De um ponto de vista social, a família em que António de Lino Neto nasceu pode ser caracterizada como uma «burguesia da província», cuja preeminência assentava não tanto na riqueza como no *status* proveniente de integrar, pelo menos desde o último quartel do século XVIII, a elite política e administrativa local. António Leitão Neto, bisavô do nosso biografado, viveu a transição da monarquia absoluta para o regime liberal. Foi juiz ordinário e miguelista convicto. Após a Convenção de Évora Monte, reclamou, junto da comissão destinada a preparar as eleições municipais, por lhe retirarem o direito de eleger e de ser eleito. Em reunião a 6 de Agosto de 1834, decidiram que esses direitos lhe fossem reconhecidos. António Leitão Neto candidatou-se a presidente da câmara de Mação e ganhou as eleições.

A presença do miguelismo na tradição familiar de António Lino Neto contribui para esclarecer algumas das suas atitudes e do seu percurso, apesar da sua adesão ao ramo constitucional do catolicismo político, ao entrar no Partido Progressista. Uma das raízes da fidelidade de António Lino Neto ao Papa encontra-se aqui. Os tradicionalistas eram os mais radicais na ligação ao centro romano do catolicismo, postura geralmente designada por ultramontanismo, como já referimos.

A herança familiar legitimista de António Lino Neto também contribui para esclarecer as boas relações que manterá com os integralistas lusitanos, os quais assumiam o legado legitimista, pretendendo dar-lhe uma outra sofisticação teórica.

O filho único do juiz miguelista, José Leitão Neto, era proprietário de terras onde era cultivado milho e vinho. Vivia numa casa na Rua Nova de Mação, que viria a mudar o nome para Rua Padre António Pereira de Figueiredo. Não era um político, mas tinha pelo menos uma amizade política importante a nível concelhio, a de Manuel Gueifão Belo, administrador do concelho de Mação durante quarenta anos consecutivos.

José Leitão Neto foi pai de Lino Leitão Neto e de Raimundo Leitão Neto. O primeiro teve de gerir um património familiar reduzido à casa na antiga Rua Nova, com o seu quintal e pequenas propriedades dispersas. Casou com Rosa Marques Correia da Silva, de quem teve António, Perpétua, Eugénia e José. Morreu prematuramente deixando os filhos aos cuidados da mãe e do tio que se tornara padre. Quando ficou órfão, António Lino Neto tinha seis anos e oito meses de idade. O tio formara-se em

Coimbra, onde ganhou fama de estudante boémio. Depois de ser ordenado sacerdote, foi primeiro coadjutor em Mação e depois pároco em Proença.

Por volta dos setenta anos, António Lino Neto recordava uma infância feliz, inocente e protegida passada em Mação, marcada negativamente mas não destruída pela morte inesperada do pai. Lembrava amizades com outros miúdos, passeios ao Calvário, entretenimentos como observar ninhos e passaritos ou representar comédias. Uma das memórias que evoca é construída a partir de relatos de terceiros: quando ainda era recém-nascido, a mãe encontrou-o no berço, onde acabara de adormecer, coberto de sangue e inconsciente. «Toda ela se afligiou e não sabia como poderia a toda a pressa eu ser baptizado»<sup>192</sup>. O episódio é indicativo do ambiente de forte carga religiosa em que cresceu e no qual a mãe desempenhava um papel central. Num dos seus artigos de intervenção religiosa escreveria: «bato-me pela fé que aprendi de pequenino dos lábios de minha Mãe e que tenho trazido na alma».<sup>193</sup> Não encontramos o mesmo tipo de referências ao tio padre, com quem foi viver após a morte do pai.

## 1.5. A formação

### 1.5.1. O seminário de Portalegre e os exames liceais

António Lino Neto frequentou o seminário de Portalegre<sup>194</sup>. Assinou uma mensagem dos alunos do terceiro ano de Teologia de felicitação a Leão XIII pelo seu jubileu episcopal e publicada no *Distrito de Portalegre*, em 1893<sup>195</sup>. O texto reflectia o ambiente formativo daquele seminário e do catolicismo português de finais do século XIX, cada vez mais centrado na figura do Papa. É um voto por «o triunfo tão desejado da causa católica e a vitória da Santa Igreja de Jesus Cristo sobre todos os seus inimigos», sem que esses inimigos sejam especificados ou que a causa católica seja identificada com uma corrente ideológica ou posições políticas concretas. Do seminário de Portalegre António Lino Neto recebeu a visão do catolicismo como uma religião cujos crentes tinham de se mobilizar para travar o «bom combate» de resistência à secularização da sociedade liberal.

---

<sup>192</sup> Maria Matilde de Mendonça Lino Neto Sampaio Maia, *O Professor Dr. António Lino Neto. O Meu Pai. Pela filha Maria Matilde*, s.l., s.n., s.d., (texto policopiado), p. 23.

<sup>193</sup> «Em luta pelo bom senso» in *O Distrito de Portalegre*, 20 de Maio de 1917, p. 2.

<sup>194</sup> Procurámos consultar a documentação relativa a António Lino Neto no arquivo do seminário de Portalegre, mas o reitor deste seminário disse-nos, em conversa telefónica a 14 de Dezembro de 2011, que no arquivo só se conservavam os documentos relativos a antigos alunos que tinham sido ordenados.

<sup>195</sup> *O Distrito de Portalegre*, 11 de Janeiro de 1893, p. 2.

António Lino Neto concluiu o curso de Teologia a dois anos de atingir a idade mínima para ser ordenado sacerdote. Obteve do bispo de Portalegre, D. Gaudêncio José Pereira<sup>196</sup>, autorização para dar aulas num colégio em Coimbra. Foi uma oportunidade de ganhar a vida como professor, ajudando financeiramente a família, e de prosseguir os estudos em Direito. O ex-seminarista terá sido incentivado por eclesiásticos a estudar Direito, como argumento de que «a Igreja precisa de bons advogados».

Para ser admitido na Faculdade de Direito, António Lino Neto teve de fazer prova de habilitações de estudos liceais. Apresentou as provas requeridas de exames realizados no liceu nacional de Portalegre: em 1889 foi aprovado em exames de língua portuguesa e francês; em 1893 passou em exames de literatura portuguesa, História, «língua latina»; em 1894 foi aprovado em exames de química, física, matemática elementar, desenho, filosofia elementar. A 18 de Setembro de 1894 era admitido no primeiro ano de Direito na Universidade de Coimbra<sup>197</sup>.

#### 1.5.2. Os estudos universitários em Coimbra

O estudante deslocou-se para Coimbra com a mãe e os três irmãos em 1894. Um dos primeiros contactos de António Lino Neto com o mundo académico foi sintomático da sensação de crise e decadência que pairava na Universidade de Coimbra. A «oração de sapiência» que era da praxe realizar no início do ano lectivo foi «recitada» na sala dos actos grandes a 16 de Outubro de 1894 pelo Dr. Júlio Augusto Henriques, lente catedrático da Faculdade de Filosofia. No inusitado preâmbulo do discurso o orador começou por lembrar que era tradição em Coimbra que o discurso inaugural do ano académico fosse proferido por uma personalidade de elevada reputação, para depois esclarecer: «Hoje infelizmente será mal cumprida esta parte da festa. A circunstância de estarem impedidos legalmente tanto o lente de prima da Faculdade de Filosofia, como o seu imediato, obriga-me a ocupar este honroso lugar e bem contra minha vontade, pois reconheço a minha falta de competência para poder traçar o elogio das sciencias, a falta de auctoridade para poder incitar os ouvintes ao cultivo d'ellas, e porque, a mais ainda, me faltou o tempo indispensável para a conveniente preparação. Só o desejo de

---

<sup>196</sup> D. Gaudêncio José Pereira (1830-1908) formou-se em Direito em Coimbra em 1863. Foi preconizado bispo de Portalegre a 1 de Junho de 1888 e fez a sua entrada solene na diocese a 5 de Agosto do mesmo ano. Tomou posse do pariato a 18 de Janeiro de 1889.

<sup>197</sup> AUC – IV – 1.º D – 10 – 4 – 31.

cumprir o dever que me foi imposto, ainda que bem tardiamente<sup>198</sup>, me faz apresentar perante vós»<sup>199</sup>.

Após um longo excursão sobre o ramo de ciência que cultivava – a Botânica – dissertando sobre as qualidades e diversidade dos jardins botânicos, o orador rematou o seu discurso aludindo aos problemas que a falta de recursos financeiros colocavam ao trabalho universitário:

«Dir-se-há: Não há dinheiro; o paiz atravessa uma crise medonha e não pode dar mais à instrucção. (...)

Com effeito as obras publicas tomaram uma incremento immenso, talvez com uma precipitação que não é para discutir agora. Na occasião presente todos os nossos recursos estão captivos para muito tempo e, como há vinte anos, respondem-nos: esperae para quando houver meios... (...)

Para remediar o mal, a que tenho alludido, deveria procurar-se equilibrar as despesas publicas, e tal equilíbrio não existe. Um exemplo basta. A instrucção custa ao Estado menos de 590 contos, e só os diversos corpos do exército (e n'estes não são incluídos as guardas municipaes e fiscal) custa 2.637 contos, isto é, quatro vezes mais. Que desproporção!»<sup>200</sup>.

O discurso inaugural terminou com uma exortação à regeneração nacional pela ciência: «Amae a sciencia, prugnae por ella e convencei-vos de que só por ella a pátria humilhada poderá resurgir»<sup>201</sup>.

No ano lectivo de 1894-1895, António Lino Neto matriculou-se nas três cadeiras do primeiro ano de Direito: Filosofia do Direito, Exposição Histórica do Direito Romano e História e princípios gerais do Direito Civil Português. Os professores catedráticos foram, respectivamente, Avelino César Augusto Maria Calisto, Bernardo d'Albuquerque e Amaral e João Marcelino Arroyo. Esse ano lectivo foi marcante para outras figuras da política e da universidade portuguesa: Afonso Costa fez exame de licenciado, a 17 de Janeiro de 1895, com a dissertação *Do serviço no processo criminal: legislação portuguesa, crítica e reformas*<sup>202</sup>, Marnoco e Sousa, uma das referências mais importantes dos estudos jurídicos do final da monarquia constitucional e início da I República, foi um dos alunos premiados do quinto ano de Direito<sup>203</sup>.

---

<sup>198</sup> Em nota de rodapé o orador esclarece que só foi avisado por officio da secretaria de 4 de Outubro.

<sup>199</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1894-1895*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, p. VI.

<sup>200</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1894-1895...*, p. XXI-XXII.

<sup>201</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1894-1895...*, p. XXV.

<sup>202</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1895-1896*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, p. 100.

<sup>203</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1895-1896...*, p. 101.



Lino Neto conciliava o estudo do Direito com as aulas num colégio, a elaboração e venda de sebatas, as explicações pagas por estudantes universitários como Alberto Costa (1877-1908), de alcunha Pad'Zé<sup>204</sup>, Afonso Lopes Vieira, de quem se tornou amigo próximo, Manzarra Franco e Francisco de Mendonça, que veio a ser seu cunhado. Trabalhava e estudava ao longo do dia e pela noite dentro.

Tornou-se conhecido de colegas e professores pela sua aplicação, bom aproveitamento e uma defesa intransigente da fé católica. No primeiro ano do curso, numa aula, entrou em polémica com um professor sobre o dogma da Imaculada Conceição. Este perfil de combatente católico não o incompatibilizou com os professores mais críticos da Igreja Católica. Afonso Costa, seu professor no curso de Direito, escreveu a António Lino Neto em 1899: «Tenha sempre presente que eu o recordo muitas vezes por cá como o modelo do estudante brioso, do aluno ao mesmo tempo dedicado e sério, zeloso cumpridor dos seus deveres de camarada e de discípulo»<sup>205</sup>. O testemunho de Frederico Laranjo acerca do seu colaborador no *Distrito de Portalegre* e no Partido Progressista reforça esta ideia e permite perceber melhor como se formou a reputação de António Lino Neto:

«Foi em Coimbra um estudante que se tornou notável pelo seu talento, pelo seu estudo e pelas suas qualidades de carácter, dificilmente igualado em nobreza e bondade.

Quase desde o primeiro ano em que frequentou a Faculdade de Direito que estudou e ensinava sendo mais ele que sustentava a família – sua mãe viúva e três irmãos – do que a família que o sustentava a ele.

Muitas pessoas da província e da capital entregavam os seus filhos que para ali iam à sua direcção e eram nisso bem inspirados porque era difícil encontrar-se mais zelo e dedicação»<sup>206</sup>.

Frederico Laranjo era o professor catedrático de Princípios gerais do Direito Público, uma das três cadeiras que António Lino Neto fez no segundo ano de Direito. As outras foram Economia Política e Estatística, cujo professor catedrático era Manuel Nunes Giraldes, e Direito Civil Português, cadeira regida por José Joaquim Fernandes Vaz<sup>207</sup>. O nome de António Lino Neto surge destacado no *Anuário da Universidade de*

---

<sup>204</sup> Alberto Costa publicou o célebre *Livro do Doutor Assis*. Na Universidade de Coimbra, foi aluno de Frederico Laranjo. Aderiu aos ideais republicanos e foi carbonário. Suicidou-se em 1908.

<sup>205</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/084/02, fl. 1.

<sup>206</sup> *O Distrito de Portalegre*, 7 de Setembro de 1899.

<sup>207</sup> *Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1895-1896...*, p. 72.

Coimbra, pois foi um dos dois alunos distinguidos no segundo ano do curso de Direito, ambos com um *accessit* sem graduação<sup>208</sup>.

No ano lectivo de 1896-1897, Lino Neto faz as cadeiras de Princípios gerais e legislação portuguesa sobre a administração pública, sua organização e contencioso administrativo, Ciência e legislação financeira e Direito Civil português. Os professores catedráticos respectivos eram António Lopes Guimarães Pedrosa, António de Assis Teixeira de Magalhães e José Joaquim Lopes Praça. António Lino Neto foi novamente um dos dois alunos do seu ano distinguido com um *accessit*<sup>209</sup>.

Foi no quarto ano do curso que o nosso biografado foi aluno de Afonso Costa, o qual regia a cadeira de Organização Judicial – teoria das acções – processo civil ordinário, compreendendo a execução de sentenças, como lente substituto do professor catedrático Guilherme Alves Moreira. As outras cadeiras eram Direito eclesiástico comum e privativo da igreja portuguesa, regida pelo lente catedrático José Pereira de Paiva Pitta, e Direito comercial português, cujo professor catedrático era José Joaquim Fernandes Vaz<sup>210</sup>. Sete alunos foram distinguidos nesse ano, dividindo-se a «distinção» em duas categorias: «primeiros distintos» - António Lino Neto e Joaquim Pedro Martins – e «segundos distintos». No terceiro ano do curso de Direito do ano lectivo de 1897-1898, dois outros alunos que marcaram o movimento católico foram distinguidos pela universidade: Abúndio da Silva (primeiro distinto) e Alberto Pinheiro Torres (segundo distinto)<sup>211</sup>. José Marnoco e Sousa doutorou-se a 5 de Dezembro de 1897, com a dissertação *Das letras no direito comercial português*<sup>212</sup>.

Entre Janeiro e Maio de 1898, António Lino Neto escreveu um trabalho para a cadeira de Afonso Costa, de Organização Judicial, intitulado *História dos Juízes Ordinários e de Paz*<sup>213</sup>. O trabalho foi recomendado para publicação por Afonso Costa e impresso com uma dedicatória ao professor - «Homenagem e tributo de gratidão» - que lhe valeria bastantes ataques dos monárquicos manuelistas no período da I República. O nome do autor aparece como «A. Lino Netto», por cima da legenda «Alumno da

---

<sup>208</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1896-1897*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 85.

<sup>209</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1897-1898*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897, p. 91.

<sup>210</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1897-1898...*, p. 144.

<sup>211</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1898-1901*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899, p. 75.

<sup>212</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1898-1901...*, p. 74.

<sup>213</sup> António Lino Neto, *História dos Juízes Ordinários e de Paz*, Coimbra, Typographia França Amado, 1898.

Faculdade de Direito e Socio do Instituto de Coimbra». Sendo uma monografia histórica que estuda o seu objecto desde a Idade Média, o trabalho já tem presente algumas das ideias que marcarão a obra académica e publicista de António Lino Neto: a ideia de nação e o municipalismo. Lino Neto considerou a História judiciária um meio privilegiado para «apreciar as transformações por que até hoje tem passado a nacionalidade portuguesa»<sup>214</sup>. Mas a *História dos Juizes Ordinários e de Paz* oferece também uma possibilidade de compreender o exercício do municipalismo. E «do municipalismo da idade média uma grande lição nos ficou: é que o restabelecimento da sua autonomia sob o ponto de vista administrativo é condição *sine qua non* da nossa restauração nacional»<sup>215</sup>. Nesta primeira obra, António Lino Neto faz algumas considerações gerais relevantes para compreender o seu posicionamento na vida pública. Acerca da democracia, escreve: «Uma boa democracia consiste, não na participação indistincta de todos no governo commum, mas na melhor determinação d'uma ordem separada de pessoas, a quem pertença, mediata ou immediatamente, a direcção dos interesses geraes, uma vez que essa ordem seja accessivel, sem considerações d'origem, a todos os que, pelo seu trabalho e intelligencia, offereçam especiaes requisitos de capacidade»<sup>216</sup>. Esta concepção da democracia como *meritocracia* manter-se-ia nos escritos do académico e publicista na primeira metade do século XX. Defende que esta concepção de democracia não implicava o sufrágio universal e cita Alexandre Herculano para mostrar que ela é compatível com a existência de uma aristocracia, cuja legitimidade não residiria na hereditariedade, mas na capacidade.

No ano lectivo de 1898-1899, António Lino Neto concluiu o quinto ano de Direito. Fez as três cadeiras exigidas: Direito Eclesiástico Português, Princípios gerais de direito penal e de legislação penal portuguesa, e processo civil e prática judicial. Os professores catedráticos eram, respectivamente, José Pereira de Paiva Pitta, António Henriques da Silva e Manuel Dias da Silva. Voltou a ser classificado, juntamente com Joaquim Pedro Martins, como «primeiro distinto». No último ano de Direito houve uma distribuição mais generosa de distinções, mas nas categorias de

---

<sup>214</sup> António Lino Neto, *História dos Juizes...*, p. X.

<sup>215</sup> António Lino Neto, *História dos Juizes...*, p. 92.

<sup>216</sup> António Lino Neto, *História dos Juizes...*, p. 3-4.

«segundos distintos» e «terceiros distintos»<sup>217</sup>. António Lino Neto tornou-se um «bacharel formado» em 1899.

Nesse ano, António Lino Neto publicou o opúsculo *Princípios Novos da Sciencia Criminal*, editado pelo Instituto de Coimbra. O livrinho é dedicado ao professor António Henriques da Silva em termos diferentes da dedicatória a Afonso Costa: «Em testemunho de alta consideração e reconhecimento». É a impressão de um trabalho, escrito entre Janeiro e Abril de 1899, para a cadeira de Princípios Gerais de Direito Penal e Legislação Penal Portuguesa. Sob o nome do autor aparece a designação de «Bacharel formado em Direito e sócio effectivo do Instituto de Coimbra». Ou seja, a edição deste segundo opúsculo representa um maior reconhecimento do estatuto académico de António Lino Neto, que ainda não se licenciara.

O trabalho foi incentivado e apoiado, à distância, por Afonso Costa, que lhe escreveu de Davos-Platz: «Felicito-o pelo objecto da sua dissertação de penal. É vasto e difícil. Verse-o com cuidado, fugindo quando possa da preocupação litteraria. Não se esqueça de chamar a atenção para as nossas poucas leis que já traduzem uma certa influencia dos novos princípios de sciencia penal. De resto, os meus livros estão ás suas ordens. Peça as chaves a minha sogra e vá ao escriptorio, onde encontrará alguns na estante da parede à esquerda. Entenda-se também com o Dr. E. d'Abreu, que tem lá em baixo alguns bons livros, entre os quaes os de Ferri, Garofalo, e Celimena, que lhe recommendo»<sup>218</sup>.

O opúsculo está dividido em três partes: «Introdução. Do mal nas suas relações cósmicas», «Do crime e seus elementos constituintes» e «Da prevenção dos crimes e da regeneração dos criminosos». Sendo uma obra de juventude, algumas considerações gerais dão-nos uma ideia da «visão do mundo» de António Lino Neto prestes a concluir os seus estudos em Coimbra. No capítulo introdutório, após afirmar que o mal, identificado com o sofrimento, faz parte da condição humana, observa: «Há o soffrer d'aquelle que, reconhecendo a dôr como uma necessidade, a ella se sujeita pacientemente e prepara meios de attenual-a pela sua razão e vontade, fazendo suggerir no seu viver condições novas»<sup>219</sup>. O crime é definido como um mal provocado pelas

---

<sup>217</sup> *Annuário da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1898-1899*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899, p. 71.

<sup>218</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/084/03.

<sup>219</sup> António Lino Neto, *Principios Novos da Sciencia Criminal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898, p. 24.

«limitações da razão» ou pela «impaciência da vontade». Diversos factores condicionam a prática do crime, desde a constituição física, como defende Lombroso, aos factores sociais, como indicava Afonso Costa<sup>220</sup>. Qualquer que seja o factor explicativo do crime, o autor conclui, com um certo optimismo positivista, que «nenhum criminoso é incorrigível»<sup>221</sup>. Para o jovem António Lino Neto o fim do Direito é definido por duas escolas de pensamento aparentemente, na sua perspectiva, antagónicas – o utilitarismo de Bentham e o conceito de Justiça de Kant. O que distingue as duas escolas, observa, é o facto da primeira recorrer ao método indutivo e a segunda ao método dedutivo, ou *a priori*. Mas não há contradição entre os fins que ambas atribuem ao Direito, pois «o princípio da justiça [mesmo se definido *a priori* como o quer Kant] é um verdadeiro princípio utilitário»<sup>222</sup>. O Direito deve reger-se pelos princípios da utilidade e do bem-estar do maior número possível de pessoas. A defesa destes princípios implica a rejeição da aplicação do *darwinismo* ao direito criminal<sup>223</sup>. São saudados como avanços da civilização, a eliminação da prática da justiça da «tortura preparatória» e da «pena de morte» e, de um modo geral, «as tendências no sentido de dar mais luz às prisões e mais consideração pela personalidade dos delinquentes»<sup>224</sup>. Mais radical, o autor propunha mesmo a eliminação da palavra *pena*, no sentido de «provocação intencionada de sofrimento»<sup>225</sup>. E apelava, com ardor juvenil: «Façamos das cadeias asylos, façamos d'ellas escholas onde habite a luz e onde more a alegria»<sup>226</sup>. Nos asilos-escolas os criminosos não cumpririam penas, mas teriam de levar uma vida disciplinada. Esta expectativa de levar uma vida disciplinada, como a de uma criança num colégio, seria suficiente para dissuadir os criminosos de praticarem crimes. Este ponto de vista generoso não excluía, pelo contrário subentendia, uma tipologia do criminoso como alguém completamente alheio à burguesia, ou mesmo a um grupo social que retirasse rendimentos de um trabalho minimamente organizado: os criminosos eram, se não todos pelo menos a sua esmagadora maioria, «uns pobres desgraçados, sem família e sem pão» ou uns «indigentes» que preferem «a carestia,

---

<sup>220</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 27.

<sup>221</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 30.

<sup>222</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 44.

<sup>223</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 46.

<sup>224</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 59.

<sup>225</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 63.

<sup>226</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 61.

aspirando a largos haustos as brisas da liberdade, á abundancia no recinto de uma cadeia»<sup>227</sup>.

Tiago Pires Marques observa que neste trabalho de António Lino Neto «o direito penal é caracterizado como a expressão civilizacional de uma luta cósmica entre o Bem e o Mal»<sup>228</sup>. Ao contrário de outros militantes católicos e juristas do século XIX, como Jerónimo da Cunha Pimentel (1842-1898), director da Penitenciária Central de Lisboa entre 1884 e 1898, o jovem António Lino Neto defendia que o triunfo do Bem se daria pelo perdão e não pela punição penitenciária.

A 6 de Março de 1900, António Lino Neto fez acto de licenciado dissertando sobre *Das águas públicas e comuns no direito português*<sup>229</sup>.

#### 1.5.2.1. Ambiente intelectual e sociabilidades culturais na Universidade

Coimbra não foi para António Lino Neto apenas uma escola de conhecimento formal, mas também uma escola de formação de gostos estéticos, principalmente literários. Há relações pessoais que se constituíram ou reforçaram através de discussões e comentários, continuando pela vida pós-universitária, e por vezes marcando outro tipo de acções, nomeadamente na vida política e religiosa. Foi o caso da relação de amizade entre Afonso Lopes Vieira e António Lino Neto. Ambos eram católicos e o primeiro aderiu ao integralismo lusitano, sendo um dos elementos deste movimento que favoreceu uma aproximação entre integralistas e centristas.

Afonso Lopes Vieira e António Lino Neto iniciaram os estudos em Coimbra em 1894. Lopes Vieira tinha 17 anos e levou seis anos a completar o curso, destacando-se não pela aplicação académica, mas pela poesia e pela boémia. Lino Neto evoca em *O Distrito de Portalegre*<sup>230</sup> uma tertúlia literária que ambos integraram:

«Recorda-me que, um dia, em Coimbra, numa roda de literatos, se discutia acaloradamente sobre qual seria o poeta lírico português de mais vulto: quase todas as opiniões decidiram por João de Deus. Protestou energicamente Lopes Vieira, concluindo por Camões, e desafiando, ali mesmo, o confronto da obra de ambos.

Tomou partido por João de Deus o mavioso poeta Silva Gaio, que aceitou o repto; e, passando-se a opor poesia e poesia dos dois grandes líricos, todos concordaram, por

---

<sup>227</sup> António Lino Neto, *Principios Novos...*, p. 62.

<sup>228</sup> Tiago Pires Marques, «Intervenções médico-legais de militantes católicos (c. 1880-c. 1920) – Em torno de Jerónimo da Cunha Pimentel e António Lino Neto» in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 221.

<sup>229</sup> *Anuário da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1898-1899* ..., p. 73.

<sup>230</sup> *Distrito de Portalegre*, 7 de Fevereiro de 1901, p.1-2

último, unanimemente, que tinha vencido Lopes Vieira. Tão familiar lhe era Camões! [...]

Não obstante, em volta dele descobriram-se os rapazes de maior valor literário que, ao tempo, havia por Coimbra. A sua casa, que era nos *Palácios confusos*, com vistas para as bandas do Mondego, parecia, em certas ocasiões um verdadeiro *Cenáculo*. Lá encontrámos, por mais duma vez, em cavacos amenos, Alberto Pinheiro, Silva Gaio, D. Tomás de Noronha, Teixeira de Pascoaes, e muitos outros, a maior parte já com nome feito no país...»

O cenáculo, grupo de estudantes que se formou em Coimbra no final da década de 1860 e esteve na origem da chamada «geração de 70», definira um paradigma do intelectual português ao auto-atribuir-se uma missão de modernização cultural, social e política da sociedade portuguesa, criticando os costumes e as práticas políticas vigentes à luz das ideias e das instituições da Europa mais desenvolvida, cuja grande referência era a França. Desse grupo fizeram parte Eça de Queirós, Batalha Reis, Antero de Quental e Oliveira Martins. Este último fora ministro do partido rotativo a que António Lino Neto pertenceu, o Partido Progressista. Se a geração da década de 1890 pretendia atingir o mesmo prestígio e influência social da «geração de 70», as suas ideias eram outras e iam no sentido de substituir o cosmopolitismo crítico por tradições nacionais reinventadas<sup>231</sup>. Os mestres foram relidos na nova perspectiva. A obra romanesca de Eça de Queirós foi sujeita a uma crítica valorizando os romances em que se descobria um apelo a um ressurgimento nacional e a um regresso à terra, como *A Ilustre Casa de Ramires*<sup>232</sup> ou *A Cidade e as Serras*. Estes títulos eram preferidos aos romances iniciais como *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio*, *Os Maias*, em que a crítica social predominava e, no caso do primeiro, incidia sobre o papel do padre na sociedade portuguesa. A crítica social queirosiana seria lida como a realização ficcional de uma crítica do liberalismo que Oliveira Martins concretizara no plano historiográfico.

Manuel Silva Gaio e Teixeira de Pascoaes, que encontravam António Lino Neto na casa dos *Palácios Confusos*, seriam referências fundadoras de dois dos movimentos culturais mais marcantes do início do século XX, ambos procurando reinventar tradições nacionais. Silva Gaio animou o «novulusismo», um movimento literário de reacção ao positivismo oitocentista e à crise finissecular encarada como sintoma de decadência nacional. A pátria renasceria da terra. António Sardinha beberia na estética

---

<sup>231</sup> Sobre a constituição de um campo literário a partir de 1890 que permitiu a construção do nacionalismo que legitimou o Estado Novo ver Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

<sup>232</sup> Os integralistas lusitanos, que têm uma parte importante das suas raízes intelectuais na década de 1890, consideravam-se «Filhos de Ramires» (Cf. José Manuel Alves Quintas, *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Nova Ática, 2004).

novolusista para escrever os seus poemas e nas ideias de Silva Gaio para desenvolver a doutrina do integralismo lusitano<sup>233</sup>. Teixeira de Pascoaes (1877-1952) entraria na Universidade de Coimbra dois anos depois de António Lino Neto, em 1896, concluindo o curso em 1901. Foi advogado no Porto e tornou-se conhecido das elites intelectuais portuguesas pela sua obra literária e pela doutrina do «saudosismo». A saudade, sentimento especificamente português, abriria as portas da universalidade à literatura portuguesa. Pascoaes dirigiu o movimento político-literário “A Renascença Portuguesa” e a revista *A Águia*, que mobilizaram intelectuais como Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Raúl Proença e, numa fase inicial, António Sérgio, o qual se tornaria um crítico contundente das ideias vagas do «saudosismo» e do espiritualismo e misticismo de Pascoaes. O poeta tornou-se um republicano entusiasta chegando a colaborar no jornal de Afonso Costa, *O Mundo* e, na esteira de Guerra Junqueiro, escrevendo textos de um republicanismo profético.

A tertúlia da casa dos *Palácios confusos* permite-nos surpreender a proximidade das raízes de duas tendências político-culturais que seriam adversárias na I República – o integralismo lusitano e o republicanismo de tom espiritualista. O excerto citado mostra como algumas referências culturais eram partilhadas por pessoas com posicionamentos políticos antagónicos mas que pertenciam à mesma reduzida elite portuguesa formada na universidade: João de Deus, tão admirado por Silva Gaio, era apreciado por Teófilo Braga, o futuro presidente da República, que tratou da edição póstuma das suas *Prosas*, em 1898; Camões, exaltado por Afonso Lopes Vieira, futuro integralista, era um herói dos republicanos<sup>234</sup>. Pensamos que o lugar e o papel desempenhado por António Lino Neto na esfera pública na I República não se explica apenas pela doutrina católica do *ralliement*, mas também por uma sociabilidade cultural que integra grupos e personalidades com um posicionamento político diversificado dentro do campo político representado no parlamento republicano.

António Lino Neto foi um homem formado na década de 1890, marcada por duas gerações que cresceram juntas, seguindo caminhos divergentes<sup>235</sup>, a do republicanismo político e a do nacionalismo literário. O publicista católico manteve correspondência com vários escritores da geração que fez do nacionalismo um

---

<sup>233</sup> Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 70-74.

<sup>234</sup> Acerca das comemorações camonianas de 1880: Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal*..., p. 33-34.

<sup>235</sup> Luís Trindade, *O Estranho Caso*..., p. 136-137.



programa literário: Eugénio de Castro<sup>236</sup>, Júlio Dantas<sup>237</sup> e principalmente Afonso Lopes Vieira<sup>238</sup>, um amigo de toda a vida. O seu discurso sobre a nação e a pátria deveu muito a estes e outros autores. Mas foi em espaços políticos e religiosos que construiu uma parte relevante da sua imagem pública: no governo civil de Portalegre e na organização dos Congressos das Agremiações Populares Católicas, durante a monarquia constitucional, e no parlamento, na câmara municipal de Lisboa, no Centro Católico Português durante a I República.

Na Universidade de Coimbra, António Lino Neto estabeleceu uma relação pessoal de amizade com uma personalidade fundamental do futuro regime republicano, Afonso Costa, dois anos mais velho. Costa terminara o curso de Direito em 1894, o ano em que António Lino Neto o iniciou, e começara a leccionar em 1896<sup>239</sup>. Na prática eram homens da mesma geração. Nesse ano o conhecimento entre os dois homens era já muito próximo e assente em relações pessoais que extravasavam a relação entre professor e aluno, baseando-se em amigos comuns e relações de convivência familiar. Uma carta de 1896 dirigida por Afonso Costa a António Lino Neto mostra uma certa intimidade: «Meu querido amigo//Acabo de receber a sua carta, que do coração lhe agradeço. Também, na Figueira, recebi outra carta sua, a que não cheguei a responder. Dia a dia esperando saber definitivamente o que haveria acerca dos exames em Outubro, e assim foi passando o tempo sem lhe agradecer tantos obséquios já feitos e tantos outros, generosamente offerecidos em benefício de meu cunhado, que, como seu verdadeiro amigo, muito se lhe recomenda. [...] Mtº desejo que os banhos da Figueira façam bem a seu irmão. [...] Como esta carta vae dirigida p.<sup>a</sup> casa de m.<sup>a</sup> sogra (pois que não sei onde mora), diga lá para onde vae morar na Figueira, ou escreva-me para aqui a fim de eu o saber»<sup>240</sup>. O remate desta carta sugere que a relação estabelecida deve-se em parte ao facto de António Lino Neto custear os seus estudos com aulas num colégio e explicações privadas que incluíam familiares de Afonso Costa: «Diga-me se está disposto a leccionar este anno a latinidade, porq. em caso affirmativo, terá de aturar, talvez, 2 primos meus»<sup>241</sup>.

---

<sup>236</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/058.

<sup>237</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/C/A/03/135.

<sup>238</sup> PT/UCP/CEHR/ALLN/D/F/01/369. A secção dedicada à correspondência entre António Lino Neto e Afonso Lopes Vieira contém 71 documentos.

<sup>239</sup> Filipe Ribeiro de Menezes, *Afonso Costa*, Alfragide, Texto Editores, 2010.

<sup>240</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/084/01, fl. 1.

<sup>241</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/084/01, fl. 2.

A estima de Afonso Costa por António Lino Neto surge registada no diário do professor de Direito e político republicano nas páginas em que regista a sua primeira viagem ao estrangeiro, em Dezembro de 1898, quando se desloca a Davos-Platz, na Suíça considerada a cidade dos tuberculosos, para tratar um foco num pulmão<sup>242</sup>. Na entrada escrita a 7 de Dezembro de 1898, Afonso Costa, a bordo do *Sud-Express* que avança «a todo o vapor» para Medina del Campo escreve: «Á despedida, na Estação velha de Coimbra, encontravam-se todas das pessoas da m.<sup>a</sup> família querida, á excepção de minha filhinha M.<sup>a</sup> Emília, que adormecera em casa ao collo da creada, depois de me abraçar e beijar, já com o garrucinho da sua capa enterrado na cabeça. De todos me lembro tanto!»<sup>243</sup>. Evoca diversas pessoas da sua família, incluindo a mãe «que, quasi, alheada, parecia implorar naquelle momento a intervenção Divina em meu favor!». Faz votos de que «Deus a todos proteja, dê saúde e offereça consolações, que compensem aquelas que me dão com os seus grandes affectos!»<sup>244</sup>. Recorda de seguida vários amigos presentes na despedida, entre os quais «O Netto, bom e grato amigo»<sup>245</sup>. A 5 de Março de 1899, Afonso Costa escreve-lhe, de Davos-Platz: «No entretanto, querido amigo, esta demora deixa-me vagamente pensar, com calefrios, no que succederia porventura aos pobres rapazes [os seus cunhados] e mais tarde aos meus sobrinho e filho, se eu morresse d'esta...Serei injusto? Não! O mundo é assim. Quando morre o bicho, morre também a peçonha. Os pontapés, os desprezos, as mal-querenças, choveriam sobre os desamparados, sem que lhes valessem os auxílios d'um ou d'outro amigo fiel á minha memória. Felizmente, Deus está com elles. A saúde e a vida foram-me restituídas pelo Supremo Senhor. E com o seu auxílio, meu amigo, a quem eu fallo como fallaria a um irmão, espero que os rapazinhos seguirão direitos nas suas carreiras jurídicas»<sup>246</sup>.

Estes textos de Afonso Costa, pontuados de referências a Deus, não devem ser ignorados para interpretar a sua atitude face à questão religiosa no fim da monarquia constitucional e na I República e sua relação com os católicos. Uma correcta compreensão do que está em causa exige uma destrição entre anti-clericalismo, anti-

---

<sup>242</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1972, p. 29-30.

<sup>243</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa...*, p. 90.

<sup>244</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa...*, p. 90.

<sup>245</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa...*, p. 91.

<sup>246</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/084/03.

catolicismo e convicções anti-religiosas<sup>247</sup>. Destrinça que leva a uma desvalorização da interpretação da política de Afonso Costa face ao catolicismo como uma obsessão anti-religiosa e reforça as teses de que sua intervenção política no sentido de reduzir a influência da Igreja Católica deveu bastante a considerações estratégicas e táticas especialmente relevantes após a implantação da República.

Apesar de manter relações cordiais com Afonso Costa, foi um outro professor do curso de Direito de Coimbra, Frederico Laranjo, que se tornou uma espécie de mentor de António Lino Neto<sup>248</sup>. Não sabemos se os dois se conheceram na Universidade ou antes, através das relações do Seminário de Portalegre, que Laranjo frequentara e com o qual mantinha contactos. Frederico Laranjo era não só um notável do Partido Progressista no distrito de Portalegre, mas também um prestigiado professor universitário de Direito. Leccionou Economia Política, como lente substituto, de 1872 a 1882, e publicou, entre muitos outros livros, *Economistas Portugueses* e *Princípios de Economia Política*. Esta última obra, que teve edições em 1881 e 1891, foi usada como manual daquela disciplina nos anos lectivos de 1882-1883 e 1889-1900, abrangendo portanto os anos de formação universitária de António Lino Neto. Frederico Laranjo protagonizou uma relação tensa com a geração de 70, à qual pertencia em termos etários, inclusivé com Oliveira Martins que foi ministro do Partido Progressista. Laranjo era um socialista catedrático ou de Estado, que acreditava numa evolução gradual para o socialismo e para o cooperativismo sem rupturas com a monarquia ou com o rotativismo. Não se revia portanto quer nas atitudes iniciais anti-sistema, da geração de 70, quer no «vencidismo» posterior. Conhecia e correspondia-se com António Nobre, uma referência da geração finissecular, e outros intelectuais que, por seu intermédio, travaram relações com António Lino Neto, como Amália Vaz de Carvalho e Guerra Junqueiro<sup>249</sup>.

Na diversa documentação consultada não encontrámos referências ao convívio entre António Lino Neto e o bispo de Coimbra de 1872 a 1913, D. Manuel Correia de Bastos Pina. É no entanto de presumir que um católico empenhado como António Lino Neto seguisse com atenção as intervenções públicas do prelado da cidade em que

---

<sup>247</sup> Num breve apontamento sobre a posição religiosa de Afonso Costa, A.H. de Oliveira Marques define-o como «livre-pensador (depois de uma primeira fase de teísmo ou deísmo filosófico)» in A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, p. 22.

<sup>248</sup> Ver o ponto 3.1. «António Lino Neto discípulo de Frederico Laranjo?»

<sup>249</sup> António Lino Neto não terá sido alheio à reaproximação ao catolicismo de Guerra Junqueiro, na República do pós Grande Guerra.

estudava, ainda que não houvesse entre ambos uma relação pessoal próxima. D. Manuel Correia de Bastos Pina, ao qual já nos referimos como impulsionador do Centro Católico Parlamentar, em 1894, foi um bispo que aderiu à doutrina do *ralliement* de Leão XIII e à visão do mundo do catolicismo integral, que se apresentava como alternativa à mundividência liberal e socialista. Animado pela encíclica *Aeterni Patris* (1879), incentivou os estudos neo-tomistas, nomeadamente no Seminário Maior de Coimbra. Uma das preocupações do seu magistério era uma melhor formação do clero<sup>250</sup>, preocupação que António Lino Neto também exprimiu na sua actividade publicista, eventualmente por influência de D. Manuel Correia de Bastos Pina.

---

<sup>250</sup> António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional...*, p. 127-128.

## II – Início da vida activa numa cidade de província

### 2.1. De Coimbra a Portalegre

Após a conclusão do curso em Direito, António Lino Neto procurou uma situação profissional mais consistente. Duas hipóteses se lhe colocaram: a de se doutorar e de seguir uma carreira académica na Universidade de Coimbra e a de encontrar colocação como secretário-geral de um Governo Civil. Frederico Laranjo escreveu-lhe sobre ambas as hipóteses, incentivando-o e dando-lhe conta que o recomendara a personalidades influentes como José Luciano de Castro<sup>251</sup>, o líder do Partido Progressista. Não era a primeira vez que Luciano de Castro tomava conhecimento das expectativas e acções de António Lino Neto. Já em Maio de 1895 o recomendara a uma personalidade de Coimbra, Bernardo d'Albuquerque<sup>252</sup>.

O primeiro emprego de António Lino Neto após a conclusão da licenciatura foi na administração pública, ao ser nomeado, a 8 de Março de 1900, mediante a prestação de provas públicas, para secretário-geral do Governo Civil de Beja, donde foi transferido, a 5 de Outubro desse ano, a seu pedido, para o lugar de secretário-geral do Governo Civil de Portalegre. Em 1902 publicou *Analyse e Crítica do novo código de posturas do concelho de Abrantes*<sup>253</sup>. Trabalhou como secretário-geral no governo civil de Beja e Portalegre, funções que desempenhava a par do exercício de advocacia e de uma colaboração regular no *Distrito de Portalegre* a partir do início de 1900. Frederico Laranjo adquiriu este periódico em 1889 e passou a dirigi-lo politicamente a 25 de Setembro desse ano<sup>254</sup>. A partir de 1898, data em que Frederico Laranjo passou da câmara dos deputados para a câmara dos pares, o notável progressista diminui a sua actividade político-partidária a nível distrital<sup>255</sup>. A análise da correspondência entre o par do Reino e António Lino Neto sugere-nos que este é um elo de ligação entre Frederico Laranjo e a vida política no distrito de Portalegre. António Lino Neto mantém-se fiel às relações da sua terra de origem, Mação, e era considerado neste concelho uma figura influente do Partido Progressista.

---

<sup>251</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/166/03, fl. 1.

<sup>252</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/B/01/01, fl. 3. A documentação consultada não nos permite apurar o motivo desta recomendação.

<sup>253</sup> António Lino Neto, *Analyse e Crítica do novo código de posturas do concelho de Abrantes*, Abrantes, Typ. de Hermano Dias Ferreira, 1902.

<sup>254</sup> António Ventura, *José Frederico Laranjo (1846-1910)*, Lisboa, Colibri, 1996, p. 40.

<sup>255</sup> António Ventura, *José Frederico...*, p. 56.

A 17 de Outubro de 1901, António Lino Neto casou com Matilde da Cruz Antunes de Mendonça, irmã de Francisco Antunes de Mendonça, condiscípulo do cunhado em Coimbra, filha de Antunes Mendonça, um industrial de Lisboa, e de Gertrudes Salvador Mendonça. Frederico Laranjo desempenhou a delicada missão de pedir a mão da noiva em casamento. O acontecimento foi anunciado em *O Distrito de Portalegre* a 19 de Junho de 1901:

«Dr. Lino Neto – Este nosso querido amigo vai em breve ligar-se pelo matrimónio a uma senhora distinta e bondosa pertencente à família do abastado industrial de Lisboa sr. Antunes Mendonça. (...) A noiva é ex.<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> D. Matilde Antunes de Mendonça. Não a conhecemos pessoalmente. Mas pelas informações fidedignas que dela temos sabemos que é uma senhora ilustradíssima e extremamente bondosa e afável. Do noivo, por felicidade temos pleno e íntimo conhecimento. E não somos só nós que o temos. Todos sabem que se trata do autor dos brilhantes artigos de política internacional que há tempo se têm vindo a publicar no nosso semanário. Todos sabem que é de um licenciado em Direito que na sua curta carreira de funcionário público e de advogado distinto tem sobejamente afirmado o seu valor e gravado em documentos a envergadura das suas poderosas qualidades intelectuais. Todos sabem, enfim, que se trata de um orador fluente e empolgante, de um trabalhador infatigável, de um carácter cristalino de onde brota a jorros de lealdade e cavalheirismo que se vão tornando lendários à força de repetição dos seus actos meritórios. Não podemos, pois, antever neste auspiciosíssimo enlace senão ventura. As qualidades diamantinas dos noivos são garantia mais que suficiente para que possamos ter a certeza de que hão de realizar sobremaneira as legítimas aspirações das suas almas puras. É o que sinceramente, ardentemente lhes anelamos»<sup>256</sup>.

O casamento foi celebrado, pelo cônego Cruz Caldeira, na igreja da Madalena, em Lisboa. Os recém-casados foram viver para Portalegre, onde nasceram os quatro primeiros filhos, José Francisco Xavier<sup>257</sup>, em 1903, Maria Gertrudes<sup>258</sup>, em 1905, Joaquim Maria<sup>259</sup>, em 1906 e Maria Teresa<sup>260</sup>, em 1908. A participação de António Lino Neto na vida da cidade em actividades profissionais, políticas e cívicas foi múltipla: em 1902 tornou-se secretário-geral do *Distrito de Portalegre*; em 1905 tomou posse da cadeira de inglês do liceu da cidade; a 18 de Dezembro de 1906 foi nomeado presidente da Junta dos Repartidores no Concelho de Portalegre; em 1907 integrou o conselho central da Associação Protectora dos Pobres. Neste período foi ganhando reputação e reconhecimento como advogado: publicou, em 1903 e 1904, dois opúsculos

---

<sup>256</sup> *Distrito de Portalegre*, 19 de Junho de 1901, p. 1.

<sup>257</sup> Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e foi director da Conservatória do Registo da Propriedade Automóvel de Lisboa.

<sup>258</sup> Casou com Vergílio Arruda, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e director do *Correio do Ribatejo*.

<sup>259</sup> Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Teve uma relação próxima com o pai, vindo a desempenhar durante algum tempo funções de secretário pessoal.

<sup>260</sup> Licenciou-se em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra e foi freira da ordem religiosa de Santa Doroteia.

a propósito das questões jurídicas relacionadas com a herança de Maria Luiza Fernandes<sup>261</sup>. A 2 de Abril de 1907 comprometeu-se por carta a intervir como advogado na «questão de Barbacena», diferendo entre o povo de Barbacena apoiado pelo seu pároco e o proprietário Rui de Andrade acerca do direito de uso comunitário de terras. Foi uma causa célebre que agitou a opinião pública local e até nacional nos últimos anos da monarquia e primeiros da I República. Desde 1906 que António Lino Neto, através do pároco de Barbacena, Neves Correia, se encontrava envolvido com o caso que acompanhou regularmente de um ponto de vista jurídico, como advogado da junta paroquial, que, a partir de 1908<sup>262</sup>, foi ré no caso.

Estreou-se como agente do Ministério Público a 30 de Janeiro de 1906, em audiência na comarca de Abrantes, facto que foi noticiado não só na imprensa regional – *O Echo do Tejo* e *O Distrito de Portalegre* – mas também na imprensa de âmbito nacional – *O Século* e o *Diário de Notícias*.

*O Distrito de Portalegre* inseria pequenas notícias sobre o seu colaborador que nos permitem reconstituir os seus passos. António Lino Neto deslocava-se com uma certa frequência a Lisboa, onde viviam os sogros<sup>263</sup>. Aproveitava algumas dessas deslocações para ouvir ópera, tendo ficado especialmente impressionado com o *Otelo* de Verdi e o *Loengrin* de Wagner<sup>264</sup>. Outras notícias dão-nos conta da relação entre a mobilidade e a sua vida familiar e profissional: em 1904 foi a Gavião pedir a mão de Maria José Leitão para casar com o seu irmão, José Lino Neto; em 1906 deslocou-se a Abrantes por causa das suas funções como agente do Ministério Público; em 1907 o exercício da advocacia levou-o a Mação. Frequentava Castelo de Vide, a terra natal de Frederico Laranjo e onde ele mantinha uma intensa actividade associativa, e Coimbra, onde ambos se formaram. Passava as férias de verão na Ericeira, em Mação ou na praia da Âncora. Em Maio de 1908 visitou Badajoz com a família.

---

<sup>261</sup> *I – Inventário de D. Maria Luiza Fernandes, comarca de Portalegre. Peças de defeza do cabeça de casal sr. dr. Joaquim de Araújo Juzarte e coherdeiros*, Portalegre, Typographia Fragoso & Leonardo, 1903; *I – Inventário de D. Maria Luiza Fernandes, comarca de Portalegre. Crítica do respectivo processo; valores extranhos ao casal encontrados na herança; deixas para pobres; legados a santos; capellas; etc.*, Portalegre, Typographia Fragoso & Leonardo, 1904.

<sup>262</sup> Margarida Sérvulo Correia, *O Caso de Barbacena. Um pároco de aldeia entre a Monarquia e a República*. Ver nesta tese o ponto 4.4.

<sup>263</sup> Entre 1901 e 1908 são relatadas 13 deslocações em *O Distrito de Portalegre*.

<sup>264</sup> *O Distrito de Portalegre*, 31 de Janeiro de 1901, p. 1-2. Sobre o *Loengrin* escreveu: «a nós, um leigo em matéria de música, provocou a absorção panteísta do nosso espírito, atirando-nos, desvairado, para um doce aniquilamento...».

### 3.1.1. Encontro em Portalegre com António Sardinha

Foi em Portalegre que António Lino Neto conheceu um adolescente atormentado que marcou o panorama intelectual do século XX ao transitar do republicanismo para o tradicionalismo: António Sardinha (1887-1925). O ideólogo do integralismo lusitano recordou mais tarde o encontro, por volta de 1901, com António Lino Neto que, com exagero, considerou um dos seus mestres: «Eu não escrevo o nome de António Lino Neto sem uma certa emoção. Lembra-me ele os meus começos literários num apagado liceu de província, quando com o aflorar da adolescência despertavam em mim as primeiras tentações da publicidade. Foi António Lino Neto quem então me acolheu com palavras de incitamento e de conselho, não me tendo ainda esquecido dessa hora em que importunamente o roubei aos seus hábitos de monge laborioso para lhe confiar o plano de um livro, - do livro com que nós sonhamos aos quatorze anos e que é a miragem eterna atrás da qual corremos depois pela vida fóra. Mais tarde, já de posse uma tendência mental, o meu pensamento viria a estabilisar-se no sentido em que a obra de António Lino Neto se ilumina toda»<sup>265</sup>. O artigo tenta apropriar-se da obra da figura elogiada ao considerar António Lino Neto um renovador, conceito que contrapõe ao de conservador, e o autor de uma obra «animada da mais pura filosofia contra revolucionária». A distinção entre categorias não era adoptada pelo próprio António Lino Neto, que por diversas vezes se auto-designou como conservador. É uma classificação vaga, mas coerente com uma atitude propensa a compromissos com as instituições vigentes e reformas e não a rupturas institucionais, quer no sentido revolucionário, quer no sentido contra-revolucionário. As diferenças de atitude entre Sardinha e Lino Neto reflectem-se no estilo de cada um: iconoclasta o primeiro; formal, quando não solene, o segundo. O registo destas diferenças não exclui a influência do secretário geral do governo civil de Portalegre sobre o estudante adolescente. No citado artigo, António Sardinha identifica dois elementos que são basilares na obra de António Lino Neto – o catolicismo e o municipalismo – e que os integralistas da primeira fase aceitaram como pilares da sua ideologia contra-revolucionária. É muito provável que as conversas entre o homem em início da vida activa e o adolescente numa pacata cidade de província versassem sobre temas religiosos e tradições municipais e que levassem Sardinha a formar ideias sobre estes assuntos. O afecto público do intelectual integralista pelo católico centrista é coerente com a atitude de António Sardinha de, no

---

<sup>265</sup> *A Monarquia. Diário Integralista da Tarde*, 29 de Janeiro de 1918, p. 1.



campo do integralismo lusitano, não só defender António Lino Neto face a ataques pessoais de católicos monárquicos, mas também de propor uma estratégia de valorização dos interesses comuns e das afinidades ideológicas entre o integralismo lusitano e o Centro Católico Português, enfrentando as antipatias e críticas de outros integralistas, como José Pequito Rebelo, ao CCP e ao seu presidente.

A relação entre António Sardinha e António Lino Neto deve ser compreendida à luz do meio social de que ambos provêm e de afinidades biográficas. A seguinte descrição da família Sardinha pode aplicar-se à de Lino Neto: «Há muito implantada no Alentejo e, concretamente, no eixo Monforte-Portalegre-Elvas-Assumar-Arronches, não difere esta família da dos modelos da burguesia provinciana de finais do século XIX. Ligada à terra desde sempre, ilustra-se esta, ao longo de várias gerações, no exercício da vereação e no de cargos médios e superiores do funcionalismo»<sup>266</sup>. Tal como no caso do nosso biografado, a situação financeira da família de António Sardinha ficou fragilizada com a morte do pai deste, José Maria da Silva Sardinha (1851-1904). Foi uma perda que agravou um processo de empobrecimento familiar desde a década de 1890 devido a maus anos agrícolas e a erros de gestão patrimonial. O jovem Sardinha passou por uma crise radical que lhe deixou traços de ressentimento face ao meio social mesquinho de Monforte e que o conduziram a uma tentativa de suicídio aos 14 anos<sup>267</sup>, precisamente a idade de que recorda as conversas reconfortantes e encorajadoras com António Lino Neto. Ultrapassada a crise, entrou na Universidade de Coimbra e, mais uma vez, o perfil social do caloiro possuía afinidades com o de António Lino Neto: «um jovem provinciano oriundo de um meio desprovido de real capital económico, mas munido não obstante de algum capital sociocultural, de alguma visibilidade local»<sup>268</sup>.

## 2.2. Um discípulo de Frederico Laranjo?

Se devemos questionar a obra de António Lino Neto face aos estímulos que produz na geração seguinte, não é menos pertinente indagar o que ela deve a Frederico Laranjo, seu correligionário no Partido Progressista e director do *Distrito de Portalegre*, onde Lino Neto dá os primeiros passos como jornalista. A inclusão de pelo menos parte do espólio de Frederico Laranjo no espólio de António Lino Neto<sup>269</sup> sugere que a relação entre os dois professores catedráticos e autores de livros de Economia Política

---

<sup>266</sup> Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 23.

<sup>267</sup> Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 24.

<sup>268</sup> Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 25.

<sup>269</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/AFL.

extravasou o campo profissional e político. Frederico Laranjo foi um pioneiro da teoria económica e história económica em Portugal e António Lino Neto, principalmente em *A Questão Agrária*, de 1908, desenvolveu uma linha de pensamento económico que ele mesmo designou de «neo-fisiocrática».

Nenhum historiador do pensamento económico em Portugal identifica uma continuidade entre as ideias económicas de Frederico Laranjo e as de António Lino Neto. Carlos da Fonseca classifica Frederico Laranjo como um socialista de Estado ou de cátedra, filiando-o na mesma família de economistas de L. von Stein, Schmoller, Laveleye, Scheel e Oliveira Martins. Para este autor, António Lino Neto é um economista nacionalista, partilhando as referências de F. Litz, Conrad e, em Portugal, Basílio Teles, Anselmo Vieira, José Pequito Rebelo, Anselmo de Andrade, Ezequiel de Campos e Oliveira Salazar<sup>270</sup>. Carlos Bastien define a posição teórica de Laranjo, como um socialismo catedrático, sendo este entendido como uma síntese entre o socialismo de Estado e o socialismo cooperativo<sup>271</sup>. Sublinha que uma das divergências de Frederico Laranjo com a geração de 70 foi não aderir à estratégia agrarista de Oliveira Martins expressa no projecto de fomento rural assinado por aquele historiador e político<sup>272</sup>. O filão agrarista do pensamento martiniano é uma das fontes do pensamento «neo-fisiocrático» de António Lino Neto.

Num tom de apreciação crítica, Carlos Bastien sublinha que «Apesar de católico, Laranjo não aceitou as soluções proto-corporativas que começavam a ecoar no meio académico donde provinha e antes procurou uma via alternativa ao individualismo e ao socialismo revolucionário num socialismo que passava pelo associativismo e pelo cooperativismo mas que em momento algum se confundia com a representação orgânica de interesses sociais»<sup>273</sup>. É uma observação estimulante para uma tese que se propõe interpretar um percurso cívico-religioso à luz da problemática da relação entre catolicismo e política perante a crise do liberalismo. Leva-nos a colocar a questão: por que é que Frederico Laranjo, «apesar de católico», não influenciou mais António Lino Neto e não deixou marcas na intervenção política de católicos ou, pelo menos, na reflexão de católicos acerca da política?

---

<sup>270</sup> José Frederico Laranjo, *Economistas Portugueses*, Prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1976, p. 15-17.

<sup>271</sup> José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia Política*, Introdução e Direcção de Edição de Carlos Bastien, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, p. XIII.

<sup>272</sup> José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia...*, p. XIV.

<sup>273</sup> José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia...*, p. XX.

Uma parte da resposta poderá estar na definição e posicionamento de Frederico Laranjo como «católico». Numa carta de 1908, o deputado do Partido Progressista e professor explica à superiora das irmãs do hospital de Portalegre a sua atitude face à Igreja Católica em termos que se demarcam claramente dos diversos anti-clericalismos mas que interiorizam o processo de secularização que a militância católica de finais do século XIX e inícios do século XX combatia:

«Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o seu presente e a sua dedicatória; pode ser que eu não seja um perfeito catholico, mas forcejo por ser um bom cristão, e todos os que trabalharam e sofreram para remir a humanidade e a alliviar e consolar nas suas misérias de toda a espécie, todos os que se esforçaram para que se realize aquelle bello pedido do Padre Nosso – *Venha a nós o vosso reino* – são meus amigos e têm o meu culto.

Eu sou um homem do meu século, partidário da liberdade, mas sem licença e com ordem; um socialista, sedento d'uma maior justiça e d'um maior bem-estar para as classes mais numerosas e menos favorecidas ou da natureza ou da sociedade; mas não compreendo que os que têm este ideal, que alvoreceu para a humanidade com os prophetas da Judeia, e cuja aurora esplendente foi o evangelho de Jesus, ataquem as instituições religiosas destinadas a servir a humanidade, com uma dedicação e abnegação, que só a religião pode inspirar, e que têm inspirado há muitos séculos.

Alguns leitores do meu periódico hão de se admirar de que o político que defende a liberdade e o socialismo, seja o mesmo que escreva ou mande traduzir vidas de santos, e seja profundamente respeitador e eminentemente favorável às ordens religiosas destinadas a praticarem as obras da misericórdia; respondo a esses taes que nada do que é humano me é estranho, e que tudo o que é bem, embora seja antigo, embora tenha a forma religiosa, que nada prejudica, e que em muitos casos santifica, é digno do meu respeito, tem a minha adesão e o meu sincero applauso»<sup>274</sup>.

Este posicionamento face à Igreja Católica possui alguma proximidade com o de Oliveira Martins, que António Matos Ferreira inscreve num horizonte que designa por pós-catolicismo: «Mais do que pugnar por uma desconfessionalização, insistia na necessidade de se valorizar no plano ético uma heroicidade que, encarnando no indivíduo, devia expressar o horizonte de plenitude social; isto é, a sociedade seria regenerada pelo agir daqueles que consubstanciavam e corporizavam a Ideia, como processo de espiritualização enquanto processo encaminhador de progresso»<sup>275</sup>. Nuno Álvares Pereira seria um desses modelos de heroicidade de matriz católica. Tanto Frederico Laranjo como Oliveira Martins valorizam o catolicismo sem se afirmarem como católicos praticantes, embora os seus pontos de vista não coincidam: em Frederico Laranjo esta valorização incide sobre os valores evangélicos da Igreja; Oliveira Martins admira acima de tudo na Igreja Católica «a capacidade para fornecer organicidade e

<sup>274</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/166/119, fls 1-3.

<sup>275</sup> António Matos Ferreira, *O Pensamento de Oliveira Martins sobre religião*, [tese complementar de doutoramento] Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, p. 67.

coerência à sociedade, de que, em seu entender, o liberalismo se encontrava destituído»<sup>276</sup>.

A relação próxima entre Frederico Laranjo e António Lino Neto deveu-se menos à partilha de ideias de economia política e de fé religiosa do que a afinidades biográficas: nasceram em terras próximas (Castelo de Vide e Mação), ambos passaram pelo seminário de Portalegre e pelo curso de Direito de Coimbra, ambos tiveram uma sociabilidade católica, embora vivessem o catolicismo de modo diferente. A militância católica de António Lino Neto aproximou-o de Frederico Laranjo, deputado e par do Reino de um regime político em que o catolicismo era a religião oficial do Estado e um pensador que reconhecia à Igreja Católica um papel social e ético.

### **2.3. Os primeiros passos de um publicista: contra a decadência portuguesa, regenerar a Igreja Católica e a nação**

Os textos que António Lino Neto publicou em *O Distrito de Portalegre*, com uma mão mais leve da que escreveu as peças jornalísticas do professor catedrático e do Presidente do Centro Católico Português, permitem traçar uma espécie de «retrato de um publicista católico enquanto jovem» e observar a génese de algumas ideias que desenvolveu mais tarde, a defesa de outras que esqueceu e até alguns aspectos da sua vida quotidiana e relações sociais.

A leitura de opiniões muitas vezes escritas ao sabor da reacção imediata a acontecimentos, pedidos para recensear livros ou leituras ocasionais não oferece uma grelha imediata de leitura. Os artigos são publicados numa de duas rubricas: «Política Internacional», com chamada na primeira página e continuação na segunda, e «Crítica e Arte», na terceira página. António Lino Neto evita comentar a peripécia político-partidária e prefere escrever como «católico» ou «estudioso» da cultura e dos problemas nacionais. É muito parco nas referências ao seu partido, mas não poupa elogios a Frederico Laranjo, figura do Partido Progressista muito influente no distrito de Portalegre. Esta atitude é compreensível face às características dos partidos rotativos da monarquia constitucional, mais assentes em notáveis e relações pessoais do que em programas políticos bem definidos e máquinas organizativas. Num estilo contundente que abandonará na fase da maturidade, o jovem Lino Neto expõe a sua imagem ideal de político, tendo como referência Frederico Laranjo, que descreve como «um exemplo vivo do que pode a dignidade do trabalho e a robustez dum talento profícuo»:

---

<sup>276</sup> António Matos Ferreira, *O Pensamento de Oliveira Martins...*, p. 49.

«Bom político não é aquele que se entrega exclusivamente a arrancar do tesouro público os recursos que, devendo ser para interesses de ordem geral, são aliás destinados a satisfazer caprichos de *mandões*.

- Isso é apenas um serviço de moço de recados.

Bom político não é aquele que, sem ideias nem princípios, se mete a dispor da administração do Estado simplesmente para se arrogar importância ou dar-se ares de superior, corrompendo tudo.

- Isso é apenas serviço de regateira!

Nada disso.

Bom político é aquele que, compreendendo e orientando o bem geral do país, procura acudir, tanto quanto possível e apenas sob essa esfera, às exigências dos agregados locais; bom político é aquele que, com alma generosa, se afirma superior a vinganças pessoais, amando profundamente a sua pátria e colocando-a acima de tudo.

Mal da nação se, entre os seus estadistas e no meio do descalabro geral em que tudo está, não houvesse ainda alguns deste quilate, como o dr. José Frederico Laranjo!

Filho do povo, amigo do povo, orgulhando-se disso mesmo, - o dr. Laranjo é a mais pura encarnação da democracia portuguesa contemporânea.

Com uma dose de *velhacaria*, dessa *velhacaria* que Fontes Pereira de Melo<sup>277</sup> e Rodrigo da Fonseca Magalhães<sup>278</sup> introduziram, intrigantemente, nos processos políticos de Portugal, - o dr. Laranjo teria galgado a todas as eminências da administração pública do seu país.

Mas ainda bem que se não perdeu por semelhante encruzilhada, que marcou evidentemente, a nossa decadência política»<sup>279</sup>.

Esta imagem do «bom político», situada na articulação entre a ética e a defesa do bem comum, mostra contradições na atitude de muitos católicos face à política nas décadas seguintes. Pertencendo a uma geração para quem a participação num partido da monarquia constitucional era um aspecto normal da vida pública, António Lino Neto não anatemiza palavras como «político» ou «democracia». Mas ao procurar definir o que é um «bom político», dispensa a identificação de um «bom projecto político» que o «bom político» procuraria realizar, por contraponto a outros projectos perniciosos para o

---

<sup>277</sup> António Maria da Fontes Pereira de Melo (1819-1887) foi uma figura fundamental da «Regeneração», ao liderar uma política de fomento de obras públicas que ficou conhecida por «fontismo». Membro do Partido Regenerador, conseguiu que a sua orientação política se tornasse politicamente consensual entre os dois partidos rotativos. Foi ministro da Marinha, do Ultramar, da Fazenda, das Obras Públicas e da Guerra. Exerceu o cargo de presidente do Conselho de Ministros em 1870-1877, 1878-1879, 1881-1886. Foi responsável pela implementação do ensino industrial e pela organização do ensino agrícola.

<sup>278</sup> Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) foi director-geral do Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos e administrador da Imprensa Nacional (1833), deputado (1834) e ministro do Reino (1835). Liderou os «ordeiros» entre 1839 e 1842. Na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros (1841), foi responsável pelo reatamento das relações com a Santa Sé, assinando, como representante do Estado português, a Concordata de 1851 relativa ao Padroado Oriental. Empenhou-se na luta contra o Cabralismo e aderiu à Regeneração, exercendo funções de ministro do Reino e contribuindo para a conciliação nacional por meio da aprovação do Acto Adicional à Carta Constitucional (1852). A sua alcunha política era a «raposa». Oliveira Martins descreve-o como «Figura pérfida, sulcada pelas rugas da idade e pelos antigos despeitos reprimidos, é a imagem do Portugal velho católico e liberal, da Nação que tudo abandona, de tudo descre com um riso de ironia amarga» e «a máscara do Desprezo» em *Portugal Contemporâneo*, Vol II, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Guimarães, 1977, p. 262-263.

<sup>279</sup> *O Distrito de Portalegre*, 20 de Dezembro de 1900, p. 1.

país, e traça um perfil ideal baseado em virtudes e qualidades pessoais, que coloca ao serviço da nação e das necessidades locais.

No discurso de tomada de posse do novo governador civil, em 1904, publicado em *O Distrito de Portalegre*<sup>280</sup>, António Lino Neto nada adianta sobre o que deve ser o programa de uma «boa política», embora acrescente algumas ideias sobre o que deve ser o estilo, a técnica, a «sociologia» da política. Entre a publicação deste texto e o anteriormente citado, de 1900, afirmara-se no panorama política português o Partido Nacionalista, em nome de uma alternativa aos partidos rotativos. Neste contexto, a reflexão de António Lino Neto sugere que a saída para a crise estaria numa nova postura dos políticos e não, necessariamente, na criação de um novo partido. O orador começa por recusar a escola «maquiavélica»: «A política como mero resultado da inteligência redunda quase sempre, senão sempre, num desolador maquiavelismo e num mesquinho conjunto de expedientes e habilidades, que têm sido uma das principais causas da decadência política contemporânea». Por contraponto ao maquiavelismo, esboça um modelo político assente numa liderança carismática e numa evolução da humanidade no sentido da harmonia social de inspiração comteana: «a política pode e deve ser uma cooperação de todas as vontades pela harmonia de todos os corações. É a que aspira uma nova e fecunda escola sociológica, que tem à sua frente Nitti<sup>281</sup>, e tantíssimos outros; é para essa escola que estão neste momento voltadas as atenções dos maiores sociólogos. Comte, o génio extraordinário do século XIX, adivinhou o seu triunfo quando disse que havíamos de chegar a uma síntese afectiva da humanidade»<sup>282</sup>. Lino Neto partilhava assim com os republicanos da sua geração a referência filosófica de Augusto Comte, interpretando-o no entanto por outra via. Enquanto a leitura de Comte predominante nos meios republicanos era a do positivismo materialista divulgada por Littré, António Lino Neto valorizava o Comte apóstolo de uma «religião da humanidade» onde não via uma substituição do catolicismo, mas um ideal com pontos de convergência com o projecto de organização social do catolicismo.

---

<sup>280</sup> *O Distrito de Portalegre*, 13 de Novembro de 1904, p. 1-3.

<sup>281</sup> Francesco Saverio Nitti (1868-1953) foi jornalista, economista e político italiano. Formou-se em Direito. Em 1891 publicou *Il socialismo católico*. Em 1898 tornou-se professor de Finanças na Universidade de Nápoles. Em 1904 entrou no parlamento como membro do Partido Radical. Foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1911-14), das Finanças (1917-19), e primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros (1919-1920). O seu governo foi derrubado por comunistas, anarquistas e fascistas. A vitória do fascismo em Itália conduziu-o ao exílio. Regressou ao seu país após o fim da II Grande Guerra.

<sup>282</sup> *O Distrito de Portalegre*, 13 de Novembro de 1904, p. 1-3.

Apesar da relutância do publicista em definir o que era um «bom projecto político», não pôde deixar de esboçá-lo ao intervir sobre assuntos diversos em *O Distrito de Portalegre*, tomando posições a favor ou contra ideias, acontecimentos e planos. O fio condutor que propomos para a leitura destes textos é a explicitação desse projecto como resposta ao sentimento de decadência nacional já diagnosticado pela «geração de 1870» e que a crise do Ultimato de 1890 elevava ao nível de trauma das elites portuguesas. A crise do liberalismo não é conceptualizada enquanto tal pelo nosso biografado, embora alguns aspectos do que sente como «crise nacional» sejam indissociáveis da crise económica, política e cultural do sistema liberal. As respostas que António Lino Neto vai ensaiando para a decadência portuguesa são uma regeneração religiosa e cultural; uma regeneração económica baseada na agricultura e numa política colonial favorável quer ao desenvolvimento da metrópole quer ao desenvolvimento das colónias; uma resposta à questão social que tem um pilar importante numa reforma administrativa assente na valorização dos municípios.

A regeneração católica que António Lino Neto advoga implica uma relação entre a Igreja, a sociedade e o Estado que se funda no *ralliement* leonino. Num dos seus primeiros artigos, publicado a 25 de Outubro de 1900, sobre o pontificado de Leão XIII, António Lino Neto valoriza o facto de o Papa ter considerado as formas de governo secundárias para os católicos, «impondo aos seus fiéis o respeito pelas instituições vigentes»<sup>283</sup>. Deste modo superava as clivagens entre católicos legitimistas e constitucionais que tinham marcado o século XIX e a sua própria família, pois António Leitão Neto, um bisavô de António Lino Neto, fora miguelista, como já referido.

Outro aspecto da clivagem no meio católico de que o jovem publicista se procura libertar é o que opunha católicos cismontanos, que valorizavam o catolicismo como tradição religiosa da nação portuguesa, e ultramontanos, para quem o Papa era a referência fundamental da sua vinculação católica. António Lino Neto defende o papel do Papa e da cúria romana de uma acusação mais ou menos implícita nos católicos cismontanos e claramente apregoada por republicanos anti-clericais: a de que a devoção ao Papa representava falta de patriotismo e subordinação a uma potência estrangeira. O articulista argumenta que a Santa Sé possui um carácter crescentemente internacional, citando a nomeação por Leão XIII de cardeais não italianos para a cúria romana e a

---

<sup>283</sup> *O Distrito de Portalegre*, 25 de Outubro de 1900, p. 1-2.

hipótese, veiculada por rumores de alegada boa fonte, de que a Leão XIII sucederia um inglês, o cardeal Vaughan.

Em relação ao caminho aberto ao movimento social católico pela encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, António Lino Neto é bastante parco nos comentários. Chama a atenção para a sua relevância, mas não desenvolve o tema da questão social colocada pela industrialização à luz da Doutrina Social da Igreja, preferindo exaltar a acção de Leão XIII contra o escravagismo.

Para regenerar a Igreja Católica em Portugal seria necessário seguir o exemplo do catolicismo nos países mais desenvolvidos em que a vida intelectual católica era mais dinâmica. Nos seminários portugueses a recomendação de Leão XIII a favor do neotomismo era deturpada:

«Leão XIII recomendou, insistentemente, a orientação mental de S. Tomás de Aquino; mas por tal forma em Portugal se interpretou o conselho que têm chegado a admitir-se as próprias distinções excessivamente casuísticas da *Escolástica*, que, complexíssimas como são, não se prestam à extrema flexibilidade do pensamento moderno, nem se acomodam eficazmente à imensa multidão dos factos e das leis, de que as ciências hoje se apossaram. O que Leão XIII, de certo, quis recomendar foi a sistematização lógica das doutrinas de S. Tomás, a ligação férrea dos seus pensamentos de gigante, e não as formas materiais de que ele e a sua escola se serviram, para repelir as subtilezas de trocadilhos a que eram atreitos os seus adversários.

Tem-se adoptado, como pretendido modelo dessa orientação, uma filosofia de Tiago Sinibaldi, notável de erudição, é certo, mas pesada e ronceira para compêndio. E, sobre isto, ignoram-se os novos moldes com que lá fora, sobretudo na Bélgica, se está organizando a filosofia espiritualista, que alguns adeptos mais audazes denominam, triunfantemente, *filosofia do futuro*»<sup>284</sup>.

António Lino Neto lamenta a falta de estudo da História eclesiástica de Portugal e cita como exemplo da deficiente formação do clero as polémicas travadas entre eclesiásticos e Alexandre Herculano. Numa tirada polémica em que ecoam as teses de Herculano e de Antero de Quental, ainda que distinga entre a instituição e os homens que a compõem, o articulista escreve que «O clero em Portugal, a partir de D. Manuel, tem sido uma das principais causas da decadência nacional, e ainda hoje, infelizmente o

---

<sup>284</sup> *O Distrito de Portalegre*, 15 de Novembro de 1900, p. 1-2. A tese de Antero de Quental ia além da crítica ao clero português apontando como causa de decadência dos povos peninsulares a reforma do catolicismo no concílio de Trento: «O catolicismo do concílio de Trento não inaugurou certamente no mundo o despotismo religioso: mas organizou-o de uma maneira completa, poderosa, formidável, e até então desconhecida.» (Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio [1871], na sala do casino lisbonense*, Lisboa, Guimarães Editores, 2001, p. 33). Antero defendia na famosa conferência o cristianismo contra o catolicismo que alegadamente o pervertera. O remate do discurso era todo um programa: «o Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno.» (Cf. *Causas...*, p. 62). António Lino Neto não recorre a esta dicotomia. Para ele a defesa do cristianismo far-se-ia através de uma regeneração dos católicos, em especial do clero.



não é menos!» e que «Na política, na imprensa, na religião e na moral, o clero, consoante a sua organização actual, é um elemento dissolvente da sociedade portuguesa»<sup>285</sup>. As frases contundentes provocaram reacções negativas em eclesiásticos de Portalegre. Naquele pequeno meio rapidamente chegou aos ouvidos de António Lino Neto que um deles preparava um artigo a criticá-lo e o jovem colunista antecipou-se esclarecendo a sua posição em novo artigo, no qual ligou explicitamente a regeneração do clero à regeneração da pátria:

«Olhamos a uma pátria que tem sete séculos de existência e que só se poderá erguer do seu abatimento pela sólida reorganização das suas classes.

E por ela vimos aqui ocupar o nosso posto de combate. Simplesmente por ela!

Não se trata de atacar uma classe; trata-se de atacar a sua organização actual, o que é diferente. (...)

A classe eclesiástica é a única que tem como missão exclusiva orientar a sociedade; e tanto assim é que lhe proibem acesso a todas as ocupações de fins individuais, como da família, comércio, etc.

Se ela resvalar, quando o resto da sociedade resvale, mostrará naturalmente que não corresponde à sua missão, porque, em lugar de orientar, é orientada; e, por conseguinte, falha no seu destino»<sup>286</sup>.

O diagnóstico de António Lino Neto acerca da relação entre a Igreja Católica e a decadência nacional era devedor da crítica liberal, republicana e socialista acerca de uma negativa influência católica na sociedade portuguesa. Uma crítica que tivera a sua expressão mais dramática em *As causas da decadência dos povos peninsulares* de Antero de Quental. Porém, a solução proposta para regenerar a sociedade portuguesa divergia radicalmente das diversas tendências anti-clericais: não se tratava de reduzir a influência católica na sociedade, mas de regenerar o clero e o catolicismo e, neste processo, regenerar a nação portuguesa. Uma educação mais exigente do clero desempenhava um papel fundamental. Nas soluções, António Lino Neto aproximava-se assim de outro publicista católico, o padre Sena Freitas, já muito activo na década de 1890, e que publicaria, entre muitas outras obras, *A Alta Educação do Padre*, reunindo dois discursos de monsenhor Spalding, bispo nos Estados Unidos da América do Norte, com tradução, introdução e comentários da sua lavra<sup>287</sup>.

Se a tomada de posição de António Lino Neto face à necessidade de reformar as instituições eclesiásticas gerou tensões internas no meio católico, estas foram

---

<sup>285</sup> *O Distrito de Portalegre*, 15 de Novembro de 1900, p. 1-2.

<sup>286</sup> *O Distrito de Portalegre*, 22 de Novembro de 1900, p. 2.

<sup>287</sup> *A alta educação do padre*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1909. Sobre o padre Sena Freitas ver Manuel Clemente, «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República» in..., p. 92-94.

rapidamente esquecidas no contexto da intensificação dos conflitos em torno da questão religiosa no início do século XX. Em 1901 o chamado caso «Calmon» colocou a questão congreganista no centro de um aceso debate público e desencadeou afrontamentos sociais e ideológicos. Rosa Calmon era filha de um cônsul brasileiro a residir no Porto e, aos 32 anos, pretendia ingressar na vida religiosa, contra a vontade do pai. Para vencer a resistência paterna, tentou fugir da família, com a cumplicidade e apoio de católicos, intenção que foi frustrada. Os actos em causa deram origem a um processo judicial. O médico Júlio de Matos escreveu sobre o assunto, procurando demonstrar o carácter patológico de Rosa Calmon. A polícia reprimiu a manifestação contra o clericalismo e o «jesuitismo» de quatro mil pessoas no Porto e três mil em Lisboa e em Setúbal. Em vez das manifestações acalmarem, estenderam-se a outras cidades como Viana do Castelo, Vila Real, Guimarães, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Tomar, Santarém. Alguns dos manifestantes foram além da expressão verbal e apedrejaram a sede do jornal católico *A Palavra*, no Porto.

Os conflitos sociais em torno da questão congreganista foram expressos e mediados a nível político. O secretário de Estado do Vaticano, cardeal Rampolla, apelou ao combate dos católicos pelas congregações na boa imprensa. A causa uniu os prelados portugueses e na maioria das dioceses foi realizada uma campanha de recolha de assinaturas a favor de uma representação a enviar ao governo. A legislação sobre as congregações, da responsabilidade do primeiro-ministro Hintze Ribeiro, foi publicada a 10 de Março e 18 de Abril de 1901. Na primeira data os governadores civis foram encarregados de apurar se nos distritos respectivos existiam ordens religiosas dedicadas à vida monástica e, em caso afirmativo, que as suprimissem aplicando o decreto-lei de 30 de Maio de 1834, que formalmente se encontrava em vigor. Foi também aplicado o decreto de 5 de Agosto de 1833 que pusera fim à admissão a ordens religiosas e aos noviciados monásticos. O decreto de 18 de Abril expôs as condições de legalização das congregações em situação irregular. Estas deviam apresentar ao governo os seus estatutos no prazo de seis meses. Aos membros das congregações foi proibida a prática de clausura, o noviciado e a profissão de votos religiosos. A legislação de Hintze Ribeiro, que resultou no encerramento de algumas congregações religiosas, foi recusada pelo episcopado português que em carta enviada ao rei denunciou os decretos como

atentando contra as liberdades individuais e a independência e unidade da Igreja Católica<sup>288</sup>.

O desfecho político-religioso do «caso Calmon» foi uma afirmação regalista do Estado que frustrou o episcopado e foi considerada insuficiente pelos sectores laicos republicanos, socialistas e anarquistas, levando-os a recrudescer a sua combatividade contra a monarquia constitucional e o «jesuitismo»<sup>289</sup>. A presença das congregações religiosas na sociedade portuguesa não diminuiu, ganhou até um novo fôlego e a maior parte da assistência social católica passou a ser realizada por elas, sob a protecção legal de associações dedicadas à beneficência, ensino e acção missionária<sup>290</sup>.

Este ambiente de agitação social e política em torno da questão congreganista explica as repercussões dos artigos de António Lino Neto no *Distrito de Portalegre* em defesa das congregações. Reagindo às manifestações, a propósito do «caso Calmon», que atacavam as congregações religiosas como uma ameaça à liberdade, argumenta que «o direito de associação é um direito profundamente natural» e «as associações com fins religiosos têm sido inegavelmente fecundas em bons resultados. [...] dos abusos individuais não se deve concluir para a condenação de qualquer instituição social»<sup>291</sup>. Também elogia o papel civilizador desempenhado por missionários jesuítas como Belchior Nunes Barreto, Francisco Xavier ou António Vieira<sup>292</sup>. À acusação de que algumas ordens religiosas, por serem dirigidas a partir de países estrangeiros, poderem pôr em causa a integridade nacional, objecta que o mesmo sucede com muitas sociedades industriais e comerciais que contribuem para o desenvolvimento económico de Portugal e que as congregações religiosas «não se propõem, como tais, fins exclusivamente de nacionalidade»<sup>293</sup>.

Estas tomadas de posição colocaram o nome de Lino Neto em periódicos de Lisboa, nomeadamente no republicano *A Folha da Tarde* e *A Obra*. Este último jornal publicou um texto assinado por um «grupo de socialistas de Portalegre», do qual foi enviado um exemplar ao publicista católico, no interior de um subscrito com a ameaça:

---

<sup>288</sup> «Carta do Episcopado Português a sua Majestade El-Rei», *Correio Nacional*, IX ano, n.º 2446, 26 de Abril de 1901.

<sup>289</sup> Sobre o caso Calmon e a questão congreganista de 1901: Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 342-354.

<sup>290</sup> João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX. A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Principia, 2009, p. 43.

<sup>291</sup> *O Distrito de Portalegre*, 13 de Março de 1901, p. 1-2.

<sup>292</sup> *O Distrito de Portalegre*, 13 de Março de 1901, p. 1-2.

<sup>293</sup> *O Distrito de Portalegre*, 13 de Março de 1901, p. 1-2.

«acautela-te pelas ruas de Portalegre». Apesar da colaboração jornalística de António Lino Neto ser bastante diversificada e de não ocupar um lugar de destaque em nenhuma organização do movimento social católico neste período, foi a questão congreganista espoletada pelo «caso Calmon», em 1901, que lhe deu uma primeira projecção pública.

A par da regeneração religiosa, a regeneração cultural, especialmente a literária, desempenhou para António Lino Neto um papel decisivo na luta contra o processo de decadência da pátria portuguesa. É sintomático que a sua estreia em *O Distrito de Portalegre*, com 21 anos acabados de fazer e iniciado o curso de Direito em Coimbra, seja um comentário a dois livros publicados em 1893: *Campo de Flores*, de João de Deus, e *Vida de Nun'Álvares*, de Oliveira Martins. Numa prosa que reflecte a inexperiência do seu autor, os aspectos valorizados nestas obras são o seu contributo para a grandeza nacional:

«(...) é tão pobre o nosso mercado literário, tão acanhada a evidencia portuguesa, que quasi nos parecia um sonho o que líamos. Leitura assim, lisonjeia-nos o orgulho nacional; reanima-nos um pouco, e faz-nos pensar que não somos ainda uma entidade de todo nula, na história das nações. Aqueles dois livros são quem o afirma; não somos nós. O país onde se escreve por uma forma tal, não é ainda um país morto, - é um país que tem vida, que tem elementos para isso, e que pode ser alguma coisa mais, se o quiser. Esta, a nossa convicção.

No cunho precisamente português, está o mérito, o valor principal daquelas obras; e daí, a importância do facto»<sup>294</sup>.

O livro de Oliveira Martins fascina o jovem publicista, por diversas razões. É um autor que admira em primeiro lugar pela sua erudição e conhecimentos e que o influenciará quer como historiador, quer pelas suas ideias económicas. Mas também o elogia pelas suas qualidades literárias: «Aquilo é português de lei, português castiço: é português em tudo – na forma que é magnífica, no assunto, que é sem rival»<sup>295</sup>. Um terceiro interesse do livro é o seu tema: Nuno Álvares Pereira, militar e católico com uma intervenção decisiva na resolução da crise dinástica de 1383-1385. Uma figura histórica que desempenhou um importante papel simbólico na reaproximação entre Estado e Igreja Católica ao ser beatificado em 1918 e, durante a nova República do pós Grande Guerra, na inspiração da Cruzada Nun' Álvares Pereira<sup>296</sup>, de que António Lino Neto foi membro. O Santo Condestável é um mito que atravessa todo o período em

---

<sup>294</sup> *O Distrito de Portalegre*, 28 de Fevereiro de 1894, p. 2.

<sup>295</sup> *O Distrito de Portalegre*, 28 de Fevereiro de 1894, p. 2.

<sup>296</sup> Sobre a Cruzada Nun' Álvares Pereira o estudo mais completo é o de Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

análise e o ultrapassa, sendo susceptível de múltiplas interpretações e apropriações, inclusivé em campos adversos àquele em que Lino Neto se posicionou.

O critério do autor dos textos de «Crítica e Arte» leva-o a dar preferência a recensões de obras de poesia e História, nas quais procura descortinar, expoentes da língua portuguesa ou exemplos de acção. Na crítica<sup>297</sup> a dois livros de poemas do padre Francisco Sequeira, *Causticando* e *Sonetos*, dá-nos as suas referências poéticas e assinala a evolução intelectual e estética de poetas do seu tempo de um «período crítico e de análise» para uma fase de aproximação à esfera religiosa. Cita os exemplos de Guerra Junqueiro, que publica *Os Simples* depois da *Morte de D. João* e da *Velhice do Padre Eterno*, e de Antero de Quental que depois dos poemas filosóficos escreve o poema «À Virgem Santíssima»<sup>298</sup>. Cita poetas de diferentes escolas poéticas, como João de Deus e Eugénio de Castro<sup>299</sup>, o qual passa por fases simbolista, naturalista e neo-clássica. A menção a dois poetas parnasianos indica, mais do que um gosto estético, sociabilidades de carácter literário. São os casos de António Gonçalves Crespo<sup>300</sup>, que casara em 1874 com Maria Amália Vaz de Carvalho<sup>301</sup>, uma escritora que, como já foi mencionado, António Lino Neto conheceu através de Frederico Laranjo, e de João de

---

<sup>297</sup> *O Distrito de Portalegre*, 22 de Novembro de 1900, p. 3.

<sup>298</sup> «N'um sonho todo feito de incerteza,/De nocturna e indizível anciedade,/É que eu vi teu olhar de piedade/E (mais que piedade) de tristeza.../Não era o vulgar brilho da belleza,/Nem o ardor banal da mocidade,/Era outra luz, era outra suavidade/Que até nem sei se as há na natureza.../Um mystico soffrer...uma ventura/Feita só do perdão, só da ternura/E da paz da nossa hora derradeira.../Ó visão, visão triste e piedosa!/Fita-me assim calada, e assim chorosa.../E deixa-me sonhar a vida inteira!» in *Os Sonetos Completos de Antero de Quental Prefaciados por J. P. Oliveira Martins*, 4.<sup>a</sup> edição, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919, p. 114. Oliveira Martins, no prefácio, considera que o soneto revela um «humorismo transcendente», feito de uma «liga íntima da piedade e da ironia». Explica a sua interpretação do seguinte modo: «O philosopho, impassível ao analysar e classificar os phenomenos do espírito humano, hade misturar ao sorriso que provocam todas as vaidades e illusões, o amor que merecem todos os sentimentos ingénuos e fundamentalmente bons». No mesmo texto Oliveira Martins afirma que encontrou o mesmo soneto transcrito em vários livros de oração (Cf. *Os Sonetos Completos...*, p. xxvii-xxx). António Lino Neto interpreta como fé o que em Antero de Quental é «visão» e «sonho», atribuindo ao filósofo da «geração de 70» o percurso que foi o de um Gomes Leal e, em parte, o de um Guerra Junqueiro.

<sup>299</sup> Eugénio de Castro (1869-1944) fundou, com Manuel da Silva Gaio, a revista *Arte*. A publicação, em 1890, de *Oaristos* assinala a introdução do simbolismo em Portugal. A partir de 1914 foi professor de literatura francesa em Coimbra e, posteriormente, director da Faculdade de Letras.

<sup>300</sup> António Gonçalves Crespo (1846-1883) foi um expoente do parnasianismo português. Formou-se em Direito em Coimbra e colaborou nos periódicos *A Folha* e *Jornal de Coimbra*, ambos dirigidos por João Penha. Gonçalves Crespo incorporou na sua obra poética o legado ultra-romântico, mas também a influência de poetas franceses como Paul Verlaine e Sully Prudhomme.

<sup>301</sup> Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) foi uma escritora de prosa e poesia. Colaborou quer na imprensa portuguesa quer na brasileira. Em 1874 casou com Gonçalves Crespo. Organizou um salão literário em Lisboa, no qual recebeu personalidades como Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.

Penha<sup>302</sup>. A sua recensão mais extensa<sup>303</sup> é dedicada a *O Poeta Saudade*, de Afonso Lopes Vieira, com quem mantinha correspondência regular<sup>304</sup>, como já foi referido. O texto ultrapassa os limites da recensão tornando-se um estudo, em que a obra é interpretada à luz da família e da psicologia do poeta, com aspectos testemunhais. Os poemas são valorizados não só como expressão da personalidade do poeta, mas também de uma identidade colectiva: «Sinto que a minha pátria está dentro do livro dele»<sup>305</sup>.

O colunista de «Crítica e Arte» recebe com particular entusiasmo a biografia histórica sobre a *Vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Souza e Holstein*, escrita por Maria Amália Vaz de Carvalho, livro ao qual dedica uma resenha que se espraia por três números de *O Distrito de Portalegre*<sup>306</sup>. É uma obra que considera a mais completa e melhor História da implantação do regime constitucional em Portugal<sup>307</sup>. Os elogios são repartidos entre biógrafa e biografado. Na autora, sublinha a «intenção organizadora» que contrasta positivamente com o pessimismo de escritores e obras peninsulares como *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. António Lino Neto mostra uma concepção didáctica do papel e do valor da História que seria ainda mais relevante no género biográfico: «De tudo sabe tirar um estímulo para as gerações de agora, de tudo tira um ensinamento para a orientação colectiva que se nos impõe»<sup>308</sup>. A leitura da obra poderia ser assim uma resposta à decadência portuguesa:

«Que enorme livro, pois, não é a *Vida do Duque de Palmela*, escrito numa época de decadência!

Se entre nós se lesse a valer, esse livro seria para Portugal o que foi o *Génio do Cristianismo*, de Chateaubriand, para a França, e outros livros para certos países: o início de uma renascença nacional»<sup>309</sup>.

Para que a obra cumprisse plenamente a sua função social regeneradora, seria preciso mais do que boas críticas: o Estado devia apoiar a difusão da obra adquirindo um montante de exemplares e distribuindo-os pelos representantes do país<sup>310</sup>.

---

<sup>302</sup> João Penha de Oliveira Fortuna (1839-1919) fundou, em 1868, o periódico *A Folha. Microcosmo Literário* que publicou textos de acordo com a estética realista, simbolista e, principalmente, parnasiana. É considerado o introdutor do parnasianismo em Portugal. Formou-se em Direito em Coimbra em 1873. Além de poeta e crítico literário, foi jornalista.

<sup>303</sup> *O Distrito de Portalegre*, 7 de Fevereiro de 1901, p. 1-2.

<sup>304</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/369.

<sup>305</sup> *O Distrito de Portalegre*, 7 de Fevereiro de 1901, p. 2.

<sup>306</sup> *O Distrito de Portalegre*, 6 de Março de 1904, p. 1-2; 23 de Março de 1904, p. 1-2; 10 de Abril de 1904, p. 1-2.

<sup>307</sup> *O Distrito de Portalegre*, 6 de Março de 1904, p. 1-2.

<sup>308</sup> *O Distrito de Portalegre*, 6 de Março de 1904, p. 1-2.

<sup>309</sup> *O Distrito de Portalegre*, 10 de Abril de 1904, p. 1.

A regeneração nacional implicava, por consequência, o que mais tarde as elites portuguesas chamaram de uma «mudança das mentalidades», com uma vertente religiosa e outra cultural. Mas implicava também uma outra política económica, baseada na valorização da agricultura portuguesa, e que o próprio António Lino Neto designará por «neo-fisiocrática». É uma linha de pensamento económico que se filia, pelo menos em parte, no projecto de Lei de Fomento Rural apresentado por Oliveira Martins na câmara de deputados em 1887. O projecto não chegou a ser discutido no parlamento, mas foi publicado num opúsculo que se torna uma peça chave de uma corrente económica<sup>311</sup>. Fernando Rosas define esta corrente como defendendo «um modelo de regeneração económica do país, de explícita inspiração martiniana, assente num regresso modernizante à terra: a reforma “agrária” e “agrícola”, constituiria a base de todo o restante edifício de restauração económica»<sup>312</sup>. Em *O Distrito de Portalegre*, numa série de artigos intitulada «O Sul do País» e publicada entre 15 de Maio de 1901 e 16 de Abril de 1902, o jovem António Lino Neto defende a tese da «falta duma completa unificação política da nação»<sup>313</sup> devido às diferenças de desenvolvimento entre Portugal a Norte e a Sul do Tejo. Ao expor respostas ao problema, ensaia algumas das ideias económicas que desenvolverá no livro *A Questão Agrária*, de 1908.

A 17 de Julho de 1901<sup>314</sup>, o colunista expõe um dos problemas centrais do seu pensamento económico, o da fraca densidade populacional a Sul do país. Para encontrar uma solução para o problema cita explicitamente os contributos de Oliveira Martins, Anselmo de Andrade e Basílio Teles. Oliveira Martins volta a ser citado a propósito de outro problema do Sul do país, a falta de crédito agrícola<sup>315</sup>. António Lino Neto defende que este problema podia ser solucionado através da reconversão das funções de crédito desempenhadas tradicionalmente por instituições já implantadas, como os celeiros comuns (ou montepios de piedade ou agrários) e as misericórdias. Cita o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte para afirmar que a agricultura portuguesa devia possuir uma base social no *homestead*, um terreno agrícola de exploração familiar, terreno que não poderia ser hipotecado e estaria isento de contribuição predial. É

---

<sup>310</sup> *O Distrito de Portalegre*, 10 de Abril de 1904, p. 1. António Lino Neto argumenta que já havia um precedente para a sua proposta: *Entre duas revoluções* de Barbosa Colen.

<sup>311</sup> J.P. Oliveira Martins, *Projecto de Lei de Fomento Rural apresentado à Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 27 de Abril de 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.

<sup>312</sup> Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrícola e Industrial (1918-1944)*, Introdução e direcção de edição de Fernando Rosas, Lisboa, Banco de Portugal, 1998, p. IX.

<sup>313</sup> *O Distrito de Portalegre*, 22 de Maio de 1901, p. 1.

<sup>314</sup> «O sul do país IV», *Distrito de Portalegre*, 17 de Julho de 1901, p. 1-2.

<sup>315</sup> «O sul do país V», *Distrito de Portalegre*, 14 de Agosto de 1901, p. 1-2.

possível que a ideia lhe viesse de leituras de Le Play<sup>316</sup>, pois cita a escola deste autor como estando empenhada em perfilhá-la constituindo em França a *famille souche*.

A falta de água e a excessiva concentração de recursos na produção de trigo eram talvez os maiores problemas da agricultura a Sul de Portugal. Lino Neto defende a realização de obras hidráulicas que favoreçam a arborização do solo e a diversificação da exploração agrícola. É um crítico moderado da lei proteccionista de 14 de Julho de 1899. Considera que a lei teve a consequência positiva de motivar «o lavrador ao arroteamento de terras que subsistem incultas», mas considera que ela deve ser transitória. Portugal, argumenta, não se encontra em condições de concorrer na produção de cereais com a América, a Rússia ou o Egipto. Os agricultores portugueses deviam investir em «produções em que se torne mais difícil a concorrência estrangeira». Seria o caso da plantação de sobreiros, castanheiros e oliveiras<sup>317</sup>.

A crítica de Oliveira Martins à política «fontista» de construção de infra-estruturas não é explicitamente citada, mas António Lino Neto condena o que considera serem excessos resultantes da «febre das construções de linhas férreas». No entanto, argumenta a favor da construção de algumas infra-estruturas ao serviço de uma maior integração nacional entre o Norte e o Sul, do desenvolvimento económico e até da eventual necessidade de uma resistência militar a uma invasão por Espanha<sup>318</sup>. A rede ferroviária do sul devia assentar prioritariamente numa linha de caminhos-de-ferro de Évora a Ponte de Sôr, por Arraiolos, Mora e Montargil. Uma outra linha, seguindo a indicação da associação de engenheiros civis de Lisboa, ligaria Souzel e Portalegre, através de Fronteira, Cabeço de Vide e Alter do Chão. Évora devia ficar ligada a Vila Viçosa passando por Borba, e Vendas Novas à linha de leste, passando por Coruche. As razões económicas seriam as mais relevantes para construir uma linha de Bela a Sines,

---

<sup>316</sup> Pierre Guillaume Frédéric Le Play (1806-1882) foi um engenheiro, economista e sociólogo francês que marcou o pensamento social de matriz católica e conservadora. Em 1856 fundou a «Société internationale des études pratiques d'économie sociale». Para Le Play o alicerce da sociedade devia ser a família, baseada na autoridade paterna. Inicialmente, ateu, converteu-se ao catolicismo em 1879.

<sup>317</sup> «O sul do país VI», *O Distrito de Portalegre*, 21 de Agosto de 1901, p. 1-2.

<sup>318</sup> Sobre a construção dos caminhos-de-ferro durante a monarquia constitucional ver David Justino A *Formação do Espaço Económico Nacional...*, Vol. II., p. 176-190. David Justino considera que a linha Leste, construída em 1863-64, ao realizar a ligação Lisboa-Caia e as ligações a Évora e Beja, resolveu o problema do abastecimento de cereais à capital e permitiu um transporte mais rápido de lenhas e madeiras. Considera que os espaços de Trás-os-Montes e Beira Baixa foram os mais prejudicados pelo traçado ferroviário. No entanto, na senda de Ferreira Lapa e Oliveira Martins, duvida que a construção ferroviária, por si só, fosse suficiente para um maior desenvolvimento económico do país. O efeito mais importante que atribui à política ferroviária fontista é o reforço da posição de Lisboa como centro da economia nacional. As intervenções de António Lino Neto sobre este assunto têm de ser contextualizadas numa notória quebra do ritmo de construção dos caminhos de ferro: 80 por cento da rede ferroviária existente em 1910 foi construída até 1892.



por Alvalade e Santiago do Cacém, favorecendo a circulação de diversas mercadorias: o pescado de Sines, a cortiça e os minerais. Justificava ainda a construção de outros caminhos de ferro: de Évora a Pias por Reguengos e Moura; de Faro a Vila Real de S. António por leste e a Lagos por oeste; do Barreiro a Cacilhas e prolongando-se até Sesimbra. Esta rede ferroviária permitiria uma melhor exploração dos jazigos carboníferos nacionais, como a antracite de S. Pedro da Cova e a hulha de Buarcos, e a circulação destes produtos. Esta era uma questão premente. Portugal atravessava uma crise carbonífera devido à guerra do Transval e ao facto do Reino Unido ter aumentado as pautas alfandegárias para a exportação de carvão<sup>319</sup>.

O tema das assimetrias entre Norte e Sul volta a ser abordado focando a questão vinícola num artigo não assinado e mais uma vez intitulado «O Sul do País», em que António Lino Neto apoia os protestos do agrónomo António Isidoro de Sousa<sup>320</sup> e de várias câmaras municipais do Sul do país contra a proibição de plantio de vinhedos que os viticultores do Norte tinham conseguido. É uma posição que mostra a relação próxima entre as suas raízes geográficas e as solidariedades sociais e económicas com os interesses dos produtores do distrito de Portalegre. Mas a argumentação do colunista não é só regionalista. Legitima-se na exposição de uma doutrina sobre propriedade individual: «Se o direito de propriedade individual está sujeito a restrições por motivos de ordem social, não o está todavia por motivos de meros interesses particulares desta ou daquela classe. É o nosso caso. Lá porque determinados indivíduos não encontram mercados suficientes para todos os seus vinhos não deve isso ser razão para dizer a outros que se abstenham de cultivar o mesmo género, sem atenções pela inteligência com que o façamos pela capacidade de terreno em que o produziram». As questões acerca da concorrência merecem-lhe outros reparos doutrinários: «Se a adopção da livre concorrência económica representa um grande mal para a afirmação da pátria nas relações internacionais, representa aliás, internamente, uma necessidade profundíssima, da qual só deriva o aperfeiçoamento de todas as indústrias e actividades sociais»<sup>321</sup>.

Em defesa dos vinhos do Alentejo cita as suas características e reputação no estrangeiro: «Na última exposição de Paris, segundo declaração do sr. Batalha Reis, em

---

<sup>319</sup> «O sul do país III», *O Distrito de Portalegre*, 29 de Maio de 1901, p. 1-2.

<sup>320</sup> António Isidoro de Sousa (1843-1914) foi um veterinário e agrónomo empenhado no movimento católico e na causa municipalista. Tirou o curso de veterinário-lavrador no Instituto Agrícola. Em Beja fundou a Liga dos Lavradores do Baixo Alentejo e, em Viana do Castelo, a União Vinícola e Oleícola do Sul. Em Viana do Castelo criou ainda uma Cooperativa popular de consumo, uma Sociedade de Socorros Mútuos e uma Caixa de Crédito Popular.

<sup>321</sup> «O sul do país», *O Distrito de Portalegre*, 16 de Abril de 1902, p. 1.

conferência da Real Associação de Agricultura de 4 de Março do ano corrente [1902], os vinhos do Alentejo foram os mais cotados para pastos entre os vinhos de Portugal. Esta circunstância merece ser ponderada»<sup>322</sup>.

O nacionalismo de António Lino Neto nutrido pela valorização do «migalho de terra»<sup>323</sup> português e o lugar central que atribui ao aproveitamento dos recursos agrícolas da metrópole para o desenvolvimento económico leva-o a relativizar, embora não a prescindir, da missão colonizadora de Portugal. Como a maior parte dos homens da sua geração, Lino Neto vê no Ultimato de 1890 um sintoma da decadência portuguesa e defende que o seu país possui uma missão colonizadora. Como alguns políticos da monarquia constitucional, considera discutível os termos da presença de Portugal em África. No entanto, discordava da proposta de Ferreira de Almeida<sup>324</sup> de venda de uma parte das nossas colónias. E rejeitava os argumentos de Emídio Navarro<sup>325</sup> a favor de uma concentração dos esforços coloniais apenas numa parte dos domínios portugueses em África, em princípio Angola. Em contraponto à tese de Ferreira de Almeida, António Lino Neto adopta o princípio da inalienabilidade do território colonial português. Em alternativa ao projecto de Emídio Navarro propunha uma concentração de energias colonizadoras evitando desperdiçá-las para sustentar o Padroado do Oriente nos territórios fora da soberania portuguesa<sup>326</sup>. António Lino Neto considerava que Angola «tem condições de especial viabilidade» e expôs um plano de construção de linhas ferroviárias que permitiria otimizar as condições de colonização em África<sup>327</sup>. A reflexão de António Lino Neto sobre o Ultimato demarcava-se das posições nacionalistas que faziam do Reino Unido um bode expiatório dos males portugueses. Portugal não podia prescindir da aliança inglesa: «Sem elementos físicos para uma autonomia como a da Suíça, temos de caminhar arrumados a alguém, e esse

---

<sup>322</sup> «O sul do país», *Distrito de Portalegre*, 16 de Abril de 1902, p. 1.

<sup>323</sup> Em *O Distrito de Portalegre*, 6 de Setembro de 1900, p. 3, escreve: «Tenhamos fé na nossa vontade colectiva; e, por sobre os canhões ameaçadores das potências, seguremos este migalho de terra de um cantinho da Europa que é a terra bendita da pátria!».

<sup>324</sup> José Bento Ferreira de Almeida (1847-1902) foi oficial da Armada, tendo sido promovido a guarda-marinha em 1869 e a capitão-de-mar-e-guerra em 1901. Foi nomeado governador de Moçâmedes em 1869 e deputado de 1884 a 1901, ano em que se tornou Par do Reino. Em 1891 propôs nas Cortes que Portugal vendesse as suas colónias, com excepção de Angola e S. Tomé e Príncipe, e com o resultado da venda pagasse a sua dívida externa. A sua proposta valeu-lhe violentas críticas. Foi ministro da Marinha em 1895, quando Hintze Ribeiro presidia ao governo.

<sup>325</sup> Emídio Navarro (1844-1905) foi advogado, político do Partido Progressista e jornalista, tendo colaborado em periódicos como o *Conimbricense*, *Progresso*, *Correio da Noite* e *Novidades*. Foi ministro das Obras Públicas entre 1886 e 1889.

<sup>326</sup> Enquanto Presidente do Centro Católico Português, António Lino Neto abandonou esta sua posição e defenderia a conservação do Padroado do Oriente por Portugal.

<sup>327</sup> *O Distrito de Portalegre*, 1 de Novembro de 1900, p. 1-2.

alguém, por seu interesse próprio e nosso, tem de ser e deve ser a Inglaterra»<sup>328</sup>. A memória do trauma de 1890 não levava ao esquecimento da ocupação do Kionga pela Alemanha sem qualquer ultimato, o ultimato da França por causa da barca *Charles e George* que indignou José Estêvão, os agravos diplomáticos de Itália ou de Espanha. Em suma:

«É preciso desconhecer isto tudo; é preciso perder o senso prático para ver só na Inglaterra o eterno *papão*.

Os culpados somos nós e só nós; como fidalgos arruinados, enchendo muito a boca em pergaminhos e brasões, deixámos todo o nosso opulentíssimo património colonial à revelia, sem o desenvolvermos segundo as exigências da civilização.

Não temos que nos queixar de ninguém; queixemo-nos somente de nós. Tenhamos mais juízo de futuro; e, não obstante a nossa pequenez, as grandes como as pequenas potências não hesitarão em respeitar-nos, como respeitam a Bélgica e a Holanda, aliás mais limitadas territorialmente do que Portugal e também com importantes domínios coloniais»<sup>329</sup>.

Seria portanto necessário colonizar de outro modo, «segundo as exigências da civilização» e encarar a relação entre a metrópole e as colónias como transitória. A colonização devia possuir como propósito «criar, nas terras a colonizar, o maior número possível de núcleos de população portuguesa proporcionando-lhes condições práticas de desenvolvimento progressivo, sem nenhum outro intuito a mais.» As colónias desempenhariam a função de «válvulas de segurança para a vida da metrópole», quer absorvendo o excesso de população de Portugal europeu, quer comprando os seus produtos. No caso de no futuro Portugal vir a perder a sua soberania sobre as colónias, não perderia «o melhor», isto é, «essa população que fica com caracteres nossos, puxando sempre para o tronco que lhe deu a primeira seiva e atirando aos produtos que primeiro saboreou e com que se formaram os seus primeiros delineamentos orgânicos. Isso é o que fica, - são os grandes mercados industriais e comerciais; são os importantes centros consumidores, já bastante fortes para poderem resistir por si a uma guerra alfandegária; são os focos onde brilhe e rebrilhe a nossa característica alma de raça»<sup>330</sup>.

António Lino Neto prestava uma atenção particular às causas da decadência nacional e aos factores que permitiriam a sua regeneração não analisando o que o meio católico designava como «questão social» em termos exclusivamente portugueses. Pelo contrário, considerava que o agravamento dos problemas sociais e económicos em Portugal poderiam ter a sua origem na modernização económica: «Dentro em breve, o

---

<sup>328</sup> *O Distrito de Portalegre*, 6 de Setembro de 1900, p. 3.

<sup>329</sup> *O Distrito de Portalegre*, 6 de Setembro de 1900, p. 3.

<sup>330</sup> *O Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1900, p. 1-2.

século XIX vai desaparecer nos abismos do tempo, parecendo legar ao século XX o fermento de ruidosos cataclismos sociais. (...) Dos extraordinários progressos da nossa época resultou uma evidência assombrosa, o desenvolvimento das grandes indústrias, e, como consequência lógica, um capitalismo devorador e absorvente»<sup>331</sup>.

Numa caracterização do capitalismo que sugere um conhecimento da obra de Karl Marx por intermédio de Frederico Laranjo<sup>332</sup>, António Lino Neto pinta em tons sombrios o quadro de uma sociedade industrial, colocando num primeiro plano, em contraste com a análise marxista, o drama das pequenas indústrias e do trabalhador intelectual:

«O proletariado enxameia as cidades, à procura de trabalho, com os filhos atrás, pálidos de fome, contorcendo-se em dor. Por toda a parte, as portas são-lhe dadas na cara. As máquinas roubam-lhe o lugar em nome do progresso.

Não encontra nem o trabalho que é o desafogo do desesperado, nem a esmola que é o supremo recurso da miséria!

E assim leva a existência...

As pequenas indústrias estão sobre um precipício. A morte abre-lhes as garras hediondas. Mal podem hoje subsistir ante a concorrência poderosa das grandes indústrias; e, por isso, o trabalhador manual e o trabalho do pensamento não encontram a compensação condigna. O capital, pesado como a matéria bruta, escraviza-os, com uma superioridade desdenhosa.

Na oficina, o braço que sustenta o martelo cai desalentado; no gabinete do homem de ciência, a alma esvai-se em tinta negra...»<sup>333</sup>.

O diagnóstico traçado por António Lino Neto do mal social do século XX identifica duas causas: a moral, que consiste nos «princípios subversivos da moral independente», e a económica, «acentuando um desequilíbrio na distribuição da riqueza» que «torna, conseqüentemente, mais horroroso e extenso o quadro da miséria social». A situação gera os abusos dos poderosos e a revolta dos pobres, podendo diversos acontecimentos daquele tempo ilustrar cada uma das categorias: na primeira, estavam os escândalos do Panamá, o caso Dreyfuss e os desfalques em Portugal; na segunda os atentados anarquistas contra Alexandre da Rússia, Carnot, Canovas, a Imperatriz Isabel d'Áustria, Humberto I, etc<sup>334</sup>.

---

<sup>331</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

<sup>332</sup> Frederico Laranjo foi um divulgador em Portugal do pensamento de Karl Marx. No artigo que estamos a citar António Lino Neto caracteriza o pensamento de Marx como um «socialismo evolucionista», categoria em que também inclui Benoît Malon. Esta caracterização sugere que António Lino Neto tinha um escasso conhecimento directo de Marx e que lhe atribua posições teóricas que estariam mais próximas das do seu estudioso português, Frederico Laranjo.

<sup>333</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

<sup>334</sup> *O Distrito de Portalegre*, 23 de Agosto de 1900, p. 2.

A solução para a questão social não estaria no entanto nem no marxismo, devido ao seu «condenável materialismo económico», nem no socialismo anárquico que parecia uma «quimera infantil». O publicista católico defende uma intervenção supletiva do Estado na economia, deixando espaço à iniciativa individual. Cita como teóricos que contribuíram para esta resposta aos problemas da economia industrial os nomes de Savigny<sup>335</sup>, Krause<sup>336</sup>, Engels<sup>337</sup> e Brentano<sup>338</sup>. Apesar de não o referir, esta visão de um Estado com um papel regulador e de contenção dos excessos do capitalismo deve muito ao pensamento católico que Jean-Marie Mayeur definiu como catolicismo social moderado<sup>339</sup>. António Lino Neto define a intervenção que o Estado deve ter na economia nos seguintes termos:

«- Ao Estado deve competir a criação de condições próprias para o desenvolvimento e satisfação das necessidades sociais.

Onde for defeituosa a iniciativa individual, lá deve estar ele para supri-la; onde a actividade particular prima pela sua ausência, deve intrometer a sua própria administração.

Proporcione um trabalho remunerador ao operário robusto; ofereça um leito no hospital ao enfermo necessitado, abra um asilo para o indigente incapaz.

Para o maior desenvolvimento possível da riqueza económica, trace e execute planos gerais de vias de comunicação; fiscalize o trabalho das crianças e das mulheres não permitindo que o capitalismo avaro lhes imponha sacrifícios superiores às suas forças; regule o salário, fazendo que este nunca seja inferior à satisfação das primeiras necessidades.

Numa palavra, crie condições de acção e desenvolvimento para todos; mas não monopolize o que pode ser objecto da iniciativa individual»<sup>340</sup>.

Uma resposta eficaz aos problemas sociais e económicos não poderia depender apenas do Estado central, mas também de iniciativas locais. António Lino Neto considera que «deve dar-se aos órgãos representativos dos pequenos agregados locais, -

---

<sup>335</sup> Friedrich Karl von Savigny (1779-1861) foi professor nas Universidades de Marburgo e de Landshut e um dos fundadores da Universidade de Berlim. Defendia que o Direito devia ser compreendido no contexto da História e da Sociologia de cada nação.

<sup>336</sup> Karl Krause (1781-1832) foi um filósofo alemão que escreveu sob a influência de Kant e influenciou o ensino de Direito na Universidade de Coimbra. Valorizava a família e a nação como meios para atingir a união da humanidade. A escola krausista foi dinamizada em Portugal por José Dias Ferreira (1837-1909) e Joaquim Maria Rodrigues de Brito (1822-1873).

<sup>337</sup> Friedrich Engels (1820-1895) foi, juntamente com Karl Marx, um dos fundadores do marxismo. Ambos partilharam a autoria de *A Sagrada Família* (1844), *A Ideologia Alemã* (1846) e o *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Engels foi responsável pela edição de *O Capital* e deu um contributo relevante para o materialismo histórico.

<sup>338</sup> Lujo Brentano (1844-1931) era descendente de italianos, mas nasceu em Aschaffenburg e foi um economista alemão. Ensinou economia nas universidades de Breslau, Estrasburgo, Viena, Leipzig e Munique. Influenciou as teorias da economia do mercado social. Fundou, em 1873, uma importante sociedade de economistas alemães, a *Verein für Socialpolitik*.

<sup>339</sup> Jean-Marie Mayeur, *Catholicisme social et démocratie chrétienne. Principes romains, expériences françaises*, Paris, Cerf, 1986, 17-38.

<sup>340</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

no nosso caso às juntas de paróquia, - a faculdade, sob certas condições, de comprar, hipotecar, aforar, e subarrendar lotes de terra a habitantes pobres; deve dar-se-lhes mesmo, se isso se tornar forçoso, a faculdade de expropriarem extensos domínios aforando-os e subarrendando-os em pequenos lotes»<sup>341</sup>.

A solução para a questão social só seria totalmente eficaz se coroada pelo abandono de uma «moral independente», e a adopção de uma moral religiosa, identificada com a moral cristã<sup>342</sup>. Subjacente a este ponto de vista está a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII e a doutrinação do movimento social em Portugal que identificava a questão social com uma questão moral.

#### **2.4. Um político do Partido Progressista em tempos de crise do rotativismo**

A sintonia entre a participação de católicos nos partidos do rotativismo e a militância católica, legitimada pelas declarações do bispo de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina a 27 de Novembro de 1894, passou a ser contestada com a formação do Partido Nacionalista, em 1903. A criação do Partido Nacionalista foi apenas um aspecto da crise do rotativismo monárquico, o qual sofreu um processo de fragmentação e recomposição partidária, em busca de novas soluções políticas, entre 1900 e 1908, o período de início de vida activa de António Lino Neto em Portalegre. Aparentemente, o rotativismo estava sólido: o Partido Regenerador, liderado por Hintze Ribeiro, governou entre 1900 e 1904. O Partido Progressista, chefiado pelo veterano José Luciano de Castro, governou entre 1897 e 1900 e regressou ao poder entre 1904 e 1906. A lei eleitoral de 1901, apelidada por João Franco de «ignóbil porcária», favoreceu os dois partidos rotativos: os círculos eleitorais de Lisboa e Porto foram alargados de modo a incluir áreas rurais, enfraquecendo o voto urbano. Mas ao fazê-lo intensificou a «crise de representatividade» dos partidos rotativos e a contestação ao sistema das massas populares e da pequena burguesia de uma capital em crescimento, que não se reviam na política dos dois partidos que alternavam entre si no poder. Uma nova geração de políticos, sem memória da guerra civil oitocentista e dos afrontamentos que tinham precedido o período de compromissos da Regeneração, rejeitava a cultura do consenso, recusava que a sua oportunidade de chegar ao governo surgisse pela aposentação dos políticos instalados ou construir a sua base de apoio político em «facções» dos dois partidos rotativos. Os políticos da geração mais jovem estavam dispostos a criar novos

---

<sup>341</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

<sup>342</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

partidos, organizados a nível nacional, e a disputar o poder com os dois partidos que o dividiam entre si.

João Franco protagonizou uma primeira dissidência do Partido Regenerador em 1901, criando o Partido Regenerador-Liberal. Jacinto Cândido da Silva, um par do Reino e antigo ministro da Marinha e das Colónias, além de grande proprietário, saiu do Partido Regenerador para fundar o Partido Nacionalista, em 1903. José d'Alpoim, em 1905, liderou a dissidência progressista<sup>343</sup>. O Partido Republicano Português, que entrou no início do século XX numa situação de declínio, recuperou a partir de 1904 e, após 1906, tornou-se uma ameaça crescente ao sistema político vigente. Vários factores contribuíram para esta mudança, incluindo o favorecimento dos republicanos por dissidências monárquicas. A nova liderança republicana por Afonso Costa, António José de Almeida e Bernardino Machado foi um elemento decisivo na mobilização do PRP. A ameaça republicana à monarquia constitucional não se podia medir apenas pelo crescente apoio do eleitorado urbano, mas também pela conjugação de uma intervenção parlamentar muito crítica, com repercussões na opinião pública intensificadas pelo jornalismo e diversas acções de propaganda republicana, com ligações a associações secretas dispostas a um derrube revolucionário do regime.

Apesar das reviravoltas de alianças do PRP e do Partido Nacionalista na monarquia portuguesa do início do século XX, eles representavam dois pólos ideológicos e políticos antagónicos e nem mesmo as mais inesperadas inflexões tácticas os colocaram lado a lado. O Partido Nacionalista pretendia representar o voto católico e responder à crise do rotativismo dando corpo partidário ao nacionalismo católico, o qual se afirmou desde a década de 1890 como a alternativa regeneradora ao nacionalismo republicano. Manuel Braga da Cruz observou que o «Partido Nacionalista exprimia um nacionalismo de cariz conservador, protesto e tentativa de resposta “de direita”, tal como o nacionalismo republicano o era “de esquerda”, à decadência e deterioração do patriotismo liberal». O mesmo autor considera que o nacionalismo católico, de que o partido dirigido por Jacinto Cândido se fazia porta-voz, era «a síntese política do “catolicismo social” com o “conservadorismo constitucional”»<sup>344</sup>. António Matos Ferreira sublinhou que o nacionalismo católico possuía uma perspectiva organicista de

---

<sup>343</sup> Maria de Fátima Bonifácio, *A Monarquia Constitucional. 1807-1910*, Lisboa, Texto Editores, 2012, p. 126; José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República. Pequena História Política, Social e Militar*, Alêtheia Editores, 2011, p. 77-79.

<sup>344</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 220.

pertença social «E, nesta acepção, esse nacionalismo católico era, em grande medida, anti-liberal; o que, pela via da valorização do povo e da tentativa de englobar formas de associativismo popular, não o impedia de se afirmar democrático – a democracia cristã –, no sentido em que esta expressão apontava, por parte do catolicismo, para uma visão holística da realidade social como um todo»<sup>345</sup>. Para os nacionalistas católicos a restauração católica era a via da regeneração nacional.

A origem imediata do Partido Nacionalista foi o aparecimento dos Centros Nacionais em 1901, como reacção à «questão religiosa» reactivada pelo «caso Calmon» e na sequência do decreto de Hintze Ribeiro que visava submeter as ordens religiosas ao controlo governamental. Estas organizações eram lideradas por católicos viticultores e agrários – Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, Pinto Coelho, conde de Samodães, conde de Bertandos – e que procuraram articular uma resposta à questão religiosa satisfatória para a Igreja Católica com respostas às questões vinícola, social e colonial<sup>346</sup>. Os Centros Nacionais receberam elementos de «boa vontade» provenientes das áreas regeneradora, progressista ou legitimista<sup>347</sup>. Implantaram-se sobretudo a Norte do Tejo, a partir da criação de oito centros distritais (Lisboa, Braga, Porto, Viana do Castelo, Viseu, Funchal, Portalegre e Castelo Branco), 25 centros concelhios e 53 centros paroquiais<sup>348</sup>.

Vimos que António Lino Neto escreveu textos de opinião sobre a questão religiosa em 1901, sem mencionar a necessidade de criação de uma nova organização cívico-política de católicos para defender as suas posições. No início não era claro se o Centro Nacional pretendia recuperar a ideia inicial do Centro Católico Parlamentar de um agrupamento de católicos que podiam pertencer a diversos partidos ou constituir o embrião de um novo partido. Foi a segunda ideia a vingar. Nas eleições de Outubro de 1901 o Centro Nacional apresentou candidatura própria, pelo círculo de Braga, de Domingos Pinto Coelho, um católico de formação legitimista e apoiou, pelo círculo do Funchal, o cônego Manuel Esteves Fazenda, candidato do Partido Progressista. O partido do nacionalismo católico acabaria por se formar sob o nome de Partido Nacionalista, impulsionado por figuras católicas como os condes de Bertandos e de Samodães e Jacinto Cândido e apesar da discordância de Quirino de Jesus e Gonçalo

---

<sup>345</sup> António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional...* p. 238.

<sup>346</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 221-228.

<sup>347</sup> Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 44.

<sup>348</sup> Vítor Neto, *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 425.



Xavier de Almeida Garrett, os quais defendiam a organização dos católicos fora dos partidos. A transformação do Centro Nacional em Partido Nacionalista ocorreu no Congresso nacionalista realizado no Porto em Junho de 1903.

Não encontrámos qualquer texto de António Lino Neto no final da monarquia constitucional sobre o Partido Nacionalista e as fracturas que provocou nos católicos politicamente activos, principalmente a partir de 1908, quando o nosso biografado já se encontrava num novo ciclo da sua vida activa, em Lisboa. O seu silêncio e a manutenção de ligações ao Partido Progressista indicam-nos que não via razões para alterar a sua posição. Foi uma atitude partilhada por muitos outros católicos activos. Segundo Amaro Carvalho da Silva, na primeira fase da vida do partido, entre 1903 e 1908, «as vozes discordantes (legitimistas, democrata-cristãos, adeptos do catolicismo social e católicos ligados aos partidos constituídos) estiveram silenciadas, mas muito atentas ao desenrolar dos acontecimentos. Por outras palavras, o Partido Nacionalista mobilizou ou anestesiou a maioria dos católicos»<sup>349</sup>

O Partido Nacionalista possuía uma importante base social no clero do Norte, embora o apoio do clero ao nacionalismo católico em todo o país tenha ficado aquém das pretensões nacionalistas. A principal rede eclesiástica era a do clero secular que, num Estado em que a Igreja Católica era a religião oficial do Estado, se mostrava muito influenciado pela tradição política dos partidos rotativos, que se alternavam no poder, e pela reivindicação dos seus interesses. A ideia da criação de um partido católico concorrente com os outros partidos foi contestada pelo bispo-Conde de Coimbra, D. Manuel Bastos Pina. Pelo Partido Nacionalista também não passou o professor Francisco da Sousa Gomes, de quem António Lino Neto foi, como veremos, um colaborador próximo, a partir de 1909, na tentativa de implementar em Portugal a Obra dos Congressos.

Diversos autores têm considerado o Partido Nacionalista um antecessor do Centro Católico Português, do qual António Lino Neto foi presidente<sup>350</sup>. Marie-

---

<sup>349</sup> Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 64.

<sup>350</sup> Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique...*; Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...* Este último autor considera que o Partido Nacionalista se encontra não só na origem do CCP, mas também do integralismo lusitano (Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 82). O próprio António Lino Neto, apesar de no período da existência do Partido Nacionalista ter continuado ligado ao Partido Progressista, afirmou, num editorial de *A União*, que o Centro Católico Português continuava o Partido Nacionalista. Apesar das continuidades, também convém assinalar as diferenças entre o Partido Nacionalista e o CCP. O Partido Nacionalista, ainda que pretendesse monopolizar o voto dos católicos, não era um partido confessional. Tinha uma importante base de apoio no clero, mas não

Christine Volovitch chamou a atenção para o facto do jovem Salazar ter começado a publicar os seus artigos no semanário de Viseu *A Folha*, dirigido por um elemento activo do Partido Nacionalista, o cônego José de Almeida<sup>351</sup>. O Partido Nacionalista partilhava com as outras dissidências monárquicas e o republicanismo o mal-estar com o *statu quo* rotativista, que formulava como uma crítica ao «personalismo». Mas o programa nacionalista visava unir as forças conservadoras, ultrapassando, no campo católico, a clivagem oitocentista entre legitimistas e constitucionais, e admitindo a participação no partido de não católicos, desde que defendessem a tradição católica e o lugar da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Porém, não há no partido personalidades que declarem não ser católicas e são muito visíveis as notabilidades católicas quer do ramo legitimista, de que é exemplo a família Pinto Coelho, quer do ramo constitucional, representado pelo veterano Conde de Samodães. Quando o Partido Nacionalista se constituiu a 3 de Junho de 1903, o seu programa previa a descentralização administrativa, a divisão de poderes, a moralização da vida pública, uma solução para os problemas das classes trabalhadoras inspirada pelo catolicismo social, a conservação das tradições religiosas e o equilíbrio financeiro. Marie-Christine Volovitch observa que o Partido Nacionalista «se présente à la fois comme le parti catholique, le “parti rural” et la seule alternative de la monarchie et de l’ordre social face aux montées du parti Républicain, du parti Socialiste et de l’organisation d’un syndicalisme indépendant. Malgré certaines revendications de programme concernant les libertés et la démocratie, le Nationalisme Catholique se révèle assez rapidement comme une nouvelle expression politique de la droite autoritaire»<sup>352</sup>. O Partido Nacionalista, defende, afasta-se da tradição legitimista, sem romper com ela, aproximando-se de uma direita moderna. A sua base social era constituída por proprietários do Norte do país, muitos deles ligados à tradição legitimista, o que entravava a sua transformação num partido de direita moderna, como o Partido Liberal Popular Francês ou o Partido Popular Belga<sup>353</sup>. Os nacionalistas pretendiam alargar a sua base social aos operários, mobilizando politicamente os operários católicos

---

reunia um apoio unânime dos bispos. O CCP era uma organização confessional que não se auto-representava como partido e, sendo contestada por muitos católicos, agia segundo as orientações do episcopado português e da Santa Sé.

<sup>351</sup> Marie-Christine Volovitch, «As organizações políticas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)» in *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982-83. 3.º 4.º 5.º, p. 1209.

<sup>352</sup> Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique...*, p. 34.

<sup>353</sup> Marie-Christine Volovitch, *Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural Traditionnel au Portugal, entre 1890 e 1919*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, p. 262.

organizados nos CCO. Um dos pontos inovadores do seu programa, que se manteve em vigor ao longo de toda a vida do partido, foi a ideia de colocar um operário no parlamento<sup>354</sup>. Marie-Christine Volovitch sintetiza em três palavras o horizonte que dá sentido a este percurso: nacionalismo, corporativismo, colonialismo<sup>355</sup>.

A ideologia do nacionalismo católico, que precedeu a institucionalização do partido, assentava na divisa «Religião e Pátria» e defendia uma concepção da sociedade assente em hierarquias bem definidas: um Papa para a Igreja, um Rei para a Nação, um pai para a família<sup>356</sup>. A ideologia era no entanto suficientemente elástica para permitir diversas interpretações e aplicações. Segundo Amaro Carvalho da Silva, o «líder do Partido Nacionalista [Jacinto Cândido] ao longo de todo o seu tempo de existência, sempre procurou fazer dele um autêntico partido conservador, anti-miguelista, contra-revolucionário, secular, assumindo a questão social, a “questão religiosa” e a questão financeira e procurando sempre imprimir a moralização da governação, na base da filosofia da tradição cristã. Um verdadeiro e esclarecido projecto nacionalista que não contou com as circunstâncias propícias nem com interlocutores suficientes. (...) J. Cândido condensava uma linha política com muitas divergências da linha clerical tradicionalista, mas sempre estiveram condenadas a entenderem-se: uma constituía a elite directiva central e a outra a principal base de apoio»<sup>357</sup>.

A resposta do Partido Nacionalista à questão social reflectia as tomadas de posição dos Círculos Católicos de Operários (CCO), associações mistas de patrões e operários que se expandiram em Portugal a partir de 1898 e que pretendiam ser uma alternativa aos sindicatos socialistas e anarquistas. As posições dos CCO eram conservadoras, respondendo à questão social em termos morais e religiosos e assumindo um carácter mais recreativo e formativo do que reivindicativo. A sua principal reivindicação era a do «descanso dominical»<sup>358</sup>. Esta medida foi apresentada por parlamentares nacionalistas em projectos de lei – à câmara alta, a 26 de Março de 1904 e à câmara dos deputados, a 3 de Outubro de 1906. Este último parecer foi objecto de exposições críticas dos CCO de Braga e de Lisboa. A iniciativa só teve concretização

---

<sup>354</sup> Marie-Christine Volovitch, «As organizações políticas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)», p. 1200.

<sup>355</sup> Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique...*, p. 321.

<sup>356</sup> Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 18.

<sup>357</sup> Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, p. 61-62.

<sup>358</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 123-139.

numa lei de «descanso semanal» publicada a 8 de Agosto de 1907, que entrou em vigor a 25 desse mês e ano, já durante a ditadura de João Franco<sup>359</sup>.

A participação no Partido Nacionalista de personalidades ligadas à produção vinícola no Norte do país, como o conde de Samodães e Manuel Pestana (dois dos três dirigentes da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal) levou este partido a formular um diagnóstico claro da crise vinícola e apresentar um projecto coerente de resposta, articulando a dimensão agrícola e a colonial. A crise possuía causas múltiplas: o desaparecimento da legislação protectora do vinho do Porto, efeitos da filoxera, venda escassa no mercado europeu, perda do mercado brasileiro, concorrência de novos países. A solução proposta pelo Partido Nacionalista implicava um controlo restritivo do Estado sobre os territórios em que seria autorizado plantar vinha; uma legislação aduaneira protectora; o apoio à exportação do vinho nacional para as colónias portuguesas, eliminando restrições, nomeadamente a fixação de uma taxa máxima de álcool no vinho colocado nas colónias<sup>360</sup>.

A dimensão económico-geográfica da base social e do projecto de intervenção político-económica do Partido Nacionalista pode ter contribuído para o silêncio e distanciamento de António Lino Neto em relação ao partido que procurou representar politicamente os católicos. Portalegre não foi um dos círculos eleitorais nos quais o Partido Nacionalista apresentou candidatos. Estes concorreram por Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Lisboa e Setúbal<sup>361</sup>. As posições de *O Distrito de Portalegre* em relação à clivagem que opõe vinicultores do Norte e do Sul do país são de solidariedade com os segundos. Em 1902, portanto, antes da criação do Partido Nacionalista, mas após a fundação dos Centros Nacionais, o *lobby* dos vinicultores do Norte, que estará tão representado no partido liderado por Jacinto Cândido, foi criticado num artigo não assinado que presumivelmente foi escrito por António Lino Neto<sup>362</sup>. O texto de opinião defende a intervenção do agrónomo António Isidoro de Sousa, na Real Associação de Agricultura, contra a proibição da plantação de vinha no Alentejo. O articulista é contundente na crítica às intenções dos vinhateiros do Norte de restringir a plantação de vinha a Sul. Argumenta que as terras usadas a Norte para a vinha podiam

---

<sup>359</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã* ..., p. 139.

<sup>360</sup> Marie-Christine Volovitch, *Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural*, p. 253.

<sup>361</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã*..., p. 435-436.

<sup>362</sup> O artigo é publicado num período e num espaço do jornal em que António Lino Neto publica regularmente. O título do artigo - «Sul do país» - é o mesmo de uma série de textos de António Lino Neto publicados entre 15 de Maio e 21 de Agosto de 1901 em *O Distrito de Portalegre*, na primeira e/ou na segunda página.

ser empregues noutras culturas talvez com melhores resultados. E que o projecto restrição de plantio de vinha a Sul é um atentado ao direito de propriedade e de liberdade individual, que o colaborador de *O Distrito de Portalegre* considera a base da civilização<sup>363</sup>.

---

<sup>363</sup> *O Distrito de Portalegre*, 16 de Abril de 1902, p. 1. O texto está reproduzido em João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (coord.), *António Lino Neto: Perfil de uma Intervenção Pública. Antologia de Textos (1894-1940)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 138-140.



### III – A vida na capital de uma monarquia em xeque

#### 3.1. Sucesso profissional e inactividade político-partidária

Em Maio de 1908, António Lino Neto, após provas públicas, tomou posse da cátedra de Economia Política e Direito Administrativo no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o futuro Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Além da vida académica, exercia advocacia, inicialmente num escritório na Rua da Conceição. Em 1909 a família Lino Neto mudou-se para uma casa na Rua Freiras Salésias e no ano seguinte para a rua de S. Luís, na Estrela.

O período entre o regicídio e a implantação da República foi dominado por José Luciano de Castro, o veterano progressista, à excepção do último governo monárquico, presidido por Teixeira de Sousa. Ao contrário do que se poderia esperar de um membro de um «partido rotativo» numa conjuntura política favorável, a passagem de António Lino Neto de notável de Portalegre a uma figura com uma certa preponderância académica e profissional na cidade onde o poder se encontrava concentrado não foi acompanhada por uma ascensão política.

As grandes oportunidades de intervenção política de António Lino Neto num nível nacional surgiram no penúltimo governo da monarquia constitucional, presidido por Francisco da Veiga Beirão, um político empenhado na política de «acalmação»<sup>364</sup>. António Lino Neto tinha excelentes relações com o Presidente do Conselho, que era seu colega no Instituto Industrial e Comercial. Quando Veiga Beirão se tornou chefe de governo, substituiu-o na regência da sua cadeira. O ministro do Reino convidou António Lino Neto para seu chefe de gabinete, convite que ele agradeceu, mas recusou. A sua opção por não participar no governo progressista não feriu susceptibilidades. Pelo contrário, o mesmo ministro do Reino que o convidara para chefe de gabinete garantiu-lhe que poderia ser eleito deputado nas eleições legislativas seguintes<sup>365</sup>. Os responsáveis governamentais pensaram em António Lino Neto para desempenhar outras funções públicas: governador civil de Lisboa ou de Portalegre. No primeiro caso o seu nome levantava objecções que António Lino Neto não se queria dar ao trabalho de combater. O cargo em Portalegre não lhe interessava. O advogado e professor de economia política não rejeitava, à partida, a ideia de ser deputado<sup>366</sup>. O lugar foi-lhe

---

<sup>364</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 112.

<sup>365</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 28-12-1909 in ASC/ENC.

<sup>366</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 21-01-1910 in ASC/ENC.

prometido na esperança de obter de António Lino Neto algum tipo de colaboração com o governo e essa colaboração deu-se, apesar de ser de cariz mais técnico do que político: a 27 de Janeiro de 1910, foi nomeado vogal da Comissão de Reorganização Administrativa da Província de Moçambique, a qual se encontrava sob tutela da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar<sup>367</sup>. Dois dias depois recebeu a informação de que fora nomeado para integrar o júri das provas de um concurso para cônsules de 2.<sup>a</sup> classe<sup>368</sup>. António Lino Neto parece, no entanto, mais entusiasmado com a docência, a advocacia, a militância católica, do que com a política partidária.

Em 1908 escrevera, em *A Questão Agrária*, palavras de cepticismo face ao sistema político em vigor:

«Os partidos políticos vivem principalmente pelo provimento dos lugares vagos e pela criação de outros que recrutam a sua clientela; falem-lhe esses meios, e imediatamente os partidos políticos começam a enfraquecer. O descrédito, em que se dizem agora caído, deriva das circunstâncias de se oporem à continuação dos anteriores processos; nada mais infelizmente»<sup>369</sup>.

A observação mostrava uma mudança de atitude do antigo secretário do governador civil de Portalegre que, em Novembro de 1904, no discurso de tomada de posse do novo governador civil, conselheiro Fortuna Rosado, se referia ao Partido Progressista como «a grande família política a que todos nós pertencemos» e concluía: «o Partido Progressista do distrito de Portalegre, que aqui representamos, tem uma profunda sinceridade nos seus ideais, uma completa harmonia nas suas aspirações, e um poderoso reforço de civismo e de alto amor pela pátria»<sup>370</sup>. Um certo distanciamento de António Lino Neto da política activa pode resultar de uma índole pessoal de quem prefere a reflexão à intervenção directa na vida política, mas também pode ser interpretado como mais um indício da dificuldade de renovação do sistema político monárquico, assegurando um apoio das «forças vivas» e o envolvimento de algumas elites na política partidária. D. Carlos I tentara mudar o sistema apoiando a ditadura de João Franco e distanciando-se dos partidos rotativos, como ficou patente numa

---

<sup>367</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/02/02.

<sup>368</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/01/03.

<sup>369</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária*, Porto, Typ. A vapor da empresa litteraria e typographica 1908, p. 171-172.

<sup>370</sup> Ver a notícia sobre a tomada de posse do novo governador civil de Portalegre, incluindo a nota sobre o discurso de António Lino Neto, em *O Distrito de Portalegre*, 13 de Novembro de 1904, p. 1-3. O texto encontra-se transcrito em João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (coord.), *António Lino Neto...*, p. 155-160.



polémica entrevista que deu ao jornal francês *Le Temps*, em Novembro de 1907<sup>371</sup>. Após o regicídio, em Fevereiro de 1908, D. Manuel II permitiu o regresso dos partidos rotativos ao governo, renunciando a qualquer iniciativa para regenerar o sistema político.

O fracasso da oportunidade que D. Carlos I deu a João Franco<sup>372</sup> para renovar o sistema partidário português, oportunidade que António Lino Neto não comentou, acentuou o clima de mal-estar político. O líder do Partido Regenerador-Liberal tentou criar um partido com uma organização mais moderna do que a dos partidos rotativos, assente em grande parte em clientelas, um partido que se aproximasse de uma organização de massas, à semelhança do PRP, «caçando» no campo do seu eleitorado urbano. Pretendia adoptar, no governo, uma política mais interveniente e reguladora, de acordo com as expectativas das forças vivas e as aspirações a uma «vida nova» descritas por Oliveira Martins<sup>373</sup>. A 19 de Maio de 1906, João Franco chegou a Presidente do Conselho de um governo apoiado pela «Concentração Liberal» formada pelo Partido Regenerador-Liberal e pelo Partido Progressista. As eleições de Agosto legitimaram o poder constituído, dando 70 deputados aos franquistas e 43 aos progressistas. Mas no início de 1907 o projecto de lei de imprensa e a greve académica de Coimbra colocaram o governo sob pressão política. José Luciano de Castro sentiu ainda outro tipo de pressão: as ambições políticas de João Franco passariam por absorver o Partido Progressista. Perante esta ameaça, Luciano de Castro recusou que três ministros progressistas participassem numa remodelação governamental. A remodelação foi feita com ministros franquistas e uma semana depois a câmara dos deputados foi dissolvida. D. Carlos decidiu que o momento político tornava conveniente e necessário permitir a João Franco governar em «ditadura». O destino do rei fica associado a uma «ditadura» contestada por regeneradores, progressistas, dissidentes e republicanos e marcada por escândalos políticos, como a liquidação dos adiantamentos à Casa Real por decreto ditatorial, em Agosto de 1907. A «ditadura» de João Franco foi marcada por uma aliança oposicionista entre partidos rotativos e o PRP que, no caso do Partido

---

<sup>371</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 21.

<sup>372</sup> Sobre João Franco o franquismo ver José Miguel Sardica, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994; Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001; José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 77-116; Maria Fátima Bonifácio, *A Monarquia Constitucional 1807-1810*, Lisboa, Texto Editores, 2010, p. 139-146.

<sup>373</sup> José Miguel Sardica, *A Dupla Face...*, p. 74-75 e p. 98.

Progressista de José Luciano de Castro já tinha largos antecedentes<sup>374</sup>. Além do Partido Regenerador-Liberal, só o Partido Nacionalista apoiou a ditadura de João Franco. Embora as fontes pouco nos digam sobre a actividade política de António Lino Neto neste período, as suas relações com os republicanos durante a I República têm de ser também compreendidas à luz desta dinâmica.

O ano de 1908 foi fértil em projectos e acções para mudar o sistema político. A expectativa do rei e de João Franco era que nas eleições marcadas para Abril desse ano o «franquismo», organizado em torno de um novo partido, liquidasse o velho rotativismo partidário. A 1 de Fevereiro de 1908, D. Carlos e o príncipe D. Luís Filipe foram assassinados num atentado que inicialmente visaria João Franco.

Com D. Carlos I foi enterrado o projecto de «vida nova» de João Franco. D. Manuel II tornou-se o símbolo de uma política de «acalmção» manipulada nos bastidores por José Luciano de Castro, o «poder oculto» que entre 1908 e 1910 controlou à distância cinco dos seis governos<sup>375</sup>. O único que escapou à sua influência foi o último, constituído por elementos do Partido Regenerador. D. Manuel II pretendeu abandonar a atitude de intervencionismo político de seu pai e abdicar de exercer o poder moderador previsto pela Carta, deixando o sistema regressar ao rotativismo. A ideia era impraticável, em primeiro lugar porque os dois grandes partidos rotativos fragmentaram-se em oito candidatos monárquicos a Presidente do Conselho: o Partido Progressista de José Luciano de Castro continuou a ser desafiado pela dissidência de Alpoim, o Partido Regenerador-Liberal passou a ser liderado por Vasconcelos Porto, Jacinto Cândido manteve-se o chefe dos nacionalistas, o Partido Regenerador desdobrou-se nas facções de Júlio de Vilhena, o sucessor de Hintze Ribeiro, Artur Campos Henriques, Venceslau de Lima e António Teixeira de Sousa<sup>376</sup>.

A par da fragilização dos partidos monárquicos, o PRP cresceu, aumentando em militantes, em centros e quer na representação eleitoral, quer na capacidade de mobilizar republicanos apostados na via insurreccional. Nas eleições municipais de 1908 os republicanos venceram sem surpresa as eleições, ficando a capital presidida por Braamcamp Freire, um republicano oriundo das hostes monárquicas. Contra os partidos monárquicos abandonados pelas «forças vivas», o PRP afirmou-se a partir de uma base

---

<sup>374</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 86.

<sup>375</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 89.

<sup>376</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 92.

social enraizada nas classes populares, na pequena-burguesia, no operariado de Lisboa e dos centros urbanos da margem sul<sup>377</sup>.

Após a queda do governo de Veiga Beirão e a tomada de posse, a 26 de Junho de 1910, do governo regenerador presidido por António Teixeira de Sousa, a política portuguesa polarizou-se no último Verão da monarquia. A direita formou um «bloco conservador» monárquico, favorecido por uma aproximação entre José Luciano de Castro e Júlio de Vilhena, que integrou o Partido Nacionalista. O rei tentou a conciliação, dando uma oportunidade de governar a Teixeira de Sousa. Foi um passo em falso porque, como observou José Miguel Sardica, «ao centro não havia nada; a ideia do meio-termo, que era a essência da monarquia constitucional, estava esgotada. Só podia haver “reacção” ou revolução»<sup>378</sup>. Nas eleições de 28 de Agosto de 1910, Teixeira de Sousa conseguiu eleger 89 deputados, os bloquistas 41 e os republicanos 14. Os números globais dão uma visão distorcida das forças políticas num sistema em que o poder estava concentrado na capital: em Lisboa os republicanos obtiveram 62,3 por cento dos votos e elegeram 10 deputados<sup>379</sup>. O ritmo de crescimento da força eleitoral dos republicanos também impressionava: em 1906 tinham eleito quatro deputados e, em 1908, sete.

O último Presidente do Conselho monárquico, considerado um liberal, pretendeu satisfazer algumas reivindicações republicanas com uma lei de imprensa mais favorável à liberdade de expressão, a introdução do registo civil obrigatório, o encerramento de algumas casas religiosas e a promessa de uma lei de separação. Não teve tempo para mostrar se as suas intenções eram genuínas. Quer a direita monárquica, quer os republicanos conspiravam contra o último governo da monarquia liberal. Foram os republicanos a conseguir chegar ao poder, com a revolução do 5 de Outubro.

### **3.2. O professor de economia política**

A actividade de António Lino Neto nos últimos anos da monarquia constitucional vividos em Lisboa incidiu mais na vida académica e na intervenção como católico do que num envolvimento com a vida política do seu tempo, mesmo que fosse só através de uma colaboração jornalística. A entrada de António Lino Neto na carreira académica concretizou-se pela sua candidatura a um concurso para a 16.<sup>a</sup> cadeira do

---

<sup>377</sup> Fernando Rosas, *1910 a duas vozes. Porque venceu e porque se perdeu a I República?*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010, p. 24-32.

<sup>378</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 119.

<sup>379</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 124.

Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, cadeira com o nome de Princípios de Direito e Economia Política. Foi uma prova difícil e que constituiu um rito de passagem. Não só por razões estritamente académicas, mas também sociais e simbólicas: António Lino Neto era, até essa data, uma personalidade influente a nível local, no distrito de Portalegre, num país em que o poder se encontrava concentrado em Lisboa. Quando se candidatou a professor concorreu contra João Ulrich<sup>380</sup>, o qual provinha de uma família de grande prestígio social e poder, incluindo banqueiros e diplomatas de renome. A família Lino Neto guardou desse episódio uma memória dramática, passada a escrito pela filha mais nova do advogado católico – a mulher de António Lino Neto encontrava-se doente, após o nascimento da quarta filha do casal. E foi num estado de saúde precária que exortou o marido a concorrer ao lugar de professor: «se eu morrer, acredita que é a minha última vontade»<sup>381</sup>. O candidato estava tão esgotado pelo trabalho e pela pressão das circunstâncias que, após saber por telefone que vencera as provas públicas, sentou-se numa cadeira e caiu num sono profundo.

A tese que lhe deu acesso à docência universitária foi publicada ainda nesse ano, com o título *A Questão Agrária*.

### 3.2.1. A Questão Agrária e os «Estudos de renascença nacional»

O livro foi apresentado ao público como o primeiro volume de uma trilogia consagrada a «Estudos de renascença nacional». Os outros dois, que nunca foram concretizados seriam dedicados a *A Questão Moral* e *A Questão política*. No prefácio, o autor explicita que não pretende apenas escrever um tratado sobre um sector económico, mas contribuir para diagnosticar e responder à decadência nacional:

«o desenvolvimento que lhe demos [ao estudo da questão agrária] não será de todo indiferente para as tentativas de renascença patriótica em que parecem querer entrar a maior parte dos nossos homens públicos: oferece ao menos a iniciativa de esboçar e indicar uma orientação geral e unitária, cuidadosamente baseada em conceitos científicos novos, quando a actividade nacional, desiludida de antigas teorias e escolas, se está fragmentando sob critérios demasiadamente restrictivos, e alguns até contradictorios entre si»<sup>382</sup>.

---

<sup>380</sup> João Henrique Ulrich nasceu em 1880 e foi advogado, político e académico, tendo publicado várias obras. Era filho do industrial e publicista com o mesmo nome (1851-1895) que, entre outras funções, foi director da Companhia Nacional dos Tabacos. João Ulrich formou-se em Direito em Coimbra em 1902. Exerceu advocacia em Lisboa de 1902 a 1907. Filiado no Partido Regenerador, foi deputado por este partido de 1907 a 1910. Entre muitos outros cargos de gestão, foi administrador da Companhia de Águas de Lisboa de 1914 a 1928.

<sup>381</sup> Matilde Lino Neto, *O Professor Dr. António Lino Netto...*, p. 4.

<sup>382</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 6.

Ao procurar definir a *questão agrária*, António Lino Neto identifica três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, ela está indissociavelmente ligada à *questão social*; em segundo lugar ela não é exclusivamente portuguesa, embora tenha aspectos particularmente graves em Portugal – está relacionada com uma *desordem* internacional que o autor não caracteriza, mas que referências pontuais ao longo da obra permitem identificar com a crise do liberalismo; em terceiro lugar, ela manifesta-se numa dimensão fisiológica. Nas palavras do autor:

«Há em Portugal, como em outros países, uma profunda questão social caracterisadamente *agrária*, isto é, uma questão que está implicando com a organização jurídica sobre a propriedade rústica, sobre a forma de distribuição dos respectivos produtos, e sobre a representação do valor d'estes em competência com o dos produtos de outra natureza.

Essa questão, porém, ligando-se com causas de ordem geral no mundo, reveste entre nós aspectos especiaes e mais graves, sobretudo no ponto de vista da nossa existência como nação autónoma, que importa também especialmente pôr em relevo para uma solução a preparar.

Symptoma d'ella é a decadência physiologica da nossa raça, cada vez mais manifesta»<sup>383</sup>.

A consciência da decadência da «raça» portuguesa está patente no discurso jornalístico e político das elites políticas portuguesas. António Lino Neto lembra a campanha de *O Século* sob o lema «Regeneremos a raça!», a ideia de Samuel Maia de criar uma «Sociedade portuguesa de viricultura» e os discursos proferidos sobre as subsistências dos conselheiros José de Azevedo e João Franco na câmara dos pares, em 1906, e de António José d'Almeida e Moreira Júnior na câmara dos deputados em 1908. A tuberculose é considerada um sintoma da fragilidade física da população portuguesa e uma das maiores ameaças às qualidades da «raça». O autor cita números: haveria cem mil tuberculosos no continente do reino<sup>384</sup>. Dos 179.658 nascimentos em 1904, 2.942 foram nados mortos e 45.063 morreram antes dos dez anos de idade<sup>385</sup>.

António Lino Neto, citando a bibliografia e estatísticas disponíveis, traça um cenário de tons sinistros dos males físicos que fustigavam a demografia portuguesa: 95,3 por cento dos alunos foram dados como defeituosos num inquérito médico à população escolar primária em Lisboa; Portugal era o terceiro país do mundo com mais lepra e raiva; segundo números oficiais havia 5.965 idiotas e alienados no país, mas cálculos particulares apontavam para 14.200; dos 7.247 cegos que «caminham ahi

---

<sup>383</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 8.

<sup>384</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 11.

<sup>385</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 12.

envoltos sob o desolador peso das suas sombras», 4.589 eram indigentes; 74 por cento dos homens, numa estimativa de Fialho d' Almeida possuíam doenças venéreas; a percentagem de prostitutas toleradas era de 0,4 por cento. A fome infantil era endémica: um exame médico realizado a 6 de Janeiro de 1908, na sala de redacção de *O Século*, concluiu que das 500 crianças avaliadas, 365 só tinham almoçado nesse dia café e pão<sup>386</sup>.

Estes problemas de ordem sanitária eram indissociáveis, para o autor, do problema do alcoolismo. António Lino Neto, citando a obra de um médico russo publicada em Portugal<sup>387</sup>, sublinhava que a miséria e a fome se encontravam na sua origem, ao mesmo tempo que dava como adquirido que o fenómeno caía sob a alçada policial. Recorreu as estatísticas policiais do governo civil de Lisboa para informar que em 1888 e 1889 tinham sido presas por embriaguez 4.563 pessoas.

A subida dos preços desde a crise de 1890 que, no que respeita à carne, arroz, bacalhau, sardinha e açúcar eram da ordem dos 30 a 40 por cento, tinham agravado as deficiências alimentares da população em geral, pois não tinham sido acompanhadas por correspondente aumento de salários<sup>388</sup>. Compulsando diversas obras que comparavam a alimentação em Portugal e noutros países europeus, António Lino Neto concluía: «Portugal passa, com fundamento sobre dados estatísticos, por ser o paiz da Europa onde mais caro se come o pão! Também em nenhum outro paiz o pão e a carne entram na alimentação em tão inferior percentagem por habitante entre nós»<sup>389</sup>.

Dois factos são sintomas da «luta pelas subsistências»: a falta de trabalho e o aumento de roubos. Na linha de Achilles Loria, António Lino Neto considera que «A sociologia criminal moderna dá como principal determinante de todos os crimes o condicionalismo económico»<sup>390</sup>.

Após fundamentar com dados estatísticos e documentos a «decadência fisiológica portuguesa»<sup>391</sup>, o autor examina diversas hipóteses para explicá-la. Uma primeira hipótese explicativa era que esta decadência se devia a um excesso de população ou defeitos do território português. Esta hipótese é rejeitada usando argumentos em que os dados estatísticos constituem uma peça fundamental: o *ratio* de

---

<sup>386</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária*, p. 12-16.

<sup>387</sup> Citava a obra de Veressaief, intitulada *Confissões d'um médico*, publicada em Portugal em 1903.

<sup>388</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 17-18.

<sup>389</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 19.

<sup>390</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 20.

<sup>391</sup> Expressão usada em António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 21.

terra por cada habitante português é de um hectare, 76 ares e 97 centiares. Uma autoridade nestes assuntos, Thaer, considerava que bastava um hectare cultivado intensivamente para alimentar 68 pessoas<sup>392</sup>. Diversos economistas portugueses eram citados por defenderem que o território português podia alimentar mais do que os cinco milhões sessenta e quatro mil e duzentos e onze habitantes de Portugal continental: Anselmo de Andrade estimava que o território português poderia alimentar dez milhões de habitantes; Silva Telles colocava em sete milhões essa capacidade; para Bento Carqueja os campos portugueses poderiam alimentar mais cinquenta por cento da população então existente.<sup>393</sup>

A capacidade produtiva do território português, sublinhava o autor, não se limitava à terra cultivada: os 91.355 hectares constituídos por rios e ribeiras podiam ser uma importante fonte de pesca<sup>394</sup>; os 214.160 hectares não cultiváveis, não se situando em zonas com um clima insuportável, podiam ser usados para produção animal, seguindo o exemplo da Dinamarca que desenvolveu a indústria de ovos e exportava grande parte da produção<sup>395</sup>. Portugal, pelo tratado de comércio e navegação celebrado com Espanha a 27 de Março de 1893, possuía direitos de soberania sobre o mar litoral até seis milhas a contar da costa em maré baixa. O mar era portanto um vasto recurso económico à disposição dos portugueses, que nem sequer estava sujeito à concorrência de outros países<sup>396</sup>.

Uma simples melhoria nos processos de fabrico de produtos poderia ter efeitos económicos significativos, evitando desperdícios na produção do azeite, na pesca da sardinha, no fabrico de rolhas.<sup>397</sup> Em certos casos seria necessário articular inovações técnicas com a recuperação de métodos tradicionais que no passado tinham levado a resultados de excelência, como a produção de vinhos generosos em Oleiros e Mação<sup>398</sup>.

Quanto ao solo português cultivável, a sua capacidade poderia ser muito alargada, passando de uma cultura demasiado extensiva para uma cultura agrícola mais intensiva. Portugal possuía diversas fontes de adubos que podiam ser usados para

---

<sup>392</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 22.

<sup>393</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 25-26.

<sup>394</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 26.

<sup>395</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 27.

<sup>396</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 28-29.

<sup>397</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 29-30.

<sup>398</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 30-31.

fertilizar as culturas: na terra, nos rios, no mar litoral, nas cidades<sup>399</sup>. Outro meio de aumentar a produtividade do solo era a hidráulica agrícola, a exemplo do que acontecia em Itália, nos Estados Unidos, Argélia, etc. Considera, citando a Lei de Fomento Rural de Oliveira Martins, que a lei espanhola de 13 de Junho de 1879 «podia e devia ter-nos servido de guia para inaugurar uma nova época»<sup>400</sup>. Oliveira Martins não esteve sozinho na defesa da hidráulica agrícola e António Lino Neto faz questão de elencar, de modo não exaustivo, os estadistas e economistas que a defenderam: Fernandes Tomás, António Augusto d'Aguiar, Emídio Navarro, Augusto José da Cunha, Elvino de Brito, Pedro Victor, Anselmo de Andrade.

A exposição leva o autor a concluir «que não é por excesso de população nem por defeitos de território que Portugal definha. Parecendo, porém, que de nada temos consciência, andamos como se fôssemos somnambulos, extranhamente movidos n'uma região de sonhos...»<sup>401</sup>. O seu pensamento não se detém na crítica moralizante, vai até à crítica ao modelo económico que tivera o seu apogeu na Regeneração e que, tendo sido parcialmente modificado, ainda não cederá o lugar a um modelo alternativo: «O *deficit* de subsistências da nossa população, um terço approximadamente – é suprido com importações do estrangeiro; mas, para maior vergonha nossa, esse supprimento é pago não tanto á custa de industrias nacionaes, como de riquezas feitas no Brazil e nas nossas possessões ultramarinas»<sup>402</sup>.

Outra razão indicada para a decadência nacional é o «carácter» do povo português. António Lino Neto rejeita esta hipótese, uma posição que é excepcional na elite conservadora desde o final do século XIX e ao longo do século XX. Em contraponto ao que tinham escrito e viriam a escrever tantos intelectuais e ideólogos, o autor de *A Questão Agrária* sustenta:

«A miséria económica e consequente decadência vital da raça portugueza também não procedem de preguiça, nem de falta de aptidões naturaes para o trabalho, nem ainda de qualquer sonho messiânico que nos tivesse lançado numa expectativa infecunda.

---

<sup>399</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 32-37.

<sup>400</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 39. António Lino Neto cita a frase de Oliveira Martins sem a colocar entre aspas. O parágrafo em que ela aparece é o seguinte: «A falta de precedentes históricos explica, portanto, mas a meu ver não desculpa, a incúria da nossa administração com referência a águas públicas, mormente quando temos a nosso lado a Espanha, cuja lei de 13 de Junho de 1879, recopilando toda a legislação anterior e introduzindo disposições adequadas às modernas formas de exploração das riquezas naturais, podia e devia ter servido de guia para inaugurar uma nova época» (Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1994, p. 70-71).

<sup>401</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 44.

<sup>402</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 44.



De todos os povos da Europa, talvez seja o português, geralmente, o mais inclinado ao trabalho, o mais prompto no esforço, o de mais expediente nas dificuldades»<sup>403</sup>.

Rejeitadas as hipóteses expostas para explicar a «questão agrária», António Lino Neto avança com um esboço de explicação:

«(...) é que, evidentemente, as terras não estão distribuídas segundo um critério de equidade social, é que há defeitos na repartição da propriedade do solo, é que os respectivos productos, pelas transacções de que são objecto, não teem o valor que deveriam ter em frente do valor dos productos de outras industrias, é que estamos a braços com uma profunda questão agrária, questão gravíssima que, complicando-se dia a dia e cada vez mais, vem já de bem longe e que Oliveira Martins, embora sem lhe sondar o fundo, justamente, chamou “a questão rural portuguesa”»<sup>404</sup>.

A questão agrária é apresentada como a pedra angular da «questão nacional». Este ponto de vista apresenta-se como devedor de uma leitura de Marx como autor de sociologia e de economia:

«Não fugimos, na nossa acção colectiva, á regra superiormente formulada por Karl Marx, e claramente commentada por Achilles Loria, de que o phenomeno económico condiciona todos os outros. Sem dúvida. A questão agrária é para nós uma questão eminentemente nacional que sobreleva em importância todas as demais»<sup>405</sup>.

Além do citado Achilles Loria, António Lino Neto devia conhecer Marx através de Frederico Laranjo, o pioneiro dos estudos sobre o pensamento de Marx em Portugal. Já assinalámos no entanto que Lino Neto e Laranjo enveredaram por diferentes vias do pensamento económico. Além da ideia geral de que a questão económica condiciona todas as outras, as referências a Marx são pontuais e marginais. O autor de *A Questão Agrária* mostra-se um leitor mais atento de *Le Retour à la Terre* (1905) de Jules Méline<sup>406</sup>, *L'Exode Rural et le Retour aux Champs* (1903) de Émile Vandervelde<sup>407</sup>, de

---

<sup>403</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 45.

<sup>404</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 52-53.

<sup>405</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 53.

<sup>406</sup> Jules Méline (1838-1925) formou-se em Direito e foi advogado antes de enveredar pela política, como republicano de direita. Eleito deputado em 1872, empenhou-se na dinamização de uma política económica proteccionista. Contribuiu para a legislação proteccionista dos anos 1890-1902, denominadas «tarifas Méline». Foi subsecretário de Estado da Justiça e dos Cultos em 1876 e 1877, ministro da Agricultura pela primeira vez entre 1883 e 1885 e presidente da Câmara dos Deputados em 1888-89. Entre 1896 e Junho de 1898 acumulou o cargo de primeiro-ministro com o de ministro da Agricultura. Voltou a ser ministro da Agricultura em 1915- 1916.

<sup>407</sup> Emile Vandervelde (1866-1938) foi um político belga. Formou-se na Universidade Livre de Bruxelas, tendo-se doutorado em Direito (1885) e Ciências Sociais (1888). Em 1886 filiou-se no Parti Ouvrier Belge, o primeiro partido belga criado em 1885, do qual foi presidente de 1928 a 1938. Em 1894 foi eleito deputado e, de 1900 a 1918 presidente da Internacional Socialista. Foi ministro da Justiça (1918-21), dos Negócios Estrangeiros (1925-27) e da Saúde (1936-37). Além de *L' Exode rural et le retour aux champs*, publicou, entre outros livros, *La Question Agraire en Belgique* (1897), *Le socialisme et l' agriculture* (1906) e *L' Alternative:capitalisme d' État ou socialisme démocratiques* (1933).

Henry George<sup>408</sup>, e Russel Wallace<sup>409</sup>. Mostra conhecer melhor os socialistas utópicos Fourier<sup>410</sup> e Saint-Simon<sup>411</sup>, aos quais presta homenagem, do que a escola marxista<sup>412</sup>.

António Lino Neto pretende, ao tratar a *Questão Agrária*, apresentar uma resposta para a *crise* nacional, descrita como decadência moral e física do povo português e cujas origens próximas se encontravam no modelo económico liberal adoptado durante a Regeneração. O seu trabalho é exposto como a continuação de diversos contributos de economistas portugueses para a *Questão Agrária*: Anselmo d'Andrade no *Portugal Económico* (1905), Basílio Telles em *O Problema Agrícola* (1899) e *Carestia da Vida nos Campos*, Justino de Amorim em *O Minho Rural* (1907).

O primeiro dos estudos de «renascença nacional» pretende esclarecer o alcance da «questão agrária», as suas causas e soluções. Toda a primeira parte da obra é dedicada às causas do problema, a primeira das quais é a própria teoria do valor, «onde se encontra a principal razão da desordem que domina nos nossos tempos o mundo económico»<sup>413</sup>. António Lino Neto rejeita a teoria de que o critério de valor económico reside no trabalho, defendida por Adam Smith, Proudhon e Karl Marx. Esse valor deverá procurar-se no «critério da proporção e ligação dos objectos com as necessidades físicas fundamentaes da colectividade»<sup>414</sup>. Apresentada a intuição, a formulação de

---

<sup>408</sup> Henry George (1839-1897) foi um jornalista, político e economista norte-americano que se destacou como defensor de uma política fiscal baseada num imposto único sobre o valor da terra e do comércio livre. Permaneceu um protestante evangélico, tendo casado com uma irlandesa católica e educado os filhos como católicos. Deu origem a uma filosofia económica, o *Georgismo*, segundo a qual cada indivíduo é proprietário do que produz, mas todos os recursos naturais são propriedade da humanidade. O seu livro *Progress and Poverty* foi publicado em 1879 e traduzido para francês em 1887. Karl Marx considerava o imposto único sobre a terra um recuo na transição para o comunismo e Henry George pensava que as teorias de Marx abriam caminho para um regime ditatorial. Entre outros intelectuais, Henry George influenciou Bernard Shaw e Tolstoi.

<sup>409</sup> Alfred Russel Wallace (1823-1913) foi um geógrafo, antropólogo e biólogo britânico, considerado um fundador da biogeografia. Formulou uma teoria sobre a origem das espécies através da selecção natural, independentemente de Darwin.

<sup>410</sup> François Marie Charles Fourier (1772-1837) foi uma das referências do socialismo utópico. Defendeu uma sociedade baseada em associações de produtores. O foco da sua análise económica foi a agricultura. As falanges, as pedras angulares do sistema social e económico que projectou, seriam comunidades agrícolas cooperativas.

<sup>411</sup> Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825) foi um filósofo e economista francês. Defendeu uma nova sociedade baseada nos produtores, aqueles que trabalham, seja na agricultura, indústria ou comércio, contra os proprietários que não trabalhavam e os accionistas que viviam de dividendos. O seu pensamento foi reivindicado por discípulos que divulgaram um novo ideal de Estado: não o governo dos homens, mas a administração das coisas. As ideias de Saint-Simon sobre religião influenciaram o positivismo de Auguste Comte.

<sup>412</sup> «Fourier, fazendo a crítica dos processos sociais da propriedade e do trabalho agrícola, da indústria e do comércio, e Saint-Simon, applicando-se principalmente á crítica da industria, marcaram uma nova era para a humanidade. O commercio e a industria tem ido um pouco no caminho que esses génios deixaram traçado» (*A Questão Agrária...*, p. 59).

<sup>413</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 64.

<sup>414</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 72.

uma teoria de valor alternativa é frágil e a contra-corrente das modernas teorias económicas, tendo suscitado fortes críticas de historiadores do pensamento económico.<sup>415</sup> António Lino Neto sublinha a constância e universalidade do valor da terra em contraste com o valor de outros produtos como o das obras de arte: «É que os valores da terra são-no sempre em toda a parte e dentro de todos os systemas, e os outros só o são quando condicionados pelos da terra»<sup>416</sup>. Esta observação leva-o a distinguir entre valores fundamentais e secundários, sendo os primeiros «absolutamente necessários á vida physica das sociedades» e regulados por leis naturais e os segundos frutos subsidiários do «capricho» e da «moda»<sup>417</sup>. Define o objecto da economia política como a «distribuição dos valores fundamentaes»<sup>418</sup>, desse modo restringindo bastante o conceito face à tendência do seu tempo e dos dias de hoje. A economia política devia ocupar-se das «necessidades physicas e reaes da existência, que não podem nem devem andar entregues a sensações de jogo, a excitações de paixão fatalista, e mórbidas anciedades de circumstancias imprevistas, com prejuízo da maior parte dos homens»<sup>419</sup>.

Concretizando as causas da questão agrária portuguesa, António Lino Neto refere a concentração de capitais «nos principais meios burocráticos e commerciaes», desviando-se «dos logares onde se produzem» e servindo fins «que só muito indirectamente podem interessar, se interessam, á agricultura»<sup>420</sup>. Na esteira de economistas como Frederico Laranjo,<sup>421</sup> o autor critica a lei de desamortização que leva as corporações administrativas e estabelecimentos de utilidade pública a converterem os seus bens em dívida interna consolidada e, seguindo Anselmo de Andrade, condena a canalização dos capitais depositados na Caixa Geral de Depósitos para empréstimos ao Tesouro e fundos públicos, em vez de produtivos investimentos na agricultura. Diversas iniciativas oficiais de «centralização de capitais» são denunciadas: a criação da Caixa Económica Portuguesa, as lotarias da Santa Casa da Misericórdia, a recepção da maior parte dos legados pios não cumpridos pelo Hospital Real de S. José em Lisboa<sup>422</sup>. O conceito é aplicado à centralização dos serviços públicos e particulares na capital, dando

---

<sup>415</sup> José Luís Cardoso, *Dicionário Histórico dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 218-220; Armando Castro, *O Pensamento Económico no Portugal Moderno (De fins do século XVII a começos do século XX)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1908, p. 136 e p. 128-129.

<sup>416</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 73.

<sup>417</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 74.

<sup>418</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 78.

<sup>419</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 79.

<sup>420</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 114.

<sup>421</sup> Frederico Laranjo, *Princípios de Economia Política*, 1.<sup>a</sup> edição, p. 86.

<sup>422</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 117-119.

os exemplos da Assistência Nacional aos Tuberculosos, a Real Casa Pia, o Asilo de Mendicidade, o Hospital Real de S. José, e de empresas como os Grandes Armazéns do Chiado, os Grandes Armazéns Grandella, a Casa Africana, entre outros<sup>423</sup>. Os impostos locais e os encargos fiscais sobre a terra são visados pelo impacto negativo, directo ou indirecto, que têm na produção agrícola<sup>424</sup>.

«A questão agrária» é condicionada pela conjugação de diversos factores sociais que implicam uma desvalorização da vida rural e portanto da sua actividade económica mais importante, a agricultura: o enorme atraso na instrução pública que se traduz numa elevadíssima taxa de analfabetismo de 70 por cento; uma assistência pública de «miseráveis condições»; uma organização policial que não garante a segurança de pessoas e propriedades; uma administração da justiça muito insuficiente; uma rede viária pobre e uma rede ferroviária incompleta, faltando-lhe uma ligação directa entre o Norte e o Baixo Alentejo; um património desleixado; uma rede telegráfica com limitações<sup>425</sup>. Seguindo o seu raciocínio de que a exploração dos recursos naturais portugueses se estende ao mar, António Lino Neto lamenta ainda a decadência da marinha mercante e de guerra portuguesa<sup>426</sup>.

O regime fiscal agrava estes factores adversos. O autor indigna-se contra o facto do rendimento colectável de grandes propriedades no Alentejo ser insignificante face ao de pequenas propriedades, situação justificada com o argumento de que um pequeno horto pode ser mais produtivo do que um latifúndio alentejano. A esta ideia contrapõe: «Precisamente porque muitas herdades se apresentam n'aquellas condições é que deveriam ser mais rigorosamente collectadas, já para que mais não fosse, ao menos para obrigar os seus proprietários ou a cultivar-as com os cuidados próprios ou a largal-as por não saberem possuil-as de molde a poderem sustentar os respectivos encargos.»<sup>427</sup> O imposto sobre o consumo, que mereceu críticas desde o Partido Republicano ao Partido Nacionalista, passando pelo Partido Progressista, onera os géneros de primeira necessidade e o autor sugere que pelo menos as cooperativas de consumo sejam isentas desse encargo, obtendo deste modo um incentivo ao seu desenvolvimento<sup>428</sup>.

---

<sup>423</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 121-124.

<sup>424</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 125-128.

<sup>425</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 129-133.

<sup>426</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 133-135.

<sup>427</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 139.

<sup>428</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 138-140.

Não só os capitais se concentram em Lisboa, desviando-se dos campos, como saem em montantes elevados do país, devido ao *deficit* comercial e ao facto de importantes senão as principais empresas portuguesas serem detidas por estrangeiros<sup>429</sup>.

O crédito agrícola não chegou a ser verdadeiramente implantado em Portugal. Todas as iniciativas destinadas a incentivar o investimento agrícola falharam, incluindo a organização da Companhia Geral do Crédito Predial Português. Os investidores evitam colocar os seus capitais na produção agrícola<sup>430</sup>.

Do campo não se afastam só os capitais mas também a mão-de-obra, ambos os movimentos prejudicando a agricultura. António Lino Neto recorre aos censos da população portuguesa de 1890 e 1900 para sublinhar que as mudanças na população activa ao longo de uma década correspondem a uma descida de 2,08 por cento da população agrícola, um aumento de 2,08 por cento do trabalho industrial, um aumento de 36,66 por cento dos trabalhadores do comércio e de 45,93 por cento dos trabalhadores dos serviços de transportes.<sup>431</sup> A tendência é para os trabalhadores rurais tentarem singrar na cidade ou emigrarem para países como o Brasil ou os Estados Unidos por razões de miséria e em condições de elevada fragilidade física. O autor rejeita a proibição da emigração ou a sua limitação através da emissão pelo Estado de passaportes caros. Defende mesmo a gratuidade dos passaportes como medida para reduzir a emigração clandestina<sup>432</sup>.

António Lino Neto indica a capitalização da propriedade rústica e a industrialização da agricultura como factores de despovoamento dos campos. O primeiro fenómeno porque leva à concentração da propriedade rústica, limitando o número de pequenos proprietários. O segundo quer porque a introdução de máquinas no trabalho agrícola, como ceifeiras e debulhadoras, dispensa mão-de-obra, quer porque elimina as pequenas indústrias caseiras associadas à agricultura<sup>433</sup>.

Outros factores constituem obstáculos ao povoamento dos campos, nomeadamente a Sul: a conservação pelo ministério de Guerra de terrenos que não podem ser aproveitados para habitação ou cultivo, e a existência de pequenos povoados ou aldeias entre grandes propriedades rurais. Em relação a este último caso, propõe,

---

<sup>429</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 142-147.

<sup>430</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 147-153.

<sup>431</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 155.

<sup>432</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 158-166.

<sup>433</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 174-177.

como meio de colonização do Alentejo, a expropriação por utilidade pública seguida do aforamento de pequenos lotes da terra à volta dos povoados, os quais poderiam ser requeridos pelos habitantes<sup>434</sup>.

Outro fenómeno que prejudica a devida exploração do campo é o absentismo dos proprietários rurais, a maior parte deles ausentes em Lisboa<sup>435</sup>. O cuidado da terra exige a presença do proprietário: «Para que o proprietário, pois, se ligue com interesse á terra, promovendo que seja cuidadosamente trabalhada, é preciso que seja ao mesmo tempo o cultivador d'ella ou que n'ella viva»<sup>436</sup>.

A vida no campo é marcada por deficientes condições sanitárias e de assistência pública, que impelem os trabalhadores a deslocarem-se para as cidades<sup>437</sup>.

A estas condições económicas e sociais, António Lino Neto acrescenta, em breve nota, a «questão moral», que viria a ganhar um peso crescente no seu pensamento, até se tornar a questão prioritária. Observa que a «imoralidade» é uma das causas da baixa natalidade e que o decréscimo de fé religiosa e de disciplina deve-se à má qualidade do clero paroquial. Lamenta que as relações entre Igreja Católica e Estado português, definidas como regalistas, não deixem «que tenhamos no clero nem homens de convicções para a Igreja, nem bons cidadãos para a pátria»<sup>438</sup>.

Nesta obra, a imoralidade é vista como um entre vários inconvenientes de políticas do Estado e fenómenos sociais: o recrutamento militar obrigatório é criticado por adiar a constituição de famílias e incentivar a emigração clandestina; as migrações temporárias de «ratinhos», «valadeiros» e «algarvios» que arranjam trabalhos sazonais no Alentejo são condenadas por implicarem más condições físicas e favorecerem a instabilidade social; as deslocações de ciganos e maltezes, por gerarem insegurança<sup>439</sup>.

As soluções para a «questão agrária» partem do reconhecimento da necessidade de garantir o direito à vida proporcionando trabalho aos válidos e assistência aos inválidos. Partem também da premissa, pouco explicitada e analisada, de que «questão agrária» não se deve apenas a problemas económicos específicos de Portugal, mas do que alguns historiadores designaram posteriormente por «crise do sistema liberal». O

---

<sup>434</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 179-180.

<sup>435</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 180-182.

<sup>436</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 183.

<sup>437</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 187-192.

<sup>438</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 193.

<sup>439</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 195-206.

conceito não é empregue, mas a problemática que designa é indicada, bem como a ideia de que solução passa por um Estado mais interveniente: «A ordem económica contemporânea aperta com tal ferocidade que os meros impulsos individuais de beneficência, por mais generosos que sejam, não a podem manter. O Estado tem de intervir, deve intervir»<sup>440</sup>.

No entanto, essa intervenção do Estado é limitada e um lugar de destaque é atribuído à iniciativa privada organizada, numa perspectiva inspirada pela valorização dos «corpos intermédios» pelo pensamento social católico. Os actores da beneficência pública que sancione o «direito à vida» são os detentores do poder económico que assumem as suas responsabilidades sociais. António Lino Neto admite a importância do trabalho das misericórdias mas considera que estas têm entrado em decadência e que será necessário encontrar outras formas de complementar e/ou reforçar o seu papel. O sistema que sugere é o de Elberfeld, assim chamado porque foi adoptado em 1850 nessa cidade industrial da Prússia. Os protagonistas do sistema de Elberfeld são «os cidadãos de vida económica mais desaffrontada»<sup>441</sup>. Uma cidade é dividida em cinco ou seis circunscrições, tendo cada uma delas um «chefe» que se poderia designar por «intendente da beneficência pública». Em cada circunscrição haveria um grupo de cidadãos composto por «zeladores da beneficência pública». Cada um destes zeladores teria a seu cargo três ou quatro famílias. Os cargos de intendentos e zeladores seriam electivos, temporários e gratuitos, abertos à concorrência de todos os homens abonados e de bem, excluindo padres (porque já tinham a sua esfera de exercício de caridade) e comerciantes (pois poderiam misturar interesses económicos com filantropia). Os «intendentos» e «zeladores» não deviam apenas dar esmolas, mas ir ajudando os socorridos a fazer pela vida, levando «um a comprar a machina de que careça para não perder a sua industria, outro a ser recebido n'um estabelecimento de educação para que affirme tendências, aquell'outro a mudar o rumo da sua actividade n'um sentido mais productivo, e est'outro a não se ver nunca sem meios de trabalho remunerador»<sup>442</sup>. A resposta às ameaças desagregadoras do sistema liberal consistia assim não só numa maior intervenção do Estado, ou da Igreja, mas também a capacidade dos cidadãos se organizarem em iniciativas que garantissem a manutenção da ordem social e das hierarquias tradicionais.

---

<sup>440</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 210.

<sup>441</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 222.

<sup>442</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 222.

Esta proposta enraizada na tradição do pensamento social católico era também inspirada pela iniciativa social do protestante George W. Robinson, o qual, em 1906, juntamente com «outros cavalheiros de Portalegre», organizara a *Associação Protectora dos Pobres de Portalegre*, seguindo alguns princípios do sistema de Elberfeld<sup>443</sup>.

O âmbito da intervenção do Estado para «sancionar o direito à vida» é apresentado em termos muito mais vagos pelo autor, apesar dos princípios gerais que deviam orientar a acção do Estado serem bem definidos: «alargar o interesse immediato dos proprietários na produção de mais subsistências e provocar a maxima diffusão d' ellas por todas as classes sociais»<sup>444</sup>. António Lino Neto faz a resenha de algumas tentativas de resposta, que classifica de ineficazes: o estabelecimento pelo Estado de um preço do trabalho, das mercadorias e da moeda, por Rodbertus; a «Equitable Labour Exchange» de Owen; o Banco de troca de Proudhon; a ideia de um banco central onde as mercadorias seriam trocadas por certificados oficiais de valor, de Marx e Schäeffle<sup>445</sup>. A par destas respostas de inspiração socialista, o autor considera outras medidas adoptadas historicamente em Portugal, como as medidas contra o luxo. No entanto, reconhece que as ideias alternativas que propõe não podem ser aplicadas a curto prazo, «é apenas uma sombra ou lembrança de solução; não mira, como logo dissemos, a dominar já no campo dos factos»<sup>446</sup>. A sua proposta é a emissão pelo Estado de uma moeda especial que represente os valores fundamentais. A sua unidade seria «constituída pela media das porções de alimentos que fosse scientificamente determinada como necessária em cada dia para sustento da vida de cada cidadão»<sup>447</sup>. É mais claro a indicar as intenções e os efeitos desta medida do que o processo da sua realização: «Assim, ao que pensamos, ficaria assegurada a effectiva primazia dos valores fundamentaes sobre os secundários, impôr-se-ia e generalisar-se-ia a necessidade de desenvolver o mais possível a sua produção, e ao trabalho de cada cidadão far-se-iam corresponder, realmente, meios de conveniente sustentação physiologica, sem dar logar a illusões hoje frequentes»<sup>448</sup>. Outra grande vantagem desta moeda seria a sua absoluta convertibilidade: «está na capacidade produtiva permanente

---

<sup>443</sup> O exemplo de Robinson é explicitamente citado em *A Questão Agrária...*, p. 225.

<sup>444</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 228.

<sup>445</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 228-229.

<sup>446</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 240.

<sup>447</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 231.

<sup>448</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 235.



do solo agrícola medida pela estatística, e conjugada com o exercício da soberania pelo Estado»<sup>449</sup>.

Após expor esta teorização acerca de uma moeda ideal, com aspectos utópicos paradoxais, pois é tanto uma reacção à moderna teoria económica como exprime um interesse pelo aumento da produtividade agrícola, António Lino Neto apresenta propostas mais concretas para melhorar a exploração da terra. A primeira é a colectivização parcial da terra. Esta medida não visa apenas um melhor aproveitamento do solo, mas também se assume como uma resposta às injustiças sociais e uma alternativa às soluções revolucionárias: «A excessiva e crescente desigualdade na distribuição das riquezas é a nuvem negra que deixa adivinhar a tempestade... Lá fora erguem-se, revoltosamente, o anarquismo e o socialismo: avançam e avolumam-se como ondas d'um grande mar»<sup>450</sup>. A «revolta social» é alimentada por um «defeito real na ordem estabelecida» que é a formação de um «feudalismo industrial»: «nenhum título jurídico pode justificar uma tão desproporcionada acumulação de riquezas em prejuízo de multidões que se agitam esfomeadas por toda a parte; diante d'ella ninguém deixará de sentir alguma razão na célebre frase de Proudhon, também atribuída ao seu predecessor Brissot de Warville: *La propriété est le vol.*»<sup>451</sup>

A colectivização parcial do solo, «dentro de determinados limites», é a solução apresentada pelo autor como um justo meio termo entre os «exageros» dos sistemas puramente individualistas ou socialistas. Essa colectivização seria realizada por «corpos administrativos adquirindo terras, e arrendando-as, ou por outra forma dando-as em usufructo, com o direito de reversão periódica, aos indivíduos mais necessitados das respectivas circumscrições.»<sup>452</sup> Seria um modo de responder a diversos problemas da «questão agrária»: «crises de falta de trabalho que, n'alguns annos, teem obrigado muitos lavradores a quotisarem-se para não se verem directamente a braços com os ataques d'um banditismo consequente; a crescente acumulação de gente operária nos centros urbanos, onde as condições de trabalho, se são mais estáveis, também em compensação são, nas suas crises, mais perturbadoras da ordem social; a maior progressão nas tendências emigratórias, que são principalmente determinadas pela miséria, assim como esta o é pelo augmento ascensional da desigualdade na

---

<sup>449</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 236.

<sup>450</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 242.

<sup>451</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 244.

<sup>452</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 245.

distribuição das riquezas»<sup>453</sup>. António Lino Neto cita diversas iniciativas em países estrangeiros que podiam servir de modelo, a começar por Inglaterra: a lei de 27 de Junho de 1893 permitiu aos concelhos de condado o poder de comprarem terras para cedê-las em lotes indivisíveis, de 40 ares a 20 hectares, a cultivadores pobres; em 1894 os concelhos de paróquia adquiriram a capacidade de comprar ou arrendar terras para serem arrendadas ou sub-arrendadas, por intermédio dos concelhos de condado, aos vizinhos com necessidades económicas<sup>454</sup>. Outro exemplo citado é a acção do padre Lemire, uma referência do catolicismo social francês, que proporcionou aos operários das grandes cidades cultivarem pequenas propriedades. A Holanda é outro país europeu que pode servir de exemplo ao permitir, pela lei de 1843, às comunas proprietárias de terras a sua cedência em usufructo a indigentes<sup>455</sup>.

Como é habitual, António Lino Neto não cita só exemplos estrangeiros coevos a apoiar a sua proposta, mas recorre à História, desde a antiguidade, para mostrar que o seu projecto «está dentro d'uma longa evolução»<sup>456</sup>. Mostra ainda a sua concordância com as conclusões do 2.º Congresso das Agremiações Populares Católicas, realizado no Porto entre 7 e 9 de Junho de 1907, no qual não participou. Estas conclusões declaravam a urgência de conservar «os baldios e outras propriedades collectivas, usufruídos por forma que assegurem o máximo proveito ao povo»<sup>457</sup>. O problema do usufruto de terrenos baldios e do exercício do direito secular comunitário de terrenos colectivos encontrava-se na origem do célebre caso de Barbacena no qual António Lino Neto, como veremos, interveio como advogado da Junta Paroquial de Barbacena no conflito jurídico que opôs o povo de Barbacena ao proprietário Rui de Andrade<sup>458</sup>. Tudo indica que este foi um ponto de interligação entre a actividade académica e de advocacia de António Lino Neto.

Em suma, por contraponto ao colectivismo integral de Marx, Schäeffle e Wagner, o autor contrapõe um colectivismo agrário, cuja referência tutelar era o norte-

---

<sup>453</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 246.

<sup>454</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 247.

<sup>455</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 247-248.

<sup>456</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 248.

<sup>457</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 257. É o parágrafo 3.º da II conclusão do Congresso. Foi transcrita em *O Grito do Povo*, 15 de Junho de 1907, p. 3.

<sup>458</sup> Sobre o assunto, ler o livro de Margarida Sérvulo Correia, *O Caso de Barbacena...* e o ponto 4.4. desta tese.

americano Henry George<sup>459</sup> e de vários autores classificados como seus discípulos, entre os quais Stuart Mill e Walras. Numa posição próxima desta escola, mas sem se identificar com ela estariam os defensores da colectivização parcial da terra. Era uma corrente sem expoentes, mas com uma certa expressão na Península Ibérica, podendo citar-se os casos de José Ignacio Costa e de D. Miguel Ignacio Péres Quintero<sup>460</sup>.

A resolução da «questão agrária» implicava uma reorganização da defesa do país que assegurasse a defesa das pessoas e propriedades. António Lino Neto acreditava, em 1908, que haveria cada vez menos guerras e a função militar se tornaria cada vez mais secundária<sup>461</sup>. Defendia a fusão das forças militares e policiais. Os profissionais do exército e da marinha seriam poucos e responsáveis pela polícia rural, urbana e fiscal, a instrução militar e a concepção de planos de defesa do país. A par deste número reduzido de profissionais militares, todos os cidadãos válidos teriam instrução e prática militar aos domingos. Às câmaras municipais caberia adquirir e guardar as armas. Ou seja, defendia a abolição do recrutamento militar. Este sistema teria uma função de exaltação patriótica e todos os anos as manobras militares culminariam numa festa «genuinamente» nacional. O autor chamava a atenção para os efeitos sociais benéficos da sua proposta: «Umas das mais instantes preocupações dos modernos economistas, tem sido a necessidade de proporcionar divertimentos e festas ao povo. O plano que referimos satisfaria cabalmente a este propósito»<sup>462</sup>.

A administração da justiça era outra área a carecer de reformas, de modo a eliminar o horror dos camponeses aos tribunais. António Lino Neto propõe diversas soluções, como a introdução de juízes de paz, tema que, como já referido, fora o objecto do seu primeiro opúsculo publicado, a partir de um trabalho feito na cadeira de Direito ministrada por Afonso Costa<sup>463</sup>. Defende o reconhecimento na legislação de antigos usos e costumes<sup>464</sup> e as inovações necessárias a uma melhor exploração dos recursos agrícolas, não só do cultivo dos campos, mas também das indústrias rurais. Em relação

---

<sup>459</sup> Nasceu em 1839 em S. Francisco. O seu livro mais importante foi publicado em 1877 com o título *Progreso e Miséria. Investigación das causas das crises industriaes e do augmento da miséria simultâneo com o da riqueza, e seu remédio*.

<sup>460</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 258-262.

<sup>461</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 266-267.

<sup>462</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 275-276.

<sup>463</sup> António Lino Neto, *História dos Juizes Ordinários e de Paz...*

<sup>464</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 289-293. António Lino Neto passou da teoria à prática ao aceitar o célebre «caso de Barbacena.»

a estas apresenta propostas bastante concretas, como a isenção de direitos para a importação de máquinas e reduções fiscais na contribuição industrial<sup>465</sup>.

No último capítulo do livro, o autor apela a «todos os meios de sugestão colectiva» para agirem no sentido de valorizar a terra. A poesia, o romance, o jornal, a conferência, a pintura e o desenho deviam centrar a sua atenção na vida rural. António Lino Neto não defende nem se filia numa corrente estética. Cita como exemplos obras de autores muito diferentes, clássicos ou coevos, como Afonso Lopes Vieira, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida ou Ramalho Ortigão. A resolução da questão agrária exigia, portanto uma «mudança de mentalidades» na qual deveriam colaborar as elites de diferentes correntes ideológicas. Entre as acções de sensibilização para a «questão agrária», incluía a «festa da árvore»<sup>466</sup>, já realizada no Seixal por iniciativa de Ana de Castro Osório. Era necessário que os esforços de renascimento agrário recorressem a três «meios de vulgarização agrícola»: a imprensa, as escolas especiais de ensino e as associações<sup>467</sup>. A rematar o seu trabalho, António Lino Neto lança um nome para o conjunto de doutrinas expostas na sua obra: neo-fisiocratismo: «Gournay, Quesnay, Mercier de la Rivière, tinham razão: a forma de a traduzir é que comprometeu a sua causa. A terra tem sido, com effeito, a unica fonte de valores fundamentaes da existência; os outros valores não deixam de o ser, mas subordinados a estes e como seus meros accessorios»<sup>468</sup>. O projecto «neo-fisiocrático» não consistia tanto na defesa de uma teoria do valor económico, como na hierarquização de valores sociais e uma definição de prioridades económicas: a agricultura seria a pedra angular de todo o desenvolvimento económico e uma fonte de regeneração social e moral que promoveria uma sociedade harmoniosa.

A *Questão Agrária* sistematiza ideias de que António Lino Neto já tinha divulgado esboços sob a forma de artigos em *O Distrito de Portalegre*. É uma tese muito articulada: identifica o problema da questão agrária (Introdução), expõe as causas (Primeira Parte) e apresenta soluções (Segunda Parte). Não pode ser lida apenas como uma obra técnico-científica ou um exercício de erudição. É também uma resposta à ideia de crise, concebida como *decadência* da nação. Uma resposta que recorre a métodos positivistas: a descrição dos aspectos fisiológicos da decadência portuguesa, a

---

<sup>465</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 297.

<sup>466</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 322.

<sup>467</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 223-

<sup>468</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 333-334.

fundamentação em estatísticas, a exposição de causas do mal e das consequências da adopção das suas propostas. No entanto, omite o diagnóstico e a solução mais frequente no positivismo republicano: o clericalismo como causa dos males e a redução da influência da Igreja Católica como solução. Recusa outra das explicações mais frequentes nos meios conservadores para o atraso de Portugal: as idiossincrasias do povo português. Em alternativa propõe uma reforma económica centrada na agricultura que serviria de base a uma «regeneração moral». A solução apresentada é devedora do pensamento de diversos economistas portugueses, profusamente citados. Mas a Lei de Fomento Rural de Oliveira Martins merece ser destacada como texto inspirador. Lino Neto não se limita a citá-lo para fundamentar em determinados aspectos o seu diagnóstico e propostas. Cita-o para indicar o projecto político-social que idealiza para o campo: «De todos os capitais, o mais duradouro é aquele que se encontra disseminado em parcelas minúsculas nas mãos de uma população de pequenos “proprietários”»<sup>469</sup>.

A recepção jornalística à publicação de *A Questão Agrária* destaca o seu contributo para uma resposta à crise e/ou o seu carácter patriótico. A inclusão de recensões à obra em jornais republicanos reforça a ideia de que a relação entre António Lino Neto e a República não se pode colocar em termos de «adesão» ou «conversão» a um regime. Deve ser compreendida na perspectiva de sociabilidades académicas, dos movimentos de aproximação e conflito entre o Partido Progressista e o PRP nos últimos anos da monarquia constitucional, e da visão do mundo de António Lino Neto que subordinava o político ao social em nome de um propósito de serviço ao bem-comum. O jornal *A Vanguarda. Diário Republicano Independente*, publicou na primeira página, a 30 de Dezembro de 1908, uma referência a *A Questão Agrária* descrita como «começo de uma série de estudos de renascença nacional» e «subsídio precioso para a solução da crise que nos assoberba»<sup>470</sup>. O almanaque de *A Lucta*, reproduzido em *O Distrito de Portalegre* a 22 de Dezembro de 1909, é bastante elogioso: «Fechou o anno de 1908 com chave de ouro pela publicação de um trabalho de excepcional valia, *A questão Agrária* por António Lino Netto, lente do Instituto. Assunto profundamente patriótico e momentoso, bastante complexo sem dúvida; mas por isso mesmo, susceptível de revelar a capacidade trabalhadora e as poucas ou muitas luzes intellectuais de quem tome a peito o seu estudo, nenhuma dúvida resta que o seu auctor,

---

<sup>469</sup> António Lino Neto, *A Questão Agrária...*, p. 176.

<sup>470</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/C/A/06/01.

com a publicação d'este livro, severamente documentado e magnificamente escripto, enfileire ao lado dos grandes estudiosos e dos grandes patriotas»<sup>471</sup>.

Nunca tendo completado a trilogia sobre a «renascença nacional» de que *A Questão Agrária* faria parte, António Lino Neto, em conferência proferida na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa em 2 de Maio de 1909, desvendou um pouco o que projectava escrever no livro sobre *A Questão Política*. Nessa conferência, vê com expectativa positiva a formação de uma federação ibérica, ideal teorizado quer por espanhóis como Pi y Margall e Ribera Y Rovira, quer por portugueses como Félix Ribeiro, Teófilo Braga e Sampaio Bruno. Essa federação ibérica não levaria a uma absorção da nacionalidade portuguesa, permitiria a Portugal uma maior preponderância na península ibérica, até por razões geográficas, como o facto de possuir um importante porto atlântico<sup>472</sup>. Apesar de defender um projecto iberista devedor da produção intelectual de figuras republicanas, a começar por Henriques Nogueira<sup>473</sup>, este texto de António Lino Neto foi o único em que encontrámos referências explícitas à questão do regime – afirmando a sua preferência pela forma monárquica. Esta declaração surge contextualizada na defesa do projecto de uma Federação Ibérica, que seria obviamente dificultada se os diversos Estados federados possuíssem diferentes regimes políticos. Sublinha o carácter secundário da forma de regime, em coerência com a doutrina da Igreja Católica e com o que foi a sua posição no período republicano: «devo dizer que a forma de governo me parece de importância secundária na realização de tão levantado plano, mas que se alguma preferência deve haver, é pela monarquia, poer ser a mais conforme a uma longa tradição do paiz e a mais adequada para a sequencia d' um largo pensamento político»<sup>474</sup>.

Ainda sem a projecção pública que terá na República do pós Grande Guerra, António Lino Neto já era, no final da monarquia constitucional, uma figura prestigiada.

---

<sup>471</sup>PT/UCP/CEHR/AALN/C/A/06/02. A transcrição é feita em *O Distrito de Portalegre*, 22 de Dezembro de 1909, p. 3.

<sup>472</sup> António Lino Neto, *A Pátria Portuguesa. Conferência Realizada na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa em 2 de Maio de 1909*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909, p. 14-15.

<sup>473</sup> Vasco Pulido Valente observa que para Henriques Nogueira a Federação Ibérica era um meio de Portugal recuperar a importância e a independência perdidas. Cf. Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 27. Vítor Neto defende que para Henriques Nogueira o iberismo pressupunha o fim da hegemonia de Castela e o estabelecimento por Portugal de um contrato político com a Galiza, Astúrias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castela-a-Nova, Castela-a-Velha e Leão. Deste modo se formaria «a Ibéria dos povos», da grande nação peninsular. Vítor Neto, «Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira» in *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, 1988, pp. 753-768.

<sup>474</sup> António Lino Neto, *A Pátria Portuguesa...* p. 15.

O lugar que ocupava na universidade constituía um elemento fundamental da sua imagem pública. Em Julho de 1909, noticiando o «caso de Barbacena», o *Diário de Notícias* publicava: «seu advogado é o distinto lente do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Exmo sr. Dr. António Lino Neto, carácter honestíssimo, homem de arreigadas crenças, incapaz de patrocinar uma coisa que julgasse injusta, e com ele tem combinado a orientação seguida»<sup>475</sup>.

### **3.3. As polémicas acerca da intervenção política dos católicos e a dinâmica democrata-cristã**

No curto reinado de D. Manuel II, a relação entre religião católica e intervenção política foi objecto de intensas polémicas. Não só porque o crescente movimento republicano atacou a «aliança entre o trono e o altar», como porque no próprio meio católico não era pacífica a articulação que se devia estabelecer entre o movimento social católico e a intervenção política dos católicos. As elites católicas marcavam presença quer no plano político, quer no intelectual e social. O ano de 1905 assinalou um novo protagonismo dos católicos organizados como tais: o Partido Nacionalista, que pretendia representar e até monopolizar o voto católico, elegeu parlamentares; o Centro Académico da Democracia Cristã adquiriu existência legal a 20 de Janeiro e nesse ano foi lançada a sua revista *Estudos Sociais*<sup>476</sup>. O CADC foi criado em 1901, ou seja, depois de António Lino Neto se ter formado na Universidade de Coimbra. Inicialmente chamava-se Centro Nacional Académico e grande parte dos seus aderentes também participavam nos Centros Nacionais. Com o objectivo de evitar confusões e de marcar uma identidade própria, o Centro Nacional Académico mudou o nome para CADC em 18 de Janeiro de 1903, ou seja, quando se estava a formar o Partido Nacionalista. Se grande parte dos militantes nacionalistas também se encontravam presentes no CADC de Coimbra (o mais importante) e nos outros CADCs formados em Braga, Porto e Lisboa, também desde o início havia vozes que insistiam na separação das águas entre a democracia cristã, concebida como pensamento de inspiração pontifícia favorável à «ascensão das classes populares», e o Partido Nacionalista; entre a ideia de «centro»,

---

<sup>475</sup> Uma fotocópia da notícia encontra-se guardada no ASC/ENC.

<sup>476</sup> Sobre o CADC e as revistas que publica até aos inícios do Estado Novo ver Jorge Seabra, António Rafael Amaro, João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, 2.<sup>a</sup> edição revista, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

como lugar de união dos católicos no campo religioso, e a ideia de partido como necessariamente expondo e/ou incentivando divisões entre os católicos<sup>477</sup>.

O apoio do Partido Nacionalista à «ditadura» de João Franco que teve um desfecho trágico no regicídio acentuou a ideia dos riscos para o movimento social católico de reconhecer no Partido Nacionalista uma direcção política. Em contraponto à ideia de partidarização do movimento social católico, a *Voz de Santo António*, uma revista dos franciscanos de Montariol (Braga), defende uma concepção da democracia cristã, segundo a interpretação pontifícia de acção social em benefício do povo. A democracia cristã visaria converter o povo ao cristianismo e regenerar a sociedade. O grupo redactorial da revista recusa a ideia de uma democracia fundada na soberania popular e também a ideia de um partido democrata-cristão<sup>478</sup>. Esta última posição leva a *Voz de Santo António*, concretamente, a defender a legitimidade e até as vantagens, fundadas na «divisão social do trabalho» do pluralismo político-partidário<sup>479</sup>. Os franciscanos de Montariol defendem também que os católicos participem em associações sociais juntamente com não católicos<sup>480</sup>. A acção dos católicos junto dos operários devia organizar trabalhadores que não intervinham na vida social como classe, levando-os a obter um salário que lhes permitisse sustentar-se e às respectivas famílias<sup>481</sup>. A democracia cristã defendida por a *Voz de Santo António* visava em primeiro lugar a organização operária e popular e não se opunha ao sufrágio universal, embora secundarizasse o seu valor. A revista franciscana saudou, em 1908, o Congresso das Agremiações Populares Católicos, uma dinâmica do movimento social católico da qual António Lino Neto foi dirigente a partir do Congresso no ano seguinte.

A *Voz de Santo António* admite a conveniência da união dos católicos num partido político, mas nega que essa união seja obrigatória ou uma imposição da consciência, contrariando deste modo a pretensão do Partido Nacionalista de monopolizar o voto católico, pretensão apoiada pelos jesuítas. A revista *Novo Mensageiro de Jesus*, órgão do Apostolado da Oração, dirigido por jesuítas, atacou as ideias dos franciscanos democratas-cristãos de Montariol, elogiando explicitamente o Partido Nacionalista. A polémica não se confinou a um conflito entre duas ordens

---

<sup>477</sup> Sobre a tensão entre as ideias de «centro» e «partido» no movimento católico ver António Matos Ferreira, *Um Católico Militante diante da Crise Nacional...*, p. 249-261.

<sup>478</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 176.

<sup>479</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 185.

<sup>480</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 180.

<sup>481</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 181.



religiosas, em cada uma das quais havia posições diferenciadas ou pelo menos matizadas sobre o assunto, nenhuma delas pondo em causa os princípios do acatamento da autoridade eclesiástica e do cumprimento da obediência. O conflito foi a um nível imediato entre os militantes do Partido Nacionalista e os activistas democratas-cristãos que concebiam a democracia cristã como movimento católico transversal às formações partidárias.

A miguelista *Revista Católica* de Viseu, identificada com a componente mais conservadora do Partido Nacionalista, acusou *A Voz de Santo António* de modernismo. Estas acusações foram apoiadas pelos jornais *A Restauração*, de Guimarães, o *Bem Público* e a *Cruz*, de Viana do Castelo. O modernismo foi a última heresia condenada pela Santa Sé e, não apresentando a coerência doutrinária que a cúria romana lhe atribuía, possuía duas vertentes – uma política, concretizada na condenação do movimento dos «democratas-cristãos» autónomos de Romolo Murri, e uma de renovação exegética da Bíblia. Em comum as tendências modernistas propugnavam por uma maior autonomia e liberdade face à autoridade eclesiástica e às verdades religiosas legitimadas pela tradição. As diferentes teses dos modernistas foram encaradas como fazendo parte de uma única tendência pela corrente católica sua adversária, a integrista, acalentada no pontificado de Pio X. Não há provas de que os franciscanos de *A Voz de Santo António* subscrevessem qualquer tese modernista. Limitaram-se a tomar partido pelo pluralismo político dos católicos e a mostrar conhecimento do debate teológico europeu<sup>482</sup>.

As acusações aos redactores *A Voz de Santo António* e à revista *Estudos Sociais* foram intensas em 1906 e 1907, nomeadamente as acusações ao padre Correia Guedes, que escrevia sob o pseudónimo de Carlos Martel, de ser um dos discípulos portugueses de Romolo Murri - padre italiano suspenso *a divinis* pelo Papa em Abril de 1907<sup>483</sup>. Não há qualquer indício de que a ideia de criar, a partir do movimento social católico português, um partido democrata-cristão que, na linha de Romolo Murri, dispensasse a autorização eclesiástica e rivalizasse com o Partido Nacionalista fosse mais do que uma fantasia da propaganda. Mais sintomáticas das tensões políticas no meio católico, embora também distorcendo a realidade, são as críticas ao Partido Progressista

---

<sup>482</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, p. 525; João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal...*, p. 49.

<sup>483</sup> Sobre este assunto ver João Miguel Almeida (coord.), *Da Monarquia à República. Cartas Portuguesas de Romolo Murri*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 21-44.

publicadas na *Revista Católica*, a 14 de Dezembro de 1907, acusando os católicos do Partido Progressista de promoverem a «descristianização social». Em causa estava uma moção apresentada por Pinheiro de Melo numa assembleia progressista, moção que não chegou a ser votada nem discutida, que propunha que o programa deste partido rotativo fosse revisto no sentido de garantir «os princípios da igualdade no respeito pela liberdade de cultos e da consequente efectividade do registo civil e do ensino laico obrigatório como início para a separação da Igreja e do Estado»<sup>484</sup>. Apesar da moção não ter tido qualquer resultado concreto e dos esclarecimentos de católicos do Partido Progressista sublinhando a sua inconsequência, o articulista reincidiu e concluiu: «o partido progressista é um partido radicalmente ímpio e anti-católico que, por meio do registo civil e do ensino leigo, liberdade de cultos, etc, aspira a separar a Igreja do Estado, para melhor realizar o sonho do maçã Quinet: afogar o catolicismo na lama e aniquilá-lo»<sup>485</sup>. Estamos perante um afrontamento ideológico no terreno católico.

Na última fase da monarquia constitucional, os partidos rotativos foram tentados a cumprir algumas exigências do movimento republicano em matéria religiosa, para conquistar apoios no eleitorado mais radical. Quem mostrou intenções de ir mais longe nesta estratégia foi Teixeira de Sousa, o regenerador que presidiu ao último governo da monarquia portuguesa. A defesa do pluralismo político dos católicos pelos democratas-cristãos de *A Voz de Santo António* constituía um obstáculo à intenção do Partido Nacionalista de monopolizar o voto católico e dos católicos intransigentes de bloquearem qualquer passo em direcção a uma separação do Estado português e da Igreja Católica.

Pressionada pelos jesuítas, Roma usou a sua autoridade, para mandar o arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha<sup>486</sup>, suspender, em Abril de 1910, a *Voz de Santo António*<sup>487</sup>. Uma intervenção que não colocou um ponto final nas tensões no meio católico. Estas expressavam-se jornalisticamente nas polémicas com o *Correio do Norte: diário catholico da manhã*, dirigido por Abúndio da Silva a partir de 3 de Julho de 1910, o qual se identificou com as posições dos democratas-cristãos de Montariol e saiu do Partido Nacionalista. Num regime em que a Igreja Católica era a religião oficial

---

<sup>484</sup> *Revista Católica*, 14 de Dezembro de 1907, p. 784.

<sup>485</sup> *Revista Católica*, 21 de Dezembro de 1907, p. 790.

<sup>486</sup> D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913) tomou posse como arcebispo de Braga em Agosto de 1899. A 5 de Janeiro de 1912, por ter expedido uma circular acerca das cultuais, foi desterrado por dois anos do distrito de Braga.

<sup>487</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 236-237.

do Reino, estas ocorrências eram assunto de Estado e o Governo da monarquia expressou, por portaria de 9 de Julho, o seu descontentamento, e de sua majestade, pelo facto do arcebispo de Braga não ter requerido o beneplácito régio. A portaria censurou o arcebispo de Braga em termos que se podiam considerar de advertência a todos os bispos para a necessidade de cumprir um regime regalista, lembrando-o de «não ser lícito a nenhum prelado dar execução a determinações que não tenham sido transmitidas e aceites em harmonia com a legislação e praxes tradicionais e concorra, pelo seu acatamento às leis do Reino, para que não surjam conflitos, nocivos à paz do Estado e de que não podem beneficiar os interesses espirituais da Igreja»<sup>488</sup>. A revolução republicana cortou pela raiz quer estes afrontamentos no meio católico, quer as moderadas tentativas de geri-los do governo de Teixeira de Sousa.

### 3.3.1. Um católico activo nas Obras do Congresso

Não encontrámos qualquer tomada de posição pública de António Lino Neto acerca das polémicas em torno de *A Voz de Santo António*, o Partido Nacionalista ou o Partido Progressista. Em carta privada dirigida ao padre Neves Correia, que o escolhera como advogado para tratar do «caso de Barbacena», António Lino Neto, traçava um quadro muito negativo do ambiente social em Lisboa gerado pela «questão religiosa». Atribuía esse ambiente pesado quer ao activismo laicista, quer à desunião entre os católicos, quer à atitude de ordens religiosas não identificadas: «Lisboa continua cada vez pior, quase em anarquia. Jornais e folhetos de toda a ordem pregam a revolução, inventam infâmias, e apontam nomes à bestialidade da canalha. Parece que tudo se encaminha para uma barcelonada... Os católicos não continuam mais unidos, e as ordens religiosas têm nisso alguma responsabilidade, pois que dão o exemplo da divisão e do antagonismo»<sup>489</sup>. Nessa carta, António Lino Neto mostrava simpatia pelas intenções do líder do Partido Nacionalista, Jacinto Cândido, sem aderir ao seu projecto político: «O Jacinto Cândido tem sido verdadeiramente cristão nos esforços que tem empregado para que tão triste estado de coisas cesse e acabe. Deus o permita e melhores dias venham para Portugal»<sup>490</sup>. Noutra carta, considerava que o nacionalismo estava condenado a definhir, e recusa-se a ver na defesa da identidade católica pelo Partido Nacionalista um factor distintivo em relação aos outros partidos monárquicos: «O

---

<sup>488</sup> *Diário do Governo*, n.º 150, de 12 de Julho de 1910.

<sup>489</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 31-08-1909 in ASC/ENC. Os sublinhados são do documento original.

<sup>490</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 31-08-1909 in ASC/ENC.

nacionalismo enfraquece-se dia a dia, por motivos análogos aos dos outros partidos, quando estão muito tempo afastados do poder»<sup>491</sup>.

Não cremos que o silêncio público de António Lino Neto se devesse a algum receio de controvérsia, pois António Lino Neto acabou por ter uma intervenção no V Congresso da Agremiações Populares Católicas, em Junho de 1910, que gerou a mais venenosa forma de polémica, a que não se manifesta publicamente. Parece-nos mais credível que o seu declarado propósito de reforçar a unidade dos católicos o levasse a privilegiar, em relação à actividade partidária, outras iniciativas de cariz religioso. Foi um dos conferencistas, juntamente com outras personalidades católicas, como Fernando de Sousa (Nemo), Francisco José de Sousa Gomes, ou o padre Santos Farinha, a participar no curso de religião organizado e presidido pelo patriarca de Lisboa em S. Vicente de Fora e que teve a sua conferência inaugural a 20 de Novembro de 1908<sup>492</sup>. António Lino Neto teve um papel de maior relevo, de dirigente, numa dinâmica do movimento social católico, a Obra dos Congressos, num período em que a sua presidência foi exercida por Francisco de Sousa Gomes, o líder espiritual do CADC de Coimbra e desde o início um adepto da distinção entre movimento democrata-cristão e Partido Nacionalista.

A Obra dos Congressos Católicos foi fundada no terceiro congresso da democracia cristã, realizado, em 1908, na Covilhã. Os objectivos dos congressos da democracia cristã, também chamados das Agremiações Populares Católicas, foram mais organizativos do que apologéticos e comemorativos, como se tornara corrente desde que o Congresso Antoniano Internacional reunira activistas católicos em Lisboa em 1895.

O primeiro congresso da democracia cristã concretizou-se de 16 a 18 de Junho de 1906 e foi organizado por uma comissão constituída pelo arcebispo de Mitilene, D. José Alves de Matos<sup>493</sup>, Domingos Pinto Coelho e Carlos Zeferino Coelho (dois elementos de uma família de tradição legitimista), Julio Navarro y Monzó e o padre Benevenuto de Sousa. Pela primeira vez a presidência de um congresso católico não coube a um bispo, mas a um leigo, Manuel Frutuoso da Fonseca, um dos fundadores

---

<sup>491</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 28-12-1909 in ASC/ENC.

<sup>492</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1970, p. 561.

<sup>493</sup> D. José de Alves Matos nasceu em 1885 em Conqueiros, no concelho de Leiria. Estudou no seminário desta cidade. Graduou-se em Teologia em 1884. Ensinou filosofia e teologia no seminário de Lamego. A partir de 1886 foi reitor do seminário de Santarém, onde regia a cadeira de teologia moral. Foi eleito arcebispo de Mitilene em 1903. Após a revolução republicana retirou-se para a sua terra natal e nunca mais exerceu as funções inerentes ao cargo de arcebispo de Mitilene.

dos CCO. O congresso tinha como intenção, expressa na primeira de sete teses propostas pelos organizadores, unir os católicos vivendo de «pequenos salários, dos produtos da terra ou do exercício de uma indústria» e uni-los «independentemente de todos os partidos políticos, mas sem contrariar a acção dos partidos católicos» levando-os a «zelar e defender legalmente e nas formas aconselhadas pela Igreja os seus interesses morais e materiais»<sup>494</sup>. Os congressos democratas-cristãos surgiam assim com um carácter autónomo em relação ao Partido Nacionalista. Os seus discursos legitimadores acentuavam o carácter prático da iniciativa que devia transformar os CCO em associações de classe e realizar projectos mutualistas e assistenciais como bancos populares, montepios e caixas rurais. No congresso foi lançada a ideia de fundar um jornal católico, *Portugal*, o qual seria o porta-voz do nacionalismo católico e veio a público em Fevereiro de 1907, sob a direcção de Fernando de Sousa (Nemo)<sup>495</sup>.

O Porto foi a cidade escolhida para receber o II Congresso da Democracia Cristã, que decorreu de 7 a 9 de Junho de 1907 no salão do jornal católico *A Palavra*, sob a presidência de D. António Barroso<sup>496</sup>, bispo do Porto. Foi um congresso com uma intenção mais programática do que organizativa, buscando uma resposta à questão social alternativa à do socialismo. As comunicações foram agrupadas em três secções – política social; ensino e imprensa; moralização social e caridade. As propostas apresentadas foram consideradas contributos sectoriais importantes, embora insuficientes para estruturar um programa próprio.<sup>497</sup>

O congresso fundador da Obra dos Congressos foi realizado de 4 a 6 de Outubro de 1908. Para dirigir a Obra dos Congressos foi criada uma comissão central, composta

---

<sup>494</sup> *Estudos Sociais*, Fevereiro de 1906, p. 95.

<sup>495</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 188-194.

<sup>496</sup> D. António José de Sousa Barroso (1854-1918) foi admitido no colégio das missões ultramarinas em 1873, onde fez estudos preparatórios e de teologia. Celebrou a sua primeira missa a 15 de Outubro de 1879. No ano seguinte partiu para Luanda como missionário. Fundou, com o padre Sebastião José Pereira, a missão de S. Salvador do Congo. Em 1884 e 1885 criou uma nova missão na Marimba. Foi nomeado cônego da sé de Luanda, por proposta do bispo de Angola, em 1884. O governo, por decreto de 12 de Fevereiro de 1891, apresentou-o na prelazia de Moçambique, sendo confirmado nesta dignidade pelo Papa a 21 de Junho desse ano. Chegou à ilha de Moçambique a 20 de Março de 1892. Fundou o Instituto Leão XIII e o Instituto Rainha D. Amélia. Em 1895 regressou à metrópole e dois anos depois foi apresentado na diocese de S. Tomé de Meliapor, sendo confirmado a 14 de Setembro de 1897. Em Fevereiro de 1899 foi apresentado na catedral do Porto. Fez a sua entrada solene na cidade a 2 de Agosto de 1899. Foi um bispo activo, cujas intervenções públicas tiveram ampla repercussão durante a I República, como focamos nesta tese.

<sup>497</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã ...*, p. 195-202.

por um presidente – Francisco José de Sousa Gomes – e um substituto, o padre Manuel Mendes da Conceição Santos<sup>498</sup>.

Os membros da Obra dos Congressos trabalhavam em quatro grupos: acção religiosa, acção social, instituições de beneficência, juventude católica<sup>499</sup>.

António Lino Neto interveio como orador no IV congresso da democracia cristã, que decorreu em Braga, de 27 a 29 de Junho de 1909 e que tentou reanimar o incipiente movimento social católico. Criticou a «dissolução dos costumes morais» que se manifestava na pornografia, na prostituição e na reivindicação do divórcio pelo movimento feminista. Estas tendências deveriam ser combatidas pela doutrinação religiosa e cristã. Em prol desta causa, defendeu a criação de uma arte e literatura «cristãs» para regenerar a sociedade portuguesa.<sup>500</sup> Mais uma vez, mostrava que entendia que a cultura desempenhava uma «função social» que podia e devia ser orientada por um projecto religioso e/ou político.

A intervenção de António Lino Neto no congresso das Agremiações Populares Católicas de Braga deve ser contextualizada em dois traços dominantes nesta iniciativa: o apelo à união dos católicos, que Sousa Gomes expressou logo na abertura dos trabalhos, exortando à união dos católicos, quaisquer que fossem as suas filiações partidárias, incluindo progressistas, regeneradores e republicanos; a interpretação moralizante da luta de classes, expondo como solução dos problemas sociais uma actuação quase paternal do patrão, e da vida social, criticando diferentes aspectos da liberalização dos costumes como o divórcio, a pornografia, o feminismo, o teatro «imoral»<sup>501</sup>.

Na perspectiva das interacções entre militância católica e política, a intervenção mais relevante do IV Congresso das APC foi a defesa de um projecto moderno, ainda que vago de corporativismo, baseado em «conselhos de trabalho». Em cada cidade portuguesa haveria um «conselho de trabalho» constituído por representantes dos

---

<sup>498</sup> D. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1911) nasceu no concelho de Torres Novas e frequentou o seminário de Santarém, tendo-se formado em Teologia em Roma, em 1899. Durante os sete anos seguintes foi professor no seminário de Santarém. Em 1905 foi nomeado vice-reitor do seminário da Guarda, cidade em que foi também professor de liceu durante três anos. Em 1910 foi nomeado cônego da sé da Guarda. A 9 de Dezembro de 1915 foi nomeado bispo de Portalegre, tomando posse a 6 de Maio. Empenhou-se na publicação do *Boletim da Diocese de Portalegre* e no recrutamento de seminaristas. Em 1920 foi nomeado bispo titular de Filipópolis e coadjutor do arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes.

<sup>499</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã* ..., p. 202-209.

<sup>500</sup> *O Grito do Povo*, 3 de Julho de 1909, p. 2.

<sup>501</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã*..., p. 209-215.

operários, patrões e técnicos. Cada um destes conselhos teria representação no parlamento por meios a definir<sup>502</sup>.

António Lino Neto fez parte da comissão organizadora do último congresso das Agremiações Populares Católicas, o qual teve lugar em Lisboa, de 24 a 26 de Junho de 1910. Os outros membros da comissão organizadora eram Pinheiro Torres, cónego Martins do Rego, Rodrigo Ravasco, Zuzarte de Mendonça, Carlos Zeferino Pinto Coelho (neto de um político legitimista homónimo). Lino Neto proferiu uma intervenção de fundo e controversa. O momento era propício a elaborar reflexões sobre as questões fundamentais e a causar polémica. A ideia da democracia cristã ia ganhando contornos mais claros. O principal objectivo do Congresso foi a instituição de uma Federação das Agremiações Populares Católicas. Na proposta de Estatutos e de Programa dessa Federação, publicada em *O Grito do Povo*, Manuel Braga da Cruz detectou o resultado de uma «crescente maturidade programática que no movimento alguns sectores iam atingindo, a par da maturidade organizativa»<sup>503</sup>. O programa referia a necessidade de basear a organização política no «regime corporativo», no «povo organizado». Este amadurecimento de ideias e de experiências organizativas misturava-se com o rescaldo da polémica em torno do encerramento de *A Voz de Santo António* e o clima pré-revolucionário.

As teses apresentadas foram prolíferas e a sua discussão não permitiu tirar conclusões globais. O resultado concreto do congresso foi a designação da nova comissão central constituída, além de Sousa Gomes e Mendes dos Santos, por Zuzarte Mendonça (secção social), Carlos Pinto Coelho (secção de beneficência) e Pinheiro Torres (secção de senhoras).

A longa intervenção de António Lino Neto foi uma nota dissonante ao abordar a *questão religiosa* em termos de relações entre Estado e Igreja Católica e de formação do clero. Foi transcrita apenas no jornal católico *Portugal*, precedida por uma nota em que, subtilmente, os responsáveis pelo periódico se demarcavam das ideias que de seguida publicam:

«NOTA-Foram brilhantíssimos todos os discursos proferidos n'esse esplêndido Congresso, que marca uma data notável nos annaes do movimento catholico portuguez.

---

<sup>502</sup> Marie-Christine Volovitch, «As organizações políticas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)»..., p. 1200.

<sup>503</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã* ..., p. 217.

Alguns já foram publicados, outros hão de publicar-se, para que os nossos leitores apreciem, lendo o que todos nós apreciamos ouvindo.

Escusado será dizer que temos pelos distintos oradores a mais profunda e respeitosa consideração, que é merecida pelo seu talento, saber e carácter, e se muita coisa perfilhamos como nosso sentir próprio e individual, com outras não concordamos, o que ninguém, certamente, nos levará a mal»<sup>504</sup>.

Na introdução à tese de razão e oportunidade «melindrosíssima», António Lino Neto critica as divisões internas que afectaram o constitucionalismo, marcado por conflitos entre legitimistas e constitucionais, cartistas e setembristas, conservadores e radicais<sup>505</sup>. Contra estas divisões e a expectativa, não nomeada, de uma revolução, o orador apela a um «entendimento geral» assente no princípio de «A máxima tolerância (...) dentro da máxima justiça. As ideias não se derrubam com balas, nem se impõem com decretos»<sup>506</sup>.

As divisões, os conflitos reflectem a necessidade de uma remodelação dos «serviços públicos», incluindo os serviços religiosos, uma vez que os padres seculares eram funcionários públicos. Há uma «questão religiosa» que está na ordem da discussão pública e a expectativa de uma solução, a da lei de separação do Estado da Igreja Católica francesa de 1905, que o conferencista não espera que aconteça no seu país: «O paiz é tradicionalmente catholico por uma enorme maioria, e creio bem que um movimento de ataque directo à Igreja, como houve há pouco em França, seria impossível em Portugal»<sup>507</sup>. Qualquer estadista teria de ter em consideração a forte presença da Igreja Católica na sociedade portuguesa na realização de uma política religiosa. «Carecem, comtudo, os catholicos de mostrar que, sendo a maior força da sua pátria, são os primeiros que querem conciliar a liberdade da sua existência com a de outras forças sociaes, embora reduzidas e mais dispersas»<sup>508</sup>.

O estado das relações entre Estado e Igreja Católica em Portugal eram caracterizadas pelo regalismo, tipo de relação só justificável no caso de «um régimen transitório, de confiança mútua, quando os homens de Estado eram ao mesmo tempo sinceros filhos da Igreja.»<sup>509</sup> Fora desta situação, o regalismo «é um régimen de hypocrisia que só pode ser defendido por quem tenha a lucrar com o cahos na administração pública. Eu considero-o, sem receio de desmentido sério, uma das mais

---

<sup>504</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>505</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>506</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>507</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>508</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>509</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.



poderosas causas da nossa decadência nacional».<sup>510</sup> António Lino Neto critica então vários aspectos do *statu quo* existente entre o Estado português e Igreja Católica: um clero que, devido às suas condições económicas se encontra «à mercê de todas as paixões de estreita política local», um ensino de «sciencias eclesiásticas» deficiente, uma disciplina eclesiástica frágil, um financiamento da Igreja pelo Estado perverso. Acerca desta última questão, declarou: «não pode de modo algum agradar aos catholicos – os não catholicos queixam-se de que, por causa da Igreja, são forçados ao pagamento de congruas para sustentação d’uma religião que não é a sua, á prestação de juramentos por uma fé que não possuem, á prática de actos de culto cuja belleza não sentem. Ora, os catholicos não querem nem precisam de taes dedicações á sua fé: repellem absolutamente a companhia de correligionários por coacção, e aspiram a uma organização social que, deixando-os n’uma conveniente liberdade, não opprima os seus concidadãos de outras confissões religiosas»<sup>511</sup>.

Nas críticas à situação da Igreja Católica em Portugal, António Lino Neto não inclui, no entanto, talvez a crítica mais corrente desse tempo: a denúncia das ordens religiosas como expressão de uma intervenção estrangeira. Pelo contrário, vislumbra nas ordens religiosas «um movimento de internacionalização que, longe de prejudicar a vitalidade da pátria, a vem robustecer»<sup>512</sup>.

Após expor as suas críticas à situação de facto, o académico e publicista católico apresenta uma solução que cai muito mal no meio católico: a separação entre o Estado português e a Igreja Católica. Não se trataria de uma «separação absoluta» seguindo o modelo francês. António Lino Neto expõe mesmo razões para o Estado privilegiar, em termos que não concretiza, a Igreja Católica em relação a outras: o Estado «não pode ser indiferente em matéria religiosa» e deve preferir uma religião «não para a impor aos que a não sigam, mas para tirar as linhas geraes que devem orientar a sua marcha económica, moral e política.»<sup>513</sup> Apresenta várias razões para o Estado preferir a Igreja Católica: o catolicismo tem meios para vigiar e corrigir os motivos psicológicos que levam ao crime; é favorável ao desenvolvimento da instrução; incentiva os sentimentos de solidariedade e igualdade. A separação entre Estado e Igreja Católica não deverá ser total, «mas apenas a bastante para que o Estado não continue com os seus pretendidos

---

<sup>510</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>511</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>512</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>513</sup> *Portugal*, 29 de Junho de 1910, p. 2.

direitos regalistas nem também com os encargos da sustentação do clero»<sup>514</sup>. As funções que então eram desempenhadas pelo Estado deveriam sê-lo por associações católicas: «Os sobreditos direitos na parte sustentável, como o da apresentação nos benefícios ecclesiásticos, e os encargos d’ahi consequentes, como o das congruas parochiaes, deverão passar para associações puramente catholicas, formadas de cidadãos de todas as classes, correspondendo a circunscripções territoriaes administrativas, o que muito nos aproximaria, evidentemente, da primitiva Igreja.»<sup>515</sup> O publicista católico sublinha a subordinação das associações católicas à hierarquia eclesiástica: «Quanto à forma determinativa das associações catholicas para os referidos fins, desde que affecta o modo de ser interno da própria Igreja, deve ser, por princípio de solidariedade social e de exigências funcçionaes, estabelecida de harmonia com a Santa Sé»<sup>516</sup>.

Em suma, António Lino Neto surge como porta-voz de uma corrente de opinião que não se ouvia no meio católico: «Não a queremos [à Igreja Católica] a viver à custa do Estado; não a queremos a desempenhar uma função parasitária.//Queremol-a livre»<sup>517</sup>. Antes de terminar a sua intervenção, o orador insistiu na superioridade da fé religiosa em relação às divisórias paixões partidárias: «é conveniente que os catholicos d’hoje procurem fazer ver, na propaganda da fé, que o catholicismo não é essencialmente ligado a “formas de governo” nem a quaesquer órgãos na administração que com ellas se prendam; é ainda conveniente que não subordinem absolutamente a defesa da fé à defesa dos seus ideaes políticos, para que a fé não seja odiada por causa do ódio a coisas partidárias, para que não pareça que a paixão política é maior que paixão da fé ou que esta se mantém com a cegueira d’aquella»<sup>518</sup>.

É uma declaração onde encontramos elementos que se vão manter durante a intervenção de António Lino Neto até ao advento do Estado Novo: a defesa do *ralliement*, a necessidade de união dos católicos, mas que, lida no contexto político de Junho de 1910, era interpretada como uma recusa da pretensão do Partido Nacionalista de monopolizar o voto católico.

Este discurso de António Lino Neto foi abafado na imprensa católica, ignorado na imprensa republicana e atacado em conversas privadas. *O Grito do Povo* publicou

---

<sup>514</sup> Portugal, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>515</sup> Portugal, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>516</sup> Portugal, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>517</sup> Portugal, 29 de Junho de 1910, p. 2.

<sup>518</sup> Portugal, 29 de Junho de 1910, p. 2.

um «resumo» da intervenção diluindo as posições do orador em termos vagos e sem empregar sequer a palavra «separação»:

«O orador delinha largamente quaes devem ser as relações entre a igreja e o estado concluindo por dizer que não quer a igreja parasitária, mas sim a igreja livre.

O orador defende depois a igreja das accusações de que tem sido alvo»<sup>519</sup>.

*Portugal* foi o único jornal católico que transcreveu o discurso enquadrado numa nota em que o editor se demarcava do conteúdo do texto transcrito. Uma carta do padre Fructuoso da Fonseca Pacheco para António Lino Neto, datada de 30 de Junho de 1910, dá conta do «caso» e da percepção de, no contexto de afrontamento entre o movimento social católico e laicistas nas vésperas da implantação da I República, ser inviável ou, no mínimo, de extrema dificuldade, uma separação «amigável» entre o Estado português e a Igreja Católica:

«Hoje, depois que li o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> no “Portugal” de hontem, sinto-me impellido a escrever felicitando a V. Exc.<sup>a</sup> pelo seu desassombro e pelo bellissimo estudo que apresentou ao Congresso. Mas devo dizer ao mesmo tempo que V. Ex.<sup>a</sup> se arriscou e arriscou muitíssimo. E julgo ver uma prova disto na nota que o mesmo “Portugal” insere immediatamente antes do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, quando a não fez em outros discursos já publicados.

Eu estimo o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> sobretudo pela sua sinceridade. E embora eu não veja a viabilidade da separação da Igreja e do Estado como V. Ex.<sup>a</sup> a entende e eu também, aceito o alvitre, porque já assim penso há muito tempo. A única coisa que me tem impedido de expor essa ideia, é, como disse, a dificuldade de a pôr em prática com os homens de hoje – tanto de um como de outro campo. Mas como eu sou pouco experiente, é fácil que por isso mesmo eu não atinja os meios de resolver praticamente o problêma. De resto, todo o discurso está, para mim, impecável, e até soberbo»<sup>520</sup>.

António Lino Neto não esperava uma reacção hostil. Sentiu-se deprimido porque as reacções negativas ao seu discurso se conjugaram com outras devido a razões políticas ligadas à queda do governo de Veiga Beirão. Escreveu ao padre Neves Correia:

«A queda do governo trouxe perturbação profunda nas minhas condições de actividade. Tive de despedir-me de várias comissões de que fazia parte, mas não sem uma certa feição de hostilidade. O meu discurso no Congresso Católico veio também alterar sensivelmente a minha tranquilidade, porque desagradou a alguns padres seculares e aos dissidentes. Em compensação, toda a gente de piedade reconhecida e os representantes mais ilustres das ordens religiosas vêem naquele discurso um verdadeiro programa de acção católica em Portugal: tenho por isso recebido significativas felicitações. Seja, porém, como for. Os meus nervos andam inquietos, e desconfio muito de que uma forte neurastenia se prepara para empolgar-me...»<sup>521</sup>.

<sup>519</sup> *O Grito do Povo*, 2 de Julho de 1910, p. 3.

<sup>520</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/D/01/08, fls. 1-2.

<sup>521</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 22-07-1909.

Os meios de resolver a «questão religiosa» na monarquia constitucional estavam a esgotar-se rapidamente. A revolução de 5 de Outubro de 1910 levou a uma ruptura no *statu quo* entre Estado e Igreja Católica em Portugal e colocou noutros termos a relação entre o catolicismo e o Estado português que passou a afirmar-se como republicano e laico.

## IV – Na «República Velha» - da incerteza à acção

### 4.1. A revolução de Outubro a «República Velha» de 1910-1914

A República foi implantada em Portugal a 5 de Outubro de 1910, por um movimento revolucionário que teve o seu palco em Lisboa. O seu sucesso deveu-se à conjugação da falta de vontade em defender a monarquia deposta, quer das forças políticas e militares portuguesas<sup>522</sup>, quer do seu aliado mais próximo, o Reino Unido, e ao apoio à insurreição de um «bloco social» formado pela plebe urbana de Lisboa e da margem Sul e pela pequena burguesia republicana. O acaso jogou o seu papel, beneficiando os revolucionários em determinados momentos, prejudicando-os noutros, como o assassinato de Miguel Bombarda ou o suicídio de Cândido dos Reis.

O «bloco social» que alavancou esta conjuntura possuía uma componente civil formada por trabalhadores urbanos e uma componente militar com uma forte base social em soldados e sargentos. Os diferentes sectores sociais aliados foram mobilizados por um Comité de Resistência, constituído, a 14 de Junho de 1910, com o aval da Maçonaria e incluindo notáveis republicanos, o que permitiu à Carbonária Portuguesa libertar-se da tutela do Directório Republicano, muito reticente face à via insurreccional<sup>523</sup>. A linha revolucionária republicana fora-se afirmando nos últimos anos da monarquia constitucional, obtendo uma primeira vitória política no congresso republicano de Setúbal de 1909<sup>524</sup>.

Com o derrube da dinastia dos Braganças, diversas forças e ideais republicanos disputaram entre si a organização do novo regime político. O governo provisório não foi nomeado pelo Comité de Resistência mas pelo Directório Republicano e nele não entraram figuras chave do movimento revolucionário, como Machado Santos ou qualquer carbonário. Afonso Costa, que até às vésperas da revolução defendera a linha legalista, sobraçou a pasta de ministro da Justiça e Cultos e desempenhou desde o início da implantação da República um papel preponderante. Como observou António José Telo, possuía um projecto político claro, sabia que sectores sociais podiam dar-lhe força política e definiu uma estratégia para obtê-la. O apoio das milícias armadas e os caciques eleitorais era decisivo para liderar o processo político. As primeiras

---

<sup>522</sup> José Miguel Sardica, *Da Monarquia à República...*, p. 150-163.

<sup>523</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 80-81.

<sup>524</sup> Maria Alice Samara, «O republicanismo» in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 76.

dominavam a rua, os segundos o eleitorado. A forma de galvanizar as milícias era através do anticlericalismo e do patriotismo. Aos caciques teria de mostrar que o PRP representava o partido do poder<sup>525</sup>. No início de 1911, havia uma clivagem no governo provisório entre o grupo de Afonso Costa, aliado a Bernardino Machado e aos «jovens turcos», e o de António José de Almeida, o ministro do Interior e expoente da oratória republicana, alinhado com o herói da rotunda, Machado Santos. Brito Camacho e o Directório Republicano constituíam outro foco do poder republicano<sup>526</sup>.

Diversas questões de fundo e de urgência se colocaram ao novo poder. Uma das mais prementes era o reconhecimento internacional, num período em que a República portuguesa emergia numa Europa coroada, com as excepções da França e da Suíça. O republicanismo evoluíra, a partir de 1903-1904, de uma posição inicial iberista e anglófoba para uma posição de não ingerência na política espanhola e de reafirmação da aliança inglesa<sup>527</sup>. Após a implantação da República, manifestaram-se divergências entre republicanos que queriam manter a tradicional aliança com o Reino Unido e outros, entre os quais pontificava João Chagas, embaixador da República portuguesa em Paris, propondo uma clara aproximação diplomática à republicana França. Por ocasião da «missão republicana» em França, antes da revolução, fora deixado claro pelo subsecretário do ministro do Interior que Paris estava condicionada pelo alinhamento com o Reino Unido na Entente Cordiale e que a resposta britânica à implantação da República em Portugal era decisiva<sup>528</sup>. Uma delegação republicana, integrando Magalhães Lima, o grão-mestre da maçonaria, Alves da Veiga e José Relvas, deslocou-se a Inglaterra, em Julho de 1910, e obteve do subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros a confirmação de que o Reino Unido era aliado do Estado português e não de um regime<sup>529</sup>. O consentimento à mudança de regime era condicionado pelo carácter «ordeiro» da transição, implicando que o processo fosse liderado pelos dirigentes do PRP. A diplomacia portuguesa, por convicção ou a contragosto, manteve a secular aliança entre Portugal e o Reino Unido, a qual adquiriu uma maior importância na I

---

<sup>525</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 147.

<sup>526</sup> Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)* in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Vol, VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 451.

<sup>527</sup> Nuno Severiano Teixeira, «A República e a política externa» in Filipe Ribeiro de Menezes, Pedro Aires Oliveira (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 23-24.

<sup>528</sup> Nuno Severiano Teixeira, «A República e a política externa»..., p. 28.

<sup>529</sup> Mendo Henriques, *A Grande Ilusão. Um Ensaio sobre 1910*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010, p. 65-66; Luís Salgado de Matos, «A Primeira República Portuguesa entre a Instituição Estado e a Ordem Povo» in *Historia Constitucional*, n.º 13, 2012, p. 614.

República, devido às convicções de dirigentes republicanos de que boas relações entre ambos os Estados ajudariam a consolidar o reconhecimento internacional e a pacificação interna do novo regime, não pondo em causa a situação colonial<sup>530</sup>. Bernardino Machado, o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da República, identificou claramente Londres como o eixo da diplomacia portuguesa<sup>531</sup>.

A legitimação eleitoral do novo regime foi uma prioridade, pois contribuiria para o reconhecimento internacional da nova república. A Inglaterra começou por exigir como condição do reconhecimento do novo regime a eleição e funcionamento de uma assembleia constituinte e, posteriormente, a eleição do chefe de Estado. A lei de Março de 1911, no entanto, foi um duro golpe em duas promessas da propaganda republicana: sufrágio universal e círculos uninominais. A lei de sufrágio excluía os analfabetos entre os quais, como lembrou Sampaio Bruno, podiam estar alguns dos heróis da Rotunda. Além disso mantinha os círculos uninominais, sistema que favorecia a intervenção do governo na selecção dos candidatos a deputados e na manipulação dos resultados<sup>532</sup>. As eleições realizadas em Maio de 1911 só foram concorrenciais nalguns casos, devido ao confronto interno entre candidatos mais radicais e moderados do PRP e, em 12 círculos eleitorais, com candidatos do Partido Socialista. Não se distinguiram das eleições da monarquia constitucional por uma maior transparência e rigor<sup>533</sup>. Só foram realizados actos eleitorais em 30 dos 51 círculos do continente, pois a lei dispensava o ritual do voto quando uma só lista se apresentasse às urnas<sup>534</sup>. O Partido Socialista só conseguiu eleger dois deputados à Assembleia Constituinte<sup>535</sup>. Os católicos ainda não estavam politicamente organizados enquanto católicos, nem era óbvio que viessem a fazê-lo. Para a Assembleia Constituinte foram eleitos três deputados que tinham sido ordenado padres: Casimiro Rodrigues de Sá (1873-1934), que se tornara republicano em 1906, Rodrigo Fernandes Fontinha (1875-1950), professor do ensino secundário, e Narciso Alves da Cunha (1851-1913), que em Coimbra fora ordenado presbítero e se formara em Direito na Universidade de Coimbra, sendo depois nomeado juiz-auditor de

---

<sup>530</sup> Rui Ramos, «Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial» in Filipe Ribeiro de Menezes, Pedro Aires Oliveira (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 81-109.

<sup>531</sup> João B. Serra, «A evolução política (1910-1917)» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 94.

<sup>532</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 138.

<sup>533</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 140.

<sup>534</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 177.

<sup>535</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 177.

Bragança<sup>536</sup>. Só o primeiro exercia funções eclesiásticas quando foi eleito. A lei eleitoral de Março de 1911 permitiu atingir um recenseamento de eleitores um pouco superior ao do final da monarquia, mas a lei de 3 de Julho 1913 (de Afonso Costa) retirou o direito de voto aos chefes de família analfabetos, militares e polícias, reduzindo em quase 30 por cento o universo de eleitores, além de excluir explicitamente as mulheres<sup>537</sup>.

A abordagem da questão social desiludiria rapidamente os sectores mais radicais do republicanismo – socialistas e anarquistas – os quais se manifestaram contra o chamado «decreto burla», de 6 de Dezembro de 1910, o qual, apesar de dar um passo importante no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores legalizando a greve, o fazia reconhecendo também o direito ao *lock-out* dos patrões e proibía os piquetes. A vaga de greves que se seguiu à revolução republicana, em resposta ao aumento do desemprego e dos preços fora duramente reprimida pelo governo provisório. A conflituosidade social atingiu o clímax na greve geral de 1912<sup>538</sup>.

A política económica manteve, no essencial, as grandes linhas definidas desde a crise do liberalismo da década de 1890, protegendo a produção vinícola e cerealífera. Nos primeiros anos da República verificou-se um ligeiro aumento dos preços. O crescimento na construção civil representou um aumento da oferta de emprego e de oportunidades de negócios. As indústrias fabris prosperaram e as exportações de cortiça, conservas de sardinha e vinho aumentaram. No entanto, o aumento das importações levou a um desequilíbrio comercial cujos efeitos se sentiram em 1913, provocando o aumento das taxas de juro. Os problemas económicos estiveram na origem de uma crise financeira que coube a Afonso Costa tentar resolver<sup>539</sup>.

O objectivo financeiro dos republicanos era atingir o equilíbrio orçamental, rompendo com a tradição deficitária dos governos monárquicos. Foi levada a cabo uma reforma monetária. Em 1911 a moeda passou a chamar-se «escudo», equivalendo um escudo a mil réis, a unidade monetária em circulação em Portugal no regime deposto. A chegada dos republicanos ao poder correspondeu à afirmação de um Estado cujas

---

<sup>536</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 190 e p.219.

<sup>537</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 162-163; Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 74-75.

<sup>538</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p.238.

<sup>539</sup> Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)...*, p. 471.



receitas não se baseavam tanto no património próprio como na contribuição fiscal dos cidadãos, segundo as suas capacidades<sup>540</sup>.

A reforma colonial era encarada pelos republicanos como uma chave para a sobrevivência de Portugal como Estado independente e uma oportunidade de regeneração nacional. O artigo 67 da Constituição de 1911 consagrou o princípio da descentralização administrativa no que respeitava às colónias. Norton de Matos, governador de Angola, promulgou, em Abril de 1913, um regulamento que definia as competências dos órgãos locais e normas de administração financeira. Em Agosto de 1914 as leis n.º 277 e 278 visaram executar os princípios descentralizadores do republicanismo. Previam a nomeação pelo governo português de governadores para cada território colonial, os quais responderiam perante o ministro das Colónias. Subordinados aos governadores estariam os chefes de serviço da colónia, com competência para resolver problemas de administração corrente, governadores distritais, capitães-mor e comandantes militares. Esta organização executiva articulava-se com uma organização representativa, na qual os conselhos de governo desempenhavam as funções parlamentares. Num plano inferior havia conselhos distritais, conselhos municipais e juntas locais. Só a partir de 1917 é que foram promulgadas as cartas orgânicas das diferentes colónias, à excepção da carta orgânica de Moçambique, que nunca chegou a ser promulgada<sup>541</sup>. As condições de trabalho dos indígenas constituíram uma das questões mais controversas entre os republicanos, além de ter originado maiores críticas internacionais. Um decreto do governo provisório de 27 de Maio de 1911 introduziu alterações e clarificações no quadro legislativo. O indígena era livre de escolher o seu trabalho, mas a vadiagem estava proibida, sendo os indígenas obrigados a trabalhar um número determinado de dias por ano. Em consequência, a autoridade colonial podia impor trabalho aos indígenas, quer prestando serviços ao Estado, quer a particulares. A lei não evitava abusos e a sua aplicação não foi capaz de erradicar casos de escravatura, trabalho forçado, deslocações de trabalhadores dispensados em condições miseráveis que resultaram na morte de dezenas de pessoas<sup>542</sup>.

A separação do Estado da Igreja Católica, uma das bandeiras dos republicanos, que viam na «aliança entre o trono e altar» da monarquia constitucional um factor de

---

<sup>540</sup> Maria Eugénia Mata, «A política financeira» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 193.

<sup>541</sup> Maria Cândida Proença, «A questão colonial» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 207-209.

<sup>542</sup> Maria Cândida Proença, «A questão colonial» ..., p. 223-226.

atraso, de decadência, e, por conseguinte, um obstáculo à modernidade, fazia parte do consenso republicano, mas o modo de concretizá-la encontrava-se por definir. A sua concretização foi uma das políticas republicanas que gerou maior actividade legislativa e conflituosidade social. O conflito entre catolicismo e República inscreveu-se, como observa Maria Lúcia de Brito Moura, num processo multissecular iniciado nos tempos do Marquês de Pombal e que se prolongou até às décadas iniciais do século XX, processo no qual a revolução republicana constituiu quer um ponto de chegada quer um ponto de partida para uma nova fase de agudização de conflitos<sup>543</sup>.

O afrontamento entre República e Igreja Católica teve mais uma dimensão de violência simbólica e psicológica do que de violência física, se comparada com processos verificados noutros países, como o México ou a Espanha. Os historiadores têm discutido se a expressão «guerra religiosa»<sup>544</sup> pode designar este afrontamento entre projectos e mundividências. Foi um confronto assumido, pelo menos em momentos determinados, por Afonso Costa, o líder republicano que marcou a primeira fase do regime, e pelo Papa Pio X. A política religiosa agressiva de Afonso Costa foi selectiva e gradual. Nas palavras de António José Telo, «era uma ofensiva politicamente controlada, com todo o terreno legal aberto para avançar, mas com o avanço efectivo controlado tacticamente.»<sup>545</sup>

Os contornos desse conflito têm de ser entendidos periodizando-o, entendendo as matizes das posições em confronto e tendo em conta as tentativas de negociação e de pacificação entre diversos actores de um lado e outro ou da minoria que considerava não haver contradição entre republicanismo e catolicismo.

Após a proclamação da República o governo provisório procurou tranquilizar a hierarquia católica. Afonso Costa instruiu, por telegrama, os governadores civis no sentido de respeitar o culto católico e avisou-os que o adversário da República era apenas o clericalismo. A hierarquia católica recebeu a revolução republicana sem alarme. Na Sé Patriarcal e noutros paços episcopais, como o de Évora, foi hasteada a

---

<sup>543</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa» na I República...*, p.39-40.

<sup>544</sup> Maria Lúcia de Brito Moura usa o termo «guerra religiosa» em *A «Guerra Religiosa» na I República...* Bruno Cardoso Reis e Sérgio Ribeiro Pinto não usam o termo argumentando que, apesar de diversos católicos, inclusivé eclesiásticos, terem apoiado ou mostrado benevolência perante insurreições contra a República, fizeram-no contra as directrizes do Papa e do episcopado e «os católicos, enquanto tal, nunca se organizaram para combater pelas armas o que foi durante os anos iniciais da República, frequentemente uma forte repressão republicana da religião em geral, e do catolicismo em particular» - «República e Religião, ou a procura de uma Separação» in Luciano Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 158.

<sup>545</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 188.

bandeira republicana. Era previsível que os ataques à Igreja Católica, como acontecera durante a monarquia liberal e absoluta, incidissem sobre sectores específicos, do clero regular, poupando a maior parte do clero secular<sup>546</sup>.

Nos primeiros dias da revolução republicana, os ataques contra organizações e património da Igreja Católica resultaram quer da acção da carbonária, quer de iniciativas espontâneas alimentadas por uma cultura anti-clerical que remontava ao século anterior e tomava como adversários principais as ordens religiosas. Foram atacados edifícios dos jesuítas em Lisboa, Almada, Setúbal, Torres Vedras, São Fiel e Porto e conventos em Arroios, Aldeia Velha, Brancanes, São Crispim e Trinas<sup>547</sup>. Nos combates da revolução republicana morreram dois padres, entre cerca de uma centena de pessoas<sup>548</sup>. A 10 de Outubro havia 48 padres presos no Limoeiro, 82 em Caxias e 233 freiras no Arsenal da Marinha<sup>549</sup>. Numa situação de fragilidade do Estado, característica de um processo revolucionário, Afonso Costa em nome da necessidade de controlar a violência anti-clerical mandou, a 8 de Outubro, a polícia prender os padres que andassem na rua. O Hospital de São Luís, dos franciscanos, foi colocado sob a protecção do Exército<sup>550</sup>. O governador civil de Lisboa, Eusébio Leão, a 9 de Outubro, publicou um edital em que sublinhava a inviolabilidade do domicílio de cada cidadão, com a intenção de precaver e evitar situações de invasão de casas particulares em busca de jesuítas e outros padres escondidos<sup>551</sup>.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo ministro da Justiça e Cultos foi a reposição em vigor das leis do Marquês de Pombal e de Joaquim Costa de Aguiar (conhecido por «Mata-Frades»), que expulsava as ordens religiosas e confiscava os seus bens. O alvo especial destas medidas era a Companhia de Jesus. O clero secular foi inicialmente poupado a expulsões e confiscos. Entre Outubro e Dezembro de 1910 foram promulgadas uma série de leis laicizadoras que expurgavam da sociedade portuguesa as marcas simbólicas e morais associadas ao catolicismo: legalização do

---

<sup>546</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa»...*, p. 43-44.

<sup>547</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 116.

<sup>548</sup> Os frades lazaristas Alfredo Fragues e Barros Gomes, que terão sido confundidos com jesuítas. O ataque aos frades ocorre na sequência de boatos de que estariam armados e dispostos a atirar a matar. Os dirigentes republicanos enviaram uma coluna liderada por um oficial da Marinha para apurar o que se passava, coluna que chegou tarde demais ao local. O embaixador francês pediu explicações sobre o assunto ao ministro José Relvas, por um dos eclesiásticos ser de origem francesa. José Relvas investigou o caso. As explicações dadas pelo ministro republicano satisfizeram o embaixador francês (Cf. Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 46-47).

<sup>549</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 118.

<sup>550</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 116-117.

<sup>551</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa»...*, p. 51.

divórcio; publicação de uma lei da família que dava mais direitos às mulheres e aos filhos fora do casamento; abolição dos feriados religiosos e conversão do Natal no «Dia da Família»; abolição dos juramentos religiosos em tribunal; extinção da Faculdade de Teologia. Em Fevereiro de 1911 foi introduzido o registo civil obrigatório. Maria Lúcia de Brito Moura observa que a promulgação da Lei do Divórcio, a 3 de Novembro de 1910, marcou uma diferenciação, em questões morais, entre catolicismo e republicanismo. Em 1908 Teófilo Braga, uma referência do positivismo republicano, condenara o divórcio em nome do primado da família e da sociedade sobre o indivíduo<sup>552</sup>.

A resposta inicial da maior parte dos bispos portugueses à revolução republicana foi de prudente aceitação do novo regime. O patriarca Mendes Belo<sup>553</sup> deu o tom, a 10 de Outubro, ao afirmar, em carta enviada a Afonso Costa, «o acatamento devido à Autoridade e aos poderes do Estado». Outros prelados seguiram o seu exemplo: o bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz<sup>554</sup>, a 15 de Outubro, o bispo de Lamego, D. Francisco José Vieira e Brito<sup>555</sup>, a 20, o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes<sup>556</sup>, a 24.

---

<sup>552</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa»...*, p. 464-465.

<sup>553</sup> D. António Mendes Belo (1842-1929) nasceu em Gouveia e concluiu o curso eclesiástico no seminário de Coimbra em 1862. Formou-se em Direito na universidade de Coimbra entre 1865 e 1870. Exerceu advocacia em Gouveia. Foi nomeado professor de teologia no seminário de Elvas. Foi nomeado vigário-geral do patriarcado a 27 de Novembro de 1883, sendo confirmado nesta dignidade no ano seguinte, com o título de arcebispo de Mitilene. Nomeado bispo do Algarve, realizou a sua entrada solene em Faro a 2 de Fevereiro de 1885. Reformou os estudos no seminário do Algarve e promoveu a catequese. Em 1907 foi apresentado na igreja patriarcal de Lisboa, por decreto de 7 de Novembro, e confirmado a 20 de Dezembro desse ano. A 5 de Março de 1908 fez a sua entrada solene na sé de Lisboa. Organizou um curso de religião em S. Vicente de Fora, iniciado a 20 de Novembro de 1908 e interrompido pela revolução republicana. Tornou-se cardeal *in pectore* em 22 de Novembro de 1911. Por decreto de 28 de Novembro de 1911 foi expulso pelo governo do distrito de Lisboa por dois anos. Regressou à capital a 5 de Fevereiro de 1914. Participou na eleição de Bento XV, que lhe impôs o chapéu cardinalício a 8 de Setembro de 1914. Empenhou-se na beatificação de Nuno Álvares Pereira. Foi desterrado em Agosto de 1917, pena que lhe foi anulada pela Junta revolucionária dezanovista. Foi presidente honorário da Assistência Religiosa em Campanha. Pediu ao governo republicano uma amnistia política a todos os presos políticos na sequência da instauração da monarquia do Norte em 1919. Outra sua iniciativa com repercussão na vida pública foi a carta que dirigiu ao presidente da República a 26 de Outubro de 1921 sobre a «noite sangrenta».

<sup>554</sup> D. José Alves de Mariz (1844-1912) formou-se na faculdade de teologia de Coimbra em 1865. Em 1884 tornou-se regente da cadeira de teologia dogmática no seminário de Coimbra. Foi eleito bispo de Bragança a 21 de Julho de 1885, entrando solenemente na cidade a 31 de Janeiro de 1886. A 5 de Fevereiro de 1912 dirigiu aos párocos da sua diocese uma circular condenatória das cultuais. Por esta razão, o governo desterrou-o por dois anos da sua diocese e proibiu-o de residir em Bragança ou Coimbra. D. Alves Mariz reagiu a esta pena publicando o *Protesto do Bispo de Bragança*, que dirigiu a Manuel Arriaga, então Presidente da República.

<sup>555</sup> D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito (1850-1935) fez a sua entrada solene como bispo na diocese de Lamego a 2 de Fevereiro de 1902. Opôs-se às «cultuais» em circular datada de 14 de Janeiro de 1912. Em resposta, o governo, por decreto de 12 de Fevereiro de 1912, desterrou-o por dois anos do

A política anti-clerical do governo provisório concentrava-se no combate ao jesuitismo. A 28 de Outubro os jesuítas presos foram embarcados e fisicamente expulsos do país. Apesar dos desacatos anti-clericais durante a revolução republicana, e das medidas contra os jesuítas, o governo provisório, durante os primeiros meses, não cortou relações diplomáticas com o Vaticano, transformando a embaixada em legação. O núncio Tonti saiu do país a 20 de Outubro e o Vaticano transferiu a representação diplomática para Madrid. Em Lisboa o encarregado de negócios da nunciatura, Aloísio Masella, continuou, durante os primeiros anos da República, a manter ligações entre o Vaticano, a Igreja Católica em Portugal e o governo provisório.

Durante Outubro, o ministro da Justiça e Cultos, segundo o seu próprio testemunho na Assembleia Constituinte, consultou os bispos sobre os termos em que se devia realizar a Lei da Separação. Os prelados discutiram entre si a questão numa reunião em S. Vicente de Fora no princípio de Novembro de 1910. Expuseram numa «Nota Colectiva» dirigida a Afonso Costa os seus pontos de vista, alguns dos quais este considerou inaceitáveis, como a manutenção da propriedade e da livre disposição da Igreja Católica sobre os seus bens. Sobre estas negociações a informação escasseia. O documento só foi divulgado no ano seguinte por alguns jornais católicos<sup>557</sup>. A posição de princípio de Afonso Costa era recusar negociações com o Papa, mas fazê-las com os bispos portugueses. O patriarca informou o governo de que os bispos não fariam propostas sem o aval da Santa Sé, mas estavam dispostos a negociar, pois entendia ser essa a forma de defender a liberdade da Igreja Católica<sup>558</sup>. Entre Fevereiro e Março de 1911, António Lino Neto terá estabelecido contactos entre o ministro da Justiça e Cultos e os bispos, no sentido de sondá-los, em especial D. António Mendes Belo, acerca da Lei da Separação que se encontrava na forja<sup>559</sup>. A escolha de António Lino Neto para desempenhar este papel, compreende-se dada a relação que mantinha com Afonso Costa desde os tempos universitários de Coimbra, como referimos.

---

distrito de Viseu. A 16 desse mês e ano, D. Francisco de Vieira e Brito enviou um protesto escrito ao presidente da República, Manuel de Arriaga. Regressou à diocese de Lamego em Março de 1914.

<sup>556</sup> D. Augusto Eduardo Nunes (1849-1920) foi nomeado, em 21 de Outubro de 1884, coadjutor e futuro sucessor do arcebispo de Évora. Sucedeu ao arcebispo anterior em Setembro de 1890. A 10 de Janeiro de 1912 publicou uma circular, sem beneplácito do governo, em que dava instruções sobre as associações culturais. Em consequência, o Governo proibiu-lhe residência em Évora durante dois anos. A 4 de Maio de 1912 dirigiu ao Presidente da República um protesto contra a pena que lhe fora aplicada. Em Abril de 1914 regressou à sua diocese.

<sup>557</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A "Guerra Religiosa"...*, p. 81.

<sup>558</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 82-83.

<sup>559</sup> Raúl Rêgo, *História da República*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 42. O autor não cita a fonte, usando a fórmula «Sabe-se também...», que indicia basear-se num relato oral dos factos.

Uma notícia publicada no jornal republicano *A Capital*, dava uma ideia do projecto que Afonso Costa estava a elaborar e sobre o qual consultava os bispos. Nesse projecto, ao contrário do que ficará estipulado na Lei da Separação, era da responsabilidade do pároco e não da cultural o sustento financeiro da paróquia. O texto previa que o pároco recebesse do Estado uma pensão relativa à sua categoria. Além disso, o Estado não seria proprietário dos edifícios da Igreja Católica, excepto se os párocos e a população católica não dispusessem de meios para cobrir as despesas do culto católico. A Igreja Católica encontrava-se autorizada a ter escolas. A cônica seria substituída por uma subvenção do Estado ao clero e o orçamento previa uma verba de cerca de 800 contos para esses efeitos<sup>560</sup>.

O comentário público de sacerdotes católicos à proposta de Afonso Costa limitou-se à conferência na Sociedade de Geografia a 12 de Fevereiro de 1911, pelo padre Santos Farinha, membro do Partido Legitimista e pároco de Santa Isabel. A conferência versava sobre a «Separação da Igreja e do Estado» e foi editada num opúsculo intitulado *Igreja Livre*. O título sintetizava a fórmula de separação adoptada pelo padre Santos Farinha: «a Igreja livre no Estado livre», expressão cunhada por Montalembert em 1863, no congresso católico de Malines. Paradoxalmente, este adepto de D. Miguel encontrava mais facilmente pontos de convergência com os republicanos laicos do que com os católicos monárquicos constitucionais: sendo a República estranha ao espírito católico, mais valia assumir uma separação. Na conferência defendia que o culto católico fosse entregue a irmandades e confrarias. O Vaticano não teria objecções a esta solução, pois o culto ficaria na dependência da hierarquia católica, de acordo com o modelo brasileiro aprovado pela Santa Sé. Era uma proposta alternativa à criação das culturais estatais implantadas em França pela Lei de Separação de 1905 e condenadas pelo Papa<sup>561</sup>.

Um dos aspectos da anunciada separação que era objecto de discussão pelo clero católico era o do seu financiamento pelo Estado. As opiniões divergiam: era legítimo um padre católico ser pago pela República? O jornal católico portuense *A Palavra* considerava que não. Outras vozes, como o padre Fonte de Carvalho, não descortinavam por que é que uma prática da monarquia constitucional, a subvenção do clero pelo Estado, seria ilegítima na República. Além disso, a subvenção podia

---

<sup>560</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 88-89.

<sup>561</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 94-97.

considerar-se compensatória pelo dinheiro que os padres perderiam com a substituição dos registos paroquiais pelo registo civil. A dotação de 800 contos seria suficiente? Os padres Fonte de Carvalho e Santos Farinha não contestavam o montante da dotação, mas defendiam que esta devia articular-se com outras fontes de financiamento da Igreja Católica<sup>562</sup>.

A par dos contactos negociais entre os governantes republicanos e católicos, outros republicanos laicistas confrontavam-se fisicamente com católicos militantes. A 1 de Fevereiro de 1911, no terceiro aniversário do regicídio, a sede do CADC de Coimbra foi assaltada e diversas peças de mobiliário destruídas. Em meados desse mês, a sede do Círculo Católico do Porto e da redacção do jornal *A Palavra* foram assaltadas. O incidente, desencadeado por uma conferência de resposta a uma outra conferência, proferida por Mem Verdial, que negava a existência histórica de Cristo, resultou em confrontos físicos com água a ferver lançada pelos católicos sobre os republicanos, apedrejamentos e tiros. Um padre redactor de *A Palavra*, Leite de Amorim, foi preso. O caso foi muito comentado na imprensa republicana. Pela primeira vez desde a revolução, os católicos tinham recorrido à violência para defenderem as suas posições. O ministro do Interior, António José de Almeida, não aceitou a demissão do governador civil do Porto e declarou os acontecimentos um caso de polícia<sup>563</sup>.

A 18 de Fevereiro foi publicado o código do registo civil obrigatório, que laicizava o nascimento, o casamento e a morte dos portugueses, afirmando a prioridade do registo civil destes acontecimentos em relação aos sacramentos religiosos. O referido decreto aumentou a popularidade de Afonso Costa entre os republicanos. No dia seguinte começou a ser lida na diocese da Guarda a Pastoral Colectiva dos bispos, datada de 24 de Dezembro de 1910, o dia para o qual se esperava a publicação da Lei da Separação<sup>564</sup>. A 26 de Fevereiro, domingo, a Pastoral foi lida pela generalidade dos párocos. A Pastoral Colectiva recomendava, por uma questão de princípio, o acatamento das novas instituições sublinhando que a Igreja Católica não se encontra enfeudada a nenhum regime político. Porém, usava o termo «perseguição» para se referir à atitude do novo regime face à Igreja Católica e recusava algumas medidas do governo provisório classificadas de «anticatólicas», como a expulsão dos jesuítas e extinção das

---

<sup>562</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 98-99.

<sup>563</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 86-88.

<sup>564</sup> Em carta para o padre Neves Correia, datada de 6 de Dezembro de 1910, António Lino Neto escrevia: «A lei da separação sai no dia 24, ao que consta» (in ASC/ENC).

outras congregações, a abolição de juramentos religiosos, a laicização de feriados, a proibição do ensino católico em escolas oficiais e a extinção da Faculdade de Teologia, a adopção do divórcio. Criticava antecipadamente a Lei da Separação. A Pastoral não excluía a possibilidade de chegar a um acordo com o poder republicano, mas os termos em que estava redigida eram mais favoráveis a um apoio de católicos, que vinham apelando a uma intervenção dos prelados contra a política religiosa da República, do que a um entendimento com o governo provisório.

Segundo Luís Salgado de Matos<sup>565</sup>, a Pastoral Colectiva dos bispos não foi integralmente escrita na data indicada no documento e o Vaticano teria uma responsabilidade directa na sua redacção definitiva. A versão final só teria sido escrita em princípios de Fevereiro, quando era certa a introdução do registo civil obrigatório. Apoia a sua tese em factos que a nosso ver são pertinentes: o *Osservatore Romano* foi o primeiro periódico a publicar integralmente a pastoral em Fevereiro de 1911; os bispos, à excepção do bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos<sup>566</sup>, um zeloso cumpridor das directrizes romanas, pareciam hesitantes em mandar os párocos ler a sua Pastoral – diversa correspondência do patriarca para párocos comunicava-lhes que não deviam ler a pastoral, que já se encontrava em seu poder, antes de receber novas instruções. Um facto a favor desta tese é que um dos signatários da Carta Pastoral era D. Sebastião de Vasconcelos, o qual se exilara de Portugal, sendo destituído das suas funções pelo governo provisório da República e vivia já nessa altura em Roma. A oscilação de estilo do texto, entre o tom conciliatório e a condenação severa sugere a existência de pelo menos dois redactores diferentes, eventualmente, D. Augusto Eduardo Nunes, arcebispo de Évora, escrevera a primeira versão e D. Sebastião de Vasconcelos a segunda. Esta argumentação pressupõe a existência de posições matizadas entre os bispos portugueses

---

<sup>565</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 101-104.

<sup>566</sup> D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932) concluiu o curso de Teologia em 1890. No ano seguinte iniciou actividade como regente da cadeira de Ciências Eclesiásticas no seminário de Viseu e fundou a *Revista Catholica*. Em 1899 foi preconizado arcebispo de Mitilene e ainda esse ano sagrado bispo na Sé de Viseu. Em 1903, Pio X nomeou-o bispo da Guarda. Empenhou-se na reorganização do seminário da Guarda. Por inerência do cargo, em 1904, entrou para a Câmara dos Pares. Neste período apoiou a constituição e actividade do Partido Nacionalista. Em Junho de 1911 apelou à mobilização dos fiéis contra a Lei da Separação e proibiu o clero da sua diocese de receber a pensão do Governo. Foi detido por cidadãos durante três dias. Na sequência de diversos afrontamentos com as leis da República, a 25 de Novembro de 1911 o Governo decretou o desterro do bispo por dois anos durante os quais não podia residir no distrito da Guarda. Regressou à Guarda em dezembro de 1913. Em outubro de 1914 Bento XV nomeou D. Manuel Vieira de Matos arcebispo de Braga, cargo do qual tomou posse a 25 de Fevereiro de 1915. Na sua nova diocese foi um impulsionador do movimento dos escuteiros. (Cf. J. Pinharanda Gomes, «D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914). Um esboço cronológico para servir à sua biografia» in *Theologica*, II Série, Vol. XLIII, 2008, p. 451-468).



e dissonâncias entre estes e a cúria romana, pressuposto que é corroborado, como veremos, por documentação vaticana que consultámos relativa à actuação do Centro Católico Português.

A 24 de Fevereiro o governo provisório tomou conhecimento do texto da Pastoral Colectiva. O ministro da Justiça e dos Cultos proibiu a leitura da pastoral por esta não ter sido entregue ao poder civil para este avaliar se concedia o beneplácito, de acordo com a lei em vigor. A proibição foi comunicada por telégrafo aos bispos e aceite por estes, à excepção do bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, que já a tinha divulgado, e do bispo do Porto, D. António Barroso. A leitura da pastoral pela maior parte dos párocos do Norte do país, nalgumas dioceses do Algarve e em pelo menos uma igreja de Lisboa, a de S. Vicente, apesar da indicação em contrário ou do silêncio dos respectivos bispos, foi mais um sinal de que a origem do texto e a iniciativa de divulgá-lo viria de Roma<sup>567</sup>. Esta iniciativa mostrou também uma vitalidade católica inesperada para os republicanos que, acreditando nas suas próprias caricaturas, pensavam estar a lidar com um clero corrupto e facilmente manipulável. Após reunião do governo provisório em que foi discutido o assunto, foi comunicado aos governadores civis, a 2 de Março, a decisão de negar o beneplácito à pastoral, decisão que deveria ser comunicada aos prelados e párocos e, obviamente, cumprida. A maior parte dos bispos aceitaram a posição do Governo e alguns comunicaram a Afonso Costa que tinham dado instruções aos párocos para não lerem a pastoral. Não foi o caso do bispo do Porto que, a 2 de Março, enviou aos arcebispos uma circular intimando os párocos a ler a pastoral. A repressão governamental incidiu sobre os párocos que a leram, poupando os bispos, e sobre periódicos católicos que tinham criticado a República: o *Lidador*, *A Guarda*, *Folha* e a *Revista Católica*. No domingo seguinte, 5 de Março, houve menos leituras rebeldes da pastoral, embora se tenham registado casos no Porto e em Coimbra.

Sexta-feira, 3 de Março, Afonso Costa comunicou por telegrama aos bispos a proibição da leitura da pastoral e pedindo-lhes que esclarecessem a sua posição. Apenas os bispos da Guarda e do Porto não responderam declarando que cumpririam as ordens do Governo. Dia 4, Sábado, o bispo do Porto reuniu-se com os párocos da sua diocese e deu-lhes a liberdade de ler o texto. No mesmo dia respondeu a Afonso Costa colocando-lhe diversas objecções à proibição: o beneplácito era aplicável apenas aos documentos provenientes da Santa Sé e a pastoral era assinada pelos bispos. Além disso, o texto

---

<sup>567</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 109-114.

respeitava as instituições republicanas e não ofendia o governo. O ministro da Justiça e Cultos insistiu, por telegrama, que D. António Barroso declarasse a sua posição. O bispo do Porto respondeu às cinco da manhã de domingo, dia 5 de Março: «darei essa ordem aos que puder»<sup>568</sup>. A posição do bispo do Porto não era de afrontamento do governo, mas a de permitir, sem transgredir a legalidade republicana, a leitura da pastoral pelos párocos que entendessem dever fazê-la. A imprensa republicana viu no entanto no episódio um caso evidente de rebeldia e o governo provisório uma oportunidade para afirmar a sua autoridade perante uma Igreja Católica que resistia às suas ordens. Não só vários párocos que leram a pastoral foram presos, como o governador civil do Porto quis prender D. António Barroso. Afonso Costa impediu a prisão do bispo, chamando-o a Lisboa para o interrogar pessoalmente. Na capital, os republicanos laicistas tentaram perceber onde estava o bispo para apupá-lo. No Rossio esperaram-no mais de duas mil pessoas. D. António Barroso circulou no carro de Afonso Costa e acabou por ser interrogado pelo ministro da Justiça e Cultos em casa deste. O governo republicano decidiu expulsar o bispo da diocese e demiti-lo atribuindo-lhe uma elevada pensão de 1200\$00, na qualidade de antigo missionário, pensão que o bispo recusou receber.

O episódio da leitura da pastoral convenceu Afonso Costa de que a via negocial se encontrava bloqueada: o Vaticano não queria negociar; a maior parte dos bispos portugueses estaria disposta a fazê-lo, mas não podia entrar em divergência com Roma e tinha de lidar com os afrontamentos entre republicanos laicistas e parte do clero, não só regular mas também paroquial, e dos leigos católicos. A outra via, a do confronto com a Igreja Católica possuía a vantagem de lhe garantir o apoio dos laicistas. Era uma via com consequências não só na relação entre Estado e Igreja Católica, mas também na política republicana: ao apoiar-se nas bases laicistas do PRP, Afonso Costa fragilizou os republicanos moderados, dispostos a conciliar-se com antigos monárquicos e católicos<sup>569</sup>. Foi no rescaldo da leitura da pastoral que Afonso Costa pronunciou, a 26 de Março de 1911, no Grémio Lusitano, um discurso famoso em que terá dito que a Lei da Separação iria eliminar o catolicismo de Portugal «em duas gerações». Os termos exactos da frase foram contestados e até desmentidos por Afonso Costa<sup>570</sup>. Mas ela deu

---

<sup>568</sup> *Diário de Governo*, de 9 de Março de 1911 transcrito em Maria Cândida Proença, *A Questão Religiosa no Parlamento*, Vol. II, 1910-1926, Lisboa, Assembleia da República, 2011, p. 173-177.

<sup>569</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 179-190.

<sup>570</sup> Fernando Catroga em *O Republicanismo em Portugal...*, p. 221-224. dá crédito a esta frase. Mesmo que as palavras não fossem exactas, elas traduzem uma intenção que Catroga identifica com um projecto

um mote sugestivo à Separação entre Estado e Igreja Católica que o ministro da Justiça e Cultos preparou. Os bispos, ignorando o mote, ainda enviaram a Afonso Costa, a 31 de Março, uma carta conciliatória, em que se mostravam dispostos a acatar os poderes constituídos, pediam o regresso às suas dioceses do bispo do Porto e do bispo de Beja (que fugira do país fazendo crer à cúria romana ser objecto de perseguição), embora advertissem que dificilmente poderiam aceitar uma Lei da Separação decretada antes da Constituinte. A resposta de Afonso Costa foi publicar a Lei da Separação do Estado das Igrejas. O segundo projecto da Lei da Separação foi apresentado por Afonso Costa no governo provisório a 6 de Abril e publicado a 20 do mesmo mês. Afonso Costa teve um papel decisivo na elaboração do texto final da lei, cuja responsabilidade era de todo o governo provisório.

A Lei da Separação colocou em novos termos a «questão religiosa» e numa posição de maior fragilidade os republicanos moderados que teriam de escolher entre a lei e uma aproximação aos católicos. Nos termos da Lei da Separação, o Estado não era apenas desconfessionalizado, intervinha na vida interna da Igreja Católica em nome de um projecto de raiz iluminista de emancipação das consciências. Na linha da separação francesa de 1905, o legislador português não concebia que a laicidade, nas palavras de Fernando Catroga, consistisse em «uma atitude *negativa* do Estado, a fim de se garantir a liberdade religiosa; mas também se exigia que o poder político desempenhasse funções *positivas*, de molde a conseguir-se a laicização das consciências»<sup>571</sup>. Sérgio Ribeiro Pinto caracteriza a Lei como de «quase-separação», uma vez que «separando as Igrejas do Estado, acaba por não separar o Estado das Igrejas, dado que não se exime a procurar desenhar e controlar a organização interna daquelas no intuito de conter a sua expressão pública, confinando as manifestações religiosas ao âmbito privado»<sup>572</sup>.

O Decreto de 20 de Abril de 1911 era uma arma de combate à Igreja Católica mais multifacetada do que sugeria a sua imagem pública, quer junto de republicanos, quer entre católicos. Uma arma que tanto podia ser ofensiva como defensiva, um instrumento de agressão ou favorável a uma conciliação com o catolicismo. Como

---

republicano de reforma de mentalidades segundo o qual só o homem laico seria completamente emancipado.

<sup>571</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares*..., p. 337.

<sup>572</sup> Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade. Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e Modelos Alternativos*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, p. 37.

observou Luís Salgado de Matos<sup>573</sup>, a Lei da Separação aprovava dois tipos de cultuais: «estatais», ou à francesa, um tipo de cultuais que o Papa condenara na sequência da sua implementação em França após a Lei da Separação de 1905; «canónicas», ou à brasileira, um tipo de cultuais que o Papa aceitara no Brasil. A implementação de um ou de outro tipo de cultuais dependeria da evolução das relações e do conflito entre o Estado português e a Igreja Católica, assim como do sentido de oportunidade política de Afonso Costa. Em 1912 existiam apenas 83 «associações cultuais» e em 1914, após o primeiro governo de Afonso Costa e o mais longo da I República, 241, das quais 65 na capital<sup>574</sup>. Um número reduzido, se tivermos em conta que em Portugal havia 3.923 paróquias<sup>575</sup>.

As reacções católicas começam a ser conhecidas a partir de 25 de Abril, quando foi noticiado que o Vaticano considerou «inaceitável» a Lei de 20 de Abril de 1911. Seguiram-se as reacções de leigos e padres católicos, todas num sentido crítico. Ficou consumada a ruptura institucional entre o governo provisório e a Igreja Católica. A hierarquia católica assentou a sua estratégia de confronto com a Lei da Separação na recusa das comissões cultuais como forma de organizar o culto religioso e das pensões como meio de sustentação do clero, não considerando prioritária a defesa do património eclesiástico<sup>576</sup>. Em Maio, a ruptura com o governo republicano foi exposta com a publicação do Protesto Colectivo dos bispos contra a Lei da Separação entre Estado e Igrejas, na qual o decreto foi qualificado com quatro substantivos: «injustiça, opressão, espoliação, ludíbrio». O «Protesto Colectivo» corresponde não só a uma mudança na atitude dos bispos, mas também ao protagonismo<sup>577</sup> de uma nova geração no interior do episcopado português, da qual a figura cimeira era D. Manuel Vieira de Matos, o bispo da Guarda, e que seria influente nos anos seguintes da República. A par da geração quase na casa dos setenta anos aquando da proclamação da República, do patriarca Mendes Belo e do arcebispo de Évora, Augusto Eduardo Nunes, emergia a geração com menos de cinquenta anos dos bispos do Algarve (Barbosa Leão), Guarda (Vieira de

---

<sup>573</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 45.

<sup>574</sup> Rui Ramos (Coordenador), *História de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.599; Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa»...*, p. 227-229.

<sup>575</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 66.

<sup>576</sup> João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal...*, p. 11.

<sup>577</sup> Preferimos o termo «protagonismo» a «liderança», empregue por João Seabra, que assinala esta mudança no episcopado em *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX*, p. 232-333. D. António Mendes Belo continua a ser uma figura preponderante na vida da Igreja em Portugal e António Lino Neto, como veremos, exige ser convidado pelo cardeal-patriarca para aceitar o cargo de presidente do Centro Católico Português.

Matos) e Portalegre (Conceição Santos), os quais, no final da monarquia constitucional, tinham ligações de adesão ou simpatia ao Partido Nacionalista. Os católicos, padres e leigos, foram ameaçados pelos prelados de excomunhão se participassem nas cultuais da República.

A 31 de Maio, Pio X divulgou a encíclica *Iamdudum in Lusitania*, dirigida à Igreja universal, na qual classificou a Lei da Separação portuguesa de «absurda e monstruosa» e atribuiu-lhe as intenções de oprimir a Igreja Católica e de corromper o clero. Foi ignorado o facto da lei da separação portuguesa prever as cultuais canónicas que o Papa reconheceu no Brasil. Segundo a interpretação que consideramos pertinente de Luís Salgado de Matos, o Papa tomou esta posição porque considerava as sociedades europeias e sul-americanas distintas, requerendo diferentes soluções. Não queria abrir um precedente e provavelmente não acreditava na sobrevivência da República portuguesa<sup>578</sup>.

As eleições para a Assembleia Constituinte, em Maio, excluíram «adesivos» e «monárquicos». A Lei da Separação do Estado e das Igrejas fora decretada em «ditadura» e, de acordo com uma prática que vinha da monarquia constitucional, caberia à Assembleia Constituinte confirmá-la através do chamado *bill* de indemnidade.

Na Assembleia Constituinte, a Lei de Separação do Estado e das Igrejas foi objecto das críticas de Eduardo Abreu, que apresentou um projecto próprio<sup>579</sup>, expondo uma fractura entre republicanos radicais e moderados em relação à «questão religiosa». Abreu, um republicano histórico, defendia o princípio da separação, mas criticava a modalidade da sua execução expressa na lei. Uma questão levantada por Eduardo de Abreu e discutida na Constituinte foi se os bens confiscados à Igreja Católica seriam suficientes para pagar as pensões previstas por Afonso Costa. Estimativas actuais mostram que o Estado republicano só não perderia dinheiro se uma parte significativa do clero recusasse as pensões<sup>580</sup>. A circular de 23 de Junho de 1911 do presidente da Comissão Central de Execução, Francisco José Medeiros, introduziu alterações no sentido de moderar a Lei da Separação ao permitir que todas as irmandades pudessem ser cultuais. Se nenhuma irmandade quisesse ser cultural, o «agrupamento cultural

---

<sup>578</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 177-178.

<sup>579</sup> O projecto de Separação de Eduardo Abreu e diplomas complementares apresentados à Assembleia Constituinte encontram-se transcritos em Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 155-160.

<sup>580</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 210-211.

transitório» previsto pelo artigo 19.º da Lei, que incluía o pároco, desempenharia as suas funções por tempo indeterminado. A circular vinha ao encontro de uma reivindicação da Igreja Católica, a da participação dos padres na gestão dos templos. No território português, em finais de Julho, havia uma única cultual e o carácter legalmente transitório da celebração do culto era generalizado. Após a difusão da «circular Medeiros», o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, tentou reatar as negociações com o Vaticano, promovendo um encontro entre o diplomata Cirilo Volkmar Machado e o cardeal Vanutelli. Foi mal sucedido. A Santa Sé considerava as alterações à lei insuficientes e recusou negociar com o Estado republicano.

A Lei da Separação entrou em vigor a 1 de Julho, data em que nenhuma cultual estava constituída. A partir desse dia decisivo da história das relações entre Estado e Igreja Católica em Portugal, os padres podiam ter deixado de celebrar o culto católico. As consequências eram temidas pelos republicanos – podiam desencadear uma revolta do povo católico aproveitada pelos monárquicos. A 30 de Junho de 1911, o ministro interino da Justiça devido a doença de Afonso Costa, Bernardino Machado, escreveu uma circular dirigida a todos os administradores de concelho, esclarecendo que, de acordo com o artigo 139 do Código Penal, todos os ministros de religião que recusassem prestar serviço religioso aos respectivos fiéis seriam punidos. Enviou uma cópia desta circular a todos os bispos portugueses<sup>581</sup>. Face a esta circular, as cultuais deixavam de ser obrigatórias e o serviço religioso nos templos católicos era não só permitido mas até assegurado pelo Estado republicano<sup>582</sup>. A 1 de Julho o governador civil de Lisboa, Eusébio Leão, recebeu o patriarca, Mendes Belo. O patriarca assegurou ao governador civil de que os padres não fariam «greve às missas» e pediu-lhe que os padres fossem autorizados a usar as vestes talaras quando fossem administrar a extrema-unção. O pedido foi remetido por Eusébio Leão para o ministro interino de Justiça e Cultos, Bernardino Machado, o qual enviou uma circular aos administradores dos concelhos comunicando-lhes que os hábitos talaras só eram proibidos no seu uso civil e seriam autorizados quando os padres exercessem funções de culto externo<sup>583</sup>. Na sequência desta reunião, D. António Mendes Belo divulgou uma circular pelos párocos

---

<sup>581</sup> ASV, Segreteria di Stato, 1913, Rub 250, Fasc. 6, fl. 131.

<sup>582</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 228-233.

<sup>583</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 234-236.

em que, sem se referir ao ministro da Justiça, exortava os sacerdotes a cumprirem os seus deveres religiosos<sup>584</sup>.

O Vaticano não reviu a sua condenação da Lei da Separação, mas abriu caminho a um *modus vivendi* com a República quando o secretário de Estado do Vaticano enviou instruções ao representante do Vaticano em Portugal, monsenhor Masella, a 6 de Agosto de 1911, admitindo que as irmandades desempenhassem funções cultuais. A situação estava prevista no artigo 38.º da Lei da Separação, segundo o qual as associações católicas que gastassem dois terços das receitas em beneficência pudessem desempenhar as funções de cultuais embora, formalmente, não fossem cultuais<sup>585</sup>.

A clivagem entre republicanos radicais e moderados manifestou-se na disputa da presidência da República por Manuel de Arriaga e Bernardino Machado e nos apoios que suscitaram. A primeira personalidade mostrou-se disposta a uma revisão da Lei da Separação, ainda que mantendo as suas aquisições fundamentais. Bernardino Machado defendia o seu carácter intangível. A 24 de Agosto, o Bloco formado contra a candidatura de Bernardino Machado e a política de Afonso Costa apoiou a candidatura de Manuel Arriaga, que foi eleito por 121 votos contra 86. As circunstâncias da eleição tiveram no entanto a perversa consequência de atribuir ao Presidente da República um cariz de líder de uma facção em conflito com o governo provisório.

A sucessão dos três primeiros governos constitucionais correspondeu a um enfraquecimento dos bloquistas e à ascensão dos radicais. Os moderados e independentes eram maioritários no parlamento e elegeram um Presidente que os representava. Mas os radicais dominavam as ruas de Lisboa e, a partir de Outubro de 1911, passaram a controlar o PRP. Após a realização de eleições tornaram-se maioritários nas câmaras e tiveram de governar com um Presidente moderado<sup>586</sup>.

O primeiro governo constitucional não contou com elementos do PRP e foi formado apenas pelo Bloco e presidido por João Chagas (de 3 de Setembro a 12 de Novembro de 1911). Confrontou-se com a primeira incursão monárquica e mostrou-se vulnerável às acusações de cumplicidade entre os republicanos moderados, que apoiavam o governo, e a insurreição liderada por Paiva Couceiro. O relatório Chagas sobre a repressão dos insurrectos serviu de pretexto para um ataque de Afonso Costa à

---

<sup>584</sup> ASV, Segreteria di Stato, 1913, Rub 250, Fasc. 6, fl. 131. O episódio foi relatado pormenorizadamente por Masella ao Secretário de Estado do Vaticano.

<sup>585</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 236-240.

<sup>586</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 170.

«política de atracção» dos moderados, cuja figura emblemática era António José de Almeida. Os ataques dos afonsistas ao tribuno republicano levaram-no a responsabilizar João Chagas pela situação. Este demitiu-se, decepcionado por não ter conseguido evitar as divisões entre republicanos. No que respeita à questão religiosa, a situação com que o primeiro governo constitucional teve de lidar foi do funcionamento do culto católico mesmo sem cultuais e a existência de um reduzido número de padres pensionistas. O ministro da Justiça, Diogo Leote, emitiu uma portaria, a 29 de Setembro, dando indicações às autoridades administrativas para formarem cultuais e aceitando que as irmandades existentes funcionassem como cultuais. O cabido do Porto reagiu em comunicado declarando que, no caso de formação de uma cultual, fechava a sé. As incursões monárquicas intensificaram a tensão entre República e catolicismo, que a maior parte dos republicanos associava a monarquismo.

No segundo governo constitucional, de Augusto Vasconcelos (de 12 de Novembro de 1911 a 16 de Junho de 1912), o poder foi repartido entre radicais e moderados. O Congresso Extraordinário do PRP de Outubro de 1911 saldara-se por uma vitória pessoal de Afonso Costa e da tendência radical, favorecida pela demissão de António José de Almeida. Brito Camacho foi ao Congresso e saiu do Partido, arrastando consigo a maior parte dos moderados. Estava iniciado o processo de diversificação partidária republicana. Os moderados seguidores de Brito Camacho e António José de Almeida juntaram-se na União Nacional Republicana. A 25 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida anunciou a criação do seu próprio partido, o Partido Evolucionista, dividindo os moderados republicanos. Do programa do novo partido constava o projecto de revisão da Lei da Separação e uma amnistia política. Era uma mão estendida aos antigos monárquicos os quais, no entanto, receberam a iniciativa com cepticismo. A reacção de Brito Camacho foi criar outro partido republicano, o Partido Unionista.

O primeiro governo constitucional da República, de Pinheiro Chagas «fora para a Igreja um período de tréguas»<sup>587</sup>. A Igreja Católica preparou-se para uma relação conflituosa com o segundo governo constitucional. A 27 de Novembro de 1911, Pio X, num consistório, anunciou a nomeação de 18 novos cardeais e de um cardeal *in petto*, cujo nome seria portanto mantido em segredo. Mas ninguém duvidava de que o cardeal *in petto* fosse D. António Mendes Belo. Na alocução o Papa criticou explicitamente a

---

<sup>587</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 219.



República portuguesa e a sua Lei da Separação, elogiou a sintonia do clero português com a Santa Sé, mostrou expectativas acerca da vitória do catolicismo em Portugal. A 18 de Novembro de 1911, um decreto do ministro da Justiça prorrogou o prazo para as corporações de piedade se legalizarem; as que não alterassem os seus estatutos poderiam continuar a funcionar desde que mostrassem acta da assembleia e declarassem acatar a Lei da Separação. A Santa Sé continuava a recusar reconhecer a Lei da Separação. A 7 de Dezembro o patriarca Mendes Belo proibiu as irmandades cultuais e os outros bispos reforçaram esta posição condenando as irmandades cultuais, omitindo referências ao artigo 38.º que, com vimos, abria discretamente a porta da legalidade ao desempenho de funções cultuais por associações católicas, desde que estas gastassem dois terços das receitas em beneficência. A 31 de Dezembro de 1911 as cultuais deviam estar a funcionar em todo o país, mas essa situação tornava-se cada dia mais inverosímil. A circular de Mendes Belo foi interpretada pelos republicanos como um desrespeito pelas leis da República e o ministro da Justiça foi interpelado nestes termos no parlamento. António Macieira garantiu que castigaria todos os bispos que não cumprissem a Lei da Separação. E concretizou: começou por demitir o bispo de Beja, D. Sebastião Leite de Vasconcelos<sup>588</sup>, o único prelado que saíra da diocese por sua própria iniciativa. Acabou por expulsar todos os bispos residenciais do território continental português dos distritos das suas sés, excepto o de Coimbra que renunciara. Em Lisboa, alguns católicos reagiram contra a demissão do patriarca, participando numa manifestação de apoio a D. António Mendes Belo a 1 de Janeiro de 1912. Foi a primeira manifestação de católicos contra a Lei da Separação. António Macieira publicou uma portaria, assinada a 30 de Dezembro de 1911 e publicada a 7 de Janeiro, que adiava até 31 de Dezembro de 1912 o prazo limite para as cultuais se organizarem. O governo garantia que não encerraria igrejas mesmo no caso de, na data limite, as tão desejadas cultuais estivessem por se organizar, desde que nessas igrejas permanecessem, por direito ou uso antigo, irmandades e confrarias, as quais poderiam

---

<sup>588</sup> D. Sebastião Leite de Vasconcelos (1852-1923) foi apresentado bispo de Beja por decreto de 1 de Agosto de 1907, tendo feito a sua entrada solene na cidade a 11 de Março de 1908. Após a implantação da República saiu da sua diocese e recolheu-se no Seminário General y Pontificio, em Sevilha, tendo nomeado como governador do bispado o vigário-geral, monsenhor Luís Augusto da Costa. O governo da República suspendeu-o e declarou nulas as suas nomeações. A 25 de Novembro de 1910, a secretaria da Justiça pediu ao bispo de Beja que renunciasse. O Papa não aceitou o pedido de renúncia. Por decreto de 18 de Abril de 1911, o governo da República destituiu D. Sebastião de Vasconcelos das suas funções de bispo, governador da diocese e administrador dos bens da Mitra.

assegurar a continuação do culto<sup>589</sup>. A portaria evitava a ruptura entre a República e a Igreja Católica, ou seja, evitava que o Estado, aplicando a Lei da Separação, fechasse as igrejas de todo o país por não estarem formadas as respectivas cultuais. E criava condições favoráveis a um respeito da Lei pelos bispos portugueses.

A vontade de apaziguamento com a Igreja Católica não era no entanto consensual entre os republicanos e, em 1913, algumas juntas de paróquias mandaram mesmo encerrar igrejas onde não se tinham constituído cultuais, levando o ministro do Interior a intervir. Por ofício circular de 30 de Abril, o ministro do Interior do governo de Afonso Costa esclareceu que a não constituição de cultuais até à data prevista não levava ao encerramento dos templos, mas apenas à disponibilização dos edifícios em causa para outros fins de carácter social<sup>590</sup>.

O ministro da Justiça e Cultos revogou, pelo decreto de 29 de Março de 1912, o artigo 95.º da Lei da Separação que obrigava os padres e bispos a requererem autorização governamental para entrar em funções eclesiásticas. Bispos e párocos já não respeitavam estas disposições, aliás de acordo com instruções provenientes da Santa Sé. O decreto de Macieira atribuía às autoridades administrativas a incumbência de averiguar as condições de nomeação dos ministros da religião. Na prática, bispos e párocos estavam dispensados de entregar requerimentos ao governo. Foi um marco no processo de separação<sup>591</sup>.

Em Abril de 1912, o Congresso do PRP em Braga assinalou o triunfo do PRP, reduzindo à irrelevância os partidos republicanos dissidentes, a União Republicana e o Partido Evolucionista. Ao contrário das expectativas dos republicanos moderados, o PRP implantava-se na província, atraindo adeptos não devido à força da convicção ideológica, mas devido à força do poder<sup>592</sup>. A nova dinâmica política manifestou-se na queda do governo de Vasconcelos e na formação do terceiro governo constitucional (de 16 de Junho de 1912 a 9 de Janeiro de 1913), encabeçado por Duarte Leite. Era um governo «de concentração», reflectindo os conflitos do parlamento. O esmagamento

---

<sup>589</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa”...*, p. 226; Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 292.

<sup>590</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa”...*, p. 227.

<sup>591</sup> João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX*, p. 247, declara com o que ele próprio designa por «deliberado exagero» que a separação começou com este decreto. O Vaticano nomeou, a partir de 1914, bispos que não se encontravam nas condições previstas pela Lei da Separação (terem feito estudos teológicos em Portugal e não terem incorrido na perda de benefícios materiais do Estado). As autoridades administrativas da República não levantaram objecções a estas nomeações.

<sup>592</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo...*, p. 220-221.

pelo governo, em Julho de 1912, da segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro, reduzida a apoios ultraminoritários, mostrou aos renitentes que o regime republicano estava para ficar.

A 10 de Julho, o parlamento aprovou uma revisão da Lei da Separação que, entre outras medidas, prolongava o prazo de legalização das irmandades cultuais e reconhecia como definitivas as pensões transitórias. O art. 3.º obrigava os padres a exercerem as suas funções religiosas, mesmo que se encontrassem suspensos pelas autoridades eclesiásticas, as quais, deste modo, eram ignoradas<sup>593</sup>. Os padres pensionistas eram objecto de controvérsia no meio católico<sup>594</sup>, suscitando pedidos de tolerância ou de rejeição por parte do clero que recusava ser pago pelo Estado. Roma, em documento papal datado de 12 de Outubro e publicado a 28 desse mês, reprovou o decreto de 10 de Julho, louvou os eclesiásticos que recusaram a pensão e admoestou os padres pensionistas a sujeitarem-se à hierarquia católica. Esta última atitude foi mais moderada do que a resposta reclamada por vozes católicas pedindo a excomunhão para os padres pensionistas<sup>595</sup>.

A «questão religiosa» foi um dos factores que levou à queda do governo de Duarte Leite. Num clima de crescente tensão política, o Presidente da República, Manuel Arriaga, escreveu uma carta a Duarte Leite propondo-lhe uma amnistia aos presos políticos, aos bispos e padres. Esta iniciativa presidencial gerou uma reacção violenta do PRP posta em letra impressa pelo jornal *O Mundo*. Duarte Leite tentou uma solução de compromisso, amnistiando os presos políticos mas não os bispos, argumentando o carácter inoportuno e ineficaz do perdão ao clero. Era uma saída inaceitável quer para evolucionistas, quer para radicais. O governo de Duarte Leite caiu, abrindo caminho a Afonso Costa e à tomada do poder pelos radicais.

O primeiro governo de Afonso Costa, de 9 de Janeiro de 1913 a 19 de Fevereiro de 1914, foi o mais longo da I República. A política financeira foi fundamental no governo afonsino. A sua medida emblemática foi a «lei-travão» de 15 de Março de 1913, proibindo medidas que diminuíssem as receitas, aumentassem as despesas ou expandissem os quadros dos serviços. Esta lei conjugada com reformas fiscais,

---

<sup>593</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 311; Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa”...*, p. 195; a discussão no parlamento do projecto de revisão da Lei da Separação é tratado por Sérgio Pinto em *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 94-96.

<sup>594</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa”...*, p. 177-213.

<sup>595</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 315; Maria Lúcia de Brito Moura, *A “Guerra Religiosa”...*, p. 196-197.

nomeadamente as das contribuições industrial e predial, que se traduziram num acréscimo de receitas, permitiram que nos orçamentos de 1913 e 1914 o governo republicano conseguisse atingir um curto mas simbólico *superavit* financeiro. A política financeira de Afonso Costa era legitimada pelo próprio como uma preparação para a guerra europeia prestes a desencadear-se. Em Dezembro de 1912 a guerra nos Balcãs levava os políticos a preverem uma europeização do conflito<sup>596</sup>. A «lei-travão» desiludiu as expectativas de colocação profissional no Estado de muitos dos seus apoiantes. Foi um governo que agudizou os conflitos com o movimento sindical e foi alvo de três golpes fracassados, envolvendo militares e civis: a 27 de Abril, 20 de Julho e 21 de Outubro de 1913. Em qualquer dos golpes havia republicanos e o último juntou radicais republicanos a monárquicos.

Atribuindo prioridade às finanças, Afonso Costa não podia alienar a base republicana radical esquecendo a «questão religiosa». A sua política religiosa tentou alimentar a sua imagem de marca laicista ao mesmo tempo que evitou um afrontamento radical com a Igreja Católica. A possibilidade do Estado, para cumprir a Lei da Separação, fechar as igrejas sem cultuais ainda não estava excluída. A 29 de Abril de 1913 um ofício circular do ministério do Interior esclareceu que as igrejas podiam continuar abertas, mesmo sem cultuais. As chamadas «cultuais de ateus» alimentaram o apoio dos laicistas e pressionaram a Igreja Católica, mas não implicaram o encerramento dos templos católicos fora do controlo dos republicanos radicais, o que mostrava a vontade de um compromisso político.

Outras medidas de Afonso Costa podem ser caracterizadas de anticatólicas: a portaria de 21 de Janeiro de 1913 negou o beneplácito à autorização de Pio X aos padres pensionistas para receberem pagamentos do Estado; a 1 de Fevereiro de 1913, Rodrigo Rodrigues, o afonsista ministro do Interior, enviou uma circular aos governadores civis exigindo o cumprimento zeloso da Lei da Separação; a 20 de Fevereiro, no debate sobre a amnistia, Afonso Costa recusou aplicá-la aos eclesiásticos. A 15 de Março de 1913, os bispos escreveram ao Presidente da República, Manuel Arriaga, um ofício colectivo no qual protestavam contra o discurso parlamentar de Afonso Costa, a circular de Rodrigo Rodrigues e a inútil recusa de beneplácito ao documento papal.

A 10 de Julho de 1913 foi formalmente extinta a legação portuguesa no Vaticano, o qual cortara relações com Portugal no início do ano anterior. Data desse dia

---

<sup>596</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 223.

o *Appêllo do Episcopado aos Catholicos Portugueses*<sup>597</sup>, assinado por todos os bispos de Portugal continental, excepto o de Beja. O *Appêllo*, cujos destinatários declarados são todos os católicos portugueses, começa por afirmar a intenção de expor a doutrina católica formulada no ofício de 15 de Março dirigido ao Presidente da República. Os bispos deploram a laicização em curso e identificam a escola como um campo de batalha decisivo. Mas reconhecem uma revitalização católica que se reflecte numa maior frequência dos sacramentos «até na capital». Entre os sectores que suscitam maior apreço aos bispos encontram-se a maior parte do clero, a juventude e a mulheres. No entanto, o discurso dos prelados sublinhava que a maioria dos católicos se deixava vencer pelo desânimo. A construção retórica acerca da falta de mobilização católica legitimava a defesa de uma estratégia: para vencer a indiferença e a dispersão, era necessário «organizar a união católica em Portugal». O texto expõe uma tensão: por um lado, caracteriza as relações do Estado com os católicos como «perseguição», chegando a estabelecer analogias históricas com a História de Roma antiga; por outro lado, rejeita explicitamente o caminho da revolta contra as instituições vigentes e apela ao respeito pela legalidade. O propósito da acção católica em Portugal deveria ser *Instaurare Lusitaniam in Christo*. A cristianização deveria incidir sobre o lar doméstico, a escola, a sociedade civil. Para atingir esse fim, os católicos deviam aderir, sob a autoridade eclesiástica, à União Católica, pensada como «uma espécie de *federação moral* de todas as obras catholicas particulares, deixando, todavia, a cada uma d'estas a plena liberdade de organização, expansão e funcionamento»<sup>598</sup>.

O chamado «Apelo de Santarém» ampliava uma ideia que já se encontrava na carta pastoral enviada por D. Manuel Vieira de Matos aos seus diocesanos no Natal de 1912: os católicos, quaisquer que fossem as suas «aspirações políticas» deviam servir a Igreja numa União Católica. Como vimos, a ideia de unir os católicos no contexto do sistema liberal já tinha uma tradição em Portugal: em 1872, o jornal *A Palavra* propugnara pela união dos católicos num movimento social. Em 1882, o jornal *O Progresso Católico*, dirigido pelo padre Sena Freitas, adoptou como subtítulo «Órgão da União Católica em Portugal». No mesmo ano foi apresentada a União Católica Portuguesa dinamizada pela Associação Católica de Lisboa. Em 1884 a União Católica Portugal apresentou, sem sucesso, dois candidatos às eleições, pelo Porto e Braga. O Centro Católico Parlamentar, em 1894, procurou unir os parlamentares católicos dos

---

<sup>597</sup> *Appêllo do Episcopado aos Catholicos Portugueses*, Guarda, Empresa Veritas, 1913.

<sup>598</sup> *Appêllo...*, p. 15.

partidos Regenerador e Progressista em defesa da causa da Igreja Católica. O Centro Nacional, em 1901, e o Partido Nacionalista, em 1903, procuraram, sem sucesso, mobilizar e unir os católicos para uma intervenção política. Nos termos em que D. Manuel Vieira de Matos colocava a questão, a União Católica não implicava necessariamente uma organização política dos católicos, mas, como veremos, abria caminho à formação de um «ramo político» da União Católica, ideia que legitimará a formação do Centro Católico Português. Embora muito crítico da atitude da República face à Igreja Católica que definia como de «perseguição», o Apelo dissociava a causa católica de uma restauração monárquica, pois os católicos eram chamados a intervir na sociedade respeitando a legalidade vigente, que era a republicana. As tomadas de posição dos bispos respondiam e acompanhavam o dinamismo de uma nova geração de católicos militantes. Em Fevereiro de 1912, estudantes católicos da Universidade de Coimbra revitalizaram o CADC. A 24 e 25 de Abril de 1913, por iniciativa do CADC, realizou-se em Coimbra o I Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas<sup>599</sup>.

Nas eleições parciais de Novembro de 1913, os eleitores votaram para a ocupação de 37 cargos parlamentares deixados vagos no Congresso. Os democráticos conseguiram eleger 33 parlamentares. A reacção a esta vitória reforçou uma vasta coligação anti-Afonso Costa, com implantação no parlamento e na rua. Republicanos moderados, sindicalistas, católicos e monárquicos queriam afastar o líder do PRP do executivo. O governo foi alvo de uma moção de desconfiança subscrita por unionistas e evolucionistas, à qual o Presidente da República acrescentou uma nota crítica. Afonso Costa resistiu, fazendo aprovar uma moção de confiança. Mas deu um passo em falso ao convocar uma manifestação de apoio em Lisboa. Esta foi atacada por civis armados, que, não satisfeitos em desfazer a manifestação, atacaram centros do PRP e a sede do seu jornal, *O Mundo*. Republicanos e sindicalistas participaram numa manifestação a 4 de Fevereiro de 1914 pedindo ao Presidente da República a demissão de Afonso Costa. Este decidiu recuar e abandonou o poder.

Em Fevereiro de 1914, Bernardino Machado formou um executivo de democráticos e independentes e aprovou uma lei de amnistia, votada pelo parlamento a 20 de Fevereiro, que abrangia católicos, sindicalistas e homens da «formiga branca»,

---

<sup>599</sup> *Revista Catholica. Destinada à defesa das verdades christãs, dos direitos e liberdades da Egreja, do Clero e dos princípios sociaes. Muitas vezes abençoada por Leão XIII, de santa memória, e Pio X, Ano XXIII*, Viseu, 17 de Maio 1913, p. 308-310.

permitindo libertar 1200 presos por «crimes políticos»<sup>600</sup>. De 10 de Março a 29 de Junho foi discutida no parlamento, na generalidade, a Lei da Separação do Estado e das Igrejas, concretizando uma intenção expressa no artigo 195.º da lei, o qual previa que o decreto fosse «sujeito à apreciação da próxima Assembleia Constituinte». Foi no âmbito desta discussão que o deputado republicano e padre Casimiro Rodrigues de Sá proferiu uma extensa intervenção sobre o assunto<sup>601</sup>.

#### **4.2. Reservas de um católico face à República e de um cidadão face aos partidos políticos**

Nos primeiros dias da revolução republicana, António Lino Neto desempenhou um papel episódico como advogado da Igreja Católica por causa de uma questão concreta, relacionada com D. Manuel Viera de Matos, o bispo da Guarda que fora vigário-geral do Patriarcado. O seminário da Guarda foi invadido e D. Manuel terá sido mantido incomunicável pelos republicanos durante 13 dias. O cônego Conceição Santos e António Lino Neto serviram de intermediários entre bispo da Guarda e o ministro da Justiça e Cultos, Afonso Costa. Este ter-lhes-á dado garantias de normalização do relacionamento entre o poder republicano e D. Manuel Vieira de Matos<sup>602</sup>.

Em carta a um amigo, o padre Neves Correia, António Lino Neto dava conta das primeiras impressões que a revolução republicana lhe causava e que eram bastante negativas no respeito às relações entre o Estado e a Igreja Católica:

«A Revolução nas suas relações com a Igreja deixou notas trágicas, cujo conhecimento há-de impressionar profundamente. A Separação da Igreja e do Estado e a lei do divórcio são fatais por estes dias. Parte do alto clero tem andado pouco correctamente. A minha convicção é que o nacionalismo faliu e deve falir. Fez alguns males à Igreja, principalmente nas vésperas da Revolução. A história o demonstrará. O *Portugal* creio que desaparece e deve desaparecer. Tem um deficit de 9 contos de reis!

A orientação dos católicos não é a de caminharem para a organização exclusiva de um partido, mas a de concentrarem-se em associações de propaganda doutrinária, de sustentação de jornais para responder aos ataques ao Evangelho, de beneficência, de instrução, etc. Nunca, porém, com intuítos partidários. Politicamente, os católicos devem ir para onde quiserem, com a consciência de não traírem o seu governo. Nada de nacionalismos. Digo-lho do coração, e comigo estão os mais levantados elementos da Igreja, neste momento amargurado. L.N.

---

<sup>600</sup> António José Telo, *A Primeira República I...*, p. 227.

<sup>601</sup> O padre Casimiro Rodrigues de Sá fez, em 29 de Junho de 1914, uma intervenção de fundo sobre a Separação do Estado das Igrejas que se encontra transcrita em Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...* p. 173-242.

<sup>602</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 52.

A Igreja atravessa, é certo, uma crise; mas estou intimamente convencido que vão vir dias mais felizes para ela do que até aqui. Que Deus nos salve a todos e a esta pobre pátria!<sup>603</sup>»

A carta identifica a crise da Igreja Católica em Portugal, não atribuindo as suas causas exclusivamente aos revolucionários republicanos, estendendo-as, em termos infelizmente não especificados ao alto clero e ao nacionalismo católico. É uma análise que esclarece melhor a intervenção de António Lino Neto nos últimos anos da monarquia constitucional do que a sua actuação durante a I República como presidente do Centro Católico Português. O cenário que António Lino Neto traçava para o futuro aproximava-se do que fora a sua prática no período de «acalmção»: articulava a sua militância católica na Obra dos Congressos e a sua participação política num partido constitucional, sem pretender, como o faziam os nacionalistas, que o seu partido era o que melhor defendia a causa católica. Ou seja, a ligação entre a sua pertença religiosa e a sua postura cívico-política realizava-se na sua consciência pessoal, num contexto de pluralismo político dos católicos.

O comentário de António Lino Neto coloca ao historiador a questão da contingência em História. Neste caso, ao contrário do que por vezes parece sugerido, não descortinamos que qualquer determinismo histórico implicasse que a herança do Partido Nacionalista teria de ser reformulada em termos ainda mais confessionais no Centro Católico Português. Outros caminhos eram possíveis e mesmo descortinados pela figura daquele que viria a ser o Presidente do Centro Católico Português. Tentaremos pois compreender por que é que o caminho seguido foi o de organizar os católicos que queriam intervir enquanto tais num «Centro» de cariz partidário e assento parlamentar, e não o de uma distinção entre a acção religiosa e social e uma participação político-partidária diversificada.

A 19 de Dezembro de 1910, António Lino Neto em carta ao padre Neves Correia, pároco de Barbacena, dava conta do ambiente de tensão entre os católicos e a República, mostrava a sua confiança na intervenção de Pio X e das expectativas quanto à Lei da Separação. As apreensões em relação aos efeitos da Lei da Separação na vida do amigo pároco esclarecem os termos em que se colocava uma eventual ruptura entre os católicos e o regime republicano: os padres colados tinham adquirido direitos ao trabalhar durante parte ou toda a vida para o Estado durante a monarquia constitucional.

---

<sup>603</sup> Carta enviada de António Lino Neto para o padre Neves Correia a 26 de Outubro de 1910 in ASC/ENC.



A Lei da Separação vinha regular esses direitos no novo contexto político e jurídico e a expectativa era a de que os reconhecesse:

«Por aqui ainda não há tranquilidade nos ânimos. Correm boatos extraordinários. Deus nos salve esta querida Pátria! Os católicos do Norte têm andado muito bem. O Santo Padre está com os olhos em tudo isto; notícias de pessoas fidedignas dizem-me cuidados dele, que são de uma grande ternura e inteligência pela nossa situação moral

Procure ir-se aguentando aí até aparecer a lei da separação. Não vá, por um simples incidente, perder direitos perante o Estado para toda a vida. Conserve-se aí a todo o transe»<sup>604</sup>.

A 7 de Janeiro de 1911, António Lino Neto informa o pároco de Barbacena dos seus receios de uma Lei da Separação anti-católica e de que os interesses económicos do clero não sejam assegurados, levando a uma ruptura do clero com a República:

«[...] ao que vai correndo, a lei da separação será extremamente opressiva dos católicos; diz-se que estes pagarão renda das igrejas e que todos os bens serão incorporados no Estado. Receio que a Igreja seja obrigada a fazer romper o clero com o Estado. No entanto, meu caro Amigo, logo que tal se dê, procurarei dispor que aqui, ou perto, se lhe arranje uma colocação condigna. Por aí, será certamente impossível a vida; mas, é minha convicção, que o bom clero, geralmente, triunfará, mesmo sob o ponto de vista económico»<sup>605</sup>.

A 18 de Março de 1911, no rescaldo da crise desencadeada pela leitura da Pastoral Colectiva assinada pelos bispos portugueses, António Lino Neto comenta na sua correspondência para o padre Neves Correia:

«A crise religiosa está no seu acume. A Igreja está sofrendo, mas levantar-se-á; é a minha profunda convicção. Os Bispos foram bem na pastoral, mas desautorizaram-na com os factos subsequentes. O que vale é que Deus olha por tudo!»<sup>606</sup>

Esta observação contrasta com uma certa imagem de António Lino Neto como homem da transigência entre Igreja Católica e República. Imagem em que coincidem sectores republicanos e católicos intransigentes, os primeiros valorizando positivamente a imagem, os segundos negativamente. António Lino Neto adere à letra e ao espírito da Pastoral, que muitos indícios mostram resultar menos do consenso entre os bispos portugueses do que de uma política intransigente do Vaticano. Os factos subsequentes que refere e lamenta seriam as atitudes conciliatórias de alguns bispos que, perante a reacção do governo provisório, desobrigaram alguns párocos de ler a pastoral nas missas.

---

<sup>604</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 19 de Dezembro de 1910 in ASC/ENC.

<sup>605</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 7 de Janeiro de 1911 in ASC/ENC.

<sup>606</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 18 de Março de 1911 in ASC/ENC.

Infelizmente para o historiador, há um lapso temporal na correspondência entre António Lino Neto e o padre Neves Correia entre Março e Outubro de 1911. As outras fontes consultadas não nos permitem elucidar quais foram as reacções de António Lino Neto à publicação da Lei da Separação de 1911 e sua discussão na Assembleia Constituinte. Foi um António Lino Neto acintoso e irritado com o primeiro governo constitucional que voltou a escrever ao pároco de Barbacena no Outono de 1911:

«Eu, com a gente do governo, não ando em cheiro de santidade.

Concordo em que procure modificar para melhor a sua situação: não há direito a exigir-lhe mais sacrifícios. A reorganização eclesiástica, porém, far-se-á ainda muito demorada e creio bem que a crise há-de pesar por muito tempo sobre o clero. Algumas dificuldades parece nascerão mesmo da parte de alguns párocos.

[...] A decadência do país é manifesta. Os conspiradores mostram-se levianos e sem espírito de organização: não podem oferecer confiança. Os republicanos, por seu lado, andam extremamente divididos em ódios encarnizados; o espectáculo das discussões parlamentares, no actual momento, tem sido uma verdadeira vergonha nacional: nem dignidade nem patriotismo! Não estamos assistindo a dissoluções de regimes, mas a um liquidar de raça, a um *finis patriae*! Como é triste ver assim o nosso querido Portugal!

Os tempos vão simplesmente para nos isolarmos em família, trabalhando honestamente. Só assim poderemos resistir à onda de desvairamento que parece ter-se apossado de todas as cabeças!»<sup>607</sup>

Os «conspiradores» que não merecem confiança seriam os monárquicos apostados no derrube da República. «Por seu lado», os republicanos estavam divididos, mas António Lino Neto não distinguia entre radicais e moderados. Um ano após a implantação da República, a ideia expressa pelo antigo político progressista e dirigente católico numa primeira reacção à instauração da República - «Politicamente, os católicos devem ir para onde quiserem»<sup>608</sup> - confronta-se com a falta de confiança que lhe merecem quer os partidos republicanos, quer as organizações monárquicas apostadas no derrube da República.

A evolução da «República Velha» vai reforçando esta percepção do panorama político de António Lino Neto. A sua demarcação da vida político-partidária, não só dos partidos existentes, mas da possibilidade de criar outros melhores torna-se mais clara. Em Dezembro de 1913, em pleno governo de Afonso Costa, nem a sua relação pessoal com o chefe do governo, nem a afirmação de uma estratégia autónoma em relação à do PRP dos republicanos liderados por António José de Almeida e Brito Camacho, convencem o académico e advogado da possibilidade de melhorar por via negocial a

---

<sup>607</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia, de 21 de Outubro de 1911 in ASC/ENC.

<sup>608</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia a 26 de Outubro de 1910 in ASC/ENC.

situação da Igreja Católica em Portugal ou de que os partidos políticos constituam meios válidos para encontrar alternativas. Escreve neste período ao seu correspondente de Barbacena:

«A situação religiosa ameaça de agravar-se mais, no dia 26 apareceu um decreto que, aplicado a rigor, trará a proibição quase absoluta do ensino religioso em Portugal. Politicamente, não me interessa a acção dos partidos; estes continuaram as tradições da monarquia».<sup>609</sup>

Esta reflexão transporta e expressa uma certa ambivalência da situação para o meio católico. A esfera política é percebida como desagregadora e socialmente ineficaz, pois a acção dos partidos é identificada com a defesa de interesses particulares. A par do desinteresse de António Lino Neto pela vida partidária, afirma-se o seu empenho em intervir como católico nos termos definidos pela hierarquia eclesiástica. Nas vésperas da elaboração do célebre «Apelo de Santarém», António Lino Neto escreveu ao bispo do Porto, D. António Barroso, a solidarizar-se com ele no contexto do conflito que o opunha ao governo republicano. Quatro dias após a data de assinatura do «Apelo de Santarém», que, como vimos interpelava os católicos a unirem as fileiras para organizarem a acção católica em Portugal, D. António Barroso respondeu-lhe<sup>610</sup>. No contexto de recomposição do movimento católico durante a «República Velha», António Lino Neto emergia como um nome de confiança do episcopado, disponível a desempenhar um papel em termos ainda por definir.

O sentimento de pertença católica de António Lino Neto não definia em termos exclusivos a sua intervenção cívico-política. No mesmo ano do «Apelo de Santarém» foi um dos nomes que integrou a comissão organizadora da União Patriótica. A exposição dos princípios desta «agremiação» foi publicada na primeira página do *Diário de Notícias*, a 20 de Janeiro de 1913. Pereira de Matos, secretário perpétuo da Liga Naval Portuguesa, sintetizou-os do seguinte modo:

«[...] neste movimento, tudo se subordinará à declaração formal de que, fora da política, estará a União ao lado de qualquer governo, em todas as questões que digam respeito à defesa nacional, e, em especial, à integridade do nosso domínio colonial. E assim se corrigirá um pouco a nossa desunião: perante o perigo comum seremos todos portugueses.

---

<sup>609</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia a 31 de Dezembro de 1913 in ASC/ENC.

<sup>610</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/029/01.

Falando em seguida, da resolução do problema nacional, diz que a União procurará determinar-lhe as soluções, à luz de um critério conservador, inspirado numa justa conciliação entre o passado e o futuro.<sup>611</sup>»

O nome de António Lino Neto surgia na comissão organizadora entre outros como Pereira de Matos, Fernando Emídio da Silva, director da Associação Central da Agricultura Portuguesa, José João Sinel de Cordes, oficial do Estado Maior do exército, João Ulrich, vice-governador do Banco Ultramarino, Fernando de Sousa, o célebre publicista católico monárquico, identificado pelo *Diário de Notícias* como engenheiro-director dos Caminhos-de-Ferro.

Em 1913 estavam afastadas as hipóteses de revitalização da herança dos partidos rotativos ou de uma entrada nos novos partidos republicanos e esboçados os caminhos cívico-políticos que António Lino Neto percorreu durante a I República: uma intervenção como católico, sob a orientação do episcopado, e a uma participação em iniciativas nacionalistas. Ambas hipóteses secundarizavam a questão do regime. A autoridade eclesiástica e muitos católicos adoptavam a doutrina papal do *ralliement*. O nacionalismo ideológico embora não partidário, criava consensos entre católicos e republicanos laicos em torno das questões da defesa e da preservação da integridade colonial.

#### **4.3. O concurso para professor catedrático na Escola Politécnica e a projecção pública de António Lino Neto**

Nos primeiros anos do regime republicano, António Lino Neto distancia-se da actividade político-partidária. Organizações católicas em que participara, como a Obra dos Congressos, foram interrompidas num contexto de incertezas e de tensão entre a Igreja Católica e o novo regime. Concentra as suas energias no seu trabalho académico e no exercício da advocacia. As exigências da vida familiar aumentaram com o nascimento do quinto filho, a 19 de Novembro de 1910, Maria Isabel. O afastamento da esfera política, iniciado nos últimos anos da monarquia constitucional não implicava um completo apagamento da esfera pública. Pelo contrário, a imagem pública de António Lino Neto foi reforçada neste período como académico e advogado. Uma peça importante deste processo foi o concurso para a 10.<sup>a</sup> cadeira da Escola Politécnica de Lisboa (Economia Política e Princípios de Direito Administrativo e Comercial), tendo como adversários Afonso Costa, advogado reconhecido em todo o país e ministro da Justiça e Cultos em exercício, e o advogado António Horta Osório. António Lino Neto

---

<sup>611</sup> *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 1913, p. 1.

sabia que não tinha hipóteses de ganhar o concurso. A 19 de Janeiro de 1911, escreveu ao padre Neves Correia: «Em Março há concurso na Escola Politécnica. Vai o Afonso Costa e eu também. Claro que não conto com o lugar, vou apenas por dignidade profissional»<sup>612</sup>.

Os actos académicos tiveram uma enorme projecção pública. A prova decorreu na sala de química e às onze da manhã já se encontravam os arguentes Marnoco e Sousa, Bento Carqueja e Baltasar Osório, além do candidato António Lino Neto e de alguns convidados, entre os quais Caeiro da Matta, visconde de Ribeira Brava, Bernardino Machado, o ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro interino da Justiça, Moreira de Almeida, conhecido jornalista monárquico. Às 11 e 10 foram abertas as portas do anfiteatro<sup>613</sup> e a sala, que comportava 300 pessoas, encheu-se. Quem não conseguiu lugar na sala, ficou nos corredores, onde tentava ouvir as dissertações dos candidatos. Segundo *O Dia*, assistiram ao concurso público mais de 600 pessoas. O governo esteve representado por, além de Bernardino Machado, José Relvas, o ministro das Finanças. O economista Anselmo de Andrade, diversos professores universitários e advogados não identificados também assistiram<sup>614</sup>.

Para o jornalista do *Diário Popular*, António Lino Neto, vestido de casaca, impressionava pela sua «figura insinuante e inteligente; nota-se o contraste entre o cabelo branco e o bigode negro de azeviche. Fala alto, voz clara e vibrante; toma calor na defesa, que resulta brilhante, apesar de constantemente interrompido.//Os arguentes não conseguem abrir brecha na sua cerrada argumentação»<sup>615</sup>. A defesa terminou por volta de um quarto para a uma.

A discussão, só parcialmente conhecida devido a relatos jornalísticos, incidiu, entre outras questões, sobre os melhores termos a utilizar. Marnoco e Sousa preferia o termo de «autarquia» ao de municipalismo. António Lino Neto objectou contra o termo de «autarquia» por falta de tradição em Portugal<sup>616</sup>.

Por volta da uma da tarde, Afonso Costa chegou à Escola Politécnica, de automóvel<sup>617</sup>, e acompanhado de alguns amigos. O líder republicano também se apresentou vestido de casaca «com o sorriso habitual, perfeitamente senhor de si,

---

<sup>612</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia a 19 de Janeiro de 1911 in ASC/ENC.

<sup>613</sup> *Diário Popular*, 16 de Março de 1911, p. 2.

<sup>614</sup> *O Dia*, 16 de Março de 1911, p. 1.

<sup>615</sup> *Diário Popular*, 16 de Março de 1911, p. 2.

<sup>616</sup> *Diário Popular*, 16 de Março de 1911, p. 2.

<sup>617</sup> *O Dia*, 16 de Março de 1911, p. 1.

saudando o auditório. A sua defeza resultou também brilhante»<sup>618</sup>. Afonso Costa apresentou a concurso um estudo sobre emigração portuguesa. A prova terminou às duas e meia.

As provas continuaram a 21 de Março, dia em que Lino Neto e Afonso Costa proferiram lições orais, o primeiro falando sobre bancos coloniais e focando em especial o caso do Banco Ultramarino. O jornalista de *O Século* comentou: «Finda a sua lição, cada um dos concorrentes respondeu às objecções dos examinadores com uma grande segurança do assumpto, tendo sido de um grande interesse toda a discussão, pelo que tanto o sr. Lino Netto como o sr. dr. Affonso Costa foram muito cumprimentados»<sup>619</sup>.

A 25 de Março ambos os candidatos a concurso proferiram a segunda e última lição. A de Lino Neto versou sobre *Responsabilidade do Estado e das comunas pelos prejuízos causados pela perturbação da ordem pública*. Segundo o relato de *O Século*, António Lino Neto começou por definir o conceito de responsabilidade a partir das disposições do Código Civil e caracterizou o Estado como «o governo da maioria.» Defendeu que era mais rigoroso usar o conceito de município do que o de comuna. António Lino Neto defendeu que o Estado podia ser responsabilizado, pagando indemnizações, por perturbações da ordem pública. Entre as perturbações da ordem pública incluía as greves, que descreveu como uma «luta, sempre deplorável, de classes.» Condenou o sindicalismo dos funcionários públicos. Rematou as suas reflexões declarando que «A exigência de responsabilidade ao Estado pelos prejuízos causados pelas perturbações de ordem pública é uma doutrina eminentemente liberal, pois é ella a garantia do espírito democrático do governo»<sup>620</sup>. Ao terminar a sua exposição, «a assistência pronuncia-se com uma salva de palmas»<sup>621</sup>.

Esta intervenção, que, infelizmente, só conhecemos por via indirecta, através de um relato jornalístico nunca desmentido, merece alguns comentários sobre a questão que serve de fio condutor a esta tese, a da «crise do liberalismo» e do posicionamento de António Lino Neto neste contexto. A lição visava responder a uma questão premente em 1911: a dificuldade do Estado liberal em manter a «ordem pública» face aos conflitos sociais que se traduziam, entre outras manifestações, em greves organizadas por sindicatos. Face a este problema, António Lino Neto não teoriza um Estado que

---

<sup>618</sup> *Diário Popular*, Lisboa, 16 de Março de 1911, p. 2.

<sup>619</sup> *O Século*, 22 de Março de 1911, p. 2.

<sup>620</sup> *O Século*, 26 de Março de 1911, p. 1.

<sup>621</sup> *O Século*, 26 de Março de 1911, p. 1.

rompa com a tradição liberal, pelo contrário, tenta fundamentar a sua posição na doutrina do liberalismo, mas reforçando uma prática elitista do poder, que procura conter as reivindicações dos trabalhadores organizados em sindicatos e que era genericamente assumida ao tempo quer pela tradição monárquica constitucional, quer pelos republicanos. Se as ideias de Lino Neto acerca das relações entre Estado e Igreja Católica o colocavam em conflito com o poder republicano e o movimento laicista, a sua defesa de um Estado que, sem romper com o passado, dava prioridade à manutenção da ordem pública, encontrava apoio entre as elites representadas no auditório.

O terceiro candidato do concurso, António Horta Osório, concorreu com uma tese que saiu depois em livro, *Matemática na Economia Pura*, um trabalho actualmente muito valorizado pelos historiadores de teoria económica pela utilização pioneira dos métodos matemáticos na disciplina da Economia.

Para os jornalistas da época, Afonso Costa e António Lino Neto foram os protagonistas de um acontecimento mediático. *O Século*, logo a 15 de Março, publicou uma fotografia na primeira página com a legenda «Os concorrentes tirando à sorte a ordem por que devem prestar as provas». *O Dia*, jornal monárquico, publicou uma notícia na primeira página a 16 de Março. No dia seguinte, *A República* noticiava o acontecimento na primeira página ilustrado com duas fotografias legendadas: «O Sr. Dr. Affonso Costa tirando apontamentos» e «Alumnos da Escola aguardando os concorrentes». A 22 de Março o *Diário de Notícias* noticiou as provas, de forma resumida, na primeira página e *O Mundo* na segunda página. A 25 de Março *O Dia* publicou na primeira página um excerto da tese de António Lino Neto. A 26 de Março, *O Século* voltou a noticiar o concurso na primeira página ilustrando o texto com duas fotografias: António Lino Neto sentado e Afonso Costa a andar na rua, com chapéu alto posto e bengala. A escolha das fotografias implicava uma visão das figuras de acordo com a posição republicana do jornal: sentado, António Lino Neto transmitia uma imagem de respeitabilidade e conservadorismo. A andar na rua, bem vestido, Afonso Costa aparecia como um homem de acção e um respeitável burguês.

A 5 de Abril *O Século* publicou na primeira página fotografias dos três candidatos, com legendas. A ordem das imagens, da esquerda para a direita, era António Lino Neto, Afonso Costa e António Horta Osório. Os três foram classificados igualmente em mérito absoluto. Afonso Costa foi aprovado por unanimidade dos votos

em mérito relativo<sup>622</sup>. Apesar de não ter ganho o concurso, a imagem pública de António Lino Neto foi projectada ao ser colocada quase ao mesmo nível do político que dividia a sociedade portuguesa, Afonso Costa.

O trabalho de António Lino Neto foi publicado em livro<sup>623</sup> como o segundo volume dos «Estudos de Renascença Nacional» iniciados pela *Questão Agrária*. Por debaixo do nome do autor foi impressa a designação de «lente catedrático do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa» e «licenciado em Direito». A tese geral do professor de Economia Política era de que os municípios portugueses deviam ser reorganizados adaptando aos tempos modernos as tradições medievais portuguesas interrompidas pela renascença e pelas revoluções constitucionais oitocentistas<sup>624</sup>. Quando a tese foi defendida, o regime republicano ainda não tinha procedido a uma reorganização administrativa nem definira de forma clara a orientação de uma reforma administrativa. Após a revolução republicana fora readoptado o código administrativo de 1878. Só a 7 de Agosto de 1913 foi promulgado um código administrativo elaborado pelo poder republicano que articulava disposições das leis monárquicas de 1878 e de 1895-96 com novas disposições. José Tengarrinha sublinhou algumas inovações administrativas republicanas: distinção entre poder deliberativo e poder executivo a nível municipal; formação das Juntas Gerais de Distrito por procuradores eleitos pelos municípios; recurso ao referendo em determinadas situações; valorização da figura do governador civil. O distrito era a instância de ligação entre o poder central e local, possibilitando um maior distanciamento de clientelas de base local<sup>625</sup>.

O livro de António Lino Neto encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira dedicada ao municipalismo medieval. De forma paradoxal para quem defende a retoma de tradições medievais, o autor começa por defender a ideia de progresso, apropriando-se de uma das ideias mais mobilizadoras do século XIX: «A humanidade caminha sempre de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento; parece às vezes recuar, mas

---

<sup>622</sup> *O Século*, 5 de Abril, p. 1.

<sup>623</sup> A obra foi objecto de uma análise muito sintética por João Miguel Almeida in CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 35-37. Marco Silva, no livro baseado na sua dissertação de mestrado em Ciência Política, procede a outra análise (Marco Silva, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto...*, p. 143-180.

<sup>624</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, Lisboa, Aillaud, Alves, Bastos & C.<sup>a</sup>, 1911, p. 6.

<sup>625</sup> José Tengarrinha, «Poder Municipal/Poder Central: Do Liberalismo à República» in Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.) *O Municipalismo em Portugal: 500 anos dos Forais Manuelinos do Algarve*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2007, p. 178-179; Marco Silva, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto...* p. 154.



para logo dar um salto maior ou para melhor se assegurar d'uma situação adquirida.»<sup>626</sup> A solução deste paradoxo é sugerida pela ideia de que a Idade Média foi o período em que mais se combinou o progresso social com a felicidade individual. Na Idade Média, António Lino Neto não vê uma «Idade das Trevas», mas o reconhecimento das modernas liberdades na Magna Carta, a emergência do povo como terceiro Estado e personalidade de direito público, as descobertas de Roger Bacon, o nascimento das nacionalidades europeias<sup>627</sup>. A renascença e as revoluções liberais desviaram, segundo o autor, a evolução das instituições sociais da sua «linha progressiva». António Lino Neto cita os positivistas Augusto Comte e Teófilo Braga para fundamentar a sua crítica à renascença e o liberal Alexandre Herculano nos elogios que tece à Idade Média como período modelar<sup>628</sup>. Considera um erro a transposição para Portugal do modelo administrativo saído da Revolução Francesa. Para evidenciar a falta de senso do método, lembra que La Fayette considerou a hipótese de adaptar a França o modelo das instituições administrativas locais da Península Ibérica<sup>629</sup>. Esta legitimação histórica por António Lino Neto do seu projecto municipalista insere-se numa tendência que Fernando Catroga identificou: «Durante o século XIX e primeiras décadas de Novecentos, nas várias concepções sobre a sociedade subjacentes à defesa do descentralismo, encontra-se esta atitude comum: a recusa das teorias contratualistas e a invocação de teses jusnaturalistas e de pendor histórico (ou de ambas) para justificar a autonomia administrativa e política das circunscrições intermédias, apresentadas, simultaneamente, como reacção e como alternativa perante o impulso uniformizador do novo Estado»<sup>630</sup>.

A inspiração de António Lino Neto para responder à questão social criada pelo liberalismo é assumidamente a Doutrina Social da Igreja exposta nas encíclicas, de Leão XIII, *Rerum Novarum*, de 1891, e *Graves de communi*<sup>631</sup>, de 1901, e na encíclica, de Pio

<sup>626</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 12.

<sup>627</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 13.

<sup>628</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 13-15.

<sup>629</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 20-21.

<sup>630</sup> Fernando Catroga, «Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo. Da Revolução Liberal ao Estado Novo» in F. Ribeiro da Silva, M. Antonieta Cruz, J. Martins Ribeiro, H. Osswald, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 409. Neste estudo, Fernando Catroga considera que António Lino Neto em *A Questão Administrativa* «fez uma bem informada retrospectiva» sobre o uso da justificação historicista das teses municipalistas. Catroga inclui António Lino Neto numa tendência, da qual também fazem parte Gama de Castro, António Sardinha e Pequito Rebelo, para quem o municipalismo segue um modelo «restauracionista», de cariz tradicionalista ou nacionalista, que visa anular as transformações liberais (Fernando Catroga, «Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo...», p. 414-415).

<sup>631</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 28.

X, *Motu próprio*, de 1905, além do pensamento social católico diferenciado de figuras como Mun e Tour du Pin em França e de Von Ketteller, arcebispo de Mogúncia, na Alemanha<sup>632</sup>.

O municipalismo é exposto como um aspecto de uma corrente mais geral de regresso às tradições medievais. O autor prefere a palavra «municipalismo» a «descentralização administrativa», «administração local» ou «autarquia». Define municipalismo como:

«[...] o conjunto de todas as organizações locais que têm como função administrar os interesses das respectivas circunscrições territoriais, mais ou menos determinadas, e segundo formas de indicação dos seus próprios habitantes. De *municipalismo* costuma igualmente designar-se a tendência para reconhecer ou instituir aquelas organizações»<sup>633</sup>.

O facto de associar o municipalismo a um retomar de tradições medievais interrompidas pelo liberalismo não impede António Lino Neto de citar o elogio do liberal Tocqueville ao municipalismo em *De la Democratie en Amérique*<sup>634</sup>. Na tradição política liberal havia posições teóricas diferenciadas acerca do binómio centralização/descentralização e dos problemas colocados pelo municipalismo que não são explicitadas e analisadas em *A Questão Administrativa*. O panorama intelectual e político português fora marcado em meados do século XIX por uma polémica entre duas referências de correntes divergentes do liberalismo: Lopes de Mendonça, situado na esquerda liberal, que considerava a centralização administrativa um meio indispensável para alcançar o desenvolvimento económico; e Alexandre Herculano, um liberal conservador, que defendia a descentralização e a organização municipalista<sup>635</sup>.

Ao indicar as referências intelectuais e político-partidárias portuguesas, o autor em análise cita os liberais românticos Herculano e Garrett como personalidades que indicaram a Idade Média como fonte de inspiração da reorganização administrativa local, e os partidos legitimista e republicano os quais, partindo de fontes ideológicas

---

<sup>632</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 27.

<sup>633</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...*, p. 48.

<sup>634</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 49. Fernando Catroga sublinha a tendência entre os municipalistas portugueses para citar Tocqueville. A sua ideia de que o municipalismo «parece ter saído das mãos de Deus», citada por Herculano no volume IV da *História de Portugal*, é repetida por intelectuais tão diferentes como José Félix Nogueira, Manuel Emídio Garcia, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila e António Sardinha (Cf. Fernando Catroga, «Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo...», p. 409).

<sup>635</sup> José Tengarrinha, «Poder Municipal/Poder Central: do Liberalismo à República»..., p. 175. Seguimos a caracterização deste autor de Lopes de Mendonça e de Alexandre Herculano como representantes, respectivamente, da «esquerda liberal» e dos «liberais conservadores».

opostas, convergiam na defesa do municipalismo<sup>636</sup>. Também o programa do Partido Nacionalista pretendia «restaurar a vida municipal»<sup>637</sup>, os partidos rotativos prometiam a descentralização administrativa<sup>638</sup> e o Partido Socialista acrescentava a fórmula «completa autonomia municipal»<sup>639</sup>. Este panorama justificava o comentário irónico: «n'um paíz em que se discute largamente centralização e descentralização, ninguém é no campo doutrinal pela centralização!»<sup>640</sup>. De entre os teóricos republicanos, dá especial destaque a J. Felix Henriques Nogueira e ao seu «utilíssimo livro» *O município no século XIX*<sup>641</sup>. O municipalismo deste ideólogo republicano foi sintetizado por Vítor Neto em termos em que é clara a dívida de António Lino Neto para com este autor: «O município, que era também uma unidade económica (agricultura, indústria, comércio) e uma unidade moral (relações de vizinhança e parentesco), encontrava a sua base sociológica nos pequenos e médio proprietários agrícolas e industriais associados entre si (socialização das relações humanas)»<sup>642</sup>.

Alexandre Herculano é o autor de referência de António Lino Neto na exposição da organização municipal portuguesa na Idade Média, remetendo para o quarto volume da sua *História de Portugal*, para um conhecimento mais minucioso assunto<sup>643</sup>, que deve ser complementado pela leitura da *História da Administração Pública em Portugal* de Gama Barros e a *História dos Juízes Ordinários e de Paz* do próprio Lino Neto.

A posição de António Lino Neto, porém, não identifica de modo simplista municipalismo com o consenso descentralista. Na segunda parte do livro, dedicada ao «municipalismo actual», esclarece:

«Um conjunto de instituições administrativas, verdadeiramente liberaes, reclama não só critérios e princípios de descentralização, mas também critérios e princípios de centralização.

A centralização e a descentralização são apenas duas tendências, que carecem de ser combinadas conforme as circunstâncias, e, como taes, o que é preciso é investigar os limites em que se deve conter uma e outra, a fim de que ambas concordem n'uma bella harmonia para o todo social que se deseja mantido»<sup>644</sup>.

---

<sup>636</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 54.

<sup>637</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 58.

<sup>638</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 127.

<sup>639</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 127.

<sup>640</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 130.

<sup>641</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 56.

<sup>642</sup> Vítor Neto, «Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira»..., p. 767.

<sup>643</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 61.

<sup>644</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa*... p. 128.

Seguindo Almeida Garrett, António Lino Neto considera como o factor mais negativo para a vitalidade municipal a introdução, pela Carta Constitucional, da figura do provedor de concelho, posteriormente denominado administrador<sup>645</sup>. Uma das «causas da decadência» municipal é comum à administração pública em geral: a prolixidade das leis, que geram interpretações contraditórias, tendência que não se inverteu com a instauração da República<sup>646</sup>. Como causas específicas da falta de vitalidade municipal, o autor indica a revisão frequente dos limites das circunscrições municipais, a desmunicipalização de serviços públicos. No entanto, mostra-se optimista em relação ao futuro do municipalismo considerando que a tendência das cidades mais cosmopolitas de municipalizar os serviços de água, gás, electricidade, eléctricos, chegará a Portugal. De entre os autores que reflectiam sobre as diversas questões do municipalismo, António Lino Neto destaca Luigi Enaudi, que publicou, em 1898, *La municipalisation du sol dans les grandes villes*. Em Portugal, o interesse pelo municipalismo não se expressava só nos programas de todos os partidos, mas também se concretizou na realização do 1.º congresso municipal, em Lisboa em Abril de 1909, e no 2.º congresso municipal, no Porto, em Junho de 1910. Em Fevereiro de 1911 a capital acolheu o «congresso dos médicos municipais»<sup>647</sup>.

A terceira e última parte do livro é dedicada ao «municipalismo novo», ou seja, para o autor, do futuro. Para António Lino Neto, os tipos ideais de concelhos eram dois: o concelho urbano e o concelho-freguesia rural. O «primeiro abarcando um grande agglomerado de população e tendo como limites territoriaes as linhas do seu perímetro e o segundo compreendendo a população dispersa da área de cada freguesia rural e correspondendo nos seus limites territoriaes precisamente aos limites d'ella»<sup>648</sup>. Dada a dificuldade de concretização do concelho-freguesia rural, propunha a criação de um tipo de concelho provisório: o concelho de freguesias rurais convizinhas. «A respectiva área deve ser muito mais extensa que a média da de cada um dos concelhos actuaes, para que se possa encontrar mais facilmente gente que oriente a sua administração e custe menos o seu pessoal burocrático»<sup>649</sup>. Os concelhos deviam possuir amplos poderes e estar sujeitos a extensa regulamentação. Nos concelhos das freguesias rurais devia haver um grande poder de iniciativas com um mínimo de regulamentação. Nos concelhos das

---

<sup>645</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 82.

<sup>646</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 87.

<sup>647</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 149-150.

<sup>648</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 167

<sup>649</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 169.

freguesias rurais convizinhas a regulamentação devia ser a necessária para «garantir uma equitativa aplicação de receitas a todas as freguezias annexas»<sup>650</sup>. Num nível administrativo acima dos concelhos devia haver as províncias e no topo da hierarquia municipal, um Conselho Superior Municipal<sup>651</sup>.

Os municípios deviam exercer funções até então atribuídas ao Estado e novas funções. Entre as primeiras estariam a organização e revisão do cadastro predial, a instrução primária para os concelhos e a instrução secundária para as províncias. Nas segundas, a exploração de indústrias que deveriam ser da iniciativa privada, mas que esta se mostrasse incapaz de providenciar, como as indústrias tradicionais, a socialização parcial dos solos «para assegurar trabalho socialmente útil às classes inferiores» e certos monopólios de facto, como as águas minerais<sup>652</sup>.

António Lino Neto defende o recurso ao instrumento do referendo para sujeitar algumas deliberações municipais à aprovação dos munícipes<sup>653</sup>. O municipalismo é, para ele, um meio de prevenir a tentação do Estado português «se intrometer até às mais pequenas coisas, na vida social»<sup>654</sup>, abafando o desenvolvimento das energias locais. Um dos efeitos nefastos da influência do Estado na vida social, segundo o autor, foi a criação da «política profissional.»<sup>655</sup> O autor terça armas contra a politização dos cargos administrativos, defendendo o provimento por concurso público desses lugares<sup>656</sup>. Não considerando a profissionalização e a corrupção política, males especificamente portugueses, é sua convicção de que a situação em Portugal é pior do que nos Estados Unidos ou no Reino Unido:

«N’aquelles povos há a amparar todas as consciências, no meio do tumultuar das paixões e acima d’ellas, a justiça das suas instituições, a inflexibilidade moral dos seus funcionarios; os cargos lá não se dão como prémios de serviços partidários, mas como conquista de merecimentos realmente demonstrados; lá não se vêem indivíduos seguindo e fazendo política como um modo de vida industrioso»<sup>657</sup>.

A «questão religiosa» ou, pelo menos, uma parte dela merece-lhe algumas linhas de comentário:

---

<sup>650</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 170.

<sup>651</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 171-172.

<sup>652</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 177.

<sup>653</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 206.

<sup>654</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 212.

<sup>655</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 214.

<sup>656</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 217-222.

<sup>657</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 216.

«A história demonstra que a eliminação radical das congregações religiosas nunca tem sido atingida em paiz algum; pois, em vez da sua regularização, embora com as mais apertadas restricções, os partidos impozeram a sua eliminação pura e simples, como o já haviam feito mediante António Augusto de Aguiar e em parte, mais anteriormente o Marquez de Pombal. D'este modo, a não desmentir-se a história, novos rebentos d'ellas surgirão porventura na primeira oportunidade, repetindo estados de conflicto»<sup>658</sup>.

Foi portanto como académico que António Lino Neto interveio sobre a «questão religiosa» criada pela «República Velha», num período em que, encontrando-se a vida política polarizada entre republicanos radicais e conspiradores monárquicos, a sua margem de intervenção político-partidária era muito reduzida. Feita já depois da expulsão dos jesuítas e antes da publicação e debate na Assembleia Constituinte sobre a Lei da Separação do Estado e das Igrejas, a declaração criticava aspectos da «política religiosa» já adoptada e argumentava a favor do princípio da «regularização» em alternativa ao princípio da «eliminação» com a ideia de evitar conflitos futuros. A argumentação, como já vimos, alcançava algum efeito junto de sectores republicanos mais moderados, mas não na linha laicista que apoiava Afonso Costa.

O livro sobre *A Questão Administrativa* concluía com um comentário à revolução republicana:

«Restava o segundo remédio [o primeiro fora o fim do rotativismo tentado por João Franco], que veio, naturalmente, como resultante da inutilidade do primeiro, pela revolução de 5 de outubro ultimo, impondo a mudança da forma de governo para a republica. Uma vantagem teve, e foi a de tombar uma oligarquia retrogada dominante. Mas não é tudo. Torna-se necessário agora evitar que outra se constitua e se organize dentro do novo regímen; ingenuidade seria confiar a emenda dos nossos defeitos políticos d'uma simples mudança de forma de governo; basta olhar, a fim de o reconhecer, para as republicas da América Central»<sup>659</sup>.

A palavra «oligarquia» empregue neste contexto reflecte o sentido particular que possui no pensamento de António Lino Neto, um sentido que já se encontrava em textos de Oliveira Martins: o predomínio da capital sobre a província. O municipalismo seria portanto o meio de acabar com este predomínio e, tal como formulado em *A Questão Administrativa*, seria também capaz de fornecer respostas à «questão social». Apesar das reservas face à República recém-implantada e dos diferendos quanto à «questão religiosa», uma mística nacionalista e colonialista constituía um «terreno comum» entre este católico formado na política rotativa da monarquia constitucional e os republicanos:

---

<sup>658</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 230.

<sup>659</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 232.

«O melhor meio de subtrahir-nos à nefasta influencia da política profissional é fazer que Lisboa, em vez de ser o que tem sido, a capital d'um paiz tutelado, e o sorvedouro insaciável das duas forças, passe a ser a capital d'uma grande patria livre, d'um vasto império social com toda a sua extensa soberania ultramarina»<sup>660</sup>.

O municipalismo seria uma organização administrativa favorável a um sentido de democracia cristã corrente na época – não o que se afirmou na Europa ocidental do pós Segunda Grande Guerra, de representação de um eleitorado identificado com os valores cristãos e a Doutrina Social da Igreja no contexto de um sufrágio universal-, mas o sentido em que é empregue por alguns intelectuais democratas-cristãos do início do século XX, de «ascensão das classes populares»: «Pelo municipalismo se enobreceram os pobres e oprimidos villões medievais: elevem-se egualmente por elle os modernos proletários á alta condição de cidadãos conscientes»<sup>661</sup>.

O facto de não ter ganho o concurso contra Afonso Costa, não impediu a evolução da actividade docente de António Lino Neto. O Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde era professor, foi extinto a 31 de Julho de 1911. Nessa ocasião transitou como docente para a Escola Politécnica, que esteve na origem do Instituto Superior Técnico. Em 1913 tornou-se professor de Economia Política no novo Instituto de Ciências Económicas e Financeiras.

Durante o segundo governo constitucional, presidido por Augusto de Vasconcelos, António Lino Neto foi um dos advogados, juntamente com Bernardo Lucas e João Catanho de Menezes, a presidir aos exames de Direito na Faculdade de Coimbra. A escolha do júri pelo ministro do Interior, Silvestre Falcão, publicada no *Diário de Governo*, serviu de pretexto para um duro ataque ao governo do jornal *O Mundo*, a 11 de Junho de 1912, em que Lino Neto era particularmente visado, como exemplo expressivo «do jesuíta, não olhando ninguém de frente, e tendo quasi sempre os olhos no chão». O ataque a António Lino Neto envolvia o ministro do Interior:

«[António Lino Neto] Trata-se, com efeito, não apenas de um beato, mas de um ferrenho reaccionário.

Pois foi este advogado que o sr. Silvestre Falcão foi escolher para presidir aos exames na Universidade de Coimbra. Numa cidade onde há tantos advogados republicanos competentes para aquella missão, o desastrado sr. ministro do interior foi escolher um monarchico que não pode ver a República, e que demais a mais foi reprovado para professor da Universidade!»<sup>662</sup>

---

<sup>660</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 232.

<sup>661</sup> António Lino Netto, *A Questão Administrativa...* p. 233.

<sup>662</sup> *O Mundo*, 11 de Junho de 1912.

O jornal monárquico *O Dia* veio em defesa de António Lino Neto, mostrando como esta figura era vista no meio católico e pelo menos em parte do meio monárquico, com o qual continuava a ser conotado:

«[...] *O Mundo*, decerto por *esquecimento*, não disse que o sr. dr. António Lino Netto é um ilustrado e competentíssimo professor de Economia política no Instituto Superior Technico e entrou, por concurso brilhante, no magistério superior. [...]

E, se o sr. dr. António Lino Netto não mudou de crenças e de convicções, isso só o exalta e o impõe ao respeito geral»<sup>663</sup>.

Por muito relevante que fosse a questão das relações entre Estado e Igreja Católica para os republicanos e para Lino Neto e apesar das grandes divergências entre ele e o governo de Afonso Costa nesta matéria, outras políticas públicas suscitaram a aprovação do professor e advogado católico. As imagens de António Lino Neto no meio republicano eram plurais e, até certo ponto, contraditórias – ele não era apenas a personalidade identificada com a defesa dos direitos e interesses da Igreja Católica, mas também o académico prestigiado cuja palavra sobre questões sociais e económicas devia ser escutada.

Em Junho de 1913, António Lino Neto foi entrevistado pelo jornal republicano *O Século* sobre a proposta de lei de 26 de Maio do ministro de Fomento de Afonso Costa, António Maria da Silva, acerca do crédito agrícola e da mutualidade agrária obrigatória, que criava pensões para a velhice dos trabalhadores rurais. A entrevista foi transcrita na primeira página de *O Distrito de Portalegre* de 25 de Junho de 1913, depois de, em primeira página de 22 de Junho, ser anunciada a publicação futura da peça jornalística. António Lino Neto é «uma das figuras de mais valor no nosso professorado, como igualmente o é no foro português e nas questões económicas, ao estudo das quaes tem dedicado todo o seu esforço e inteligência»<sup>664</sup>.

O entrevistado apresenta os seus argumentos a favor da proposta:

«Dois factos a impuzeram logo ao meu apreço: o consagrar, aperfeiçoando-a, uma das mais excelentes instituições económicas, como é a do crédito agrícola, fugindo assim ao mau sestro, tão nosso, de só fazer em política o que pareça originalidade; e o iniciar, dum modo geral, a favor das classes trabalhadoras, o régimen da mutualidade obrigatória integrando-a num organismo já creado, o que é sempre uma condição de mais segura viabilidade».<sup>665</sup>

---

<sup>663</sup> *O Dia*, 11 de Junho de 1912, p. 1

<sup>664</sup> *O Distrito de Portalegre*, 25 de Junho de 1913, p. 1.

<sup>665</sup> *O Distrito de Portalegre*, 25 de Junho de 1913, p. 1.



Para António Lino Neto, Portugal devia seguir o exemplo, em matéria de seguros sociais, da Inglaterra, da Alemanha e da França. Questionado sobre se aquele seria o momento mais oportuno para avançar este tipo de medidas, responde:

«A oportunidade parece-me que não pode ser melhor. O decreto com força de lei de 6 de Dezembro de 1910 despertou o movimento das greves ruraes, antes desconhecido em Portugal; a emigração crescente da população determinou, por seu turno, uma sensível falta de braços; os salários subiram, por isso, notavelmente. Não é, pois, de mais que se aproveite parte desse aumento em benefício direto dos trabalhadores do campo e indereto [sic] da segurança social. Impõe-se também, por outro lado, a conveniência política de medidas complementares e de reforço. Estaria neste caso a que se limitasse a liberdade de venda de álcool, que em nenhum paiz culto se apresenta tão ampla como em Portugal e que tão nefasta em consequências tem sido para a nossa população trabalhadora, absorvendo-lhe uma grande parte dos seus salários».<sup>666</sup>

Esta declaração contribui para esclarecer a lição de António Lino Neto a 25 de Março de 1911, na qual, como vimos, condenava as greves como manifestação da «luta de classes». O Estado devia prevenir as «perturbações de ordem pública» com origem em conflitos sociais, intervindo em matéria social, nomeadamente implementando seguros obrigatórios. Outro campo de intervenção do Estado seria o da prevenção de fenómenos como o alcoolismo, restringindo a venda do álcool. Ou seja, o Estado abstencionista herdado do século XIX devia transformar-se num Estado mais interveniente, que oferecesse protecção social e zelasse pela saúde pública dos cidadãos.

Esta reformulação do papel do Estado era pensada num quadro mental influenciado pelos ideais positivistas e utópicos do século XIX, correspondendo também a um marco de reflexão do cristianismo social:

«Há, pois, que apelar, a favor das classes trabalhadoras e do progresso social do paiz, para a obrigatoriedade mutualista. Corresponde ela neste momento em Portugal, como em todos os paizes cultos, a um despertar largo de aspirações de reformas sociaes pelo seguro – tão largo que parece já um anúncio do período de *garantismo* que Fourier um dia, na grandeza do seu génio sonhou para bem da humanidade».<sup>667</sup>

#### **4.4. O advogado de causas cívicas**

A advocacia era, no início do século XX, exercida por uma elite social e constituía uma oportunidade de manter um nível de vida elevado. O prestígio de António Lino Neto como advogado não se reduzia ao de um profissional bem sucedido. Algumas das causas que defendeu tiveram impacto na opinião pública devido às questões cívicas, sociais e políticas que envolviam.

---

<sup>666</sup> *O Districto de Portalegre*, 25 de Junho de 1913, p. 1.

<sup>667</sup> *O Districto de Portalegre*, 25 de Junho de 1913, p. 1.

Em 1913 defendeu o cônego José de Oliveira, um de seis acusados de actividade contra a República. O jornal legitimista *A Nação* referiu-se a António Lino Neto como o «ilustre causídico» e sublinhou que no discurso de defesa aludiu às posições do Presidente da República e de António José de Almeida a favor de uma amnistia política e da «reconciliação» dos portugueses<sup>668</sup>.

A causa mais célebre de António Lino Neto foi o chamado «caso de Barbacena»<sup>669</sup>, sobre o qual editou dois opúsculos: em 1910 - *As Terras de Barbacena. Grave Questão de Ordem Social e de Direito Administrativo: Allegações Jurídicas da respectiva Junta de Parochia como Ré na Comarca de Elvas*<sup>670</sup> e outro em 1914 - *As Terras de Barbacena: a herdade da serra: minuta do recurso de revista da respectiva Junta da Parochia*<sup>671</sup>.

Barbacena é uma freguesia do concelho de Elvas, que recebeu o primeiro foral em 1273. Há registos desde o século XVIII de levantamentos populares reivindicando o direito de usar os logradouros e pastagens de terras dos donatários. Desde 1895, Alfredo de Andrade, neto de um capitalista que enriquecera com negócios em África e no Brasil, e arquitecto a residir e a trabalhar em Génova, decidira alargar o património familiar comprando propriedades aos herdeiros do condado de Barbacena. Alfredo de Andrade pretendia explorar as suas terras, que em 1905 abrangiam cerca de quatro mil hectares, seguindo os métodos e os critérios de uma moderna exploração capitalista. Os seus interesses foram defendidos por seu filho, Rui de Andrade, formado em Agronomia em Itália, e pelo regente agrícola da casa, Filipe de Jesus. O pároco de Barbacena, de acordo com o Código Administrativo de 1896 devia exercer o cargo de presidente da Junta paroquial e detinha poderes de administração de bens eclesiais e dos imóveis comunitários. Desempenhou o papel de intermediário nas negociações entre o novo proprietário e o povo que pretendia continuar a exercer os direitos adquiridos e reconhecidos de utilização das terras. Em Outubro de 1906 chegou a Barbacena um novo pároco, o padre Neves Correia. No ano seguinte, em Janeiro, distribuiu as courelas

---

<sup>668</sup> *A Nação*, 9 de Janeiro de 1913, p. 2.

<sup>669</sup> O tema foi objecto de uma monografia que o leitor interessado em aprofundar o assunto deve consultar: Margarida Sérvulo Correia, *O Caso de Barbacena...*

<sup>670</sup> *As Terras de Barbacena. Grave Questão de Ordem Social e de Direito Administrativo: Allegações Jurídicas da respectiva Junta de Parochia como Ré na Comarca de Elvas*, Lisboa, Typ. A Editora, 1910. Este opúsculo está transcrito e anotado em João Miguel Almeida e Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto: Perfil de uma Intervenção Pública...*, p. 277-293.

<sup>671</sup> *As Terras de Barbacena: a herdade da serra: minuta do recurso de revista da respectiva Junta da Parochia*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1914.

de pastagem da herdade de Campos pelos chefes de família de Barbacena e apelou por escrito à generosidade dos novos proprietários, não obtendo resposta. Contratou António Lino Neto para tratar das questões administrativas e judiciais da paróquia. Lino Neto comprometeu-se com o pároco em patrocinar a causa de Barbacena em Abril de 1907 e a partir de 1908 foi seu patrono<sup>672</sup>.

O conflito ficou patente em Janeiro de 1909, quando Rui Andrade informou a Junta que não reconhecia à administração da paróquia ou ao povo de Barbacena quaisquer direitos sobre as terras do pai e os seareiros, com o conhecimento e aprovação do pároco, prosseguiram os seus trabalhos de lavoura. Em edital afixado a 7 de Outubro o padre Neves Correia anunciou a distribuição por courelas de pastagens em propriedade do arquitecto a viver em Génova. A família Andrade lutou no tribunal de Elvas pelo reconhecimento pleno das suas propriedades. Uma tentativa de acordo por iniciativa do proprietário, que previa a distribuição de 400 courelas de meio hectare mediante o pagamento de um foro anual de 300 réis, falhou. O diferendo continuou nos tribunais e possuía ligações ao meio político: Alfredo Andrade e a mulher frequentavam a corte e Rui de Andrade foi deputado franquista. O proprietário obteve do tribunal de primeira instância uma sentença favorável à sua posição.

Após a implantação da República, o padre Neves Correia foi obrigado a deixar a Presidência da Junta Paroquial de Barbacena e a sua última decisão sobre a distribuição de courelas na Folha da Serra, um terreno da família Andrade, foi anulada. O pároco de Barbacena tornou-se conselheiro da junta republicana e intermediário entre ela e o seu advogado, António Lino Neto. Em Março de 1911, o conflito adquiriu contornos violentos. Rui de Andrade agendou com o administrador do concelho e o juiz da comarca a restituição da terra em uso pelos seareiros. Segundo a versão da GNR, contestada por Rui de Andrade e aceite pelos jurados e pelo juiz, o antigo deputado franquista (assim é identificado no relatório da GNR) apareceu no monte a cavalo com quatro pistolas automáticas com 102 balas. Disparou para o ar alguns tiros para dispersar os seareiros que ali se encontravam. Vinha acompanhado por criados armados com armas de fogo. As pessoas que Rui de Andrade pretendia escorraçar da sua propriedade defenderam-se com pedradas, derrubando o cavaleiro, que ficou ferido, levando um mês a recuperar. No tribunal entraram duas queixas-crime, uma contra vinte e cinco réus acusados de autores morais e materiais de uma agressão ao proprietário e

---

<sup>672</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia enviada a 2 de Abril de 1907 in ASC/ENC.

outra contra Rui de Andrade «por excesso de defesa». O advogado de defesa destes réus foi Alexandre Braga, ministro do Interior e da Justiça da República.

A repercussão pública do caso levou o ministro do Interior, António José de Almeida, a nomear uma comissão para estudar o caso. Esta apresentou um relatório defendendo em princípio o costume do povo usar as terras. O relatório não substituiu a decisão dos tribunais, a qual devia ser aguardada. Foi colocada a hipótese de um acordo que passaria por uma transacção de terras entre o proprietário e a Junta. Rui de Andrade, seguindo os conselhos do advogado, Júlio Augusto Martins, republicano unionista, recusou esta solução, condicionando-a à posse plena da propriedade familiar. O conflito alastrou pelos jornais e pelas terras, em artigos fogosos e searas incendiadas, colocando forças armadas em Barbacena.

A 13 de Julho de 1912, o acórdão da Relação assinado pelos juízes Vieira Lisboa, Braga de Oliveira e Almeida Ribeiro considerou que a família Andrade detinha o domínio da herdade ou Folha dos Campos ou de Campos, sendo obrigada a distribuir metade da propriedade em courelas aos habitantes de Barbacena para estes cultivarem e apascentarem os seus gados devendo entregar aos proprietários da herdade um oitavo do resultado do seu trabalho. Almeida Ribeiro declarava que a carta foral de 1311 mantinha o valor de «um verdadeiro estatuto de direito público legal»<sup>673</sup>.

A vitória da causa de Barbacena mostra-se efémera. A 21 de Dezembro de 1912, a Relação proferiu uma sentença desfavorável para o povo de Barbacena em relação a outra propriedade dos Andrades em que a questão em causa era exactamente a mesma, a herdade da Serra. O processo da herdade de Campos seguiu para o Supremo Tribunal que, a 18 de Agosto de 1913, reconheceu ao proprietário a plena posse da Folha de Campos. Lino Neto não desistiu, interpondo um embargo à decisão relativa à Folha de Campos e um recurso para o Supremo relativo à herdade da Serra. A decisão do Supremo foi desfavorável a António Lino Neto e ao povo de Barbacena. A questão arrastou-se até 1915, quando nova sentença do Supremo, de 20 de Janeiro, retirou aos seareiros de Barbacena o direito de usar a terra da herdade de Campos.

A questão, como já afirmámos, extravasou o simples âmbito judicial. António Lino Neto, na correspondência com o padre João Neves Correia, queixava-se de que Alfredo de Andrade, entretanto naturalizado italiano, contou com o apoio explícito do

---

<sup>673</sup> Margarida Sérvulo Correia, *O Caso de Barbacena...*, p. 85.

ministro da Itália em Portugal e que a teia judicial se enredava com teias políticas e diplomáticas.

De um ponto de vista jurídico, António Lino Neto optou por tratar os processos como sendo de âmbito administrativo e não civil. A estratégia de abordagem do caso como direito administrativo implicava mostrar que o povo de Barbacena exercera o direito de colheita e cultivo nas terras compradas pela família Andrade. A outra estratégia basear-se-ia em defender que o direito de colheita e cultivo não fora exercido pelo povo, mas por determinados indivíduos, tendo esses direitos de ser provados por registo na conservatória ou depoimento testemunhal<sup>674</sup>.

Em termos pessoais declarou, quer nos opúsculos quer na correspondência privada com o padre João Neves Correia, ser motivado não só por razões profissionais e de amizade com o pároco de Barbacena, mas também por a sua intervenção no caso ser um meio de defender os direitos imemoriais do povo de Barbacena e de servir os seus ideais de justiça social. Até Outubro de 1910 prescindiu de cobrar quaisquer honorários<sup>675</sup>. O seu primeiro opúsculo sobre o caso de Barbacena formulava-o em termos de justiça social na aparência contraditórios com a sua condenação da luta de classes: «d'um lado, se encontra como réu todo o povo d'uma freguesia rural, oprimido de miséria, e do outro como auctores opulentos proprietários, ultimo elo d'uma cadeia de senhores feudais que, por varias vezes, tentaram, mas sempre debalde, agitar as mesmas pretensões»<sup>676</sup>. O contraste entre a posição de António Lino Neto na defesa dos seareiros e a sua condenação da luta de classes, das greves, do sindicalismo dos funcionários públicos deve-se em parte, como já foi observado em relação a António Sardinha<sup>677</sup>, a uma sensibilidade em relação aos problemas do mundo rural em que se formara, e a uma falta de empatia pelos conflitos sociais de um meio urbano em transformação acelerada. A ideia de justiça social de António Lino Neto, de matriz

---

<sup>674</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 6 de Junho de 1910 in ASC/ENC

<sup>675</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 26 de Outubro de 1910 in ASC/ENC

<sup>676</sup> *As Terras de Barbacena. Grave Questão de Ordem Social e de Direito Administrativo...*, p. 3.

<sup>677</sup> António Sardinha em Outubro de 1911 fez parte da primeira comissão de advogados para defender os 25 réus de agressão a Rui de Andrade. A sua biógrafa dedica uma parte do seu livro à questão de Barbacena: Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 118-123. A autora sublinha o empenho de Sardinha na causa escrevendo: «[...] é digno de nota o seu empenhamento numa causa rural que conhece bem, que interpela as suas convicções em matéria de propriedade colectiva, e para a qual reclama justiça e moderação. O facto é tanto mais significativo quanto se sente em Sardinha muito mais insensibilidade ou intransigência no que toca às movimentações e reivindicações do operariado urbano diante do qual age como espectador distante, apenas revoltado com aquilo que a agitação operária lhe parece encarnar: a desordem, a anarquia» (Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925)*..., p. 121-122).

católica, era marcada por uma ideia de responsabilidade social dos «de cima» em relação aos «de baixo» que no meio rural se identificava com práticas e ideais pré-liberais e pré-capitalistas. Em Lisboa e na sua cintura industrial, as ideias de justiça social caucionadas pela tradição confrontavam-se com a emergência de um proletariado ligado a novas indústrias e de empregados a trabalhar em serviços que a modernização da sociedade tornara relevantes. Eram trabalhadores de um outro mundo emergente, que se organizavam, contestando a ordem estabelecida. A defesa da ordem – legitimada por uma ideia de justiça e responsabilidade social – era um dos princípios norteadores de António Lino Neto.

#### **4.5. «Paulo Agostinho» e a recomposição do movimento católico na I República**

O ano de 1914 foi marcado por mudanças profundas e bruscas nas circunstâncias que condicionavam as relações entre a República portuguesa e a Igreja Católica: a Europa entrou na Grande Guerra e Pio X morreu, sucedendo-lhe Bento XV, o qual procurou evitar afrontamentos com o Estado português, reactivando a doutrina do *ralliement*. O movimento católico em Portugal buscava novos caminhos para se afirmar na sociedade, animado pelo «Apelo de Santarém» dos bispos do ano anterior e vendo no fim do governo de Afonso Costa e na amnistia a presos políticos, incluindo católicos, realizada por Bernardino Machado, a formação de condições favoráveis à sua reorganização.

António Lino Neto participou na discussão acerca dos novos rumos que deveria tomar o movimento católico em Portugal. No início de 1914, a vontade do próprio ou a expectativa de outros de que entrasse como católico nas lides publicistas colocara a hipótese de Lino Neto aparecer como director de um jornal. O padre Domingos Frutuoso<sup>678</sup>, futuro bispo de Portalegre, deu voz às esperanças que o clero depositava nele ao perguntar-lhe, em carta de 15 de Fevereiro: «E quando se decide V. Ex.<sup>a</sup> a lançar o seu jornal? Espero-o ansiosamente»<sup>679</sup>.

A entrada de Lino Neto no jornalismo católico no ano charneira de 1914 fez-se, no entanto, por motivos que não nos foi possível esclarecer inteiramente, em termos

---

<sup>678</sup> D. Domingos Maria Frutuoso (1867-1949) formou-se em teologia no seminário patriarcal de Santarém. De 1888 a 1893 foi prefeito neste seminário e professor de latim e geografia. Entrou para a ordem de S. Domingos em 1893 e prosseguiu os seus estudos teológicos em Tolosa. Foi professor de religião do príncipe D. Luís Filipe durante seis anos e de D. Manuel durante oito anos. Bento XV nomeou-o bispo de Portalegre a 7 de Dezembro de 1920.

<sup>679</sup> PT/CEHR/AALN/F/01/134/01.

relativamente discretos, escrevendo colunas de opinião, sob o pseudónimo de «Paulo Agostinho», num diário católico editado no Porto, o *Liberdade*. A memória e a historiografia do catolicismo na I República perderam o rastro a essas intervenções, que eram lidas com proveito por personalidades católicas da época e, como veremos, anteciparam, ou promoveram, em pontos relevantes, o que seria a reorganização do Centro Católico Português no pós Grande Guerra. O pseudónimo «Paulo Agostinho» juntava o nome de duas referências nucleares do catolicismo e do cristianismo: S. Paulo e S. Agostinho. Como qualquer dos dois autores tem sido objecto de interpretações muito diversas, convém verificarmos o que eles representavam para António Lino Neto. Em S. Paulo, via o pregador, que, se vivesse no início do século XX, seria jornalista<sup>680</sup>. Considerava S. Agostinho um dos expoentes do «espírito europeu» e do «humanismo» e portanto um «factor da civilização humana», entre outros grandes nomes da literatura e do pensamento: Homero, Virgílio, Dante, Camões, Demóstenes, Cícero, Bossuet, Mirabeau, Shakespeare, S. Tomás de Aquino, Leão XIII, S. Francisco de Assis e S. João de Deus<sup>681</sup>.

O *Liberdade* no início não possuía um director formal. Era dirigido na prática por Francisco Veloso, então com 22 anos e recém-chegado de Coimbra onde se formara em Direito e fora um dos dirigentes do CADC. No ano anterior, Francisco Veloso fora o representante da Zona Norte no I Congresso da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas. Carneiro Mesquita, jurista formado em Coimbra e outro católico ligado ao CADC aparecia indicado no cabeçalho do periódico como editor e administrador. A coluna de opinião de António Lino Neto intitulava-se «Diário de Lisboa. Impressões» e situava-se na última página. A colaboração foi curta, de 7 de Junho a 19 de Agosto de 1914, mas intensa, atingindo nos dois primeiros meses uma frequência de cinco a seis artigos por semana.

«Paulo Agostinho» começou por escrever, no seu artigo de estreia, que ia colaborar com o *Liberdade* em resposta a um «honroso convite». Era uma colaboração feita na qualidade de católico, apesar de muitos leitores conhecerem a verdadeira identidade do autor e as suas diversas competências: «Catholico por educação e convívio, não podia, dentro dos impulsos da minha consciência, tomar outra resolução. E, porque sou catholico e só porque o sou, me encontro a escrever as cartas de Lisboa

---

<sup>680</sup> *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, p. 6

<sup>681</sup> *Liberdade*, 2 de Agosto de 1914, p. 6

para a *Liberdade*»<sup>682</sup>. «Paulo Agostinho» sublinha que não escreve sobre problemas sociais enquanto homem comprometido com um partido político ou um projecto partidário, mas apenas enquanto católico e patriota: «Essas notas procurarão dar sempre a nota dos assumptos mais palpitantes da vida social, sem preocupações de política partidária e apenas com o alvo nas glórias da igreja e nas prosperidades da Pátria»<sup>683</sup>.

O colunista sente no entanto a necessidade de definir o que é que considera intervir como católico, expondo uma definição sintonizada com o «Apelo de Santarém», o qual exortava os católicos a intervirem na sociedade sob a orientação da hierarquia católica:

«Mas a minha fé na Igreja Catholica não se limita às vagas idealizações e emoções que Chateaubriand idealmente deixou representadas nos seus bellos livros, nem anda á mercê das formas indefinidas e por isso tentadoras esboçadas em matéria religiosa pela indisciplina mental dos nossos tempos. A minha fé é íntegra; acceita tudo o que a Igreja Catholica acceita. N'esta orientação presta completa obediência a Sua Santidade o Papa, aos venerados Bispos de Portugal, e aos nossos e bons parochos das nossas freguezias, dentro da gloriosa unidade a que Jesus preside n'uma solemne promessa de vida eterna»<sup>684</sup>.

Os argumentos de «Paulo Agostinho» em defesa da sua resposta à «crise nacional» representam uma inflexão face a posições que António Lino Neto tinha vindo a tomar desde o final da monarquia constitucional. Não verificamos uma mudança de ideias, mas uma alteração da hierarquização de propostas anteriores. Nos últimos anos da monarquia, Lino Neto articulava a sua intervenção como católico nas Obras dos Congressos com uma actividade partidária no partido Progressista. Procurara respostas para a «crise nacional» primeiro numa reorganização económica a partir da agricultura, em *A Questão Agrária*, de 1908, depois numa reorganização administrativa baseada na vida municipal em *A Questão Administrativa*, de 1911. Em 1914, «Paulo Agostinho», sem renegar as teses publicadas por António Lino Neto, sugere que a resposta prioritária à «crise» é de outra natureza:

«Muitos põem na questão política uma preocupação mais absorvente; outros na questão económica. Uns julgam essencial, para resolver essas questões, o recurso ás organizações partidárias; e ahí gastam o melhor da sua actividade.

---

<sup>682</sup> *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>683</sup> *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>684</sup> *Liberdade*, 7 de Junho de 1914, p. 6.



A todos respeito na sua acção; mas para mim a questão moral é dominante; e da sua solução a fecundidade de todas as forças sociaes, económicas ou políticas, qualquer que sejam»<sup>685</sup>.

Para «Paulo Agostinho» a «questão moral» é indissociável e até certo ponto dependente da «questão religiosa» que, segundo ele, a fundamenta. Por isso, considera fundamental reivindicar as liberdades da Igreja, nomeadamente «o reconhecimento pelo Estado da personalidade da Igreja Catholica, a liberdade do ensino religioso, e a da organização da obra do culto»<sup>686</sup>. Adverte que «Arredarei sistematicamente luctas sobre formas de governo ou sobre partidos políticos»<sup>687</sup>. Ou seja, rejeita, como pretendiam alguns monárquicos, subordinar a causa católica à causa da restauração monárquica. No elogio que faz à fé católica em Portugal cita como exemplo figuras como Nun' Álvares Pereira, D. Henrique, Afonso de Albuquerque e batalhas como Navas de Tolosa, Salado, Aljubarrota e Ameixial, sublinhando que o seu catolicismo é também um factor de patriotismo ou nacionalismo desse modo permitindo a convergência com não católicos com um entendimento próximo da pátria ou da nação.

A pedra basilar das relações entre a República e a Igreja Católica, a Lei da Separação de 20 de Abril de 1911, foi discutida em sessão nocturna da Câmara de Deputados de 29 de Junho de 1914. «Paulo Agostinho» dedicou-lhe uma coluna de opinião, a 3 de Julho de 1914 e, ao contrário do que se poderia esperar dada a imagem do pós Grande Guerra de António Lino Neto como uma figura conciliadora entre católicos e República, foi muito crítico do decreto aprovado. Começou por contar quem interviera nos debates, mencionando explicitamente os padres católicos Rodrigo Fernandes Fontinha e Casimiro Rodrigues de Sá (evolucionistas) e caracterizou a Lei da Separação como «o feito mais revolucionário de toda a revolução em que se tem vindo até hoje desde 5 de Outubro de 1910» e «uma enorme Torre de Babel que há-de servir apenas para attestar ás gerações futuras a desorientação mental d'uma epocha»<sup>688</sup>.

Para «Paulo Agostinho», a Lei da Separação em discussão na Câmara dos Deputados<sup>689</sup>, assenta em pressupostos falsos:

---

<sup>685</sup> *Liberdade*, n.º 1, 7 de Junho de 1914, p. 6. A prioridade à questão moral é o tema principal de outro dos seus artigos, publicado no *Liberdade*, 26 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>686</sup> *Liberdade*, n.º 1, 7 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>687</sup> *Liberdade*, n.º 1, 7 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>688</sup> *Liberdade*, 3 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>689</sup> A discussão da Lei de Separação no parlamento no ministério de Bernardino Machado, constitui, para Sérgio Ribeiro Pinto, «a primeira discussão global sobre a Lei da Separação, permitindo aquilatar as diferentes concepções em confronto, quer no que concerne à separação, quer no que ao papel do Estado e

«É o equívoco de que pode haver catholicismo sem ligação com o Sumo Pontífice Romano, de que a Igreja pode viver em Portugal independentemente da Santa Sé, e de que se pode amoldar uma religião ao capricho do Estado.

Ora, quaesquer modificações da lei da separação, que não dêem em resultado o reconhecimento da personalidade da Igreja Universal com toda a sua admirável hierarchia e da ligação em que lhe está a Igreja Portuguesa, - são absolutamente inaceitáveis para os catholicos e, o que é mais, não permitem sequer aos Bispos de Portugal, como taes, discutir com os governos bases algumas de aproximação».<sup>690</sup>

A via para mudar esta situação num sentido favorável ao catolicismo seria o do *ralliement*: aceitar o poder constituído e intervir no espaço público por uma gradual revisão das leis consideradas lesivas para a Igreja Católica. Os católicos não deviam esperar uma mudança repentina das relações entre o Estado português e a Igreja Católica por iniciativa do governo republicano: «é minha convicção que os catholicos não terão tão depressa o reconhecimento das liberdades fundamentaes a que teem visado os seus auctores. Vae por partes, oxalá me engane!»<sup>691</sup>

Se António Lino Neto aceita as instituições liberais em vigor, condena a filosofia liberal e a sua tradução prática na «liberdade de costumes». «Paulo Agostinho» toma posição clara contra a «liberalização» ou modernização dos costumes em processo acelerado durante a I República. São objecto especial da sua crítica as mudanças na exposição do corpo feminino manifestas quer nas novas formas de vestir e de estar no espaço público das mulheres portuguesas, quer na sua representação em publicações impressas e no novo meio de comunicação, o cinema. Reage negativamente às novas modas femininas que reflectem um estilo de vida mais livre das mulheres e à sexualização da cultura de massas. Não se tratava de um ponto de vista muito pessoal. «Paulo Agostinho» num artigo de opinião sobre o assunto, cita uma carta do episcopado da Bélgica sobre modas e danças imorais que o episcopado francês adoptou e as «senhoras católicas de Lisboa» difundiam em folhas soltas, com a aprovação do cardeal-patriarca. Em Coimbra, outro grupo de senhoras católicas organizou uma «Associação de Defesa de Costumes Cristãos» e convidou o cônego Alves Mattoso<sup>692</sup> a imprimir uma conferência intitulada *Modas, danças e theatros*<sup>693</sup>.

---

das confissões religiosas diz respeito». (Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 96).

<sup>690</sup> *Liberdade*, 4 de Julho de 1914, p. 6. Em itálico no original.

<sup>691</sup> *Liberdade*, 3 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>692</sup> D. José Alves Mattoso (1860-1952) nasceu no Pisão, na diocese de Coimbra. Em 1880 concluiu o curso teológico no seminário de Coimbra, onde, no ano lectivo de 1880-1881, foi professor de geografia e História. Em 1883 foi nomeado professor de instrução secundária neste seminário, tornando-se regente de geografia, História, literatura e francês. No seminário de Coimbra foi, entre 1881 e 1914, prefeito, secretário e, a partir de 1905, vice-reitor. Foi nomeado, por indicação do bispo-conde Bastos Pina, cônego

A moralização dos costumes não era um combate exclusivo dos católicos ou dos países em que o catolicismo predominava. O colunista do *Liberdade* citava a favor da sua perspectiva a lei de 22 de Outubro de 1910<sup>694</sup> e o acordo internacional de Paris de Maio de 1910 que reprimiam a circulação de publicações obscenas e da pornografia e a proibição, nos Estados Unidos, da reprodução em postais da «célebre estátua a Eça de Queiróz» no Largo do Quintella. A cruzada de «Paulo Agostinho» contra a imoralidade recorria a argumentos de ordem económica e política, procurando atingir uma audiência formada pela cultura republicana, segundo a qual o ideal de perfectibilidade humana implicava a disciplina do corpo através do exercício e da higiene, a par do desenvolvimento racional por meio da aprendizagem teórica e prática e da moralidade. Nessa cultura republicana, no entanto, a questão da disciplina corporal e da moralidade não se articulava necessariamente nos termos formulados por «Paulo Agostinho»<sup>695</sup>. Era em nome da higiene, da saúde pública, da vitalidade biológica indispensáveis à disciplina e à organização social que condenava a liberalização dos costumes.

«Mas, se a arte não justifica nem defende tudo o que é perturbador da disciplina dos sentidos, muito menos o justificam ou defendem considerações de ordem política ou económica. As excitações sensuaes, fora das necessidades fundamentais da vida orgânica, não se fazem senão á custa do sistema nervoso e da vitalidade psíquica; são ellas que explicam o “mal do século”, - a degenerescência geral; ellas ainda que levam, a cada passo, o homem a saltar do eixo moral que a consciência lhe traça, tirando consistência ás organizações sociaes em que entre».<sup>696</sup>

Deste modo, «Paulo Agostinho» exemplificava uma atitude face a aspectos da vida privada que, como analisa Irene Vaquinhas, foi uma tendência no Portugal contemporâneo: «Desde finais do século XIX, a censura religiosa é reforçada por uma argumentação parcialmente nova que lhe confere credibilidade científica, evoluindo-se

---

honorário da Sé de Coimbra e, em 1900, cónego capitular. Quando o bispo de Coimbra pediu à Santa Sé a resignação da diocese, a 1 de Dezembro de 1911, entregou o governo diocesano a cónego Alves Mattoso. A 31 de Dezembro de 1911 dirigiu aos párocos uma circular condenando as cultuais. Por esta razão, o governo da República, por decreto de 14 de Janeiro de 1912, desterrou-o durante dois anos para fora do distrito de Coimbra. A 2 de Outubro de 1914, Bento XV nomeou-o bispo da Guarda. Deu especial atenção à formação eclesiástica, melhorando as condições no pequeno seminário na vila do Fundão e fundando, em 1919, um novo seminário na Guarda destinado a estudos teológicos.

<sup>693</sup> *Liberdade*, 20 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>694</sup> No período imediato após a implantação da República, o Governo Provisório tomou medidas moralizadoras da vida social, como a repressão da publicação e venda de material pornográfico, do jogo e da prostituição. Estas medidas foram vistas com agrado pelos sectores conservadores não republicanos - Maria Lúcia de Brito Moura, A «Guerra Religiosa»..., p. 58.

<sup>695</sup> Fernando Catroga em *O Republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910...*, p. 286, escreve: «(...) para regenerar a sociedade e refundar o Estado-Nação, a nova educação teria de incidir sobre todas as facetas da personalidade humana, disciplinando tanto o corpo – pelos exercícios, jogos e higiene –, como a racionalidade – pela instrução prática e teórica – e a moralidade, mediante o fomento dos sentimentos de altruísmo e de solidariedade colectiva».

<sup>696</sup> *Liberdade*, 10 de Junho de 1914, p. 4.

da ideia de pecado ou de vício para a de perigo social. Fundamentando-se na medicina, em particular no pensamento dos médicos alienistas, parte-se do princípio de que as “doenças sociais” têm sobretudo causas morais. À luz dessas determinantes, as paixões, entre as quais se incluem todos os excessos, podem conduzir à alienação, que aparentando-se à loucura, devem ser controladas e estar sujeitas à égide restritiva da moral. O discurso científico vem, assim, reforçar a tradicional censura aos “prazeres proibidos”, conjugando-se na sua reprovação “racionalismo, cientismo e «moralismo»”<sup>697</sup>.

Ao criticar os novos modos de fruição do espaço público e de estar e representar as mulheres, «Paulo Agostinho» dava voz às reacções de diversos sectores da sociedade portuguesa perante novos modelos comportamentais do século XX. A década de 1910, e depois ainda com mais intensidade a década de 1920, foi um tempo em que algumas mulheres da burguesia conquistaram a rua de Lisboa, até então um espaço reservado às mulheres obrigadas a trabalhar para se sustentarem. Foi nos primeiros anos da República que uma parte da sociedade passou a considerar *chic* as mulheres de um meio social favorecido andarem na rua com uma elegância estudada nas revistas provenientes de Paris, Londres ou Nova York<sup>698</sup>.

Outra batalha da «cristianização dos costumes» e da «regeneração moral» propugnada por «Paulo Agostinho» era a erradicação dos duelos como forma de ajustar questões de honra entre políticos. A recusa de Alfredo Pimenta e de António José de Almeida em baterem-se em duelo com Afonso Costa mereceu o aplauso do diarista de Lisboa no *Liberdade*. Alfredo Pimenta atacou Afonso Costa num artigo intitulado «Partido de Escândalos» publicado no *República*. O visado desafiou-o para um duelo. António José de Almeida solidarizou-se com Alfredo Pimenta e colocou-se à disposição para qualquer tipo de reparação, excepto a das armas. «Paulo Agostinho», ressaltando «a maior consideração pessoal» por todos os «pleiteantes», elogiou a atitude de Alfredo Pimenta e, em especial, de António José de Almeida - «essa recusa é tanto mais edificante quanto é certo que vem da responsabilidade de pessoas de alta situação no nosso meio, sendo uma d’ellas o dirigente d’um dos partidos do governo da República.»<sup>699</sup> O dirigente do Partido Evolucionista, enquanto ministro, criara os

---

<sup>697</sup> José Mattoso (Dir.) *História da Vida Privada em Portugal*. Irene Vaquinhas (Coord.) *A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 323.

<sup>698</sup> Paulo Guinote, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Vol. I, Lisboa, [s.n.] 1997, p. 120-124.

<sup>699</sup> *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, p. 6.

Tribunais de Honra para dar satisfação às partes ofendidas e permitir resolver questões de honra sem derramamento de sangue. O duelo era uma antiga questão da teologia moral da autoridade pública. António Lino Neto considera-o «uma sobrevivência dos costumes bárbaros» e um «absurdo social»<sup>700</sup>. Os elogios a António José de Almeida e às moções de censura à prática do duelo apresentadas pelo Grupo Parlamentar Evolucionista e pelas Juntas Partidárias Evolucionistas de Lisboa e da Província<sup>701</sup> representam uma inflexão na atitude inicial de cepticismo do publicista católico face às intenções dos republicanos moderados. Esta aproximação entre o líder republicano e o dirigente católico é relevante para compreender o que foi a relação entre ambos na República do pós Grande Guerra, quando António José de Almeida era Presidente da República e António Lino Neto presidente do Centro Católico Português.

«Paulo Agostinho» declarou «guerra ao jogo» e, não hesitando perante a linguagem bélica, sublinhou que a acção católica «tem que ataca-lo frente a frente»<sup>702</sup>. Os pretextos desta atitude combativa foram a aprovação no Senado de um projecto de lei sobre a regulamentação do jogo e as obras no Estoril para construir um casino «tornando o jogo, de criminoso que tem sido, um facto lícito e quasi normal.»<sup>703</sup>

A diversificação religiosa em Portugal, nomeadamente a presença de protestantes constituía outra das preocupações de «Paulo Agostinho». No que respeita ao protestantismo em Portugal, cuja História, imprensa e associações mostrava conhecer bem, não propunha medidas concretas, usando a palavra impressa em jornais como meio de travar uma batalha no espaço público contra o protestantismo. Encara esta batalha como integrada num combate cultural mais amplo que opõe o catolicismo a diversas correntes religiosas, espirituais, filosóficas e políticas:

*«É evidente que a acção do catholicismo em Portugal é ampla e fundamentalmente predominante, mas encontra hoje no seu desenvolvimento os seguintes elementos adversos: o indifferentismo religioso; o livre-pensamento; o socialismo e o syndicalismo; o espiritismo; o protestantismo; e o judaísmo. De todos elles é o protestantismo o de menor importância, mas não tão pouca que não valha a pensa ser considerado»*<sup>704</sup>.

---

<sup>700</sup> *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>701</sup> *Liberdade*, 20 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>702</sup> *Liberdade*, 21 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>703</sup> *Liberdade*, 21 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>704</sup> *Liberdade*, 10 de Julho de 1914, p. 4. Quer neste número quer no de 12 de Julho de 1914, p. 6, «Paulo Agostinho» escreve quase um relatório sobre a História, a imprensa, a obra social e as associações protestantes em Portugal. Em itálico no original.

Nas críticas que dirige ao protestantismo, «Paulo Agostinho» mimetizava uma crítica que os republicanos laicistas dirigiam aos católicos – a sua dependência de uma potência estrangeira, Roma. No caso dos protestantes, «Paulo Agostinho» considerava que viviam numa «dependência económica e moral» em relação a países estrangeiros, principalmente Espanha<sup>705</sup>.

Estas críticas tiveram resposta. Santos Figueiredo publicou na revista evangélica *Luz e Verdade* um artigo intitulado «A Religião na República e na Monarquia» em que criticou a conferência que António Lino Neto proferiu a 11 de Maio de 1914 na Liga Naval em Lisboa. Santos Figueiredo atacou o conferencista por defender que o catolicismo era a religião «mais conforme à razão» e «a que mais se identifica com as tradições portuguesas» e acrescentou: «Se estas palavras fossem proferidas por um padre boçal do alto de qualquer púlpito sertanejo, o caso passaria despercebido, mas sendo o conferente um professor distinto, não se acha explicação para o extraordinário arrazoado e não ser na malfadada política»<sup>706</sup>. E desenvolveu as suas críticas sublinhando que o *Syllabus* afirmou a incompatibilidade entre o catolicismo e o liberalismo e a civilização moderna e que a História de Portugal estava repleta de episódios de conflito entre o Rei e Roma. Pelo contrário, o professor e publicista católico defendeu que o *Syllabus* não era contrário à razão, mas uma «regra de fé» para católicos que não podia ser discutida fora deste âmbito e que o carácter progressivo da Igreja Católica tinha de ser avaliado pela sua acção social e pelo exemplo de cientistas católicos como Pasteur. Argumentou que, apesar dos conflitos entre os monarcas portugueses e Roma, Portugal era uma «nação profundamente católica» com outros episódios que mostravam o entendimento entre Portugal e o Vaticano. Admitiu que Portugal foi menos católico quando dominado pela inquisição, «que não passou d’um instrumento político creado e desenvolvido pelas tendências da nossa raça».

Pior ameaça à Igreja Católica e à sociedade portuguesa do que a divisão de origem protestante, era outro fenómeno do processo de secularização, o aparecimento de um conjunto de práticas, espiritualidades e crenças difusas que «Paulo Agostinho» designa sob o nome genérico de «ocultismo». A ameaça à prática católica era dupla – não só o ocultismo se apresentava como uma espiritualidade e um sistema de crenças alternativo ao catolicismo, como seduzia em determinados aspectos católicos que

---

<sup>705</sup> *Liberdade*, 11 de Julho de 1914, p. 4.

<sup>706</sup> *Liberdade*, 14 de Julho de 1914, p. 6.

continuavam a afirmar a sua pertença à Igreja Católica, mas que se afastavam cada vez mais da ortodoxia. A propósito de uma entrevista dedicada ao tema por *O Século*, publicada a 10 e 11 de Julho de 1914, o colunista católico, referindo-se à teosofia e, sobretudo, ao espiritismo, escreveu:

*«É que, entre as várias correntes adversas á acção da Igreja em Portugal, o occultismo não é, por certo, das de menos vulto. Basta referir que, dentro d'elle, estão todas as tendências e systemas que, explorando a ancia de sobrenatural, ingénita em nós, largam uma grande parte da vida do homem aos acasos de forças desconhecidas, segundo indicações arbitrariamente procuradas em variadíssimos meios, como astros, cartas, vozes de animaes e sonhos. D'elle são manifestações o espiritismo, a caromancia, a chiromancia e também outras formas. Pretende dar regras de costumes, e ser religião, no intuito de acudir ás necessidades de infinito da pobre alma humana. Mas é d'uma lamentável fraqueza de systematisação e de esthetica. Offerece todos os defeitos do protestantismo, mas mais agravados e accrescidos»<sup>707</sup>.*

As consequências negativas do ocultismo não consistiam apenas na corrosão do sentimento de pertença e da ortodoxia dos católicos. Para o publicista católico, que mostra um conhecimento minucioso da história das associações ocultistas em Portugal, das suas relações com organizações internacionais, revistas e principais livros publicados, o ocultismo afectava negativamente a fisiologia dos indivíduos e a disciplina social:

*«Sob o ponto de vista phisiologico, os effeitos do occultismo são egualmente desastrosos. As constantes surpresas que as suas praticas proporcionam, não se fazem sem um farto dispêndio de energias nervosas, e por tal forma que as neurasthenias, as desordens d'imaginação e as loucuras são mais frequentes em sectários do occultismo que em outros quaesquer. Os occultistas são quasi sempre figuras macilentas, d'um aspecto de insomnias»<sup>708</sup>.*

A par destes «ataques» a fenómenos sociais caracterizados como «degenerativos», na linha de uma posição comum nas elites católicas que procurava associar o catolicismo ao rigor do cientismo<sup>709</sup>, «Paulo Agostinho» apoia a mobilização de católicos para construir uma nova sociedade. Um dos meios de mobilizar os católicos era a realização dos Congressos Eucarísticos internacionais. O cardeal-patriarca enviou como representante ao 25.º Congresso Eucarístico Internacional realizado em Lourdes em 1914 o vigário-geral interino do Patriarcado, monsenhor Sá Pereira. Nas palavras do

<sup>707</sup> *Liberdade*, 23 de Julho de 1914, p. 6. Em itálico no original.

<sup>708</sup> *Liberdade*, 23 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>709</sup> Tiago Pires Marques, «Intervenções médico-legais de militantes católicos (c. 1880-c. 1920) – Em torno de Jerónimo da Cunha Pimentel e António Lino Neto» in António Matos Ferreira; João Miguel Almeida (Coord.), *Religião e Cidadania...*, p. 213-224.

colunista do *Liberdade*, «Este congresso faz parte d'um largo plano de “salvação social pela Eucaristia”»<sup>710</sup>.

As cruzadas negativas contra a liberalização dos costumes, os duelos, o jogo deveriam, para o autor, conjugar-se com cruzadas positivas que reconstruissem a sociedade a partir da actividade social e religiosa das paróquias<sup>711</sup> e das famílias. Em relação à família, «Paulo Agostinho» identifica «problemas» - o crescimento dos divórcios e dos filhos ilegítimos; causas - o «enfraquecimento da fé religiosa», a organização do trabalho imposta pela «grande indústria»; e soluções - «a divisão dos latifúndios que fiquem perto de centros urbanos», a constituição do «casal de família», a «formação de dotes para raparigas pobres», «uma protecção especial às famílias numerosas». Estas tomadas de posição, sublinhavam as tradições religiosas portuguesas, mas também a renovação do movimento católico além Pirinéus. A propósito da revitalização da vida familiar são citadas as revistas francesas *Annales du foyer Chrétien* e *Ligne de l'éducation familiale*<sup>712</sup>.

«Paulo Agostinho» pronunciou-se sobre o tema da organização do movimento católico e da sua eventual transformação num partido político. Em sintonia com o «Apelo de Santarém», o colunista da *Liberdade* apoiou a organização dos católicos para defender as liberdades da Igreja, mas rejeitou que tal organização revestisse uma forma político-partidária: «a essa organização deve ficar absolutamente estranha qualquer ideia de partido político; penso que é um erro de táctica social ligar a acção catholica em Portugal a uma organização política partidária.»<sup>713</sup> Raramente a dificuldade de uma certa visão católica integrar a vida político-partidária foi tão bem expressa como por «Paulo Agostinho»:

«O catholicismo aspira constantemente, na expressão d'esse admirável livro que é a *Imitação de Christo*, a “afastar dos corações a suspeita, o azedume, a cólera, tudo o que divide, tudo o que pode alterar a caridade, e diminuir o amor fraterno”; e a organização de partidos políticos como elemento integrante da sua acção dá, em geral, o contrário, porque a unidade na fé não implica necessariamente unidade de vistas sobre formas de administração»<sup>714</sup>.

Apesar de bastante crítico em relação aos partidos políticos tal como tinham funcionado em Portugal desde 1820, «Paulo Agostinho» admitia o papel positivo de

---

<sup>710</sup> *Liberdade*, 7 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>711</sup> *Liberdade*, 28 de Junho de 1914, p. 8.

<sup>712</sup> *Liberdade*, 8 de Julho de 1914, p. 6.

<sup>713</sup> *Liberdade*, 14 de Junho de 1914, p. 4.

<sup>714</sup> *Liberdade*, 14 de Junho de 1914, p. 4. Em itálico no original.



partidos de matriz católica noutros países europeus, embora se mantivesse céptico face à possibilidade de obter idênticos resultados em território português:

«Bem sei que na Bélgica e na Alemanha os partidos políticos catholicos teem tido uma situação de relevo; mas os seus triumphos devem attribuir-se mais á influencia social da Igreja, que elles utilisam e não poderia deixar de manifestar-se, do que á respectiva organização. Além d'isso, as condições d'esses paizes são diversas. A violência das luctas com o socialismo, o protestantismo e o judaísmo, facilitam lá a preparação de soluções de governo com larga antecedência; o temperamento rígido da raça ajuda a perseverança nos planos»<sup>715</sup>.

Apesar das fortes críticas anti-partidárias que o levam a criar o neologismo «despartidarizar»<sup>716</sup>, «Paulo Agostinho» não chega a defender o fim dos partidos políticos ou uma organização social dos católicos totalmente separada da esfera política. A proposta mais radical que sugere de «despartidarização» é «confiar permanentemente algumas pastas ministeriais ao cuidado de homens extra-partidários, como a das Finanças, a da Guerra e a dos Estrangeiros»<sup>717</sup>. Outra medida nesse sentido seria tornar vitalícios ou sujeitos a concurso lugares públicos até então de confiança política, como os de governadores civis, da Administração Financeira do Estado, do Supremo Tribunal Administrativo<sup>718</sup>. Concebia a organização dos católicos como «grupo de pressão», possivelmente pensando no precedente do Centro Católico Parlamentar, o qual teria uma influência benéfica na actividade partidária:

«Affirmemo-nos os catholicos, com a unidade que nos dá a Igreja, pelo número, pela dedicação recíproca, e pelo espírito d'ordem, sem procurar outra unidade n'um partido político; e os partidos políticos (de cujos vícios nos devemos desprender), chamarão a si, na ambição que os caracteriza de crear influencia, as nossas reivindicações; procurarão tornar-se-nos sympaticos; e não recearão, perseguindo-nos, como vulgares concorrentes do poder.

Esta nossa attitude terá ainda um outro alto significado, que é de absoluta verdade: é que as reivindicações da Igreja estão tanto na consciência humana que não podem ser objecto d'um só partido mas de todos os partidos; constituem um fundo commum de civilização; devem bradar por ellas todos os que amem verdadeiramente a liberdade»<sup>719</sup>.

António Lino Neto valorizava a actividade do CADC de Coimbra exactamente pelo seu carácter trans-partidário ou supra-partidário e por os seus elementos se apresentarem como desprovidos de ambições políticas: «[o CADC de Coimbra] é um meio de formação de carácter pela sistematização de ideias e pela prática de princípios

<sup>715</sup> *Liberdade*, 14 de Junho de 1914, p. 4.

<sup>716</sup> *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>717</sup> *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>718</sup> *Liberdade*, 19 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>719</sup> *Liberdade*, 14 de Junho de 1914, p. 4.

religiosos, sem ligação alguma com elementos que estejam no caminho do *poder político*.»<sup>720</sup>

Nos artigos que escreveu, «Paulo Agostinho» deu conta da actividade e dos laços de estima que o uniam a personalidades católicas de diferentes gerações e tendências. Assim, a propósito de uma conferência na Liga Naval a 10 de Junho de 1914, elogiou Fernando de Sousa, um vulto do publicismo católico que, sob o pseudónimo de Nemo dirigira o *Correio Nacional*, o *Portugal* e *A Palavra*<sup>721</sup>. Dirigiu outras apreciações positivas aos jovens: Salazar, «distinto professor da Universidade de Coimbra» por causa da conferência que proferiu no Porto no Congresso da Federação das Agremiações das Juventudes Católicas, e a Diogo Pacheco de Amorim, outro professor de Coimbra, por causa dos «magníficos artigos de sciencia religiosa» que publicou na *Lusitania*, revista católica do Porto dirigida por Manuel Gonçalves Cerejeira. Além de um dos paladinos mais conservadores do nacionalismo católico durante os últimos anos da monarquia constitucional e dos jovens dirigentes do CADC de Coimbra, sublinhava a importância do «movimento social» que, «á maneira de Maurras», em torno da revista *Nação Portuguesa*, procurava reavivar as tradições nacionais, incluindo a tradição católica. Ou seja, aprecia o embrionário integralismo lusitano. «Paulo Agostinho» afirmou-se como um *pivot* entre as mais importantes correntes do catolicismo com implicações na vida política: o nacionalismo herdado da monarquia constitucional, a democracia cristã em renovação durante a «República Velha», o nascente integralismo lusitano. Pretendeu também estabelecer pontes com personalidades não católicas ou provenientes de sectores não católicos. Era o caso de Alfredo Pimenta, em 1914 ainda republicano, do qual transcreveu um trecho importante de um artigo publicado no *República* sob o título «Uma missão para a geração nova». Nesse artigo, Alfredo Pimenta comentava a relação da sua com a nova geração: «Nós destruímos, fizemos táboa raza de tudo quanto pudemos apanhar ás mãos, destruímos crenças e criamos superstições, lançamos o paiz na agitação aventureira de uma revolução – fizemos enfim aquillo para que educaram o nosso espírito. Outra é a missão da geração que chega»<sup>722</sup>.

O último artigo de «Paulo Agostinho» no *Liberdade*, datado de 2 de Agosto de 1914, foi dedicado, sintomaticamente, ao início da Grande Guerra, que encerrou um

---

<sup>720</sup> *Liberdade*, 14 de Junho de 1914, p. 6.

<sup>721</sup> *Liberdade*, 12 de Junho de 1914, p. 4.

<sup>722</sup> *Liberdade*, 3 de Julho de 1914, p. 6.

capítulo da História europeia e das relações entre República e Igreja Católica em Portugal. Numa antevisão catastrofista dos resultados da guerra que não era generalizada nas elites portuguesa e europeia, «Paulo Agostinho» viu na guerra o «esquecimento» do «espírito europeu», o qual definia como «o fundo de humanismo, de costumes e de ideal, que tem imprimido aos diversos povos da Europa uma característica *commum* e tem sido em todos os tempos o primeiro factor da civilização humana.»<sup>723</sup> A guerra que se iniciava era a negação de uma Europa cuja identidade fora em grande parte definida pelos valores e ideais católicos:

*«É o egoísmo de três raças – a slava, a germânica, e a latina – chocando-se para se absorverem, sem uma ideia especial de alta civilização a encobrir os seus mesquinhos espíritos e sem a lembrança de que a política internacional, para ser progressiva, deve ser de colaboração, e não de guerra. É o primeiro rasgão que, alargando-se deixará sumirem-se milhares de vidas, cobrindo de dor e de luto o nosso século.*

*É, finalmente, o sorvedouro aberto ás riquezas da Europa, depauperando-a, tornando-a mais miserável, e barbarisando-a»*<sup>724</sup>.

«Paulo Agostinho» via na guerra o início de uma decadência europeia sem fim nem rumo: «A Europa ficará d'este modo, mais pequena deante da Ásia e da América; e, uma vez na decadência, não se sabe até onde irá»<sup>725</sup>. Atribuía o «esquecimento do espírito europeu» a uma «laicização da política internacional» que se traduziu na separação do Estado da Igreja no Brasil em 1899, em França em 1905, em Portugal em 1910. Nessa época de crise aguda que se iniciava, o colunista do *Liberdade* concluía o seu artigo, a série de textos sob o pseudónimo de «Paulo Agostinho» e a sua colaboração no diário católico, com um apelo premonitório do papel que António Lino Neto viria a desempenhar no pós Grande Guerra: «Aconheguemo-nos nós os catholicos, em volta da Egreja Catholica; só com ella se irá seguro: e preparemo-nos serenamente para occupar o logar que nos compete na nova ordem de coisas internacionaes que se esboça»<sup>726</sup>.

António Lino Neto explicou na correspondência com o padre Neves Correia o fim da sua colaboração com o *Liberdade*:

«Estive, com efeito, correspondente da *Liberdade* em Lisboa, subscrevendo os meus artigos com o pseudónimo Paulo Agostinho. Aquele jornal, porém, que se

---

<sup>723</sup> *Liberdade*, 2 de Agosto, p. 6.

<sup>724</sup> *Liberdade*, 2 de Agosto, p. 6. Em itálico no original.

<sup>725</sup> *Liberdade*, 2 de Agosto, p. 6.

<sup>726</sup> *Liberdade*, 2 de Agosto, p. 6.

comprometeu comigo a ser simplesmente católico, sem preocupações partidárias, descambou por fim, declarando-se monárquico e pondo-se sob a direcção do Dr. Pinheiro Torres. **Deixei por isso de escrever** para ele, recolhendo-me a silêncio. A Empresa insistiu para que eu continuasse e de várias partes do país me vieram cartas no mesmo sentido; mas não modifiquei, apesar de tudo, a minha atitude»<sup>727</sup>.

Alberto Pinheiro Torres (1876-1962) assumiu a direcção do *Liberdade* a 20 de Agosto de 1914, sucedendo a Francisco Veloso, «jovem de vinte e dois annos com o pensar d'um velho, jornalista de tão excepcional envergadura que mais parece um veterano das lides da imprensa que um rapaz há pouco sahido dos bancos da Universidade.»<sup>728</sup>, o qual continuava como redactor-principal do jornal. O contraste entre ambos era grande: Alberto Pinheiro Torres era um advogado católico já com um trajecto político e jornalístico considerável. Destacara-se como deputado do Partido Nacionalista pelos seus dotes oratórios, dirigira o *Grito do Povo* e a *Democracia-Cristã* nos últimos anos da monarquia constitucional. Como monárquico e católico já tinha um passado de confronto com o poder republicano: fora demitido de Director da Casa de Detenção e Correção do Porto e viveu exilado em Espanha, França e Bélgica entre 1911 e 1914.

A mudança de direcção do diário católico indicava que a elite católica em 1914 continuava hegemonizada pelos monárquicos de que Pinheiro Torres era um notável representante. A geração proveniente do renovado CADC de Coimbra, que Francisco Veloso representava, ainda não dera provas que lhe permitissem assumir um maior protagonismo no meio católico.

A intervenção de «Paulo Agostinho» no *Liberdade* esboçou uma aliança entre dirigentes católicos formados ainda na agonia da monarquia constitucional e os jovens católicos formados no CADC de Coimbra e no movimento do Integralismo Lusitano, a qual encontrou condições mais propícias na República do pós Grande Guerra.

O conjunto de textos que António Lino Neto escreveu sob pseudónimo no diário católico do Porto esclarecem a sua evolução num período cheio de sombras da recomposição do movimento católico em Portugal e o seu papel neste contexto. São artigos de maturidade, escritos num período de crise e mudança política quer a nível nacional quer internacional. O autor, ao assiná-los sob pseudónimo e ao pensá-los num

---

<sup>727</sup> Carta de António Lino Neto para o padre Neves Correia de 19-09-1914. Sublinhado e negrito no original in ASC/ENC.

<sup>728</sup> *Liberdade*, 19 de Agosto de 1914, p. 1.

período em que não detinha qualquer cargo oficial na Igreja Católica, beneficiou de uma liberdade de expressão que esteve sujeita a pesados constrangimentos políticos, sociais e religiosos enquanto presidente do Centro Católico Português e depositário da confiança da hierarquia católica.

Pensamos que este conjunto de artigos nos permitem compreender melhor o modo como António Lino Neto se posicionava dentro da Igreja Católica e face ao Estado, à sociedade, à organização do movimento católico e às relações que estabeleceu ou desejava estabelecer com outras personalidades do mundo católico ou republicano. Consideramos pertinente levar em conta estes textos para discutir a operacionalidade do conceito de «catolaico» muitas vezes aplicado a António Lino Neto e ao Centro Católico Português que dirigiu.

Na sequência da já citada polémica com a revista protestante *Luz e Verdade*, «Paulo Agostinho» foi confrontado com a distinção entre católicos liberais e ultramontanos. O colunista aceitou esta distinção e analisou-a em termos críticos do «catolicismo liberal»:

*«É a distincção entre catholicos ultramontanos ou romanos, e catholicos liberaes, comprehendendo-se nos primeiros todos os que, em matéria de fé e disciplina religiosa, acceitam integralmente a direcção e ensinamentos da Santa Sé, e nos segundos os que acceitam essa direcção e ensinamentos apenas em parte, consoante os seus modos de ver e sentir pessoas».*

*A distincção é exacta, e encontra correspondência na realidade dos factos.*

*Em Portugal, o número dos catholicos ultramontanos é, por enquanto reduzido; o número dos catholicos liberaes, em compensação, constitue a maioria da população do paiz. Importa, porém, notar que estes, em geral, o não são tanto por reflexão como por commodidade, por tendências pagãs, para não terem que conter-se muito dentro da disciplina dos sentidos; no campo doutrinal encontra-se apenas um ou outro, isoladamente, como Herculano, segundo a orientação dos chamados velhos catholicos da Allemanha, á frente dos quaes Doellinger»<sup>729</sup>.*

Perante esta situação de facto, caberia aos católicos ultramontanos mobilizar o movimento católico, reduzindo o número dos «católicos liberais»: «*Conhecida, pois, a disposição das fileiras catholicas, cumpre conduzi-las agora á sua completa integração dentro da fé. Eis um novo ponto a accentuar no programma da acção social da Egreja em Portugal*»<sup>730</sup>. «Paulo Agostinho» proclamou uma ideia que marcou a Acção Católica no século XX: a constituição de uma elite de católicos formada para dirigir a cristianização do país: «*No respeitante aos catholicos ultramontanos, há que tornal-os*

<sup>729</sup> *Liberdade*, 17 de Julho de 1914, p. 4. Em itálico no original.

<sup>730</sup> *Liberdade*, 17 de Julho de 1914, p. 4. Em itálico no original.

*uma verdadeira elite pela sua auctoridade moral, scientifica e litteraria. Para este fim, entre outros meios, impunha-se já a criação d'um Instituto de altos estudos catholicos, em Lisboa*<sup>731</sup>. Os termos em que António Lino Neto defende o conceito de «católico ultramontano» em contraponto ao conceito polissémico de «católico liberal» - aqui entendido como um católico que não aceita integralmente a doutrina da Igreja Católica - identifica-o claramente com o primeiro conceito.

Esta apropriação por «Paulo Agostinho» do termo «católico ultramontano» leva-nos a questionar o conceito usado para caracterizar a posição de António Lino Neto como católico ao longo da sua vida. A expressão «católico ultramontano», usada numa polémica com protestantes, possuía no meio republicano laicista um sentido claramente pejorativo. No período na República do pós Grande Guerra, quando António Lino Neto presidiu a uma organização católica representada no parlamento, a expressão não foi usada excepto pela minoria laicista mais radical contra o Centro Católico Português. Mesmo no meio católico seria uma opção discutível insistir na auto-designação de «ultramontano», uma vez que ela designava uma corrente de católicos que no século XIX se opusera aos «cismontanos», ou seja, os que valorizavam a dinâmica nacional dos católicos face à organização internacional do catolicismo assente em Roma, e o que o Centro Católico Português pretendia era unir os católicos ultrapassando clivagens. Em contrapartida, os católicos monárquicos manuelistas empenhados no derrube da República colaram ao centristas, a começar pelo seu Presidente, o epíteto pejorativo de «catolaico», o qual visava associar os católicos do Centro ao laicismo de tom maçónico. Este epíteto perdeu o seu carácter pejorativo e foi usado por alguma historiografia do período para fins analíticos<sup>732</sup>. Não cremos que o esquecimento por António Lino Neto do termo «católico ultramontano» e o aparecimento do epíteto «catolaico» correspondam a mudanças do seu pensamento. Pelo contrário, os artigos de «Paulo Agostinho» antecipam algumas linhas de força do que será o Centro Católico Português no período do pós Grande Guerra: uma organização cívico-política que não se auto-representa como um partido e procura unir os católicos por uma percepção essencialmente orgânica, superando as clivagens herdadas do passado, para defender os direitos e os interesses da Igreja Católica. Foi por fidelidade às directrizes do novo Papa, Bento XV, expressas na encíclica de 18 de Dezembro de 1919, que António Lino

---

<sup>731</sup> *Liberdade*, 17 de Julho de 1914, p. 4. Em itálico no original.

<sup>732</sup> Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

Neto liderou uma organização católica que negociou com o Estado laico republicano para rever a Lei da Separação e obter melhores condições para a Igreja Católica.

A identificação de «Paulo Agostinho» com o «catolicismo ultramontano», apesar dos anti-corpos que activava no campo republicano, não o entrincheirava numa posição separada do mundo não católico. Joaquim Pedro de Oliveira Martins, um dos pensadores mais influentes da geração de 1870, chegou a reconhecer algum valor ao ultramontanismo como resposta à crise de valores gerada pelo individualismo liberal<sup>733</sup>. Numa das suas obras escreveu que admitia «com os ultramontanos que o individualismo é incapaz de nos dar uma exacta definição do direito, e portanto uma constituição estável da sociedade»<sup>734</sup>. A prioridade à «questão moral» declarada por «Paulo Agostinho» permitia não só a convergência de católicos de diferentes gerações e tradições políticas, mas também com não católicos. Oliveira Martins definira a moral como «a mola íntima e o princípio praticamente orgânico da vida de sociedade»<sup>735</sup>. António Lino Neto e o historiador da geração de 1870 baseavam-se em princípios opostos: para o primeiro, a religião católica era o fundamento da moral; para o segundo, a moral e o mito eram o fundamento das religiões. Mas ambos convergiam no diagnóstico do individualismo liberal como um factor de crise da sociedade e viam na regeneração moral uma resposta a essa crise.

#### **4.6. A República e os católicos numa Europa em guerra**

Quando a guerra europeia começou no verão de 1914, Bernardino Machado dirigia um governo minoritário com intuítos pacificadores das tensões internas. Contava com o apoio do Presidente da República, Manuel de Arriaga, e a pasta do Negócios Estrangeiros fora entregue a Freire de Andrade, um ministro que se opunha à intervenção de Portugal na Grande Guerra e procurou declarar a neutralidade portuguesa. O Reino Unido, no entanto, pede a Portugal que se abstenha de uma declaração de neutralidade, colocando deste modo a hipótese de uma futura beligerância portuguesa<sup>736</sup>. O PRP liderado por Afonso Costa detinha a maioria na câmara dos

---

<sup>733</sup> Sobre o pensamento de J.P. Oliveira Martins acerca da religião ver António Matos Ferreira, *O Pensamento de Oliveira Martins sobre Religião*,...

<sup>734</sup> J. P. Oliveira Martins, Introd., coord. e notas de Lopes d' Oliveira, *Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Seara Nova, 1948, p. 33.

<sup>735</sup> Oliveira Martins, *As raças humanas e a civilização primitiva*, Vol. 2, 2.<sup>a</sup> edição aumentada. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira Editor, 1893, p. 144.

<sup>736</sup> Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra. 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 202-203.

deputados, mas os partidos republicanos minoritários, os evolucionistas e unionistas, dominavam o senado.

Os protagonistas políticos portugueses dividiam-se entre posições intervencionistas e anti-intervencionistas<sup>737</sup>. No início, a intervenção portuguesa na Grande Guerra era apoiada pelo PRP, parte do Partido Socialista Português (PSP), o Partido Evolucionista, além de vultos da intelectualidade republicana, como Teixeira de Pascoaes e Jaime Cortesão. Anarquistas adeptos das teses de Kropotkine e Jean Grave, como Emídio Costa, acabam por identificar a luta contra a Alemanha com a luta pela liberdade. Contra a participação portuguesa na guerra, encontrava-se a maioria dos monárquicos, unionistas, os fiéis de Machado Santos, uma facção do PSP liderada por Manuel José da Silva e a esmagadora maioria dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários. A União Operária Nacional manteve-se coerente contra a guerra. Aquilino Ribeiro, um intelectual republicano, declarava-se a favor da neutralidade absoluta de Portugal. O agrupamento heterogéneo de anti-intervencionistas incluía defensores da aliança inglesa que argumentavam com a falta de vontade britânica em contar com tropas portuguesas. Brito Camacho admitia que Portugal auxiliasse a Grã-Bretanha, mas afirmava que Portugal só devia participar na Guerra defendendo as colónias em África e respondendo aos pedidos do seu secular aliado. A proposta de lei de autorização ao poder executivo para conduzir a participação portuguesa na Grande Guerra acaba por ser votada, a 21 de Novembro de 1914, com votos favoráveis do PRP, do Partido Evolucionista (ainda que não mencionando os teatros de guerra), do Partido Unionista (manifestando preferência pela continuação da neutralidade condicional), de Machado Santos e do Partido Socialista Português<sup>738</sup>. Entre os monárquicos liberais e integralistas, em contraste com a posição de D. Manuel II seguida pelo seu lugar-tenente João de Azevedo Coutinho, predominam posições anti-intervencionistas e até germanófilas. É neste contexto que, como observa Nuno Severiano Teixeira, se ensaia uma autonomização dos católicos em relação aos monárquicos. Face à doutrina e à sensibilidade católica, a violação da neutralidade da Bélgica e a destruição da Catedral de Reims são argumentos contra a Alemanha do Kaiser. Os católicos oscilarão entre o apoio aos aliados e a sintonia com as posições neutralistas do Papa Bento XV. Além das questões doutrinárias e de alinhamentos ideológicos, a questão prática da assistência

---

<sup>737</sup> Filipe Ribeiro de Menezes, «Intervencionistas e anti-intervencionistas» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 267-276.

<sup>738</sup> Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra. 1914-1918...* p. 243-245.



religiosa dos capelães militares aos militares portugueses mobilizados foi uma via para a reconciliação dos católicos com a República.

Apesar das divisões nas elites governativas e até no movimento operário face à intervenção portuguesa na Grande Guerra, esta concretiza-se devido à interacção de três motivos<sup>739</sup>: a defesa das colónias portuguesas em África, uma causa comum a republicanos e monárquicos, laicos e católicos; o afastamento do «perigo espanhol», alimentado pela vontade anexionista espanhola, pela aproximação diplomática do Reino Unido a Espanha e pelo enfraquecimento da secular aliança que, esclareceu a monarquia britânica, não abrangia a fronteira terrestre portuguesa; a legitimação interna da República como regime capaz de realizar uma mobilização nacional e o reforço do partido que apostou de modo radical na participação na Grande Guerra, o PRP. O envio de tropas portuguesas para o palco de guerra europeu visava unir as forças políticas portuguesas face a um inimigo e obter o reconhecimento externo da recente e frágil república portuguesa.

O espoletar do conflito europeu e a impreparada participação de Portugal na Grande Guerra levou a mudanças na natureza do poder executivo, reforçando o seu poder. Logo a 7 de Agosto de 1914, quando a participação portuguesa no conflito europeu era apenas uma hipótese, foi aprovada a Lei n.º 275 que dava «plenos poderes» ao executivo para manter a ordem pública e salvaguardar o interesse nacional e para responder a situações de emergência económica e financeira. Uma outra lei, datada de 26 de Novembro de 1914, autorizou o poder executivo a decidir a entrada de Portugal na guerra quando e nas condições que entendesse serem necessárias<sup>740</sup>.

A exemplo do que aconteceu na Alemanha, França e Inglaterra, foram criados em Portugal organismos públicos destinados à regulação e planificação económica. A 10 de Agosto de 1914 o ministro da Justiça estabeleceu penas para os comerciantes que subissem os preços dos géneros de primeira necessidade. De seguida o Governo tomou medidas para evitar a saída do país de ouro e divisas. As linhas gerais da política económica de guerra foram executadas pela acção concertada dos ministérios da Justiça,

---

<sup>739</sup> Seguimos as conclusões sobre os motivos da participação na Grande Guerra e o modo como esta foi realizada em Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra. 1914-1918...* p. 373-382.

<sup>740</sup> Luís Salgado de Matos, *Tudo o que sempre quis saber sobre a Primeira República em 37 mil palavras. As instituições políticas portuguesas do 5 de Outubro de 1910 ao 28 de Maio de 1926*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 39-40.

do Fomento e das Finanças<sup>741</sup>. Ainda em Agosto foram criados os Armazéns Gerais Industriais, as Bolsas de Mercadorias de Lisboa e Porto e a Comissão de Subsistências, a qual devia estudar medidas que garantissem os abastecimentos da metrópole portuguesa e das colónias e evitassem perturbações na produção industrial.

O Governo de Pimenta de Castro, para responder à carestia e elevado preço do trigo e do pão, revogou a chamada «lei da fome» de Elvino de Brito e criou o *pão político*, afrontando as críticas oriundas dos sectores da moagem e da panificação. O *pão político* assentava em três pilares: uma redução do preço da tabela do trigo, o carácter obrigatório do manifesto e da venda do trigo, a compra e venda do trigo à moagem a preço subsidiado, pela Manutenção Militar<sup>742</sup>.

Os governos portugueses durante a Grande Guerra criaram organismos consultivos em matéria de intervenção económica, cujos nomes foram mudando sem que as suas funções se alterassem substancialmente - Comissão Central de Subsistências, a 7 de Fevereiro de 1916, a Comissão dos Abastecimentos, a 16 de Setembro de 1916, e o Conselho Económico e Social, no início de 1917. Em Junho de 1917 foi criada, na dependência do Ministério do Trabalho e Previdência Social, uma Administração dos Abastecimentos, com diversas funções, entre as quais o estudo da questão, compilação de dados estatísticos, intervenção nas requisições e fiscalização dos serviços de subsistências. A União Sagrada ensaiou sucessivas formas de intervenção na actividade económica: fixação de preços e medidas contra a especulação e o açambarcamento, proibição de exportações e, em Novembro de 1917, já na agonia da «República Velha», a «mobilização agrícola», que promovia a cultura dos baldios e premiava os agricultores que tivessem cultivado novas terras<sup>743</sup>.

A Grande Guerra atingiu de modo desigual a economia portuguesa. A produção agrícola caiu, afectada pelo difícil acesso a sementes e adubos e por uma queda na exportação de produtos como o vinho do Porto. Algumas indústrias aproveitaram os entraves ao comércio internacional para substituir importações. Os baixos salários, os preços elevados e a falta de concorrência garantiram lucros e dispensaram geralmente a modernização dos métodos produtivos. As indústrias exportadoras de produtos

---

<sup>741</sup> Ana Paula Pires, «A economia de guerra: a frente interna» in Fernando Rosas, «A República e a Grande Guerra» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 322-323.

<sup>742</sup> Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p. 114-155.

<sup>743</sup> Ana Paula Pires, «A economia de guerra: a frente interna»..., p. 322-337.

valorizados no contexto da Grande Guerra – têxteis, volfrâmio e conservas – foram as mais beneficiadas com a conjuntura<sup>744</sup>.

A crise de subsistências foi-se agravando nos anos da guerra. Em 1916, Portugal importava metade do trigo que consumia, isto é, 182 mil toneladas e no ano seguinte só conseguiu importar 55 mil toneladas<sup>745</sup>. No primeiro semestre de 1916 começaram a ser assaltados armazéns de produtos alimentares, em Lisboa, Porto e Almada. O fenómeno, que escapava ao enquadramento das organizações sindicais, atingiu um clímax na chamada «revolução da batata» ou «revolução da fome», entre 19 e 21 de Maio de 1917, quando o aumento num só dia do preço da batata de 50 para 140 réis originou uma vaga de assaltos a mercearias, padarias, armazéns e casas de Lisboa. A repressão saldou-se por 22 mortos e mais de 50 feridos<sup>746</sup>. Para Vasco Pulido Valente, o episódio marcou o divórcio entre os «lojistas» republicanos da propaganda e o povo que os assaltou<sup>747</sup>. O movimento grevista alcançou uma importante vitória com a greve geral decretada pela União Operária Nacional (UON) em Julho de 1917, que se traduziu na libertação de presos políticos e na aceitação de subida de salários até cinquenta por cento. A UON voltou a decretar outra greve a 8 de Setembro, mas foi derrotada por uma repressão mais determinada do executivo.

Ana Paula Pires sintetiza as causas gerais desta crise em seis pontos: a produção mundial de abastecimentos diminuiu drasticamente, devido à absorção de mão-de-obra pelos campos de batalha; o consumo dos soldados em campanha aumentou substancialmente; a produção dos países beligerantes foi desviada para abastecer os exércitos; os transportes marítimos sofreram limitações; os prémios dos seguros subiram; o preço do carvão aumentou. A estas causas gerais acrescentaram-se causas internas: os governos republicanos não tomaram medidas para desenvolver e aumentar a riqueza em Portugal; o ágio de ouro aumentou e a moeda depreciou-se; cresceram a especulação, o açambarcamento e os preços<sup>748</sup>.

A deterioração das condições económicas e sociais condicionou as sucessivas conjunturas políticas. O governo de Bernardino Machado deixou-se isolar e fragilizar, demitindo-se em Dezembro de 1914. Sucedeu-lhe o governo presidido por Vítor Hugo

---

<sup>744</sup> Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial...*, p. 370-371.

<sup>745</sup> Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal...*, p. 607.

<sup>746</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 342.

<sup>747</sup> Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 109.

<sup>748</sup> Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial...*, p. 150.

de Azevedo Coutinho, deposto pelo «movimento das espadas», com o qual o exército mostrou a sua hostilidade ao governo apelidado dos «*miseráveis* de Vítor Hugo», ao PRP e à intervenção portuguesa na Grande Guerra<sup>749</sup>. O Presidente da República, Manuel de Arriaga, chamou ao poder Pimenta de Castro o general mais antigo do Exército, um republicano que fora ministro da Guerra no governo de João Chagas, pedindo-lhe para manter a ordem pública e preparar as eleições seguintes. Para atingir o segundo objectivo foram adiadas as eleições para Junho e publicada em Fevereiro nova legislação eleitoral, devolvendo o direito de voto aos oficiais e sargentos que tinham sido excluídos pela lei de 1913 de Afonso Costa e aumentando a representação das minorias. Quer o novo calendário quer a nova lei eleitoral significavam que as eleições seriam organizadas contra a lógica do poder do PRP.

O governo de Pimenta de Castro, iniciado a 28 de Janeiro de 1915, declarou que Portugal permaneceria neutral no conflito europeu e promoveu o regresso de Paiva Couceiro e dos seus seguidores. Ambas as medidas contribuíram para convencer os seus adversários de que a República estava em perigo. Até porque a amnistia a adversários políticos dos democráticos foi conjugada com o afastamento de cargos directivos de militares radicais. Monárquicos e católicos puderam organizar-se legalmente. A 3 de Março foi legalizada a organização política dos monárquicos, com a autorização para a abertura do Centro Monárquico de Lisboa.

A «ditadura» do velho general foi derrubada a 14 de Maio de 1915 por uma violenta insurreição formada por uma base social de civis e militares muito para além dos militantes do PRP, constituída por uma parte da GNR, grupos de infantaria e quinze mil civis armados. A junta revolucionária vencedora empossou um governo que procurava dar a ideia da reconstituição da unidade republicana ao juntar um evolucionista, um unionista e alguns republicanos históricos a um elenco governativo dominado pelo PRP. João Chagas, que deveria ser o primeiro-ministro, sofreu um atentado no qual perdeu um olho. Na sequência deste acontecimento, foi substituído por José de Castro.

A 13 de Junho de 1915, as eleições organizadas pelo PRP deram aos democráticos 103 deputados e 36 senadores. A oposição era constituída por 22

---

<sup>749</sup> Segundo Vasco Pulido Valente, o *golpe das espadas* de Pimenta de Castro resultou de duas negações: a da República jacobina e do regresso à monarquia (Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917)...*, p. 60).

deputados e sete senadores evolucionistas, seis deputados e um senador unionista, dois deputados socialistas, um deputado e um senador católico. Em Novembro José de Castro apresentou a sua demissão que foi aceite pelo Presidente da República. Bernardino Machado convidou Afonso Costa a formar o seu segundo governo.

A relutância do Reino Unido em aceitar uma participação portuguesa na Grande Guerra foi vencida quando a evolução da guerra submarina e a necessidade de obter mais tonelagem levou o governo britânico a pedir ao governo republicano a requisição de navios alemães que se encontravam em portos portugueses. O governo de Afonso Costa aceitou apreender os navios germânicos com a condição da apreensão realizada ser legitimada pela aliança inglesa, abrindo as portas à beligerância portuguesa. A condição do governo português foi aceite e a requisição levada a cabo. A 9 de Março de 1916 a Alemanha e a 11 desse mês a Áustria declararam guerra a Portugal. Na expressão de Fernando Rosas, «a guerra foi a morte da Primeira República»<sup>750</sup>. O governo português contraiu um empréstimo de 15,6 milhões de libras para financiar a participação na guerra o qual, em 1925, com os juros acumulados era já de 22,6 milhões de libras<sup>751</sup>. Ou seja, a política intervencionista agravou os desequilíbrios financeiros e intensificou os conflitos sociais entre o governo e os sindicatos.

Um meio de minimizar a oposição a um governo intervencionista seria integrar no governo grande parte da oposição. A União Sagrada nem sequer conseguiu mobilizar todos os republicanos moderados. Não incluiu nem o Partido Unionista, nem o Partido Socialista Português. A hipótese de convidar católicos não chegou a ser concretizada e a de atrair monárquicos não foi discutida. Filipe Ribeiro de Menezes considera que a exclusão de católicos foi a mais grave, pois seria «uma oportunidade única para estabelecer um novo entendimento entre a República e a Igreja»<sup>752</sup>. Nem todos os católicos queriam aproveitar a oportunidade – os católicos e monárquicos manuelistas de *A Ordem* e os miguelistas de *A Nação* recusavam-na. Bernardino Machado para reflectir sobre o assunto ouviu, a 12 de Março, o senador católico Silva Gonçalves. A inclusão de católicos no governo teria um preço – o da revisão da Lei da Separação –, exigido quer pelos católicos quer pelos unionistas, preço que Afonso Costa não queria e talvez não pudesse pagar sem alienar uma parte importante dos seus apoios

---

<sup>750</sup> Fernando Rosas, «A República e a Grande Guerra» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 248.

<sup>751</sup> António José Telo, *Primeira República I...*, p. 337.

<sup>752</sup> Filipe Ribeiro de Menezes, «A União Sagrada» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 278-279.

republicanos. O esforço de unir forças políticas saldou-se por uma aliança entre o PRP e evolucionistas, com o apoio no senado de unionistas e católicos. O ministério formado a 15 de Março de 1916 e dirigido por António José de Almeida era constituído por quatro evolucionistas nas pastas de Colónias, Justiça, Instrução e Fomento e cinco membros do PRP nas pastas de Finanças, Estrangeiros, Guerra, Marinha e Trabalho. Ou seja, as pastas decisivas para a intervenção portuguesa na Grande Guerra estavam nas mãos de elementos do PRP.

A 30 de Janeiro de 1917 partiram os primeiros militares do Corpo Expedicionário Português (CEP) para França. O Governo da União Sagrada batera-se para rejeitar todas as hipóteses de intervenção que não incluíssem a participação das forças militares portuguesas na frente de combate. Em Abril desse ano o Partido Evolucionista saiu do governo. Afonso Costa foi convidado por Bernardino Machado para formar o segundo governo da União Sagrada. Aceitou e escolheu ministros do PRP.

Foi no contexto de uma intensa contestação social e ampla oposição política, desde a extrema-esquerda anarco-sindicalista à extrema-direita integralista, que o golpe de Estado de 5 Dezembro de 1917 colocou um ponto final na União Sagrada e na «República velha».

O início da Grande Guerra marcou uma reformulação da «questão religiosa» na «República Velha». As razões da mudança encontravam-se nas expectativas dos republicanos e das dinâmicas desencadeadas pela participação portuguesa na Grande Guerra, assim como na sucessão de Pio X por Bento XV, como já referido. Bernardino Machado e o ministro português em Roma, Eusébio Leão, encararam a eleição do novo Papa com uma expectativa positiva.

Em Outubro de 1914, Bento XV procedeu às primeiras nomeações de bispos em Portugal desde o início da República: a 1 de Outubro, nomeou arcebispo de Braga D. Manuel Veira de Matos, que era bispo da Guarda. Tomou posse do cargo a 14 de Março de 1915, depois de, em Novembro de 1914, ter estado preso devido a suspeitas de ligações a uma conspiração monárquica. A 2 de Outubro de 1914, o Papa nomeou D. Manuel Damasceno da Costa<sup>753</sup> para bispo de Angra do Heroísmo e D. António Pereira

---

<sup>753</sup> D. Manuel Damasceno da Costa (1867-1922) foi sagrado bispo de Angra a 11 de Abril de 1915. Desembarcou no porto da sua diocese a 11 de Abril de 1915.

Ribeiro<sup>754</sup> para bispo do Funchal. Na mesma data, D. José Alves Mattoso, que era cónego da Sé de Coimbra, foi nomeado bispo Guarda. A 31 de Dezembro de 1914, D. Manuel Luís Coelho da Silva<sup>755</sup> foi nomeado bispo de Coimbra. Em 1915, Bento XV nomeou, a 5 Outubro, D. José Lopes Leite de Faria<sup>756</sup> bispo de Bragança e, a 9 de Dezembro, D. Manuel da Conceição Santos, bispo de Portalegre<sup>757</sup>.

O ministro da Justiça de Pimenta de Castro publicou uma portaria, a 18 de Fevereiro de 1915, que estipulava, inspirada pela Lei Briand, não ser possível a constituição de novas cultuais sem a certificação, pelos administradores dos concelhos, de que os seus sócios eram católicos. As cultuais que não cumprissem esta condição seriam dissolvidas, o que de facto veio a acontecer nalguns casos<sup>758</sup>.

Perante o novo ciclo político, que se vislumbrou com as eleições de Junho de 1915, verificamos uma falta de sintonia entre as posições do Vaticano e as do episcopado português. Como vimos, foram as primeiras eleições na República em que os católicos organizados enquanto tais concorreram às urnas e entraram no parlamento. Mas a estratégia de relacionamento do poder do Vaticano com a República portuguesa não se cingia a apoiar o Centro Católico e os outros católicos politicamente activos, na sua maioria monárquicos e, numa minoria, republicana. Os católicos republicanos, além de serem poucos eram alvo de suspeitas dos católicos monárquicos de colaborarem num projecto anti-clerical. Desde o início do pontificado de Bento XV o Vaticano buscou entendimentos e/ou interlocutores junto dos republicanos moderados. Queria integrar os

---

<sup>754</sup> D. António Manuel Pereira Ribeiro (1879-1957) formou-se em Teologia em Coimbra em 1900. Foi redactor do bissemanário *A Cruz*, órgão do Círculo Católico de Operários de Viana do Castelo. Em 1 de Fevereiro de 1904 tomou posse como vice-reitor do seminário de Bragança e professor de ciências eclesásticas. A 3 de Julho de 1905 tomou posse do canonicato da sé do Funchal. Em 1910 foi encarregado da direcção do seminário desta diocese. Em Junho de 1911 foi eleito vigário capitular da sé do Funchal. A 2 de Outubro de 1914 foi nomeado bispo do Funchal. Foi o primeiro bispos a ser sagrado na República. Fez a sua entrada solene na catedral a 14 de Agosto de 1916.

<sup>755</sup> D. Manuel Luís Coelho da Silva (1859-1936) foi sagrado bispo no Porto a 21 de Março de 1915, realizando a sua entrada solene na cidade a 15 de Abril desse ano. Foi um bispo empenhado na assistência religiosa na campanha da Grande Guerra. A 4 de Fevereiro de 1917 apelou a todos os diocesanos para contribuírem para a sustentação dos capelães militares católicos. A 1 de Dezembro de 1917 celebrou um *Te Deum* solene pela vitória de Portugal.

<sup>756</sup> D. José Lopes Leite de Faria (1874-1924) nasceu num concelho de Guimarães. Concluiu o curso teológico em Braga em 1894. Foi professor no colégio de S. Dâmaso, em Guimarães e no seminário-liceu desta cidade. Fundou o semanário *Jornal de Guimarães*, editado em 1902 e 1903 e o semanário *A Restauração*, publicado entre 1 de Dezembro de 1903 e 9 de Março de 1911. Em 1911 saiu do país, fixando a sua residência em Lourdes. Nomeado bispo de Bragança por Bento XV, fez a sua entrada solene na cidade a 14 de Março de 1915. Em 1917 fundou *O Semeador*, o boletim oficial da diocese, no qual publicaria as suas homilias e textos de defesa do Centro Católico Português, em polémica com os seus críticos.

<sup>757</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, ..., p. 496, 514, 526, 542, 546, 569, 578.

<sup>758</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A «Guerra Religiosa»*..., p. 252.

católicos no regime e favorecer os republicanos moderados, desse modo moderando a própria República na sua política face à Igreja Católica. O segundo objectivo não era menos importante do que o primeiro. No episcopado português prevalecia, em 1915, uma atitude de combate ao poder republicano, ainda que no terreno da legalidade. É nesta perspectiva que interpretamos a carta, datada de 12 de Julho de 1915, que o Secretário de Estado do Vaticano, cardeal Gasparri, dirigiu ao Encarregado de Negócios a trabalhar na nunciatura de Lisboa, monsenhor Masella, pedindo-lhe para esclarecer os prelados portugueses que tinham interpretado mal as instruções vaticanas no que respeitava à atitude a adoptar pelos católicos nas eleições de Junho de 1915.

Os bispos portugueses tinham declarado publicamente: «...procurarão os catholicos, na falta de indivíduos de reconhecidas e provadas convicções religiosas, concorrer sempre para a eleição de homens não hostis à Egreja..., que...offereçam garantias, ou dêem fundadas esperanças de votar no Parlamento contra as leis oppostas aos preceitos de Deus e aos direitos sagrados da Egreja...». Ora as instruções da Santa Sé eram «appoggiare, ove manchi candidato proprio o positivamente favorevole religione, persona più temperata e meno ostile religione medesima». O Secretário de Estado do Vaticano criticou claramente a interpretação dos bispos portugueses das instruções pontifícias:

«Le quali parole sembrano escludere che si appoggi, - contro un candidato irriducibilmente ostile alla religione, p.e. un democratico ultra radicale-massonico, - una personal politica, ascritta essa pure a partiti repubblicani, ma d'idee e di propositi più temperati e meno avversi alla Chiesa. Esprimono, quindi, un concetto ed un consiglio non perfettamente consoni alla mente ella S. Sede, la quale vuole che s' impedisca nel caso il male maggiore»<sup>759</sup>.

A aplicação da doutrina do «mal menor» à política interna portuguesa pela Santa Sé implicava portanto uma distinção pelos católicos entre republicanos «radicais» e «moderados», admitindo o apoio de católicos a «republicanos moderados», mesmo que estes não fossem católicos ou até tivessem posições contrárias aos interesses da Igreja Católica, na condição de serem uma alternativa a um «mal maior».

Durante o terceiro governo de Afonso Costa e a presidência da República de Bernardino Machado, o Vaticano tomou a iniciativa de negociar o restabelecimento das relações diplomáticas com o Estado português. O processo foi preparado por Eugénio Pacelli, o qual se encontrava na Congregação dos Negócios Eclesiásticos

---

<sup>759</sup> ASV, Nunziatura Apostolica di Lisbona. 1910-1922, N. 393, fls. 383-384.



Extraordinários. O intermediário nas negociações foi o conde Cappello, representante do Mónaco na Santa Sé, o qual entregou a nota vaticana ao ministro português em Roma, Eusébio Leão, que a fez chegar ao Presidente da República português. A nota desenvolvia nove condições para o restabelecimento das relações diplomáticas. Pacelli procurava conciliar dois princípios aparentemente contraditórios: o reconhecimento das cultuais pela Santa Sé, desde que não fossem organizadas por ateus, e o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica pelo Estado português. Com a sua saída do processo negocial, por ter sido colocado como núncio da Alemanha, a nota vaticana torna-se um obstáculo ao entendimento entre ambas as partes. O novo responsável pela Congregação dos Negócios Extraordinários, D. Boaventura Cerretti, terá considerado excessivo o reconhecimento das cultuais no caso de não serem organizadas por ateus, o que a Santa Sé tinha recusado no caso francês. E insistiu, em termos intransigentes, no reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica, exigência que Eusébio Leão interpretava como o regresso a uma Igreja de Estado<sup>760</sup>.

#### 4.6.1. Os primeiros passos da União Católica e do Centro Católico

Os estatutos da União Católica foram redigidos por uma comissão de advogados composta por Ribeiro Coelho e António Lino Neto. A proposta de estatutos, datada de 24 de Março de 1915, defendia que a União Católica devia ser uma associação ao abrigo da lei de 14 de Fevereiro de 1907, a qual só era obrigada a participar ao governador civil a sede, o fim e o regime interno da associação. Deste modo se evitariam eventuais objecções ou condicionantes impostas pelas autoridades republicanas. Esta opção implicava a renúncia a implantar a União Católica a nível nacional. O caminho recomendado era que em cada diocese se constituísse uma União Católica, de estatutos análogos à de Lisboa, participando as informações requeridas ao governador civil do respectivo distrito. Caberia aos prelados unir as diversas «uniões católicas». Os estatutos da União Católica de Lisboa definiam como seu fim «elucidar a opinião pública por todos os meios de legítima propaganda, acerca das doutrinas do catholicismo, promovendo em harmonias com estas doutrinas a observância dos deveres religiosos, cívicos e sociaes, e defender, por todos os meios justos e legais os direitos e legítimos interesses da Religião e Igreja catholica em Portugal» (art.º 2.º). Para ser sócio da União Católica era necessário ser «católico militante», qualidade que devia ser atestada pelo prelado diocesano, além de maior de idade e pertencer ao género

---

<sup>760</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 447-449.

masculino (art.º 3.º)<sup>761</sup>. É possível que as limitações estatutárias tenham sido um entrave ao desenvolvimento da União Católica. Em seu nome foi promovido um congresso diocesano no Algarve, em 1916, e outros congressos no período do pós Grande Guerra.

O Centro Católico foi criado a 11 de Fevereiro de 1915, numa reunião do Porto. A sua comissão central foi constituída, em 1915, por Diogo Pacheco de Amorim, jovem dirigente do CADC de Coimbra; Domingos Pulido Garcia, advogado; João Maria da Cunha Barbosa, padre e advogado; e Alberto Pinheiro Torres, publicista e antigo deputado do Partido Nacionalista. Era intenção declarada do Centro Católico restabelecer as relações entre o Estado português e a Santa Sé, reclamar liberdade de culto, de associação e de ensino. Nas eleições de Junho de 1915, o Centro Católico elegeu dois padres, o deputado Castro Meireles, pelo círculo n.º 14 de Oliveira de Azeméis, e o senador Silva Gonçalves, pelo círculo n.º 3 de Braga.

A declaração ministerial do segundo governo de Afonso Costa, nas entrelinhas, era orientada por dois princípios: entrada na Guerra e defesa da República. Os parlamentares católicos receberam a declaração com uma dupla atitude: aproveitaram o apelo à reconciliação nacional para defender uma revisão da Lei da Separação; subscreveram as proclamações patrióticas, que implicitamente legitimavam a tomada de partido pelos aliados no conflito bélico. O posicionamento face ao conflito originado na Europa marcava a autonomização dos católicos face aos monárquicos. Fernando de Sousa (Nemo), uma personalidade em que tanto a identidade católica como a monárquica eram fortes, neste período recorreu a argumentos da tradição e doutrina católica. Sublinhou, num tom antigermanófilo, o carácter pagão e luterano da Alemanha, e criticou a violação da neutralidade da Bélgica, condenável face à doutrina católica. Apesar do próprio reconhecer que discordava de muitos outros monárquicos, a sua posição encontrava-se sintonizada com a de D. Manuel II, apoiante dos aliados.

O Centro Católico foi refundado a 8 de Agosto de 1917 numa assembleia em Braga, em pleno terceiro governo de Afonso Costa, que no meio católico era visto como uma ameaça à paz religiosa. Em 22 de Janeiro desse ano os bispos tinham renovado o «Apelo de Santarém» de 1913 a uma União Católica. A margem de intervenção na vida pública que a Igreja Católica obtivera desde o início da Grande Guerra permitia aos católicos ter um papel mais activo no regime vigente. Os bispos exortavam-nos a aceitar cargos públicos e a exercer correctamente o direito de voto num sentido favorável aos

---

<sup>761</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/R-01/03/002.

direitos e interesses da Igreja Católica. O apelo dos bispos teve uma repercussão imediata nas eleições suplementares de 15 de Junho de 1917, com a candidatura de Diogo Pacheco Amorim, o qual conseguiu um segundo lugar na eleição de deputados por Braga.

Durante a assembleia presidida por Alberto Pinheiro Torres foi aprovado um programa do Centro Católico Português, definida uma estrutura organizativa baseada numa divisão do país em três regiões, e eleita a direcção. O CCP, de acordo com o programa, era uma «parte integrante» da União Popular Católica e propunha-se actuar quer no campo religioso, quer no campo político-social. A finalidade religiosa do CCP era catolicizar os costumes, leis e instituições portuguesas; assegurar os direitos e liberdades da Igreja Católica e dos católicos; obter a aplicação de medidas definidas como o «programa mínimo do Centro»: «o restabelecimento das relações do Estado Português com a Santa Sé, a liberdade de ensino religioso, a liberdade de associação e a liberdade de culto».

Os objectivos do CCP no campo político-social estavam sintetizados em catorze pontos. Constatamos que muitos deles já tinham sido defendidos publicamente por António Lino Neto. Não temos prova de que tenha participado directamente na redacção do programa, mas terá tido a sua influência, quanto mais não seja através das obras que publicara e das opiniões que defendera em jornais. Estamos a referir-nos à defesa da descentralização e do espírito regionalista (1), à separação da administração pública da política (2), ao aproveitamento das riquezas do país por intermédio de empresas nacionais ajudadas pelo Estado (6), à reforma do ensino de acordo com as tradições nacionais (8), a uma organização do regime de propriedade favorável à estabilidade familiar (12), à moderação das «ambições e lutas» partidárias, no sentido de submissão dos partidos ao «interesse nacional» (14). A redacção do ponto 12 mostrava que o modo como António Lino Neto abordara o problema em *A Questão Agrária* não era consensual no meio católico. Consensual era a identificação do problema (o regime de propriedade) e o fim a alcançar (a estabilidade e continuidade da família). Mas António Lino Neto defendera em 1908 o arroteamento de terrenos incultos, a melhoria da produtividade agrícola através da rega e da diversificação dos produtos agrícolas cultivados e até a «socialização parcial dos solos», processo em que os municípios desempenhariam um papel decisivo. A tendência a contrariar, no programa do CCP, era a «excessiva pulverização» do regime de propriedade. Ou seja, a solução estaria no

emparcelamento a Norte e não em dividir a propriedade e criar novos proprietários ou arrendatários a Sul.

Do programa do CCP constavam ainda propósitos consensuais entre as elites representadas no parlamento: autonomia do poder judicial (3), equilíbrio financeiro (4), organização militar e relações internacionais que assegurassem a integridade nacional (10), desenvolvimento das marinhas mercante e de guerra que garantissem a expansão do comércio com as colónias (11). O ponto 5, que define como objectivo a protecção à agricultura e indústrias nacionais «de reconhecida utilidade» pode ser visto como o reconhecimento da necessidade sublinhada pelo contexto da guerra de uma maior intervenção do Estado na economia. Outros objectivos são próprios das dinâmicas sociais e missionárias do catolicismo português: proteger a classe operária (7) e apoiar as missões católicas no ultramar (13).

A direcção do Centro Católico Português era constituída por três dirigentes, cada um representando uma região: Pinheiro Torres pelo Norte, Fernando de Sousa (Nemo) pelo Sul e Diogo Pacheco de Amorim pelo Centro. As duas primeiras personalidades eram já publicistas veteranos e militantes quer da Igreja Católica quer do campo monárquico. A direcção reflectia a forte componente monárquica do CCP na primeira fase, isto é, de 1917 a 1919.

#### 4.6.2. A intervenção na Grande Guerra: catolicismo e nacionalismo.

No rescaldo da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo publicou, a 19 de Março de 1916, a *Exortação ao clero e fiéis do Patriarcado por ocasião da declaração de guerra*, na qual glosava o tema da entrada de Portugal na Grande Guerra à luz de um nacionalismo católico que exigia ao crente o cumprimento do dever de servir a pátria em perigo: «Em semelhante conjuntura, torna-se mister que todos os que sentem pulsar-lhes no peito um coração de portugueses prestem à Pátria o serviço, que ela reclama de seus filhos, neste momento de perigo comum»<sup>762</sup>. O cardeal-patriarca apelava à mobilização dos católicos para defender a posição do governo afirmando implicitamente que o que estava em causa era a independência de Portugal. Não se pronunciava sobre opções estratégicas. Deste modo podia ser invocado pelos católicos que defendiam que a participação de Portugal na

---

<sup>762</sup> *Representação dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República Portuguesa a propósito das perseguições feitas à Igreja em Portugal. Exortação ao clero e fiéis do Patriarcado por ocasião da declaração de guerra*, Lisboa, Typ. do Annuario Commercial, 1916, p. 13.

Grande Guerra devia cingir-se às colónias. Mas não se opunha ao projecto afonsista de participar no palco europeu:

«Que ninguém, pois, válido e nas condições devidas, cerre ouvidos às vozes da Pátria, correndo em seu auxílio e procurando defendê-la da mão de ferro, que pretende esmagá-la; que ninguém se poupe a máxima energia para a pôr a salvo de violências e extorsões, vertendo o seu sangue e arriscando a própria vida, se tanto se mostrar necessário, para que Portugal mantenha os seus foros e regalias e continue a ocupar o seu lugar à mesa onde comungam as Nações livres»<sup>763</sup>.

Nesse texto Mendes Belo recomendava como figura de referência para os católicos Nuno Álvares Pereira, cujo papel no imaginário nacionalista e na convergência entre nacionalismo republicano e católico foi cada vez mais relevante nos anos seguintes<sup>764</sup>.

A assistência religiosa dos capelães militares aos combatentes foi a peça fundamental numa nova articulação entre o poder republicano e a Igreja Católica<sup>765</sup>. Apenas a 18 de Janeiro de 1917 foi publicado o decreto n.º 2.942, que regulava a assistência religiosa em campanha, equiparando os ministros não militares das diversas religiões a alferes, com direito a beneficiarem de transportes, alimentação e alojamento das Forças Armadas, mas sem auferirem qualquer vencimento. O decreto representou uma derrota da Associação do Registo Civil, que se opunha à existência de capelães militares, e suscitou críticas negativas no meio católico, reclamando o pagamento de um soldo aos capelães-militares, a sua equiparação a capitão, a exemplo do que acontecia em França, e temia o recrutamento de padres «rebeldes», pensionistas em conflito com a hierarquia católica. A necessidade da Igreja Católica subsidiar os capelães militares, acabou por ser um argumento a favor do seu poder de seleccioná-los. A Associação do Registo Civil travou ainda, em vão, uma batalha pela entrada nas fileiras militares dos padres suspensos pela hierarquia católica.

A 29 de Janeiro de 1917 foi formada em Lisboa uma Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha, com sede no Paço Episcopal localizado no Campo Mártires da Pátria, com a função de coordenar a recolha de fundos e ofertas para financiar os capelães-militares e apoiar os soldados. O presidente honorífico da Comissão Central era o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo. António

---

<sup>763</sup> *Representação dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República Portuguesa a propósito das perseguições...*, p. 13.

<sup>764</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira...*

<sup>765</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *Nas Trincheiras da Flandres...*

Lino Neto integrava a comissão como vogal, juntamente com Fernando de Sousa (Nemo), Domingos Pinto Coelho, Tomás de Melo Breyner, D. Tomás de Vilhena, António Forjaz de Sampaio, cónego Aires Pacheco, monsenhor Alçada de Paiva, Joaquim Martins Pontes e J.M. Pereira dos Reis. A direcção efectiva da Comissão Central era exercida por D. João Lima Vidal, arcebispo de Mitilene, secundado pelo vice-presidente Aires de Ornelas, o lugar-tenente de D. Manuel II. Na comissão havia católicos reconhecidos publicamente como manuelistas e legitimistas, mas não como integralistas ou republicanos. A *Capital* criticou o elenco da Comissão Central, considerando que era constituído apenas por monárquicos<sup>766</sup>. Apesar de António Lino Neto em 1914, como vimos, já ter deixado de colaborar no *Liberdade* em discordância da orientação monárquica que lhe tencionava imprimir Alberto Pinheiro Torres, a percepção pública da sua posição continuava a ser a de monárquico. A Grande Guerra contribuiu para autonomizar o sentimento de pertença católico face ao monárquico mas ambos permaneciam ligados e só o apoio ou adesão de católicos a posições ou organizações diferentes das monárquicas permitia distinguir entre ambas as identidades.

Foi na qualidade de advogado que António Lino Neto interveio na Comissão Central para a Assistência Religiosa em Campanha (CCARC). Pelo decreto de 18 de Fevereiro de 1911, os párocos continuavam a ser responsáveis pelos livros de registo paroquial anteriores ao estabelecimento do registo civil obrigatório e continuavam a passar as certidões respectivas sobre registos de casamentos e óbitos, cobrando o serviço. Esta situação era contestada pela Associação do Registo Civil. A partida de párocos para servir como capelães militares serviu de pretexto a tentativas dos funcionários civis se apropriarem destes registos paroquiais. A comissão considerava ilegais estas pretensões e defendeu a conservação dos registos nas paróquias. Lino Neto procurou esclarecer a situação junto de Germano Martins, conservador do registo civil, e de Godinho Amaral, 1.º oficial da 3.ª repartição da Conservatória do Registo Civil, que deram interpretações divergentes da lei<sup>767</sup>. António Lino Neto mostrou-se um optimista no papel que a assistência religiosa em campanha teria no reconhecimento da Igreja Católica pela República. A 5 de Julho de 1917 considerou que o reconhecimento dos capelães militares abriria as portas ao reconhecimento da hierarquia eclesiástica

---

<sup>766</sup> A *Capital*, 8 de Fevereiro de 1917, p. 1.

<sup>767</sup> PT/AHPL/Comissão Central da Assistência Religiosa em Campanha/01. Acta da 6.ª sessão da Comissão Central de Assistência Religiosa, fl. 9-12. A acta agradece a diligência de António Lino Neto e nomeia-o para estudar o caso, juntamente com Pinto Coelho.

pelo poder republicano<sup>768</sup>. Reagia provavelmente à Ordem de Serviço n.º 100, de 16 de Junho desse ano, que integrava os capelães no exército<sup>769</sup>.

A CCARC subsidiou folhetos e livros destinados a guiar espiritualmente os soldados portugueses. Adoptou o *Manuel do Soldado Portuguez Catholico*, o qual continha orações e a indicação de rituais, resumo da doutrina cristã, excertos do Novo Testamento e cânticos. A advertência colocada no início do livro sublinhava a ligação íntima entre fé católica e patriotismo:

**«Soldado Português:**

Lembra-te, hoje e sempre, que te cumpre:

Como Cristão:

Servir e adorar o teu Deus,  
Tomar por modelo a Jesus, teu Salvador  
Invocar a Santíssima Virgem, tua Mãe,  
Expiar os teus erros,  
Salvar a tua alma,  
Arrostar a morte,  
Evitar o inferno,  
E ganhar o céu.

Como Soldado

Respeitar os teus superiores,  
Amar os teus camaradas,  
Acatar as ordens dos teus chefes,  
Salvaguardar a tua honra,  
Proteger o teu lar,  
Glorificar a tua bandeira,  
E defender a tua Pátria»<sup>770</sup>.

O efeito integrador dos católicos na República produzido pela Grande Guerra não impediu novos conflitos entre o terceiro e último governo de Afonso Costa e a Igreja Católica. Em 1917 Mendes Belo foi desterrado por um ano para fora de Lisboa e dos seus limítrofes e D. António Barroso sofreu pena idêntica, acusado de promover a existência de congregações religiosas ao autorizar cinco senhoras a levarem uma vida em comum. Os arcebispos de Braga e Évora foram expulsos das suas dioceses por protestarem contra os desterramentos anteriormente citados.

Os consensos e aproximações gerados pela Grande Guerra entre uma parte significativa das elites republicana e católica também não evitaram uma aversão à guerra na população católica afectada por uma mobilização mal preparada, mal explicada e em que os soldados portugueses foram submetidos a condições degradantes.

<sup>768</sup> PT/AHPL/CCARC/01. Acta da 20.ª sessão da Comissão Central de Assistência Religiosa, f. 27.

<sup>769</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *Nas Trincheiras da Flandres...*, p. 56.

<sup>770</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *Nas Trincheiras da Flandres...*, p. 45.

As aparições de Fátima, que marcaram o catolicismo português do século XX, deram-se neste contexto social e numa tradição mariana enraizada na religiosidade popular e organizada em iniciativas como a da Cruzada do Rosário, criada em 1916, que mobilizou milhares de adultos e crianças de cidades e aldeias. No caso específico da Cova de Iria estava patente, na mensagem inicial, a questão da participação portuguesa na Grande Guerra: dois dos videntes, Lúcia Santos e Jacinta Marto, anunciaram que a guerra acabaria a 13 de Outubro de 1917 e os soldados portugueses regressariam a casa, entre os quais estaria o irmão mais velho de Francisco e Jacinta, que fora recrutado e colocado em Cabo Verde. A mensagem que, segundo os três videntes, crianças pastores de uma terra pobre, o lugar de Aljustrel (freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém), Nossa Senhora quis transmitir era que o regresso a uma piedade tradicional assente no terço e em peregrinações seria a resposta para as angústias colectivas e o meio de obter protecção e paz. Fátima foi inicialmente um fenómeno de religiosidade popular encarado com reserva por parte das elites católicas e reprimido pelas autoridades republicanas, as quais viam nos acontecimentos manifestações ilegais contra a participação de Portugal na Grande Guerra. Apesar da Igreja Católica ter demorado 13 anos a aprovar as visões de Fátima, desde o início alguns membros do clero incentivaram a devoção mariana em Fátima, como o bispo de Coimbra que logo em finais de 1917 autorizou a publicação de um opúsculo em defesa das aparições<sup>771</sup>. Os católicos monárquicos tradicionalistas foram dos primeiros a apoiar a organização de acções devocionais em torno de Fátima. António Sardinha, um dos mais importantes ideólogos do Integralismo Lusitano, atribuiu à «assistência maternal da Virgem» a vitória da insurreição de Sidónio Pais a 8 de Dezembro de 1917 e um próximo «ressurgimento nacional»<sup>772</sup>.

---

<sup>771</sup> Bruno Cardoso Reis, Sérgio Ribeiro Pinto, «República e Religião, ou a procura de uma Separação»..., p. 176-178; Bruno Cardoso Reis, «Os primeiros cinquenta anos de Fátima» in *História* (III Série), n.º 29, Outubro 2000, p. 16-27.

<sup>772</sup> José Barreto, *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002, p. 42-43.



## V – Um católico na República Nova de Sidónio Pais

### 5.1. O «Presidente-Rei» e um novo lugar na República para a Igreja Católica

A «República Nova» de que Sidónio Pais foi o presidente, o símbolo e o mito, pretendeu romper com a dita «República Velha» e o Partido Republicano Português que a hegemonizara. Foi a revolta contra uma situação social e económica agravada pela participação portuguesa na Grande Guerra e a política afonsista que levou à rua forças políticas muito diversas num golpe realizado de 5 a 8 de Dezembro de 1917 para depor o regime vigente. A Junta Revolucionária composta por Machado Santos, Feliciano da Costa e Sidónio Pais destituiu Bernardino Machado de Presidente da República e dissolveu o Congresso da República.

Sidónio Pais torna-se desde cedo o centro do novo regime, assumindo os cargos de Presidente da República, Presidente do Conselho, ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Guerra. Foi um político que se declarava acima das clivagens políticas, se apresentava com a farda militar, se mostrava em contacto directo com o povo e afirmava-se disposto a reconciliar o poder público com a Igreja Católica. Conseguiu emergir com uma aura messiânica no contexto de enorme tensão social e carência económica de 1917.

O novo regime procurou afirmar-se e consolidar-se desde o início com uma dupla atitude repressiva do PRP e de forças sociais vistas como ameaçadoras para a ordem pública e de atracção de apoios que os afonsistas tinham alienado. Uma das primeiras medidas do sidonismo, tomada através de vários decretos em Dezembro de 1917, foi reorganizar a polícia preventiva criada pelo PRP e investir no seu reforço. Só em Abril de 1918 a verba disponível para a política preventiva aumentou oito vezes<sup>773</sup>. A organização repressiva era composta não só por agentes, mas também, o que era uma inovação, por redes de informadores actuantes nas forças armadas, nos sindicatos e em meios oposicionistas.

A 27 de Dezembro de 1917, Sidónio Pais foi nomeado Presidente da República interino. Os decretos de 11 e 30 de Março de 1918 introduziram inovações políticas que não dispensavam uma revisão constitucional futura a ser realizada pelo parlamento. O Presidente da República passou a ser eleito por sufrágio universal e podia nomear e

---

<sup>773</sup> António José Telo, *Primeira República*, II, *Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença, 2011, p.61.

demitir ministros. Os deputados também eram eleitos por sufrágio universal<sup>774</sup>. O Senado da República era só parcialmente eleito e possuía um carácter «orgânico», corporativo, com lugares reservados a representantes de regiões e actividades profissionais. Foi criada uma nova organização política, o Partido Nacional Republicano (PNR), formado pelos antigos centristas de Egas Moniz e elementos independentes ou de origem unionista e evolucionista.

A 28 de Abril de 1917, Sidónio Pais foi eleito Presidente da República e realizaram-se eleições para a câmara dos deputados. Os partidos Unionista e Evolucionista recusaram-se a participar no acto eleitoral. Para a câmara dos deputados foram eleitos 105 deputados do PNR, 37 monárquicos, cinco centristas (Alberto Pinheiro Torres, Francisco Veloso, António Lino Neto, José de Almeida Correia e Alberto Dinis da Fonseca) e cinco independentes. O CCP elegeu ainda o senador Domingos Pinto Coelho. Não sabemos em que momento exacto António Lino Neto entrou para o Centro Católico Português. Sabemos, por carta dirigida ao núncio, que entrou no CCP por convite do patriarca de Lisboa. António da Silva Gonçalves, pároco, jornalista e senador eleito pelo Centro Católico em 1915, afirma saber que o conhecido advogado e professor católico entraria no CCP no caso de receber esse convite de D. António Mendes Belo - «E só assim». A missiva é toda no sentido do cumprimento desse requisito, pois António Lino Neto é um «homem de prestígio, cujo nome será de grande valor para a nossa causa»<sup>775</sup>.

A política económica da «República Nova» no que respeita à agricultura foi marcada pela criação do Ministério da Agricultura, em Março de 1918, e pela entrega da pasta respectiva a Fernandes Oliveira, um grande proprietário alentejano. O ministro realizou uma política agrícola assente em três linhas de acção: aumento dos preços dos produtos agrícolas; redução dos preços de produtos industriais usados na agricultura, como adubos, maquinaria e ferramentas, e descida dos salários reais agrícolas; promoção do acesso ao crédito e da modernização de explorações agrícolas. Em 1918 a produtividade agrícola aumentou ligeiramente na produção de determinados produtos, como os cereais panificáveis<sup>776</sup>.

---

<sup>774</sup> Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo...*, p. 75.

<sup>775</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 393, F. 282.

<sup>776</sup> António José Telo, *Primeira República*, II..., p. 44-45..

De um ponto de vista financeiro, Sidónio Pais alterou a relação herdada entre o governo e o Banco de Portugal em termos que marcarão muito negativamente o regime republicano, acentuando o desequilíbrio financeiro. O Banco de Portugal emprestava dinheiro ao governo e emitia a moeda portuguesa, sendo obrigado a manter um *ratio* entre as suas reservas em ouro e divisas e a circulação fiduciária, limitando o crédito concedido ao Estado. Sidónio Pais acaba com esta obrigação legal. O resultado foi o aumento do endividamento do governo e dos preços, acompanhados com a depreciação do escudo<sup>777</sup>.

O movimento operário, que inicialmente recebeu o novo regime com uma expectativa benévola, radicalizou-se no contexto do agravamento do custo de vida, de crescentes dificuldades de abastecimentos e de mudanças no campo sidonista. Machado Santos, um apoiante inicial de Sidónio, que chegou a ser ministro das Subsistências e Transportes em Março de 1918, e defendera um entendimento entre o regime e os sindicatos, passou para a oposição. A repressão sobre o movimento operário foi aumentando e mostrou-se particularmente dura no decorrer da greve geral marcada para 18 de Novembro – só nesse dia foram presos mais de mil grevistas.

A breve «República Nova» de Sidónio Pais mudou de forma irreversível a República e ensaiou respostas à crise do liberalismo que seriam tidas em conta e em parte aproveitadas no processo de transformação da «ditadura militar» na «ditadura nacional» do Estado Novo. Apoiando-se em bases muito heterogêneas e conciliando interesses contraditórios, Sidónio Pais foi uma figura política paradoxal que Fernando Pessoa captou na fórmula «Presidente-Rei». António José Telo sintetizou em sete pontos o legado de Sidónio Pais: a valorização da Pátria como resposta à crise do Estado, um Estado mais interveniente na economia, a valorização das Forças Armadas e da segurança, a legitimação do regime e do partido por um chefe carismático, uma concepção orgânica da democracia, a ultrapassagem da clivagem entre republicanos e monárquicos, a recuperação dos valores tradicionais da sociedade<sup>778</sup>. O fim abrupto da «República Nova» permitirá sempre especulações sobre os caminhos que Sidónio Pais trilharia. As direitas autoritárias retiraram da experiência sidonista a lição de que era possível um chefe carismático unir monárquicos e republicanos, obter o apoio das Forças Armadas e da Igreja Católica, introduzir nas instituições políticas mecanismos

---

<sup>777</sup> António José Telo, *Primeira República II...* p. 43.

<sup>778</sup> António José Telo, *Primeira República II...*, p.66-77.

de representação corporativa. Esta via política implicava a desvalorização do problema do regime, da actividade parlamentar, das lutas partidárias e pressupunha a repressão das reivindicações sindicais. Este caminho afastava os seus adeptos do paradigma liberal para os levar a um modelo de Estado mais forte e portanto com maior capacidade para intervir na economia, garantir a segurança, assegurar a ordem.

A «questão religiosa» foi uma prioridade da acção política de Sidónio Pais. O primeiro decreto em defesa da Igreja Católica está datado de 9 de Dezembro de 1917 e foi publicado no dia seguinte, anulando todos os castigos aplicados pelo governo deposedo a prelados, em nome da Lei da Separação. O ano de 1918 começou com o ministro da Justiça, o unionista Moura Pinto, a tomar medidas para neutralizar a Comissão Central da Execução da Lei da Separação como instrumento de ataque de sectores laicistas à Igreja Católica. Primeiro, pelo Decreto n.º 3.697, de 22 de Dezembro de 1917, deu aos arguidos dos processos instituídos pela Comissão as garantias de defesa que possuíam os funcionários públicos. Depois, pelo Decreto 3.729, de 3 de Janeiro de 1918, reduziu a estrutura da Comissão, que deixou de se chamar «Central», e substituiu os elementos que a compunham.

A 23 de Fevereiro de 1918, o ministro da Justiça, um republicano ligado ao Partido Unionista, Moura Pinto, publicou uma revisão da Lei da Separação do Estado e das Igrejas. O preâmbulo, geralmente atribuído a Brito Camacho, explicitava a doutrina inerente à revisão: «o Poder tem de permitir e fazer respeitar a actividade religiosa dos seus cidadãos, limitando-se a regulamentá-la, tal como ela é, e nunca pretendendo modificá-la ou adaptá-la»<sup>779</sup>. Considerava que na Lei da Separação havia «conquistas liberais» inalienáveis, questões abertas a negociação cuja solução dependia «das oscilações de correntes de opinião, e «preceitos violentos», fruto de um «excesso de defesa» que teriam de ser objecto de «urgentes modificações»<sup>780</sup>. A intenção do Decreto Moura Pinto é realizar essas alterações.

O novo texto da Lei da Separação eliminava a parte final do art. 26.º da Lei da Separação que considerava que os ministros de qualquer religião «não podem fazer parte da direcção, administração ou gerência das corporações que forem encarregadas

---

<sup>779</sup> Decreto n.º 3856, in *Diário do Governo*, n.º 34 (23 de Fevereiro de 1918) transcrito em Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 165.

<sup>780</sup> Decreto n.º 3856, in *Diário do Governo*, n.º 34 (23 de Fevereiro de 1918) transcrito em Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 167.

do exercício do culto»<sup>781</sup>. O primeiro artigo do Decreto Moura Pinto afirmava que as cultuais podiam ser constituídas por «fiéis de qualquer confissão religiosa autorizada», desde que se sujeitassem às leis do país, actuassem de harmonia «com os preceitos reguladores da sua religião» e comunicassem «à respectiva autoridade administrativa a lista dos seus associados», identificando-os e indicando a «forma ou estatuto da sua constituição» (art. 1.º, §1). A legalização das cultuais dispensava a autorização do governo. Ainda no primeiro artigo está previsto que a corporação possa ser uma irmandade já constituída (§ 4.º). O articulado reforçava o poder dos párocos, que passavam a poder dirigir as corporações, e, indirectamente, o dos bispos, aos quais os párocos se encontravam hierarquicamente subordinados.

Além destas questões de princípio, diversos aspectos eram valorizados pela opinião católica: o culto passava a ser permitido a qualquer hora «nos lugares adequados» (art. 2º); os padres podiam usar batina fora dos templos e das cerimónias religiosas (art. 14.º); os seminários que não estivessem a ser usados pelo Estado eram devolvidos à Igreja Católica (art. 5.º); o beneplácito era extinto (art. 12.º); assim como a atribuição de pensões às «viúvas» e filhos dos padres (art. 14.º). O Estado assumia também o compromisso de financiar as igrejas que fossem monumentos nacionais (art. 7.º). Outros aspectos continuavam a ser publicamente criticados pelos católicos, como as alterações consideradas insuficientes no campo do ensino religioso. Os poderes religiosos de qualquer confissão ficavam autorizados a criar estabelecimentos em que fosse ministrado o ensino teológico, reservando-se o Estado o direito de fiscalizar o ensino em termos idênticos aos que o fazia em qualquer instituição do ensino particular, se estivessem em causa determinações anti-congreganistas. Abdicava no entanto de interferir na escolha dos professores e dos compêndios, como previsto na Lei da Separação de 1911 (art. 6.º). Outro aspecto considerado lesivo dos interesses da Igreja Católica pela opinião católica publicada era a apropriação pelo Estado dos arquivos paroquiais anteriores ao 5 de Outubro de 1910 (art. 10.º).

O Decreto Moura Pinto não reconhecia explicitamente a hierarquia católica. Porém, como Moura Pinto declarou em entrevista a *A Capital* de 24 de Fevereiro de 1918, a lei abria caminho a esse reconhecimento: «o Estado não pode, em regime de Separação, e sem representação junto do Vaticano, reconhecer a hierarchia religiosa.

---

<sup>781</sup> Lei da Separação do Estado das Igrejas, in *Diário do Governo*, n.º 92 (21 de Abri de 1911) transcrita em Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p. 137.

Mas sabendo que ella existe e não é attentatoria da moral nem dos princípios do regímen, não a offende em nenhuma das disposições do seu novo decreto e deixa o caminho aberto para quantas negociações úteis amanhã se queiram entabolar, se um bom acolhimento e manifestações de tolerância corresponderem ás medidas de larga tolerância com que desde a Junta Revolucionaria se vem manifestando a República»<sup>782</sup>. A publicação do «Decreto Moura Pinto» foi recebida na imprensa republicana, incluindo a democrática, como uma mudança desejável da Lei da Separação que evitava o clima de perseguição à Igreja Católica. Afonso Costa, em Paris, manteve-se em silêncio quanto às alterações à «intangível». O ministro da Justiça terá negociado a revisão da Lei com católicos não identificados e desiludido expectativas iniciais muito elevadas no meio católico. O episcopado não tomou enquanto tal posição pública sobre a lei, embora o cardeal-patriarca e o bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira<sup>783</sup>, mostrassem reservas. O jornal católico *A Ordem*, em editorial sobre as «Modificações á lei da separação», afirmava que o diploma se ressentia da influência negativa da maçonaria e do registo civil. Mas logo declarava: «devemos confessar que não só porque *atingiu a* intangível, mas por umas pequenas concessões que dispensa aos catholicos, sempre torna a situação d' estes mais tolerável do que era com a oppressão da basilar»<sup>784</sup>. Os dirigentes do Centro Católico Português tomaram posições matizadas sobre a lei. Alberto Pinheiro Torres e Diogo Pacheco de Amorim admitiram que ela significava uma melhoria da situação vigente, ainda que insuficiente<sup>785</sup>.

António Lino Neto desempenhou um papel ainda não cabalmente esclarecido no processo de revisão da Lei da Separação, que procurou influenciar. A 9 de Fevereiro de 1918, José Carlos da Maia enviou uma nota ao Presidente da República em que dava conta dos receios dos católicos em relação às alterações legislativas que Moura Pinto se preparava para apresentar. António Lino Neto, assumindo-se como porta-voz dos

---

<sup>782</sup> *A Capital*, 28 de Fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>783</sup> D. António Alves Ferreira (1864-1924) celebrou a primeira missa no Natal de 1886. Concluiu as formaturas em teologia e Direito na Universidade de Coimbra em 1893. De 1894 a 1906 foi vice-reitor do seminário de Lamego. Em 1906 foi provido num canonicato da sé patriarcal de Lisboa, cargo que implicava a regência da cadeira de teologia moral no seminário de Santarém. Em Novembro de 1907 foi apresentado coadjutor e sucessor do bispo de Viseu. Tornou-se bispo desta diocese a 2 de Julho de 1911. A 3 de Janeiro de 1912 condenou as «associações cultuais» numa circular, o que lhe valeu a expulsão do distrito de Viseu por dois anos. Voltou a Viseu a 20 de Janeiro de 1914.

<sup>784</sup> *A Ordem*, 2 de Março de 1918, p. 1.

<sup>785</sup> As posições de católicos face ao Decreto Moura Pinto foram abordadas pelo autor desta tese num artigo que se centrou no período do pós Grande Guerra e na intervenção pública do Centro Católico Português: João Miguel Almeida, «O Centro Católico Português e a revisão da Lei Moura Pinto (1919-1926): o debate interno na Igreja Católica» in *Lusitania Sacra*, Tomo XXIV, Julho-Dezembro 2011, p. 111-122.

católicos, apesar de não integrar a direcção tripartida do CCP, propunha um método alternativo para a revisão da Lei da Separação que devia ser discutida e mudada no parlamento: «Consta que as alterações á lei da Separação que o Dr. Moura Pinto deseja apresentar são excessivamente deficientes e como os catholicos querem à custa de todos os sacrificios que o prestígio de V. Ex.<sup>a</sup> se mantenha integro, desgostando-o o conhecimento que tem das projectadas alterações, preferem que nada se faça, deixando V. Ex.<sup>a</sup> ao Parlamento a liberdade da alterar»<sup>786</sup>. No final da carta, José Carlos da Maia caracterizava o deputado centrista como um «inteligente e honrado professor illustre e cooperador leal da obra do governo»<sup>787</sup>. No espólio de António Lino Neto encontra-se uma carta de Moura Pinto dirigida a Sidónio Pais, datada de 10 de Fevereiro, às dez da manhã, em que o ministro da Justiça ameaça demitir-se caso não se concretize o seu projecto de revisão da Lei da Separação. Moura Pinto recusa uma «dilação em se discutir e publicar o decreto contendo as modificações urgentes à Lei de Separação do Estado das Igrejas» e considera que estas modificações são um serviço aos «superiores interesses do regímen e a necessidade de purificação nacional». Sublinha o seu propósito «de sair do Ministério desde que – com as atenções que o Conselho julga dever introduzir-lhe não seja publicado o decreto que elaborei acerca da Separação»<sup>788</sup>. A carta mostra, independentemente do papel de Brito Camacho na escrita do preâmbulo: o empenho de Moura Pinto na revisão da Lei da Separação; o facto desta mudança legislativa, ou pelo menos o seu carácter urgente, estar longe de ser consensual no meio sidonista; uma relação próxima entre Moura Pinto e António Lino Neto. Se este não negociou as modificações da lei em nome dos católicos, era pelo menos uma personalidade que o ministro da Justiça considerava e a quem se sentia no dever de prestar contas da sua conduta no que respeitava a esforços de mudar a Lei da Separação.

Em Abril de 1918, nas vésperas das eleições, a imprensa publicou o «programa integral das reclamações dos católicos», elaborado por D. Augusto Eduardo Nunes, arcebispo de Évora. O programa continha implícitas críticas ao Decreto Moura Pinto e sumariava em nove pontos as reivindicações da Igreja Católica pós «República Velha»: 1.º restabelecimento das relações entre o Estado português e a Santa Sé; 2.º devolução

---

<sup>786</sup> Armando B. Malheiro da Silva, «Os católicos e a “República Nova” (1917-1918): da “Questão Religiosa” à mitologia nacional» in *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> Série, Tomo VIII/IX, 1996/1997, p. 452-453.

<sup>787</sup> Armando B. Malheiro da Silva, «Os católicos e a “República Nova” (1917-1918): da “Questão Religiosa” à mitologia nacional» ..., p. 453.

<sup>788</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/01.

dos bens móveis e imóveis em posse do Estado à Igreja Católica; 3.º poder dos bispos e párocos de decidirem sobre a sustentação do culto católico; 4.º liberdade de ensino nas escolas particulares; 5.º liberdade de associação religiosa, pelo menos nas organizações femininas dedicadas a obras de caridade, aos hospitais e à educação infantil e às missões nas colónias; 6.º eliminação da prioridade obrigatória do registo civil para o baptismo, validade civil do casamento canónico, entrega à Igreja Católica de cópia do registo paroquial anterior à organização do registo civil, restituição dos cartórios aos párocos; 7.º dotação orçamental para serviços de capelania em internatos e assistência religiosa em campanha; 8.º abolição de penas de expulsão por razões religiosas; 9.º revogação de todos os preceitos atentatórios contra a liberdade de consciência.

O principal diferendo entre o Estado português e o episcopado nacional após o Decreto Moura Pinto foi o reconhecimento da «personalidade jurídica da Igreja Católica», ou seja, o reconhecimento por lei da aplicação do direito canónico. A questão gerava interpretações diversas e contraditórias. Segundo Luís Salgado de Matos, «Para o Estado, a Igreja era sujeito de direito estatal graças às Cultuais Moura Pinto. Contudo, os bispos recusavam-nas, sem dizerem que as recusavam e, também sem o dizerem, tinham decidido só se darem por satisfeitos quando o Estado reconhecesse que a Igreja era eles – esquecendo aliás o Papa. A reivindicação episcopal era mais difícil de satisfazer do que parecia, pois, em regime de separação, o Estado ignorava o que fosse um bispo católico e quem ele fosse»<sup>789</sup>.

O processo de aproximação entre República e catolicismo desencadeado pela participação portuguesa na Grande Guerra intensificou-se durante o sidonismo. A Santa Sé beatificou Nuno Álvares Pereira a 23 de Janeiro de 1918. Nuno Álvares Pereira era simultaneamente um líder militar apreciado por qualquer variante do nacionalismo português e uma figura religiosa. O sidonismo satisfez uma reivindicação da Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha – atribuiu o vencimento de alferes aos capelães militares, pelo decreto n.º 4.489, de 4 de Junho. Além disso, a assistência religiosa foi alargada aos navios e hospitais. Estes actos e decisões de aproximação entre Estado e Igreja Católica tiveram um climax simbólico na presença fardada de Sidónio Pais, a 15 de Maio, na missa de *requiem* na Sé pelos combatentes portugueses mortos na Grande Guerra. Posteriormente, o «presidente-rei» assistiu, a 24 de

---

<sup>789</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 469.



Novembro de 1918, ao *Te Deum* de acção de graças pela «vitória dos aliados» celebrado na Basílica da Estrela por D. António Mendes Belo.

A 18 de Junho de 1918 foram reatadas as relações diplomáticas entre a República portuguesa e a Santa Sé, ao nível da legação. Sidónio Pais e monsenhor Ragonesi, núncio em Madrid que negociou o restabelecimento das relações diplomáticas com Portugal, emitiram, a 28 de Junho, uma nota que resultou de um encontro conjunto em que a Santa Sé se mostrava interessada e empenhada em que continuasse o processo de reconciliação com a Igreja Católica no qual o Decreto Moura Pinto era um passo importante. A 4 de Julho, em nota dirigida ao chefe de Estado e ao governo, o Papa agradeceu, através do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Gasparri, o reatamento das relações entre a nação portuguesa e a Igreja Católica.

O cardeal-patriarca D. António Mendes Belo mostrou-se mais contido ou exigente, do que o Papa, em relação à «política religiosa» de Sidónio Pais, atitude que reflectia a necessidade dos bispos portugueses defenderem a sua autonomia. Em carta escrita em nome do episcopado e dos católicos e dirigida ao Presidente da República datada de 8 de Dezembro de 1918, Mendes Belo, reconheceu que a situação da Igreja Católica «principiou a suavizar-se» na «República Nova» e o valor de medidas como o fim do desterro de bispos e outros membros do clero e o reatamento das relações entre o Estado português e a Santa Sé. No entanto, apresentou-lhe de seguida um rol de reivindicações, a começar por uma formulada em termos vagos – «a plena liberdade do culto católico». Seguiram-se a reclamação do ensino religioso e da associação, a restituição à Igreja dos bens móveis e imóveis nacionalizados em 1911, a eliminação dos obstáculos ao regresso dos religiosos a Portugal. Concluía com uma exigência que nem o Estado Novo satisfaz, a revogação das disposições que impunham a apresentação de boletim ou certidão do registo civil para administração de baptismo e casamento ou realização de funerais religiosos<sup>790</sup>.

A «questão religiosa» não se encontrava, portanto, encerrada, embora Sidónio Pais a tivesse colocado em novos termos que seriam mantidos nas suas linhas gerais durante a República do pós Guerra. Sérgio Ribeiro Pinto considera que «as alterações do período sidonista, das quais não recuaram os diversos Governos que se lhe seguiram, apresentam-se como a vitória do pragmatismo político, por um lado, da alteração do

---

<sup>790</sup> A carta encontra-se transcrita em António de Araújo, *Sons de Sinos. Estado e Igreja no advento do salazarismo*, Lisboa, Edições Tenacitas, 2009, p. 686-688.

equilíbrio político a que não é alheia a modificação no panorama cultural, por outro lado, e, finalmente, da consciência do percurso feito, tendo sido conseguida de modo duradouro, como o tempo viria a mostrar, a instituição do regime de separação entre o Estado e as Igrejas; permanecia em questão, todavia, o tipo de relação entre as diferentes instituições religiosas e a entidade estatal»<sup>791</sup>.

## 5.2. Um municipalista eleito vereador de Lisboa

António Lino Neto foi eleito vereador da câmara municipal de Lisboa nas eleições autárquicas de 4 de Novembro de 1917, com 3.718 votos, tomando posse a 14 de Janeiro de 1918<sup>792</sup>. Foi-lhe atribuído o pelouro das subsistências<sup>793</sup>, criado pelo presidente da comissão administrativa, Carlos da Maia. No discurso da tomada de posse da nova vereação nos paços do concelho, a 14 de Janeiro, Carlos da Maia sublinhou, no relato de *O Século*, ser «a questão das subsistências um dos assuntos que mais interesse e estudo devem merecer à comissão administrativa e esta assim o entendera, não só criando um pelouro especial para ela, como pondo-lhe à testa uma alta capacidade como é o sr. dr. Lino Neto. Conclue o orador por dizer que isto é uma garantia de que tão grave problema vae ser tratado com o cuidado que exige»<sup>794</sup>.

A presença de António Lino Neto, um reconhecido teórico do municipalismo, nomeadamente nas suas obras *A Questão Agrária*, de 1908, e *A Questão Administrativa*, de 1911, na câmara municipal de Lisboa, suscitou expectativas positivas de jornais de diversos quadrantes ideológicos. *O Liberal*, a 9 de Janeiro, publicou uma entrevista a António Lino Neto. O publicista católico e académico foi apresentado do seguinte modo: «Entre a nossa aristocracia intellectual figura, por direito de conquista, o nome, por tantos títulos respeitabilíssimo, do sr. dr. Lino Netto, figura de destaque no foro, no professorado e nas letras»<sup>795</sup>. Após um resumo biográfico, o jornalista António Santos dá-nos numa introdução do encontro, uma nota sobre o quotidiano profissional do entrevistado e a percepção da sua figura: «No seu escritório da rua da Assumpção, o sr. dr. Lino Netto recebia, á hora a que o procuramos, alguns dos seus clientes. Demo-nos então ao trabalho de esperar que o brilhante advogado nos pudesse atender. Meia hora depois, no seu gabinete, estávamos sob a magnífica impressão que rescende da palavra

---

<sup>791</sup> Sérgio Ribeiro Pinto, *Separação Religiosa como Modernidade...*, p.119.

<sup>792</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/01/07.

<sup>793</sup> Ana Paula Pires refere-se à passagem de António Lino Neto pelo pelouro das subsistências da Câmara Municipal de Lisboa em Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial...*, p. 298-299.

<sup>794</sup> *O Século*, 15 de Janeiro de 1918, p. 1.

<sup>795</sup> *O Liberal*, 9 de Janeiro de 1918, p. 1.

clara, fluente, com que o sr. dr. Lino Netto afirma as suas preclaras qualidades de orador»<sup>796</sup>. Interrogado sobre as «necessidades e evoluções da vida municipal», o advogado refere-se à promulgação na República dos decretos 7 de Agosto de 1913 e da lei de 23 de Junho de 1916 que introduziram alterações administrativas, sem afirmar uma verdadeira autonomia municipal. Pelo contrário, os assuntos de interesse local continuam a ser decididos por dois ou três indivíduos do Ministério do Interior.

Para António Lino Neto, o municipalismo seria a resposta a dois problemas maiores: o problema das subsistências e o do sindicalismo dos funcionários públicos. Quanto ao primeiro, «as classes poderosas tendem a considerar secundários os problemas da produção alimentar, e as classes pobres, sem a posse dos meios de produção, são impotentes para os resolver: é aos municípios que se impõe o cuidado de vellar pelas condições geraes do abastecimento dos géneros de primeira necessidade»<sup>797</sup>. A sua expectativa em relação ao sindicalismo dos funcionários públicos era que desencadeasse «uma terrível luta de classes sociaes; d'esse syndicalismo são já amostras eloquentes o syndicalismo militar em Hespanha e o syndicalismo dos empregados telegrapho postaes em Portugal; hão de concorrer, na sequência da sua lógica, para a perturbação da ordem pública. Para fugir a tão grande mal só há o meio da coordenação dos interesses de todos pelo municipalismo»<sup>798</sup>.

Questionado sobre o que poderia, na qualidade de católico, fazer pelas liberdades religiosas, António Lino Neto enuncia algumas medidas que pensava tomar: restituir ao culto religioso a Igreja de Santo António, devolver ao culto católico capelas e cemitérios, zelar pelo cumprimento do descanso semanal ao domingo dos operários municipais.

António Sardinha que, como vimos, conhecia António Lino Neto desde os tempos em que este fora secretário-geral do governador civil de Portalegre, em editorial do diário integralista *A Monarchia*, de 29 de Janeiro de 1918, saúda a presença de Lino Neto na vereação de Lisboa, reivindicando a sua obra e exemplo como inspiradores do integralismo lusitano:

«Desde a renovação das pequenas industriais locais até ao regresso à terra, fundamentado com medidas rigorosas contra o absentismo e no reconhecimento da necessidade de uma nobreza rural, António Lino Neto é o fiador de muitas reivindicações

---

<sup>796</sup> *O Liberal*, 9 de Janeiro de 1918, p. 1.

<sup>797</sup> *O Liberal*, 9 de Janeiro de 1918, p. 1.

<sup>798</sup> *O Liberal*, 9 de Janeiro de 1918, p. 1.

incluídas no património doutrinário do *Integralismo*. Na sua acção como vereador, é *Integralismo* ainda que António Lino Neto realiza, inspirado nos preceitos altos da sociologia cristã, que, - mais uma vez o repetimos -, nos mande ser *renovadores* e não *conservadores*. Deve ser portanto fictício o aplauso de que os políticos rodeiam a extraordinária iniciativa do ilustre professor»<sup>799</sup>.

A imprensa católica, pela pena de Nemo, aplaudiu a concretização de uma promessa de António Lino Neto, a reabertura da igreja de St.º António ao culto a 13 de Junho de 1918<sup>800</sup>.

As responsabilidades fundamentais de António Lino Neto como vereador eram no entanto, responder à crise de subsistências, pois era este o âmbito do seu pelouro. Os seus propósitos de acção política são definidos no «projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias», datado de 23 de Janeiro de 1918<sup>801</sup>. O projecto, fundamentado em argumentos históricos e exemplos do que se estava a passar noutros países europeus e na Rússia, era assumido como instrumento de uma intenção de maior alcance de revitalizar a vida municipal. Este processo implicaria a introdução de mecanismos corporativos na composição do poder dos municípios: além dos vereadores eleitos «na forma comum», haveria cinco vereadores eleitos, respectivamente pela Associação de Agricultura, Associação Comercial, Associação Industrial, União dos Sindicatos Operários de Lisboa e Administração da Caixa Geral de Depósitos<sup>802</sup>. Estes cinco vereadores «corporativos» teriam a seu cargo a projectada «Repartição Municipal de Subsistências e auxílio às classes operárias».

O documento mostra a concepção corporativa de António Lino Neto de um modo mais claro do que em textos posteriores: seria um corporativismo com uma forte componente municipal, articulando a representação eleitoral com a representação «orgânica». É significativo que estas ideias sejam defendidas antes da formação do senado da «República Nova», que procurou justamente reunir os dois tipos de representação. O apoio de António Lino Neto a Sidónio Pais deve ser compreendido nesta perspectiva: o «presidente-rei» concretiza ou mostra intenção de concretizar algumas das suas teses.

O vereador interpretava as mudanças na relação entre poderes públicos e economia trazidas pela Grande Guerra em benefício das suas teses municipalistas: «com

<sup>799</sup> *A Monarquia. Diário Integralista da Tarde*, 29 de Janeiro de 1918, p. 1.

<sup>800</sup> *A Ordem.*, 14 de Junho de 1918, p. 1.

<sup>801</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02.

<sup>802</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fl. 3.

a surpresa da grande guerra, os Estados foram levados, nos primeiros momentos, a chamar a si a questão das subsistências, mas transitoriamente; porquanto, recobrada uma certa serenidade começaram logo a decliná-la para os municípios. É ver por exemplo, a Inglaterra; o município de Birmingham ocupa ahi um papel de modelo n'este sentido»<sup>803</sup>.

As funções específicas da câmara municipal de Lisboa no que respeitava às subsistências eram a regularização dos preços dos géneros de primeira necessidade, comprando-os e revendendo-os, de modo a corrigir os «abusos da livre concorrência»<sup>804</sup>, em armazéns ou lojas municipais, ou outras lojas de comércio que oferecessem garantias. Os fundos para a política municipal de subsistências saíam de um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos com a garantia dos impostos municipais (art. 7.º)<sup>805</sup>.

De acordo com o projecto de António Lino Neto, na câmara municipal de Lisboa seria criado um organismo autónomo denominado «Repartição Municipal de Subsistências e auxílio às classes operárias», o qual se ocupava dos seguintes serviços: subsistências, seguros em caso de morte e de vida, seguros contra a velhice e invalidez, seguros contra o «inlavor», «casas económicas» (art. 1.º)<sup>806</sup>.

Esta política social devia articular-se com um plano de construção de casas económicas, individuais ou colectivas, destinadas a serem arrendadas ou vendidas às «classes menos abastadas». Os seguros sociais projectados eram de dois tipos: facultativos (seguros em caso de vida e de morte e contra o «inlavor») e obrigatórios (seguros contra a invalidez e a velhice).

As medidas transitórias contra a crise de subsistência implicavam aproveitar os terrenos camarários disponíveis para produção alimentar. Com tal finalidade desviaria o pessoal dos serviços de jardinagem, os quais seriam reduzidos à conservação de arbustos e árvores. No caso de ser necessário substituir as árvores, as novas árvores deviam ser de fruto (art. 14.º). Apelar-se-ia aos particulares para a «máxima utilização

---

<sup>803</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fls. 5-6.

<sup>804</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fl. 8.

<sup>805</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fl. 9.

<sup>806</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fl. 8.

dos seus terrenos»<sup>807</sup>. Haveria incentivos, através de prémios e menções honrosas, à produção alimentar por particulares.

O projecto de António Lino Neto foi apresentado publicamente e teve alguma repercussão na imprensa. A 24 de Janeiro de 1918, *O Século* e o *Diário Nacional*, publicaram, ambos na segunda página, notícias acerca da exposição pública de António Lino Neto. O orador, de acordo com os jornais, sublinhara que representava as «forças católicas e conservadoras»<sup>808</sup>. Carlos da Maia, felicitou o autor do documento «pelo belo trabalho que havia elaborado, e diz que ele, pela sua importância, precisava de ser estudado pela comissão administrativa antes de entrar em discussão, a fim de todos os vogaes se encontrarem habilitados a emitir a sua opinião»<sup>809</sup>.

A 26 de Janeiro de 1918, *O Diário Nacional*, na primeira página, entrevistou António Lino Neto a propósito do seu projecto. O texto foi intitulado «A fome em Portugal». A imagem do vereador não podia ser melhor: era não «apenas o orador ardente, de cuja palavra as imagens correm em cachoeira rebrilhante e musical. Há n'ele o erudito professor a quem as portas do Instituto Industrial, hoje o Superior Technico, se abriram como aos vencedores da antiguidade se abriam as testeiças das fortalezas depois da victoria averiguada em rudes combates»<sup>810</sup>.

Na entrevista de Joaquim Leitão, António Lino Neto sublinha a necessidade das «competências» da vida económica intervirem na resolução do problema das subsistências não o deixando aos «políticos»: «Este projecto há-de carecer da dedicação e da experiência das classes: os agricultores, os industriais, os commerciantes. São atingidos nos seus interesses e são precisas as suas competências. É excellente a hora para que na vida municipal collaborem não os políticos, mas os productores, as classes, os munícipes»<sup>811</sup>.

Parte da imprensa republicana recebe com reservas ou críticas o projecto de António Lino Neto. *O Século*, a 3 de Fevereiro de 1918, considera «simpática» a iniciativa de António Lino Neto de criar casas económicas e seguros sociais, mas adverte: «quer-nos parecer que seria no momento das dificuldades que se atravessa mais prudente limitar à questão exclusiva do abastecimento e regulamentação dos preços das

---

<sup>807</sup> «Projecto de deliberação sobre subsistências e auxílio às classes operárias» in PT/UCP/CEHR/AALN/E/A/05/02, fl. 7.

<sup>808</sup> *O Século*, 24 de Janeiro de 1918, p. 2.

<sup>809</sup> *O Século*, 24 de Janeiro de 1918, p. 2.

<sup>810</sup> *Diário Nacional*, 26 de Janeiro de 1918, p. 1.

<sup>811</sup> *Diário Nacional*, 26 de Janeiro de 1918, p. 1.

subsistências.»<sup>812</sup> A *República*, jornal fundado por António José de Almeida, num texto cáustico assinado por «Dr. Pangloss», centra-se numa imagem do discurso de António Lino Neto na apresentação do seu projecto, em que este se referira ao pelourinho como símbolo do poder municipal:

«O sr. Lino Neto, representante na comissão administrativa das forças católicas e conservadoras, quer melhor; com o ucronismo próprio de quem possui quintais de erudição bebida em cartapácios com o *imprimatur* da Mesa censória, ameaça de ir repor no pelourinho de Lisboa os ganchos de ferro arrancados em 1834 que novamente o apropriarão ao uso de picota.

É ideia para fazer cair em delíquios de goso as *secias* do Hotel Central e o cardume sardináceo dos *peraltas* integralistas, mas apenas merecerá uma gargalhada do povo honrado e trabalhador a quem o snr. Lino Neto oferece um teórico projecto para a solução da crise das subsistências elaborado (são as suas palavras) com o pensamento de que o pelourinho tem um alto significado social»<sup>813</sup>.

A verrina no texto indica uma reacção à confessada admiração do integralista António Sardinha por António Lino Neto que via nele, com exagero provocatório, um mestre da contra-revolução.

### 5.3. A entrada de António Lino Neto para a câmara dos deputados

O Centro Católico Português concorreu às eleições da «República Nova». A 14 de Maio de 1918, os três dirigentes nacionais do Centro assinaram um *Manifesto* dirigido aos católicos portugueses em que expunham a doutrina da organização católica que dirigiam perante a nova situação política. O programa oficial do Centro era relembrado de modo sintético e o *Manifesto do Centro Catholico* declarava que a revolução de 8 de Dezembro iniciara a «emancipação do paiz do jugo demagógico, que sobre elle pesava»<sup>814</sup>. Sidónio Pais era visto como «prestigioso caudilho» de um «movimento libertador». Pretendia reparar os agravos feitos à Igreja Católica e resolver, além do problema religioso, «o problema da ordem, da honesta e patriótica administração»<sup>815</sup>. O decreto Moura Pinto era comentado nos seguintes termos: «Veiu a reforma promettida, mas, por lamentável contradicção, não correspondeu á nossa expectativa, nem traduziu o propósito justiceiro do chefe do Estado»<sup>816</sup>. O Centro Católico Português teria de desempenhar um papel no processo de «modificar a actual situação legal da religião catholica entre nós, embora em regímen de separação, pondo-

<sup>812</sup> *O Século*, 3 de Fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>813</sup> *República*, 14 de Fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>814</sup> *A Ordem*, 23 de Março de 1918, p. 1. O manifesto foi transcrito noutros jornais católicos do país como a *Actualidade. Semanário Catholico*, 28 de Março de 1918, p. 1.

<sup>815</sup> *A Ordem*, 23 de Março de 1918, p. 1.

<sup>816</sup> *A Ordem*, 23 de Março de 1918, p. 1.

se termo ao funesto conflicto entre o Estado e a consciência católica da grande maioria da nação»<sup>817</sup>. O *Manifesto* apoiava a eleição de Sidónio Pais para Presidente da República: «Por isso, devemos conceder, por desinteressado patriotismo, a elle e ao governo a que preside, apoio leal e franco, contribuindo para lhe fortalecer o prestígio pela consagração dos votos da grande massa conservadora»<sup>818</sup>. Pedia aos católicos o seu voto nos círculos em que concorresse. Nos outros casos seria necessário chegar a acordo com o governo e os partidos da confiança do CCP, tendo como base o apoio às reivindicações centristas.

O período foi marcado por polémicas entre os católicos centristas e os monárquicos, a polémica de maior repercussão foi a que opôs o bispo do Algarve, D. Barbosa Leão<sup>819</sup>, a Aires de Ornelas, o líder manuelista. António Lino Neto foi o candidato centrista eleito por Portalegre, com cinco mil seiscentos e cinquenta e dois votos. O segundo e terceiro lugar da eleição foram, respectivamente, Alexandre Botelho Vasconcelos e Sá, médico da Armada, com 4.982 votos, e Pequito Rebelo, com 4.913 votos<sup>820</sup>. Na «República Nova», o Centro Católico Português obteve o seu melhor resultado eleitoral na I República – elegeu cinco deputados, correspondendo a 3,2 por cento dos representantes eleitos na câmara dos deputados<sup>821</sup>.

Nas vésperas da «República Nova», António Lino Neto voltara a ter alguma projecção pública ao intervir, em colaborações jornalísticas, em defesa do bispo de Portalegre. D. Manuel da Conceição Santos vira-se no centro de uma polémica ao exigir ao presbítero António da Graça Ribeiro, conhecido por ter filhos de duas mulheres, vivendo com uma delas, que cumprisse os seus votos religiosos se quisesse continuar a exercer funções sacerdotais. O presbítero visado publicou, a 13 de Maio de 1917, em *O Distrito de Portalegre* um artigo em que se considerava vítima de uma injusta

---

<sup>817</sup> A *Ordem*, 23 de Março de 1918, p. 1.

<sup>818</sup> A *Ordem*, 23 de Março de 1918, p. 1.

<sup>819</sup> D. António Barbosa Leão (1860-1929) frequentou o seminário do Porto entre 1883 e 1886 e, neste último ano, foi ordenado presbítero a 1 de Agosto. Foi professor no colégio da Formiga e professor e prefeito no seminário dos Carvalhos. De 1890 a 1904 foi pároco no conselho de Lousada. Em 1906 foi apresentado como bispo de Angola e Congo. De 1908 a 1919 foi bispo do Algarve. Em 1911, publicou *Exortação ao clero do Algarve*, reagindo ao ambiente anti-clerical. Em 1912 foi expulso da sua diocese devido a uma circular, escrita em Dezembro de 1911, em que condenava as cultuais da Lei da Separação. Regressou à sua diocese em 1914. Em 1918 envolveu-se na campanha pelo Centro Católico Português e nesse âmbito publicou o opúsculo *União Católica e Centro Católico Português. Atitude da Direcção Superior do Partido Monárquico e de parte da sua imprensa na eleição de 28 de Abril*, no qual defende que os católicos não devem esperar pela restauração monárquica para defender os seus direitos. Foi nomeado bispo do Porto em 1919 e nesse cargo desenvolveu intensa actividade social e religiosa. Em 1921 fundou o semanário *A Voz do Pastor*. Em 1924 pediu a renúncia ao cargo por razões de saúde.

<sup>820</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/01/01.

<sup>821</sup> Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*,..., p. 32.



perseguição, visto haver vários padres na sua situação e só ele ser punido. O bispo era acusado de ter cometido um «sacrilégio», de «incorrer em excomunhão» e de, qual inquisidor, dar sinais de «despotismo». António Lino Neto, a 20 de Maio de 1917, em artigo publicado em *O Distrito de Portalegre*, defendeu o bispo e criticou a posição do padre Ribeiro face à moral religiosa e às leis da República. A *Plebe*, órgão do Partido Republicano Português em Portalegre, num artigo intitulado «jesuitismo em acção», defendeu o padre Ribeiro e criticou António Lino Neto: «nunca nos passou pela mente foi que o sr. dr. Netto, ilustre catedrático, jurisconsulto abalisado, homem de letras e jornalista adestrado nas pugnas da imprensa, dispondo por isso de recursos, de sobejo, para tratar a questão dignamente, o fizesse por uma forma tam desastrada e incorreta, descendo à beixesa de vir assoalhar na imprensa a vida privada d'um padre que nunca o ofendeu, e que somente lhe tem dispensado provas de consideração e estima desde os seus tenros anos»<sup>822</sup>. A 10 de Junho de 1917, o director de *A Plebe*, o barão de Gafete, publicou uma carta de resposta a um pedido de explicações do seu «querido amigo» António Lino Neto. Declarou que desconhecia o artigo que o criticava antes de ser publicado e autorizou a publicação da carta de protesto de António Lino Neto. A 3 de Junho de 1917, o diário católico *A Ordem* publicou a notícia de que um grupo de arceprestes reunidos em Abrantes tinham redigido um protesto colectivo contra o padre Ribeiro e enviado o seguinte telegrama de apoio a António Lino Neto: «Arciprestes diocese Portalegre reunidos Abrantes congratulam-se e felicitam V. Ex.<sup>a</sup> sua attitude caso Padre Ribeiro Portalegre»<sup>823</sup>.

O caso era sintomático de um certo ambiente eclesiástico e da relação entre República e Igreja Católica e da imagem de António Lino Neto na agonia da «República Velha». Apesar da aproximação entre algumas elites republicanas e católicas no contexto de intervenção na Grande Guerra, propiciada pelas afinidades entre o nacionalismo republicano e o nacionalismo católico, persistiam conflitos. António Lino Neto era uma personalidade reconhecida por uma parte dos republicanos, não só dos ditos republicanos moderados mas até do PRP, e para esse reconhecimento devia pesar não só o seu estatuto académico e profissional, mas também a sua atitude face à participação portuguesa na Grande Guerra. No meio católico, em especial junto de algum clero, António Lino Neto era considerado um defensor das posições da hierarquia

---

<sup>822</sup> *A Plebe*. Órgão da Comissão Distrital do Partido Republicano Português em Portalegre, 27 de Maio de 1917, p. 2.

<sup>823</sup> *A Ordem*, 3 de Junho de 1917, p. 1. Há documentação sobre todo o caso no arquivo professor António Lino Neto: PT/UCP/CEHR/AALN/D/G/01/01.

e do catolicismo, atacado em grande parte devido a uma imagem negativa do comportamento dos sacerdotes. O perfil de defensor da moral e dos bons costumes de António Lino Neto certamente contribuiu para a sua escolha como deputado do Centro Católico Português por Portalegre nas eleições sidonistas.

O reduzido número de católicos do CCP na câmara de deputados – cinco deputados e um senador - foi compensado pelo reconhecimento que significou a eleição de Dinis da Fonseca para 2.º vice-secretário da mesa e de António Lino Neto para diversos cargos parlamentares de carácter técnico e de prestígio. Em Julho foi eleito, a 19, para vice-presidente da mesa; a 25 para a comissão das colónias, igualando com mais três deputados o maior resultado, 66 votos; a 31 foi eleito para a comissão de orçamentos, partilhando com outro deputado o máximo de votos alcançados, 62. A 2 de Agosto foi eleito para membro da Comissão revisora da Constituição; entre 3 e 16 de Dezembro, foi o presidente da câmara dos deputados. Apesar da crispação entre monárquicos e centristas no período eleitoral, os monárquicos colaboraram no parlamento com os elementos do Centro Católico Português e apoiaram a presidência da câmara dos deputados por António Lino Neto.

Na breve III legislatura, ainda mais encurtada pela paragem dos trabalhos parlamentares em Agosto, António Lino Neto interveio pouco e parte dessas intervenções foram de carácter formal, no exercício da presidência do desenrolar dos trabalhos. Destacam-se duas intervenções de fundo: a de 3 de Dezembro em que propõe um voto de congratulação pela vitória aliada na Grande Guerra, e a de 16 de Dezembro em que discursa sobre o assassinato de Sidónio Pais<sup>824</sup>.

No seu discurso sobre o desfecho da Grande Guerra, António Lino Neto justifica a participação portuguesa no confronto por o império português ter servido para «implantar os princípios fundamentais da civilização moderna». Nesta formulação estão implícitos dois argumentos a favor da intervenção portuguesa: a defesa das colónias portuguesas e a do direito internacional transgredido pela Alemanha ao violar a neutralidade da Bélgica. É omitida qualquer alusão às controvérsias sobre a modalidade de intervenção. O orador sublinha o valor dos «heróicos combatentes», cuja acção integra na grande história de Portugal e o dos antigos combatentes, que são objecto de

---

<sup>824</sup> As intervenções parlamentares de António Lino Neto, além de estarem disponíveis no *Diário da Câmara dos Deputados*, foram sumariadas e as mais relevantes transcritas em CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 60-61 e p. 88-98.

uma saudação especial. A retórica empregue é patriótica e, em ruptura com a tradição da oratória parlamentar na I República, religiosa, invoca Deus e tece louvores à acção da providência<sup>825</sup>.

A 9 de Dezembro de 1918, após propor um voto de congratulação pelo fracasso do primeiro atentado contra Sidónio Pais, comenta a reacção dos deputados à proposta em termos que mostram a sua expectativa em relação à «República Nova» e os valores em que deve assentar a ordem política: «A Câmara consignando este voto de congratulação, mostra que a primeira assembleia do país não quer aventuras, mas sim deseja o progresso da nação dentro da ordem (*Apoiados*), da disciplina e da legalidade (*Apoiados*)»<sup>826</sup>.

A 10 de Dezembro, António Lino Neto foi eleito presidente da câmara dos deputados, escolha encarada no parlamento e na imprensa com surpresa e alguma controvérsia. As expectativas da maior parte dos deputados e dos jornalistas é que o coronel Eduardo d'Almeida fosse reconduzido ao cargo de presidente da câmara dos deputados. No entanto, Eduardo d'Almeida, nas palavras de *A Capital*, «não conseguiu atrair as sympathias da minoria monarchica»<sup>827</sup> e António Lino Neto foi o nome que apareceu em cima da hora para substituí-lo. A surpresa deve-se ao facto, registado por *A Capital*, de Lino Neto ser um «católico militante e cujo republicanismo é mais do que duvidoso»<sup>828</sup>. No entanto, *A Capital* remata a notícia transmitindo uma imagem positiva do novo presidente da câmara dos deputados: «Em resumo: o sr. Lino Netto, político que não é republicano e pertence à *menor minoria* da Camara, preside aos seus trabalhos, - felizmente com aquella competência regimental que todos nós temos presenciado e podemos testemunhar»<sup>829</sup>.

Sidónio Pais foi assassinado na estação do Rossio quando se preparava para viajar, juntamente com António Lino Neto, para o Porto<sup>830</sup>. No discurso sobre o assassinato do Presidente da República, o deputado católico considera o acto um «crime de lesa-pátria». O «presidente-rei» é apresentado como um homem empenhado em realizar «um largo plano de salvação pública». Ao diagnosticar «as condições sociais» que permitiram um crime desta natureza indica o afastamento do povo português das

---

<sup>825</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 89.

<sup>826</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 91.

<sup>827</sup> *A Capital*, 10 de Dezembro de 1918, p. 1.

<sup>828</sup> *A Capital*, 10 de Dezembro de 1918, p. 1.

<sup>829</sup> *A Capital*, 10 de Dezembro de 1918, p. 1.

<sup>830</sup> J. Pinharanda Gomes, «D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)...», p. 453.

suas tradições religiosas, isto é, do catolicismo. É um diagnóstico já esboçado, como vimos, sob o pseudónimo de «Paulo Agostinho», em 1914. O fenómeno é atribuído a «campanhas de desprezo» pelas referidas tradições, ou seja, ao laicismo. O deputado centrista e presidente da Câmara dos Deputados indica os valores orientadores que devem contrariar esta tendência: «Deus e Pátria é o lema de Portugal em todos os seus períodos de esplendor e grandeza»<sup>831</sup>.

---

<sup>831</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 96.

## **VI – O Presidente do Centro Católico Português na República do pós Grande Guerra**

### **6.1. Agonia da República no pós Grande Guerra e crise do sistema liberal**

A terceira e última fase da I República, cuja cronologia política é balizada pelo assassinato de Sidónio Pais e pelo triunfo do movimento do 28 de Maio de 1926, não se limita a retomar as práticas políticas da «República Velha», após o intervalo da «República Nova». A República do pós Grande Guerra defrontou-se com problemas sociais e económicos directa ou indirectamente agudizados pelo envolvimento português no conflito mundial e umas Forças Armadas cada vez mais seduzidas pela intervenção política e por ideologias anti-liberais. As forças políticas ensaiaram novas respostas a estes problemas e as clivagens sócioeconómicas marcaram o seu alinhamento, separando-as e opondo-as, em termos que definiram em grande parte o imaginário das esquerdas e das direitas portuguesas no século XX. A «questão religiosa» foi reformulada, quer pelo poder republicano quer pela hierarquia católica com a colaboração do Centro Católico Português, visando esvaziá-la enquanto terreno de confronto directo. O resultado deste processo foi uma participação dos católicos, enquanto tais, no parlamento, sublinhando a autonomia dos interesses da Igreja Católica em relação aos interesses da causa monárquica. Uma participação que foi controversa, quer para republicanos quer para católicos, e não conseguiu chegar a um acordo que satisfizesse tanto o regime republicano como a Igreja Católica. A par da «questão religiosa», atenuada mas não resolvida, e da questão do regime, secundarizada embora não esquecida, uma terceira questão adquiriu uma relevância decisiva: o de decidir se as instituições liberais eram parte da solução ou do problema.

A resposta do Centro Católico Português à «questão religiosa», seguindo fielmente as directrizes da Santa Sé, não só foi apoiada pelo CADC de Coimbra, adepto desde o início da política do *ralliement*, como também atraiu ao CCP os católicos legitimistas, de matriz anti-liberal, que tradicionalmente eram os católicos que mais valorizavam a ligação ao Papa. Pelo contrário, os católicos fiéis a D. Manuel II, que não renunciou às suas pretensões ao trono e continuou a defender a luta dos monárquicos católicos contra a República, tiveram mais dificuldades em aceitar a orientação centrista de secundarização da questão do regime. Muitos dos monárquicos manuelistas reconheciam-se na tradição regalista que fora a da monarquia constitucional. A associação da imagem de D. Manuel II à experiência da monarquia liberal repelia os

integralistas mais próximos de António Sardinha. Após o Pacto de Paris de 17 de Abril de 1922, pelo qual D. Miguel (II) reconheceu as pretensões ao trono de D. Manuel II, os integralistas da auto-suspensa Junta Central do Integralismo Lusitano estabeleceram uma espécie de «tréguas» com o CCP, concentrando esforços numa acção cultural que valorizava as afinidades ideológicas entre o nacionalismo integralista e o nacionalismo centrista: a defesa da família e dos municípios como corpos sociais básicos e a defesa do catolicismo como religião da nação portuguesa. No campo manuelista, os monárquicos liberais foram perdendo peso e ficando isolados na República do pós Grande Guerra, enquanto os católicos conservadores, em muitos aspectos anti-liberais, como Nemo, ou claramente integralistas, como Alfredo Pimenta, foram ganhando protagonismo.

O regime republicano procurou evitar a instabilidade política e o domínio partidário do PRP da «República Velha» reforçando o poder do Presidente da República pela lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919. Entre os seus novos poderes encontrava-se o de dissolver ambas as câmaras legislativas, após consulta prévia de um Conselho Parlamentar. Deste modo se procurava compensar um poder excessivamente centrado no parlamento e colocava-se a possibilidade do Presidente da República destituir o PRP permitindo a alternância no poder entre os chamados democráticos e uma direita republicana. Mas os dirigentes republicanos não consideraram que outro modo de alcançar a estabilidade política seria aumentar a representatividade do poder eleito fortalecendo a sua legitimidade através do alargamento da base eleitoral. Pelo contrário, pelo Decreto de 1 de Março de 1919 foram respostas as restrições essenciais do direito ao voto do Código de 1913, retomadas na Lei de 1 de Junho de 1915 e que tinham sido revogadas durante a «República Nova»<sup>832</sup>.

Os governos republicanos recorreram ao crédito interno providenciado pelo Banco de Portugal, o banco emissor de moeda, na linha do contrato celebrado por Sidónio Pais. O único limite a este crédito era uma auto-moderação governamental que não se verificou. Como resultado desta política, os preços aumentaram e o escudo desvalorizou-se num ritmo intenso. Esta política financeira teve vantagens a curto prazo, pois permitiu responder às ameaças grevistas com aumentos salariais que eram rapidamente anulados pela inflação e protegeu da concorrência externa as frágeis

---

<sup>832</sup> Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa...*, p. 75-76.

indústrias portuguesas que se tinham afirmado durante a Grande Guerra. Mas contribuiu para um crescimento enorme da dívida pública e da fuga de capitais.

O défice da balança comercial foi agravado. Em 1920 a economia portuguesa exportava menos de um quarto do que importava. As necessidades de uma Europa devastada pela guerra e a desvalorização da moeda permitiram um pequeno «surto industrial» baseado na exportação de têxteis, conservas e cortiça e na colocação no mercado interno de produtos caros e de fraca qualidade, mas protegidos pelas diferenças cambiais da concorrência estrangeira<sup>833</sup>.

A agricultura foi mais prejudicada do que a indústria portuguesa nos anos do pós Grande Guerra. A exportação vinícola caiu e a desvalorização do escudo encareceu os cereais importados face aos de produção nacional. No novo contexto, em que eram os produtores nacionais a financiar a importação de cereais, as associações agrícolas pressionaram os governos republicanos para acabar com o «pão político», uma pressão que os governos republicanos suportaram durante os primeiros anos, para acabar por adoptá-la em 1923<sup>834</sup>.

Após o desfecho da Grande Guerra, a sociedade portuguesa foi marcada por uma ofensiva sindicalista<sup>835</sup>. Em 1919, o ano que é também o da reorganização do Centro Católico Português sob a presidência de António Lino Neto, são realizadas greves em Maio e Setembro. A União Operária Nacional decretou greve geral no Barreiro, mobilizando os trabalhadores da CUF. A 13 de Setembro, foi criada a Confederação Geral do Trabalho (CGT), no Segundo Congresso Nacional Operário, realizado em Coimbra. No início desse ano foi lançado *A Batalha*, órgão da CGT, que em poucos meses se torna o terceiro diário português mais vendido. O jornal declarou-se sindicalista revolucionário e não bolchevista. Os sindicalistas que tomaram como modelo a revolução soviética fundaram a Federação Maximalista Portuguesa.

Os sindicalistas tiveram de enfrentar um patronato organizado na Associação Industrial Portuguesa, desde finais do século XIX, e na Confederação Patronal. O apelo da CGT para a greve geral levou a uma série de greves que representavam «o canto do cisne da ofensiva operária do pós-guerra, diluindo-se já na acção espontânea das

---

<sup>833</sup> António José Telo, *Primeira República II*,... p. 105.

<sup>834</sup> António José Telo, *Primeira República II*,... p. 106 e p.112.

<sup>835</sup> Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p. 157-195.

populações, desesperadas com um novo agravamento do preço dos géneros»<sup>836</sup>. A CGT perdeu 45 mil inscritos entre 1919 e 1923, devido às divergências ideológicas entre sindicalistas anarquistas e maximalistas, à deterioração das condições económicas e à política repressiva<sup>837</sup>. Em 1923, a 24 de Agosto, foi proclamada uma greve geral, apoiada pela CGT, em luta por aumentos salariais. A 28 desse mês as greves tinham praticamente cessado. O governo acabou com o «pão político» e *A Batalha* deixou de reivindicá-lo, defendendo a livre importação do trigo exótico, mais barato do que o protegido trigo nacional, e reclamando um tipo único de pão e com um preço uniforme em todo o país<sup>838</sup>. Em 1924 a Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP) radicalizou-se na luta anti-republicana, em grande parte devido ao activismo do integralista Pequito Rebelo. Todas as associações patronais convergiram na crítica ao regime político.

A sociedade portuguesa do pós Grande Guerra viu extremadas as divisões entre «novos ricos» e «novos pobres». A inflação contribuiu para o aparecimento de ambas as categorias sociais. Uns enriqueceram com a especulação, açambarcando produtos e vendendo-os no mercado negro ou comprando ouro e divisas estrangeiras. Outros, cujos rendimentos eram fixos, viram o seu poder de comprar diminuir drasticamente com a alta de preços.

Neste período fracassaram os ensaios de criar um rotativismo partidário entre o PRP e formações partidárias constitucionais e reformadoras à sua direita, ensaios esboçados com a vitória do Partido Republicano Liberal nas eleições de 1921 e a criação do Partido Republicano Nacionalista em 1923. O PRP manteve uma posição dominante mas crescentemente enfraquecida, até por dissidências partidárias como a criação, em 1920, do Partido da Reconstituição Nacional, de Álvaro de Castro e, em 1925, com a entrada na cena política da Esquerda Democrática, dirigida por José Domingues dos Santos. Em 1924, a criação da União dos Interesses Económicos (UIE), representando os interesses patronais, pôs em causa as ideias de alternância e mesmo de alternativa política no sistema liberal. A saída para a crise estaria numa alternativa à *política*, um governo de técnicos, capaz de executar de forma satisfatória o programa económico da UIE. Fora do parlamento e contra o parlamento, por princípio ou crítica à

---

<sup>836</sup> Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 433.

<sup>837</sup> Joana Dias Pereira, «A ofensiva operária».... p. 436.

<sup>838</sup> Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo...*, p. 275-286.



sua prática, desenvolveram-se movimentos ideológicos e forças políticas: à esquerda, o marxismo-leninismo e o sindicalismo revolucionário; à direita, o integralismo lusitano, cujo sucesso junto das elites políticas mitigou o poder de atracção do nascente fascismo, no Portugal da I República. No verão de 1922, Rolão Preto ainda considerava impraticável organizar em Portugal um partido como o de Mussolini e no ano seguinte recusaria dirigir o Nacionalismo Lusitano, o primeiro e pequeno partido fascista dinamizado por João de Castro Osório e Raul de Carvalho<sup>839</sup>. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira, criada em Julho de 1918, juntou na Nova República intelectuais, políticos e quadros nacionalistas conservadores situados num espectro ideológico que ia dos republicanos conservadores aos integralistas, incluindo os centristas Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira, o senador José Dias de Andrade, José Maria Braga da Cruz e António Lino Neto<sup>840</sup>.

Em resposta à crise, afirmaram-se dois blocos sócio-políticos, com braços armados: um radical, abrangendo desde a esquerda do PRP ao sindicalismo, visava o equilíbrio orçamental baseado num aumento de tributação em especial sobre as novas fortunas; outro conservador procurava atingir o mesmo objectivo com uma redução das despesas, o fim do pão político e incentivos ao regresso dos capitais. Entre 1919-1921 tomaram forma as propostas do bloco radical e do bloco conservador para a crise económica. A 27 de Maio de 1920 a câmara dos deputados começou a discutir a proposta do ministro das Finanças Pina Lopes no governo de António Maria Baptista sobre a tributação dos lucros de guerra. Recusou-se a via da emissão de mais papel-moeda, a qual seria um imposto indirecto que atingiria pobres e ricos. Até 7 de Junho de 1920 a proposta foi debatida, dividindo apoiantes da tributação sobre os lucros de guerra e conservadores. De 8 a 14 de Dezembro de 1920 foi debatida a segunda proposta do bloco radical em formação. Cunha Leal, o ministro das Finanças de Liberato Pinto, apresentou um projecto de unificação dos impostos, próxima de uma ideia de tributação progressiva dos rendimentos individuais. A 28 de Dezembro de 1920 foi aprovada uma proposta de agravamento da contribuição predial (lei n.º 1.906). Estas propostas foram contributos para um programa radical de resposta à crise social e económica. Nas palavras de Ana Catarina Pinto, a trave mestra deste programa assentava na ideia de que «a contenção da inflação, para sustentar a subida do custo de

---

<sup>839</sup> António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascista em Portugal. 1914-1915*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 48-62.

<sup>840</sup> Sobre o tema ver o livro já citado de Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos...*

vida, devia incidir sobre as fortunas nascidas das condições criadas pelo contexto da guerra e pelos seus efeitos prolongados no tempo de paz»<sup>841</sup>. Segundo António José Telo, a prosperidade do pós Guerra, apesar de perturbada pela crise de 1921, e a influência de forças políticas conciliadoras, permitiu atenuar o confronto entre os dois blocos sociais e políticos nesta conjuntura, os quais se saldaram por uma espécie de «empate»<sup>842</sup>.

De 1922 a 1925 verificou-se uma clarificação de uma esquerda republicana em torno de dois princípios que colocavam limites ao liberalismo económico e afectavam as denominadas «forças vivas»: a justiça distributiva e a limitação do direito de propriedade. Eram princípios reformistas que orientavam um programa de terceira via entre o liberalismo económico e o bolchevismo<sup>843</sup>. Foram criadas condições favoráveis à aplicação deste programa: os projectos de reformas foram desenvolvidos pelo Grupo Seara Nova, criado em 1921, os governos da esquerda republicana entre 1923 e 1925 tomaram iniciativas para aplicá-los, o grupo parlamentar da Esquerda Democrática apoiou e debateu estes projectos, as ideias e forças políticas em causa contaram com apoios sociais.

O sistema tributário foi reformado por iniciativa de Portugal Durão, ministro das Finanças de um governo de António Maria da Silva. A letra da reforma foi a lei n.º 1.368, de 21 de Setembro de 1921, que introduziu um imposto sobre rendimento com taxas até 30 por cento. A sua aplicação, no entanto, foi problemática. O Governo de Álvaro de Castro, que tomou para si a pasta das Finanças, implementou várias medidas que colocaram a actividade bancária sob controlo do Estado e impediam a especulação com divisas, uma linha programática mantida pelo Governo de Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos. A 17 de Janeiro de 1925, José Domingues dos Santos reformou o sistema bancário através do decreto n.º 10.474, procurando orientar o crédito para fomentar iniciativas económicas produtivas. As medidas foram alvo de uma reacção da elite comercial e financeira. O Governo de José Domingues dos Santos propôs, por intermédio do ministro da Agricultura Ezequiel dos Campos, uma reforma agrária a 12 de Dezembro de 1925, uma concentração da propriedade fundiária a Norte e a sua

---

<sup>841</sup> Ana Catarina Pinto, «A transformação política da República: o bloco radical» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 449.

<sup>842</sup> António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, (1.º Volume), Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 5-6.

<sup>843</sup> Ana Catarina Pinto, «A transformação política da República: o bloco radical» ..., p. 457-458.

divisão a Sul, na linha do pensamento de Oliveira Martins. O projecto previa a expropriação de incultos, pousios e baldios em zonas pouco povoadas. O projecto reformista da esquerda republicana articulava reformas de carácter tributário, financeiro e agrário.

Os governos de Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos distinguiram-se um do outro na «defesa da ordem». Enquanto o primeiro não hesitou em fazer deportações e despedir os funcionários públicos grevistas por resolução ministerial, a 18 de Março de 1924, o governo de José Domingues dos Santos legalizou a CGT, por decreto de 21 de Dezembro de 1924.

Entre 1922 e 1925, o bloco radical teve a oportunidade de ensaiar a aplicação do seu programa económico, sem conseguir resolver a crise económica. Neste período o antagonismo político entre os dois blocos foi extremado. Nos dois últimos anos da República, em 1925-1926, eram patentes os sinais do predomínio do bloco conservador sobre o bloco radical, embora estivesse por decidir qual seria a tendência conservadora hegemónica e os contornos do regime que sucederia à I República<sup>844</sup>.

Concordamos com grande parte das apreciações recentes de António Reis<sup>845</sup> sobre a questão religiosa na República do pós Grande Guerra: as relações entre o Estado republicano e o Vaticano melhoraram durante este período e a estratégia oficial do Centro Católico Português foi de relação pragmática com as instituições republicanas. Devemos acrescentar que, como veremos, a I República chegou ao fim sem que a Lei da Separação fosse revista num sentido que satisfizesse republicanos laicos ou católicos. Entre os republicanos laicos uns aceitavam melhorar o Decreto Moura Pinto, outros queriam repor a «intangível» lei de Afonso Costa na sua pureza. Entre os católicos a estratégia oficial da direcção do CCP, personificada por António Lino Neto, foi alvo de contestação, inclusive de centristas. Alguns católicos, como o presidente do CCP, valorizavam as melhorias introduzidas pela Lei da Separação de 1918 e consideravam que era possível ir mais longe no regime republicano no sentido de defesa dos direitos e interesses da Igreja Católica; outros católicos, dos quais Fernando de Sousa (Nemo) foi um influente porta-voz, viam no Decreto Moura Pinto apenas uma variante da Lei da Separação de 1911, hostil em relação à Igreja Católica. A 28 de Maio de 1926 a

---

<sup>844</sup> António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, (1.º Volume)..., p. 6.

<sup>845</sup> António Reis, «Epílogo: o fim da Primeira República» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 574-575.

«questão religiosa» na I República encontrava-se em aberto. Procurava-se, mas não se encontrara, uma resposta eficaz aos diferendos entre República e Igreja Católica. Subsistiam conflitos e tensões que permitiram ao ideólogos do Estado Novo apresentar o novo regime como o protector de uma Igreja Católica condenada à perseguição pela I República.

## **6.2. Os dirigentes centristas e as respostas ideológicas à crise do liberalismo**

### **6.2.1. António Lino Neto perante a crise do liberalismo**

Ao longo da sua actividade parlamentar, António Lino Neto foi reiterando em declarações na câmara dos deputados a sua confiança num parlamento onde se encontram deputados divididos pelas suas posições partidárias mas unidos por um sentimento patriótico, dirigindo-se não só à opinião pública politizada em geral, mas também ao Centro Católico Português, donde provinham críticas anti-parlamentares. Em Agosto de 1923, Joaquim Dinis da Fonseca declarou: «Eu defendo a ditadura; discordo dos poderes actuais concedidos ao Parlamento em matéria legislativa, pois sendo uma função técnica, não pode ser confiada a uma multidão»<sup>846</sup>. A declaração acendera uma polémica, não só pelo seu conteúdo, mas também porque fora proferida pela segunda figura parlamentar centrista, que substituíra quando necessário o líder da «minoría católica». António Lino Neto sente necessidade de se demarcar das acusações de anti-liberalismo dirigidas ao Centro Católico Português e a 2 de Dezembro de 1923 afirma:

«Apesar de tudo, o Parlamento com todos os seus defeitos ainda se não mostrou substituível por qualquer outra instituição.

Tem muitos defeitos, sem dúvida, mas desses defeitos uns são aparentes, outros são corrigíveis e ainda outros são mero reflexo dos costumes políticos nacionais, que, modificados, certamente os farão desaparecer imediatamente»<sup>847</sup>.

A 19 de Novembro de 1923, no contexto da entrada em funções do novo governo de Ginestal Machado, citara o exemplo de ditaduras estrangeiras para defender a confiança nas instituições parlamentares portuguesas:

«É necessário que a atmosfera de desconfiança que por toda a parte se vem desenvolvendo contra os políticos se não acentue mais nem torne possível entre nós

---

<sup>846</sup> A *União*, 20 de Agosto de 1923.

<sup>847</sup> VI Legislatura, 3.<sup>a</sup> Sessão legislativa, Sessão n.º 1, em 2 de Dezembro de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 246.

movimentos como os que lá fora determinaram a ascensão ao Poder de Mussolini em Itália e de Primo de Rivera em Espanha»<sup>848</sup>.

A 9 de Janeiro de 1924, reagindo à declaração ministerial do segundo governo de Álvaro de Castro, afirma que a posição do CCP é de «expectativa benévola» e, mais uma vez, parecendo responder em público a vozes que também eram centristas, declara: «O País não quer mais revoluções nem mais ditaduras». Após criticar diversas experiências governativas em Portugal que qualifica de «ditaduras» - a de Mousinho da Silveira, João Franco, Afonso Costa, Sidónio Pais, afirma:

«Não estejamos à espera do Messias como faziam os judeus, que se incorporaram na nossa constituição étnica. Não estejamos, como faziam os nossos antepassados, a olhar o horizonte a ver se descobriam o Encoberto, depois de Alcácer-Kibir.

O Messias, o Encoberto, o salvador, está dentro de cada um de nós...»<sup>849</sup>.

Após reconhecer que o parlamento tem defeitos e que deve ser aperfeiçoado, indica caminhos para o seu aperfeiçoamento. Mas esses caminhos não são os do alargamento do sufrágio eleitoral reforçando a representatividade parlamentar – o que António Lino Neto sugere é a introdução de mecanismos de representação corporativa no parlamento:

«Podemos voltar um pouco à representação dos interesses por classes, não precisamente como nos tempos passados, mas adaptando-a às circunstâncias dos nossos tempos.

Assim, a pequena e a média indústria, com o proletariado e a burguesia, de um lado; a grande indústria, com os representantes do capitalismo, de outro, os representantes das profissões liberais, como traduzindo a importância das forças morais da Nação<sup>850</sup>».

O que parece esboçado nesta intervenção é a conciliação do parlamento com um corporativismo parcial, possivelmente aproveitando a experiência da representação corporativa no senado na República Nova de Sidónio Pais. O diagnóstico feito por António Lino Neto da crise das instituições liberais é claro, mas a solução é vaga, procurando conciliar o respeito pela legalidade liberal da República com algumas ideias de diversas tendências do Centro Católico Português críticas da doutrina liberal.

---

<sup>848</sup> VI Legislatura, 2.<sup>a</sup> Sessão legislativa, Sessão n.º 163, em 19 de Novembro de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 242.

<sup>849</sup> VI Legislatura, 3.<sup>a</sup> Sessão legislativa, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 249. Ernesto Castro Leal chama a atenção para as semelhanças entre esta intervenção e um texto do boletim de adesão à Liga de Acção Nacional, de Janeiro de 1918, em que se afirmava: «Não há messias, não há salvadores possíveis, só a Grei se pode salvar a si mesma, regenerando-se, fiscalizando os actos do Estado, impondo-lhe a defesa dos interesses nacionais acima de todos e quaisquer interesses de grupos restritos de indivíduos» (in *Nação e Nacionalismos...*, p. 117).

<sup>850</sup> VI Legislatura, 3.<sup>a</sup> Sessão legislativa, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 249.

A 28 de Abril de 1924, numa conferência proferida no Funchal intitulada «O Estado Moderno; sindicalismo e Congreganismo», e publicada em *A União* em Abril de 1924<sup>851</sup>, o presidente do CCP desenvolve algumas das suas ideias. É claro a diagnosticar a crise do «Estado moderno». Não se refere só a crise do Estado abstencionista do sistema liberal, mas também do Estado que assume novas e maiores funções no campo económico e social: «O Estado faliu em quase todos os departamentos da administração pública»<sup>852</sup>. Faliu, enumera, na assistência, na instrução, na segurança, na solidariedade social, na garantia da ordem pública, na concessão do crédito, nos empreendimentos industriais, expressão que para ele abrange intervenções do Estado como os transportes marítimos e os bairros sociais<sup>853</sup>. Perante a falência do Estado moderno, a sua reconstituição tem de partir dos cidadãos, através de associações. Estas associações cívicas são de dois tipos: sindicalistas, ou seja, associações de acordo com os interesses materiais das classes; ou «congregações», associações organizadas a partir de «interesses morais». António Lino Neto admite o sindicalismo, desde que se realize «na subordinação da vida moral da humanidade.»

O «congreganismo» é um substantivo formado a partir de «congregação», a qual o presidente do CCP define como «uma associação de ordem moral ou religiosa». Para logo explicitar: «*congreganismo*, portanto, é um movimento tendente a alargar e desenvolver o princípio associativo por laços morais, subordinando-lhe o princípio associativo por laços materiais»<sup>854</sup>. Apesar de usar uma expressão pouco habitual para designar a sua resposta à crise do Estado moderno, o «congreganismo», o pensamento de António Lino Neto integra-se numa tradição da Doutrina Social da Igreja. O próprio presidente do CCP cita, no final da sua conferência, como fontes, as encíclicas de Leão XIII *Rerum Novarum* de 15 de Maio de 1891 e *Graves de communi* de 18 de Janeiro de 1901. São encíclicas que, nas suas palavras, aconselham «a subordinação da vida económica à vida moral como solução das principais dificuldades do Estado Moderno»<sup>855</sup>. Ou seja, os «deveres morais» são uma resposta à «questão social». Os

---

<sup>851</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 49-52. Texto transcrito e anotado em João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 306-315.

<sup>852</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 50; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 308.

<sup>853</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 50-51; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 308.

<sup>854</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 51; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 312.

<sup>855</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 52; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 315.

cidadãos devem associar-se e as classes sociais devem cooperar entre si. Embora não empregue o termo, a reflexão de António Lino Neto desenvolve-se no horizonte teórico do «corporativismo de associação»<sup>856</sup>. É no quadro teórico de um corporativismo que desconfia do Estado e se apresenta como alternativa à crise do Estado que António Lino Neto desenvolve as suas teses acerca do municipalismo, como vimos, e do cooperativismo, como veremos.

#### 6.2.2. A nova geração do CADC e os intelectuais católicos em ruptura com a cultura liberal

O presidente do CCP era um católico e cidadão português que se formara e iniciara a sua vida pública durante a monarquia liberal. Como temos visto neste trabalho ao longo da sua vida criticou diversos aspectos da sociedade do seu tempo que tinham conduzido a um estado de «decadência» e apontou vias para uma «regeneração nacional» capazes de gerar consensos entre os católicos e sectores não católicos conservadores, de conciliar propostas de tradições políticas diferentes em nome de um «interesse nacional». Recusava claramente o «liberalismo moral» e o «liberalismo filosófico», ou seja, a ideia de uma liberdade individual sem limites, mas aceitava alguns princípios do liberalismo político, demarcando-se das posições anti-parlamentares. Uma geração mais nova da elite católica, que acabara de se formar na universidade já durante a I República assumia, pelo contrário, a ruptura com a cultura liberal. A expressão máxima dessa nova tendência no Centro Católico Português é o livro *A Nova Geração* publicado por Diogo Pacheco de Amorim em 1918.

Diogo Pacheco de Amorim, escrevendo em nome da sua geração, em termos que raramente foram reproduzidos mas que também não foram desmentidos e não o impediram de ser dirigente nacional do CCP entre 1917 e 1919 e eleito deputado centrista em 1918 e 1919, recusava os valores básicos da cultura liberal e a trilogia da revolução francesa: «Liberdade, Igualdade, Fraternidade, três mentiras convencionais, diz a mocidade de hoje»<sup>857</sup>. Ao valor da igualdade contrapunha o da hierarquia e ao da liberdade o da ordem. A hierarquia e a ordem eram incompatíveis com a legitimação da ordem política pelo conceito de povo: «para os novos de hoje, Povo com *P* maiúsculo são todos aqueles que não têm ofício, nem profissão nem classe.//É a escumalha das

---

<sup>856</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 52; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 315.

<sup>857</sup> Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França & Arménio, 1918, p. 136.

ruas, pronta para todas as violências e para todos os atropelos»<sup>858</sup>. A geração de que Pacheco de Amorim pretendia ser o porta-voz era assumidamente anti-democrática e rejeitava a palavra «democracia», mesmo como retórica política: «A mocidade pensa também que ainda para maior bem desse mesmo futuro se deve acabar com a pieguice democrática.//A História mostra que a democracia ou é a infância dos povos, ou então a decrepitude e a morte»<sup>859</sup>.

A vitalidade social obtinha-se devido a preconceitos «úteis», como «os preconceitos de casta» vigentes na Índia que permitiam «reduzir ao mínimo os efeitos perniciosos da multiplicidade de doutrinas ou de raças, numa mesma sociedade»<sup>860</sup>. Os novos valores e «preconceitos» eram incompatíveis com o parlamentarismo: «Os parlamentos, órgãos dessa soberania, tão cabalmente demonstraram a sua universal incompetência, que já há muito quem pense em eliminá-los ou substituí-los.//Nos países mais cultos, como a Alemanha, essa substituição está efectuada para as resoluções que exijam uma competência especial»<sup>861</sup>. Os parlamentos deviam ser reduzidos a «corpos consultivos».

Nesta perspectiva, Diogo Pacheco de Amorim ensaiava um revisionismo histórico reabilitando a inquisição: «A Inquisição foi, em todas as nações, um órgão de defesa contra o inimigo de fora; a Revolução, pelo contrário, foi uma arma que a Maçonaria inglesa desfechou sucessivamente no coração de todas as nações latinas»<sup>862</sup>.

O jovem dirigente do CADC reconhece que estas ideias e atitudes não eram novas, mas era novo o seu sentido e contexto. No final da monarquia constitucional, «As juventudes conservadoras existiam; mas era como se não existissem»<sup>863</sup>, pois a hegemonia cultural era positivista, liberal, laicista. Em 1918, Pacheco de Amorim escrevia sem medo de ser desmentido: «Um rapaz de talento que não seja conservador, é hoje tão raro como um animalejo ante-diluviano»<sup>864</sup>, em Portugal como nos outros países europeus e no Brasil. A «nova geração» teria nascido por volta de 1888 e começado a chegar à universidade no ano lectivo de 1907-1908. A partir desses anos de

---

<sup>858</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 19.

<sup>859</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 23.

<sup>860</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 81.

<sup>861</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 129.

<sup>862</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 149.

<sup>863</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 33.

<sup>864</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 33.



charneira, as gerações eram «tanto mais reaccionárias quanto mais recentes»<sup>865</sup>. Dois factores explicavam este fenómeno: o «rápido e progressivo enfraquecimento do prestígio e força das ideias revolucionárias, mas ainda pelo facto das primeiras camadas da nova geração formarem uma espécie de capa isoladora que preservava as gerações posteriores do pernicioso contacto das gerações mais velhas»<sup>866</sup>. Estas considerações geracionais esclarecem alguns aspectos do percurso de António Lino Neto como dirigente católico. Apesar de respeitado como académico, advogado e militante católico, provinha de uma geração mais velha do que a elite católica que se afirmou na sociedade portuguesa nos anos de 1920 e 1930. A *Nova Geração* não o visava, pois em 1918 nem sequer era presidente do CCP, mas expunha diferenças de cultura política que se manifestaram em tensões e conflitos durante os anos em que António Lino Neto foi o rosto leigo dos católicos organizados sob a orientação da hierarquia católica para intervir no terreno político-parlamentar.

As doutrinas anti-liberais centristas chegaram à primeira página de *A União* a 8 de Novembro de 1923, quando o semanário dirigido por António Lino Neto publicou um extenso artigo intitulado «As ditaduras e o Centro Católico», assinado pelas enigmáticas iniciais «X.Y.Z». O texto parte da constatação de uma «febre das ditaduras» que alastra pela Europa. Para o autor, «As ditaduras agora significam o que sempre significaram: a reacção vital de uma sociedade contra uma anarquia insuportável que a asfixia». Uma reacção que se manifesta nos «povos latinos», os quais «estão fartos da ideologia revolucionária de 89». O articulista observa que a reacção ditatorial começou por surgir nos regimes monárquicos de Itália e Espanha, provando que a solução para a «anarquia» não pode residir numa simples mudança da forma de regime. Nota também que nesses países a Igreja Católica conservou «o nervo da disciplina, o prestígio da autoridade, a visão clara destas consequências ruinosas dos erros que ela pertinazmente combateu, apontando-lhes remédios preventivos e agora os curativos».

Se em Portugal, a reacção vier e favorecer o regime monárquico não será o deposto a 5 de Outubro, se favorecer o «sistema democrático» não será o vigente, mas outra concepção de democracia, a da Igreja Católica: «se este movimento aproveitar a algum género de política, de preferência a outro, será aquela que a Santa Sé recomenda aos católicos desde Leão XIII». Ao Centro Católico Português, que segue as directrizes

---

<sup>865</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 159.

<sup>866</sup> Diogo Pacheco de Amorim, *A Nova Geração*, p. 159.

da Santa Sé, o futuro reserva um papel relevante: «não tardará muito depois de aquele movimento chegar a Portugal, sem que se reconheça na organização dos católicos á roda do Centro uma vantagem que esse movimento porá em foco». O problema das ditaduras é manterem a ordem, facilmente destruída pelo espírito de partido que subsiste nas ditaduras impostas por um partido. «É que não basta restabelecer cá fora a ordem, se deixarem a desordem lavrar como até aqui a dentro das cabeças.//Ora as cabeças não admitem uma ditadura leiga». Nos países católicos, no entanto, o problema tem uma solução possível: «montar a ditadura das ideias, se for feita pela Igreja, única autoridade para definir verdades». Se se formar uma elite católica será possível criar um amplo apoio a uma política patriótica do governo. Seria esse o papel do CCP, que em Portugal devia ter um papel muito mais importante do que da simples defesa das liberdades da Igreja Católica: «N’um paiz bem governado e em que os católicos fossem a minoria, o objectivo do Centro podia cingir-se ás reivindicações católicas, mas em Portugal, nesta hora crítica, a organização dos católicos é afinal a organização defensiva da própria nação»<sup>867</sup>.

### **6.3. A reorganização do Centro Católico Português (1919-1922) sob a presidência de António Lino Neto**

A queda da República Nova com o assassinato de Sidónio Pais desfez os heterogéneos apoios reunidos pelo «Presidente-Rei» e, neste contexto, alguns monárquicos colocaram em xeque o regime, proclamando a monarquia em Lisboa e no Porto. Na capital os combates entre republicanos e monárquicos travaram-se à volta de Monsanto, a 18 e 19 de Janeiro de 1919, saldando-se por uma rápida vitória republicana. No Porto, a auto-declarada Monarquia do Norte durou um mês. A insurreição monárquica envolveu católicos centristas, expondo a permeabilidade de fronteiras entre os católicos organizados enquanto tais, no CCP, e o movimento monárquico e pondo em causa a política de *ralliement* de Bento XV. A efémera monarquia do Norte restaurou a Carta Constitucional, a 14 de Janeiro. A Lei da Separação foi revogada e a religião católica considerada a religião do Estado português. Os monárquicos insurrectos esperavam o apoio das autoridades eclesiásticas e obtiveram-no de algumas figuras. O vigário capitular, Dr. Teófilo Salomão, a autoridade eclesiástica mais importante da diocese do Porto, uma vez que D. António Barroso morrera e a Santa Sé não nomeara um sucessor, participou na cerimónia de tomada de posse do governo monárquico. D. Manuel Vieira de Matos apresentou cumprimentos ao

---

<sup>867</sup> A *União*, 8 de Novembro de 1923, p. 1.

novo governador civil. O bispo de Lamego, D. Francisco José Vieira de Brito, apoiou o novo regime. Mas os outros prelados não se pronunciaram e o apoio do clero à monarquia do Norte foi reduzido. Os monárquicos assassinaram um sacerdote republicano de Vila Pouca de Aguiar, o padre Joaquim Antunes Teixeira, mais conhecido por padre Alvadia.

António Lino Neto desempenhou o papel de porta-voz da «minoria católica», intervindo sobre a declaração do governo republicano saído da vitória de Monsanto, o ministério José Relvas, composto por ministros de todos os partidos da «República Velha», um do Partido Socialista Português e um ministro sidonista. A 3 de Fevereiro de 1919, o mesmo dia em que foi feita a declaração ministerial, quando a república ainda não tinha sido restabelecida em todo o território português, o deputado centrista observa que José Relvas prometera o restabelecimento da normalidade, sem definir os parâmetros dessa normalidade. Sublinha que para os católicos a normalidade implicaria o cumprimento de um «programa mínimo» de reivindicações que correspondiam às «condições fundamentais da liberdade de consciência». Dado que o presidente do Governo não dissera «até onde conta ir na satisfação dessas reivindicações», o Centro «aguarda que o Governo se pronuncie sobre factos (visto que o momento histórico que atravessamos é solene demais só para palavras), para assim melhor poder pautar por eles o seu procedimento». A política de obediência aos poderes constituídos é claramente reafirmada por António Lino Neto, demarcando-se da tentação insurreccional: «Do que o Governo, porém, pode estar certo é que a minoria católica, longe de lhe levantar quaisquer atritos, estará ali sempre no seu posto para servir com dedicação Deus e a Pátria»<sup>868</sup>.

Esta intervenção parlamentar de António Lino Neto, enquanto a Monarquia do Norte ainda estava de pé, reforçou o seu perfil como homem indicado para a presidência de um Centro Católico Português reestruturado no sentido de afirmar de modo mais claro a sua autonomia face à causa monárquica e de ser uma organização ao serviço da política de *ralliement* da Igreja Católica em Portugal. A identificação entre católicos e insurreição monárquica continuou a ser um tópico da propaganda laicista contra o Centro Católico Português. Mais de três anos depois, a 10 de Março de 1922, quando António Lino Neto, discursando na câmara de deputados, referia «os grandes exemplos de civismo, de moral cívica, de respeito à lei, que a nação portuguesa deve à Igreja e aos

---

<sup>868</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 97.

seus apregoados ensinamentos...», foi interrompido pelo deputado António Fonseca: «Não esquecendo aqueles que nos foram dados pela Traulitânia». O deputado centrista respondeu: «Os católicos não têm culpa, nem podem ter, dos actos menos legítimos cometidos por alguns ministros da religião»<sup>869</sup>.

O novo núncio do Vaticano, Achille Locatelli, apresentou credenciais a 26 de Abril de 1919. Na cerimónia, segundo *A Capital*, o núncio sublinhou o empenho de Bento XV em manter um bom relacionamento com o Estado português e o Presidente da República, Canto e Castro, declarou que tanto a República portuguesa como a Igreja Católica tinham interesse em estar de boas relações<sup>870</sup>. Estes sinais de vontade de esvaziar a «questão religiosa» foram concretizados, da parte da Santa Sé, com o compromisso, em telegrama datado de 17 de Maio de 1919, enviado ao primeiro governo de Domingos Pereira, de «não nomear bispo pessoa contra a qual o Governo tivesse objecção a fazer fundada em qualquer motivo político». Luís Salgado de Matos sublinha que a Santa Sé cumpriu o seu compromisso, consultando o governo sobre todos os bispos residenciais ou coadjutores com direito de sucessão que nomeou após aquela data. Foram nomeados monsenhor Barbosa Leão para a diocese do Porto e D. Marcelino Franco<sup>871</sup> para a do Algarve. D. José Alves Correia foi colocado em Leiria e D. Manuel da Conceição Santos foi promovido de Portalegre para coadjutor da arquidiocese de Évora. O ministro dos Negócios Estrangeiros considerou inconveniente que frei Domingos Frutuoso, que fora confessor da rainha D. Amélia, fosse colocado na muito anticlerical diocese de Beja. A Santa Sé atendeu a estes argumentos colocando Domingos Frutuoso na diocese de Portalegre e o José do Patrocínio Dias<sup>872</sup>, que fora capelão militar, na diocese de Beja<sup>873</sup>. D. Agostinho de Jesus e Sousa<sup>874</sup> foi colocado como coadjutor de Lamego. Este procedimento, que está pouco estudado, era diferente dos procedimentos tradicionais do regalismo e foi qualificado por Luís Salgado de Matos de «veto informal»<sup>875</sup>.

---

<sup>869</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 110.

<sup>870</sup> *A Capital*, 26 de Abril de 1919, p. 2.

<sup>871</sup> D. Marcelino António Franco (1871-1955) foi nomeado bispo do Algarve por Bento XV pela bula *Commissum humilitati Nostrae*, de 15 de Maio de 1920, tendo sido sagrado na Sé de Faro a 18 de Julho de 1920.

<sup>872</sup> D. José do Patrocínio Dias (1884-1965) recebeu a sagração episcopal na Guarda a 3 de Junho de 1921 e entrou em Beja em Fevereiro de 1922.

<sup>873</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 516-518.

<sup>874</sup> D. Agostinho de Jesus e Sousa (1877-1952) foi sagrado bispo em Braga a 8 de Dezembro de 1921.

<sup>875</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 510.

Os primeiros governos republicanos da Nova República foram além de uma atitude de não hostilizar a Igreja Católica, passando a apoiar as missões católicas nas colónias portuguesas. O primeiro governo a aprovar um decreto neste sentido foi o de José Relvas, através do seu ministro das colónias do Governo, Carlos da Maia, o qual, como vimos, partilhara a vereação da câmara municipal de Lisboa com António Lino Neto, na República Nova de Sidónio Pais. João Soares, que sucedeu a Carlos da Maia na pasta das colónias, no governo Domingos Pereira de 30 de Março a 29 de Junho de 1919, foi o primeiro ministro de proveniência «democrática» a promulgar legislação nesse sentido. Coube a Rodrigues Gaspar, o ministro das colónias do Governo de Sá Cardoso, de 29 de Junho de 1919 a 21 de Janeiro de 1920, o reconhecimento oficial do papel «civilizador» das missões católicas, reconhecimento que se traduziu no pagamento de subsídios. Esse governo financiou seminários na metrópole, chamando-lhes «casas de estudo»<sup>876</sup>.

As primeiras eleições gerais na República do pós Grande Guerra, a 11 de Maio de 1919, confirmaram a fragilização do Centro Católico Português pelo apoio a Sidónio Pais e o envolvimento na Monarquia do Norte. No rescaldo da insurreição monárquica a Norte, republicanos assaltaram as sedes da Associação Católica e do CCO do Porto. O governo abriu processos ao bispo de Lamego, D. Francisco José, e ao arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos, pelo seu envolvimento na monarquia do Norte. O CCP foi a única organização candidata às eleições a assumir a defesa dos interesses católicos, dado os monárquicos e sidonistas não terem concorrido e o Partido Evolucionista não ter apresentado às urnas padres católicos. No entanto, ou talvez por essa razão, a participação do CCP no acto eleitoral foi desastrosa, elegendo apenas um deputado, Diogo Pacheco de Amorim, pela Covilhã, e um senador, o cônego José Duarte Dias de Andrade, figura de relevo que dirigia a *Revista Eclesiástica* e era vigário capitular da diocese de Coimbra. António Lino Neto foi candidato não conseguindo ser eleito e só voltou à câmara dos deputados em 1922. A sua candidatura às eleições de 1919 fora incentivada em carta pessoal pelo bispo de Portalegre, que lhe perguntava, a 25 de Abril de 1919: «Propõe-se como candidato nas próximas eleições?». E procurava obter uma resposta favorável com outras perguntas e afirmações:

«Consta-me que o seu nome teria aura favorável, não só da parte dos catholicos, mas também dos monarchicos. Nesse caso porque não tentar fortuna? Havemos de deixar

---

<sup>876</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 510-511.

perder um ensejo favorável de fazer ouvir no parlamento mais uma voz catholica?» Antecipando-se a uma eventual objecção, declarava: «Bem sei que o meu am.º já se tem sacrificado muito pela causa, mas Nosso Senhor há de compensar-lhe largamente mais este sacrifício»<sup>877</sup>.

O fracasso eleitoral centrista reforçou a ideia da necessidade de uma reestruturação do Centro Católico Português. Foi uma ideia adoptada pelos bispos portugueses na Conferência dos Prelados Portugueses do Continente, realizada a 20 e 21 de Maio de 1919. Estiveram presentes o cardeal-patriarca, os arcebispos de Braga e de Évora, os bispos do Algarve, de Viseu, da Guarda, de Portalegre e o arcebispo de Mitilene. Os prelados reconheceram a «marcha desordenada do Centro Católico» que procuraram corrigir com uma revisão do seu programa por uma comissão constituída pelos bispos do Algarve, de Portalegre e pelo arcebispo de Mitilene. A acta da conferência indica que ainda não estava previsto o cargo de presidente que foi ocupado por António Lino Neto. É afirmada na acta a intenção de formar em Lisboa uma comissão central formada por três elementos, «aos quais ficariam associados os antigos directores de zonas»<sup>878</sup>. Este último requisito foi abandonado, mostrando que o afastamento das personalidades mais conotadas com a causa monárquica da direcção do CCP resultou de um processo do qual não conhecemos todas as peças e não de uma decisão momentânea.

Foi decidida a realização de um Congresso do Centro Católico Português na capital, a 22 de Dezembro de 1919, uma data assinalada por festas nacionais dedicadas ao culto de Nun'Álvares Pereira. Neste primeiro congresso da segunda fase<sup>879</sup> da História do Centro Católico Português, participaram delegados de cada diocese com o poder de elegerem a nova direcção e de aprovarem as novas bases do CCP.

Apesar de se encontrar fora do parlamento e de ainda não ser oficialmente o Presidente do Centro Católico Português, António Lino Neto era tratado por dirigentes centristas como um líder de facto ou uma personalidade muito próxima do núncio e da hierarquia católica portuguesa. Assim, Juvenal de Araújo, dirigente centrista no Funchal, escreveu-lhe a 11 de Outubro de 1919, a pedir-lhe conselho sobre se devia aceitar um convite para entrar para a «fusão evolucionista-unionista». Juvenal de Araújo hesitava porque os unionistas e evolucionistas da Madeira tinham fama de homens

---

<sup>877</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/003, fl. 1.

<sup>878</sup> ASV, Caixa 425, Po. 1.ª, fl. 11.

<sup>879</sup> Manuel Braga da Cruz conta como congresso a reunião fundadora de 1917. Pinharanda Gomes, pelo contrário, inicia a contagem dos congressos do CCP apenas em Maio de 1919.

«bens conceituados» e «sérios», mas também de ligações à maçonaria. Deveria ele aderir ao novo partido, com outros católicos, e nele pugnar pela defesa da Igreja Católica. Ou esta adesão seria incompatível com a sua presença na direcção do Centro Católico Português na Madeira? Dirigia estas perguntas a António Lino Neto pois «A estas perguntas, nenhum dos nossos amigos d'aqui pode responder, porque ignora-se qual a política geral que o Snr. Nuncio Apostólico deseja seguir, e por isso me dirijo quasi à fonte, escrevendo a V. Excia para pedir-lhe a fineza de ouvir sobre este assumpto, e por minha parte, a opinião do illustre Representante da Santa Sé, e transmittir-m'a logo que lhe fosse possível»<sup>880</sup>. António Lino Neto aconselhou-o a permanecer apenas ligado ao Centro Católico Português, uma posição que faria doutrina no CCP.

Além de ser uma figura influente no meio católico, António Lino Neto alcançara uma proeminência social simbolizada pela aquisição, em 1919, do palácio de Sant' Anna para residência familiar. O palácio, situado na calçada de Sant'Anna, fora construído em 1740, tendo o edifício, em estilo neoclássico, sido reconstruído e melhorado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em 1867 foi ali instalada a embaixada do Império Austro-Húngaro em Portugal. Após o desmantelamento do império Austro-Húngaro na Grande Guerra, a embaixada ficou vaga e o palácio voltou ao mercado.

No congresso realizado a 22 de Dezembro de 1919 na Liga da Acção Social Cristã, no Beco dos Apóstolos, à rua das Flores, participaram delegados de 13 dioceses portuguesas. Só a diocese do Funchal não teve representação. Os bispos<sup>881</sup> convocaram para o mesmo dia uma sessão preparatória no patriarcado, situado no Largo dos Mártires da Pátria. Nesta sessão prévia, «os delegados ao Congresso pediram aos Exms. Prelados a insinuação das pessoas a eleger para a Direcção ao que prontamente aquiesceram»<sup>882</sup>. No congresso foram aprovadas as «bases regulamentares» do Centro e eleita uma nova comissão central constituída por António Lino Neto, o seu presidente e «Professor dos Institutos Superiores Técnico e do Comércio de Lisboa, advogado, Presidente da Câmara dos Deputados nos últimos tempos do governo do Dr. Sidónio

---

<sup>880</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/004, fl. 2.

<sup>881</sup> Todos os bispos portugueses se encontravam reunidos em Lisboa. Além do congresso de reorganização CCP, o pretexto da reunião dos bispos foram as festas ao beato Nuno Álvares Pereira (Cf. J. Pinharanda Gomes, *Os Congressos Católicos em Portugal [Subsídios para a História da Cultura Católica Portuguesa Contemporânea, 1870-1980]*, Lisboa, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984, p. 50).

<sup>882</sup> ASV, Secretaria de Estado, 1920, Rubrica 250, Fasc. 1, fls. 25-26. A citação é retirada do documento a «A recente reorganização do Centro Católico Português» que seguimos neste relato.

Pais», João da Fonseca Garcia, «advogado da Companhia Geral do Crédito Predial Português e antigo presidente do Centro Católico do concelho do Sabugal» e António Pereira Forjaz, «Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa e do Liceu Passos Manuel e Presidente da Assembleia Geral da Juventude Católica de Lisboa». Nemo não só deixava de ser um dos três dirigentes do CCP, mas também não era incluído nem na comissão central nem em qualquer outra comissão centrista. Terá sido convidado a integrar uma dessas comissões e não aceitou. É o que se depreende de um artigo de António Lino Neto publicado a 25 de Março de 1920 em *A Época*: «O Centro Catholico tem-o como um dos seus mais auctorisados conselheiros; e, se não o tem nos seus corpos gerentes, como lhe competia, é porque insistentemente a isso se recusou, não por comodidade, a que não é atreito, mas por entender que, de outra forma melhor serviria o Centro»<sup>883</sup>. O que ainda não está claro no artigo é que o entendimento que Nemo tinha da melhor forma de servir o CCP era impedir que fosse um obstáculo à associação entre a causa católica e a causa monárquica. António Lino Neto já tinha consciência das divergências mas queria a todo custo evitar uma ruptura.

A 23 de Dezembro, os bispos reuniram com os novos dirigentes e destacados militantes do Centro Católico Português definindo que a acção a desenvolver pelo Centro assentaria nos princípios de que o CCP não estabeleceria alianças gerais com qualquer partido político, admitindo no entanto acordos locais ou regionais; o jornal oficial do Centro seria o semanário *A União*, que poderia transformar-se num diário.

As «Bases para a reorganização do Centro Catholico Portuguez» consistiam em nove artigos cuja primeira versão foi redigida pelo bispo do Algarve, D. António Barbosa Leão, com a colaboração de pessoas não especificadas, e enviada para o patriarca de Lisboa a 11 de Julho de 1919<sup>884</sup>. No congresso foi apenas alterada, por sugestão de Domingues Pinto Coelho, uma parte do artigo 3.º substituindo a expressão «conciliação entre os partidos» por «conciliação entre as diferentes classes e correntes de opinião»<sup>885</sup>. Os três primeiros definiam a sua orientação: o CCP era uma «organização autónoma, destinada a proteger e desenvolver a acção católica, consoante a Pastoral Colectiva do Episcopado Português de 22 de Janeiro de 1917, e em ordem à realização integral da “União Católica”» (artigo 1.º); «o centro respeita os poderes

---

<sup>883</sup> *A Época*, 25 de Março de 1920, p. 1.

<sup>884</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 425, Po. 8.ª, fls. 20-21.

<sup>885</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 425, Po. 8.ª fl. 78. Sobre o conteúdo das alterações ver ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 425, Po. 8.ª fl. 90.



constituídos do Estado, e, para melhor realizar as suas aspirações de progresso moral e económico, abstém-se de quaisquer manifestações ou acção sobre formas de governo» (artigo 2.º); «o Centro não se propõe propriamente realizar a conquista do poder político, mas sim promover a cristianização das leis, dos costumes e da vida política nacional; exercer quanto possível uma função de harmonia e de conciliação entre as diferentes classes e correntes de opinião e contribuir para que na administração pública predominem os cidadãos mais competentes moral e tecnicamente» (artigo 3.º). Os cinco artigos seguintes especificavam a organização do Centro Católico Português, afirmando o seu carácter nacional (4.º), as principais atribuições da comissão diocesana (5.º), a centralidade da direcção do CCP numa comissão que trabalhava em Lisboa (6.º), a periodicidade do Congresso e condições para a sua convocação extraordinária (7.º), a definição de um mínimo de quatro comissões permanentes: política, propaganda, imprensa e obras sociais (8.º). O último e nono artigo sublinhava a subordinação do Centro Católico Português à hierarquia católica, em contraste, por exemplo, com o Partido Popular Italiano dirigido por Sturzo, criado nesse mesmo ano: «o Centro como é próprio de todas as organizações católicas, acatará as indicações ou instruções da Autoridade Eclesiástica».

Em suma, o Centro propunha-se unir os católicos e atenuar as divisões políticas entre os portugueses, promovendo as competências (artigo. 3.º) e fazendo acção católica. Não se definia de um ponto de vista ideológico em termos de esquerda e de direita ou de dicotomias como revolução e contra-revolução. É de assinalar que a elite que dirigia o Centro Católico Português identificava a defesa da ordem pública com o anti-comunismo. Esta atitude estava patente, por exemplo, na carta enviada de Serpa por Domingos Pulido Garcia para António Lino Neto, a 20 de Novembro de 1919. Neste documento o signatário explicava que não poderia estar presente no Congresso no Beco dos Apóstolos, apesar de convidado pelo arcebispo de Évora, por já se ter comprometido em participar nuns trabalhos «muito interessantes para nós alentejanos. São uns trabalhos de organização antibolchevista»<sup>886</sup>.

Em carta a António Lino Neto, datada de 18 de Dezembro de 1919, Juvenal de Araújo transmitiu a impressão de que o processo de reestruturação do Centro Católico Português estava a ser melhor recebido pelos partidos republicanos do que pelos católicos mais comprometidos com o projecto de restauração monárquica:

---

<sup>886</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/006, fl. 1.

«A atitude dos jornaes republicanos julgo reflectir um espírito de tolerância e de concórdia a que seria prudente e útil corresponder-se. Não sei se esta minha impressão corresponde à realidade, mas quando esse espírito não existe, temos o dever de procurar conseguir que elle realmente se crie e fortaleça, - e vejo com desgosto que não é bem n'este sentido que está sendo orientada a *Epoca*, quasi sempre agressiva e mal-humorada»<sup>887</sup>.

Os relatórios da nunciatura mostram-nos que a Santa Sé se encontrava atenta aos processos de recomposição das forças políticas republicanas. A reestruturação do CCP tem de ser compreendida num contexto em que surgem novas propostas republicanas que se tentam organizar sob a forma de partidos. A Federação Nacional Republicana (FNR)<sup>888</sup>, que se estava a constituir sob a presidência de Machado Santos, era o partido republicano que ia mais longe nas suas expectativas em relação ao CCP. Como noticiava o *República* de 21 de Dezembro de 1919, o Conselho de Fundadores da FNR aprovou uma resolução em que era pedido ao presidente da República a formação de um governo de concentração republicana que deveria integrar elementos de todas as forças políticas representadas no parlamento, inclusive do CCP, além de forças políticas extra-parlamentares. A nunciatura estava atenta<sup>889</sup> a esta iniciativa que pode contribuir para explicar por que é que alguns dirigentes centristas encaravam como um cenário verosímil e desejável a participação do CCP num governo. Mas, nesta perspectiva, as bases do CCP aprovadas no seu I Congresso Nacional da República do pós Grande Guerra são já uma demarcação da hierarquia católica face a esta hipótese. Outra esperança do nuncio em Lisboa era o Partido Republicano Liberal (PRL) que, em 1921, teve uma oportunidade de alternar no poder com o PRP. A 23 de Outubro de 1919, o PRL realizou o seu I Congresso. O nuncio relatou para a Secretaria de Estado do Vaticano que o novo partido possuía um propósito claro de modificar a Lei da Separação e se não era mais preciso no que respeitava às questões da instrução e das missões religiosas era porque a opinião pública ainda não estava preparada para mudanças acerca destes assuntos<sup>890</sup>.

A 5 de Janeiro de 1920, em relatório enviado ao Secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Gasparri, o nuncio em Lisboa, Locatelli, sintetizava as razões da reestruturação do Centro Católico Português e da escolha de António Lino Neto para seu presidente:

---

<sup>887</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/04, fls. 6-7.

<sup>888</sup> Sobre a Federação Nacional Republicana ver Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 88-90.

<sup>889</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 419, Po. 1.<sup>a</sup>, fl. 44.

<sup>890</sup> ASV, Secretaria de Estado, Rubrica 250, 1919, Fasc. 2, fl. 54.

«Essendo assolutamente necessario di separare l' azione del Centro da quella dei partiti monarchici, si decide di nominare come presidente della Commissione Centrale l' Avv. Lino Neto, ottimo cattolico, persona indipendente e non compromessa com altri partiti e di dare ai Signori Pinto Coelho e Fernando Sousa, troppo noti come monarhici, un áltra posizione onorevole, ponendoli a capo di altre istituzione cattoliche»<sup>891</sup>.

Estas razões faziam sentido num contexto de esforço de apaziguamento da questão religiosa na I República e tinham dado origem a tomadas de posições concretas quer pelo poder público republicano quer pela hierarquia católica. A 29 de Junho de 1919 iniciou funções um governo dirigido por Alfredo Sá Cardoso, um democrático e maçom que preparara o 5 de Outubro e combatera na Grande Guerra. Alfredo Sá Cardoso omitiu referências à questão religiosa na sua declaração ministerial e nomeou como ministro de Portugal no Vaticano, Joaquim Pedro Martins, um professor de Direito que fora evolucionista e trabalhou, como diplomata, para reconciliar República e Igreja Católica. Tal como se comprometera, o Vaticano consultou o governo sobre a nomeação de novos bispos e perante dúvidas levantadas acerca do sentido exacto desse compromisso, o secretário de Estado do Vaticano, Gasparri, esclareceu que o Vaticano não nomearia um bispo contra o qual o Governo tivesse objecções de carácter político. Em Novembro de 1919, o Vaticano esclareceu o caso de D. Sebastião Vasconcelos, bispo que abandonara a diocese de Beja, afirmando-se vítima de perseguição republicana. A Santa Sé reconheceu que, ao contrário do que D. Sebastião Vasconcelos dizia, não fora expulso de território português pelas autoridades republicanas e convidou-o a renunciar à diocese. Bento XV aceitou a resignação de D. Sebastião de Vasconcelos encerrando um conflito com a República portuguesa.

A eleição de António José de Almeida para chefe de Estado reforçou a atitude das autoridades públicas republicanas de esvaziarem a «questão religiosa». No seu discurso de tomada de posse, a 5 de Outubro, António José de Almeida declarou-se respeitador das ideias políticas e religiosas de todos os portugueses. Nas comemorações do 1.º de Dezembro de 1919, em Coimbra, o presidente da República foi saudado pelo bispo-conde D. Manuel Luís Coelho da Silva, em sessão de gala nos paços universitários. Porém, o processo de reconciliação entre República e Igreja Católica não era linear. No congresso do PRP, em Novembro de 1919, foi aprovada por maioria a proposta de se revogar o «decreto ditatorial de 23 de Fevereiro de 1918» para se restabelecer a «intangível» Lei da Separação de 1911.

---

<sup>891</sup> «Sulla riorganizzazione del partito del Centro Cattolico Portoghese», in ASV, Secretaria de Estado, 1920, Rubrica 250, Fasc. 1, fls. 22-23.

Os processos abertos pelas autoridades republicanas ao bispo de Lamego e ao arcebispo de Braga por apoiarem a Monarquia do Norte, tese sempre contestada pela Santa Sé, arriscavam-se a deitar por terra os esforços de entendimento entre República e Igreja Católica e reabrir a «questão religiosa». Foi neste contexto que, como sublinhou Luís Salgado de Matos, Bento XV reafirmou a política de *ralliement* com a República portuguesa na encíclica de 18 de Dezembro de 1919<sup>892</sup>.

A encíclica de Bento XV, da qual foi publicado primeiro um resumo e depois a transcrição do texto na íntegra a 21 de Fevereiro de 1920 em *A União*, começava por congratular-se com as festas em honra de Nuno Álvares Pereira, recentemente beatificado e figura consensual entre nacionalistas republicanos e católicos. Citava *Au Milieu des Sollicitudes*, a encíclica de Leão XIII de 1892 que expusera a doutrina do *ralliement* e a carta do mesmo Papa aos cardeais franceses, de 3 de Maio, onde reafirmara a doutrina de que «o cristão deve, sem pensamento reservado, obedecer aos poderes constituídos»<sup>893</sup>. Os católicos eram exortados a aceitar «sem repugnância os cargos públicos a que sejam chamados ou lhes sejam oferecidos, porque assim o exige o bem da Religião e da Pátria». O apelo era justificado por uma declarada confiança «em que os poderes do Estado em Portugal hão-de proteger e garantir a plena liberdade da Igreja e o exercício dos seus sagrados direitos»<sup>894</sup>. Em nota introdutória publicada na primeira página, os responsáveis editoriais de *A União* declaravam acerca da encíclica pontifícia dirigida aos prelados portugueses: «Moldar-nos-emos rigorosamente pelas suas inspirações e conselhos».

Os bispos, em carta de resposta a Bento XV datada de 4 de Fevereiro de 1920 e cuja tradução (o texto original estava escrito em latim) foi publicada a 28 de Fevereiro em *A União*, mostravam-se mais reservados em relação às garantias republicanas acerca do respeito pelos direitos da Igreja Católica. Consideravam «que se não podem dizer terminados, nem mesmo por modo sensível atenuados os vexames e opressões de que a Igreja tem sido vítima»<sup>895</sup>. Enumeravam uma série de «violências» sobre os católicos, a começar pela precedência do registo civil em relação ao baptismo e a falta de liberdade de ensino religioso. Afirmavam a sua esperança no cumprimento das garantias dadas pelas autoridades republicanas à Santa Sé: «Oxalá, como foi referido a V.

---

<sup>892</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 521-523.

<sup>893</sup> *A União*, 21 de Fevereiro de 1920, p. 2.

<sup>894</sup> *A União*, 21 de Fevereiro de 1920, p. 2.

<sup>895</sup> *A União*, 28 de Fevereiro de 1920, p. 2.

Santidade, nos seja concedida a desejada liberdade de maneira a não sermos tratados como estrangeiros na nossa própria Pátria»<sup>896</sup>. No entanto, sublinhavam que a doutrina que orientara a reestruturação do Centro Católico Português «não produziu ainda entre nós todo o efeito que seria para desejar» uma vez que a Igreja Católica continuava a ser objecto de «injustiças e vexames». A carta concluía com o reconhecimento de «indícios de melhores tempos», como o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé e comprometiam-se a empregar os seus «esforços» a favor da concórdia nacional<sup>897</sup>, no entanto o tom geral contrastava com o optimismo pontifício face à República portuguesa. Esta diferença de tom devia-se em parte, como observa Luís Salgado de Matos<sup>898</sup>, ao facto do episcopado ter de contar com uma elite de leigos católicos predominantemente monárquica, que não podia alienar sem correr o risco de ver tolhido o desenvolvimento das organizações da acção católica. Acresce que algumas figuras do episcopado, cujo exemplo mais significativo era o próprio cardeal-patriarca D. António Mendes Belo, por formação e ligações pessoais, tinham uma sensibilidade. O jornal monárquico *A Época* só publicou a encíclica papal juntamente com a carta dos bispos, a 12 de Fevereiro de 1920. O *República* denunciou as divergências entre o episcopado português e o Vaticano. Coube à *A União*, a 6 de Março de 1920, defender a identidade das posições do episcopado e do Vaticano<sup>899</sup>.

Fernando de Sousa, mais conhecido pelo seu pseudónimo jornalístico, Nemo, não se contentou com posições honoríficas e, tal como outros monárquicos católicos, criticou as novas orientações do Centro Católico Português, o que levou alguns militantes a ponderar a sua saída. No entanto, as adesões individuais ou de organizações ao CCP, dotado de uma nova direcção, foram muito superiores. Entre os novos aderentes contavam-se as Juventudes Católicas, incluindo o Centro Católico Académico de Lisboa e o CADC de Coimbra.

O integralista Pequito Rebelo foi dos primeiros católicos a criticar o rumo do CCP em *A Monarquia*, a 5 de Março de 1920. As suas críticas estavam organizadas em quatro pontos. Em primeiro lugar, partindo do pressuposto de que o CCP abria as suas portas a católicos filiados em qualquer partido político, um democrático ou um monárquico que aderissem ao CCP não poderiam votar nos candidatos centristas

---

<sup>896</sup> *A União*, 28 de Fevereiro de 1920, p. 2.

<sup>897</sup> *A União*, 28 de Fevereiro de 1920, p. 3.

<sup>898</sup> Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja...*, p. 524-527.

<sup>899</sup> *A União*, 6 de Março de 1920, p. 1-2.

neutros face à questão do regime sem negar as suas filiações partidárias. Estariam condenados a ser democráticos ou monárquicos de modo «teórico ou platónico». Em segundo lugar, a neutralidade perante as formas de governo significava abstenção de se pronunciar sobre o problema e não afirmar a equivalência entre o regime republicano e o monárquico e o articulista detectava este «erro» no ambiente centrista. Por seu turno, Pequito Rebelo considerava a República «essencialmente, um régimen de morte nacional»<sup>900</sup>. Em terceiro lugar, o CCP, além do seu programa religioso, possuía também *a latere* um programa de política nacional. Porquê então exceptuar a questão da forma do governo do seu programa? Se a resposta é a indiferença perante a questão, argumenta, o CCP «já quebrou a sua neutralidade em relação ao problema, já o resolveu no sentido da equivalência!». Por último, coloca a questão chave acerca do papel do CCP na queda da I República: «Admite o C.C. no seu seio um católico português, que, em sua consciência, entenda ser degradante, inútil, anti-patriótico e anti-cristão o exercício do voto e a política eleitoral?»<sup>901</sup>

As críticas de Pequito Rebelo merecem resposta num dos primeiros editoriais de *A União*, o semanário do qual António Lino Neto era director por inerência do cargo de presidente do Centro Católico Português. Em editorial publicado na primeira e segunda páginas de *A União*, de 13 de Março de 1920, foi escrito:

«É, pois, de coerência para o Centro que se não discutam formas de governo nem se procure demonstrar a superioridade, inferioridade ou equivalência de qualquer delas.

Hoje, porém, não é só de coerência para o Centro; parece-nos que o é mesmo também para quem não esteja filiado nessa organização social e queira subordinar a sua acção à disciplina da Igreja, desde que foram publicadas a Encíclica do Soberano Pontífice Bento XV, de 18 de Dezembro de 1919, e a carta dos Senhores bispos de 6 de Fevereiro de 1920, cujos ensinamentos, pela nossa parte, inteiramente acatamos»<sup>902</sup>.

Era a resposta centrista à questão do regime afirmando, de acordo com as orientações pontifícias, a secundarização da questão do regime face à prioridade de defesa dos direitos e dos interesses da Igreja Católica. No entanto, a crítica de Pequito Rebelo incidia também sobre outra questão, a da atitude dos católicos face ao liberalismo político que a República herdara da monarquia liberal e que se propusera regenerar. A posição de Pequito Rebelo era claramente de rejeição de um princípio básico do liberalismo político – a legitimação do poder por via eleitoral. O que se encontrava em causa não era uma crítica à forma como as eleições eram realizadas, mas

---

<sup>900</sup> *A Monarquia*, 5 de Março de 1920, p. 1.

<sup>901</sup> *A Monarquia*, 5 de Março de 1920, p. 1.

<sup>902</sup> *A União*, 13 de Março de 1920, p. 2.

a recusa de processos que não seriam necessários numa «monarquia integral». A via centrista era outra – a da participação nos processos eleitorais se não por convicções liberais pelo menos por respeito pela legalidade. Uma via que, como sublinhou o editorial de *A União*, estava respaldada pelas directrizes da hierarquia católica expressas na Pastoral Colectiva de 22 de Janeiro de 1917, onde se afirmava:

«Não é lícito aos Católicos, sem razões graves e justas, eximir-se ao exercício de funções ou cargos públicos para que sejam devidamente nomeados ou eleitos; e também lhes não é lícito, onde e quando a lei lhes facultar o direito de voto para semelhantes cargos ou funções, quer administrativas quer políticas, abster-se de exercer tal direito; e muito mais ilícito (é óbvio) exercê-lo mal»<sup>903</sup>.

O artigo terminava com uma citação de Lacordaire: «Quando tudo parece perdido é a hora das grandes almas!»<sup>904</sup>. Lacordaire (1802-1861) fora um dominicano impulsionador do restabelecimento da Ordem dos Pregadores em França, deputado e jornalista, que procurara conciliar os princípios católicos e liberais. O que suscitava a evocação do seu exemplo pelos centristas era que, após a condenação pelo Papa Gregório XVI, na encíclica *Mirari Vos*, de 1832, das ideias animadas por ele e Lammenais no jornal *L'Avenir*, preferira romper com as suas ligações políticas a romper com a Igreja Católica. Manteve as suas ideias políticas, abstendo-se da política partidária e renunciando a publicar o jornal<sup>905</sup>.

Fora do parlamento, a presença de António Lino Neto na esfera pública portuguesa manifesta-se principalmente como director e redactor de *A União*. Mas a barra do tribunal continua a ser para ele um lugar de intervenção por vezes articulado com a sua militância católica. Foi o caso da sua defesa do padre João Fernandes Moreno, pároco de Moledo do Minho, acusado de envolvimento na Monarquia do Norte e julgado no Tribunal Militar Especial de Santa Clara, a 18 e 19 de Maio de 1920. O padre foi absolvido. Na sua defesa, relatada na primeira página de *A União*, António Lino Neto teceu considerações gerais sobre as relações entre Estado e Igreja considerando o padre vítima do «errado preconceito de que o ser-se catholico implica incompatibilidade com um regime de verdadeira democracia; d'ahi a infeliz orientação de alguns republicanos menos cultos hostilisarem, a todo o custo, a Igreja, pondo de

---

<sup>903</sup> *A União*, 13 de Março de 1920, p. 2.

<sup>904</sup> *A União*, 13 de Março de 1920, p. 2.

<sup>905</sup> *A União* consagra um artigo a Lacordaire, intitulado «Em volta do Centro. Lacordaire e as doutrinas do Centro Católico» a 13 de Maio de 1923, p. 1. No artigo citado é claro que Lacordaire era um exemplo para o tipo de abstenção política que o CCP esperava dos católicos: a da renúncia a tomadas de posições públicas contra o regime republicano a favor da restauração monárquica.

parte a história e a observação e apontando em cada padre um inimigo que é preciso combater»<sup>906</sup>. É neste contexto que profere uma declaração polémica: «A Igreja é a mais bela democracia que tem visto o mundo». Ao exemplificar o seu pensamento atribui à palavra «democracia» o sentido que hoje tem «meritocracia», pois o exemplo escolhido é o de Pio X, que chegou a Papa apesar das suas origens humildes.

A *Época* reage rapidamente, publicando a 28 de Maio um artigo assinado pelo pseudónimo Garcia Moreno em que recomenda a António Lino Neto a leitura de Maurras e sublinhando que «A Igreja é a negação mais formal da democracia, quando por democracia se afirma o governo das maiorias». A escolha do pseudónimo era significativa: aludia a Gabriel García Moreno (1821-1875), presidente do Equador em 1859-1865 e 1869-1875, um político conservador adversário dos liberais e defensor do papel dos jesuítas no seu país<sup>907</sup>. O director de *A União* não só reafirma a polémica frase, como a clarifica, atribuindo à palavra «democracia» três acepções: «1.º *Toda e qualquer acção a favor dos humildes, que são o maior número, imprimindo-lhes disciplina, elevação moral e bem-estar económico; 2.º Organização dos poderes, que constituem o governo d'uma colectividade, pela intervenção das maiorias; 3.º O conjunto de tendências para que terminem todas as diferenciações sociais*»<sup>908</sup>. António Lino Neto sublinha: «Este último não podia ter sido admittido por nós; é o menos próprio e frequente»<sup>909</sup>. Também não se referiu ao segundo, mas apenas ao primeiro.

A clarificação da doutrina e as iniciativas de dinamização do Centro Católico Português prosseguiram com a reunião, presidida pelo arcebispo de Mitilene, D. João Evangelista de Lima Vidal<sup>910</sup>, de todas as comissões paroquiais do CCP de Lisboa em sessão conjunta com comissão central centrista e a comissão diocesana do Patriarcado,

---

<sup>906</sup> *A União*, 22 de Maio de 1920, p. 1-2.

<sup>907</sup> O integralista lusitano Pequito Rebelo elogiou Garcia Moreno por ter afirmado o princípio do catolicismo ser a religião de Estado, ter substituído o princípio da soberania popular pelos dos direitos de Deus e ter proibido as sociedades secretas (Cf. José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia (1914-1944)*, Lisboa, Edições Gama, 1945, p. 135-139).

<sup>908</sup> Em itálico no original. *A União*, 5 de Junho de 1920, p. 1-2.

<sup>909</sup> *A União*, 5 de Junho de 1920, p. 1.

<sup>910</sup> D. João Evangelista de Lima Vidal (1874-1958) concluiu o curso de teologia no seminário de Coimbra em 1889. Estudou na Universidade Gregoriana em Roma entre 1889 e 1896, onde se doutorou em filosofia e teologia e obteve o grau de bacharel em Direito canónico. De regresso a Portugal, foi regente de cadeiras de filosofia e teologia no seminário de Coimbra. Em 22 de Fevereiro de 1906 foi nomeado cónego da sé de Coimbra. A 28 de Janeiro de 1909 foi apresentado bispo de Angola e Congo. Tomou posse a 17 de Agosto de 1909. Criou a paróquia de S. Lourenço do Bié. Voltou à metrópole em 1914. A 9 de Dezembro de 1916 foi preconizado arcebispo de Mitilene. Foi nomeado bispo da diocese de Vila Real em 1923 e tomou posse a 24 de Outubro desse ano.



na sede da Juventude Católica de Lisboa, na rua das Pedras Negras (ao Caldas), a 20 de Junho de 1920. Era a primeira grande reunião centrista desde o congresso da reorganização de 22 de Novembro de 1919. Estavam representadas comissões permanentes de 39 freguesias, das 41 que existiam na capital.

Na sua intervenção, o recente presidente do CCP definiu a acção centrista em termos de uma renovada militância católica:

«O Centro, nascido da fé e pela fé, carece de confessal-a a todo o momento; não quer o chamado *catholicismo liberal* d'aquelles que, para evitar attrictos com os adversários, se absteem, como que envergonhando-se de affirmar a sua religião. Nada d'isso. Queremos, a todo o custo, que Deus reine francamente entre nós!

Por isso, o Centro Catholico abre e encerra todas as suas sessões com orações a Deus; as suas comissões eclesiásticas não passam sem um assistente ecclesiástico e ligam-se o mais que podem com os mais diversos graus da hierarchia da Igreja; o seu symbolo deixa ver, junto das quinas, representativas da Pátria, a cruz bemdita do Christianismo; em breve terá também um hymno vibrando, tanto na letra como na musica, como uma enternecida suplica collectiva ao Deus dos exércitos; cada um dos seus sócios toma, por obrigação, o pertencer, pelo menos, a uma associação de piedade da sua freguezia, e não tardará que se faça a sua consagração festiva ao Sagrado Coração de Jesus?»<sup>911</sup>.

Procurava-se, portanto, uma vivência integral do catolicismo, contrariando os processos de secularização da sociedade portuguesa e valorizando a hierarquia eclesiástica, a disciplina, a articulação entre a militância centrista e a participação na vida religiosa paroquial. Era um aparente paradoxo que uma organização católica com este projecto de mobilização religiosa e cívica aceitasse os poderes constituídos e estivesse disposta a «negociar», no sentido diplomático do verbo, a situação da Igreja com um poder republicano com uma forte presença da maçonaria, organização que a Igreja Católica continuava a condenar. A *União*, aliás, lembrou essa condenação em editorial de 23 de Outubro de 1920. Os católicos partidários da restauração monárquica sob a égide de D. Manuel II tudo fizeram para evidenciar o que consideravam ser as contradições da nova orientação do Centro Católico Português, apelidando os centristas de «catolaicos», o que equivalia a chamá-los de falsos ou pouco católicos, mais próximos da maçonaria do que da ortodoxia católica. A contradição era illusória. Bento XV estava empenhado no *ralliement* com a República e o Centro Católico Português procurava seguir fielmente as suas orientações. Os católicos de origem legitimista não se deixavam impressionar pelas acusações dirigidas ao Centro Católico Português de ligações à maçonaria, pois essas ligações tinham existido durante toda a monarquia

---

<sup>911</sup> A *União*, 26 de Junho de 1920, p. 2. Em itálico no original.

liberal que D. Manuel II representava. A tradição legitimista sempre valorizara a ligação ao Papa e portanto os católicos dessa formação e proveniência mais facilmente aderiam ao Centro Católico Português do que os monárquicos manuelistas.

Nesta reunião interveio o padre Santos Farinha, pároco de Santa Isabel, que se congratulou por a sua ligação ao CCP não o obrigar a desvincular-se «do seu glorioso partido legitimista». O padre Santos Farinha «que foi frequentemente interrompido com aplausos, recebeu no final do seu notável discurso uma ruidosa salva de palmas»<sup>912</sup>. Esta nota jornalística indica que entre a assistência estariam muitos católicos que se reviam nas posições do pároco de Santa Isabel.

Os monárquicos manuelistas mais activos não perdiam uma oportunidade de sublinhar a cumplicidade entre os centristas e os «democráticos». Quando o primeiro governo de António Maria da Silva, de 26 de Junho a 19 de Julho de 1920, tomou posse, foi imediatamente espalhado o boato que os centristas apoiavam o governo. O grupo parlamentar do Centro Católico Português estava reduzido ao deputado Diogo Pacheco de Amorim, que faltava às sessões parlamentares alegando falta de saúde, e ao senador Dias de Andrade. Neste período o semanário *A União* teve um papel relevante no esclarecimento das posições oficiais do CCP. Em resposta ao boato, foi publicado sob a rubrica «A semana política» um texto no jornal dirigido por António Lino Neto em que se afirmava que a atitude do CCP era de «Nem apoio nem opposição systematica» a nenhum governo. Acrescentava-se, mais concretamente, que o governo em causa «ainda não é o Governo Nacional». Mas o que definiria o «governo nacional»? Não seria a origem partidária ou não dos elementos que o compusessem, pois «não póde haver governo nacional systematically sahido dos partidos nem systematically de fora dos partidos; deve ser uma resultante de combinações de competencias technicas e moraes, estejam onde estiverem»<sup>913</sup>. A esse governo devia ser dada a dissolução do parlamento.

A mundividência expressa em artigos comemorativos de *A União* encontrava-se frequentemente nos antípodas da tradição liberal ou republicana. Por ocasião das comemorações da Revolução de 1820, foi publicado um texto em *A União* que, sem recusar a ideia de comemorar a revolução vintista, afirmava que o primeiro centenário da revolução liberal não merecia a grande festa que alguns preparavam. A revolução de

---

<sup>912</sup> *A União*, 26 de Junho de 1920, p. 4.

<sup>913</sup> *A União*, 3 de Julho de 1920, p. 4.

1820 era encarada como um marco num processo de decadência nacional que ainda não fora invertido. Cometera erros como a abolição dos morgadios em vez da sua transformação; a introdução do livre-cambismo que colocara Portugal sob a tutela do Reino Unido; a desorganização das condições sociais do trabalho através da extinção do corporativismo, «atirando para a miséria as classes proletárias»<sup>914</sup> e inspirando a doutrina de Marx. O artigo não era assinado. Mostrava, mais uma vez, a marca de uma cultura legitimista no Centro Católico Português.

Nesse mesmo número de *A União* dava-se conta das alterações no poder executivo. Ao governo de António Maria da Silva, sucedera um outro dirigido por António Granjo e que resultara da convergência dos grupos parlamentares democrático, liberal e reconstituente. A nova composição governamental mereceu um comentário na secção «A semana política» d'*A União* que retomou os argumentos antes expostos em relação ao primeiro governo de António Maria da Silva, sendo no entanto um pouco mais concreto. Seria ao presidente da República que caberia a iniciativa de formar um governo de competências e de dissolver o parlamento. «Seguidamente, na melhor altura e pelos meios mais adequados, semelhante governo promoverá que se organise o corpo eleitoral portuguez em bases de bastante independência»<sup>915</sup>.

O sentido desta ideia foi analisado num texto publicado na primeira página a 4 de Setembro, intitulado «O Corpo eleitoral Portuguez». O artigo começa por qualificar as paixões eleitorais de «anti-cristãs» para reconhecer a sua importância na vida política. As eleições «São um instrumento perigoso, é certo, mas instrumento de que urge lançar mãos para evitar males maiores». Um instrumento que seria necessário aperfeiçoar «no seu manejo» e na sua «estrutura»: «No seu *manejo*, pedindo, pela oração, uma assistência especial da graça de Deus»; na sua estrutura, assegurando a autonomia do corpo eleitoral português.

As questões que colocavam a necessidade de mudar a estrutura do corpo eleitoral são colocadas do seguinte modo:

«Os regedores de freguesia, os administradores de concelho, os governadores civis e os ministros não passam, consoante os nossos costumes políticos, de agentes eleitorais a favor do partido que os elevou ao poder. Com essa preocupação são indicados e nomeados; com essa preocupação se mantêm geralmente nos seus lugares; com essa preocupação ainda é que desenvolvem a sua acção. Apresentam, porém, a seguinte

---

<sup>914</sup> *A União*, 31 de Julho de 1920, p. 1.

<sup>915</sup> *A União*, 31 de Julho de 1920, p. 2.

agravante: é que põem ao seu serviço os mais altos interesses da nação, que, por isso se desvirtuam, fazendo a decadência colectiva.

Tal systema é a negação da propria essencia do regímen representativo. Conviria modificá-lo, quanto aos regedores, administradores e governadores civis, passando as suas atribuições para os presidentes das juntas de parochia, camaras municipais e juntas geraes de districto, a exemplo do que se observava antes da monarchia constitucional; e, quanto aos ministros, fazendo que deixem de ser de simples confiança de um partido, como teem sido, para o serem da nação, como devem e é de necessidade»<sup>916</sup>.

A ideia de um governo de «competências técnicas e morais» era promovida por organizações cívicas que convergiam com o Centro Católico Português. A *União* assinala o aparecimento da Cruzada Nun'Álvares Pereira e da União Nacional, esta última organização era constituída essencialmente por professores de liceu e que teve a sua primeira reunião a 27 de Novembro de 1920. Nos seus estatutos, a União Nacional declara-se «alheia a qualquer confissão religiosa, mas defende a liberdade de acção e propaganda de todas elas». António Lino Neto foi entrevistado pelo jornal *A Pátria*, a 21 de Novembro, comentando o programa da União Nacional, redigido por José Eugénio Dias Ferreira, professor de Finanças do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, e pronunciando-se sobre a «política religiosa» desse programa. Essa parte da entrevista foi transcrita em *A União*. António Lino Neto apoiou o ponto do programa que previa a adopção pelo Estado português, do princípio «Igreja livre no Estado livre», seguindo o exemplo brasileiro<sup>917</sup>.

Em 1921, *A União* posiciona-se face às transformações do panorama político português. No primeiro número desse ano, na rubrica não assinada de «A semana política» é criticada a política financeira de Cunha Leal, o primeiro esboço, como vimos de um programa económico-financeiro da chamada esquerda republicana. As medidas de Cunha Leal são criticadas em primeiro lugar não por causa das taxas sobre rendimentos, que são mais elevadas no Reino Unido ou em França, mas porque essas propostas não vêm integradas num programa económico de redução das despesas públicas «sem prejuízo d'uma marcha progressiva da nação». Em segundo lugar, essas propostas, segundo o articulista, mostram ignorância técnica, atacam a «vitalidade da família» e «embaraçam a mobilização da terra». A notícia dá ainda conta dos congressos do PRP e do Partido Republicano Liberal e da formação do Partido Comunista Português, transcrevendo sobre este uma notícia publicada em Dezembro passado no *Diário de Notícias*. O remate da notícia mostra a hesitação estratégica do

---

<sup>916</sup> *A União*, 4 de Setembro de 1920, p. 1

<sup>917</sup> *A União*, 4 de Dezembro de 1920, p. 3.

Centro Católico Português em ser apenas um partido de defesa católica, como previam os seus estatutos, ou transformar-se num ambicioso partido conservador: «No meio de tudo, o *Centro Catholico Portuguez*, dentro da disciplina da Igreja e n'um levantado amor da Pátria, continua serena e pacificamente a sua marcha, em taes condições que não tardará em constituir a primeira força política de Portugal»<sup>918</sup>. A sequência de ideias no curto texto publicado na segunda e terceira páginas transmite-nos os contornos dessa hipótese estratégica: é perante uma modernização e diferenciação política, com o aparecimento de uma esquerda republicana e de um partido comunista, que se coloca a questão de o Centro Católico Português fazer mais do que a política da Igreja, participando no realinhamento das forças políticas. O número seguinte de *A União* indica-nos a expectativa centrista perante o confronto que se adivinha ao noticiar, em «A semana política», o aparecimento da Confederação Patronal e o renascimento da Liga Naval. Ambas as organizações são apresentadas como surgindo «na ancia de desenvolver e assegurar a ordem social ameaçada» e os seus programas são transcritos<sup>919</sup>.

### 6.3.1. António Lino Neto no Congresso do CCP de 1921

A reflexão sobre os objectivos do Centro Católico Português e o seu papel na sociedade e na política portuguesa foi desenvolvida no congresso realizado em Lisboa a 30 de Janeiro de 1921. António Lino Neto pediu uma bênção especial de Bento XV para os trabalhos do congresso e para a *União*. O núncio recomendou a bênção, que foi concedida<sup>920</sup>, sublinhando que reforçaria o prestígio e a eficácia do presidente do CCP, convenceria os apoiantes centristas a perseverar e animaria os tolhidos pela dúvida ou refractários<sup>921</sup>.

O Congresso foi precedido de uma imponente cerimónia religiosa, presidida pelo cardeal-patriarca, D. António Mendes Belo, em que o CCP foi consagrado ao Sagrado Coração de Jesus<sup>922</sup> na Basílica da Estrela. Participaram no congresso representantes de

---

<sup>918</sup> *A União*, 8 de Janeiro de 1921, p. 3.

<sup>919</sup> *A União*, 15 de Janeiro de 1921, p. 2.

<sup>920</sup> *A União*, 19 de Janeiro de 1921, p. 1-2.

<sup>921</sup> ASV, Secretaria de Estado, Rubrica 250, 1921, fls. 10-11.

<sup>922</sup> A origem da devoção ao Sagrado Coração de Jesus remonta ao século XI. Foi porém no século XVIII que se desenvolveu como uma espiritualidade que recusava o distanciamento entre Deus e os homens propugnado pelo jansenismo e pelo deísmo. Sob as críticas do racionalismo, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus acentuava a dimensão afectiva entre o crente e a pessoa de Jesus, que o seu coração simbolizava. O objecto de devoção era representado como um coração de carne cercado de espinhos, uma expressão da vida íntima e moral de Cristo. No final do século XIX, os Papas incentivaram uma devoção que durante séculos permaneceu privada. Leão XIII na encíclica *Annum Sacrum*, de 1899, ordenou a

todas as comissões diocesanas do continente e ilhas, as comissões concelhias e paroquiais do Patriarcado, os parlamentares centristas, a Juventude Católica de Lisboa e diversas personalidades católicas.

António Lino Neto proferiu uma intervenção de fundo sobre os objectivos do congresso e as características organizacionais do Centro Católico Português. Afirmou que o CCP fora fiel ao programa da sua reestruturação em 1919, sublinhando o seu carácter confessional. Deu notícia de que alguém lhe observara que o CCP faria melhor em seguir o exemplo do Partido Popular Italiano (que, sendo um partido de matriz democrata-cristã, não se encontrava subordinado à hierarquia católica nem era confessional), o que lhe mereceu o comentário: «Não nos demos sequer ao trabalho de considerar tal defecção. O Partido Popular Italiano tem de orientar-se pelo estado de relações entre o Vaticano e o Quirinal; e, assim, mesmo, sabe Deus como é difícil a sua vida e qual será o seu destino». A frase sugere que o CCP tinha a vantagem em relação ao PPI de assumir claramente o que era. No discurso transparece a convicção de que a posição mais coerente para um católico era aderir a uma organização que assumisse a identidade católica: «a lógica das doutrinas só se demonstra bem dizendo-as alto e praticando-as: Católico é uma forma de ser integral: ou se é ou se não é. O Centro Católico Português não se dispensa, pois, de ser abertamente confessional-catholico»<sup>923</sup>.

Mas o CCP não devia ser apenas uma organização confessional católica, mas também uma «organização político-social da máxima amplitude»<sup>924</sup>. Por política entende não apenas a actividade parlamentar: «A política, no seu conceito científico, é uma coordenação de todas as energias económicas e moraes dentro d'um determinado aggregado, que vae da família á freguezia, d'esta ao concelho, à província e à nação, do modo a dar-lhe o máximo desenvolvimento para o bem comum»<sup>925</sup>. Definida neste sentido a política, não lhe podiam ser estranhos «os syndicatos, as irmandades, as

---

consagração do género humano ao Sagrado Coração de Jesus. Pio X decidiu que a consagração ao Sagrado Coração de Jesus fosse renovada todos os anos. Bento XV aprovou que esta devoção se manifestasse no culto eucarístico. Pio XI na encíclica *Miserentissimus*, de 1928, desenvolveu a doutrina da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, valorizando os seus ritos e o seu sentido como meio de reparação das ofensas dos pecadores (Cf. «Cuore di Gesù» in *Enciclopedia Cattolica*, Florença, Casa Editrice G. C. Sansoni, 1950, p. 1059-1063).

<sup>923</sup> A *União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 4.

<sup>924</sup> A *União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 5.

<sup>925</sup> A *União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 4.

misericórdias, as conferências de S. Vicente de Paulo, os recreatórios, as catequeses, as juventude, etc»<sup>926</sup>.

De acordo com estes princípios, o presidente do CCP caracterizou a actividade da organização que dirigia sublinhando que esta não se reduzia à representação parlamentar, manifestando-se em reuniões semanais das comissões centrais e diocesanas de Lisboa; na fundação de vários sindicatos, sendo os sindicatos agrários criados em articulação com a Associação Central da Agricultura; na colaboração com irmandades, confrarias e juventudes católicas; na formação de uma elite católica. Anunciou importantes iniciativas do Centro Católico Português: a criação de um banco que, por obrigação estatutária, aplicasse todos os anos uma parte dos seus lucros em obras sociais. O projecto seria uma ideia do bispo de Leiria, que contaria com os apoios de um homem de negócios comerciais, como Gonçalves de Sá, do Porto, e um financeiro, Patrício Augusto dos Prazeres. Outra iniciativa importante do CCP era a criação de uma escola de altos estudos a exemplo do Instituto Católico de Paris, escola que seria sedeadada em Lisboa<sup>927</sup>. Os estatutos deste Instituto Católico de Lisboa foram publicados no número seguinte de *A União*<sup>928</sup>. O padre Santos Farinha, na sua intervenção, foi particularmente elogioso em relação à presidência de António Lino Neto, que caracterizou como «the right man in the right place»<sup>929</sup>.

As conclusões do Congresso do CCP de 1921 foram sintetizadas em dez artigos e aprovadas por unanimidade. Dessas conclusões consta a definição do Centro como «organização política e social e puramente confessional catholica» (1.º); seria seu papel reclamar as «liberdades essenciais da vida da Igreja em Portugal», nomeadamente o reconhecimento da hierarquia católica e da sua autoridade sobre o culto religioso e a liberdade do ensino religioso nas escolas particulares (3.º); a necessidade de desenvolver a educação católica em todos os graus (5.º); dirigir uma mensagem ao país em que o CCP se solidarizasse com os «interesses moraes da civilização christã» e defendesse o «regresso à terra» e a sindicalização das classes sociais de acordo com princípios corporativos (10.º)<sup>930</sup>.

---

<sup>926</sup> *A União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 5.

<sup>927</sup> *A União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 5-6.

<sup>928</sup> *A União*, 19 de Fevereiro de 1921, p. 5-6.

<sup>929</sup> *A União*, 12 de Fevereiro de 1921, p. 6.

<sup>930</sup> *A União*, 19 de Fevereiro de 1921, p. 8.

José Maria Braga da Cruz escreveu, a 10 de Fevereiro, a António Lino Neto a apoiar a definição do CCP como «organização política e social puramente confessional» e não como partido político visando ser governo. A definição consagrada era a mais adequada ao seu sentimento monárquico:

«Pelo telegr. q enviamos soube bem o quanto a Comissão Diocesana de Braga estava com a Comissão Central e todos nós mtº folgamos com a orientação do Congresso de Lisboa. A transformação do Centro em partido obrigar-me-hia a recolher aos meus serviços profissionais, pois não poderia sujeitar-me a tal transformação. Partido de governo ou havia de ser republicano, ou revolucionário (constitucionalmente vistas as coisas): no 1.º caso eu, q. sou monárquico, não poderia fazer parte de um partido republicano; no 2.º caso acho a coisa tão disparatada q ninguém a tomaria a sério»<sup>931</sup>.

Francisco Veloso, que não pôde estar presente no Congresso de Janeiro de 1921, enviou um texto com as suas opiniões que foi publicado em *A União* a 5 de Março de 1921. É a opinião de uma personalidade pouco estudada<sup>932</sup>, que desempenhou um papel importante nos anos de 1920. Não só representava a nova geração do CADC de Coimbra onde se formara, como era um dos mais activos defensores de uma aliança estratégica entre o Centro Católico Português e o integralismo lusitano. Sublinhou que o CCP devia estar fora e acima dos partidos mas tomando «um lugar fixo nos sectores do campo conservador e marcando sempre bem nítido o nosso combate ao liberalismo sob todos os seus aspectos considerado, e sem transigências de latitudinarismo ou oportunismo de qualquer espécie, no *domínio social e político*»<sup>933</sup>. Apelava à realização imediata de um Congresso de Obras sociais operárias e agrícolas, a criação de um Banco Sindical Católico Agrário, a dinamização de sindicatos católicos agrários e agrícolas. O CCP devia ser uma organização de defesa católica e também de apresentação de soluções técnicas para todos os problemas nacionais, quer fossem económicos, sociais, administrativos ou de instrução. Concluía sublinhando a importância de mobilizar as populações «arrancando-as ao servilismo das influências dos caciques, defendendo o *voto consciente e obrigatório*, com a *obligatoriedade do recenseamento* e a *ampliação dos votos*, digo do *eleitorado* por um critério *universal* de *suffragio*, e dos *votos por qualidades e profissões* segundo a antiga lei belga»<sup>934</sup>. Era

---

<sup>931</sup> PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/101, fl. 1

<sup>932</sup> É uma das personalidades católicas com um trajecto político mais complexo pois, situando-se nos anos 1920 no sector mais conservador do CCP, foi um opositor ao Estado Novo após o final da II Grande Guerra, aderindo ao MUD. Um trajecto que assinala a passagem de uma concepção social da democracia cristã para uma concepção política no sentido que lhe era dado pelos partidos democratas-cristãos da Europa Ocidental do segundo pós Guerra.

<sup>933</sup> *A União*, 5 de Março de 1921, p. 6.

<sup>934</sup> *A União*, 5 de Março de 1921, p. 7. Em itálico no original.



uma voz isolada no CCP quando defendia o alargamento do direito de voto e acompanhada quando propunha a introdução de uma representação corporativa.

Estas propostas concretas inseriam-se numa estratégia mais ampla de concertação de esforços entre diversas organizações políticas católicas. Em carta enviada do Porto para António Lino Neto, a 6 de Janeiro de 1921, Veloso esclarecia o seu papel em vencer as objecções dos meios integralistas à acção do CCP em alcançar uma aproximação entre católicos integralistas e centristas:

«Deve ter visto talvez alguns art.os meus na “Monarchia”, como tradicionalista que sou e sempre fui, agora que as duas forças d’ esse campo estão reunidas n’ um só por decisão superior de D. M.el de Bragança. Sabe o dr. que o meu caminho é sempre em linha recta e por isso não terá visto n’ aquella colaboração espaçada e arrancada aos meus lazeres, mais do qu’ o que deixo dicto, nunca o abandono da m.<sup>a</sup> attitudo de catholico do centro, como certos estúpidos alevantaram por ahi em atoardas infelizes. Ao contrário; eu tenho feito com pleno êxito a penetração catholica dos meios integralistas, e veja-me fazendo o elogio do Centro na Monarchia que já me chamou maçon e deu ao demo o Centro de há seis anos! Quem faria tal conquista ou a teria previsto? O art. visa a fazer apenas uma constatação de factos, demonstrando que não pode haver senão concordância entre as duas forças organizadas do Centro e do tradicionalismo»<sup>935</sup>.

#### 6.3.2. O CCP procura enraizar-se na sociedade portuguesa

A intenção de uma actividade centrista que fosse além dos trabalhos parlamentares animando a sociedade civil manifestou-se no envolvimento de vários dirigentes centristas em organizações da chamada sociedade civil nos dias a seguir ao congresso. Logo a 27 de Fevereiro, domingo, os parlamentares Dias de Andrade e Pacheco de Amorim participaram numa reunião da direcção geral da cruzada Nun’ Álvares Pereira; na Sociedade de Geografia a Federação Nacional das Cooperativas organizou uma reunião preparatória de um próximo Congresso Cooperativista, cujas teses seriam escritas, entre outros, por António Lino Neto; na sede da Associação da Agricultura Portuguesa reuniram-se representantes desta Associação e centristas como António Lino Neto e João Pessoa Lopes com o objectivo de dinamizar o sindicalismo agrário em Portugal<sup>936</sup>. António Lino Neto mostrava-se particularmente activo: a 10 de Abril deslocou-se a Braga, em representação da comissão central, para assistir ao congresso do CCP na arquidiocese de Braga, realizado na sede da Juventude Católica. Nas suas conclusões, o congresso bracarense perfilhou as conclusões do Congresso do CCP de 30 de Janeiro desse ano; valorizou o papel das misericórdias, irmandades e

---

<sup>935</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/95, fl.1

<sup>936</sup> A *União*, 5 de Março de 1921, p. 1.

confrarias na resposta à questão social; assumiu como propósito dinamizar sindicatos, mutualidades e cooperativas, em especial cooperativas de consumo; declarou a necessidade de apoiar a imprensa católica, nomeadamente *A União*, *A Actualidade*, o jornal do CCP na arquidiocese do Minho, e o *Diário do Minho*. Na sua intervenção, António Lino Neto sublinhou a diferença do CCP em relação a cruzadas de carácter patriótico como a cruzada Nun'Álvares, pois o Centro adoptava a divisa «l'Église d'abord». O CCP também não era um partido político embora, sendo «eminentemente social», também participasse nos actos eleitorais<sup>937</sup>. No dia seguinte, a 28 de Fevereiro, decorreu em Coimbra o Congresso dos Sindicatos Agrícolas, no qual participaram elementos centristas como Sant'Anna Marques, Alberto Dinis da Fonseca, padre Manuel Domingues Bastos e António Ferreira Mendes<sup>938</sup>.

Nesta fase de activação do Centro Católico Português segundo as bases aprovadas no Congresso de 1919 houve a preocupação de distribuir tarefas e atribuir responsabilidades aos diferentes dirigentes centristas de modo a tornar a organização mais eficaz e eficiente. O programa aprovado a 22 de Dezembro de 1919 previa a constituição de quatro comissões permanentes: política, propaganda<sup>939</sup>, imprensa e obras sociais<sup>940</sup>. A composição da comissão política foi anunciada em *A União* a 7 de Maio de 1921: era constituída por António Lino Neto e os dois parlamentares centristas – Dias de Andrade, o senador, e Diogo Pacheco de Amorim, o deputado<sup>941</sup>. O jornal adiantava dois princípios adoptados pela comissão política e que orientariam a acção do Centro Católico Português:

«primeiro, não disputar as maiorias em qualquer dos círculos eleitorais do paiz, embora para isso, em alguns, como Braga e Guarda, tenha elementos de sobra; e, segundo, limitar os seus deputados e senadores privativos a um número abaixo da sua capacidade eleitoral, de modo a poder desenvolver forças para que triumphem, dentro de cada partido, as melhores candidaturas ahi apresentadas.

---

<sup>937</sup> *A União*, 30 de Abril de 1921, p. 1-2.

<sup>938</sup> *A União*, 7 de Maio de 1921, p. 1-2.

<sup>939</sup> A comissão de propaganda era constituída pelo cônego Anaquim, presidente do Cabido da Sé catedral de Lisboa, visconde de Santarém «escritor e proprietário» e Vítor Marques de Oliveira, presidente da Direcção da Juventude Católica de Lisboa.

<sup>940</sup> A comissão de obras sociais era constituída pelo coronel Pedro A. Cabral, engenheiro militar; Francisco Xavier Ferreira dos Santos Silva, administrador da Companhia do Ultramar, Manuel Saraiva Vieira, engenheiro agrónomo, consultor técnico da Associação Central de Agricultura; Nuno Bernardino Botelho de Oliveira Gusmão, engenheiro agrónomo; José Maximiano Freire d'Andrade, engenheiro.

<sup>941</sup> *A União*, 7 de Maio de 1921, p. 1.

D'este modo, as combinações do Centro podem e devem estender-se ao mesmo tempo a todos os partidos políticos; mas nunca por maneira que envolvam o caracter de guerra geral contra um ou outro d'esses partidos»<sup>942</sup>.

Esta estratégia assumida na primeira página do jornal oficial do CCP explica muita da influência que o Centro alcançou entre as forças conservadoras da I República e reforça a ideia de que o lugar e o papel dos centristas na vida política da República Nova não pode ser avaliado apenas pela sua representação parlamentar.

Os centristas e, em particular, António Lino Neto, multiplicaram-se em iniciativas. A 28 de Maio de 1921, reuniram-se em Évora as comissões diocesana e concelhia do CCP. António Lino Neto representou a comissão central. No seu discurso filiou a organização de que era presidente na história das últimas décadas de intervenção de católicos que se apresentavam como tais na vida pública, assumindo o legado do Centro Católico Parlamentar de Barros Gomes, do exemplo de Jacinto Cândido à frente do Partido Nacionalista e da fase do CCP entre 1917 e 1919. Mostrou-se confiante na afirmação do Centro reestruturado após as iniciais objecções integralistas e manuelistas<sup>943</sup>. A 6 de Junho, António Lino Neto deslocou-se ao Porto para participar numa reunião das comissões diocesana e paroquiais daquela cidade, presidida por Castro Meireles. Esclareceu a «filosofia política» do Centro e pediu informações sobre a organização do CCP na diocese do Porto.

O 1.º Congresso Cooperativista realizou-se, como previsto, a 10, 11 e 12 de Junho de 1921. António Lino Neto que, como já vimos, participara na reunião preparatória, elaborou uma tese que apresentou no congresso bem expressa no título e que se encontrava na esteira dos seus trabalhos sobre a «questão administrativa»: «Desenvolvimento do Cooperativismo em relação com o Municipalismo». O jornal que dirigia, *A União*, defendeu na primeira página o cooperativismo como a grande esperança dos católicos como uma forma de organizar as actividades económicas, compatível com outros «motivos sociais», nomeadamente morais e religiosos. As expectativas em relação ao cooperativismo contrastavam com a decadência do sindicalismo e do mutualismo. O sindicalismo apresentava ainda o inconveniente de ter sido aproveitado pelas «classes proletárias» como «instrumento revolucionário»<sup>944</sup>.

---

<sup>942</sup> *A União*, 7 de Maio de 1921, p. 1.

<sup>943</sup> *A União*, 4 de Junho de 1921, p. 2.

<sup>944</sup> *A União*, 14 de Maio de 1921, p. 1.

No decorrer do congresso em que, pela primeira vez participaram forças organizadas do campo socialista e católico, foi patente que a palavra «cooperativismo» era usada por socialistas e católicos em acepções muito diferentes e até opostas. Campos Lima defendeu, segundo *A União*, a abolição da propriedade e o cooperativismo como vias para realizar uma revolução social. António Lino Neto sustentou que «a propriedade individual não só era necessária e indispensável como estímulo de progresso». No seu estilo conciliador, admitiu «uma certa socialização, como o demonstram os chamados imposto progressivo e direitos de transmissão». No entanto considerou a «revolução social» uma «fantasia». Numa atitude que o distinguia face aos outros dirigentes centristas para quem o «perigo bolchevista» era fundamental na definição das estratégias a adoptar, António Lino Neto declarou: «Não há, com effeito, sintomas que deixem reear para breve uma revolução social». Continuava a orientar-se por preocupações regeneradoras, de tom moralista: «O que ha é sintomas de decadência pessoal; o alcoolismo, a sífilis, o goso imoderado da vida. Mas isso não dá revoluções; pode dar, quando muito, uma espadanada de lama»<sup>945</sup>. O catolicismo era, para ele, a melhor resposta à decadência social. Estas afirmações provocaram fortes reacções do livre-pensador Rui Tamagnini. A apologia do catolicismo por António Lino Neto desencadeou uma polémica mais acesa do que a sua defesa da propriedade privada, expondo mundividências inconciliáveis: uma laica ou laicista para quem a defesa da Igreja não passava de «um jogo de catholicos para dominar as consciências» e outra de um catolicismo integral, que via nas irmandades, confrarias e misericórdias, bons exemplos de cooperativas, até porque se encontravam de acordo com a tradição nacional<sup>946</sup>.

A resposta apresentada pelo Centro Católico Português à «questão social» era inseparável daquela que permanecia a sua missão principal, a da «cristianização», que visava uma ordem orgânica social, onde o religioso se tornava dimensão imprescindível do convívio social e da prática política. Os dirigentes centristas discutiam em que medida o CCP podia ser o embrião de um partido conservador. O seu carácter de organização de «defesa católica» era indiscutível. Nesse âmbito o Centro Católico procurou apoiar e potenciar as «obras sociais» católicas já presentes no terreno, usando *A União* como um instrumento ao serviço deste objectivo. As «obras sociais» eram sistematizadas como «obras de piedade e religião», «obras económicas e

---

<sup>945</sup> *A União*, 18 de Junho de 1921, p. 1.

<sup>946</sup> *A União*, 18 de Junho de 1921, p. 1.

administrativas» e «obras de levantamento geral». Todos estes tipos de «obras sociais» estariam ao serviço da «cristianização» construindo formas de sociabilidades integradoras.

Eram «obras de piedade e religião» especialmente apoiadas pelo CCP algumas instituições ou movimentos: as Congregações Marianas, o Apostolado da Oração e as Conferências de S. Vicente de Paulo, entre outras. O «apostolado da oração» revestia particular importância. Tratava-se de uma «união piedosa» promovida pelos jesuítas que visava, através da oração, reconciliar os fiéis com o «Sagrado Coração de Jesus». Segundo números da própria organização do apostolado, e que portanto devem ser avaliados com alguma reserva, em 1904, o «apostolado da oração» teria 2.395.360 associados repartidos por mais de novecentos centros. A consagração do CCP ao Coração de Jesus no congresso de Janeiro de 1921 foi expressiva da relevância do apostolado da oração na dinâmica social e simbólica centrista. A *União* promovia o «apostolado da oração» e esclarecia os leitores sobre a sua origem, natureza e meios de difusão<sup>947</sup>.

As «obras económicas e administrativas» consistiam nas «obras eclesiástico-administrativas, ou seja, as irmandades, confrarias e ordens terceiras, e nas «obras de auxílio a classes», isto é, os sindicatos, mutualidades e as muito valorizadas cooperativas<sup>948</sup>.

Entre as «obras de levantamento geral» contavam-se as missões religiosas coloniais, as juventudes católicas, a Liga de Acção Social Cristã, a Associação Internacional para a Protecção das Raparigas e a Liga da Boa Imprensa.

### 6.3.3. A participação nas eleições legislativas de 1921

As eleições de 10 de Julho de 1921 foram cuidadosamente preparadas pelos centristas. Logo a 12 de Junho desse ano realizou-se, na sede da Juventude Católica de Lisboa uma reunião em que participaram representantes de todas as comissões dirigentes do Centro Católico Português no continente, antigos parlamentares católicos e Fernando de Sousa, como director de *A Época*<sup>949</sup>. A reunião foi presidida pelo bispo de Angra do Heroísmo, D. Manuel Damasceno da Costa, e secretariada por Nemo e

---

<sup>947</sup> *A União*, 14 de Maio de 1921, p. 4-5.

<sup>948</sup> *A União*, 28 de Maio de 1921, p. 1-2.

<sup>949</sup> Circular interna do CCP in Arquivo José Maria Braga da Cruz, Caixa 1, pasta 1 (sob custódia no CEHR/UCP).

António Lino Neto. Foram escolhidos muitos dos candidatos a deputados e senadores e confirmados princípios já anteriormente publicitados: o CCP não estabelecia acordos políticos com qualquer partido político, não disputava maiorias, e estava disponível para acordos de carácter local, desde que sancionados pela comissão central e política<sup>950</sup>. António de Oliveira Salazar, que foi anunciado por *A União*, como candidato centrista por Guimarães a 18 de Junho, não participou nesta reunião.

O Centro Católico Português publicou o manifesto com que se apresentou a eleições a 10 de Julho de 1921. No que respeitava às relações entre o Estado português e a Igreja Católica, invocando a doutrina católica, o CCP:

«condemna em principio a separação da Igreja e do Estado e preconiza um régimen de relações entre elles sem prejuízo da necessária distincção dos dois poderes, que facilite o enorme bem da unidade da crença no paiz, com a devida tolerância para os dissidentes.

Acceita, porém, no campo dos factos essa separação imposta pelas circunstancias, exigindo que seja leal e respeitadora dos direitos e liberdades da Igreja, como o é no Brazil, nos Estados Unidos, e em tantos outros paizes»<sup>951</sup>.

Uma vez restabelecidas as relações diplomáticas entre a República e a Santa Sé, devia ser assegurada a plena liberdade dos católicos. Para atingir esse objectivo, o CCP enumerava nove reivindicações: a devolução à Igreja Católica dos templos e objectos destinados ao culto, bens móveis e imóveis (1.<sup>a</sup>); a livre organização do culto católico pelos bispos e párocos (2.<sup>a</sup>); liberdade de ensino religioso nas escolas (3.<sup>a</sup>); liberdade de associação religiosa, pelo menos no campo da acção social, assistência hospitalar, educação infantil e acção missionária nas colónias (4.<sup>a</sup>); apoio às missões católicas para aumentar a influência portuguesa como nação colonial (5.<sup>a</sup>); eliminação da precedência do registo civil sobre o baptismo e reconhecimento da validade do casamento religioso, sendo o casamento civil facultativo (6.<sup>a</sup>); dotação orçamental para financiar serviços de capelanía em colégios, asilos, hospitais, prisões e hospícios (7.<sup>a</sup>); abolição das penas de expulsão por motivo religioso (8.<sup>a</sup>); «revogação de preceitos vexatórios e ofensivos da liberdade de consciência» que não se especificavam e constavam de diferentes leis<sup>952</sup>.

O Centro Católico Português apresentou como candidatos a deputados João Maria da Cunha Barbosa, José Maria Braga da Cruz, António de Oliveira Salazar, padre

---

<sup>950</sup> *A União*, 18 de Junho de 1921, p. 2.

<sup>951</sup> *A União*, 2 de Julho de 1921, p. 1.

<sup>952</sup> *A União*, 2 de Julho de 1921, p. 2.

António Augusto de Castro Meireles<sup>953</sup>, Diogo Pacheco de Amorim, António Pereira Forjaz, Alberto Dinis da Fonseca, António Lino Neto, Juvenal de Araújo. Foram candidatos centristas para senadores o padre Manuel Anaquim, António Menezes Cordeiro, João José da Fonseca Garcia, cónego José Dias de Andrade, Domingos Pinto Coelho. O Partido Republicano Liberal, que governava e organizava as eleições, pretendia manter a Lei da Separação do Estado das Igrejas, revendo-a no sentido de assegurar uma total liberdade religiosa<sup>954</sup>. Esta posição favorecendo algumas reclamações católicas, aproximava do CCP este partido que, segundo Ernesto Castro Leal era constituído por republicanos demoliberais moderados provenientes do unionismo, do evolucionismo e do centrismo de Egas Moniz<sup>955</sup>. A convergência de posições entre o Centro Católico Português e o Partido Republicano Liberal deu azo a que vários jornais insinuassem a existência de um acordo geral entre o Partido Republicano Liberal e os católicos organizados como tais. O acordo foi negado na primeira página de *A União*, desmentido que não implicou nenhuma demarcação face ao Partido Republicano Liberal, mas uma simples reafirmação das posições de princípio do CCP de não estabelecer acordos gerais com nenhum partido político<sup>956</sup>. O desmentido não abrangia acordos locais. Numa carta dirigida ao presidente do CCP, datada de 8 de Julho, Francisco Veloso não só admitia acordos entre os centristas e o Partido Republicano Liberal em alguns círculos eleitorais, como defendia, convictamente: «O C.C. fez accordo com o gov.º desde que este tomou com elle o compromisso de combater os democráticos e os grupelhos jacobinos. Em todos os círculos em que tal compromisso não foi tomado, o C.C. foi à luta sozinho com as suas forças disponíveis que não são poucas – e dedicadamente catholicas»<sup>957</sup>. Esta aproximação entre o CCP e o Partido Republicano Liberal não era contrariada pelas orientações romanas.

Francisco Veloso encarava a defesa da religião católica como um dos valores conservadores que o CCP devia defender. O seu projecto para o CCP era um partido conservador e mobilizador das forças conservadoras contra a alegada ameaça

---

<sup>953</sup> D. António Augusto de Castro Meireles (1885-1942) foi nomeado bispos de Angra a 20 de Dezembro de 1923.

<sup>954</sup> Ernesto Castro Leal, *Partido e Programas...*, p. 81-82.

<sup>955</sup> Ernesto Castro Leal, *Partido e Programas...*, p. 80.

<sup>956</sup> *A União*, 16 de Julho de 1921, p. 1-2.

<sup>957</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/190, fls. 1-2. Sublinhado no original.

comunista. Ao contrário do que previam as suas bases orgânicas, o CCP devia estar preparado para a tomada legal do poder:

«I Entendo que o C. deve ir sozinho às eleições arvorando desde já uma bandeira de defesa social, tomando p.<sup>a</sup> si candidaturas de conservadores que aceitem: a) a plataforma da defesa social (Disciplina, Ordem, Família, Propriedade, Religião); b) serem apresentados ao sufrágio como candidatos do Centro, sem mais nada. O assalto bolchevista é eminente, a meu ver. [...]

II Entendo que o Centro deve fazer a maior concentração dos seus valores mais destacantes e disponíveis, isto é que possam bater-se sem sacrifícios pessoais onerosos. D'onde concluo que a) deve ser convidado o dr. P.T. a ir á Câmara. Com o dr. Lino Netto, dr. Pinto Coelho e F. de Sousa (se este for elegível) fazendo todos 4, o núcleo da elite e realizando-se, agregando à volta d'elle outros elementos, a completa e robusta união do Centro; b) que não visar o poder e o máximo da representação parlamentar equivalerá a ocupar uma situação de protesto fiscalizador perante a derrocada e ruína do Estado ameaçado de subversão, e não a tentar patrioticamente tudo para entrar a catástrophe e dominal'a. O comboio vae descarrilar? Saltemos para a máquina e conquistemos, legalmente, embora, os travões e as manivellas de direção. Julgo que a intervenção governativa deve ser feita na 1.<sup>a</sup> oportunidade próxima. O contr.<sup>o</sup> será realizar só parcialmente um dever. Todos, sozinhos, visando ao máximo e por toda a parte, deve ser a formula prática, embora declaremos que não queremos o poder nem sejamos abstencionistas...!»<sup>958</sup>.

A candidatura a deputado de António Lino Neto por Portalegre, depois de ter sido convidado e de ter ponderado candidatar-se por Braga, pela Covilhã ou Funchal, sofreu dissabores desde o início e viu-se enredada num processo complexo. A ideia inicial era que o nome de António Lino Neto aparecesse no boletim de voto juntamente com o de Pequito Rebelo. No entanto, Pequito Rebelo recusou chegar a qualquer acordo com o presidente do CCP. Uma carta de 2 de Julho de monsenhor Joaquim José da Silva para o dirigente centrista deu conta dos problemas que teria de enfrentar a sua candidatura por Portalegre, que ele defendia, apesar de todos os obstáculos: «desapparecendo a tua candidatura, todos os catholicos teem o dever de votar no Pequito, que assim pode vir a lucrar com a sua rebeldia contra os princípios catholicos que elle deveria ser o primeiro a acatar, respeitando a tua candidatura. Indo os dois, os catholicos, que votarem n'elle, peccam; desistindo tu, os que deixarem de votar n'elle peccam também. Pondera bem o caso, e diz-me telegraphicamente o que resolves»<sup>959</sup>. A carta mostra que para o eleitorado, pelo menos em Portalegre, o natural seria um entendimento entre a candidatura centrista e a integralista: «Vários declaram já que não sendo votados os dois, abster-se-ão»<sup>960</sup>. No entanto, a atitude de Pequito Rebelo em relação a António Lino Neto era muito diferente da de outro influente integralista,

<sup>958</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/343, fl. 3. Sublinhado no original.

<sup>959</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/167, fl. 2.

<sup>960</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/167, fl. 1.



António Sardinha. O teórico do latifúndio não apreciava nem as obras de Lino Neto sobre economia agrária nem a demarcação da causa monárquica levada a cabo pelo Centro Católico Português. António Sardinha hospedou em sua casa Pequito Rebelo e diversas personalidades integralistas e católicas que tentaram convencer o candidato integralista a chegar a acordo com António Lino Neto. Segundo monsenhor Joaquim José da Silva, em carta de 3 de Julho, «O Pequito Rebello mostrou-se d’uma teimosia muito fora do vulgar, e durante cerca de duas horas obstinou-se em querer reservar a sua liberdade de acção, que equivalia a dizer que recusava incluir o teu nome nas suas listas, salvo se eu visse probabilidades de um de nós ser eleito pela maioria»<sup>961</sup>. Por fim, «tomou um compromisso solenne de trabalhar com igual ardor pelos dois candidatos defendidos por nós»<sup>962</sup>. Monsenhor Joaquim José da Silva estava a tratar das questões técnicas relacionadas com a impressão do boletim de voto quando recebeu a incómoda notícia de que o governo formado pelo Partido Republicano Liberal apoiava a eleição de António Lino Neto:

«Uma hora depois de receber a tua carta fui informado de que o G. Civil recebera uma carta do ministro do Interior mandando que o teu nome fosse votado pelos governamentais, porque precisava absolutamente de ti no parlamento, e que foram expedidas circulares para os diferentes conselhos, transmittindo esta ordem.

Não sei se isso será um bem, ou um mal. Affigura-se-me que a protecção do governo vai arreigar a suspeita de muitos de que tu és republicano, o que pode prejudicar-te de futuro, e até ao Centro.

Mas o que mais directamente me preocupa é a situação em que ficam todos os que defenderam o accordo entre ti e o Rebêlo, e nomeadamente o Sampaio e Sant’ Anna, que não deixarão de queixar-se amargamente de que foram illudidos, e receber os remoques do Pequito que tanto resistiu»<sup>963</sup>.

O inesperado apoio do governo acabou por colocar o Centro Católico Português e o seu candidato sob dois fogos oriundos quer de sectores monárquicos, quer de sectores republicanos. Monsenhor Joaquim José da Silva relatou por carta o imbróglio estratégico em que o Centro Católico Português se encontrava:

«Fui hoje chamado pelo Governador Civil que pretendeu accusar-nos de deslealdade porque, recomendando o governo a candidatura de Lino Netto, nós, em vez de votarmos os candidatos do governo, íamos dar os nossos votos ao Pequito Rebelo.

Para mostrar o interesse do governo pelo Dr. Lino Netto, mostrou-me alguma correspondência do governo e de amigos seus promettendo votar n’elle.

Procurei mostrar-lhe que não havia deslealdade alguma da nossa parte, visto que nada combináramos com os representantes do governo, que de nós nada quizeram saber até este momento.

---

<sup>961</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/178, fl. 1.

<sup>962</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/178, fl. 2.

<sup>963</sup> Carta datada de 4 de Julho PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/179, fl. 1. Sublinhado no original.

Uma das cartas que me mostrou era datada de 2, e eu frizei-lhe que, se elle nos tivesse participado o interesse do governo, muito provavelmente se não faria accordo com o Pequito Rebelo. Fiz-lhe notar que não havia da nossa parte intenção de hostilizar o governo, como prova o facto de eu mesmo, a pedido d'um membro da Commissão Política do Centro, ter pedido hontem telegraphicamente a 8 arciprestes do Círculo de Castelo Branco que votassem a lista do governo; que bem podia o governo dar votos ao Dr. Lino Netto n'este círculo, em troca de votos do Centro n'outros círculos»<sup>964</sup>.

A acusação de deslealdade era despropositada, dado o acordo com Pequito Rebelo ter sido o resultado de uma negociação difícil e o apoio do governo do Partido Republicano Liberal não se basear num compromisso. A intenção de não hostilizar o governo, que adoptara uma política considerada moderada e não ofensiva aos interesses da Igreja Católica, era um princípio adoptado pelo CCP. À estratégia do governo liderado por Tomé de Barros Queirós de favorecer os católicos e monárquicos centristas em relação aos outros, correspondiam não só uma atitude do CCP de coerência com a doutrina do *ralliement* como também razões circunstanciais para apoiar, em determinados casos, candidatos republicanos. No entanto, as convicções de dirigentes centristas, como o monsenhor Joaquim José da Silva, estavam arraigadas no campo conservador católico e tudo indica que monárquico, mostrando-se pouco inclinados a entendimentos com a «direita republicana» que pretendia alternar no poder com os «democráticos», como mostra o desabafo na mesma carta: «Tudo isto significa que os governamentais se vêem perdidos e que tem razão de ser as previsões optimistas que nos teem chegado»<sup>965</sup>. O boletim de voto de António Lino Neto acabou por ter impresso apenas o seu nome, tendo-lhe sido acrescentado à mão o de Pequito Rebelo<sup>966</sup>.

O candidato mais votado por Portalegre foi Vasconcellos e Sá. A eleição na assembleia de Montargil, concelho de Ponte de Sor, com 136 eleitores, foi anulada por causa de cenas de pancadaria. A eleição de António Lino Neto e do democrático Baltasar Teixeira ficou dependente da realização de um novo acto eleitoral em Montargil<sup>967</sup>. Os apoiantes de Lino Neto mostravam-se optimistas. Um deles escreveu-lhe, estimando que só precisava de 48 votos para ser eleito: «O Governo pode e deve dar-te toda a sua votação em Montargil, visto que um dos seus candidatos está já assegurado, e o outro já não pode vencer. Os monarchicos também devem dar-te toda a

---

<sup>964</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/191, fls. 1-2.

<sup>965</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/191, fl. 2.

<sup>966</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/191, fl. 2.

<sup>967</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/209, fl. 1.

sua votação, visto que o Pequito também está já fora de combate. A luta é exclusivamente entre ti e o democrático Balthasar»<sup>968</sup>.

Francisco Veloso, convencido de que António Lino Neto já estava eleito, escreveu-lhe, entusiasmado, a 13 de Julho, exortando-o a transformar o semanário *A União* num diário quer permitisse «pôr o Centro n'um pé de combatividade, não contra o regime, mas contra gov.ºs que não satisfaçam as s/ reclamações e contra os monarchicos ou monarchisantes que as explorem para fins occultos»<sup>969</sup>. Em suma, o Centro Católico Português precisava de: «1.º o jornal; 2.º uma vida parlamentar intensa; não fugindo às questões nacionaes que se debatem (problemas económicos, financeiros e sociaes) nem aos debates políticos em que entrem em jogo os interesses conservadores. É preciso mostrar que vamos à Câmara por alguma coisa»<sup>970</sup>.

Por exigência dos «democráticos», a eleição em Montargil foi repetida a 18 de Setembro para decidir entre a eleição de Lino Neto e de Baltazar Teixeira. António Lino Neto perdeu por 17 votos. Segundo *A União*, a derrota explicou-se pelo sentimento de dívida de eleitores conservadores para com um governador civil «democrático» que autorizara a realização de uma procissão<sup>971</sup>. O peso das dinâmicas locais influenciava a votação, assim como conflitos de carácter político e eclesial. Monsenhor Joaquim José da Silva expôs as fracturas no meio católico em termos cáusticos em carta, datada de 20 de Setembro, dirigida ao candidato derrotado:

«Não me compreendeu o facto, já mais ou menos esperado desde que soube que os monárquicos declaravam abster-se, declaração que eu traduzi por guerra sem tréguas à tua candidatura. O resultado da votação evidencia que assim foi. Os moralões críticos da attitude leal e dessassombrada do Centro não hesitaram em dar os seus votos a um democrático dos mais radicaes, para combaterem a candidatura d um catholico apoiado pelo Episcopado»<sup>972</sup>.

A 28 de Julho o *Diário de Notícias* publicou uma entrevista ao presidente do CCP, que foi parcialmente transcrita em *A União*, a 20 de Agosto. Nessa entrevista, o «ilustre advogado» sublinhou que o principal objectivo dos parlamentares do CCP era a «conquista da liberdade religiosa». Sublinhou no entanto que «a Igreja é uma fonte inesgotável de vida para a solução de todos os problemas sociaes». E elogiou, sem concretizar, o perfil de alguns parlamentares católicos que parecia aplicar-se a Salazar,

<sup>968</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/209, fl. 1.

<sup>969</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/226, fl. 1. Sublinhado no original.

<sup>970</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/226, fl. 2. Sublinhado no original.

<sup>971</sup> *A União*, 1 de Outubro de 1921, p. 4.

<sup>972</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/283, fl. 1.

mostrando as suas expectativas em relação ao papel que o deputado centrista eleito por Guimarães poderia desempenhar no parlamento: «Embora poucos, há, entre os parlamentares catholicos, quem se tenha consideravelmente especializado no estudo e pratica de assumptos financeiros, económicos, administrativos e de instrução»<sup>973</sup>. A imagem de deputado centrista que António Lino Neto valorizava era portanto uma imagem do que podemos designar por um «tecnocrata católico», imagem que se colaria a Salazar muito para além da I República e do Centro Católico Português. As posições de António Lino Neto expressas nesta entrevista foram apoiadas por Joaquim Dinis da Fonseca em *A Guarda*, a 6 de Agosto<sup>974</sup>.

O período que antecedeu as eleições e o segundo governo de António Granjo foi marcado por uma nova crispação em torno da «questão religiosa» e da acção do CCP. A 4 de Julho foi publicada uma portaria que visava repor a aplicação dos artigos 30 e 31 da Lei da Separação de Abril de 1920, os quais respeitavam ao confisco de templos e capelas de domínio particular. A 13 de Agosto, por ocasião de festas comemorativas de Nun' Álvares Pereira no Porto, presididas pelo bispo de Meliapor e com a assistência do bispo do Porto, os discursos dos antigos parlamentares Pinheiro Torres e Castro Meireles foram interrompidos e alguns católicos foram agredidos por republicanos. No mesmo dia, em Leiria, uma procissão foi proibida de percorrer o espaço além da catedral. A 16 de Agosto o senador católico Dias de Andrade pediu esclarecimentos sobre o incidente do Porto. O senador João Garcia interveio sobre a publicação da portaria. Estas iniciativas parlamentares centristas tiveram ampla cobertura em *A União*<sup>975</sup>. Mas o Centro Católico Português não teve de se confrontar só com laicistas, mas também com diferentes concepções do exercício partidário no ambiente católico. Os católicos monárquicos manuelistas dos quais eram porta-vozes, o *Correio da Manhã*, jornal dos monárquicos constitucionais, e *A Época*, jornal de orientação católica dirigido por Nemo que associava a causa católica à defesa da restauração monárquica sob D. Manuel II. O facto do CCP ter decidido não apresentar candidatos próprios por Lisboa, levou a que os monárquicos defendessem que os católicos devessem todos votar no partido monárquico, tese rejeitada pela direcção do Centro Católico Português<sup>976</sup>. Era conhecida a posição de princípio de que o CCP não devia estabelecer acordos políticos gerais com nenhum partido político. No contexto específico das eleições de Julho de

---

<sup>973</sup> *A União*, 20 de Agosto de 1921, p. 1. *Diário de Notícias*, 28 de Julho, p. 1.

<sup>974</sup> *A União*, 20 de Agosto de 1921, p. 1.

<sup>975</sup> *A União*, 27 de Agosto de 1921, p. 1-2.

<sup>976</sup> *A União*, 24 de Agosto de 1921, p. 1-3.

1921, pensamos que a insistência dos monárquicos em captar o voto católico e a recusa explícita da estratégia dos centristas deve ser pensada à luz das expectativas e receios da formação de uma alternância política entre o PRP e o Partido Republicano Liberal. Qualquer espécie de aliança entre uma direita republicana e os centristas era temida, por razões diferentes, pelos outros republicanos e pelos monárquicos mais empenhados no derrube da República. O PRP temia perder o estatuto de partido hegemónico desde o início do regime republicano. A esquerda republicana, em vias de formação, via na aliança entre uma direita republicana e o CCP a formação de um forte adversário. Os monárquicos cépticos ou adversários do *ralliement* entre Igreja Católica e República encaravam a mesma aliança como uma via para estabilizar o regime e afastar a hipótese de uma restauração monárquica.

As públicas críticas de católicos monárquicos manuelistas à orientação do Centro Católico Português e a personificação dessas críticas em António Lino Neto levaram à redacção e publicação de uma carta de apoio do episcopado português a António Lino Neto. A carta, datada de 14 de Setembro é assinada pelos três metropolitas: o patriarca, o arcebispo primaz e o arcebispo de Évora, foi publicada na primeira página de *A União*<sup>977</sup> e transcrita em *A Época*, o *Diário do Minho*, a *Actualidade*, *A União* (de Viana do Castelo), *A Ordem*, o *Notícias da Covilhã*, e *A Guarda*.

#### 6.3.3.1. Salazar como deputado centrista

Neste período, as polémicas em torno da figura de António Lino Neto e da orientação que personificava do Centro Católico Português, contrastaram com a discrição da chegada de António de Oliveira Salazar à câmara de deputados como candidato do CCP, episódio posteriormente mitificado pela propaganda do regime, a partir das insinuações e silêncios do próprio Salazar. O mito de que o pacato académico de Coimbra, Salazar, teria ficado chocado com a «balbúrdia» parlamentar e tudo feito para regressar o mais rapidamente possível à vida de estudo, teve um primeiro crítico em Franco Nogueira<sup>978</sup>, que noutras passagens da sua biografia do ditador reproduz e reforça os mitos do Estado Novo acerca do seu líder.

---

<sup>977</sup> *A União*, 10 de Outubro de 1921, p. 1. O original da carta encontra-se in PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/280, fl. 2.

<sup>978</sup> Franco Nogueira, *Salazar, A Mocidade e os Princípios (1889-1928). Estudo biográfico*, Vol. I, 3.<sup>a</sup> edição, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 232. José Barreto publicou um post sobre o assunto no blogue Malomil em que transcreve um cartão do arcebispo de Évora para Salazar apelando à sua

A saída de Oliveira Salazar da câmara dos deputados não foi motivada por uma reacção emocional perante a desordem parlamentar, mas pela dissolução do parlamento após a «Noite Sangrenta» de 19 de Outubro de 1921, uma revolta durante a qual foram assassinados o presidente do Partido Republicano Liberal e chefe do governo, António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos. O Presidente da República, António José de Almeida, entregou o poder durante dois meses aos «outubristas» e, a 16 de Dezembro de 1921, a Cunha Leal, jovem político então ligado ao Partido Republicano Popular, que saiu do Governo por derrota nas urnas a 29 de Janeiro de 1922.

O período compreendido entre as vésperas das eleições de Julho de 1921 até ao rescaldo da «Noite Sangrenta» corresponde ao de maior intensidade de troca epistolar entre Oliveira Salazar e o líder do CCP, a organização pela qual Salazar foi eleito e que deveria representar na câmara dos deputados. É uma correspondência que nos ajuda a compreender melhor as circunstâncias e o estado psicológico de Salazar antes da construção da *persona* do líder do Estado Novo, assim como as diferenças de sensibilidade acerca do papel e do lugar da câmara dos deputados entre um dos mais importantes ideólogos do CCP e o seu presidente. Antes das eleições, a 23 de Junho, Salazar expõe a António Lino Neto a sua visão pessimista e desiludida da vida parlamentar que o leva a encarar com relutância uma candidatura a deputado pelo CCP, embora não exclua completamente a hipótese:

«O meu caro Dr. manifesta um optimismo adorável que eu não partilho, e supõe que pela primeira vez na vida de qualquer povo, nós vamos fazer coisa que se veja no Parlamento. É uma grande ilusão que eu desejara ter, porque deixaria então tudo para correr ao seu apelo. Eu sou-lhe imensamente grato pelo seu desejo e pela sua grande amizade e consideração que a sua carta revela, mas eu creio que não devo aceitar em face das razões que lhe apresentei, a não ser que o problema se pudesse pôr assim: perde-se um lugar na Câmara, se eu não aceitar; ou: nós não temos ninguém que possa substituir-me ou desempenhar o meu lugar. [...]

Dr. Lino Neto: olhe que eu sou pão pão, queijo, queijo. Isto não é para me fazer rogado. Eu entendo que não posso ir e que mesmo não devo ir à Câmara; e assumo disto a responsabilidade. O meu caro Amigo pode pensar o assunto ao contrário – e assume disso também a sua responsabilidade. Como amigo peço-lhe, não insista»<sup>979</sup>.

Não sabemos se algum dirigente centrista insistiu com Salazar. A 3 de Julho, em carta dirigida a António Lino Neto, José Maria Braga da Cruz dava como garantidas as candidaturas a deputados de Salazar por Guimarães, a do próprio José Maria Braga da

---

participação na câmara dos deputados: <http://malomil.blogspot.pt/2013/02/o-misterio-do-deputado-absentista.html>

<sup>979</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/139, fl. 1. Sublinhado no original. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares...*, p. 342-343.

Cruz por Braga, e as candidaturas ao senado do cônego Anaquim, por Viana, e de Cunha Barbosa, por Ponte de Lima<sup>980</sup>. A 22 de Julho, perante a demora em reconhecer a eleição de Salazar, o militante centrista escrevia ao presidente do CCP: «[...] está ainda tremida a minha eleição por Guimarães, donde não recebi posteriormente às eleições a mínima, ignorando portanto o que se tenha passado: há mesmo muitos dias que não leio os jornais. Nestas condições não faço tenções de assistir a sessão nenhuma na Câmara, antes de resolvido e afirmado o meu caso pela competente comissão de verificação de poderes»<sup>981</sup>. No dia após ter escrito esta carta, 23 de Julho, Salazar apanhou o comboio para Lisboa. A 25 de Julho assistiu a uma calma sessão parlamentar em que foram eleitas as sessões de verificação de poderes. O académico e deputado centrista regressou a Coimbra de férias. Foram os seus planos de veraneio que o levaram a escrever de novo a António Lino Neto, a 9 de Agosto, para averiguar se recebera meia-dúzia de retratos do novo deputado destinados ao Congresso e indispensáveis para «requisitar os meus passes que me estão fazendo muita falta»<sup>982</sup>. A 11 de Agosto volta a escrever ao presidente do CCP esclarecendo o enigma: os retratos não tinham chegado a ser enviados, mas nesse mesmo dia seriam despachados. O assunto era da maior relevância para Salazar: «Venho pedir-lhe o grande obséquio de os fazer chegar à Secretaria do Congresso requisitando lá os passes. Principalmente os da Comp.<sup>a</sup> Portuguesa, da Beira Alta, e do Minho e Douro são muito necessários, e brevemente, de modo que era um grande favor se eu os poderia conseguir por estes dez dias mais próximos. Prometi acompanhar um amigo num passeio pelo Minho que me ficará muito caro, se nessa altura não tiver passe»<sup>983</sup>. As preocupações com as despesas dos passeios estivais não o impediam de ir seguindo os trabalhos parlamentares. No final da carta, comentava: «Tenho lido com atenção as propostas das finanças, faltando-me apenas parte da proposta sobre o imposto de rendimentos. Achei-as inferiores – nem mais nem menos. Nenhum de nós ficaria na Comissão das Finanças?»<sup>984</sup>.

---

<sup>980</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/175, fl. 1. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 344-345.

<sup>981</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/140. Sublinhado no original. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto*. ..., p. 348-349.

<sup>982</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/15, fl. 1. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 349-350.

<sup>983</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/255. fl. 1. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 350.

<sup>984</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/255. fl. 2. Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 350.

A carta de 16 de Agosto dirigida por Salazar a António Lino Neto prova que o futuro ditador não se escandalizou com a sessão na câmara dos deputados em que participou e lamentava não estar presente e activo nos trabalhos parlamentares em curso, facto que resultou de uma sequência de equívocos e acasos:

«Concordo absolutamente com as considerações da sua carta. E'la só teve um defeito – chegou demasiado tarde. Quando fui a Lisboa chamado pelo meu amigo, não pude demorar-me mais, que os dois dias, porque tinha em Coimbra negócios urgentes e de grande importância na Misericórdia, a reclamarem a minha presença e atenção. Acrescia que aqueles primeiros dias eram dias perdidos e então todos supunham, a começar pela maioria e pelo Governo, que aprovados os duodécimos e concedida uma ou outra autorização, o Congresso fecharia para reabrir em Outubro. Averiguado por isso o que tinha a fazer em Coimbra, vim para casa, donde não tenho saído e onde pouco mais tenho feito que tratar da saúde muito abalada por sinal, seguindo as prescrições do médico. Foi grande a minha surpresa quando comecei a ver que depois duma semana se repetia outra em que as Câmaras activaram os seus trabalhos; e fiquei preocupado com a situação do C.C. na Câmara dos Deputados donde o Braga da Cruz me mandou dizer a certa altura que também retirava. As Câmaras estavam numa verdadeira febre de trabalhos, resolvendo questões pendentes de máxima importância, sem estudos de quaisquer Comissões, e substituindo agora ultimamente por autorização ao Governo projectos e propostas mais complicadas. Pelos jornais que li hoje parece que até a proposta Barros Queiroz sobre a dívida pública, por sinal precisando de grande poda e profundas modificações, vai ser urgentemente discutida, sem preparação, sem pareceres. [...]

Mesmo agora e assim que recebi a sua carta escrevi imediatamente ao Cónego Andrade para Lisboa e para Coimbra, perguntando-lhe se reputava necessário que eu desse ainda uma saltada à Câmara e pedindo-lhe umas indicações sobre o regimento das Câmaras. Dava-lhe também conta do teor da sua carta. Recebi já anteontem a resposta do Senhor Cónego, em que me diz não julgar indispensável a minha presença, caso se não levante outra questiúncula, nada podendo dizer de resto ao mais que eu lhe perguntava. Por este motivo e ainda porque estou comprometido a sair, não vou. Mas custa-me bem e preocupa-me extraordinariamente termos sido tão infelizes neste começo. Isto obriga-me a mais esforços e a mais assiduidade quando da abertura da Câmara do que eu contava, e com o meu Amigo que eu espero que não nos deixará sós na Câmara e com o Braga da Cruz combinaremos a nossa acção»<sup>985</sup>.

Em Agosto, enquanto seguia de longe os trabalhos parlamentares, Salazar foi eleito com o máximo de votos para três comissões parlamentares (Orçamento, Estatística e Instrução Superior) e nomeado pelo presidente da câmara para a comissão de Contas Públicas. A 22 de Setembro de 1921, quando António Lino Neto perdeu a eleição para deputado pelo círculo de Portalegre, Salazar escreveu-lhe, sublinhando o seu empenho em ser um bom deputado:

«Neste momento muito egoistamente penso em mim, e em como vai ser difícil a nossa situação na Câmara sem o seu lugar, a sua ponderação e o seu conselho. [...] Deus permitiu que V. Ex.<sup>a</sup> perdesse. Não sabemos porque o permitiu, talvez para nos obrigar a

---

<sup>985</sup> PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/01/268, fls. 1-3. Carta transcrita em Centro de Estudos de História Religiosa (Org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares...*, p. 351-352.



trabalhar mais e melhor para o futuro. [...] Tenho trabalhado alguma coisa para o Centro, vendo alguns problemas, tomando as minhas notas e preparando-me para fazer alguma coisa ou no Parlamento ou na propaganda»<sup>986</sup>.

A «noite sangrenta» de 19 de Outubro de 1921 não só decapitou a direcção do Partido Republicano Liberal e levou à dissolução das câmaras, como terminou com o projecto esboçado de constituir uma alternância de governo entre o PRP e o PRL. O acontecimento não foi noticiado em *A União*. Só a 7 de Novembro, no obituário da quinta página, foi dedicada uma especial menção a Carlos da Maia, apresentado como assinante do semanário desde o primeiro número. A sua proximidade ao catolicismo foi sublinhada: «Dizia-se *livre pensador*; mas era já, de facto, um convertido à Igreja». A 14 de Novembro, *A União* publicou a carta do patriarca ao Presidente da República, datada de 26 de Outubro. Quer a carta, quer o texto introdutório apontavam para o regresso à Igreja Católica como a solução para a desordem e a indisciplina que se encontrava na origem da «noite sangrenta».

O governo de Manuel Maria Coelho formado por «democráticos» e outubristas causou consternação nos meios católicos. O bispo da Guarda escreveu ao presidente do CCP, a 24 de Outubro: «Nesta cidade não houve nem a mais pequena manifestação de regozijo pelo triunfo da revolução. Pelo contrário, nota-se um descontentamento geral e grande receio pelo dia d'amanhã»<sup>987</sup>. O maior receio de D. José Alves Mattoso era a revogação do Decreto Moura Pinto: «O novo governo prometeu “restaurar na sua pureza primitiva a lei de separação”. Será uma calamidade a abrogação do decreto Moura Pinto. Não será possível evitar-se? Eu vejo a possibilidade»<sup>988</sup>. A sua esperança, no que respeitava aos poderes republicanos, era a intervenção do Presidente da República e do ministro junto do Vaticano no sentido de serem coerentes com promessas anteriormente feitas. A António Lino Neto, o bispo da Guarda, D. José Alves Mattoso, atribuía a função diplomática de expor o assunto ao núncio e ao patriarca, instando-os a negociar com o poder estabelecido a manutenção das aquisições do Decreto Moura Pinto<sup>989</sup>.

Com a expectativa de novas eleições no horizonte, o presidente do CCP voltou a convidar Oliveira Salazar para deputado, mas desta vez ele recusou de modo mais

---

<sup>986</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/287, fls. 1-2, Carta transcrita em CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 353

<sup>987</sup> PT7UCP/CEHR/AALN/E/D/03/18, fl. 1.

<sup>988</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/18, fl. 1.

<sup>989</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/18, fl. 2.

peremptório. A carta sugere que, perante as mudanças do cenário político, Salazar entende que deve remeter-se a uma reflexão cujos resultados serão pelo menos em parte expostos no Congresso do CCP de 1922. A 28 de Novembro de 1921, Salazar escreveu a António Lino Neto a mais longa carta desta série, dando conta das dificuldades em unir os católicos no Centro Católico Português e qualificando a atitude crítica em relação à direcção centrista do jornal monárquico e católico *A Época* como «o mais pernicioso acontecimento dos últimos tempos contra a Igreja em Portugal»<sup>990</sup>. No final da carta, Salazar escreveu:

«É certo que depois da minha ausência das Câmaras e da campanha do “Correio” é quase um ponto de honra para mim ir ao Parlamento. Simplesmente não posso, de nada valendo portanto razões as mais poderosas. É absolutamente impossível aceitar nesta altura qualquer encargo; esta decisão é absolutamente irrevogável. Agradeço a extrema gentileza do seu convite, peço-lhe desculpa por lhe dar este desgosto, mas não está nas minhas mãos proceder doutra forma. O mundo não nos foge. Se tiver de ser político, tenho tempo ainda de o ser e talvez mau<sup>991</sup>».

#### 6.3.4 A sistematização do programa do CCP

No Congresso Arquidiocesano de Braga de 8 de Dezembro de 1921, o programa do CCP foi pela primeira vez sistematizado em três tipos de soluções: «mínimas», «obrigadas» e «livres»<sup>992</sup>. As «soluções mínimas» sintetizavam o programa de reivindicações religiosas do CCP, recuperando exigências formuladas desde que no tempo de Sidónio Pais os centristas tinham entrado no parlamento: devolução pelo Estado e pelos corpos administrativos aos prelados e párocos dos templos e objectos destinados a culto religioso, dos bens móveis e imóveis da Igreja (1.º); organização do culto sob a autoridade dos bispos e párocos, podendo estes ser auxiliados por irmandades ou outras corporações, de acordo com o direito canónico (2.º); liberdade de ensino religioso nas escolas e estabelecimentos particulares (3.º); liberdade de associação religiosa, pelo menos nas obras de caridade, assistência hospitalar, educação da infância e acção missionária nas colónias (4.º); todo o apoio às missões católicas nas colónias (5.º); eliminação da anterioridade obrigatória do registo civil para o baptismo e reconhecimento da validade civil do casamento religioso (6.º); inscrição nos orçamentos de Estado e corpos administrativos de dotações para os serviços de capelanía em colégios, asilos, hospitais, prisões e hospícios (7.º); abolição de todas as penas de

<sup>990</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/313, fls. 4-5. Carta transcrita em Centro de Estudos de História Religiosa (Org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares...*, p. 356-359.

<sup>991</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/313, fl. 6. Carta transcrita em Centro de Estudos de História Religiosa (Org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares...*, p. 356-359.

<sup>992</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/06/03.

expulsão por motivo religioso (8.º); «revogação de preceitos vexatórios e ofensivos da liberdade de consciência» (9.º)<sup>993</sup>.

As «soluções obrigadas» correspondiam a «pontos de fé e de disciplina fundamental». Como veremos, não era possível propor todas estas soluções no parlamento, pois algumas encontravam-se em completa contradição com os princípios da ordem jurídica da República e a estratégia do CCP era «rever a legislação injusta». O interesse da sua exposição consistia na definição de uma «ordem ideal» que não excluía uma abordagem pragmática para atingir melhorias concretas. O «princípio fundamental» das «soluções obrigadas» era «O reconhecimento expresso de Deus pela constituição». No campo das associações, pretendia-se a «liberdade de associação religiosa para todos os fins sociais», incluindo nesta categoria a vida contemplativa; o reconhecimento da Igreja como pessoa moral e da sua hierarquia; a proibição das associações secretas; a atribuição às misericórdias, irmandades e confrarias de vantagens de associações de classe, mutualidades e cooperativas; o acesso dos ministros católicos a todas as associações com fins religiosos. No campo da família, visava-se a abolição do divórcio; defender a «família legítima» em face da «ilegítima»; difundir e aperfeiçoar o casal de família; proteger as famílias numerosas; defender a sociedade «contra todas as formas de malthusianismo». Na área do ensino, pretendia-se a liberdade de ensino religioso nas escolas públicas e particulares. Quanto aos «costumes sociais», eram «soluções obrigadas» a proibição do duelo, da prostituição, e a «repressão eficaz» de tudo o que fosse ofensivo para o pudor na imprensa, no teatro, no cinematógrafo, nas modas. No que respeita ao trabalho industrial visava-se a «remodelação dos salários e sua acomodação às modernas condições industriais, até à participação de lucros em determinadas empresas» e a defesa da «propriedade individual, apenas com as limitações exigidas pelos interesses gerais da sociedade»<sup>994</sup>.

Se os dois primeiros tipos de «soluções» eram as próprias de um partido de defesa católica, a formulação de «soluções livres» abria ao CCP a perspectiva de uma evolução como a do *Zentrum*, de uma postura de defesa de interesses especificamente religiosos para a apresentação de um programa político-social inspirado por princípios cristãos. António Lino Neto reconhecia que estas soluções «embora não de carácter

---

<sup>993</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/06/03, fl. 2.

<sup>994</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/06/03, fl. 3.

imediatamente religioso, são no entanto inspiradas pelos deveres da caridade cristã»<sup>995</sup>. A pedra angular das «soluções livres» era a «Remodelação geral e quanto possível simultânea de todos os serviços públicos, reduzindo-as às proporções que competem a um pequeno paiz». Quanto à questão financeira, visava-se a consolidação da dívida flutuante, a conversão da dívida interna, a simplificação do orçamento geral do Estado com a autonomização de muitos serviços públicos e a sistematização de outros. O fim orientador deveria ser a da redução do *deficit* crónico. Quanto à questão administrativa, previa-se a publicação de dois códigos, um deles reservado apenas à legislação municipal. A municipalização de alguns serviços que eram de iniciativa particular. Os cargos de regedores, administradores e governadores deviam ser convertidos em magistraturas permanentes, perdendo o carácter de cargos de confiança partidária. No campo educativo, pretendia-se garantir a concorrência do ensino particular ao público em todos os graus. Reduzir o ensino superior e secundário e desenvolver o ensino técnico. O programa de resposta às questões de segurança pública consistia em adoptar o princípio de que «todo o cidadão deve estar sempre preparado para a defeza da Pátria». A polícia teria apenas funções municipais. A GNR seria eliminada. Os grupos de revolucionários civis não teriam qualquer tipo de reconhecimento pelo Estado. No campo das relações internacionais haveria acordos especiais com o Brasil, Espanha e Inglaterra. O número de legações seria reduzido. Reforçar-se-iam as ligações aos núcleos portugueses no estrangeiro através de uma organização consular mais eficaz. Seria realizado um inquérito industrial rigoroso que serviria de base a futuros tratados de comércio. Na área da Justiça, o objectivo era reduzir as divisões judiciais, alargar a possibilidade de arbitragem para terminar com alguns litígios, dar maior autonomia processual aos magistrados judiciais e simplificar as fórmulas processuais<sup>996</sup>.

#### 6.3.5. O regresso de Lino Neto ao parlamento nas eleições de 1922

Nas eleições de 29 de Janeiro de 1922, António Lino Neto foi candidato por Braga, sendo os outros candidatos centristas a deputados Henrique Weiss d'Oliveira, por Viana do Castelo, António Pereira Forjaz, por Ponte de Lima, Eurico Fernandes, por Vila Real, Pedro Araújo Alvares, por Chaves, João de Paiva Faria de Leite Brandão, por Guimarães, Joaquim Dinis da Fonseca, pela Guarda, Alberto Dinis da Fonseca, por Tomar, Juvenal de Araújo, pelo Funchal. Foram candidatos ao senado João Maria

---

<sup>995</sup> PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/06/03, fl. 1.

<sup>996</sup> PT-UCP/CEHR/AALN/E/C/06/03, fl. 4.

Cunha Barbosa, por Viana do Castelo, cónego Manuel Anaquim, por Braga, padre Silva Gonçalves, por Vila Real, cónego José Duarte Dias d'Andrade, por Leiria, João José da Fonseca Garcia, pela Guarda, Domingos Pulido Garcia, por Portalegre.

A orientação do CCP e, em particular o pensamento de António Lino Neto foram visados pelos católicos monárquicos manuelistas, em especial por um padre que assinava sob o pseudónimo *Agnus* as *Crónicas Religiosas* do jornal monárquico manuelista *Correio da Manhã* e com as iniciais V.A.C a *Apologética para todos* em *A Época*. A hierarquia católica reagiu a estes ataques. O bispo de Bragança escreveu ao crítico do CCP em defesa das posições do CCP e remeteu para António Lino Neto uma cópia dessa carta<sup>997</sup>. Entre os integralistas, António Lino Neto continuava a ser uma figura controversa. A 30 de Dezembro, Carlos Pinto Coelho publicou no diário integralista *A Monarquia* um artigo intitulado «O Centro vae mal», criticando a orientação do CCP. O centrista Joaquim Dinis da Fonseca respondeu-lhe, defendendo António Lino Neto e a sua direcção, a 7 de Janeiro de 1922, em *A Guarda*, num artigo reproduzido em *A União*, a 16 de Janeiro de 1922.

As organizações católicas juvenis apoiavam a direcção do CCP. Era o caso muito conhecido do CADC de Coimbra, mas também da Juventude Católica de Lisboa (JCL) que, pela primeira vez em 12 anos, portanto pela primeira vez na República, reuniu a assembleia-geral a 26 de Dezembro de 1921. Nessa assembleia foram eleitos os corpos gerentes para 1922, dos quais António Pereira Forjaz era o presidente. A nova direcção da JCL deliberou «reiterar ao *Centro Catholico Portuguez* a sua inteira solidariedade moral e material, fazendo ardentes votos pelos seus progressos, a bem da Igreja e da Pátria» e «saudar entusiasticamente os corpos gerentes do *Centro* em particular a sua ilustre Comissão Central onde a JCL se acha representada por uma das suas figuras mais prestigiosas»<sup>998</sup>.

As eleições de 1922 saldaram-se por um acréscimo de parlamentares centristas no parlamento: para o senado o CCP elegeu o cónego José Duarte Dias d'Andrade, por Leiria, e João Maria da Cunha Barbosa, por Braga; para a câmara dos deputados foram eleitos António Lino Neto, por Braga, Joaquim Dinis da Fonseca, pela Guarda, e Juvenal de Araújo, pelo Funchal. Como já fizera no ano anterior, o CCP recusou acordos gerais com qualquer partido político e estabeleceu apenas acordos locais.

---

<sup>997</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/341, fls. 1-2.

<sup>998</sup> *A União*, 2 de Janeiro de 1922, p. 3.

Concorreu com candidatos próprios, sem qualquer entendimento com outros partidos políticos, em Braga e na Guarda. No primeiro caso, em que o candidato era António Lino Neto, foram recusadas ofertas de entendimento de monárquicos manuelistas, integralistas e reconstituíntes<sup>999</sup>. Essa recusa levou a que em Portalegre, os integralistas, que inicialmente tinham chegado a acordo com os centristas, rompessem posteriormente com esse entendimento. Na Covilhã e Castelo Branco, o CCP não apresentou candidatos próprios para favorecer a eleição de candidatos católicos não filiados no CCP<sup>1000</sup>. António Lino Neto foi eleito pelo círculo de Braga com cinco mil cento e trinta e um votos<sup>1001</sup>.

Em Fevereiro de 1922, Pio XI sucedeu a Bento XV, facto que não teve repercussões imediatas na actividade do CCP, até porque o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Gasparri, assegurou a continuidade da política da Santa Sé em relação à República portuguesa. Nesse mês o jornal dirigido por António Lino Neto, *A União*, além de publicar em destaque notas biográficas sobre o novo Papa, inicia a publicação dos trabalhos preparatórios do II Congresso Nacional do Centro Católico Português, que foi um acontecimento decisivo na definição doutrinal do CCP e na emergência de António de Oliveira Salazar como ideólogo centrista. A 20 de Fevereiro de 1922, foi anunciada a realização do Congresso em Abril desse ano, em data a anunciar, e o projecto, elaborado por Cerejeira, apresentado como «eminente Professor», «presadíssimo amigo» e «ilustre Sacerdote», do Instituto Católico Português. O projecto de 21 bases e oito capítulos previa a criação de um Instituto Católico sediado em Coimbra (Base 4.<sup>a</sup>), destinado a «alta formação eclesiástica» e à «criação e difusão da alta cultura católica» (Base 2.<sup>a</sup>). As primeiras quatro páginas de *A União* de 6 de Março são dedicadas a justificar o projecto do Instituto Católico Português, o que é significativo não só da relevância do projecto para o movimento católico como também do protagonismo do autor do projecto, Gonçalves Cerejeira, no CCP. O projecto era assumidamente uma resposta à situação criada à Igreja Católica pela República, uma vez que o Instituto Católico Português procurava responder ao cânone 1379 § 2.º do novo código canónico, segundo o qual se deviam fundar universidades católicas «nas nações em que o ensino Universitário Oficial não seja católico»<sup>1002</sup>. Seria um instrumento para Igreja Católica contrariar a laicização e a descristianização da

---

<sup>999</sup> *A União*, 13 de Fevereiro de 1922, p. 2.

<sup>1000</sup> *A União*, 13 de Fevereiro de 1922, p. 2.

<sup>1001</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/01/02.

<sup>1002</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 1.

sociedade portuguesa e colmatar uma lacuna na formação de sacerdotes portugueses: «Infelizmente, o clero português sabe admiravelmente ser *mártir*, mas não está preparado para ser apóstolo. Escravo da rotina pela sua inferioridade de preparação, é mais *conduzido* do que conduz. [...] Os actuais Seminários diocesanos, no geral, não o preparam eficazmente para a sua alta missão renovadora, por falta de meios e *professores*. Habilitam sofríveis *capelães* para tempos de fé tranquila; não formam almas de *fogo* que incendeiem o mundo, verdadeiros condutores de almas»<sup>1003</sup>. A expectativa de Cerejeira em relação ao projecto do Instituto Católico Português é a mesma que teve ao longo da sua vida em relação à Acção Católica Portuguesa, criada mais de uma década depois: «a massa do país é católica, o que lhe falta é a “élite” que a enquadre e a eduque»<sup>1004</sup>.

O regresso ao parlamento de António Lino Neto, cujas intervenções são amplamente transcritas<sup>1005</sup> em *A União*, como aliás as estreias parlamentares de Joaquim Dinis da Fonseca e de Juvenal de Araújo<sup>1006</sup>, foi saudado, a 2 de Março, por telegramas da Associação Católica do Porto e da Associação Nun'Álvares<sup>1007</sup>. Os monárquicos manuelistas, no entanto, não pouparam os centristas nem no parlamento nem na imprensa. Os monárquicos anteciparam-se aos centristas na apresentação de um projecto de liberdade religiosa, o projecto n.º 3-k, que foi, como era previsível, chumbado numa câmara de deputados dominada pelo PRP. Era um projecto muito ambicioso, apresentado a 23 de Fevereiro pelos deputados monárquicos Artur Carvalho da Silva, Manuel Duarte, Artur de Moraes Carvalho e Paulo Cancela Abreu, que reivindicava a devolução aos prelados e párocos de todos os bens móveis e imóveis na posse do Estado, a livre organização do culto pelos bispos e párocos, a liberdade das associações religiosas, a concessão de isenções às missões católicas, a abolição de todas as penas de expulsão do território nacional por motivos religiosos ou políticos<sup>1008</sup>.

Para os centristas a iniciativa monárquica condicionava a apresentação de projectos de lei dos deputados do CCP sobre questões religiosas, pois não se podiam apresentar projectos sobre o mesmo assunto na sessão parlamentar em curso, de acordo com o regimento em vigor. O incidente, bem como a representação parlamentar na

---

<sup>1003</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 1.

<sup>1004</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 2.

<sup>1005</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 1-3.

<sup>1006</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 3-6.

<sup>1007</sup> *A União*, 6 de Março de 1922, p. 6.

<sup>1008</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02.

cerimónia de exéquias por Bento XV realizada na Sé catedral, que no caso do CCP foi restrita ao senador Cunha Barbosa e ao deputado Juvenal de Araújo, foi objecto das críticas de Nemo em *A Época* e de uma réplica de António Lino Neto publicada na primeira página de *A União*<sup>1009</sup>. Um discurso parlamentar do presidente do CCP em que referiu que «em Portugal a Monarquia é a obsessão de muita gente» serviu de pretexto a um ataque monárquico que viram no substantivo «obsessão» um afrontamento das convicções monárquicas e uma adesão pessoal à República. *A União* replicou ao ataque monárquico em editorial com uma dissertação erudita sobre a etimologia da palavra «obsessão»<sup>1010</sup>.

#### 6.3.6. O «projecto Lino Neto» e a revisão da Lei da Separação

A controvérsia em torno do presidente e da nova orientação do CCP não afectou negativamente a sua projecção no parlamento e na vida pública da época. A 7 de Março de 1922 foi eleito para a comissão parlamentar dos Negócios Eclesiásticos. Dois dias depois assinou, juntamente com Joaquim Dinis da Fonseca e Juvenal de Araújo, o projecto de lei n.º 6-L, sobre a propriedade dos bens da Igreja Católica confiscados pelo Estado. O projecto de lei era designado na correspondência do nuncio para o Secretário de Estado do Vaticano como o «projecto Lino Neto»<sup>1011</sup> e visava responder à portaria n.º 3.092 publicada no *Diário do Governo* de 10 de Fevereiro, que pretendia regular a entrega às «corporações encarregadas do culto público», nos termos dos artigos 62.º, 89.º, 106.º e seguintes da Lei da Separação do Estado das Igrejas. Antes de apresentar o projecto de lei, António Lino Neto encontrou-se, a 4 de Março de 1922, a seu pedido, com os prelados portugueses do continente que se encontravam reunidos, desde o dia anterior, em «conferência». O dirigente leigo católico expôs aos bispos a vida do Centro Católico Português desde a sua fundação, detendo-se com algum pormenor na participação centrista nas duas eleições políticas anteriores. Os prelados reiteraram a sua confiança no presidente da comissão central do CCP. Este disse-lhes que os deputados centristas tencionavam apresentar um projecto de lei para a restituição dos bens à Igreja Católica. Os bispos discutiram com António Lino Neto os termos em que essa restituição se podia realizar, concluindo que poderia concretizar-se através de uma de três modalidades: 1.º entrega dos bens aos prelados, a exemplo dos Estados Unidos da América; 2.º transferência dos bens para comissões diocesanas presididas pelos

<sup>1009</sup> *A União*, 20 de Março de 1922, p. 1.

<sup>1010</sup> *A União*, 17 de Abril de 1922, p. 1.

<sup>1011</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, caixa 436, Posizione X., fl. 30.



respectivos prelados; 3.º os bens ficariam na posse de comissões paroquiais, aprovadas pelo respectivo prelado e sob a presidência do pároco legítimo<sup>1012</sup>.

O «projecto Lino Neto» argumentava que as disposições citadas pela portaria se encontravam alteradas não só por circulares emanadas dos Ministérios da Justiça, do Interior e da Direcção dos Negócios Eclesiásticos, como também por «revogação tácita» de disposições que a própria lei de 20 de Abril de 1911 considerava de «carácter provisório». A portaria pressupunha a existência de cultuais que «não se fundaram nem existem» e continuava a ignorar o estatuto dos prelados e párocos na Igreja Católica, «quando o Governo da República já reatou e mantém relações com o Chefe Supremo da mesma sociedade, a Igreja»<sup>1013</sup>.

O projecto de lei apresentado pelos deputados centristas atribuía aos prelados e párocos todos os bens móveis e imóveis na posse da Igreja Católica a 8 de Outubro de 1910 e não confiscados pelo Estado (art.º 1.º); os bens na posse do Estado seriam também devolvidos à Igreja Católica em forma e prazo a definir (art.º 1.º, § único); os prelados e párocos poderiam adquirir edifícios com a finalidade de servir de paços, seminários ou presbitérios (art.º 2.º); a legislação em contrário era revogada (art.º 3.º)<sup>1014</sup>.

Acerca do projecto de lei centrista, a comissão dos Negócios Eclesiásticos apresentou, a 3 de Julho de 1922, o parecer n.º 378. António Lino Neto, um dos elementos desta comissão, votou o parecer vencido em parte. As outras personalidades que integram a comissão eram Pedro de Castro (presidente), Amadeu Leite Vasconcelos, Valentim Guerra (vencido em parte), João Vitorino Mealha, Joaquim Matos e António Abranches Ferrão (relator). O preâmbulo do parecer n.º 378 afirmava que os diplomas que regulavam as relações do Estado republicano com as Igrejas eram o decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e o decreto-lei de 22 de Fevereiro de 1918. O primeiro instituía o regime de separação. O segundo introduzira alterações que os católicos consideravam melhorias da situação da Igreja Católica, mas que não os satisfazia, apresentando por isso o projecto de lei n.º 6-L. Este projecto foi julgado à luz de uma doutrina: o Estado deve estabelecer um regime que atinja um duplo objectivo:

---

<sup>1012</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 425, Po. 8.ª fls. 212-213.

<sup>1013</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 230.

<sup>1014</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 330.

«o de respeitar a liberdade dos crentes e a existência das Igrejas, e o de [se] fazer respeitar a si próprio e a independência dos cidadãos».

O trabalho da Comissão dos Negócios Eclesiástico consistiu em substituir o projecto de lei apresentado pelo Centro Católico Português pelo seu próprio projecto de lei, com a vantagem de ser um projecto que resultava de um consenso entre diversas sensibilidades políticas e religiosas e por isso podia ser mais facilmente aprovado. O projecto da Comissão pretendia «satisfazer uma das maiores aspirações das Igrejas, o reconhecimento da sua personalidade jurídica, e de forma a não poder esse reconhecimento constituir um perigo [...] para a segurança do Estado republicano, e para a liberdade dos cidadãos, crentes ou não crentes»<sup>1015</sup>.

Estes projectos de lei não chegaram a ser discutidos no parlamento, dando origem a mais pareceres produzidos por comissões parlamentares: um parecer da Comissão Civil e Comercial da Câmara dos Deputados deu nova redacção<sup>1016</sup> ao projecto de lei exposto da Comissão dos Negócios Eclesiásticos; um parecer da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados confirmou a nova redacção; a Comissão dos Negócios Eclesiásticos redigiu novo parecer, o n.º 390, subscrito por António Lino Neto, a 23 de Janeiro de 1923, sugerindo que o Projecto de lei n.º 3-K fosse remetido à Comissão Civil e Comercial para ser apreciado conjuntamente com o 6-L<sup>1017</sup>.

António Lino Neto pensava que o contra-projecto da comissão da legislação da Câmara dos Deputados baseado no parecer n.º 378 representava uma aquisição importante para a Igreja Católica e escreveu-o em cartas, de 10 e 11 de Janeiro de 1923, dirigidas aos prelados do continente, nas quais pedia conselhos para as negociações em curso:

«A simples aprovação do contra-projecto, como está, dá já, a favor da Igreja, o seguinte:

- 1.º - O direito de constituir associações conformemente ao Código do Direito Canónico;
- 2.º - O reconhecimento, por conseguinte, da hierarquia eclesiástica;
- 3.º - A entrega dos templos e alfaías do culto em poder do Estado;
- 4.º - O direito de administrar os bens do culto, podendo excluir do seu uso os padres rebeldes, como se vê actualmente em Coimbra, Abrantes e Almeirim;

---

<sup>1015</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 332.

<sup>1016</sup> O contra-projecto da comissão de legislação da Câmara dos Deputados encontra-se transcrito em CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 365-367.

<sup>1017</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02.

5.º - A posse dos bens, sem necessidade de pagamento de direitos de transmissão, à morte dos Bispos e dos Párocos;

6.º - A isenção de contribuições para os templos;

7.º - O afastamento de tudo quanto seja tutela por parte do Estado, para o que se acrescentou, propositadamente, a parte final do art.º 5.º, que começa “para o efeito”»<sup>1018</sup>.

Os prelados responderam ao líder do grupo parlamentar católico, alguns comentando cada artigo do contra-projecto, permitindo-nos compreender melhor as expectativas dos prelados em relação ao Estado republicano e como é que funcionava a «orientação» pelos prelados da direcção leiga do Centro Católico Português, a qual era autónoma mas encontrando-se subordinada à hierarquia eclesiástica. Permite também entender as dificuldades de António Lino Neto no exercício do seu cargo, pois as opiniões dos bispos nem sempre coincidiam.

As apreciações gerais sobre o contra-projecto oscilavam entre considerar que não respondia aos problemas essenciais da Igreja Católica e a sua aceitação pragmática, como uma melhoria das condições de actuação eclesiástica. D. Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra, escreveu, a 12 de Fevereiro de 1923, a António Lino Neto: «Não me parece que o projecto como está reconheça a hierarquia e seja capaz de acabar com os cismas nas paróquias»<sup>1019</sup>. D. José Alves Correia da Silva<sup>1020</sup>, bispo de Leiria, em carta de 13 de Fevereiro de 1923, mostra-se mais conformado com um projecto que considera insatisfatório e não sugere alterações ao texto: «O ideal, a meu ver, é aproximá-lo o mais possível do projecto dos deputados do Centro. Mas, como não o aceitam, oxalá que se consiga a aprovação com as modificações notadas na sua carta.//O Estado arroga-se o direito à propriedade de bens adquiridos pela Igreja para o exercício do seu culto, educação e sustento dos seus Ministros. Convém protestar contra semelhante doutrina, embora o protesto seja platónico»<sup>1021</sup>. D. José Leite Lopes de Faria, bispo de Bragança, em carta de 15 de Fevereiro, declara: «concordo plenamente em que, sem renunciarmos a nenhum dos direitos da Igreja, vamos escalando as nossas reivindicações pelo grau de possibilidade que as circunstâncias nos deixam para a sua realização. Não devemos descansar enquanto à Igreja se não fizer inteira justiça: mas

<sup>1018</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/29\_1. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 362.

<sup>1019</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 364.

<sup>1020</sup> D. José Alves Correia da Silva (1872-1957) estudou teologia no seminário do Porto e em Coimbra. Em 1897 foi nomeado professor de ciências eclesiásticas no seminário do Porto. Foi um colaborador activo do congresso das agremiações católicas em 1900, do Círculo Católico de Operários do Porto e dos jornais católicos *A Palavra* e *A Liberdade*. A 5 de Agosto de 1920 fez a sua entrada solene na catedral de Leiria, como bispo desta diocese. A dinamização do seminário de Leiria foi uma das suas prioridades. Participou e discursou na homenagem ao soldado desconhecido na igreja da Batalha, a 10 de Abril de 1921.

<sup>1021</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/34. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 369.

não devemos desprezar o possível só porque ele representa uma fracção apenas no nosso vasto programa. Os direitos da Igreja também não foram usurpados todos dum lance, mas só gradualmente. O que é necessário, é que não admitamos princípios contrários aos direitos da Igreja. Intactos os princípios, vamo-los executando na medida do possível»<sup>1022</sup>. O bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira dos Santos, em carta datada de 16 de Fevereiro, identifica no projecto das comissões «uma vantagem muito apreciável: reconhece a personalidade hierárquica da Igreja». E valoriza o projecto apresentado pelos deputados do CCP apesar das suas limitações: «como o óptimo é inimigo do bom e devemos contar sempre com as condições do meio, os autores do projecto tiveram de ser prudentes para não se perder tudo, e não lhes regateio os meus louvores. Estou certo de que pouco ou nada se conseguirá por agora, vistas as disposições das comissões, mas nem por isso julgo inúteis os esforços, porque se vae aplanando o caminho para melhores dias, pois tenho confiança em que as coisas hão de ir melhorando, e já hoje a atmosfera é outra, vindo-se pôr ao lado da nossa justiça pessoas cujas opiniões não podem ser indiferentes aos da governança»<sup>1023</sup>.

D. Manuel Vieira de Matos, arcebispo de Braga escreve a António Lino Neto, a 17 de Fevereiro de 1923, que o «contra-projecto tem a grande vantagem de reconhecer a personalidade jurídica, se não à Igreja Católica que o Estado continua a desconhecer em sua legislação, ao menos às agremiações ou núcleos católicos constituídos segundo as leis canónicas (paróquias, arciprestados e dioceses) e existentes no território nacional». Este reconhecimento, para o arcebispo, «se for votado e aprovado, representa certamente uma grande conquista e um notável avanço sobre as ideias professadas pelo mundo oficial português a respeito da Igreja e da sua posição jurídica». No entanto, «impressiona muito desagradavelmente o espírito da mesquinhez com que foi concebido o contra-projecto, porque este vem acrescentar às limitações que as leis constitucionais puseram à capacidade jurídica da Igreja, outras não menos intoleráveis»<sup>1024</sup>. D. António Barbosa Leão, bispo do Porto, na carta que escreve a 18 de Fevereiro ao presidente do CCP continua a ver no projecto de decreto da Comissão de Legislação civil e comercial resquícios de uma atitude persecutória em relação à Igreja Católica: «Não há meio de aparecer um documento em que não vão buscar à legislação anterior alguma coisa para vexar, oprimir, tolher a Igreja na sua acção. Oxalá V. Ex.<sup>a</sup> e

---

<sup>1022</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 370-371.

<sup>1023</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37.

<sup>1024</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/38. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 373.

os demais deputados do “Centro” alguma coisa possam conseguir»<sup>1025</sup>. D. José Alves Mattoso, bispo da Guarda, escreve, a 26 de Fevereiro: «Veja V. Ex.<sup>a</sup> se consegue que o reconhecimento da hierarquia eclesiástica possa ficar claramente expreso. Parece-me que, com a redacção que temos, ficaremos neste ponto na mesma situação em que estamos»<sup>1026</sup>.

Diversos bispos comentam, artigo a artigo, o contra-projecto apresentado pela comissão de legislação da Câmara dos Deputados. Vejamos que artigos e comentários são esses.

«Artigo 1.º A quaisquer Igrejas, agremiações ou confissões religiosas não proibidas no território da República, existentes nas freguesias ou outras circunscrições deste território, e representadas pelos seus ministros, dirigentes ou administradores, em harmonia com as regras de organização própria do respectivo culto, é reconhecida personalidade jurídica, para o efeito de poderem, para fins exclusivamente cultuais, adquirir bens, dispor deles e administrá-los, nos mesmos termos e limites em que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as associações ou corporações perpétuas.

§ 1.º - Consideram-se como destinadas a fins cultuais, para os efeitos desta lei, as aquisições de edifícios para neles se instalarem seminários e residências dos ministros da religião.

§ 2.º - A capacidade das entidades a que este artigo se refere, para receber por doação ou testamento, é restrita ao limite fixado no artigo 157.º da lei de 20 de Abril de 1911, para a disposição de bens para sufrágios e outros encargos meramente cultuais»<sup>1027</sup>.

D. Manuel Luís Coelho da Silva, o bispo de Coimbra, sublinha que o texto do artigo 1.º «parece não reconhecer a Igreja em geral, mas somente as agremiações locais que a constituem»<sup>1028</sup>. Por isso propõe outra redacção: «A quaisquer Igrejas, agremiações ou confissões religiosas não proibidas e existentes no território da República representadas pelos seus ministros...etc..»<sup>1029</sup>.

O bispo de Bragança, D. José Leite Lopes de Faria, sugere, a 17 de Fevereiro de 1923, mudanças na redacção do art.º 1.º, substituindo a expressão «exclusivamente cultuais» por «exclusivamente religiosos» e acrescentando o verbo possuir, sublinhando que a propriedade é da Igreja e não do Estado: «adquirir, possuir e administrar bens e dispor deles». Propõe também uma redacção diferente para o primeiro parágrafo do artigo, preferindo «fins religiosos» a «fins cultuais» e explicitando os objectos que se destinam a estes fins: «os templos com suas pertenças, os edifícios destinados ao

<sup>1025</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 376.

<sup>1026</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/42. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 381.

<sup>1027</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. Sublinhado no original. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 365.

<sup>1028</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 367.

<sup>1029</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 368.

estabelecimento de seminários e à residência dos ministros da religião, os prédios rústicos e os capitais destinados à sustentação, quer destes quer daqueles, e às despesas do culto, e os bens mobiliários que os ditos ministros, dirigentes ou administradores julgarem necessários ou úteis para poderem desempenhar-se das suas funções religiosas»<sup>1030</sup>.

A 1 de Março de 1926, quando parece que o referido contra-projecto vai finalmente ser discutido no parlamento, D. José Leite Lopes de Faria envia nova carta a António Lino Neto, sugerindo alterações que representam outra variante textual. Sublinha que o artigo 1.º do contra-projecto devia assumir que o seu objecto é a Igreja Católica. A sua proposta é: «Art.º 1.º - Às Igrejas e quaisquer outros institutos católicos não proibidos pelas leis da República, representados pelos Bispos, Párocos ou outros dirigentes ou administradores constituídos em conformidade com a doutrina e disciplina da Igreja Católica, é reconhecida personalidade jurídica, para o efeito de poderem, para fins exclusivamente religiosos e segundo aquela mesma doutrina e disciplina, adquirir, possuir, administrar e dispor de bens, como associações ou corporações perpétuas»<sup>1031</sup>. No caso de se continuar a excluir uma menção explícita à Igreja Católica, a redacção preferida seria: «Art. 1.º - A quaisquer Igrejas ou institutos religiosos não proibidos pelas leis da República, representados pelos seus ministros, dirigentes ou administradores constituídos em conformidade com a doutrina e princípios de organização da respectiva religião, é reconhecida personalidade jurídica, para o efeito de poderem, para fins exclusivamente religiosos e segundo aquela mesma doutrina e princípios, adquirir, possuir, administrar e dispor de bens, como associações de corporações perpétuas»<sup>1032</sup>. Também apresenta uma alternativa ao § 1.º: «Consideram-se destinados a fins religiosos, para os efeitos desta lei, além dos templos e suas pertenças, os prédios necessários para residência dos ministros da religião e para o estabelecimento e funcionamento dos Seminários». Acrescentar-se-ia a cláusula: «e os bens destinados à sustentação duns e doutros»<sup>1033</sup>. Se não fosse possível alterar o §2.º num sentido mais benéfico para a Igreja, os deputados centristas deviam procurar suprimi-lo.

O arcebispo de Braga critica minuciosamente o artigo 1.º:

---

<sup>1030</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 372.

<sup>1031</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 389.

<sup>1032</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 389.

<sup>1033</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 389.

1 – a) Parece-me que o art.º 1.º não previne convenientemente o perigo de os “Ministros, dirigentes e administradores” alienarem indevidamente, com prejuízo da paróquia (dos párocos especialmente se trata) e contra as leis canónicas (que exigem a licença prévia do Prelado ou da S. Sé, consoante os casos), os bens que a Igreja vier a adquirir; b) Parece-me que também não reconhece a personalidade jurídica aos cabidos, seminários e outros institutos eclesiásticos (alguns dos quais, como os cabidos, são órgãos reguladores da hierarquia eclesiástica) nem lhes permite gozarem dos benefícios da personalidade concedida ou reconhecida às Igrejas, agremiações e confissões religiosas locais. Talvez se remediasse o inconveniente inserindo depois de “respectivo culto” as palavras. “bem como aos seus institutos ou instituições culturais”, ou outras que melhor traduzam o pensamento referido; c) Ao final do § 1.º do art.º deveriam acrescentar-se estas palavras ou equivalentes: “e de outros bens destinados à sustentação dos mesmos ministros e às necessidades do ensino e evangelização religiosa” – ou, ao menos, no corpo do art.º 1.º, depois das palavras “para fins exclusivamente culturais” acrescentar estas ou equivalentes: “ou reclamados pela natureza destas entidades”, a fim de compreender os bens destinados à sustentação dos missionários diocesanos, do ensino catequético, etc»<sup>1034</sup>.

D. António Barbosa Leão observa que no artigo 1.º a Igreja Católica não pode ser equiparada às «associações ou corporações perpétuas» e não se lhe devem impor restrições ao direito de possuir e administrar. O bispo do Porto sublinha que deve ficar claro na lei que é dos prelados que depende o direito de adquirir, dispor e administrar bens<sup>1035</sup>.

Para o bispo de Viseu, o art.º 1.º era aceitável, apesar das restrições no seu § 2.º<sup>1036</sup>.

D. António Marcelino, o bispo do Algarve, em carta de 15 de Fevereiro de 1923, observa que o artigo não reconhece a personalidade jurídica à Igreja Católica, mas apenas aos templos e agremiações católicas locais e somente para fins culturais. Também entende que não há um claro reconhecimento da hierarquia católica, uma vez que não são usadas as palavras «bispos» e «párocos», mas apenas um vago «ministros», recorrendo à linguagem da lei de 20 de Abril de 1911<sup>1037</sup>.

«Art. 2.º As igrejas ou quaisquer outros templos, seminários, paramentos, alfaia e outros objectos mobiliários do culto em poder do Estado, e ainda não destinados ou aplicados à data desta lei a serviços de utilidade pública, serão entregues em uso e administração aos representantes locais das igrejas ou agremiações católicas na circunscrição administrativa onde estes bens se encontrarem.

§ 1.º Não são considerados abrangidos pelo disposto neste artigo os templos já incorporados no património da Fazenda Nacional, que não estejam afectos ao culto, nem as alfaia e outros objectos do mobiliário do culto que, pelo seu valor histórico ou artístico, se encontrem incorporados ou o devam ser nalgum museu.

<sup>1034</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/38. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 374.

<sup>1035</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 377.

<sup>1036</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 1.

<sup>1037</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/35, fl. 1.

§ 2.º Os representantes das Igrejas ou agremiações católicas que receberem os bens a que este artigo se refere e os seus sucessores no respectivo cargo ficarão sujeitos ao pagamento de todas as despesas inerentes ao uso e administração dos referidos bens, e ainda as de seguro, renovação ou reconstrução, bem como das contribuições respeitantes aos imóveis que receberem nos termos desta lei, e aos que adquirirem, com excepção dos templos»<sup>1038</sup>.

O bispo de Coimbra chama a atenção para o facto da palavra igreja neste artigo significar o próprio edifício da Igreja Católica, ao contrário da ocorrência da palavra nos artigos 1.º, 4.º e 5.º, no § 2.º do art. 2.º e § único do art. 5.º em que a Igreja é uma entidade. Por esta razão, considera que o art. 2.º devia começar do seguinte modo: «Os edifícios destinados a fins culturais e quaisquer templos, seminários...etc»<sup>1039</sup>.

D. José Leite Lopes de Faria, o bispo de Bragança, envia, a 17 de Fevereiro de 1923, a António Lino Neto uma versão alternativa da discriminação dos edifícios e objectos religiosos em posse do Estado: «As igrejas e quaisquer outros templos com suas pertenças, os edifícios dos seminários e das residências dos ministros da religião também com suas pertenças (distintas dos passais, se for impossível obter estes), os paramentos, alfaia e outros objectos mobiliários do culto católico». A alteração substancial que propõe consiste em substituir a entrega «em uso e administração» pela simples entrega, ou seja, a transferência da posse do Estado para a Igreja Católica. Entrega que não deveria ser feita «aos representantes locais das igrejas ou agremiações católicas», mas aos «representantes das igrejas ou institutos católicos»<sup>1040</sup>.

A 1 de Março de 1926, D. José Leite Lopes de Faria remete para o presidente do CCP outras variantes textuais para introduzir no contra-projecto, sublinhado os pontos de maior divergência com a proposta da Comissão: «Art.º 2.º - Os templos e os edifícios dos Seminários e das residências episcopais e paroquiais, bem como os paramentos e alfaia e outros objectos imobiliários (omitindo-se a cláusula “do culto”, que é uma restrição prejudicial), a uns ou outros pertencentes, que se encontram em poder do Estado, e, até à data desta lei, ainda não foram definitivamente aplicados por lei a outros serviços de utilidade pública, são devolvidos [...] às igrejas e institutos católicos a que pertenciam, legitimamente representados em conformidade com o disposto no artigo anterior»<sup>1041</sup>. O bispo de Bragança queria ainda que do § 1.º fosse suprimida a cláusula

<sup>1038</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 365.

<sup>1039</sup> Sublinhado no original. PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 368.

<sup>1040</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 372.

<sup>1041</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 389-390.



«ou devam ser» e o § 2.º tivesse a seguinte redacção: «As igrejas e outros institutos católicos que receberem os bens a que este artigo se refere, ficarão sujeitos, nas pessoas dos seus legítimos representantes, aos encargos daí derivados, com excepção do pagamento de contribuições pelos templos e Seminários»<sup>1042</sup>.

O arcebispo de Braga defende que deve ser explicitamente alargada a entrega pelo Estado à Igreja Católica de residências e passais e que seja eliminada a palavra «destinados» do texto do art.º 2.º Pretende também a eliminação das palavras «ou devam ser nalgum museu», no art. 2.º § 1.º. No art. 2.º § 2.º quer esclarecer quais são as despesas inerentes ao uso e administração dos «referidos bens», defende a isenção de contribuições de todos os bens imóveis entregues ao Estado e que os representantes das entidades que receberem os bens tenham de pagar as despesas de «renovação ou reconstrução»<sup>1043</sup>.

D. António Barbosa Leão sublinha que os bens referidos no art. 2.º devem ser entregues aos prelados ou seus representantes e, através destes, aos párocos. Opõe-se à incorporação de objectos religiosos em museus, prevista no § 1.º do art. 2.º e entende que o seguro referido no § 2.º deve ser facultativo<sup>1044</sup>.

O bispo de Viseu pensa que o art.º 2.º só se traduzirá na entrega para uso e administração de 50 ou 60 residências paroquiais. Considera injustificável a exclusão da posse dos seus bens pela Igreja Católica prevista no § 1.º e defende que no § 2.º se devia acrescentar a palavra «seminário»<sup>1045</sup>.

D. António Marcelino, o bispo do Algarve, lembra que «Esta doutrina traz consigo o reconhecimento de que ao Estado pertencem os bens, que a Igreja tem por seus, doutrina condenada pela Santa Sé e pelos Bispos»<sup>1046</sup>. Considera que o agravamento de contribuições previsto pelo § 2.º do art. 2.º é «intolerável»<sup>1047</sup>.

«Art.º 3.º Os edifícios e objectos cujo uso e administração tiver sido cedido, nos termos da presente lei, voltarão à posse do Estado, se durante o prazo de dois anos consecutivos não lhes tiver sido dada a aplicação para que forem destinados, se durante

---

<sup>1042</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. Sublinhado o original. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 390.

<sup>1043</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/38. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 374.

<sup>1044</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 377-378.

<sup>1045</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 1.

<sup>1046</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/35, fls 1-2.

<sup>1047</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/35, fl. 2.

igual prazo deixarem de ter essa aplicação sem motivo que constitua caso de força maior e ainda no caso da falta de cumprimento do disposto no § 2.º do artigo anterior»<sup>1048</sup>.

O arcebispo de Braga deseja ver esclarecida a frase «Se durante igual prazo deixarem de ter essa aplicação sem motivo que constitua força maior», uma vez que considera um bom motivo para os templos não serem usados pela Igreja Católica os prelados interditarem-nos por razões de disciplina, para impedirem a sua utilização por rebeldes. De qualquer modo, considera dois anos um prazo curto, tendo em conta que cabe aos representantes das Igrejas acarretar com as despesas de reconstrução<sup>1049</sup>.

D. António Barbosa Leão incide a sua crítica no regresso para a posse do Estado dos edifícios e objectos religiosos em caso de não cumprimento do disposto no 2.º § do art.º 2.º - «Em vista do zelo com que o Estado, ao menor pretexto, se apropria dos bens da Igreja, tudo se perderá em pouco tempo»<sup>1050</sup>.

O bispo de Bragança, D. José Leite Lopes de Faria, considera «funesta» a última cláusula do art.º 3.º, sem justificar esse adjetivo<sup>1051</sup>. Na carta de 1 de Março dirigida a António Lino Neto, é mais concreto nas suas críticas e expõe um texto alternativo: «Os edifícios e outros objectos devolvidos às Igrejas e institutos católicos nos termos do art.º 2.º voltarão à posse do Estado, se, durante o prazo de dois anos consecutivos, estiverem sem a aplicação a que forem destinados, a não ser que esta aplicação tenha sido impedida por motivo de força maior»<sup>1052</sup>. Explicita o problema da última cláusula do art.º 3.º - pode abrir portas a uma devolução de edifícios e objectos à posse do Estado por causa de um «descuido do representante da Igreja» ou de «uma patifaria da parte do representante do poder civil». Seria portanto necessário assegurar precauções, como a apresentação de provas ao poder judicial e a recusa em realizar uma reparação depois desta ser imposta<sup>1053</sup>.

D. António Alves Ferreira dos Santos, avisa que o art.º 3.º «Tem os seus perigos»<sup>1054</sup>, mas não propõe uma redacção alternativa.

«Art. 4.º Para o efeito de poderem ser considerados representantes das igrejas, agremiações ou confissões religiosas, a que se refere o artigo 1.º, cumpre aos seus ministros, dirigentes ou administradores participar ao Ministério da Justiça e dos Cultos a

---

<sup>1048</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 366.

<sup>1049</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/38. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 375.

<sup>1050</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 378.

<sup>1051</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 382.

<sup>1052</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 390.

<sup>1053</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 390.

<sup>1054</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 1.

sua investidura na representação das referidas entidades, com todas as indicações e documentos comprovativos, e qual a circunscrição ou grupo de circunscrições administrativas que, no todo ou em parte, ficam constituindo a área em que se exercerão as suas funções.

§ único. Só poderão ser representantes das pessoas jurídicas mencionadas no artigo 1.º os membros da religião que, sendo cidadãos portugueses, não estejam privados dos seus direitos civis e políticos nem devam considerar-se abrangidos por qualquer das disposições dos decretos do 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910»<sup>1055</sup>.

D. Manuel Luís Coelho da Silva sublinha que «É indispensável que por meio de uma vírgula depois de administradores, a lei reconheça hierarquia aos ministros directores da religião dentro da República»<sup>1056</sup>.

O arcebispo de Braga também duvida se as providências do artigo 4.º «salvaguardarão realmente os direitos da hierarquia católica e evitarão eficazmente as rebeliões e a investidura dos intrusos»<sup>1057</sup>.

D. António Barbosa Leão defende que no citado artigo: «deve modificar-se a redacção de modo que, ao menos nas nomeações transitórias, não haja necessidade de fazer participação»<sup>1058</sup>.

O bispo de Bragança, D. José Leite Lopes de Faria, a 1 de Março de 1926, defende que a prova da «investidura» no governo ou «representação» de uma diocese se deve fazer por meio de uma comunicação da nunciatura ao ministério da Justiça e Cultos. No caso de uma «investidura» na «representação» de igrejas ou institutos católicos inferiores ao nível diocesano, esta devia realizar-se por meio de documento do representante da diocese. Sustenta ainda que se deve eliminar a cláusula final do § único do art.º 4.º<sup>1059</sup>.

D. António Alves Ferreira dos Santos, bispo de Viseu, não vê «grande razão» na exclusão exposta no início do § único, pois os membros da religião referidos não se encontram a desempenhar funções civis ou políticas<sup>1060</sup>.

O bispo do Algarve, D. Marcelino António Franco, classifica de «intolerável» que o art. 4.º coloque a Igreja Católica na dependência do Ministério da Justiça, uma vez que é facultativo para o Estado atribuir personalidade jurídica a Igrejas,

---

<sup>1055</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 366.

<sup>1056</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. Sublinhado no original. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.368.

<sup>1057</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/38. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 375.

<sup>1058</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 378.

<sup>1059</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 390.

<sup>1060</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 2.

agregiações ou confissões religiosas para o efeito de adquirirem bens, disporem deles e administrá-los para fins culturais<sup>1061</sup>.

«Art. 5.º Os representantes locais das Igrejas, agregiações ou confissões religiosas ficam obrigados, dentro do primeiro semestre de cada ano civil, a entregar à autoridade administrativa do concelho o inventário, em separado, dos bens cujo uso e administração lhes tiver sido cedido, nos termos desta lei, bem como daqueles que constituam ou venham a constituir o seu património próprio e um resumo das contas da sua gerência respeitante ao ano anterior, a fim de tudo ser remetido por esta autoridade ao Ministério da Justiça e dos Cultos, para o efeito de o Governo poder conhecer os bens das Igrejas, agregiações ou confissões religiosas, bem como o valor das suas receitas e despesas.

§ único. A falta não justificada ao cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas neste artigo aos representantes das Igrejas, agregiações ou confissões religiosas, será punida pelo Ministério da Justiça e dos Cultos em processo regular, para esse fim instaurado, com a perda de todos os bens que constituam o património próprio das Igrejas, agregiações ou confissões religiosas, que representarem, em benefício de um estabelecimento de beneficência do concelho, havendo, e, no caso contrário, do concelho mais próximo que o tenha, dentro do mesmo distrito administrativo, que será escolhido pelo Governo»<sup>1062</sup>.

D. Manuel Luís Coelho da Silva, o bispo de Coimbra, considerava não se encontrar claro na lei se a falta de um representante da religião seria punida com a perda de bens da igreja local a que ele estava afecto ou da Igreja Católica e por isso propunha uma outra redacção do parágrafo único: «A falta não justificada ao cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas neste artigo aos representantes locais...com perda de todos os bens que constituem o respectivo património próprio...etc»<sup>1063</sup>.

O arcebispo de Braga distingue entre o «inventário» e o «resumo de contas». O inventário podia admitir-se se dissesse respeito aos bens entregues pelo Estado mas era «intolerável» se tratava dos bens que «constituam ou venham a constituir o seu (das Igrejas) património próprio». A apresentação do «resumo de contas» era vexatória e perigosa:

«É vexatória, porque significa que o Estado, aliás separado da Igreja, quer meter-se na sua casa e espiar o que lá se passa, a observar os seus movimentos ainda que só lhe permita efectuá-los no campo puramente cultural, como se vê no art.º 1.º

É perigosíssima armadilha, já porque o Estado fica inteiramente habilitado a repetir, com êxito seguro, sobre os bens da Igreja a operação que efectuou em 1910, e até poderá ser a isso estimulado ao “verificar o valor das suas receitas e despesas” (das Igrejas), já porque abrangendo o “resumo das contas da gerência”, tanto as receitas destinadas ao culto propriamente dito, como as que forem cobradas para a sustentação dos ministros do culto, compreende-se facilmente como isso constituiria uma filão de

<sup>1061</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/35, fl. 4.

<sup>1062</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 366-367.

<sup>1063</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. Sublinhado no original. CEHR (Org.), *António Lino Neto*..., p. 368.

pretextos para os maus paroquianos vexarem o seu pároco e o mortificarem com processos e pressões de toda a ordem»<sup>1064</sup>.

D. Manuel Vieira de Matos defende portanto a eliminação da exigência de prestação de contas e que no parágrafo único do art.º 5.º seja substituída por outra a penalidade prevista para as faltas de um representante da Igreja: «Não podem as Igrejas sofrer o confisco dos seus bens pelo desleixo ou maldade do seu representante»<sup>1065</sup>.

O bispo de Bragança, a 1 de Março de 1926, classifica o art.º 5.º como «o mais perigoso de todos, e não se pode aceitar, pelo menos sem modificações fundamentais, que não só lhe tirem todo o carácter de tutela, mas livrem do seu perverso alcance ao menos os bens “que constituam ou venham a constituir” o património da Igreja.»<sup>1066</sup> No entanto, não apresenta uma alternativa para a redacção do texto.

D. António Alves Ferreira dos Santos, a 16 de Fevereiro de 1923, declara que o art.º 5.º e o seu § único são «a negação da independência da Igreja, n’uma intromissão intolerável em regímen de separação»<sup>1067</sup>. Afirmar a sua «repugnância» pela disposição, mas não propõe um texto alternativo.

O bispo do Algarve, D. Marcelino António Franco, julga, uma vez mais, «intolerável», «o Estado arrogar-se o direito de permanente fiscalização dos bens e rendimentos da Igreja», exigindo que todos os anos lhe sejam apresentados inventários e contas. As críticas estendem-se ao § único, levando o prelado a concluir: «Salvo melhor juízo, acho que é preferível o regímen actual, pois contra este temos o direito de protesto, pelo menos; ao passo que aceitando o contra-projecto, como está, sujeitamo-nos designadamente a um outro, que representa sempre vexame e roubo»<sup>1068</sup>.

«Art. 6.º O disposto nos artigos anteriores não prejudica a faculdade de os fiéis de qualquer religião constituírem novas corporações encarregadas do culto ou manterem as já existentes, nos termos da legislação em vigor, sendo, porém, aplicáveis a tais corporações as disposições desta lei referentes à capacidade para adquirir bens.

Art. 7.º O Governo publicará os regulamentos indispensáveis para a execução desta lei.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrários».

O bispo de Coimbra considera que o art. 6.º se devia aplicar apenas às entidades organizadas de acordo com as regras da Igreja Católica, caso contrário daria ainda mais

<sup>1064</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 375.

<sup>1065</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 376.

<sup>1066</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 390.

<sup>1067</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 2.

<sup>1068</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/37, fl. 4. Sublinhado no original.

direitos às cultuais. Por isso propõe outra redacção: «...ou manterem as já existentes, quando organizadas em harmonia com o disposto no Art. 1.º e nos termos da legislação em vigor...etc»<sup>1069</sup>.

D. Manuel Vieira de Matos acusa o mesmo tipo de preocupações de D. Manuel Luís Silva Coelho, propondo no entanto outras mudanças no texto: no art. 6.º, após as palavras “fiéis de qualquer religião” devia introduzir-se as seguintes: «de harmonia com os preceitos da sua organização cultural» e no final deste parágrafo devia esclarecer-se o que se pretendia com as palavras: «sendo aplicáveis a tais corporações as disposições desta lei referentes à capacidade para adquirir bens»<sup>1070</sup>.

O bispo do Porto é outro prelado incomodado com o texto do art.º 6.º. Não sugere alterações e limita-se a comentá-lo: «O art.º 6.º - que me parece referir-se às infames cultuais – não pode merecer aprovação de católicos; mas fará menos mal, uma vez que a essas associações se retirem e nunca se lhes venham a entregar bens que só à Igreja pertencem: pois estou persuadido que nunca terão grandes ocasiões para usar da capacidade de adquirir bens” que o projecto lhes atribui, porque os partidários de tais associações não costumam distinguir-se pela sua generosidade»<sup>1071</sup>.

O bloqueio no processo de revisão da Lei da Separação do Estado e Igrejas deveu-se aos impasses estratégicos na vida política da I República e não ao estilo ou relevância pública da liderança do CCP por António Lino Neto. Na correspondência dos bispos para António Lino Neto são frequentes as palavras de reconhecimento e de confiança no seu trabalho. D. Manuel Luís Coelho da Silva, escreveu-lhe, a 12 de Fevereiro de 1923: «Bem sei que V. Ex.<sup>a</sup> tem trabalhado. Nosso Senhor continuará a dar-lhe forças e as suas graças»<sup>1072</sup>. Em carta de 13 de Fevereiro de 1923, D. José Leite Lopes de Faria declarou: «Começo por aplaudir os beneméritos esforços empregados por V. Ex.<sup>a</sup> e pelos outros distintos parlamentares do Centro para a reivindicação dos direitos da Igreja, rogando a Deus que os ajude a bom termo tão grande empresa, e os recompense com abundância de suas graças»<sup>1073</sup>.

António Lino Neto era uma personalidade reconhecida e conhecida, mesmo em algumas dimensões da sua vida privada. As notícias da morte do irmão, José Lino Neto,

---

<sup>1069</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 369.

<sup>1070</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 376.

<sup>1071</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/39. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 383.

<sup>1072</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/33. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 364.

<sup>1073</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/36. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 370.

a 20 de Março de 1922, expuseram não só as relações institucionais com o presidente do CCP, mas também uma imagem de António Lino Neto como um homem de afectos. A *União* escreveu no obituário de José Lino Neto: «Entre ele e seu irmão o sr. dr. A. Lino Neto, havia uma amizade que saía fora do vulgar, tornando-se proverbial na região a dedicação de um pelo outro»<sup>1074</sup>. O presidente da República, António José de Almeida, comunicou por telegrama a António Lino Neto os seus pêsames. Foram expressos votos de pesar ao líder centrista pelo cardeal-patriarca, o núncio apostólico, os arcebispos de Mtilene, Évora e Braga, os bispos de Leiria, Coimbra, Porto, Viseu, Portalegre, Braga e Beja, a câmara dos deputados, a Sociedade de Geografia, o CADC de Coimbra, o seminário de Braga, e a grande maioria das comissões do CCP<sup>1075</sup>.

As críticas por vezes contundentes de alguns bispos em relação ao contra-projecto do parecer n.º 378 não devem ser interpretadas como um sinal de cepticismo face às potencialidades do contra-projecto e ao papel que o Centro Católico Português podia desempenhar na vida política da República. Em carta de 3 de Fevereiro de 1924<sup>1076</sup>, o núncio Nicotra sondou os bispos sobre se preferiam ou não o estatuto das comissões «diocesanas» aprovado em França ao projecto de lei em vias de ser discutido no parlamento. A resposta documentada da maior parte dos bispos foi no sentido de dar prioridade e oportunidade ao projecto de lei formulado na sequência da iniciativa parlamentar do CCP. A especificidade do caso português desaconselhava seguir a solução francesa. Assim argumentaram o cardeal patriarca, o bispo de Coimbra, o arcebispo de Braga, o bispo da Guarda, o bispo do Porto e o bispo de Vila Real<sup>1077</sup>. O bispo de Vila Real não destoava dos outros prelados quando escreveu, a 20 de Março de 1924: «afigura-se-me que seria comprometer este esforço político, qualquer outra tentativa destinada a dar à Igreja em Portugal uma situação jurídica, e que por tanto melhor é esperar pela resolução das Câmaras, tanto mais que, por informações que tenho de Lisboa, o governo não vê com maus olhos o projecto que vai ser discutido, e está prompto a aceitar sem oposição as emendas, alterações e modificações que forem propostas pelos parlamentares catholicos»<sup>1078</sup>. Só o arcebispo de Évora, o influente D. Manuel da Conceição Santos, admitiu adoptar em Portugal o estatuto das comissões diocesanas implementado em França, usando uma fórmula pouco entusiasta: «à falta de

<sup>1074</sup> A *União*, 4 de Abril de 1922, p. 7.

<sup>1075</sup> A *União*, 4 de Abril de 1922, p. 7.

<sup>1076</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, caixa 436, Posizione X, fl. 23.

<sup>1077</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, caixa 436, Posizione X., fls. 19-29.

<sup>1078</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, caixa 436, Posizione X., fl. 26.

melhor, não desgostaria de ver em Portugal a experiência das “Diocesanas” que o Santo Padre aprovou para a França»<sup>1079</sup>.

Todas as sugestões e divergências dos bispos quanto ao sentido em que devia ser alterado o contra-projecto do parecer n.º 378 manifestam também um certo leque de sensibilidades eclesiológicas, o que quer dizer de percepção da natureza e fundamento das vinculações entre instituição e sociedade.

#### 6.3.7. O II Congresso Nacional do CCP e a intervenção de António Lino Neto

Forçado a uma ausência do parlamento por luto do irmão, durante a qual foi substituído por Joaquim Dinis da Fonseca, António Lino Neto retoma a sua actividade dirigente, tendo no horizonte imediato a preparação do II Congresso Nacional do CCP. A 9 de Abril presidiu a uma reunião na sede da Juventude Católica de Lisboa, secretariado por Weiss de Oliveira e João Pessoa Lopes, onde marcaram presença as comissões paroquiais do CCP em Lisboa, com vista a preparar o próximo congresso centrista. António Lino Neto sublinhou no seu discurso que o papel do CCP se limitava à defesa das liberdades religiosas e ao desiderato de unir todos os católicos. A fórmula que empregou - «completo alheamento do Centro da política»<sup>1080</sup> - era uma resposta às acusações monárquicas de que o CCP praticava uma política pró-republicana.

Nas vésperas do congresso intensificou-se a polémica entre centristas e os seus críticos monárquicos. No último número editado antes do acontecimento, a 24 de Abril, *A União* transcreveu um extenso artigo escrito pelo bispo de Bragança e publicado em *O Semeador*, o boletim diocesano da respectiva diocese. O artigo intitulado «Desorientação (resposta aos adversários do Centro)», criticava de modo contundente as resistências oriundas do meio católico à defesa dos direitos da Igreja Católica no parlamento pelo CCP<sup>1081</sup>.

Outra polémica, de carácter interno, agitava o CCP: este devia ou não transformar-se em partido político? Devia ou não admitir o exercício do poder na República? Esta polémica era muito mais discreta, tocando uma questão incómoda senão tabu para alguns católicos. A 24 de Abril de 1922, o bispo de Bragança, que não pôde intervir no Congresso, escreveu a António Lino Neto: «Transformar o Centro em partido político seria destruí-lo. Se há cathólicos que queiram fundar um partido político

---

<sup>1079</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, caixa 436, Posizione X., fl. 28.

<sup>1080</sup> *A União*, 17 de Abril de 1922, p. 2.

<sup>1081</sup> *A União*, 24 de Abril de 1922, p. 2-4.



catholico, façam-no muito embora, sob a sua responsabilidade: mas não pretendam desvirtuar o Centro, convertendo-o em partido político»<sup>1082</sup>. Um documento não datado e não assinado existente no arquivo Cerejeira, provavelmente da autoria do próprio Cerejeira contém as notas de uma moção sobre o assunto que ou não foi apresentada ou não foi publicada na reportagem oficial do Congresso. A moção propõe que o congresso reconheça:

«1.º que o CC pode (salva a aprovação dos Bispos) evolucionar, quando as circunstâncias o permitam p.<sup>a</sup> um partido social de governo;

2.º que o CC pode preparar essa evolução, fazendo a prévia educação política-social dos católicos portugueses, como a sua fase embriológica;

3.º que não pode nem é oportuno [?] alterar as suas bases»<sup>1083</sup>.

Três tipos de razões são apresentadas pelo autor para justificar estas propostas: ideológicas, políticas e práticas. O primeiro grupo de razões incluía o facto de as bases do CCP terem sido elaboradas e mantidas pelos prelados portugueses e o congresso centrista não ter competência para as alterar, mas somente para apresentar aos bispos uma proposta de alteração. Além disso, a educação política das massas católicas tinha de fazer-se sob a orientação do episcopado e o fracasso do nacionalismo confirmava esta tese. Ora o episcopado não podia comprometer-se com um partido de governo. O segundo grupo de razões partia de uma constatação: o CCP não podia transformar-se num partido de governo sem aderir expressamente à República. Essa adesão pressupunha que a República deixara de ser uma questão política para os católicos, o que não era verdade. Daí concluía o autor: «que a união dos católicos, não podendo estabelecer-se por enquanto sobre uma base política, só se pode fazer no terreno religioso»<sup>1084</sup>. A Alemanha, a Bélgica e a Itália não serviam de exemplo, pois as circunstâncias desses países eram diferentes: os católicos alemães confrontavam-se com uma questão social e uma questão religiosa mas não com uma questão política no sentido de regime que o autor dava ao termo. A situação portuguesa era mais semelhante à francesa, onde não havia um partido católico, embora houvesse uma união católica. Por fim, um partido de governo requer um «exército político poderoso e disciplinado» e os católicos portugueses não possuíam o grau de organização e disciplina dos católicos de outros países. Em conclusão, no entanto, o autor não excluía que o CCP se assumisse como o embrião de um futuro partido político: «nas suas bases

---

<sup>1082</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/377.

<sup>1083</sup> Arquivo Cerejeira, R-06/10/019.

<sup>1084</sup> Arquivo Cerejeira, R-06/10/019, fl. 1.

actuais, o CC não prejudica, antes favorece, como preparação indispensável, e a única presentemente possível, a constituição futura daquele partido de governo, unindo os católicos no campo político p.<sup>a</sup> a defesa religiosa, e organizando-os socialme, donde poderiam um dia passar à conq do poder se as circunstâncias o reclamassem»<sup>1085</sup>.

O II Congresso nacional do CCP realizou-se, como estava previsto, a 29 e 30 de Abril de 1922, na sala Algarve, da Sociedade de Geografia de Lisboa. *A União* definiu-o como «uma grande demonstração de vitalidade e acção»<sup>1086</sup>. A historiografia portuguesa assinala neste congresso a exposição das teses de Oliveira Salazar sobre o CCP, que depois seriam editadas em opúsculo e sujeitas a intensa controvérsia com os monárquicos católicos. Foi no Congresso do CCP de 1922 que Salazar emergiu como um dos principais ideólogos centristas.

Os trabalhos propriamente ditos do Congresso foram precedidos por uma missa na Igreja da Encarnação celebrada pelo arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, que às nove horas da manhã de 29 de Abril se apeou do automóvel, indo ao encontro dos congressistas que o esperavam à porta da igreja. No final da missa, D. Manuel da Conceição Santos invocou «as bênçãos de Deus sobre os trabalhos do Congresso», que começavam de modo auspicioso, dado nele participarem portugueses provenientes de todo o país, «como na Idade Média, ao brado vehemente de *Deus o quere!* Acorriam os cruzados para resgatar a Terra Santa»<sup>1087</sup>. É significativo que invoque o Santo Condestável<sup>1088</sup>, figura exemplar quer para os católicos quer para os nacionalistas republicanos, a inspirar o Congresso. António Lino Neto desempenhou um papel simbólico na cerimónia ao renovar a consagração do CCP ao Sagrado Coração de Jesus. No intervalo da primeira para a segunda sessão, uma deputação, constituída por António Lino Neto, Domingos Gonçalves de Sá, Domingos Pulido Garcia e Carlos d'Azevedo Mendes, apresentou saudações do Congresso ao patriarca de Lisboa, ao núncio e ao Presidente da República. António José de Almeida respondeu às saudações do Congresso, enviando um delegado, Barreto da Cruz, para apresentar os seus cumprimentos<sup>1089</sup>. No seu relatório sobre a iniciativa, o núncio Locatelli chamou a atenção do secretário de Estado do Vaticano para a presença de correspondentes dos principais jornais portugueses, um facto inédito num congresso católico. Lembrou que

<sup>1085</sup> Sublinhado no original. Arquivo Cerejeira, R-06/10/019, fl. 2.

<sup>1086</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 1.

<sup>1087</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 1.

<sup>1088</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 2.

<sup>1089</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 12.

ainda há poucos anos não era possível a reunião de um grupo de católicos que não fosse ameaçada por um ataque de anti-católicos e que por essa razão os católicos evitavam reunir-se em Lisboa. A mudança verificada assinalava uma mutação no ambiente político e social e auspiciava um futuro melhor para a acção católica em Portugal<sup>1090</sup>.

A primeira sessão do congresso iniciou-se às 14 horas na sala Algarve, sendo presidida pelo arcebispo de Mitilene, D. João Lima Vidal, o assistente eclesiástico do CCP, e secretariada por António Lino Neto, Oliveira Salazar, Braga da Cruz, Castro Meireles e Eurico Lisboa. Carlos Mendes era o secretário geral do Congresso. No acontecimento participaram representantes da comissão central, comissões diocesanas, comissões especializadas (Propaganda, Obras Sociais, Política, Imprensa), comissões concelhias e paroquiais. António Lino Neto é noticiado por *A União* como representante da comissão central, comissão concelhia de Vila Nova de Famalicão, comissões paroquiais de Paredes de Coura e Arcos-de-Valdevez<sup>1091</sup>.

João Garcia leu o «Regimento interno para o 2.º congresso» que excluía, no seu artigo 1.º a possibilidade de discutir as bases doutrinárias, dado estas terem sido estabelecidas pelos bispos. O regimento foi contestado por José d'Almeida Correia, cónego da Sé de Viseu, que pretendia discutir as bases regulamentares do CCP. Queria alterá-las de modo a permitir a criação de um partido católico que não estivesse subordinado à hierarquia eclesiástica. O regulamento foi aprovado com os votos contra de José d'Almeida Correia, do padre Pinto de Abreu e de Carlos Pinto Coelho. Este último, um monárquico católico que sempre defendera a prioridade da restauração monárquica, acabou por abandonar o congresso depois de não lhe ter sido dada a palavra por não ser congressista nem estar filiado no CCP<sup>1092</sup>. António Lino Neto interveio sobre o incidente Pinto Coelho esclarecendo que se tratava de uma pessoa que sempre recusara filiar-se no CCP, chegando a explicar-lhe pessoalmente as razões da sua recusa mas que se não tivesse abandonado a sala ser-lhe-ia dada a palavra não por direito, mas por favor. O incidente só não gerou uma discussão descontrolada porque o arcebispo de Mitilene interveio declarando: «Se V. Ex.<sup>a</sup> querem que eu continue n'este lugar, peço-lhes que se mantenham em perfeita ordem e disciplina.//Se a minha pessoa lhes não merece esse respeito, nem sequer a qualidade que represento, respeitem ao

---

<sup>1090</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 425, Po. 8.<sup>a</sup>, fl. 147.

<sup>1091</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 3.

<sup>1092</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 3-4.

menos a Cruz, que tenho ao peito». Esta intervenção foi acolhida com «grandes aclamações» e «Tudo serenou como que por encanto»<sup>1093</sup>.

A intervenção de fundo de António Lino Neto incidiu sobre a reestruturação do CCP, começando por assinalar que se encontravam no II Congresso Nacional do CCP, sendo o primeiro o de 22 de Novembro de 1919 que deu origem à nova direcção. O CCP pretendia realizar uma «cruzada»: «a do maior triumpho da Igreja e a do Resurgimento de Portugal»<sup>1094</sup>. Apresentou as intervenções que considerou mais importantes: Salazar, «um notável professor da Faculdade de Direito de Coimbra, dir-nos-há, com a sua firmada auctoridade, o que vale, scientificamente, a nossa filosofia político-social»; o padre Domingues Bastos, falaria sobre a «nossa organização economico-moral; Cerejeira, «uma relíquia da antiga Faculdade de Theologia, e hoje, como o Dr. Salazar, uma glória da Universidade de Coimbra» exporia o seu projecto de criação de um Instituto Católico; e Joaquim Dinis da Fonseca, «um dos nossos mais ponderados e talentosos homens de acção política», um projecto para a «Federação da Imprensa Católica»<sup>1095</sup>.

Ainda no preâmbulo da sua intervenção, o orador pediu ao congresso a aprovação de três telegramas: o primeiro, dirigido a Pio XI, proclamava que o CCP se posicionava em «inteira submissão e obediência às decisões e instruções da Santa Sé, considerando Igreja única mestra e guia e seu triumpho condição indispensável restauração Pátria, implora bênção especial para seus trabalhos»; o segundo, dirigido aos prelados portugueses, pedia-lhes que abençoassem os trabalhos do congresso; o terceiro telegrama era dirigido a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, saudando os «heróicos sábios aviadores, fazendo votos Cruz Cristo levaram desfraldada domine com prestígio Portugal civilização mundo»<sup>1096</sup>.

Fazendo a resenha da história do CCP desde o congresso de reestruturação em Novembro de 1919, António Lino Neto sublinhou os sucessivos esclarecimentos doutrinais no congresso das comissões paroquiais de Lisboa, a 20 de Junho de 1920, e das comissões concelhias do Patriarcado, a 30 de Janeiro de 1921, no congresso do Algarve e de Braga, nas reuniões do Porto e de Évora. No ano em curso, a organização do CCP devia arrancar nas dioceses de Lamego e Beja – nesta última a falta do prelado

---

<sup>1093</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 4.

<sup>1094</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 4.

<sup>1095</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 4.

<sup>1096</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 4.

auto-exilado impedira a dinamização centrista. Estavam em preparação «núcleos auxiliares e de ligação» em Angola, Moçambique, Goa, Macau e Brasil<sup>1097</sup>. O presidente do CCP focou as objecções à nova direcção que levaram alguma imprensa republicana a acusá-lo de monárquico e alguma imprensa monárquica a acusá-lo de ser republicano. Registou, sem mais comentários, a diligência do integralismo lusitano de enviar uma comissão à direcção do CCP para esclarecer pontos do programa centrista, visando a formação de listas comuns de candidatos a deputados e senadores, o que não foi possível. A discórdia insanável encontrava-se no primado do *politique d'abord* integralista ou do *religion d'abord* centrista<sup>1098</sup>. Em relação às eleições de 1921 e 1922, observou que a direcção do CCP «Foi sollicitada a accôrds por todos os partidos de governo e de opposição ao regímen. Correcta e amável com todos, com nenhum, porém, se combinou»<sup>1099</sup>. Quanto às recentes eleições de 1922, declarou que a direcção centrista «nem sequer encontro chegou a ter com qualquer dos membros do governo», o que abre à porta à interpretação de que esses encontros se deram com membros do governo do Partido Republicano Liberal em 1921, e que «Sollicitada para entrar n'uma frente única de determinados grupos conservadores, não careceu de dar a sua resposta, porque, entretanto, os grupos interessados se desavieram»<sup>1100</sup>.

O discurso de António Lino Neto no congresso dá grande destaque às iniciativas do CCP no campo social: alude à participação de centristas no Congresso Cooperativista Nacional de 1921; dá conta das intenções, frustradas, de criar um sindicato de criadas de servir, apoiado pela Liga de Acção Social Christã, e outro de empregadas do comércio ligado à Associação Internacional de Protecção às Raparigas; anuncia para breve a criação de um sindicato ferroviário de carácter católico; justifica o fracasso no projecto de criação de um banco com um papel social pela instabilidade criada pelo 19 de Outubro de 1921 e pela morte do mentor do projecto, Patrício dos Prazeres; valoriza a ideia de Cerejeira de lançar o Instituto Católico. Quanto à actividade cívico-política do CCP, salienta a colaboração na amnistia aos presos políticos, o apoio aos veteranos portugueses na Grande Guerra, a defesa dos padres, não só no parlamento, mas também nos tribunais<sup>1101</sup>. Concluída a exposição do «memorandum» sobre a acção do CCP, que serviria de base a exame e crítica, António

---

<sup>1097</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 5.

<sup>1098</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 5.

<sup>1099</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 5.

<sup>1100</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 6.

<sup>1101</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 6-7.

Lino Neto admite que se pudesse ter feito mais, mas que é incontestável que a direcção centrista agiu «n'um absoluto espírito de fidelidade e dedicação pela Igreja e pela Pátria»<sup>1102</sup>.

A intervenção do presidente do CCP foi elogiada por Joaquim Dinis da Fonseca e pelo padre Santos Farinha o qual apresentou uma moção de louvor à direcção centrista e em particular a António Lino Neto e apelando à passagem à ordem do dia. Na justificação da moção, o padre Santos Farinha, conhecido pelas suas ligações ao legitimismo, sublinhou a necessidade de organizar no terreno as comissões centristas, que em Lisboa existiam principalmente no papel e, a contra-corrente da posição oficial centrista, afirmou que o CCP «Deve [...] à semelhança do Partido Popular Italiano, tornar-se um partido de governo»<sup>1103</sup>. A declaração não era descabida na boca de um homem de formação legitimista: o Partido Popular Italiano, apesar de se distinguir do CCP por se declarar não confessional, tinha a sua base popular nas obras sociais organizadas pelos católicos intransigentes; para um homem de tradição legitimista a orientação papal de realizar o *ralliement* com a República era para levar até às últimas consequências. Aliás, os adversários históricos dos legitimistas não eram propriamente em primeiro lugar os republicanos, mas os monárquicos liberais.

A segunda sessão começou a 30 de Abril, às nove horas e 40 minutos, presidida pelo arcebispo de Mitilene. O primeiro orador foi Almeida Correia, que procurou combater a ideia de uma clivagem entre o CCP e o jornal católico monárquico *A Época*, argumentando que *A Época* adoptava os mesmos princípios que o CCP e que as divergências, quer de *A Época* quer do próprio orador, deviam-se a questões de interpretação. Defendeu uma maior intervenção centrista no campo social e opôs-se à ideia, que já não estava na ordem do dia, de criação de bancos pelo CCP<sup>1104</sup>. Mário de Figueiredo foi o orador seguinte, em substituição de Cerejeira, o qual se encontrava rouco. Defendeu o CCP dos ataques que os monárquicos católicos lhe dirigiam e apelou à união dos católicos. Após a intervenção de Mário de Figueiredo, Oliveira Salazar apresentou a sua muito aguardada exposição sobre a organização do CCP. O relato de *A União* deu conta da solenidade que, por indicação do próprio Salazar, rodeou a leitura da sua tese e do impacto que teve no público:

---

<sup>1102</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 7.

<sup>1103</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 9.

<sup>1104</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 9.

«Encarregado de apresentar a these que se refere à organização do Centro, não quiz deixar á improvisação, nem á memória, uma questão de tal modo grave e difícil. Pedindo a atenção da assembleia para o trabalho que vae lêr, pede-lhe também que não manifeste por qualquer fôrma nem a sua aprovação nem a sua desaprovação.

Em seguida, e durante quasi uma hora, leu o seu extenso e bem elaborado trabalho, que deixou no espírito da assembleia a impressão de terem sido tratadas todas as questões que se relacionam com o programa do Centro»<sup>1105</sup>.

A *União* só publica na íntegra a comunicação de Salazar a 25 de Junho, embora logo a 29 de Maio qualifique o trabalho do professor de Coimbra como «um dos mais notáveis apresentados neste Congresso»<sup>1106</sup>. Juvenal de Araújo declarou que a comissão diocesana do Funchal se oferecia para publicar o «notável trabalho» de Salazar<sup>1107</sup>. No número de 29 de Maio, o primeiro publicado após o congresso de 29 e 30 de Abril, transcreve a proposta que Salazar enviou para a mesa e que sintetiza a sua tese sobre o CCP:

«O Centro Catholico, reunido em Congresso, considerando as instruções da Santa Sé e dos Bispos e as condições actuaes da política portugueza, resolve:

1)A absoluta necessidade de organização catholica para a defeza dos interesses da Egreja, com o sacrifício não propriamente das opiniões políticas dos catholicos, mas d'uma acção política julgada prejudicial de momento, á defeza dos interesses religiosos;

2)A necessidade d'uma representação parlamentar propria, que em união com as autoridades eclesiásticas e auxiliada por todos os que tomaram o compromisso de defender as reivindicações da Egreja, prosiga, incançavelmente, na conquista das liberdades religiosas;

3)A necessidade da valorização das nossas forças e representação parlamentar, e, para esse efeito, a possibilidade de combinações políticas, indo até à colaboração ministerial»<sup>1108</sup>.

O terceiro ponto da proposta, o de admitir que o CCP pudesse participar num governo era o mais polémico e, como vimos, tratava-se de um ponto de vista partilhado por Francisco Veloso e pelo padre Santos Farinha. A intervenção do reverendo Francisco Maria da Silva, prior da Encarnação e falando em nome da comissão diocesana de Bragança, embora não citando os apoiantes da tese de transformação do CCP num partido de poder, opôs-se-lhe claramente: «se alguém, no Congresso, pretender votar a introdução de programma político no programma do Centro, fica *ipso facto* fora do Centro fundado pelos Bispos»<sup>1109</sup>.

Embora com os condicionalismos de discussão numa organização cívico-política subordinada à hierarquia católica e que se legitimava em nome da união dos católicos,

<sup>1105</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 9.

<sup>1106</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 9.

<sup>1107</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 10.

<sup>1108</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 9.

<sup>1109</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 10.

no II Congresso Nacional do CCP confrontaram-se duas concepções acerca do futuro da organização centrista: manter-se como partido de defesa católica, rejeitando a denominação de partido e, embora colaborando com o poder constituído excluir a hipótese de participação num governo republicano, ou assumir-se como um partido conservador e de poder. A proposta de Salazar aproveitava ideias de ambas as posições em confronto: para Salazar o CCP devia definir-se como um partido de defesa católica admitindo a possibilidade de ser governo.

Outras questões fundamentais para o movimento social católico em Portugal foram abordadas no Congresso de 1922: a criação do Instituto Católico, tema da comunicação de Cerejeira que, devido a problemas de voz, foi lida por Mário de Figueiredo, como já foi referido<sup>1110</sup>; a falta de um diário católico fiel às orientações centristas. Joaquim Dinis da Fonseca tratou do assunto lamentando que o único diário católico existente, *A Época*, divergisse das orientações do CCP e, dada a situação, admitiu a fundação de um novo diário católico, projecto que se viria a concretizar no *Novidades*<sup>1111</sup>.

Coube ainda a Joaquim Dinis da Fonseca ler as conclusões do II Congresso Nacional do CCP sumariadas em 15 pontos. Tiveram voto nas deliberações os vogais da comissão central, das comissões permanentes do congresso e das comissões diocesanas; os delegados ou representantes das comissões concelhias ou paroquiais; os antigos e novos parlamentares católicos; os directores dos diários católicos do país e dos jornais do CCP. O primeiro ponto das conclusões era um louvor à orientação da comissão central. O segundo integrava a proposta de Oliveira Salazar, alterando a terceira alínea. Em vez da «colaboração ministerial» defendida por Salazar, foi aprovada por unanimidade a conclusão de que o CCP devia afirmar «A necessidade de a acção do Centro se fazer sentir na constituição e administração de organismos locais»<sup>1112</sup>. As conclusões sublinhavam também a necessidade do Centro não se limitar à representação parlamentar, formando obras sociais (4.<sup>a</sup>); propunham alterações organizativas, com a criação de um secretariado político permanente e outro para a propaganda de obras sociais (5.<sup>a</sup>); expressavam votos para que se estabelecesse uma «união íntima» entre a

---

<sup>1110</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 10.

<sup>1111</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 11. O *Novidades* começou a ser publicado em Dezembro de 1923. O relatório do nuncio de 26 de Março de 1925 contém um ponto sobre a fundação do jornal *Novidades* contextualizada na caracterização do ambiente político e religioso no Portugal da República do pós Grande Guerra. Cfr. ASV, Port. 1922-1925. Po. 311. Fasc. 13, f. 60.

<sup>1112</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 14.



imprensa católica e o CCP (7.<sup>a</sup>). A oitava conclusão estabelecia um compromisso, aprovado por unanimidade, entre a ideia do CCP ser apenas uma organização de defesa católica e a de ser um partido conservador, dotado de um programa político mais amplo: «o Congresso não reconhece, para já, a necessidade de um programma para a acção do Centro, sendo toda ela dirigida pelos princípios da Igreja; no entanto, confia á Comissão Central a elaboração de qualquer programma ou plataforma eleitoral que vise a concretizar a applicação dos princípios catholicos, devendo os parlamentares catholicos intervir na discussão de todos os problemas de interesse nacional»<sup>1113</sup>. A intervenção de Joaquim Dinis da Fonseca ficou plasmada na conclusão nove, que anunciava a promoção da federação das empresas jornalísticas ou tipográficas católicas. A comunicação de Cerejeira deu origem à conclusão dez, a qual punha à consideração do episcopado o projecto de criação de um Instituto Superior de Estudos Religiosos e fazia votos pela sua realização. A 12.<sup>a</sup> conclusão decidia que o CCP se empenharia em publicar e divulgar o trabalho apresentado por Salazar no Congresso. A 15.<sup>a</sup> e última conclusão declarava o Congresso como «interprete da consciência catholica» e a necessidade de satisfazer as reivindicações católicas, nomeadamente a devolução dos bens à Igreja. Solicitava ao presidente da câmara dos deputados que interviesse no sentido de tornar urgente a discussão do assunto<sup>1114</sup>.

Após a apresentação das conclusões, António Lino Neto congratulou-se pela realização do congresso e por o CCP ser «a primeira força político-social do paiz». Segundo o relato de *A União*, «O orador concluiu o seu discurso que foi, por vezes, de grande eloquência, com um rasgo oratório, em que pediu a todos se inspirassem no Divino Espírito Santo e que trabalhassem por erguer sempre bem alto, n'uma das mãos, a Cruz, n'outra a bandeira da Pátria»<sup>1115</sup>.

O semanário dirigido pelo presidente do CCP sublinhou o apoio institucional da Igreja Católica ao congresso e à direcção centrista, publicando o telegrama do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Gasparri, comunicando que o Papa enviava uma bênção apostólica aos congressistas; os votos do cardeal patriarca de que o Congresso desse bons frutos; dando notícia da recepção de telegramas de saudação do bispo do Porto, Viseu, Algarve e Meliapor; uma carta de saudação enviada pelo bispo da Guarda; a presença no congresso do arcebispo de Évora e bispos de Portalegre e Beja; uma

---

<sup>1113</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 14.

<sup>1114</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 15.

<sup>1115</sup> *A União*, 29 de Maio de 1922, p. 16.

extensa lista de pessoas que enviaram telegramas e cartas de saudação, como representantes de organizações católicas ou a título particular<sup>1116</sup>.

A *União* transcreveu relatos do Congresso na imprensa católica, nomeadamente do *Diário do Minho*, de Braga, a 5 de Maio, e de *O Almonda* de Torres Novas a 7 de Maio. Este último dava conta de que a clivagem política não era entre catolicismo e república, mas outra: «O dilemma está posto e não há maneira de o desfazer.//Ou *catholicismo* ou *bolchevismo*!»<sup>1117</sup>. Alguns artigos de opinião da imprensa republicana também eram transcritos. De *O Mundo*, foi reproduzido um artigo de opinião publicado a 1 de Maio em que se afirmava: «Pela nossa parte entendemos que os congressistas, pondo de parte as questões políticas e acatando o regímen, procedem da maneira mais leal para com a República, d'ela merecendo, por isso mesmo, o respeito pelos seus direitos.//Sendo sempre esta a atitude dos catholicos, estamos convencidos de que não há de ser nunca difícil solucionar quaesquer divergências que ainda hoje possam surgir entre a Igreja e o regímen». Em *A República*, de 3 de Maio, o director, Ribeiro de Carvalho, escreveu: «Felizmente, o recente Congresso Catholico, com o accordo e a sancção de todos os bispos portugueses, poz as coisas nos seus devidos termos. A Igreja nada tem com as questões de regímen. Acata e respeita os poderes legalmente constituídos. E a todos os catholicos diz que podem ser monarchicos ou ser republicanos, sem que isso affecte, em coisa alguma, as suas crenças religiosas»<sup>1118</sup>.

Para o público informado sobre a vida religiosa e política do país, o resultado mais marcante do II Congresso Nacional do CCP, foi a publicação de um opúsculo por Oliveira Salazar em que expunha as suas teses apresentadas no Congresso. O núncio Locatelli quando enviou o opúsculo para a Secretaria de Estado da Santa Sé, a 5 de Junho de 1922, sublinha que se tratava de um estudo que contribuía para estabilizar os princípios e orientação que o CCP devia seguir e afirma implicitamente que, contrariando o pedido do orador, a intervenção fora objecto de manifestações dos congressistas, que a tinham aprovado aplaudindo-a entusiasticamente. Esta oficialização de uma tese de Salazar desencadeou uma acesa controvérsia entre centristas e monárquicos católicos.

---

<sup>1116</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 16.

<sup>1117</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 17.

<sup>1118</sup> A *União*, 29 de Maio de 1922, p. 18.

A 25 de Junho de 1922, *A União* transcreveu o artigo que Cerejeira publicou no *Correio de Coimbra* sobre o trabalho do seu amigo. Cerejeira sublinha que Salazar se dirige a católicos e a sua tese parte de dois pressupostos: «1.º reconhecimento cristão da hierarquia dos fins do homem antepondo a todos, na sua ordem de preferência, os religiosos; 2.º a disposição de sacrificar aos interesses de Deus os interesses temporais da política propriamente *partidária*, na medida em que aqueles o exigirem»<sup>1119</sup>. Reitera a distinção afirmada por Salazar no prefácio entre a sua tese e as teses do CCP<sup>1120</sup>. No entanto, o próprio órgão oficial do CCP não tem tantos escrúpulos em indicar essa distinção. O editorial de *A União* de 23 de Julho de 1922, intitulado «A filosofia política do Centro Católico», transcreve as primeiras seis páginas do *Centro Catholico Portuguez (Princípios e Organização)*.

O livro de Salazar dividiu a imprensa católica, com *A União* a adoptar as suas teses e católicos monárquicos de relevo a atacá-las em jornais monárquicos e/ou católicos: Alfredo Pimenta em *O Dia*, Domingos Pinto Coelho e Nemo em *A Época*, Paiva Couceiro e Camossa Saldanha no *Correio da Manhã*. Salazar respondeu a estas críticas com uma série de oito artigos publicados em *A Época*<sup>1121</sup>. A polémica tornou patente a divisão política do ambiente católico, evidenciando limites do programa de união dos católicos.

Quando ainda se fazia sentir o impacto do II Congresso nacional do CCP, a 16 de Julho de 1922, a Juventude Católica de Lisboa, festejou o seu 13.º aniversário e António Lino Neto foi um dos convidados nas cerimónias. Discursou na sessão solene na qualidade de sócio honorário da JCL, presidente do CCP e parlamentar, apelando à mobilização da juventude, a exemplo de vários episódios históricos, para a «restauração cristã»<sup>1122</sup>. O seu discurso, no entanto, causou celeuma porque se referiu a um episódio passado na anterior assembleia da JCL, na qual foi proposto que a organização juvenil cedesse ao CCP uma sala em condições económicas vantajosas para ambas as organizações. A proposta foi recebida como uma afronta pelos sectores monárquicos da Juventude Católica de Lisboa que chegaram a insinuar que se tratava de «vender a JCL à maçonaria.»<sup>1123</sup> Acabou por ser votada favoravelmente, facto elogiado por António

---

<sup>1119</sup> *A União*, 25 de Junho de 1922, p. 2.

<sup>1120</sup> *A União*, 25 de Junho de 1922, p. 2.

<sup>1121</sup> A polémica está muito analisada na bibliografia sobre a questão religiosa na I República. Veja-se Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa...*, p. 207-210.

<sup>1122</sup> *A União*, 23 de Julho, p. 3. O discurso foi transcrito em *A União*, 27 de Agosto de 1922, p. 3.

<sup>1123</sup> *A União*, 20 de Agosto, p. 2.

Lino Neto, mas a menção do presidente do CCP ao diferendo renovou e intensificou a polémica. O relato de um membro da JCL e do CCP fala da constituição de dois campos, um adoptando uma atitude «turbulenta e incorrecta, própria de *cidadãos de...além-Minho*» e outro, no qual se encontrava o autor da narrativa, mostrando uma «serenidade augusta»<sup>1124</sup>. O incidente foi ampliado pelo jornal monárquico *Correio da Manhã* e manifestou-se em ataques ao presidente do CCP, estando na origem do abandono da JCL por alguns sócios. O caso mostrou que o esclarecimento da doutrina centrista no congresso nacional de 1922, adoptando a tese de Salazar, não implicou a sua aceitação por todos os católicos. Pelo contrário, assinalou uma nova fase do conflito entre a direcção do CCP, que saiu reforçada do congresso, e os católicos que continuavam a associar a causa católica à causa monárquica subiram de tom nas críticas à direcção do CCP além de, como veremos, buscarem uma tomada de posição da Santa Sé que lhes fosse favorável. Este processo de crispação político-religiosa mostrou os limites do consenso no meio católico e alimentou um afrontamento entre as elites católicas.

#### **6.4. O líder da «minoria católica» num processo de polarização política e o símbolo de um *ralliement* contestado pelos católicos monárquicos manuelistas (1922-1925)**

##### **6.4.1. A intensificação do conflito entre centristas e monárquicos manuelistas e a aproximação ao CCP dos integralistas lusitanos**

A 10 de Setembro de 1922, um artigo publicado na primeira página de *A União* sob o título «Liberdade de perdição» afirma que a campanha contra a direcção do CCP «revestiu uma feição inteiramente inédita [...] No campo da liça o sol está agora a prumo»<sup>1125</sup>. Os artigos que assinalavam a nova fase foram escritos pelo monárquico Domingos Pinto Coelho e publicados em *A Época* sob as iniciais A. da F. Nele estava explicitamente declarado que a religião e a pátria só podiam ser defendidas com a queda do regime republicano. A 17 de Setembro, *A União* vê-se forçada a desmentir a afirmação do monárquico Camosa no *Correio da Manhã* de que António Lino Neto em Março ou Abril do ano anterior tentara a «adesão em massa» do CCP à República e que só fora impedido por tomada de posição de uma autoridade católica<sup>1126</sup>. Era mais uma concretização de uma acusação reiteradamente formulada contra dirigentes centristas, a do

---

<sup>1124</sup> *A União*, 20 de Agosto, p. 2.

<sup>1125</sup> *A União*, 10 de Setembro de 1922, p. 1.

<sup>1126</sup> *A União*, 17 de Setembro de 1922, p. 2.

«adesivismo» à República, acusação que fazia parte de uma retórica de combate dos monárquicos empenhados no derrube a curto prazo da República.

Toda a primeira página de *A União* de 24 de Setembro é dedicada à publicação de 29 pontos, da responsabilidade da comissão central do CCP, respondendo ao libelo acusatório de Domingos Pinto Coelho que, em nome do jornal *A Época*, acusa a direcção centrista de dissidência. A orientação do CCP é fundamentada na doutrina dos Papas, de Leão XIII a Bento XV, e António Lino Neto é defendido das suspeitas de adesivismo que «visam apenas a desprestigia-lo, sendo de notar que como provas de *adesivismo* se aleguem as escusas do mesmo presidente, a enfeudar-se, quer nas eleições quer na acção parlamentar, aos agrupamentos monárquicos»<sup>1127</sup> (6.º). Considerando inexacto que um católico que aderisse ao Centro fosse obrigado «a renunciar às suas ideias e convicções monárquicas» (7.º) a comissão central reafirmava que «os católicos filiados no Centro ficam obrigados a abster-se de quaisquer manifestações ou acção sobre formas de governo» (8.º). A comissão central recusa a acusação de que mudara de postura, pois inicialmente defendera que «dentro do Centro podiam *caber todos os católicos que o quizessem mesmo mantendo filiações em qualquer partido político*» (16.º). A posição oficial era que «além dos elementos filiados e próprios do *Centro*, outros, embora partidários, podem auxiliar e favorecer a sua acção»<sup>1128</sup>.

A troca de argumentos e galhardetes entre monárquicos críticos da orientação centrista e seus defensores prosseguiu na imprensa, tendo Joaquim Dinis da Fonseca e Tomás de Gamboa desempenhado um papel de relevo na defesa das posições de *A União*<sup>1129</sup>. A polémica adquiriu um tom de conflito pessoal entre Nemo e António Lino Neto, quando o primeiro, a 1 de Outubro, publicou em *A Época* um artigo intitulado «Desafronta imprescindível e inadiável», referindo-se a alegadas acusações de rebeldia e indisciplina face à autoridade episcopal que António Lino Neto lhe fizera numa conferência proferida, a 24 de Agosto passado, no seminário de Braga, sob a presidência do arcebispo primaz e publicada no *Diário do Minho* a 26, 27 e 28 de Agosto e posteriormente transcrita no semanário do CCP<sup>1130</sup>. No discurso, António Lino Neto considerou particularmente perniciosas as acusações que lhe dirigia *A Época* de que servia a maçonaria, acusação que teria na origem imediatas declarações suas em que

---

<sup>1127</sup> *A União*, 24 de Setembro de 1922, p. 1.

<sup>1128</sup> *A União*, 24 de Setembro de 1922, p. 1.

<sup>1129</sup> *A União*, 1 de Outubro de 1922, p. 1-2.

<sup>1130</sup> *A União*, 15 de Outubro de 1922, p. 3.

negava a unidade da doutrina maçónica ao longo dos tempos, o que foi interpretado como um ataque ao livro *A Doutrina Maçónica* de Fernando de Sousa. Outra acusação grave era de que aderira à República, por no parlamento ter elogiado a liberdade religiosa existente no Brasil<sup>1131</sup>.

*A União* respondeu ao artigo de Nemo em editorial de 15 de Outubro. Torna-se claro que o esforço em disfarçar as divergências em mal-entendidos era vão e o confronto era agora claramente assumido: «O sr. Fernando de Sousa com o seu artigo, sentimos dizer-lo, confirmou o juízo que a seu respeito há muito temos: é que é um dos piores adversários do Centro, porque, dizendo-se dentro dele, não cessa de atacá-lo, e de associar-se com os que têm atacado, por todos os lados. Antes se tivesse declarado logo contra»<sup>1132</sup>.

Nesta polémica com os críticos monárquicos do CCP, Salazar emergiu como um determinante ideólogo centrista. Após as teses de Salazar terem em grande medida sido adoptadas pelo II congresso nacional do CCP e de se terem tornado uma referência na afirmação da orientação centrista, o professor de Coimbra respondeu aos seus críticos publicando em *A Época* uma série de artigos, transcrita em *A União*<sup>1133</sup>. Nesses artigos observa que «se a Igreja como sociedade perfeita desenvolvendo-se no tempo não pode deixar de usar meios humanos para garantir as suas condições de vida e realizar o seu fim próprio, e não pode por isso desinteressar-se nem abandonar aos católicos individualmente considerados o encargo da sua defesa, temos de reconhecer-lhe o direito de dirigir e orientar superiormente a nossa acção, no que respeita à *conquista* das liberdades religiosas»<sup>1134</sup>. Admite que ao intervir em terreno temporal, Roma se possa enganar e os resultados não corresponderem aos sacrifícios pedidos, mas a inteira liberdade política de todos os católicos não conduziria a melhores resultados. Admite ainda que numa sociedade um católico possui os direitos e deveres de qualquer outro cidadão, logo acrescentando: «em condições de excepcional gravidade pode não ser julgado bastante por parte dos católicos o cumprimento dos deveres que a moral impõe nem o livre uso dos direitos que a Constituição política possa garantir»<sup>1135</sup>. Na *União* de 22 de Outubro, Salazar expõe o ponto de vista de Nemo sobre o CCP, expurgando-o dos

---

<sup>1131</sup> *A União*, 15 de Outubro de 1922, p. 3.

<sup>1132</sup> *A União*, 15 de Outubro de 1922, p. 1.

<sup>1133</sup> Para uma análise sistemática desta série de artigos de Salazar ver Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 295-300.

<sup>1134</sup> *A União*, 15 de Outubro de 1922, p. 2.

<sup>1135</sup> *A União*, 15 de Outubro de 1922, p. 2.

ataques pessoais e dos processos de intenção. Nemo advogava a concepção que estivera na origem, como vimos, do Centro Católico Parlamentar – uma liga de parlamentares católicos filiados em diversos partidos políticos. Desse modo seria perfeitamente compatível a união dos católicos no terreno religioso, aconselhada pelo Papa, com «o combate no terreno legal ao regime republicano pelos católicos monárquicos»<sup>1136</sup>. A defesa de Salazar de uma representação parlamentar própria dos católicos enquanto tais no CCP passa por uma crítica ao modo como funcionava o parlamento, lesiva para determinados interesses. Nesta situação, a tendência «provoca o aparecimento de organizações autónomas destinadas á defeza dos interesses feridos. Estas organizações aspiram a uma representação directa e exclusiva no seio do Parlamento, por a reconhecerem mais eficaz que confiar aos representantes políticos dos partidos existentes a sua defeza»<sup>1137</sup>. Salazar não expôs portanto só argumentos de doutrina ou de autoridade para apoiar a direcção do CCP, mas também recorreu a uma argumentação pragmática.

Quanto à hipótese de uma restauração monárquica, embora admita que a situação jurídica da Igreja Católica pudesse melhorar, Salazar mostra cepticismo. Distingue entre os monárquicos liberais, de tradição regalista, e os monárquicos de tradição miguelista e integralista, mostrando reservas em relação à política religiosa de uma hipotética nova monarquia constitucional:

«Os profissionais da política monárquica mudaram já muito como homens; como políticos estão quasi todos onde estavam; receiam a Igreja livre, porque a desejam ao seu serviço eleitoral; ainda distinguem entre católicos e reaccionários; acham a religião boa para o povo, toleram as irmãs da caridade mas não podem ouvir falar dos jesuítas. A sua mentalidade no que toca à questão religiosa, tem de aferir-se pelos seus jornais: ela não se distingue em muitos da mentalidade jacobina. Os mais altos representantes da Igreja são acrimniosamente atacados; e exactamente como a República que suspendia por castigo as temporalidades e recusou as pensões aos que não aderissem, os jornais monárquicos tornam dependente o pagamento da congrua de o padre auxiliar a política monárquica.

Afora os integralistas e os antigos miguelistas, não há do lado monárquico insofismavelmente aceite um programa claro de política religiosa: apenas o vago desta fórmula – as relações com a Igreja serão reguladas por uma Concordata. Mas o que tentaria *impor* a Roma na sua concordata a monarquia constitucional restaurada?»<sup>1138</sup>

A ressalva feita às posições dos integralistas e antigos miguelista não contava a favor de uma restauração monárquica, dado a possibilidade desta ser realizada pelo ramo miguelista se encontrar naquele momento afastada. Possuía no entanto uma

---

<sup>1136</sup> *A União*, 22 de Outubro de 1922, p. 1.

<sup>1137</sup> *A União*, 2 de Dezembro de 1922, p. 2.

<sup>1138</sup> *A União*, 31 de Dezembro de 1922, p. 3.

implicação prática – o reforço dos laços entre os centristas, os integralistas que não reconheciam as pretensões ao trono de D. Manuel II e os legitimistas.

Em contraste com as crescentes tensões entre centristas e monárquicos manuelistas, verifica-se uma valorização das causas comuns a centristas e sectores provenientes do integralismo lusitano. Mesmo Pequito Rebelo, como vimos, uma personalidade muito crítica de António Lino Neto, advoga a colaboração entre centristas e integralistas, numa entrevista ao *Diário de Lisboa* transcrita em *A União*:

«Todos os integralistas que são católicos não deixarão de auxiliar na medida das suas forças a acção política ditada pelos bispos, que apesar de quaisquer aparências não deixará de visar o bem comum, que é o princípio fundamental do nosso programa. Colectivamente, o Integralismo, no momento presente, é mais uma organização doutrinária e intelectual do que uma agremiação política»<sup>1139</sup>.

A polémica jornalística entre monárquicos manuelistas e centristas foi praticamente assumida como a expressão de um conflito institucional quando Aires de Ornelas, em artigo publicado no jornal monárquico *Correio da Manhã*, defendeu este título dos reparos que Nemo em *A Época* lhe fez «com o coração nas mãos» devido às críticas contundentes aos prelados e a António Lino Neto. Coube a Salazar defender uns e outro em artigo publicado a 15 de Novembro de 1923 no *Correio de Coimbra* e transcrito em *A União* em Janeiro de 1924. Salazar observa que Aires de Ornelas, como lugar-tenente de D. Manuel II, com o seu artigo subscreveu a posição de crítica monárquica à política religiosa do CCP. Conclui o seu artigo declarando: «É um erro supor que pretendemos contrariar a vinda da monarquia, trabalhando no Centro. Pretendemos apenas a conquista das nossas liberdades religiosas dentro da República, e evitar que, se a monarquia vier, nos desconheça ou nos persiga docemente ou violentamente como a República tem feito»<sup>1140</sup>.

No combate jornalístico entre monárquicos manuelistas e centristas, *A União* mostra-se um instrumento pouco eficaz. É um semanário que se encontra sob constante fogo de um diário católico de orientação monárquica manuelista – *A Época*. Daí a necessidade de transformar o *Novidades* num diário católico fiel ao episcopado. As vantagens são duas: a periodicidade e o facto de, seguindo a mesma orientação editorial de *A União*, não aparecer ao público como órgão oficial do Centro Católico Português, sendo por isso mais facilmente lido por sectores católicos que reagiam muito

---

<sup>1139</sup> *A União*, 11 de Março de 1923, p. 3.

<sup>1140</sup> *A União*, Janeiro de 1924, p. 5.



negativamente à acção centrista. Numa carta confidencial, de 28 de Fevereiro de 1923, assinada por D. Manuel da Conceição Santos e D. José do Patrocínio Dias, expondo o problema aos outros bispos, o *Novidades* é apresentado como parte integrante de um «programa de pacificação católica»<sup>1141</sup>. Neste contexto, *A União* é repensada de modo a desempenhar um papel complementar do *Novidades* e adoptar uma linha editorial mais liberta das polémicas jornalísticas, tomando como modelo a revista francesa *La Documentation Catholique*. A partir de Janeiro de 1924, *A União* torna-se mensal, assume como propósito publicar documentação oficial da Igreja Católica e evita descer ao terreno da polémica com outros católicos.

A 28 de Novembro de 1923, em reunião em Lisboa, as bases regulamentares do Centro Católico Português foram alteradas no § único do art. 6.º e no art. 7.º: a comissão central deixou de ser eleita ou destituída pelo Congresso, sendo «eleita directamente» e foi dispensada de convocar o Congresso a cada triénio<sup>1142</sup>. Era outro meio de procurar evitar ou de reduzir a expressão da conflitualidade interna no CCP e mais uma manifestação da dificuldade em lidar com as dinâmicas políticas inerentes a uma organização partidária.

#### 6.4.2. A hierarquia católica face às tensões entre católicos: mediações e esclarecimento de posições

Uma carta de José Maria Braga da Cruz, datada de 10 de Setembro de 1922, dá conta das interacções entre leigos católicos e bispos, admitindo uma proximidade às teses de Nemo do cardeal patriarca, D. António Mendes Belo, do arcebispo de Mitilene, D. João de Lima Vidal, e do arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos. José Maria Braga da Cruz mostra ainda a sua percepção das diversas sensibilidades de António Lino Neto, Nemo e Salazar acerca da atitude que os católicos deviam adoptar face à política:

«Os Prelados vão reunir, p.<sup>a</sup> os fins deste mês, p.<sup>a</sup> apreciar a marcha do Centro. É imprescindível que o meu bom am.<sup>o</sup> faça uma exposição e a mande imprimir, e distribuir já pelos Prelados p.<sup>a</sup> q todos fiquem bem orientados àcerca do que o Centro fez e tenciona fazer. Tenho para mim como mais q. certo que os Prelados hão de ser levados a ouvir as críticas que ao Centro teem sido feitas, e é mister que em tudo o que for exagero se apare o golpe, que é indevido, e se responda convenientemente. Devo informá-lo de q. a campanha de crítica à tese do Salazar foi consentida pelo sr. Patriarca, e pelos srs. Arcebispos de Évora e Mitilene, a quem Nemo a participou, e que a opinião do Salazar é que se consulte a Santa Sé.

<sup>1141</sup> ASV, AES, Port. 1922-1962, Pos. 312-314, Fasc. 18, fl. 34.

<sup>1142</sup> *A União*, Janeiro de 1924, p. 2.

Em meu parecer esta consulta não dará nada. O Cerejeira disse-me em tempo q o Salazar responderia a Nemo. Convirá agora fazê-lo?

Vejo três soluções: a de Nemo, de liberdade plena de combatividade política, a de Salazar do letargo da combatividade política, e a sua que julgo interpretar dando liberdade a todos menos àqueles q. tenham cargos de Direcção ou destaque [ no CCP]»<sup>1143</sup>.

O episcopado português respondeu à controvérsia em torno da orientação do CCP, publicando uma carta pastoral colectiva dirigida ao clero e aos fiéis, datada de 29 de Setembro de 1922 e publicada por *A União*, como suplemento do número de 26 de Novembro desse ano. Nessa carta pastoral os prelados lembraram que «Esta Igreja é um exército formado em linha de batalha; tem chefes, e a estes compete dirigir os combatentes na luta e encaminhá-los á vitória. Eis a missão que a Providencia Nos confiou; e dela vamos desempenhar-Nos, esperando que a Nossa voz será ouvida, que os nossos conselhos serão secundados, que de vez se calarão as discórdias, e todos os soldados da grande causa de Deus ardorosamente se empenharão em cumprir o dever que lhes é apontado»<sup>1144</sup>. O texto presta homenagem ao núncio Locatelli, muito atacado pelos monárquicos manuelistas, em especial por Nemo, por favorecer o *ralliement* da Igreja Católica à República. Partindo da ideia de Leão XIII de que «O Papa tem a obrigação de dirigir a política quando ligada à Religião»<sup>1145</sup>, os bispos portugueses reafirmam a hierarquia católica: «Deplorável indisciplina seria, pois, arvorarem-se os súbditos em mentores do seu superior, e julgarem-se no direito de lhe circunscreverem os limites dentro dos quais os pode reger. A única regra é esta: - o Santo Padre manda e nós obedecemos: o Santo Padre aconselha, e nós seguimos o seu conselho»<sup>1146</sup>. Lembraram a doutrina expressa por Bento XV na carta aos bispos de Portugal de 18 de Dezembro de 1919, na qual declarou que os católicos portugueses deviam «obedecer sem pensamento reservado ao poder civil, como ele agora está constituído» e identificaram essa doutrina com as tomadas de posição dos bispos portugueses durante o regime republicano e as bases de reorganização do CCP em Novembro de 1919. O CCP correspondia às instruções da Santa Sé e para ele os bispos tinham convocado e continuavam a convocar todos os católicos. A confiança na direcção do CCP é reiterada e os seus parlamentares são elogiados<sup>1147</sup>.

---

<sup>1143</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/393, fl. 1.

<sup>1144</sup> *A União*, 26 de Novembro de 1922, p. 1.

<sup>1145</sup> *A União*, 26 de Novembro de 1922, p. 2.

<sup>1146</sup> *A União*, 26 de Novembro de 1922, p. 2.

<sup>1147</sup> *A União*, 26 de Novembro, p. 3.

A atitude de apoio da hierarquia católica à direcção do CCP não se limitou a declarações – o padre Valério Aleixo Cordeiro, por instruções da Santa Sé, foi proibido de continuar a escrever na rubrica «Apologética para todos» em *A Época*, pois os seus artigos eram muito críticos da orientação centrista e continuavam a ligar a causa monárquica à causa católica. A publicitação do caso agravou as tensões entre centristas e católicos monárquicos manuelistas: *A Época* noticiou a saída do seu colaborador omitindo que ela fora imposta pelo patriarca de Lisboa, de acordo com instruções da Santa Sé<sup>1148</sup>, e «lamentando que paixões mesquinhas deturpassem e abocanhassem, não raro os seus escritos, tão ortodoxos e que longe de merecerem qualquer censura do nosso venerando Prelado, foram sempre objecto do seu apreço». *A União* publicou um editorial, a 11 de Fevereiro de 1923<sup>1149</sup>, esclarecendo as verdadeiras razões para o padre Cordeiro, que assinava os seus textos com o pseudónimo Agnus, ter deixado de colaborar com *A Época* e sublinhando que os comentários de *A Época* atribuíam ao cardeal-patriarca, D. António Mendes Belo, apreço por escritos que a Santa Sé considerara inconvenientes. O caso era sintomático da incomodidade dos sectores monárquicos manuelistas face às directrizes da Santa Sé e da difícil situação de D. António Mendes Belo dividido entre sentimentos de lealdade pessoal a D. Manuel II, e de simpatia pelos seus apoiantes, e o dever de obediência a Roma.

A sintonia entre a acção do CCP e a orientação da Santa Sé sob o novo Papa foram reiteradas no início de 1923: a 12 de Fevereiro, a direcção do jornal *A União* e do CCP enviou um telegrama à Santa Sé no qual prestava ao novo Papa, Pio XI, «humilde homenagem filial devoção. Renovando promessa obediência incondicional Santa Sé e Episcopado» e pedindo uma bênção apostólica. O cardeal Gasparri comunicou por telegrama que a bênção apostólica fora concedida por Pio XI por despacho da Secretaria de Estado de S.S. datado de 24 de Fevereiro de 1923, n.º 14.134. O núncio em Lisboa, cardeal Locatelli, deu conhecimento a António Lino Neto deste facto por documento datado de 1 de Março, acrescentando-lhe as suas felicitações. Esta correspondência foi publicada em editorial de *A União* a 4 de Março de 1923<sup>1150</sup>, por ocasião do primeiro aniversário da coroação de Pio XI com a óbvia intenção de reafirmar o apoio da hierarquia católica à orientação do CCP e reforçar a sua legitimidade perante a contestação dos católicos monárquicos manuelistas.

---

<sup>1148</sup> Mais concretamente, da Secretaria de Estado, após uma troca de correspondência sobre o caso entre o núncio de Lisboa e o cardeal Gasparri – ASV, AES; Port. 1922-1925, Po. 311. Fasc. 12, fl. 10.

<sup>1149</sup> *A União*, 11 de Fevereiro de 1923, p. 1.

<sup>1150</sup> *A União*, 4 de Março de 1923, p. 1.

Em conferência proferida no Funchal a 30 de Abril de 1924, António Lino Neto reafirmou a orientação do CCP e a sua coerência com as directrizes da hierarquia católica, deu conta das objecções dos monárquicos católicos à sua direcção e sublinhou os resultados alcançados pela acção centrista realizada sob a sua presidência: uma nova atitude do poder republicano face aos responsáveis eclesiais expressara-se nas manifestações parlamentares por ocasião do falecimento do Papa Bento XV e da eleição do seu sucessor, da celebração do segundo aniversário da coroação de Pio XI, do 80.º aniversário do cardeal patriarca. Algumas cerimónias do governo mostraram um «alto significado patriótico»: os funerais dos Soldados Desconhecidos, a imposição do barrete cardinalício ao núncio Locatelli pelo Presidente da República. No campo legislativo, a Igreja Católica obteve alterações concretas a seu favor: a legislação sobre missões religiosas; o «reconhecimento prático da hierarquia eclesiástica para a formação de associações do culto ao abrigo da lei Moura Pinto»<sup>1151</sup>; a organização do escutismo católico; a dotação no orçamento de Estado de verbas para o Padroado e para as missões religiosas. Além destas conquistas concretas, à acção do CCP devia-se também um outro interesse intelectual e uma outra atenção na imprensa diária acerca dos assuntos religiosos. Em suma, António Lino Neto defendeu o CCP como uma organização católica militante, caucionada pelo episcopado português e pela Santa Sé que estava a alcançar o seu objectivo de melhorar as condições concretas da Igreja Católica em Portugal.

#### 6.4.3. Os «sintomas novos» e velhos do PRP face à Igreja Católica e ao CCP

A 17 de Dezembro de 1922, o título do editorial de *A União* era «Sintomas novos», referindo-se à apresentação do quarto governo presidido por António Maria da Silva, na câmara dos deputados, a 11 de Dezembro. A declaração ministerial afirmava que se iria encarar «de frente» o problema do ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares de modo a afastar o «perigo da desnacionalização» que consistia no envio de crianças para estudar em Espanha e a desfazer «completamente o equívoco entre a República e as confissões religiosas ficando perfeitamente clara a atitude de boa neutralidade do Estado»<sup>1152</sup>. Ou seja, estava aberto o caminho à satisfação de uma reivindicação católica, a da legalização do ensino católico em colégios e estabelecimento particulares. Significativo foi o facto dos outros líderes

---

<sup>1151</sup> *A União*, Abril de 1924, p. 58; João Miguel Almeida, Rita Mendonça Leite (Coord.), *António Lino Neto...*, p. 324.

<sup>1152</sup> *A União*, 17 de Dezembro de 1922, p. 1

republicanos, José Domingues dos Santos e Álvaro de Castro não terem contestado este ponto. António Lino Neto sublinhou que as menções à questão religiosa «traduziam já uma tendência progressiva na política nacional», «sentindo» no entanto que o governo não se tivesse referido à restituição dos bens da Igreja Católica nem à recente Carta Pastoral Colectiva do Episcopado Português. António Maria da Silva, «respondendo num discurso de notável elevação política, dos mais hábeis que tem proferido», declarou que «O governo, embora constituído na maior parte por livres-pensadores, mediu todo o alto objectivo da Pastoral, reconhece o grande valor cívico e moral do Centro Católico Português, e, além disso, repete, que é oportuno satisfazer algumas das mais instantes reclamações dos católicos, porque isso não repugna à essência do regime republicano»<sup>1153</sup>. A intervenção do líder do PRP e presidente do governo foi clara ao privilegiar o CCP como interlocutor político no tratamento da questão religiosa: «É certo que qualquer deputado é livre de ocupar-se dos interesses católicos. Ninguém, porém, o pode fazer com mais independência e menos suspeita de exploração política naquela Câmara, do que o presidente do Centro Católico Português, que está ali só para a representação e defesa dos interesses católicos»<sup>1154</sup>. O líder da «minoria católica», na sua intervenção começara por reconhecer em António Maria da Silva o homem «incansável na defesa da ordem pública constantemente ameaçada»<sup>1155</sup>.

António Maria da Silva tomava uma posição de princípio face à Igreja Católica sintonizada com a do Grande Oriente Lusitano. A 23 de Dezembro de 1922, *A Pátria* publicara as apreciações do grão-mestre desta obediência maçónica acerca da pastoral dos bispos de Setembro de 1922. Magalhães Lima considerou que «A questão religiosa é posta ali [na pastoral dos bispos], pela primeira vez, nos precisos, nos devidos termos. Se há mais tempo a questão assim tivesse sido posta ter-se-hiam poupado muitas dificuldades e obstáculos nas relações entre o Estado e a Igreja»<sup>1156</sup>. Para o entrevistado chegara a hora de virar a página no contencioso das relações entre a República e a Igreja Católica: «Vivemos numa época de tolerância e de respeito comum. Foi a lição que nos trouxe a guerra»<sup>1157</sup>. A pastoral dava um contributo decisivo para a nova fase político-religiosa: «traça o caminho que, desde o princípio, os fiéis deveriam ter trilhado. Vem pôr termo às especulações monárquicas e, conseguindo-o, contribuirá para a

<sup>1153</sup> *A União*, 17 de Dezembro de 1922, p. 1

<sup>1154</sup> *A União*, 17 de Dezembro de 1922, p. 1

<sup>1155</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 6, em 11 de Dezembro de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.181.

<sup>1156</sup> *A Pátria*, 23 de Dezembro de 1922, p. 1.

<sup>1157</sup> *A Pátria*, 23 de Dezembro de 1922, p. 1.

tranquilidade deste paiz e para que desapareçam muitos dos obstáculos que existiam entre o Estado republicano e a Igreja»<sup>1158</sup>.

Outra personalidade entrevistada por *A Pátria* foi Moura Pinto, o deputado republicano que em 1918 alterara a Lei da Separação. Moura Pinto dividiu os seus elogios entre a carta pastoral dos bispos e o comportamento dos parlamentares católicos: «Entendo que a Pastoral foi um precioso instrumento de paz, de intenções nobres e patrióticas, a que a República tem desde já de corresponder, acreditando, primeiro que tudo, na sinceridade e fazendo, desde já, quanto for possível, especialmente no que respeita às reclamações pendentes no Parlamento, da autoria dos parlamentares católicos, visto que hoje nos não resta dúvida que é a estes que os Bispos portugueses confiam o direito de petição»<sup>1159</sup>.

Os «sintomas novos» não se limitaram a declarações de intenções. Em Junho de 1923 foi pela primeira vez no regime republicano inscrito no orçamento geral do Estado uma verba destinada a subsidiar institutos de formação missionária religiosa, facto para o qual contribuíram de modo decisivo os deputados católicos. António Lino Neto fez uma intervenção de fundo sobre o orçamento do Ministério das Colónias, defendendo o Padroado Português do Oriente como meio de influência nacional e criticando o facto do projecto apresentado à discussão só prever verbas para as missões laicas ignorando as missões religiosas<sup>1160</sup>.

Apesar destes «sintomas novos», os antigos sintomas de laicismo não desapareceram de vez e deram origem a novos episódios da «questão religiosa». A 20 de Abril de 1923 deu entrada no parlamento uma petição com mais de 700 assinaturas para que não se reconhecesse a liberdade de ensino religioso. O CCP colaborou activamente na organização de uma petição pedindo que fosse ministrado o ensino religioso nas escolas e a restituição de bens ao clero que, só na arquidiocese de Braga, conseguiu em pouco tempo mais de trinta mil assinaturas. Além das assinaturas, foram enviadas ao presidente do CCP telegramas de apoio, incluindo de autoridades administrativas de confiança do PRP. António Lino Neto foi porta-voz de dois destes telegramas na câmara dos deputados<sup>1161</sup>. O administrador de Vila Verde, um concelho no distrito de Braga, enviou aos regedores deste concelho uma circular perguntando-

---

<sup>1158</sup> *A Pátria*, 23 de Dezembro de 1922, p. 1.

<sup>1159</sup> *A Pátria*, 1 de Dezembro de 1922, p. 1.

<sup>1160</sup> *A União*, 17 de Junho de 1923, p. 1.

<sup>1161</sup> *A União*, 3 de Junho de 1923, p. 1.

lhes se tinham assinado a petição organizada pelos católicos. O facto foi objecto de uma intervenção do presidente do CCP na câmara dos deputados considerando que continha uma ameaça velada de perseguição religiosa<sup>1162</sup>.

A 4 de Abril de 1924, em relatório enviado para a Secretaria do Estado do Vaticano, o núncio Nicotra dava conta do impasse em que tinha caído o «projecto Lino Neto»: quer António Maria da Silva quer o presidente da República eram favoráveis à sua aprovação. Mas, segundo lhe confidenciara o ministro dos Negócios Estrangeiros, o ministro da Justiça opunha-se «energicamente» à sua aprovação. Esta oposição era explicada, segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros e o núncio, pelo facto do ministro da Justiça, José Domingues dos Santos, ambicionar ser presidente do ministério no próximo governo. E esperava que a solução para a crise ministerial que se aproximava fosse o Presidente da República chamar os «radicais» para o governo. Deste modo, ao opôr-se ao «projecto Lino Neto», posicionava-se para liderar os «radicais»<sup>1163</sup>.

#### 6.4.4. O núncio Locatelli entre o reconhecimento republicano e o fogo dos monárquicos manuelistas

A imposição do barrete cardinalício a Achille Locatelli pelo Presidente da República, António José de Almeida, a 3 de Janeiro de 1923, no Palácio da Ajuda, foi um momento simbólico do reconhecimento mútuo entre a República portuguesa e a Igreja Católica. A *União* relatou o acto solene como «um passo de vulto no estreitamento das relações da República com a Igreja e por isso só, deve constituir motivo de alta consolação para todos os portugueses»<sup>1164</sup>. Locatelli saiu do palácio da nunciatura por volta das dez e meia, escoltado por esquadrões da guarda republicana. Quando o núncio entrou para a sua carruagem, da presidência da República, a guarda apresentou armas.

Para os monárquicos manuelistas, o núncio Locatelli era o mentor de uma estratégia de adesão dos católicos à República. A sua argumentação contra o papel da nunciatura mostrava semelhanças com o laicismo republicano, ao acentuar a condição de estrangeiro de Locatelli para negar a sua legitimidade de interferir em assuntos nacionais. O jornal monárquico manuelista *Correio da Manhã*, a 19 de Outubro de 1921, atacou o núncio Locatelli com todo um vocabulário herdeiro dos conflitos entre a monarquia constitucional regalista e o ultramontanismo: «A mais estúpida falta de

<sup>1162</sup> A *União*, 3 de Junho de 1923, p. 1.

<sup>1163</sup> ASV, AES, Port. 1923-1933, Po. 318. Fasc. 21, fl. 15-16.

<sup>1164</sup> A *União*, 3 de Janeiro de 1923, p. 2.

tacto, a mais renitente ignorância das condições políticas e religiosas do país, a mais ousada desenvoltura em tratar questões de que se não entende, em que não há o direito de intervir, tudo isso se associa para maquinar uma intriga, na qual o sr. Lino Neto é um simples títere, e que na realidade não poderia ser nem concebida nem executada por um português»<sup>1165</sup>. Joaquim Dinis da Fonseca, após a imposição do barrete cardinalício a Locatelli e numa conjuntura de novas tensões entre monárquicos manuelistas e a nunciatura de Lisboa transcreve as frases mais contundentes do artigo de 19 de Outubro, considerando-as prova de indisciplina, e de conter «uma ameaça velada de scisma»<sup>1166</sup>. A resposta do *Correio da Manhã* a 27 de Fevereiro considera que só tinham feito reparos «contra a mais que censurável intervenção do Núncio Apostólico que era já então Mogr. Locatelli na vida interna do nosso país», e declara, em relação aos «reparos»: «não temos que alterá-los e repetil-os-hemos sempre que se ofereça a oportunidade»<sup>1167</sup>. As instruções da Santa Sé, sustenta o *Correio da Manhã*, deviam ser transmitidas aos católicos portugueses pelos bispos e não pelo núncio, o qual se devia cingir à representação diplomática da Santa Sé junto do Estado português. A distinção possuía sentido na monarquia constitucional em que os documentos episcopais se encontravam sujeitos ao beneplácito régio, mas deixara de fazer sentido no contexto de prática de separação entre o Estado e a Igreja Católica.

O relatório final de Achille Locatelli sobre a sua acção como núncio em Lisboa, datado de 15 de Novembro de 1922, permite-nos contextualizar a sua intervenção e conflito com os monárquicos católicos. Locatelli lamenta o assassinato de Sidónio Pais, que vê como um político moderado e disposto a fazer cedências à Igreja Católica, assim como lamenta o envolvimento de católicos na Monarquia do Norte que lançou entre os republicanos uma suspeita acerca do Centro Católico Português e que possibilitou o regresso em força dos «democráticos» os quais se encontravam dispersos e neutralizados na «República Nova». O interlocutor preferencial do núncio teria sido Sidónio Pais e não o PRP. No contexto político da República do pós Grande Guerra, explica, cultivou uma atitude prudente, leal e correcta com o governo, procurando obter todas as melhorias possíveis para a Igreja Católica ao mesmo tempo que tentava não ferir a susceptibilidade monárquica. Ficou aquém do pretendido, nomeadamente continuava a ser proibido o ensino religioso nas escolas e colégios privados. O núncio

---

<sup>1165</sup> *Correio da Manhã*, 19 de Outubro de 1921, p. 1. Transcrito em *A União*, 25 de Fevereiro de 1923, p. 1.

<sup>1166</sup> *A União*, 25 de Fevereiro de 1923, p. 1.

<sup>1167</sup> *Correio da Manhã*, 27 de Fevereiro de 1923, p. 1. Citado em *A União*, 4 de Março de 1923, p. 1.



de Lisboa declarava, sem identificar a fonte, que lhe tinham assegurado que o «projecto Lino Neto» seria aprovado no parlamento, eventualmente com alterações no texto, mas garantindo a restituição dos bens à Igreja Católica e o reconhecimento da sua personalidade jurídica. A Igreja Católica poderia então dispor dos seus bens de acordo com as regras do direito canónico<sup>1168</sup>.

Quando Achille Locatelli se encontrava prestes a cessar as suas funções na nunciatura de Lisboa, numa sessão de homenagem que lhe foi dedicada a 19 de Abril de 1923, o patriarca leu-lhe uma mensagem assinada por si e por mais onze bispos, que pode ser considerada um desagravo face a ataques oriundos das hostes monárquicas manuelistas. A mensagem reconhece o papel de Locatelli no desanuviamiento das relações entre República e Igreja Católica em Portugal: «ao cabo de quatro anos a atmosfera política pode dizer-se radicalmente mudada, e as perseguições esboçadas puderam facilmente debelar-se. [...] começa a compreender-se em Portugal que os católicos tem direito de cidade e que a Religião não pode ser oprimida»<sup>1169</sup>. As comissões dirigentes do CCP entregaram, por sua vez, uma mensagem ao núncio de partida em que manifestaram a sua dívida para com Achille Locatelli. O documento, do qual António Lino Neto era o primeiro subscritor, foi publicado na primeira página de *A União*<sup>1170</sup>.

#### 6.4.5. A «separação de campos» entre António Lino Neto e Nemo ou o conflito entre duas estratégias político-religiosas de católicos

Em carta datada de 20 de Fevereiro de 1925, Fernando de Sousa (Nemo)<sup>1171</sup> comunica a António Lino Neto que se demite do Centro Católico Português. Na citada carta relembra a sua colaboração e divergências com a direcção do CCP. Invoca como razão próxima para a sua demissão a declaração colectiva dos prelados em Fevereiro de 1925, «quando se esperava a resposta da Santa Sé (que ainda não tinha vindo) à consulta que lhe fora dirigida sobre a divergência de orientação da *Época* e das *Novidades*». Esta contextualização insinua que a Santa Sé poderia dar razão à *Época* e a ele próprio o que, como veremos, não tem fundamento. Na declaração dos bispos é

<sup>1168</sup> ASV, AES, Port. 1923-1940, Po. 223, 227, 236, 262, 272, Fasc. 1, fl. 38v.

<sup>1169</sup> *A União*, 29 de Abril de 1923, p. 1.

<sup>1170</sup> *A União*, 13 de Maio de 1923, p. 1.

<sup>1171</sup> Não há um estudo aprofundado sobre este prolífero publicista católico. O autor desta tese publicou um texto sobre diversos aspectos da sua intervenção pública que pretende contribuir para a compreensão da vida e obra desta personalidade e onde analisa questões que não cabem na economia narrativa deste trabalho: João Miguel Almeida, «As causas de um adversário católico da República: Fernando de Sousa (Nemo) in Maria Fernanda Rollo, *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 321-330.

exposta a doutrina de que «os membros do Centro devem fazer o sacrifício da sua actividade política, sem que seja excluída a colaboração dos católicos que por não quererem fazer um sacrifício da sua actividade política se recusem a entrar no Centro». Como aceitara o cargo de vogal do Conselho Superior da Causa Monárquica e a inscrição no Centro é facultativa, Nemo retira a ilação de que deve demitir-se do CCP para se manter fiel às suas convicções monárquicas e religiosas. Antes de terminar a carta, invoca também razões de «dignidade pessoal» que teria sido atingida por uma campanha de difamação da imprensa do Centro acerca dele.

António Lino Neto recebera há pouco tempo a Grã-Cruz da Ordem de São Gregório Magno, atribuída pela Santa Sé, outro sinal indicador da sua coerência com as directrizes pontifícias. Respondeu a Nemo em carta datada de 22 de Fevereiro desse ano. Nega a existência de uma campanha do CCP contra Nemo e põe em causa o rigor do sucinto relato de factos do historial de divergências com a sua direcção «que, certamente por lapso e também por não ter à vista documentos que os identificam, não traduzem exactamente o que se passou»<sup>1172</sup>. Num tom emocional, o presidente do CCP expressa a sua decepção com o conflito entre ambos: «Admirei tanta vez o seu desinteresse, a sua incondicional submissão às direcções da Igreja, que me sorria a esperança de me ver de novo a seu lado em defesa dos ideais que ambos pregamos»<sup>1173</sup>.

A 24 de Fevereiro, Nemo assina uma resposta numa carta em que sublinha o seu empenho nos mesmos valores defendidos por António Lino Neto: «Na minha existência só uma coisa tem havido grande e grande me conserva: o propósito de servir a Igreja e a Pátria à custa de todos os sacrifícios, e não é dos menores o que tenho feito há tempos a esta parte de não me defender de injustas agonias a fim de não contribuir para a desunião dos católicos, nem para o desprestígio do Episcopado»<sup>1174</sup>. Esclarece que toma a decisão de se demitir «seguindo os ditames da consciência esclarecida pela confissão e pelos conselhos do nosso Venerando Prelado, tão torturado por minha causa e a cuja autoridade obedeço, como devo»<sup>1175</sup>. Os valores e os conselhos do cardeal-patriarca invocados não impediam Nemo de sair do CCP para lutar pela restauração monárquica. Implicitamente Nemo afirma que são esses valores e a sua consciência esclarecida por D. António Mendes Belo que legitimam a sua opção.

---

<sup>1172</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/431. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 384.

<sup>1173</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/431. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 386.

<sup>1174</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/431. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 386.

<sup>1175</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/431. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 386.

Após sair do CCP em Fevereiro de 1925, Nemo foi eleito senador pelas listas monárquicas nas eleições desse ano. Foi o desfecho de um conflito entre Nemo, em nome dos católicos monárquicos manuelistas, e a orientação adoptada pelo Centro Católico Português na República do pós Grande Guerra, conflito que assumiu dimensões pessoais nas críticas trocadas entre, por um lado Nemo e, por outro, António Lino Neto e o núncio Achille Locatelli. Os reflexos jornalísticos deste conflito são conhecidos e encontram-se estudados. Recentemente, a abertura dos Arquivos Secretos do Vaticano permitiu compreender melhor a sua vertente diplomática: entre 1922 e 1925 Nemo tentou um esclarecimento pela Santa Sé das directrizes sobre a atitude dos católicos face ao regime num sentido que fosse favorável aos católicos monárquicos empenhados na causa da restauração monárquica num horizonte próximo. Não atingiu o seu objectivo mas não foi por falta de perseverança. Em Abril de 1922 deslocou-se a Roma para participar num congresso de engenheiros e aproveitou a ocasião para pedir uma audiência ao Papa. Encontrou-se com o secretário-geral do Vaticano, cardeal Gasparri que, já avisado da iniciativa pelo núncio Locatelli<sup>1176</sup>, o aconselhou a esclarecer as suas dúvidas junto dos bispos portugueses. Nessa deslocação, Nemo fez chegar ao Papa um *memorandum*, datado de 24 de Abril, sobre as relações entre a questão religiosa e a questão do regime. Nesse ano envia para a Santa Sé mais dois memorandos, a 26 de Junho e 16 de Setembro. Nos memorandos, Nemo demarca-se quer do laicismo republicano quer do regalismo monárquico e cita a carta de Aires de Ornelas de Junho de 1921 em que se afirma que a política religiosa de D. Manuel II não pretende regressar ao regalismo da monarquia constitucional, mas negociar um acordo leal entre o Estado português e a Santa Sé. Critica fortemente o núncio Locatelli acusando-o de querer «republicanizar os católicos» e, com menos verina, Salazar por pretender impor a abstenção política aos católicos num momento em que a causa monárquica se fortalece. Força que lhe viria, como vimos e Nemo não explicita, do reconhecimento dos direitos ao trono de D. Manuel II por D. Miguel (II) e portanto da reconciliação de famílias monárquicas desentendidas expressa no pacto dinástico assinado por Aires de Ornelas e Conde d'Almada e Avranches a 17 de Abril de 1922 em Paris.

Perante o silêncio de Roma, Nemo insistiu com os bispos portugueses levando D. António Mendes Belo, com quem tinha uma relação próxima, a consultar os outros

---

<sup>1176</sup> ASV, AES, Port. 1923-1940, po. 311, fasc. 9, fls. 4rv-5rv.

bispos sobre as suas teses. A reacção dos consultados foi negativa, dado que já tinham declarado a doutrina e interpretam a insistência como uma desautorização pessoal. O bispo de Bragança escreveu ao núncio, numa carta remetida para Roma, lamentando que D. António Mendes Belo continuasse a favorecer Fernando de Sousa contra a opinião de todos os outros bispos e que pedisse aos prelados que se pronunciassem sobre as polémicas entre a *Época* e o *Novidades*, como se a sua posição pudesse ser equidistante e o *Novidades* não seguisse a linha definida pela hierarquia católica<sup>1177</sup>. Para colocar fim ao diferendo, o patriarca de Lisboa enviou para a Santa Sé um relatório sobre os monárquicos, o qual foi entregue pessoalmente pelo geral dos jesuítas ao Papa<sup>1178</sup>.

A cúria romana mostrou diferenças de sensibilidade na análise da questão. O jesuíta Enrico Rosa escreveu um primeiro parecer em que procurou uma saída conciliadora para o conflito entre os católicos monárquicos manuelistas, de que Nemo era um porta-voz, e as posições centristas. As suas conclusões foram sintetizadas em três pontos: 1) Os católicos são livres de proferir opiniões políticas; 2) Os católicos são livres de aderir ao CCP; 3) Os católicos inscritos no CCP devem abster-se de publicitar as suas “opiniões políticas”», isto é de manifestar uma preferência pelo regime monárquico<sup>1179</sup>. Porém, cabe a Locatelli, que abandonara a nunciatura de Lisboa para se tornar um cardeal da cúria romana, escrever um parecer sobre o parecer do padre Rosa. Locatelli, sublinhando que Rosa segue os argumentos de Fernando de Sousa, nega a sua validade.<sup>1180</sup> Em Maio de 1925, já depois de se ter desfilado do CCP, Nemo ainda foi a Roma pedir uma audiência ao Papa, buscando uma legitimação para as suas posições político-religiosas que nunca obteve.

A «separação de campos» entre António Lino Neto e Nemo não se reduziu, portanto, a uma questão pessoal, embora adquirisse essa dimensão. Foi uma separação entre duas estratégias de defesa da Igreja – a da sua autonomização em relação à questão do regime e a da sua associação à causa monárquica. Duas estratégias que dividiram ou provocaram tensões nas elites leigas católicas, no episcopado, na nunciatura de Lisboa, no clero regular e na cúria romana. António Lino Neto foi o principal executor da estratégia que seguia as orientações da Santa Sé e, com empenho ou relutância, dos bispos portugueses. A estratégia alternativa de Nemo era apoiada por

---

<sup>1177</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 437, Po. 1.<sup>a</sup>, fls. 51-52.

<sup>1178</sup> ASV, AES, Port. 1922-1925, po. 311, fasc. 14, fl. 23r.

<sup>1179</sup> ASV, AES, Port. 1922-1925, po. 311, fasc. 13, fl. 29r-34r.

<sup>1180</sup> ASV, AES, Port. 1922-1925, po. 311, fasc. 17, fls. 41-42r.

uma significativa parte da elite católica leiga, incluindo D. Manuel II, e encontrou aliados no cardeal patriarca, D. António Mendes Belo, no geral dos jesuítas, no núncio Nicotra, o sucessor de Locatelli, e em alguns sectores da cúria romana. Esta clivagem estratégica dividiu os católicos adeptos do *ralliement* e os católicos para quem a restauração monárquica era prioritária e uma condição prévia para a defesa da Igreja Católica.

#### 6.4.6. A intervenção parlamentar de António Lino Neto em defesa da Igreja Católica e da moral

Pouco tempo após regressar à câmara dos deputados, a 23 de Fevereiro de 1922, António Lino Neto associou-se ao voto de pesar pelo falecimento de Bento XV formulado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa de Magalhães, voto que reflectiu a nova atitude do poder republicano face à Igreja Católica, já referida. Na curta intervenção, António Lino Neto sintetiza a sua visão do catolicismo que conjuga a fidelidade ao Papa com um patriotismo de matriz católica: «A Igreja não é uma potência estrangeira para Portugal; é também um desenvolvimento da nossa Pátria e um dos mais brilhantes meios de afirmação do grande génio latino que, felizmente, comparticipamos»<sup>1181</sup>.

Para o presidente do CCP, o catolicismo é patriótico e o Estado laico republicano não é necessariamente anti-católico. Exprime em termos claros este ponto de vista a 1 de Março de 1923:

«Em Portugal, como lá fora, há duas espécies de “laicismo”, uma que deseja que o Estado seja um simples patrão das consciências e a outra que procura apenas que cada um manifeste livremente a sua religião e que o Estado não tenha uma religião oficial.

Quanto ao primeiro “laicismo”, a minoria católica combate-o intransigentemente, e quanto à segunda espécie de “laicismo” a minoria religiosa não tem dúvida em harmonizar-se com ele, mas em determinadas condições»<sup>1182</sup>.

A declaração define a atitude de António Lino Neto na câmara dos deputados: combate ao «laicismo», negociação das condições da Igreja Católica na República com os defensores do que hoje se chamaria «laicidade». Os adversários e interlocutores têm nome e rostos concretos: Borges Grainha, o intendente das leis anticongreganistas e da Separação encarna o papel de «laicista»; Moura Pinto e Cunha Leal são figuras

<sup>1181</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 99.

<sup>1182</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 139, em 1 de Agosto de 1923. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 239.

republicanas laicas com as quais o deputado católico considera possível discutir a «questão religiosa»<sup>1183</sup>.

A 9 de Março, o líder parlamentar da «minoría católica» reagindo à iniciativa da comissão da Lei da Separação de mandar confiscar todas as igrejas ou capelas que não tivessem exercido culto religioso nos últimos três anos ou cuja administração não fosse organizada por corporações, nos termos do artigo 5.º, §1.º do decreto de 12 de Junho de 1912, apresentou um projecto de lei da autoria do seu grupo parlamentar. O propósito da aprovação deste projecto de lei seria, como vimos, permitir a devolução aos prelados e párocos dos «bens religiosos não utilizáveis pelo Estado»<sup>1184</sup>.

O projecto de lei do grupo parlamentar centrista foi objecto das críticas de Almeida Ribeiro<sup>1185</sup>, um deputado do PRP e presidente da comissão executiva da Lei da Separação. A 10 de Março, em resposta a essas críticas, António Lino Neto distinguiu entre bens religiosos de proveniência pública e de proveniência particular, sendo os bens religiosos do segundo tipo os que deviam ser devolvidos à Igreja Católica. Perante a acusação de Almeida Ribeiro da participação dos católicos em todos os movimentos de insurreição contra a República, o presidente do CCP sublinhou: «todos que estão dentro da organização do Centro Católico – somos a maioria – não queremos revoluções. Estes não conspiram. [...] São homens de ordem que querem a marcha pela evolução, que como os grandes países progridem e avançam»<sup>1186</sup>. E citou, como países exemplares, as repúblicas dos Estados Unidos da América do Norte e a Suíça.

Criticou a organização das cultuais que, segundo Almeida Ribeiro, a República colocara à disposição dos católicos e estes não aproveitaram. O líder da «minoría católica» observou que «não há culto católico sem párocos, como não há párocos que não estejam ligados aos prelados, como não há prelados que não estejam ligados a Roma»<sup>1187</sup>. Reconhecendo que no contexto da República algumas igrejas foram

---

<sup>1183</sup> São deputados republicanos elogiados por António Lino Neto por causa das posições que têm em relação à questão religiosa, por exemplo na VI Legislatura, Sessão n.º 139, em 1 de Agosto de 1923. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 236-237.

<sup>1184</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 103.

<sup>1185</sup> Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro (1865-1943) tornou-se em 1885 bacharel em Direito pela universidade de Coimbra e fez carreira como juiz. Entre 1912 e 1921 foi membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial e, de 1919 a 1921, do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia. Foi juiz do Supremo Tribunal de Justiça de 1919 a 1927. Foi, com interrupções, um dos elementos da Comissão Central da Lei da Separação entre 1912 e 1917. Era filiado no PRP, representando este partido na câmara dos deputados e no Governo – foi ministro das colónias de 9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914 e ministro do Interior de Novembro de 1915 a Março de 1916.

<sup>1186</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 106.

<sup>1187</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 106.

deixadas ao abandono, como o deputado democrático registou, louvou a mobilização católica para construir outras igrejas e, durante a Guerra passada, para «sustentar essa plêiade de heróicos capelães que afirmaram a sua fé patriótica, que é a base da verdadeira unidade nacional»<sup>1188</sup>. Esta referência arrancou «apoiados» à câmara de deputados, mostrando que a intervenção de católicos na Grande Guerra era a pedra angular no esforço de reconciliação entre República e catolicismo.

A resposta de António Lino Neto deu origem a um extenso e intenso debate com o deputado Almeida Ribeiro<sup>1189</sup> que incidiu sobre a História das relações entre Estado e Igreja Católica em Portugal. O deputado democrático defendeu a Lei da Separação notando que ela permitia que os bens religiosos arrolados que tivessem sido adquiridos por subscrição pública local fossem restituídos às juntas de freguesia e que a República «generosamente» concedera que os ministros do culto usufruíssem de outros bens religiosos, nomeadamente os presbitérios. O remate da intervenção de Almeida Ribeiro era sintomático do estado da «questão religiosa» na República de 1922: «democráticos» e católicos concordavam na necessidade de reconciliação entre regime e Igreja Católica, mas não se entendiam acerca de uma lei satisfatória para ambas as partes e subsistiam conflitos e afrontamentos que se procuravam legitimar através da História antiga e recente:

«A República Portuguesa não se esquece de que uma grande parte dos portugueses é católica romana; mas para que todos colaborem na obra de ressurgimento nacional que se impõe, é preciso vivermos em paz e concórdia.

Não recordemos agravos.

A religião romana, a Igreja de Roma, tiveram porventura uma vez ou outra razão de queixa do Estado; mas ao Estado também não faltaram razões de queixa da Igreja.

Corramos o pano sobre o passado e se queremos colaborar realmente, não por simples palavras mas por obras, por factos, esqueçamos, repito-o, agravos e retaliações»<sup>1190</sup>.

Uma das dimensões da intervenção parlamentar de António Lino Neto é a exposição na câmara de deputados de casos concretos lesivos dos direitos e interesses de católicos. Assim, apela à reabertura das escolas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Nova de Gaia; contesta a ordem para encerrar o Recolhimento do Ferro, do Porto; protesta contra o fecho da Igreja de Marinha, Esposende e contra a expulsão do pároco e encerramento da respectiva igreja pela Junta da Barreira,

---

<sup>1188</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 107.

<sup>1189</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 108-117.

<sup>1190</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 117.

Damaia<sup>1191</sup>. Considera os casos de fecho das igrejas atentados à liberdade de religião «permitida pelo artigo 3.º, n.º 4.º, da Constituição e pela lei de 20 de Abril de 1911»<sup>1192</sup>. Protesta contra a colocação e detonação de uma bomba na residência do prelado de Beja, a 19 de Janeiro de 1923<sup>1193</sup>. Pede informações, a 15 de Maio de 1923, pela proibição do culto na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, pelo administrador do concelho; pela proibição duma «manifestação religiosa» na Cova da Iria, em Fátima, a mais de 60.000 católicos; pelos «insultos e afrontas» ao arcebispo de Évora, quando visitava a freguesia da Igrejinha, no concelho de Arraiolos<sup>1194</sup>. Insurge-se, a 16 de Junho de 1924, contra a portaria que «desdoutora» da Universidade de Coimbra Azevedo Souto, o qual apresentara a controversa tese «Lourdes e a Medicina», argumentando com a autonomia das universidades<sup>1195</sup>.

A tensão com a «questão religiosa» atinge um momento de intensidade no último trimestre de 1924. A presença no poder da chamada «esquerda republicana», com a consequente necessidade de clarificação das fronteiras políticas-ideológicas leva António Lino Neto a interpelar, a 16 de Julho de 1924, o presidente do Ministério a propósito da sua expressão «a hora é das esquerdas»:

«Esta expressão, que é corrente, tem dois significados: um compreendendo o reconhecimento da necessidade de transformação na organização económica actual; o outro compreendendo o reconhecimento de uma pretendida necessidade de negação, ou limitação das liberdades religiosas.

Nestas condições, porque a minoria católica deseja definir a sua posição nesta Câmara, eu peço ao ilustre Presidente do Ministério que me diga qual dos significados que referi S. Ex.<sup>a</sup> teve em vista, ao afirmar com solenidade que a hora era das esquerdas».

O presidente do ministério e ministro do Interior, Rodrigues Gaspar, respondeu-lhe:

«[...] vou responder duma maneira clara à pergunta formulada pelo ilustre *leader* da minoria católica, pessoa por quem tenho a máxima consideração e respeito, apreciando não só os seus dotes particulares, mas a forma correctíssima como que trata todos os assuntos nesta Câmara.

Não pode ser mais claro o sentido da minha frase.

Ao afirmar que a hora era das esquerdas quis significar que é chegado o momento de marcharmos para as reivindicações da justiça social; e acrescentei que a hora era também das direitas para se convencerem de que nos têm de ajudar nessa marcha social.

---

<sup>1191</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 118-119.

<sup>1192</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 118.

<sup>1193</sup> VI Legislatura, Sessão n.º21, em 22 de Janeiro de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.186-187.

<sup>1194</sup> VI Legislatura, Sessão n.º82, em 15 de Maio de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.202-203.

<sup>1195</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 103, em 16 de Junho de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.268.



A Igreja nada tem que assustar-se com a acção do Governo. A neutralidade do Estado em matéria religiosa será absoluta e o Governo não terá que indagar da confissão religiosa de cada um. Tem de manter-se é certo a supremacia do Poder Civil, em conformidade com a lei, mas isto não envolve de qualquer forma perseguições à Igreja. [...] Estive na grande República Americana e aí tive ocasião de ver que esse regime tão liberal era perfeitamente compatível com as liberdades religiosas dos cidadãos»<sup>1196</sup>.

Apesar das declaradas intenções de respeitar a Igreja Católica, o exercício do poder foi objecto de críticas contundentes de António Lino Neto, proferidas a 4 de Novembro de 1924, referindo-se a casos concretos: proibição da peregrinação a Fátima, dispendiosa inauguração do museu das congregações religiosas, assalto à Igreja de Santa Joana, desvio de verbas afectas às missões religiosas nas colónias para as missões laicas. O *Diário das Sessões* regista a interrupção do discurso do líder do grupo parlamentar católico com «apoiados da direita» e «muitos apoiados na direita»<sup>1197</sup>, mostrando que, malgrado as intenções expostas por Rodrigues Gaspar, o governo a que presidiu não conseguiu esvaziar a «questão religiosa» e impedir que ela fosse uma arma de combate entre esquerda e direita.

Foi durante este período de recrudescimento dos conflitos em torno da «questão religiosa» que António Lino Neto e Joaquim Dinis da Fonseca apresentaram, a 5 de Agosto de 1924, o projecto de lei n.º 807-B que reconhecia o direito à aposentação dos párocos nos termos da lei de 14 de Setembro de 1890. A Comissão dos Negócios Eclesiásticos emitiu sobre este projecto de lei, a 13 de Março de 1924, o parecer n.º 881, assinado por António Lino Neto (com declarações), Valentim Guerra (com declarações), Joaquim de Matos, Manuel Fragoso e Almeida Ribeiro (relator). Este parecer continha um contra-projecto que reconhecia o direito de aposentação reivindicado aos párocos colados à data da publicação da Lei da Separação. Este contra-projecto recebeu a aprovação da comissão das finanças da Câmara dos Deputados, em Março de 1925, ressalvando que quer o projecto inicial quer o contra-projecto implicavam um aumento de despesas que exigia uma quantificação não existente das pessoas que abrangeria<sup>1198</sup>.

Outra dimensão da sua intervenção na câmara dos deputados é a defesa da própria doutrina católica. A 1 de Junho de 1922, o líder do grupo parlamentar católico contesta que o Código do Registo Civil preceitue que qualquer cidadão possa ministrar

---

<sup>1196</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 124, em 16 de Julho de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.273.

<sup>1197</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 149, em 4 de Novembro de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.281-283.

<sup>1198</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/07/02. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.334-336.

o baptismo, excepto os padres. Ora a doutrina católica, como esclareceu António Lino Neto, é que o baptismo deve ser ministrado pelos ministros religiosos e só excepcionalmente, quando há perigo de morte e o padre não pode ser chamado a tempo, é que qualquer outro indivíduo (baptizado) pode ministrar o baptismo<sup>1199</sup>. O que estava em causa eram concepções antagónicas acerca da legitimidade do papel social e religioso do padre. O presidente do CCP, por contraposição aos laicistas e aplicando a doutrina católica, atribuía ao padre uma função legitimadora dos vínculos sociais e religiosos.

A intervenção da «minoría católica» legitimada pela pertença religiosa nem sempre é assumida explicitamente. Os católicos sujeitos a sanções são objecto de uma proposta de amnistia apresentada por António Lino Neto e Joaquim Dinis da Fonseca, a 6 de Fevereiro de 1924, que não invoca a condição de católicos dos proponentes ou dos eventuais beneficiados, afirmando que a amnistia se destina a «todas as pessoas de delitos de carácter político ou religioso dos quais não tenham resultado prejuízos para terceiros, nas suas pessoas e bens»<sup>1200</sup>. Outras vezes, as posições da Igreja Católica são defendidas indirectamente, em nome da «moral e dos bons costumes». Assim, a 27 de Julho de 1922, António Lino Neto declara-se, em princípio, contra as lotarias por serem uma forma de jogo. Mas abre uma excepção votando favoravelmente um pedido do ministro de Negócios Estrangeiros, Barbosa de Magalhães, de colocação em Portugal de bilhetes de uma lotaria brasileira, por se tratar de uma lotaria a favor da Cruz Vermelha e de reforçar os laços entre os dois povos. Argumenta que as lotarias não podem ser completamente proibidas, pois essa medida levaria ao contrabando de lotarias estrangeiras e à saída de capitais de Portugal<sup>1201</sup>.

Noutras ocasiões, a religião católica é explicitamente referida como fonte da moral e a moralização dos costumes usada como argumento para defender uma maior intervenção da Igreja Católica na sociedade. Por exemplo, a 13 de Dezembro de 1922, o presidente do CCP declara: «em Portugal há a circunstância especial de que as liberdades religiosas não têm sido respeitadas convenientemente e a religião é um poderoso obstáculo à dissolução dos princípios morais»<sup>1202</sup>. A defesa da liberdade religiosa, nomeadamente permitindo à Igreja Católica o ensino religioso nos

---

<sup>1199</sup> Sessão n.º 61, em 1 de Junho de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.135-137.

<sup>1200</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 31, em 6 de Fevereiro de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.252.

<sup>1201</sup> Sessão n.º 117, em 27 de Julho de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 154.

<sup>1202</sup> VI Legislatura, 13 de Dezembro de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 184.

estabelecimentos particulares contribuiria pois para melhorar a moral pública. Era uma argumentação controversa, contestada por republicanos laicos, mas que, sendo proveniente de um católico militante, visava o reconhecimento da função social da religião por uma elite política não católica de formação positivista.

A 11 de Janeiro de 1923, após a demissão de Leonardo de Coimbra de ministro da Instrução por causa das reacções à sua proposta de ensino religioso nas escolas particulares, António Lino Neto defende que a Constituição em vigor não proíbe o ensino religioso mas apenas que este seja ministrado por congregações religiosas. Como para o presidente do CCP o ensino religioso «se fundamenta nos princípios da moral e do culto»<sup>1203</sup>, a sua prática deve ser garantida pela execução do artigo 170.º da Lei da Separação consignando a liberdade religiosa. O que pede pois no parlamento é a regulamentação desse princípio.

O combate de António Lino Neto pelos direitos e interesses da Igreja Católica possui um adversário concreto que simboliza a persistência do espírito laicista na República do pós Grande Guerra – Borges Grainha, nomeado intendente-geral das leis anticongreganistas e da Separação pela portaria de 24 de Novembro de 1921. Para o presidente do CCP, essa portaria «marca, profundamente, qualquer coisa de vexatório e de retrocesso nas liberdades públicas de Portugal e, até certo ponto, deixa a perder de vista os famigerados instrumentos de dominação despótica que foram em tempos a feroz inquisição do Marquês de Pombal, a temível intendência de Pina Manique e ainda a célebre instrução policial da Parreirinha». Habitualmente cordato nas suas intervenções parlamentares, António Lino Neto abre uma excepção para Borges Grainha, a quem acusa de não possuir qualquer qualificação para o cargo, pois não era magistrado, nem tinha o curso de Direito, era um antigo congreganista «renegado», que não hesitara em lançar-se contra os seus irmãos de sangue religioso, além de pertencer à maçonaria, representando por isso um «poder oculto». O deputado católico ataca um relatório de Borges Grainha que lança suspeições de congreganismo sobre várias instituições particulares, nas quais se instala o medo de sofrerem assaltos. E sublinha que, paradoxalmente, o relatório mostra que «o ensino religioso pode ser feito nos colégios particulares pela legislação que está em vigor»<sup>1204</sup>. Aliás, a publicação do relatório no *Diário de Governo* n.º 265, 2.ª série, não mereceu reparos oficiais.

---

<sup>1203</sup> VI Legislatura, 11 e 12 de Janeiro de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 185.

<sup>1204</sup> VI Legislatura, Sessão, n.º 119, em 3 de Julho de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 226.

António Lino Neto condena a portaria que nomeou Borges Grainha intendente geral invocando a Constituição da República, nomeadamente os artigos 3.º e 4.º, que garantiam a inviolabilidade da liberdade de consciência, e o artigo 9.º do decreto de 8 de Outubro de 1910, que estabelecia que a fiscalização das leis anticongreganistas se fizesse através da magistratura judicial e da magistratura do Ministério Público. A acção de Borges Grainha representava a utilização da «questão religiosa» como elemento aferidor da legitimidade do próprio regime, nomeadamente por parte dos sectores republicanos mais laicistas.

#### 6.4.7. A intervenção parlamentar de António Lino Neto em nome da pátria e das «competências»

A primeira intervenção parlamentar de António Lino Neto após ter sido eleito em 1922, saudando, a 23 de Fevereiro, o novo presidente da câmara dos deputados, Domingos Leite Pereira, reflecte as expectativas do presidente do CCP face aos trabalhos parlamentares e o modo como encara o seu papel na câmara dos deputados, legitimado não só pela pertença à Igreja que ali representa, mas também por um patriotismo que o liga aos outros deputados. Começa por constatar a ideia de «que o regime parlamentar chegou a uma decadência lamentável e, segundo dizem várias pessoas, por virtude de vícios originários do nosso país», para logo declarar a sua confiança no parlamento e nos elementos que o compõem para responder aos desafios do tempo:

«Nós todos fomos eleitos em condições excepcionais da vida da Pátria, numa das crises mais tremendas que têm caído sobre nós, e ainda depois de uma revolução e do adiamento das eleições, feito por duas vezes. Estamos, portanto, aqui, sob a pressão máxima das mais instantes necessidades nacionais.

Temos de corresponder a elas e havemos de fazê-lo.

Eu confio muito no patriotismo de todos que se encontram nesta Câmara; conheço-os a quase todos. Uns amigos e companheiros das lides escolares, outros colaboradores distintos de funções públicas e profissionais em que tenho compartilhado.

Não havemos de sair daqui sem uma legislação ampla e profunda como importa à restauração da Pátria»<sup>1205</sup>.

O patriotismo de António Lino Neto estava impregnado da sua mundividência católica, o que explicará o recurso à expressão «mártires da pátria» para designar as vítimas do 19 de Outubro de 1921. Carlos da Maia que, como vimos, partilhara com António Lino Neto a vereação da Câmara Municipal de Lisboa durante a República Nova, personifica um patriotismo que, sendo republicano, encarnava as virtudes

---

<sup>1205</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 99.

católicas. Era «austero, duro consigo e heroicamente abnegado»<sup>1206</sup>. O republicanismo de Carlos da Maia não o impedira de ver o erro da Lei da Separação de 1911, tendo preferido outra lei que desse à Igreja Católica o lugar que possuía no Brasil ou nos Estados Unidos. Enquanto governador de Macau apercebera-se da importância do Padroado do Oriente. Em suma, Carlos da Maia mostrava como o patriotismo conduzia ao reconhecimento do valor do catolicismo ou mesmo à conversão à fé católica: «A única maneira, pois, da geração actual vingar a memória das desventuradas vítimas do 19 de Outubro é desembaraçar as raízes da tradição religiosa em Portugal de todos os liames que as prendem, deixando que cresçam para fazer forte, poderosa e grande a unidade da Pátria»<sup>1207</sup>.

A auto-representação de António Lino Neto como uma personalidade patriota e competente, com um valor que não se confinava às funções que desempenhava na Igreja Católica em Portugal, tinha correspondência na percepção da sua figura pública pelas autoridades republicanas. A 7 de Março de 1923, António Lino Neto, sob proposta do ministro das Finanças, foi nomeado, na qualidade de professor de Economia Política, estatística e legislação industrial do Instituto Superior do Comércio, vogal do Conselho Superior de Estatística (CSE), que era composto por outras figuras conceituadas, como Vitorino Henriques Godinho, o director geral de estatística, e António de Oliveira Salazar<sup>1208</sup>.

António Lino Neto toma várias iniciativas parlamentares a favor de uma «cultura patriótica» comum a católicos e não católicos: apresenta um projecto para «glorificar» os combatentes da Grande Guerra, o projecto de lei n.º 44-E, assinado pelo líder da «minoría católica» a 7 de Abril de 1922, juntamente com Joaquim Dinis da Fonseca e Juvenal de Araújo, publicado no *Diário de Governo* a 12 de Abril de 1922. De acordo com este projecto, todos os oficiais e praças que combateram na Grande Guerra, em

---

<sup>1206</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 101.

<sup>1207</sup> CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 101.

<sup>1208</sup> *Diário do Governo*, II Série, n.º 56, 9 de Março de 1923, p. 826. Na reunião do CSE de 14 Março de 1923, António Lino Neto apoiou a constituição de uma comissão para estudar a reorganização dos serviços de estatística, sublinhando que não queria pertencer a essa comissão, «não só porque outras obrigações me tomam já muito tempo, mas também porque as comissões quanto menos numerosas melhor» (Cf. *Parecer do Director Geral de Estatística Vitorino Godinho sobre a Remodelação dos Serviços de Estatística Oficial em resposta à Comissão de Economias*, Lisboa, 1924, p. 23). Chamou a atenção para o facto de, no entender de algumas pessoas, a Direcção Geral da Estatística Agrícola dever estar integrada na Direcção Geral de Estatística e não no ministério da Agricultura. Esta intervenção causou alguma controvérsia, levando António Lino Neto a esclarecer que não defendia uma eliminação dos serviços estatísticos do ministério da Agricultura, mas uma colaboração entre as repartições especiais de estatística e a Direcção Geral de Estatística (Cf. *Parecer...*, p. 23-24). António Lino Neto voltou a integrar a CSE como vogal em 1926 (Cf. *Diário do Governo*, II Série, 27 de Março de 1926).

qualquer território, podiam usar em documentos públicos oficiais ou particulares a designação de «combatente da Grande Guerra» (art. 1.º); todos os oficiais do quadro, equiparados a oficiais e praças que não combateram poderão usar as designações de «oficial médico ou oficial dos serviços de saúde», «capelão voluntário», «equiparado oficial» ou «soldado da Grande Guerra» (art. 2.º); todos os oficiais e praças que tivessem obtido a Cruz de Guerra ou a Torre e Espada têm direito a usar a designação de «condecorado da Grande Guerra» (art. 3.º); todos os antigos oficiais e praças do quadro do exército ou milicianos ou antigos equiparados que transitarem para a vida civil gozarão de todas as regalias e direitos oficiais do exército no posto em que foram condecorados (art. 4.º); todos os oficiais equiparados e praças serão preferidos em concursos para empregos públicos em que estejam em igualdade de condições com outros concorrentes (art. 5.º). Homenageia Gago Coutinho e Sacadura Cabral por terem empreendido a primeira viagem transatlântica<sup>1209</sup>, chamando a atenção para as cruces de Cristo desenhadas nas asas dos aviões. As homenagens a vultos da cultura ou da ciência portuguesa estendem-se a não católicos, incluindo cientistas positivistas e republicanos laicos. O presidente do CCP associa-se às homenagens a Júlio de Matos<sup>1210</sup>; Teófilo Braga, autor de «investigações de valor para a história nacional», ressalvando que as «suas ideias e orientações não se podem receber sem bastantes reservas»<sup>1211</sup>; Guerra Junqueiro, que, apesar das reservas que a sua obra suscita pelo seu carácter subversivo e «desrespeitadora» para a Igreja Católica, «pairou como um génio na história literária contemporânea»<sup>1212</sup> e no final da vida se reaproximou do catolicismo.

A valorização dos ex-combatentes da Grande Guerra pelo CCP deve compreender-se, como referimos, no contexto da construção de uma memória da Grande Guerra que sublinha o carácter patriótico do catolicismo em Portugal e não corresponde a um projecto de reforçar os gastos ou os investimentos nas Forças Armadas. Pelo contrário, considerando, a 23 de Maio de 1922, que a situação internacional não levaria Portugal a um novo «período militar», António Lino Neto observa: «Os nossos campos estão falhos de braços e o exército todos os anos absorve milhares de soldados»<sup>1213</sup>. Seria portanto necessário reduzir as despesas «absorvidas

---

<sup>1209</sup> Sessão n.º 29, de 24 de Abril de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 123-124, p. 145-146, Sessão n.º 77, em 19 de Junho de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 145-146.

<sup>1210</sup> Sessão n.º 30, em 25 de Abril de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 124.

<sup>1211</sup> Sessão n.º 81, em 22 de Junho de 1922, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 146.

<sup>1212</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 123, em 9 de Julho de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 235.

<sup>1213</sup> Sessão n.º 50, em 23 de Maio de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 131.

pelos milhares de bocas de cavalos e muares que se encontram ao serviço do exército» e permitir «que a família rural regressasse quanto antes aos seus tradicionais hábitos de disciplina e de trabalho»<sup>1214</sup>. Nesta intervenção é patente a ideia que sempre foi a de António Lino Neto de uma regeneração nacional assente numa revitalização social e económica dos campos.

As intervenções do líder do grupo parlamentar centrista sobre questões de administração nacional algumas vezes articulam-se com o seu entendimento de uma defesa da Igreja Católica. Por exemplo, a 25 de Maio de 1922 critica a redução da verba atribuída ao Padroado do Oriente e argumenta a favor da sua posição sublinhando o valor económico e político, de reforço da soberania portuguesa, do Padroado do Oriente<sup>1215</sup>. A 14 de Julho desse ano volta a insistir na situação económica difícil dos missionários no Padroado Português e que o governo inglês chegou a subsidiar igrejas, escolas e colégios do Padroado<sup>1216</sup>.

Noutras ocasiões, António Lino Neto intervém sobre assuntos da administração pública apenas invocando a sua qualidade de cidadão e a sua competência técnica. Assim, a 13 de Julho de 1922, considera: «A entrega dos navios dos Transportes Marítimos do Estado a empresas particulares, com a participação do Estado, é uma aventura»<sup>1217</sup>. Há políticas administrativas que põem em causa a «harmonia social» visada pelo CCP: «Nós, por essa forma de entregarmos aos proprietários a administração de serviços de interesse público, damos lugar a uma oligarquia financeira»<sup>1218</sup>. Declara que, face aos processos de administração pública vigentes em Portugal – a administração directa, a administração autónoma e a administração por concessão –, prefere o regime de concessão que deu bons resultados na administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Nesse sentido, apresenta ao parlamento, a 13 de Julho de 1922, uma proposta de alteração de uma proposta legislativa do ministro do Comércio. A sua proposta é que o governo conceda a exploração e manutenção da frota mercante a uma empresa nacional, por concurso público, mediante garantias mas sem a comparticipação administrativa do Estado. A argumentação do parlamentar católico é de ordem técnica e pragmática, além de patriótica: «Eu, que sou português, que amo o

---

<sup>1214</sup> Sessão n.º 50, em 23 de Maio de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 131.

<sup>1215</sup> Sessão n.º 53 (nocturna), em 25 de Maio de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 132-135.

<sup>1216</sup> Sessão n.º 105, em 14 de Julho de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 153-154.

<sup>1217</sup> Sessão n.º 104 (nocturna), em 13 de Julho de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 151.

<sup>1218</sup> Sessão n.º 104 (nocturna), em 13 de Julho de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 150.

meu país, amo-o suficientemente para não o querer ver lançado mais uma vez numa nova aventura»<sup>1219</sup>.

O presidente do CCP não se limita a intervenções pontuais apresentando críticas técnicas a propostas do governo. A 1 de Agosto de 1922, numa longa intervenção<sup>1220</sup>, apresenta a sua proposta de uma reforma sistemática da administração pública em três artigos e 47 bases. O início da sua intervenção consiste no envio para a mesa de uma moção em que a câmara dos deputados reconhece que, em situações de urgência, lhe é constitucionalmente possível delegar no poder executivo parte das suas funções legislativas.

O orador parte da premissa de uma «crise nacional» cuja solução passa pela «remodelação geral dos serviços públicos» e por uma diferente articulação entre o poder legislativo e o poder executivo - «o Poder Legislativo, só por si, não pode dar vazante a todos os serviços que pela Constituição lhe impendem e que carece duma colaboração do Poder Executivo»<sup>1221</sup>. António Lino Neto defende, contra a interpretação do deputado Pedro Pita<sup>1222</sup>, ser possível, no quadro constitucional vigente, uma delegação das atribuições do poder legislativo no poder executivo. Pedro Pita entendia que as autorizações do poder legislativo ao executivo só podiam ser feitas ao abrigo dos números 4.º e 14.º do artigo 25.º da Constituição da República. António Lino Neto sustenta que o artigo 27.º permitia essas autorizações, sem mencionar as restrições indicadas nos números 4.º e 14.º do artigo 25.º.

O parlamentar católico advoga como princípio geral da reforma da administração pública, que o Estado deve transferir para os corpos administrativos funções que inicialmente lhes pertenciam e que «faliram na administração do Estado». Está a pensar, em especial nos serviços da assistência, de segurança e de instrução.

A pedra angular do projecto de reforma da administração pública de António Lino Neto é a autorização ao poder executivo para remodelar todos os serviços públicos dentro de determinadas bases. A todos os funcionários no exercício legal das suas

---

<sup>1219</sup> Sessão n.º 104 (nocturna), em 13 de Julho de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 151.

<sup>1220</sup> Sessão n.º 121 (nocturna), em 1 de Agosto de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 154-169.

<sup>1221</sup> Sessão n.º 121 (nocturna), em 1 de Agosto de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 155.

<sup>1222</sup> Pedro Góis Pinta (1891-1974) nasceu no Funchal, tirou o bacharelato em Direito em Coimbra. Foi advogado, magistrado e conservador do registo predial em Lisboa. Politicamente, começou por ser um elemento do PRP, do qual saiu para aderir ao Partido Republicano Reconstituente e, posteriormente, ao Partido Republicano Nacionalista, tendo integrado o directório deste último partido. Foi deputado de 1919 a 1926 e ministro do Comércio e do Trabalho de Novembro a Dezembro de 1923.



funções seriam garantidos, pelo menos, os seus vencimentos à data da reforma; no caso de supressão de lugares dispensáveis, os funcionários seriam transferidos para serviços de categoria análoga; os funcionários só podem ser «retirados de actividade» por «falta de comparência ao serviço, por licença ilimitada ou por aposentação» (Base 1.<sup>a</sup>). Os ministérios seriam reduzidos a cinco: Interior, Defesa Social, Economia Nacional, Estrangeiros e Colónias (Base 2.<sup>a</sup>). Em coerência com o pensamento descentralizador e municipalista do autor do projecto, o Estado deixaria «aos corpos locais as iniciativas da actividade social própria» e reservaria para si «a propriedade industrial, registo civil, administração da justiça» (Base 3.<sup>a</sup>). O número de concelhos seria reduzido, de modo a que nenhum concelho tivesse menos de trinta mil habitantes e desempenharia uma função de coordenação económica (Base 5.<sup>a</sup>). As freguesias, por contrapartida, seriam de número ilimitado, desde que «cada uma se possa afirmar com os convenientes recursos e população para os serviços próprios» (Base 6.<sup>a</sup>). O exército seria reduzido dentro da organização miliciana, mantendo capacidade para oferecer as primeiras resistências em caso de guerra (Base 20.<sup>a</sup>). Desenvolver-se-iam organizações de carácter para-militar como carreiras de tiro e escuteiros (Base 21.<sup>a</sup>). A marinha de guerra seria também reduzida (Base 22.<sup>a</sup>). As escolas de Guerra e da Marinha fundir-se-iam (Base 25.<sup>a</sup>). A guarda republicana seria suprimida do país (Base 24.<sup>a</sup>) – uma supressão não justificada na intervenção parlamentar e apresentada juntamente com outros cortes na despesa, mas que teria implicações políticas, dado neste período a guarda republicana se encontrar nas mãos da esquerda republicana. Todos os serviços públicos industriais – arsenais, caminhos-de-ferro, transportes marítimos – deviam ser concedidos por arrendamento a empresas particulares. Outros serviços públicos – conservação de estradas, correios e telégrafos poderiam adoptar o mesmo regime (Base 26.<sup>a</sup>). O horário de trabalho seria temporariamente alargado a 10 horas diárias «enquanto se não mostrem seguramente restabelecidas as actuais condições económicas internacionais» (Base 27.<sup>a</sup>). Será facultado ao ensino particular, em igualdade de garantias, a concorrência com o ensino público (Base 32.<sup>a</sup>). As escolas superiores do Estado seriam reduzidas a uma Faculdade de Direito, uma Faculdade de Medicina, uma Faculdade de Letras, uma Faculdade de Farmácia, um Instituto Superior Técnico, um Instituto Superior de Comércio, Institutos de Agronomia e de Veterinária. A Universidade de Coimbra seria a única a conservar a sua forma tradicional (Base 33.<sup>a</sup>). As escolas de ensino primário, superior e liceus fundir-se-iam, até haver apenas uma escola por província (Base 34.<sup>a</sup>). Em cada freguesia e a cargo dessa freguesia, haveria uma escola

primária pública (Base 36.<sup>a</sup>). Seriam extintas a Escola da Arte de Representar e os teatros financiados pelo Estado, embora se favorecessem «as iniciativas destinadas ao mesmo fim» (Base 37.<sup>a</sup>). O Estado manteria o Conservatório e a Escola de Belas Artes de Lisboa (Base 38.<sup>a</sup>). O Estado e os corpos administrativos apoiariam iniciativas particulares ou associativas para desenvolver a instrução e educação (Base 39.<sup>a</sup>). Seriam reduzidas as legações diplomáticas a Madrid, Paris, Roma (Vaticano), Roma (Quirinal), Berlim, Londres, Rio de Janeiro e Washington (Base 42.<sup>o</sup>).

Em remate à apresentação do seu projecto de reforma da administração pública, António Lino Neto declarou os princípios que norteavam a sua intervenção cívico-política com um tom irónico que sublinhava o seu método legalista, e ao mesmo tempo indicava a intenção de transformar radicalmente uma organização política e social em crise:

«Disponhamo-nos, agora, por unanimidade e de um modo sem precedentes, a uma nova conspiração – a conspiração do trabalho e do carácter para uma ordem mais constante e pelo respeito lealmente observado dos cidadãos uns para com os outros.

Vamos para uma nova revolução – a revolução dos nossos processos administrativos e costumes políticos, pondo a funcionar os serviços públicos em moldes compatíveis com os recursos e necessidades do país.

Conspiração e revolução *sui generis*, porque se fazem pela lei e dentro da lei!»<sup>1223</sup>

A necessidade de uma reforma da administração pública é reiterada por ocasião da discussão do orçamento geral do Estado. A 28 de Fevereiro de 1923, António Lino Neto critica a falta de método na apresentação do orçamento, o qual não tem «um plano geral sobre a capacidade da vida económica e financeira do país.»<sup>1224</sup>; a ausência do registo das despesas e receitas dos orçamentos coloniais. Não coloca objecções de princípio à política social prevista no orçamento, mas considera não haver condições para realizá-la. O Estado, segundo o parlamentar católico, carece de uma simplificação do funcionamento da administração pública, clarificando as fronteiras entre administração directa e autónoma.

Apesar de António Lino Neto ser uma reconhecida autoridade na *questão agrária*, a única intervenção sua que identificámos sobre o assunto foi a 2 de Junho de 1922, rejeitando a desamortização dos terrenos baldios defendida pelo ministro da agricultura do segundo governo de António Maria da Silva (de 6 de Fevereiro a 30 de Novembro de 1922). O líder dos parlamentares centristas apresentou a proposta de

---

<sup>1223</sup> Sessão n.º 121 (nocturna), em 1 de Agosto de 1922. CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 169.

<sup>1224</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 39, em 28 de Fevereiro de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.192.

eliminação da verba do artigo 41.º do capítulo 15.º do orçamento do ministério da Agricultura, considerando que a verba não se justificava, pois encontrava-se em vigor o regime do decreto n.º 7.127, de 17 de Novembro de 1920, autorizando o Estado, as câmaras municipais e as juntas de paróquias a dividir os baldios agricultáveis. Sublinhou que a proposta de eliminação da verba não significava uma concordância com a divisão dos baldios defendida pelo ministro da Agricultura, que classificava como um grande erro económico. Pensava que a divisão dos baldios em propriedade individual levaria à concentração da propriedade nas mãos dos mais ricos. As soluções que defendia para o problema social nos campos baseavam-se no conceito de casal de família e tomavam como modelo, como já afirmara em *A Questão Agrária*, as leis de Gladstone de 1894 que autorizavam as câmaras e as juntas de paróquia a comprarem terras a distribuí-las equitativamente entre as pessoas mais pobres<sup>1225</sup>.

A 5 de Junho de 1923, noutra discussão do orçamento, desenvolve uma crítica à política colonial portuguesa por não valorizar, prevendo verbas para sustentar o pessoal missionário, o Padroado do Oriente, que António Lino Neto considera «um dos mais poderosos instrumentos de influência e soberania de que Portugal dispõe em terras do Oriente»<sup>1226</sup>. A discussão prossegue e, a 7 de Junho, o presidente do CCP começa por se opor à proposta do parecer da comissão para que se elimine a melhoria de vencimentos do pessoal do Padroado do Oriente da metrópole e de novo argumenta a favor da importância do Padroado do Oriente<sup>1227</sup>, declarando que este é um assunto nacional e não da Igreja Católica que, se analisasse a questão apenas do ponto de vista espiritual e eclesiástico, preferia entregar a administração do Padroado à *Propaganda Fidei*.

As críticas do líder do CCP aos governos da República por causa da sua política interna sobem de tom durante o governo de Álvaro de Castro. A 12 de Maio de 1924, António Lino Neto envia para a mesa uma moção afirmando que «A Câmara, reconhecendo que o empréstimo interno de 6,5 por cento, de 1923, redundou num completo desastre e que o decreto n.º 9.416, de 11 de Fevereiro de 1924, não alcançou modificar, por falta de outras condições adequadas, as suas ruinosas consequências, passa à ordem do dia»<sup>1228</sup>. O governo rejeita essa moção. No seu discurso, o líder do

---

<sup>1225</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de Junho de 1922, p. 14-15. PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/05/01.

<sup>1226</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 100, em 5 de Junho de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 210.

<sup>1227</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 103, em 7 de Junho de 1923, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 215-219.

<sup>1228</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 81, em 12 de Maio de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 260-267.

grupo parlamentar católico critica as medidas para atingir a estabilidade da moeda, argumentando que esse objectivo só seria alcançável com uma reforma dos serviços públicos. O balanço que António Lino Neto fez do governo de Álvaro de Castro, após a sua queda, foi negativo. A 9 de Julho de 1924 declarou que o governo implementara medidas que eram «um verdadeiro atentado contra a ordem pública do País»<sup>1229</sup>, em especial nas pastas da Justiça, Instrução e Interior.

Perante os sucessivos governos da «esquerda republicana», o líder do grupo parlamentar católico clarificou as posições do CCP em relação a problemas considerados nacionais. Criticou a orientação do governo durante a discussão da lei do inquilinato. António Lino Neto afirmava que não era a favor dos senhorios ou dos inquilinos, mas defendia certamente o valor da propriedade, não da propriedade colectiva, mas do «sistema da propriedade individualista»<sup>1230</sup>. E o que se verificava era uma desvalorização da propriedade urbana, mesmo quando comparada com a propriedade rural. De acordo com a filosofia do regime individualista, António Lino Neto não concordava com a faculdade de opção, no caso de alienação da propriedade, que o governo queria dar aos inquilinos e que as rendas urbanas deviam entrar no regime de concorrência, embora admitisse um período de transição. Considerava necessário o estabelecimento de taxas progressivas para cada uma das classes dos inquilinos<sup>1231</sup>.

O fracassado golpe da extrema-direita de 18 e 19 de Abril veio também clarificar a posição de António Lino Neto perante o regime republicano e internamente, no CCP. Afirmou o líder dos parlamentares centristas:

«[...] devo declarar agora que me congratulo com o Governo e com esta Câmara pelo restabelecimento da ordem pública em todo o País.

Sem ordem não é possível conseguir-se qualquer prosperidade social.

Só a ordem pública pode inspirar confiança. Só ela pode animar ao trabalho e dar progresso eficaz»<sup>1232</sup>.

Foi uma declaração que produziu fracturas no CCP ou, noutra perspectiva, expôs clivagens. Alguns militantes centristas, como José Nosolini e Ângelo César, desfilaram-se do CCP, indignados com esta posição de António Lino Neto. José

---

<sup>1229</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 120, em 9 de Julho de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 272.

<sup>1230</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 184, em 5 de Agosto de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 277.

<sup>1231</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 184, em 6 de Agosto de 1924, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 279-280.

<sup>1232</sup> VI Legislatura, Sessão n.º 66, em 21 de Abril de 1925, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 299.

Nosolini sublinhou que não estava em causa uma questão de regime, mas uma outra, que neste trabalho temos chamado de crise do sistema liberal:

«Não é, Exm.<sup>o</sup> e Revm.<sup>o</sup> Senhor, uma questão de régimen que está posta, durante esta crise que a vitória governamental sobre as tropas do Parque Eduardo VII não resolveu. É uma questão mais alta. É uma questão de Ordem. Dum lado estão, pois, os monárquicos e os nacionalistas cujo republicanismo não sofre dúvidas, do outro, os elementos extremistas radicais, a demagogia democrática, o leninismo nacional...e os católicos»<sup>1233</sup>.

Ângelo César, em carta a D. António Barbosa Leão, de 25 de Abril de 1925, foi outra voz da mesma sensibilidade anti-liberal:

«[...] o que estranhei foi a atitude da minoria católica em face dos acontecimentos. Ela, com pequenas variantes, limitou-se a saudar um governo que persegue militares honrados e valentes, portugueses de lei, e ao mesmo tempo pactua com chefes comunistas; ela aprovou medidas legislativas talvez feitas para julgar longe da Pátria homens que por nós e pela nossa causa – a Ordem – se sacrificaram, sem se lembrar de que os legionários do mal, os assassinos das ruas de Lisboa são, de certo, os melhores servidores do governo a quem aquelas auctorizações aproveitam.

Finalmente, no caso da renúncia do Chefe do Estado, a minoria católica extremou-se das forças conservadoras do parlamento e do país – nacionalistas e monárquicos – para ir, lado a lado, com os mais confessos representantes desta transição para o bolchevismo, saudar calorosamente o senhor Teixeira Gomes. Não se diga que tal atitude representa um mero acto de respeito pelas instituições. Compreendo tal respeito e julgo-o necessário. No entanto repugna à minha consciência que para manifestar essa submissão à legalidade seja preciso integrar-se na mais perigosa das fações parlamentares»<sup>1234</sup>.

A evolução dos acontecimentos mostrou que muitos dos que permaneceram no CCP e não se manifestaram contra a direcção nem se demitiram estavam ao lado dos derrotados do 18 de Abril de 1925.

#### 6.4.8 António Lino Neto e Nemo face à problemática da descrença e da conversão: o caso Guerra Junqueiro<sup>1235</sup>

A relação de amizade de António Lino Neto com Guerra Junqueiro não se expressou apenas na homenagem que o presidente do CCP prestou na câmara dos deputados ao poeta republicano, como vimos. Teve uma dimensão pública e polémica que suscitou críticas acerbas de Nemo e reflectiu uma teia de ligações políticas, religiosas e culturais embebida do «espírito da época»<sup>1236</sup>. De um ponto de vista simbólico era chocante para algumas elites católicas que um leigo com um cargo de

<sup>1233</sup> ASV, AES, Port. 1922-1925, P. 311, Fasc. 15, fl. 38.

<sup>1234</sup> ASV, AES, Port. 1922-1925, P. 311, Fasc. 15, fl. 40.

<sup>1235</sup> *A União*, 26 de Dezembro de 1921, p. 4-5.

<sup>1236</sup> Uma sucinta abordagem da questão foi escrita pelo autor desta tese em João Miguel Almeida, «As causas de um adversário católico da República: Fernando de Sousa (Nemo)»..., p. 325-326.

representação institucional da Igreja Católica mostrasse em público a sua admiração e estima pelo vate do republicanismo que assinara poemas emblemáticos do anti-clericalismo republicano.

Muitos anos depois da morte de Guerra Junqueiro e quando se estava a retirar da vida pública, António Lino Neto explicou, em 1940, ao jornal *Novidades*, as circunstâncias em que conhecera e se tornara amigo de Guerra Junqueiro: «Aí por 1922 Guerra Junqueiro teve comigo alguns encontros no meu escritório para me afirmar a sua solidariedade e simpatia na defesa de algumas das liberdades religiosas que os católicos sustentavam por esse tempo no campo político. Pude sentir que, no fundo, o que o preocupava era o problema religioso como solução do seu próprio caso pessoal, era a necessidade moral de desabafar sobre o destino cristão da vida»<sup>1237</sup>. É um depoimento acerca de Guerra Junqueiro que está de acordo com a imagem que dele nos dá Raul Brandão nas suas memórias. O poeta ofereceu ao presidente do CCP dois livros com dedicatória: *Poesias Dispersas* (1920) e *Prosas Dispersas* (1921). António Lino Neto escreve também que Guerra Junqueiro «Reconhecia a Igreja como fonte inigualável de verdade e perfeição, protestava a sua indignação pelo que contra Ela havia publicado, e clamava com decisão que só descansaria no dia em que pudesse reeditar a sua obra expurgada das blasfémias ímpias que a manchavam»<sup>1238</sup>. Um testemunho em que não nos é possível separar as verdadeiras intenções de Guerra Junqueiro das expectativas de António Lino Neto acerca da evolução do poeta em matéria religiosa. António Lino Neto era visto por alguns intelectuais portugueses não só como um dirigente católico, mas também como um par. Só assim se compreende que António Sérgio e Jaime Cortesão tenham abordado António Lino Neto para integrar o núcleo fundador de uma União Intelectual Portuguesa, que seria uma secção da União Intelectual Europeia<sup>1239</sup>.

Em *Prosas Dispersas*, Guerra Junqueiro retratou-se de algumas expressões de *A Velhice do Padre Eterno*, considerando que a obra era «um livro da mocidade», «mau e por vezes abominável». António Lino Neto deu uma entrevista ao *Século da Noite* em

---

<sup>1237</sup> *Novidades, Letras e Artes*, 4-II-1940, p. 3. De acordo com outras fontes da época os encontros realizaram-se antes, pelo menos em 1921.

<sup>1238</sup> *Novidades, Letras e Artes*, 4-II-1940, p. 3

<sup>1239</sup> A 21 de Abril de 1921, António Sérgio dirigiu a António Lino Neto um convite para participar numa reunião na Biblioteca Nacional do núcleo fundador da União Intelectual Portuguesa (Cf. PT/UCP/CEHR/AALN/F/01/01). Não sabemos se a referida reunião se chegou a realizar. A 12 de Março de 1924, Jaime Cortesão e António Sérgio dirigiram novo convite a António Lino Neto para uma reunião na BNL de elementos da União Intelectual Portuguesa, explicitando que se tratava de uma secção da União Intelectual Europeia (Cf. PT7UCP/CEHR/AALN/F/01/02).

que se congratulou com esta auto-crítica e se mostrou esperançado numa reaproximação do poeta em relação à Igreja Católica. Publicou em *A União*, de 26 de Dezembro de 1921, a carta que enviou a Guerra Junqueiro, agradecendo-lhe a dedicatória num exemplar de *Prosas Dispersas* e, citando a passagem em que o poeta reconhecia ter sido injusto com a Igreja Católica, comentou: «É esta uma reparação digna de um grande poeta; mas não é tudo. Continue V. Ex.<sup>a</sup> a olhar a Igreja. Só pelas suas alturas se podem lançar amplos e decisivos voos de águia. Convida-o; corresponda V. Ex.<sup>a</sup> a esse convite; dê mais uns passos, dê todos os que ainda lhe faltam, para ser filho da Santa Igreja, onde a sua alma virá finalmente a descobrir a paz e a ventura»<sup>1240</sup>. Nemo publicou em 1922 um livro – *Guerra Junqueiro e Zola. Notas críticas de um jornalista católico*, em que considerava as declarações do poeta insuficientes para desagravar a Igreja Católica e inaceitáveis as palavras de valorização dessa posição por alguns católicos. Interpelava directamente o velho poeta: «De joelhos! Peça perdão a Deus e à Pátria!»<sup>1241</sup>.

#### **6.5. O Presidente do Centro Católico Português e a queda da I República (1925-1926)**

##### **6.5.1. O CCP nas últimas eleições da I República e perante a recomposição partidária**

É consensual entre os historiadores que, após o golpe de 18 Abril de 1925 e a absolvição dos seus conspiradores os dias da I República estão contados. No entanto, os centristas encaram as eleições de 1925 com uma expectativa que foi alimentada pelo PRP. A 12 de Agosto de 1925, o núncio Nicotra escreveu para Roma que, segundo Domingos Pereira declarara a António Lino Neto, as eleições legislativas iriam ser organizadas de modo a favorecer os candidatos centristas face aos monárquicos. O Centro Católico Português poderia contar com oito a dez deputados em 166, um número suficiente para permitir aos católicos organizados enquanto tais uma maior influência na legislação<sup>1242</sup>. Foi uma expectativa frustrada. Nas últimas eleições da I República, o Centro Católico Português obteve novamente cinco parlamentares: mais um deputado, totalizando quatro (António Pereira Forjaz, António Lino Neto, Joaquim Dinis da Fonseca e Alberto Dinis da Fonseca) e menos um senador, sendo apenas eleito João Maria da Cunha Barbosa. Salazar voltou a ser candidato pelo CCP e não foi eleito.

---

<sup>1240</sup> *A União*, 26 de Dezembro de 1921, p. 5.

<sup>1241</sup> J. Fernando de Sousa, *Guerra Junqueiro e Zola. Notas críticas de um jornalista católico*, Lisboa, Livraria Nacional e Estrangeira, 1922, p. 24.

<sup>1242</sup> ASV, AES, Port. 1923-1933, Po.318. Fasc. 23, fl. 11.

No período que antecedeu e durante o desenrolar das eleições houve momentos de tensão entre a União dos Interesses Económico e o Centro Católico Português, pondo em causa a visão da UIE quando foi criada acerca do CCP, que considerava o seu aliado natural. Em Fevereiro de 1925 *O Século* explicitava as razões desta convergência, descrevendo o CCP como a «União das Forças Espirituais»: «Assim como a União Agrária alargou e confirmou o seu programa na União dos Interesses Económicos, assim este corpo da reacção se aliará naturalmente à União das Forças Espirituais e depois à União das Forças da Ordem (municípios, Exército, Funcionalismo) constituindo as três colunas de uma nação bem organizada e governável»<sup>1243</sup>. A expectativa do CCP em relação à UIE fora, desde o início, mais moderada. Quando a União dos Interesses Económicos foi criada, o núncio Nicotra, em relatório para a Secretaria de Estado do Vaticano de 24 de Setembro de 1924, admitiu que o Centro Católico Português poderia chegar a acordo com o novo partido, se este viesse a adoptar todo o programa centrista, que era o de unir os interesses económicos e religiosos. Declara no entanto pensar que o novo partido não alcançaria tão cedo sucesso e clarifica que escreveu sobre a UIE a título meramente informativo<sup>1244</sup>. Entre os católicos organizados politicamente, há quem lamente, no diário *Novidades*, que a UIE declare não apenas neutralidade perante a questão do regime, mas também neutralidade perante a questão religiosa<sup>1245</sup>. Manuel Braga da Cruz defende que a UIE procurou subalternizar o CCP remetendo-o para a defesa dos interesses religiosos e chamando a si a representação dos interesses nacionais. Esta estratégia atraiu os monárquicos críticos da orientação do CCP<sup>1246</sup>. Os centristas reagiram, chegando a declarar que os interesses nacionais não se confundiam, como pretendia a UIE, com os interesses económicos de algumas classes<sup>1247</sup>. Após a realização das eleições legislativas, a tendência é para estas tensões se reduzirem ou esvaziarem até porque, como observa Ernesto Castro Leal, a geografia eleitoral de ambas as organizações mostra-se complementar: a UIE elegeu os seus deputados por Portalegre, Estremoz, Évora, Elvas, Faro e Viseu; o CCP elegeu deputados por Ponte de Lima, Braga, Guarda e Tomar<sup>1248</sup>.

---

<sup>1243</sup> *O Século*, 21 de Fevereiro de 1925, p. 5.

<sup>1244</sup> ASV, AES, Port. 1923-1933, Po. 318. Fasc. 21, fl. 51.

<sup>1245</sup> *Novidades*, 20 de Setembro de 1924 e 23 de Março de 1925.

<sup>1246</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 337-338.

<sup>1247</sup> *Novidades*, 20 de Março de 1924.

<sup>1248</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo...*, p. 180-181.



A criação da União Republicana Liberal foi saudada a 10 de Março de 1926 por António Lino Neto. Comentando as declarações de Cunha Leal, o presidente do CCP considera que «o novo agrupamento político vem para bem servir o País, entrando na realização das grandes reformas nacionais e de administração de que o País carece»<sup>1249</sup>.

As novas organizações políticas surgem no contexto de uma clivagem social cada vez mais acentuada. António Lino Neto procurou situar o Centro Católico Português perante a bipolarização política e social num discurso intitulado «As grandes doutrinas do regresso à ordem» proferido no ateneu comercial do Porto e publicado no *Novidades* a 31 de Maio de 1925. Para o presidente do Centro Católico Português a propriedade individual «Ao lado da família e da associação, é uma das instituições basilares da ordem social; e, como aquelas, vem também sendo nos últimos tempos rodeada duma atmosfera de desrespeito que causa alarme»<sup>1250</sup>. António Lino Neto esclarece e sublinha a posição do Centro Católico Português perante as doutrinas e forças políticas em confronto: «Pertencço a uma organização político-social, chamada o *Centro Católico Português*, que tomou já os seus postos de combate nesse sentido. Não tenho, pois, senão que seguir as indicações dos princípios que a orientam e constituem, em todos os aspectos da vida social, um admirável programa. É guiado por eles que me vou ocupar da propriedade individual, procurando demonstrar a inviabilidade do socialismo ou de quaisquer outras doutrinas que a pretendam ferir nos seus princípios fundamentais»<sup>1251</sup>.

#### 6.5.2. Um «advogado» da Igreja Católica no parlamento

Durante a República do pós Grande Guerra, António Lino Neto, na qualidade de militante católico qualificado colocou as suas aptidões profissionais de advogado ao serviço da Igreja Católica em causas concretas. Um exemplo dessa sua atitude foi o seu empenho na legalização do escutismo católico, cujos estatutos foram ratificados pelo Decreto n.º 10.589, de 14 de Fevereiro de 1925<sup>1252</sup>. Mas o parlamento foi a principal

---

<sup>1249</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 49, em 10 de Março de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 320.

<sup>1250</sup> *Novidades*, 31 de Maio de 1925, p. 3.

<sup>1251</sup> *Novidades*, 31 de Maio de 1925, p. 3.

<sup>1252</sup> No Arquivo Professor António Lino Neto, confiado ao CEHR da UCP, encontra-se diversa documentação relativa a esta intervenção delicada, pois o escutismo católico era encarado com desconfiança pelos sectores republicanos mais laicistas. Ainda em Junho de 1928, o padre Avelino Gonçalves escreveu a António Lino Neto pedindo-lhe para interceder junto do ministro da Guerra para anular a proibição do escutismo católico em Beja e Serpa, em violação do Decreto n.º 10.589, de 14 de Fevereiro de 1925 (Cf. PT/UCP/CEHR/AALN/D/B/03/13). Sobre o escutismo em Portugal ver a dissertação de mestrado de Ana Cláudia Vicente, *A Introdução do Escutismo em Portugal, 1911-1914*, Lisboa, [Dissertação de mestrado], Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2004.

tribuna em que António Lino Neto desempenhou o papel de «advogado», no sentido de defensor, da Igreja Católica. No início da VII e última legislatura da I República, António Lino Neto proferiu uma intervenção de fundo de crítica sistemática à declaração ministerial do sexto governo de António Maria da Silva, o último da I República. Uma frase do primeiro-ministro desencadeou a intervenção: António Maria da Silva declarou-se «Fiel respeitador da Lei da Separação do Estado da Igreja». O líder da «minoría católica» considerava razão para alarme a presença no governo de seis ministros que tinham subscrito o decreto n.º 11.286 de 28 de Novembro de 1925, que começara a vigorar a 2 de Dezembro. Classificava o decreto como lesivo para os interesses da Igreja Católica e já o tinha dito no parlamento a 17 de Dezembro. O decreto revogava o art. 98 da Lei da Separação, de 20 de Abril de 1911, que concedia, sem pagamento de renda, os paços episcopais, os presbitérios e os seminários para habitação dos ministros da religião católica e para o ensino teológico. Revogava também o n.º 3, do artigo 6.º da lei Moura Pinto, de 22 de Fevereiro de 1918 que colocava como condição para os edifícios religiosos voltarem para a posse do Estado se, no prazo de um ano não fossem neles instalados institutos de ensino ou de, depois de instalados, os institutos deixassem de funcionar durante um ano.

A declaração ministerial ignorava também dois projectos do Centro Católico Português pendentes desde a legislatura anterior – o projecto de lei n.º807-B, que se referia à aposentação dos párocos, e o n.º6-L, conhecido no meio católico como «projecto Lino Neto», que revia a Lei da Separação. Ambos tinham pareceres favoráveis de comissões parlamentares. E António Lino Neto prossegue nas críticas a outras questões ausentes das declarações de intenções do governo e a precisar de resposta: a liberdade de ensino religioso, a desvalorização do Padroado do Oriente.

António Maria da Silva responde às críticas contundentes do deputado católico em termos conciliadores, que o deputado católico resume do seguinte modo: «primeiro, que o Governo não faz questão política da revogação ou suspensão do decreto que eu citei; segundo, que o Governo não teve nenhum intuito agressivo, no que diz respeito à questão religiosa, tendo, pelo contrário, todo o empenho em atender as reivindicações dos católicos; terceiro, que as violências de que se queixam os católicos se devem atribuir a má interpretação de alguns executores da Lei da Separação». Perante este esclarecimento, o líder do grupo parlamentar centrista declara adoptar uma atitude de

«simples expectativa»<sup>1253</sup>. A 8 de Janeiro de 1926, António Lino Neto requereu a suspensão do decreto n.º 11.286 e a alienação de bens a que ele se referia. A câmara de deputados remeteu a uma comissão parlamentar o decreto para estudo e recomendou ao Governo que se abstinhasse de actos autorizados pelo decreto com efeitos definitivos.

A cruzada do presidente do CCP pela moral e pelos bons costumes, assim como um entendimento do que era o progresso civilizacional, leva-o a criticar o «olimpismo», que considera uma «paixão inferior», como a do jogo e das touradas, opondo-se à consignação de uma verba para as despesas do Comité Olímpico Português. António Lino Neto cita as críticas de um autor francês, Filipe Tissié, contra o olimpismo francês, publicadas na *Revue des jeux scolaires et d'hygiene sociale*, e declara:

«É com efeito um espectáculo deprimente da nossa civilização ver, ansiosamente, quem ficava campeão do mundo, se o negro Jackson, da América do Norte, se algum brutamonte de qualquer região sertaneja.

Nem está na lógica da vida!

Quanto os inventos do vapor e da electricidade estão dispensando a necessidade do recurso às forças musculares, é que o homem se lança à idolatria dessas forças [...]

Uma loucura!»<sup>1254</sup>

#### 6.5.2.1. Negociações e impasse em torno do reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica.

O golpe de 28 de Maio de 1926 interrompeu definitivamente a discussão no parlamento dos projectos do Centro Católico Português de revisão da Lei da Separação que reconhecia a personalidade jurídica da Igreja Católica. A 11 de Dezembro de 1925, o grupo parlamentar centrista renovou a apresentação do projecto de Lei n.º 6-L designado no meio católico por «projecto Lino Neto», dado ter sido o presidente do CCP o seu principal autor. Nesse dia foi também renovada a apresentação do projecto de Lei n.º 807-B sobre a aposentação dos párocos. A integração da discussão na ordem do dia de um novo projecto sobre a revisão da Lei da Separação entre o Estado e a Igreja Católica, o projecto n.º 1-C, foi repetidamente anunciada e adiada na última sessão legislativa.

O projecto n.º 1-C era o mais radical no reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica. Afirmava claramente: «Aos católicos é reconhecida personalidade jurídica para a manutenção do seu culto, sendo representados pelo

---

<sup>1253</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 9, em 22 de Dezembro de 1925, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p.310.

<sup>1254</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 24, em 26 de Janeiro de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 313.

respectivo Bispo ou pelo Pároco a este subordinado»<sup>1255</sup> (art. 1.º). Os católicos poderiam adquirir e dispor de quaisquer bens (art. 2.º). O Estado devolvia imediatamente os bens da Igreja em seu poder «ainda não definitivamente aplicados» a qualquer serviço de utilidade pública (3.º). Cada freguesia e diocese faria um inventário de bens que seria revisto todos os anos (4.º). Muitas congregações religiosas eram na prática legalizadas, pois o Estado permitia «a associação por motivos religiosos, em convivência comum, para fins de enfermagem e tractamento de doentes, sustentação e educação de pobres, e missões colonizadoras»<sup>1256</sup> (art. 5.º). Os ministros de religião em exercício ficavam isentos de ser jurados (art. 6.º). Os sacramentos podiam ser ministrados independentemente dos actos do registo civil (art. 7.º).

O projecto n.º 1-C ia ao encontro do que os bispos portugueses consideravam a revisão ideal da lei da Separação, mas a sua aprovação era bastante improvável no parlamento da República e António Lino Neto tinha consciência deste facto. O arcebispo de Évora esteve em Lisboa a discutir sobre a situação com os deputados do CCP e enviou uma carta-circular aos outros bispos, pondo-os ao corrente do problema e da resposta estratégica do grupo parlamentar liderado por António Lino Neto: «vim a concluir que será certamente rejeitado o projecto tal qual foi apresentado pela minoria católica, mas a Câmara procurará dar satisfação a esta, votando qualquer coisa que no seu entender favoreça os católicos. Sendo certo que tudo o que fizerem não levará vantagem à lei de 28 de Fevereiro de 1918 “Moura Pinto”, julgam os deputados católicos que poderiam tomar essa lei como base das suas reclamações (tanto mais que contam com a boa vontade e cooperação do seu autor) e conseguir que ela seja modificada e aclarada de maneira a poder ser aceite pela minoria católica, embora esta se mostre sempre constrangida e insatisfeita»<sup>1257</sup>. Nesta carta-circular o arcebispo de Évora pedia aos outros prelados que enviassem para o presidente do CCP os seus pareceres acerca da revisão da Lei da Separação.

Na correspondência com o presidente do CCP, os bispos não chegam a comentar o articulado do projecto n.º 1-C, centrando os seus pareceres sobre as vantagens ou inconvenientes de discutir a Lei Moura Pinto e de que forma era admissível esta

---

<sup>1255</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/05/21.

<sup>1256</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/05/21.

<sup>1257</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/97, fl. 1.

discussão<sup>1258</sup>. O arcebispo de Braga, em carta de 4 de Maio de 1926, defende que «a lei Moura Pinto, ou qualquer outra providência análoga» deve ser redigida de modo a abranger os cabidos ou, pelo menos, as catedrais. Deve ainda prever uma só corporação para cada freguesia, arciprestado, diocese, ou, se fosse possível, uma só corporação para todo o país ou, pelo menos, uma federação das corporações diocesanas. Deve permitir a formação de corporações não só para a sustentação do culto, mas também para fins sociais como o sustento dos meios de formação dos ministros da religião e o seu amparo na velhice e invalidez. Nos conselhos de fábrica a constituírem-se o presidente devia ser o ministro do culto e os vogais terem funções meramente consultivas e de nomeação ou confirmação eclesiástica. As corporações constituídas deviam ser dispensadas da obrigação de elaborar inventários em relação ao seu património futuro e de prestar contas à autoridade civil. Os estatutos das corporações deviam estipular que a resolução de conflitos realizava-se recorrendo à autoridade religiosa e não ao ministro da Justiça e aos tribunais civis<sup>1259</sup>.

D. Agostinho de Jesus e Sousa, bispo coadjutor de Lamego<sup>1260</sup>, em carta de 28 de Abril de 1926 dirigida ao presidente do grupo parlamentar centrista, mostra-se cauteloso em relação ao assunto: os parlamentares do CCP deviam primeiro sondar os membros da câmara para averiguar que modificações estariam dispostos a introduzir na «lei Moura Pinto». Se essas alterações fossem substanciais, tornando a lei «tolerável», deviam aceitar negociar com base na Lei Moura Pinto. No entanto, mesmo neste caso a iniciativa parlamentar não devia partir do CCP. De seguida apresenta as suas críticas à Lei «Moura Pinto»: no art.1.º § 1. Devia ser reconhecida, pelo menos implicitamente, a hierarquia da Igreja Católica. Outra necessidade era eliminar da lei da Separação a obrigação de comunicar à autoridade administrativa a lista dos associados. O bispo coadjutor mostra-se muito crítico em relação aos artigos 3.º e 4.º que, em sua opinião deviam ser eliminados, embora encare com cepticismo essa possibilidade. O artigo 3.º previa a contribuição para a assistência pública de dez por cento das receitas globais das corporações e o artigo 4.º, o qual impunha que as corporações organizassem a sua

---

<sup>1258</sup> Desde a promulgação do decreto, a 23 de Fevereiro de 1918, que a questão se colocava. O autor desta tese escreveu uma primeira abordagem do assunto em «O Centro Católico Português e a revisão da Lei Moura Pinto (1919-1926): o debate interno na Igreja Católica» ..., p. 111-122.

<sup>1259</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/79, fls. 1-2.

<sup>1260</sup> D. Agostinho de Jesus e Sousa fora nomeado para este cargo em 1921, após consulta ao governo. A diocese de Lamego fora abandonada pelo respectivo bispo e, a 16 de Novembro de 1920, o cardeal Gasparri, informado do assunto, comunicou ao núncio de Lisboa que a solução para o problema seria a nomeação de um bispo coadjutor. Gasparri nomeou o bispo coadjutor de Lamego em mensagem datada de 4 de Março de 1921. ASV, AES, Port. 1919-1920, Po. 749. Fasc. 430, fl. 54 e fl. 60.

escrita e contabilidade de acordo com a lei e que enviassem à autoridade administrativa as contas de gerência e cópia das actas. O prelado de Lamego observa que «o clero tem grande repugnância em mandar mapas, fazer relatórios, assentos, etc. É sempre com grande irregularidade que os párocos enviam para a Cúria Episcopal os documentos, exigidos pelo direito ou costumes diocesanos»<sup>1261</sup>. E concluía: «Na minha opinião, a aceitação dos dois artigos [o 3.º e o 4º], à face dos princípios poderia aceitar-se, mas isso seria uma forte machadada na política do Centro. Pelo que, se não houver probabilidade de suprimir aquelas obrigações, melhor é deixar as coisas no pé em que estão até que a Providência nos dê ensejo de conseguir mais vantagens»<sup>1262</sup>.

Em carta de 26 de Abril de 1926, o bispo da Guarda sublinhou que os centristas não deviam desistir da discussão do contra-projecto da comissão da câmara dos deputados sobre a personalidade jurídica da Igreja Católica (devendo referir-se ao parecer n.º 378). Concordaria com a aceitação de melhorias à Lei Moura Pinto, desde que a iniciativa partisse de outros parlamentares (como o próprio Moura Pinto) e não do CCP, dado a Igreja Católica não aceitar algumas disposições da referida lei<sup>1263</sup>. A 29 de Abril, em nova carta, o prelado explicou melhor a sua opinião acerca do decreto Moura Pinto: «A abrogação que o decreto fez, foi um bem; o que instituiu foi um mal». A revisão da Lei de Separação de 1918 adoptou um bom princípio, o de que as corporações devem «harmonizar-se com os preceitos reguladores da sua religião», mas negou este princípio ao dotar as corporações de personalidade jurídica e ao atribuir ao Estado funções fiscalizadoras sobre a Igreja Católica. Em suma: «as corporações devem reduzir-se a mero conselho de fábrica, a meio auxiliar do parrocho; e a fiscalização do Estado não pode admittir-se.»<sup>1264</sup> Quanto à hipótese adoptada em França, de «associações diocesanas», encara-as como um «mal menor»: «Têm o inconveniente de ser o Prelado obrigado a dar contas de essa administração perante uma numerosa assembleia; mas, fora disso, ele tem poderes discricionários, e a Igreja pode adquirir ao abrigo da lei civil e com todas as garantias possíveis. Essas associações não estão sujeitas à tutela do Estado»<sup>1265</sup>.

O bispo de Coimbra foi o mais céptico em relação ao problema. Acusando, a 25 de Abril, a recepção da carta-circular do arcebispo de Évora, confessou: «Não sei o que

---

<sup>1261</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/76, fl. 3.

<sup>1262</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/76, fl. 4.

<sup>1263</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/75, fl. 1.

<sup>1264</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/77, fls. 1-2. Sublinhado no original.

<sup>1265</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/77, fl. 2.

hei-de responder»<sup>1266</sup>. Da sua resposta depreende-se que considerava o Decreto Moura Pinto um «mal menor»: «Receio muito que os inimigos da Igreja, mexendo-se na Lei Moura Pinto, a tornem peor»<sup>1267</sup>. Em carta do mesmo dia, o bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira dos Santos, tomava uma posição semelhante: «Parece-me que os Deputados Católicos devem repelir tudo o que contrarie as liberdades da Igreja e a legislação canónica, sendo melhor não andar nada do que pôr os pés em falso, esperando-se melhor oportunidade, que há-de vir, embora demore. Entretanto, os Deputados Católicos verão o que é oportuno fazer-se, para maior benefício da Igreja, perante a orientação que a Câmara tomar»<sup>1268</sup>.

A teoria do «mal menor» também era evocada pelo bispo de Leiria, a 29 de Abril, retirando ilações opostas às do bispo de Coimbra: «Não conheço na sua totalidade as projectadas alterações mas, como sou partidário do menos mau essas alterações não envolvem responsabilidade para Episcopado nem para V. Excia, tudo quanto possam alcançar é lucro»<sup>1269</sup>.

O bispo do Algarve, D. Marcelino, é o único prelado com um ponto de vista intransigente: começa por afirmar que «A lei Moura Pinto tem por base a lei de 20 de Abril, a qual ela modificou nalguns pontos e revogou em bem poucos»<sup>1270</sup>. E logo acrescenta, ignorando os esforços de Bento XV de *ralliement* com a República e o retomar das relações diplomáticas entre o Estado português e a Santa Sé: «Ora a lei de 20 de Abril está de há muito condenada pela Santa Sé; as modificações introduzidas na de 22 de Fevereiro, em quase todos os seus artigos, colidem com as doutrinas da Igreja»<sup>1271</sup>. Admite discutir a Lei Moura Pinto se o seu autor tomasse a iniciativa e se os deputados centristas votassem favoravelmente apenas as disposições de acordo com os princípios da Igreja Católica. Os deputados do CCP deviam era insistir no seu projecto de lei: «eu preferiria que se discutisse e defendesse intransigentemente esse projecto, como elle foi apresentado pela minoria católica»<sup>1272</sup>.

A estratégia intransigente parecia votada ao fracasso, pois mesmo a discussão parlamentar do parecer n.º 378, que resultara de um consenso entre diversas forças

---

<sup>1266</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/74, fl. 1.

<sup>1267</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/74, fl. 1.

<sup>1268</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/73, fl. 1.

<sup>1269</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/78, fl. 1.

<sup>1270</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/72, fl. 1.

<sup>1271</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/72, fl. 1.

<sup>1272</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/D/03/72, fl. 4.

políticas republicanas deparava com fortes resistências. A 15 de Março, reagindo a uma intervenção de António Lino Neto que anuncia para breve a discussão do parecer n.º 378, José Domingues dos Santos, líder da Esquerda Democrática, declara:

«A nós pouco nos importa a questão [o adiamento da discussão para a sexta-feira seguinte, permitindo que a comissão das finanças apresente um parecer]; e desde já declaramos que votamos contra o projecto.

De nada serviu afastar a tempestade que estava no ar. Ela há-de voltar novamente.

O que não há é a coragem e lealdade de dizer o que se pensa.

A maioria democrática quer agradar aos católicos e ao mesmo tempo satisfazer as forças republicanas lá de fora.

Nós votamos contra a personalidade jurídica da Igreja. Não precisamos de ouvir a comissão das finanças»<sup>1273</sup>.

Amâncio de Alpoim reforça a crítica de José Domingues dos Santos acerca do dilema que se colocava ao PRP: «O problema é este: a maioria democrática não quer votar o projecto, e não quer ser desagradável à minoria católica»<sup>1274</sup>.

#### 6.5.3. A intervenção de um parlamentar em nome de um «governo de competências»

Na última fase da I República, o líder da «minorias católica» continua a legitimar algumas das suas intervenções não pela sua pertença confessional, mas por uma ideia de «governo de competências». A declaração ministerial do quinto governo de António Maria da Silva, em que o PRP constitui de novo governo sozinho, é acolhida, a 6 de Julho de 1925, do seguinte modo por António Lino Neto: «Diz o Governo que fará uma política nacional; é essa que nós queremos ver feita, remodelando-se os serviços consoante as necessidades públicas»<sup>1275</sup>.

As intervenções de António Lino Neto sobre questões técnicas e administrativas foram escassas nos últimos três governos da I República. O líder do grupo parlamentar centrista tem uma única intervenção de fundo sobre a célebre questão do regime de exploração da indústria dos tabacos, a 10 de Maio de 1926. Apresenta uma moção sobre o assunto. Mais uma vez, o carácter técnico e administrativo não é completamente separável da questão religiosa e António Lino Neto tece algumas considerações, na perspectiva da moral católica, sobre o Estado português deter o exclusivo sobre a indústria dos tabacos: «Poder-se-ia discutir se é moral que o Estado venha explorando um vício como é o do tabaco, que inferioriza a população, subalternizando-a a hábitos

<sup>1273</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 52, em 15 de Março de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 321.

<sup>1274</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 52, em 15 de Março de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 321.

<sup>1275</sup> VI Legislatura, Sessão n.º em 6 de Julho de 1925, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 302.



que não servem nem ao corpo nem à alma. Está, porém, já averiguado por uma larga experiência que, se o Estado o não explorar, ele, longe de cessar, se agrava mais ainda. Por isso, do mal o menos: tirem-se dele alguns rendimentos que redundem em proveito dos interesses gerais da sociedade. É por esta mesma lógica que em todos os Estados modernos se tem também estabelecido o exclusivo das lotarias»<sup>1276</sup>.

Lembra que à meia-noite de 30 de Abril de 1926 terminou a concessão do Estado à Companhia de Tabacos de Portugal e não o exclusivo dos tabacos para o Estado português, da qual nunca abdicou. Esclarece que, entre 1864 e 1868 vigorou um regime de «liberdade restrita» que não pôs em causa «o exclusivo dos tabacos» que «está como que entranhado nos nossos costumes constitucionais».

A «questão dos tabacos» era eminentemente política. Causara divergências entre «bonzos» e «canhotos» do PRP ainda antes da cisão de José Domingos dos Santos. Na fase final da República, quase toda a oposição era contra o regime de *régie* porque considerava que este dava ao partido no Governo a possibilidade de alimentar uma clientela económica que o tornava inamovível. O PRP era apenas apoiado nesta questão pelos socialistas. O Partido Republicano da Esquerda Democrática, alvaristas, nacionalistas e seguidores de Cunha Leal defendiam o regime de liberdade. Os monárquicos eram favoráveis ao monopólio privado<sup>1277</sup>.

António Lino Neto, na sua intervenção na câmara dos deputados, declara ser necessário manter o exclusivo dos tabacos a bem das finanças públicas do país. Toma posição contra o regime de *régie* mas também contra um regime de liberdade que declara nunca ter verdadeiramente existido, convergindo deste modo com o ponto de vista dos monárquicos. No entanto, o presidente do CCP apoia a acção do governo para que a actividade das fábricas de tabaco não seja interrompida até se encontrar uma solução definitiva para o problema, apresentando à mesa uma moção que permite à câmara dos deputados autorizar o governo a usar os créditos necessários para «a completa conservação do valor da sobredita indústria»<sup>1278</sup>. Os argumentos desenvolvidos nesta última intervenção relevante de António Lino Neto na câmara dos deputados reiteram a orientação que procurou imprimir ao Centro Católico Português durante a República do pós Grande Guerra: uma «colaboração crítica» com o poder

---

<sup>1276</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 83 em 10 de Maio de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 324.

<sup>1277</sup> António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 159-164.

<sup>1278</sup> VII Legislatura, Sessão n.º 83 em 10 de Maio de 1926, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 324.

constituído que o leva a discordar da opção da *régie* ao mesmo tempo que apoia uma acção do governo para não interromper o funcionamento da companhia dos Tabacos: uma autolegitimação do seu posicionamento em nome de um «interesse nacional» transpartidário.

## VII – Um católico na transição da ditadura militar para o Estado Novo (1926-1934)

### 7.1. O derrube da I República e a evolução da «ditadura militar»

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi um pronunciamento do exército iniciado em Braga que marcou o fim da I República e o início da mais longa autocracia europeia do século XX. Esta visão que nos é dada pela perspectiva histórica não foi óbvia para os homens desse tempo que encararam a intervenção do exército como uma oportunidade de apelar do poder o partido de António Maria da Silva, percepção que explica em grande parte a ausência de uma resistência organizada e o apoio ou o benefício da dúvida de amplos e diversos sectores sociais. A conspiração tinha duas componentes: uma republicana conservadora, liderada pelo comandante Mendes Cabeçadas, que chefiara a tentativa insurreccional de 19 de Julho de 1925 e tinha ligações a Cunha Leal e à União Liberal Republicana; outra de intenção claramente anti-liberal, que se manifestara na organização do golpe de 18 de Abril de 1925. Para a primeira tendência, a ditadura seria transitória e necessária para «regenerar» a República; para a segunda, que viria a triunfar, a ditadura era uma solução para a «questão política» e desde o início pugnou e alcançou o encerramento do parlamento e a instauração da censura. Sinel de Cordes era o líder discreto desta tendência, apoiado por Raul Esteves. Gomes da Costa, que tinha ligações ao Partido Radical, foi a personalidade que os sinelistas instrumentalizaram para marginalizar os republicanos e afastar Mendes Cabeçadas da liderança do movimento militar.

António Maria da Silva demitiu-se a 29 de Maio de 1926 e o presidente da República, Bernardino Machado nomeou, por carta publicada no *Diário do Governo*, presidente do ministério o comandante Mendes Cabeçadas. As intenções deste gesto, cujas consequências não oferecem dúvidas, têm sido discutidas. Douglas L. Wheeler considera que o Presidente da República pretendeu manter a legalidade constitucional, evitar uma guerra civil e impedir a restauração da monarquia<sup>1279</sup> e Luís Bigotte Chorão interpreta esta acção como o apoio a uma das facções do movimento, a que viria a perder<sup>1280</sup>. Luís Bigotte Chorão sustenta que «Bernardino Machado acaba por facilitar aos revoltosos o acesso ao poder, concedendo, de facto, uma *aparência* de legitimidade constitucional ao que não passara, na intenção e na prática, de um golpe de Estado

---

<sup>1279</sup> Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2010, p. 287.

<sup>1280</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República...*, p. 185-193.

destinado a provocar uma mudança de governo, em total desrespeito pela Constituição»<sup>1281</sup>.

A 6 de Junho, Gomes da Costa entra triunfalmente em Lisboa, à frente de quinze mil homens. O Congresso da República foi dissolvido a 9 de Junho de 1926, o que foi qualificado por Luís Bigotte Chorão como um segundo golpe de Estado<sup>1282</sup> que rompeu de modo irreversível com a Constituição de 1911<sup>1283</sup>. A 11 de Junho, o governo da ditadura passou a ser dirigido por um triunvirato constituído por Mendes Cabeçadas, o primeiro-ministro, Gomes da Costa, ministro da Guerra, Colónias e Agricultura, e Gama Ochoa, ministro dos Negócios Estrangeiros. Gomes da Costa apresenta, a 14 de Junho, um programa de governo de carácter anti-liberal e autoritário que Mendes Cabeçadas não pode aceitar. A 17 foi intimado pelo general a demitir-se e no dia seguinte preferiu demitir-se a desencadear um confronto armado. Luís Bigotte Chorão vê no afastamento de Mendes Cabeçadas outro golpe de Estado<sup>1284</sup>. De um ponto de vista formal a situação é complexa, pois Mendes Cabeçadas nomeou Gomes da Costa presidente do ministério, transmitindo-lhe os poderes que recebera de Bernardino Machado. O general Gomes da Costa foi o dirigente nominal da ditadura militar de 17 de Junho a 9 de Julho de 1926. Na origem do seu afastamento encontra-se uma conturbada reunião do Conselho de Ministros, a 6 de Julho de 1926, em que Gomes da Costa pretende impor a Manuel Rodrigues alterações ao decreto que regulamentava as relações entre Estado e Igreja Católica, de acordo com as exigências católicas de reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica transmitidas pelo padre Souza Peres, que se encontrava presente. Perante os protestos de Carmona, Ochoa e do ministro do Interior, António Claro, Gomes da Costa demite-os. Todos os ministros, à excepção de Filomeno da Câmara, e os principais comandos do exército solidarizam-se com os ministros demitidos. Na madrugada de 9 de Julho foi decidida a demissão de Gomes da Costa, o qual foi preso e exilado nos Açores. Fora dado um quarto golpe de Estado na perspectiva de Luís Bigotte Chorão. O general Carmona, que sobraçou as pastas de primeiro-ministro e ministro da Guerra, tornou-se o rosto de um regime conservador que tinha em Sinel de Cordes, monárquico de simpatias integralistas, o ministro das

---

<sup>1281</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República...*, p. 193.

<sup>1282</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República...*, p. 199.

<sup>1283</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República...*, p. 200.

<sup>1284</sup> A numeração dos «golpes de Estado» diverge entre os autores. Jorge Campinos considera o afastamento de Mendes Cabeçadas o «segundo golpe de Estado» em *A Ditadura Militar. 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 58. Para Luís Bigotte Chorão que, como vimos considera o «segundo golpe de Estado» a dissolução do Congresso da República, este é o «terceiro golpe de Estado».

Finanças<sup>1285</sup>. O grupo de conspiradores anti-liberais que organizara o golpe de 18 de Abril de 1925 tornava-se hegemónico na ditadura. Carmona foi adquirindo um poder formal que tinha correspondência com a realidade política: a 16 de Novembro de 1926 foi nomeado «Presidente da República interino». A 3 de Fevereiro de 1927 verifica-se o primeiro caso sério de resistência armada à ditadura. A preocupação em criar «aparências constitucionais»<sup>1286</sup> e buscar apoios para um regime que se vê obrigado a recorrer à violência para se manter contribuem para a decisão de eleger o Presidente da República, o que acontece em Março de 1928.

Douglas L. Wheeler subdivide a transição da ditadura militar para o Estado Novo em três subperíodos: o regime dos «Jovens Tenentes» (1926-1928), o regime sob a liderança de Salazar (1928-1930) e a formação do Estado Novo (1930-1933)<sup>1287</sup>. Fernando Rosas, numa periodização perspectivada pela ascensão de Salazar e definição do seu projecto político, identifica quatro momentos: a criação da imagem do «mago das finanças» por contraposição crítica à desordem nas finanças públicas (1926-1928), a vitória sobre o republicanismo conservador (1928-1930), a clarificação política (1930-1932) e a institucionalização do Estado Novo (1932-1934)<sup>1288</sup>.

Na primeira fase da ditadura militar, até Salazar chegar a ministro das Finanças em Abril de 1928, foi implementada uma única e desastrosa política financeira coerente, a do general e ministro das Finanças Sinel de Cordes, o qual pretende fomentar a economia com um financiamento público concretizado em subsídios e avales de empréstimo a empresas privadas segundo critérios duvidosos, condicionados pelas ligações do ministro aos meios financeiro e industrial. O défice orçamental foi agravado por um aumento de 27 por cento dos gastos militares entre 1926 e 1928, num contexto em que os militares melhoram as suas remunerações e reprimem o revirinho<sup>1289</sup>. O perdão da dívida de guerra de Portugal ao Reino Unido em Dezembro de 1926 representou um sucesso com pouco impacto na opinião pública. O ministro das Finanças, general Sinel de Cordes, tentou negociar um empréstimo da Sociedade das Nações ao Estado português, no valor de 12 milhões de contos, provocando uma acesa polémica em Portugal, que desgastou o governo, por os credores colocarem como

---

<sup>1285</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 150.

<sup>1286</sup> Jorge Campinos, *A Ditadura Militar...*, p. 64-65.

<sup>1287</sup> Douglas L. Wheeler, *História Política...*, p. 293.

<sup>1288</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 171-172.

<sup>1289</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 155-156.

condição do empréstimo o controlo das receitas fiscais de Portugal. A recusa do empréstimo pelo governo, na fase final das negociações, foi apresentada como uma vitória, mas assinalava a derrota da estratégia seguida e a necessidade de encontrar outra solução e outra personalidade para executá-la.

Salazar, que se mostrou, desde a primeira hora, um crítico contundente do empréstimo, chegou a ministro das Finanças em Abril de 1928. A política do novo ministro foi definida como uma «ditadura financeira», pois implicava a autorização das receitas e despesas de todos os ministérios. Mas a política de Salazar extravasava o campo especificamente financeiro e as suas medidas não tinham um carácter apenas temporário. A via de Salazar para o equilíbrio das finanças públicas era uma alternativa ao percurso «regenerador» tendo como meta um regresso às instituições liberais. A Grande Depressão de 1929 expôs as fragilidades do modelo liberal e foi aproveitada por Salazar. A sociedade e a economia portuguesa acusaram tarde e pouco o seu impacto, que se tornou nítido em 1931, e recuperaram rapidamente, de modo visível a partir de 1932. A escassa abertura ao exterior, a fraca concorrência dos principais produtos de exportação portuguesa – vinho, cortiças, conservas de azeite – e uma agricultura em grande parte de autoconsumo explicam este fenómeno. A «crise de 1929» marcou Portugal porque serviu de pretexto para o reforço de um crescente intervencionismo do Estado e foi encarada como uma oportunidade de industrialização. A pauta aduaneira de 31 de Dezembro de 1929 reforçou o proteccionismo, especialmente sobre produtos agrícolas como o trigo, arroz e lãs<sup>1290</sup>.

O equilíbrio orçamental e a estabilização monetária possibilitaram, além de uma reactivação do investimento privado e provavelmente de um retorno de capitais colocados no estrangeiro, um decréscimo das taxas de juro e a implementação de uma política de crédito público. Em Março de 1929 foi criada na Caixa Geral de Depósitos a Caixa Nacional de Crédito, um organismo através do qual o Estado financiou a indústria e a agricultura portuguesas. Em 1928-1929 as despesas do Estado com transportes e comunicações atingiram os 16 por cento das despesas gerais do Estado, reflectindo uma tendência que foi outro dos eixos da política económica da «ditadura nacional», o investimento em infra-estruturas, absorvendo uma parte importante do desemprego<sup>1291</sup>. A partir de 1929, o governo reviu a política fiscal, lançou a Campanha do Trigo,

---

<sup>1290</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 94.

<sup>1291</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 225-229.

garantindo a colocação no mercado interno do trigo produzido em Portugal, e adoptou uma pauta proteccionista. A nomeação do general Domingos de Oliveira como presidente do ministério, a 21 de Janeiro de 1930, permitiu a Salazar traçar o rumo da ditadura e remeteu para uma posição defensiva o republicanismo militar conservador.

Na terceira fase, segundo a periodização de Fernando Rosas, as relações entre a metrópole e as colónias foram reguladas pelo Acto Colonial (1930) e verificou-se uma estabilização da moeda que permitiu, em 1931, Portugal aderir ao padrão-ouro, para logo o abandonar seguindo o exemplo do Reino Unido e indexando o valor do escudo à libra esterlina<sup>1292</sup>. De um ponto de vista político, assinala-se que o ano do Acto Colonial é também o da criação da União Nacional que, como veremos, levantará interrogações sobre o lugar e o papel a desempenhar na sociedade e no Estado português pelo CCP. A partir da repressão da revolta de 26 de Agosto de 1931, as posições de Salazar e da direita radical foram reforçadas e desaparece o horizonte de um retorno a uma República liberal. Em Julho de 1932, Salazar tornou-se presidente do conselho e o líder formal do governo, papel que já desempenhava de facto desde 1930, tornando-se perceptível o papel do autocrata na gestão dos equilíbrios políticos e sociais do regime. Como tem sublinhado Fernando Rosas, a partir de uma plataforma comum de rejeição do liberalismo e de empenho no projecto de um Estado forte e interveniente, Salazar atrai para a sua política personalidades provenientes do Centro Católico Português onde se formara, do republicanismo conservador, do integralismo lusitano, do fascismo, tecnocratas com intenções de modernização económica<sup>1293</sup>. Esta atitude de atracção foi articulada com uma outra de afastamento dos sectores republicanos conservadores fiéis a algum tipo de ideário liberal e dos sectores nacionais-sindicalistas adversários do projecto político que se viria a institucionalizar no Estado Novo. Os fascistas, tendo desempenhado um papel menor no derrube da I República, consideraram que a Ditadura Militar constituía uma oportunidade para se afirmarem. A organização mais forte que se reivindicou da ideologia fascista foi a dos nacionais-sindicalistas. Sob a liderança de Rolão Preto, desafiaram o rumo que Salazar pretendia imprimir à ditadura<sup>1294</sup>.

Num discurso que Salazar profere em comentário à apresentação do programa da União Nacional, em Julho de 1930, são já claros os eixos ideológicos do Estado Novo:

---

<sup>1292</sup> Para uma síntese da História económica e financeira da Ditadura Militar, ver Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal...*, p. 376-380.

<sup>1293</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 168-170.

<sup>1294</sup> António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*

recusa do demoliberalismo, isto é, dos princípios da «liberdade» e da «soberania popular» como princípios legitimadores do regime político; adopção do «nacionalismo corporativo», com a integração da nação num Estado forte, interveniente na sociedade e na economia, organizador de um império colonial<sup>1295</sup>.

A 23 de Novembro de 1932, num discurso na sala do Conselho de Estado, o autocrata afirma a sua independência face aos antigos partidos políticos, à monarquia e à Igreja Católica e advoga a dissolução do Centro Católico Português. O processo de demarcação do antigo centrista face à organização política-religiosa em que militara atinge um novo patamar. Salazar reivindica para o Estado Novo que se estava a instituir a resolução da «questão religiosa» e a consequente falta de sentido da organização política dos católicos fora da União Nacional que, anunciada dois anos antes, começava em Novembro de 1932 a ser implementada.

A chefia do governo por um civil marcou o processo de «desmilitarização» da vida pública<sup>1296</sup>. Salazar negociou com as chefias militares conservadoras o «regresso das tropas aos quartéis» num processo complexo que só alcança em 1936 a desejada meta de um exército «garante da revolução nacional»<sup>1297</sup>. A década de 1930 foi marcada por um ajustamento da economia e da sociedade à nova ordem política através do condicionamento industrial – as primeiras leis gerais com efeitos restritivos sobre a concorrência entre empresas industriais foram de 1931 – e da cartelização corporativa de sectores de exportação de produtos, nomeadamente, em 1932, das conservas de sardinha e do vinho do Porto.

#### 7.1.1. António Lino Neto como porta-voz de expectativas e reservas dos católicos face à ditadura militar.

A 28 de Maio de 1926, António Lino Neto encontrava-se em Braga, sendo uma das personalidades convidadas para participar nas sessões de estudo do Congresso Mariano a decorrer. Falou na sessão solene de 28 de Maio, juntamente com o bispo de Portalegre e Gomes Teixeira. O congresso católico não impressionou tanto por causa das sessões de estudo, habituais neste tipo de iniciativas, mas pela dimensão das manifestações populares. A relação entre o golpe militar e o acontecimento religioso

---

<sup>1295</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 179-183.

<sup>1296</sup> Telmo Faria, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Edições Cosmos. Instituto de Defesa Nacional, 2000, p. 22.

<sup>1297</sup> Telmo Faria, *Debaixo de fogo!...*, p. 257-258.



tem sido objecto de discussão historiográfica. Gomes da Costa, que aderiu ao golpe da véspera, chegou a pensar no Porto como ponto de partida para o movimento revolucionário. Junto do general encontravam-se diversos católicos, como o padre jesuíta Souza Peres e Ângelo César que, como vimos, se demitiu do CCP em solidariedade com os insurrectos de 18 de Abril de 1925. Gomes da Costa falou com o arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos, e o núncio Nicotra, assegurando-lhes que o movimento revolucionário não prejudicaria as festividades religiosas. Não há fontes que comprovem se foram feitas mais promessas, relativas a uma mudança na «política religiosa», em troca de um apoio formal. Diversos testemunhos convergem na ideia de que o golpe foi bem acolhido pelos católicos reunidos em Braga e informados dos acontecimentos e que este apoio poderá ter animado um general Gomes da Costa tentado pela desistência<sup>1298</sup>. A Igreja Católica evitou cautelosamente comprometer-se com a nova situação política, apesar do núncio Nicotra estar convencido, desde o início, que a mudança política em Portugal iria favorecer a Igreja Católica, como aliás estava escrito no manifesto-programa do 28 de Maio. É esse o ponto de vista que o núncio exprime a 16 de Junho de 1926 no relatório para a Secretaria de Estado do Vaticano<sup>1299</sup>.

As expectativas dos católicos em relação à «política religiosa» da ditadura militar cresceram com algumas decisões e sinais. A 3 de Junho de 1926, os centristas António de Oliveira Salazar e Mendes dos Remédios foram nomeados para o governo, respectivamente, como ministro das Finanças e ministro da Educação. Salazar duvida de que estejam reunidas as condições para que possa exercer o cargo e coloca objecções à sua aceitação. Chega a Lisboa a 4 de Junho e no dia seguinte regressa a Coimbra. Após Mendes dos Remédios ter insistido com o professor de Finanças para que entre no governo, Salazar vem de novo a Lisboa, a 12 de Junho, onde era esperado, na estação do Rossio, por António Lino Neto, Joaquim Dinis da Fonseca, Manuel Rodrigues Júnior, o ministro da Justiça, Mendes dos Remédios e outras personalidades<sup>1300</sup>. A presença do presidente do CCP e do deputado que fora o seu braço direito no parlamento – Joaquim Dinis da Fonseca – era significativa das esperanças que o Centro Católico Português depositava no facto de Salazar sobraçar a pasta das finanças. Nesse mesmo dia Salazar toma posse como ministro. A 17 de Junho Gomes da Costa demitiu Mendes Cabeçadas. Confrontados com a demissão de Mendes Cabeçadas, os três ministros civis – Manuel

---

<sup>1298</sup> António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 373-382.

<sup>1299</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 436, fl. 158-161.

<sup>1300</sup> Franco Nogueira, *Salazar – Estudo biográfico*, Vol. I, *A mocidade e os princípios (1889-1928)*, 3.<sup>a</sup> edição, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 308.

Rodrigues Júnior, Salazar e Mendes dos Remédios – demitem-se alegando por carta que há um problema político por resolver e que não é a eles que cabe resolvê-lo. No entanto, Manuel Rodrigues Júnior permaneceu no governo, sendo o responsável pela pasta da Justiça e Cultos, de 3 de Junho de 1926 a 11 de Abril de 1928, e, como tal, pela «política religiosa» dos primeiros anos da ditadura militar. Após sair do governo, Salazar escreveu a António Lino Neto:

«Não pude ainda desde que vim enviar-lhe uma palavra de agradecimento e de explicação – agradecimento por todas as suas gentilezas dum grande e verdadeiro amigo, explicação da minha saída que devia a quem com tanto interesse patriótico e tanta dedicação me acompanhou na minha curta passagem pelo M. das F. Sabe já de certo que não foi propriamente minha a culpa da retirada. Não queria vir [?]; mas a estar lá e se continuasse, espero que algum trabalho útil podia fazer a bem do paiz. Para tanto contava com o seu auxílio e bom conselho. Está dispensado de maçadas»<sup>1301</sup>.

Em entrevista dada a Alberto Xavier a 12 de Junho de 1926, no *Diário da Tarde*, *Jornal Republicano Independente*, António Lino Neto exprimiu publicamente o que os católicos consideravam um mínimo de reivindicações que o governo devia satisfazer: o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica, isto é, do estatuto de bispos e párocos; a liberdade de ensino religioso pelo menos em escolas particulares, e a devolução de templos, alaias e presbitérios aos quais o Estado ainda não tivesse dado uma aplicação definitiva<sup>1302</sup>. Nesta primeira entrevista após o 28 de Maio de 1926, António Lino Neto não apresenta a Igreja Católica como uma vítima do regime deposto que a ditadura viria resgatar, declarando que as reivindicações mínimas da Igreja Católica estavam prestes a ser satisfeitas pelo governo republicano e deste modo colocando o novo poder sob pressão para finalizar um processo interrompido pelo pronunciamento militar: «O que o governo promete e anuncia não é senão o mínimo das reivindicações dos católicos, o que, com a colaboração de quasi todos, senão todos os grupos parlamentares das câmaras dissolvidas, nós contávamos conseguir pela via legislativa normal, se os recentes acontecimentos não tivessem interrompido a lógica sequência dos factos. Devo notar que nessa ocasião não se esboçou na imprensa, mesmo esquerdista, uma tão viva e acalorada resistência que eu quero atribuir ao imperfeito conhecimento do problema»<sup>1303</sup>. Para combater a resistência às reivindicações católicas, o presidente do CCP esclarecia que o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica não implicaria o fim do regime de separação entre Estado e Igreja em

<sup>1301</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/298/02, fl. 1.

<sup>1302</sup> *Diário da Tarde*, *Jornal Republicano Independente*, 12 de Junho de 1926, p. 1.

<sup>1303</sup> *Diário da Tarde*, *Jornal Republicano Independente*, 12 de Junho de 1926, p. 1.

Portugal. Alberto Xavier terminava a entrevista com um texto de opinião em que declarava o apoio do *Diário da Tarde* às reivindicações da Igreja Católica da qual António Lino Neto era um reconhecido porta-voz: «Por que não se há de satisfazer tudo isso, que é razoável, e que em nada anula as bases essenciais da chamada *Lei de Separação*? Se o deferimento dessas reclamações pode consolidar a paz religiosa em Portugal e tornar mais íntimos os laços de cordealidade entre os católicos e a República, porque se não há decretar nesse sentido? O *Diário da Tarde*, que é um jornal liberal e que interpreta as tendências tolerantes e justas da nação e dos republicanos, aprova o pensamento que inspira o governo nessa matéria e confia em que ele saberá manter-se, nesse delicado assunto, dentro dos limites razoáveis»<sup>1304</sup>.

As expectativas da maior parte dos católicos, incluindo António Lino Neto, foram defraudadas pelo Decreto 11.887, de 6 de Julho de 1926, o qual concretizou a primeira «política religiosa» da ditadura militar, com a intenção de resolver o conflito entre República e Igreja Católica. Como observa Luís Bigotte Chorão, «o diploma de Manuel Rodrigues Júnior não reconheceu personalidade jurídica à Igreja [Católica], fundando-se nessa opção do legislador o essencial da crítica católica ao decreto»<sup>1305</sup>. O preâmbulo do diploma esclarece que o critério seguido para a concessão da personalidade jurídica foi concedê-la às pessoas colectivas organizadas pelas igrejas. Os bens eclesiásticos confiscados pelo Estado foram apenas devolvidos em uso e administração para fins culturais, na condição de ainda não estarem aplicados a serviços de utilidade pública. Uma importante mudança introduzida pelo decreto de 6 de Julho e publicado a 15 desse mês foi a permissão do ensino religioso nas escolas particulares. Ainda antes de publicado, o padre Souza Peres terá criticado o decreto ao general Gomes da Costa, de quem era próximo, e perante o qual se apresentava como mandatário do Patriarcado para negociar o decreto acerca da personalidade jurídica. O conflito no interior do governo saldou-se pelo afastamento de Gomes da Costa e pela continuação do ministro da Justiça.

Tudo indica que António Lino Neto se mantém alheado destes episódios, não desempenhando o papel de mediador entre a hierarquia católica e o governo que

---

<sup>1304</sup> *Diário da Tarde, Jornal Republicano Independente*, 12 de Junho de 1926, p. 1.

<sup>1305</sup> Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República...*, p. 703.

desempenhara em determinados momento da I República<sup>1306</sup>. É a Salazar e Mário de Figueiredo que Manuel Rodrigues confia a primeira redacção do Projecto sobre matéria religiosa. Salazar e Mário de Figueiredo tiveram uma reunião a 6 de Junho de 1926 com o bispo de Coimbra para discutirem o assunto<sup>1307</sup>. Segundo o relatório do núncio apostólico de 8 de Julho de 1926, na primeira versão do decreto, escrita por Salazar, seriam restituídos à Igreja Católica todos os bens que possuía antes da Lei da Separação. A reacção do núncio em Lisboa ao decreto Manuel Rodrigues é de decepção: exceptuando o reconhecimento da liberdade de ensino da Igreja Católica em escolas particulares e o direito às pensões dos padres, a primeira lei da ditadura militar sobre a questão religiosa, era apenas uma versão imperfeita do Decreto Moura Pinto. Daí o núncio concluir no relatório: «Francamente, da un Governo che aveva proclamato altamente di volerla rompere per sempre con tutte le tirannie, e da un Ministro che si professava credente, i cattolici portoghesi avevano diritto di attendersi di meglio e soprattutto di più»<sup>1308</sup>. O telegrama que envia no mesmo dia para Roma é mais contundente: «Pubblicato decreto personalità giuridica. Documento, contrariamente progetto primitivo, ignora gerarchia, mantenendo antiche corporazioni; contiene limitazione odioze, disposizioni vessatorie»<sup>1309</sup>. Os documentos produzidos pelo núncio sugerem que a Igreja Católica tinha mais motivos para confiar em Salazar do que em Manuel Rodrigues, o que é relevante para compreender os acontecimentos posteriores.

Apesar de distante das negociações entre Igreja Católica e os primeiros governos da ditadura militar, António Lino Neto continua a ser uma personalidade escutada e com alguma influência junto de sectores republicanos, com os quais mantém ligações pessoais e é também nessa condição que intervém no espaço público. Numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, publicada a 8 de Julho de 1926, mostra-se prudente em relação à política religiosa de um governo saído do que considera «uma revolução de tendência nacional»<sup>1310</sup>. Ainda que não empregue o termo «revolução nacional» que implicaria um apoio à nova situação, António Lino Neto dá conta de algumas expectativas e também decepções perante o texto do decreto de Manuel Rodrigues Júnior: «seria legítimo esperar mais». Em síntese: «O decreto, de uma maneira geral, é insuficiente. Não posso

---

<sup>1306</sup> Sintomaticamente, no arquivo António Lino Neto, que reúne documentos relativos a interlocutores muito diversos, não se encontram fontes não jornalísticas relacionadas com o padre Souza Peres ou o general Gomes da Costa.

<sup>1307</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 449, Po. XIIª, fl. 11.

<sup>1308</sup> AES, IV Período, Po. 339, fl. 30.

<sup>1309</sup> ASV, Caixa, 436, Po. X, fl. 68.

<sup>1310</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1926, p. 5.

deixar de reconhecer a boa vontade do sr. ministro. E é-me gostoso acentuar que ele atende algumas das reivindicações mínimas da consciência católica. Sobretudo, ele representa um passo para diante, no campo das nossas aspirações legítimas e sempre retardadas. Mas algumas das reivindicações mínimas – acentuo mínimas – ficaram por atender»<sup>1311</sup>.

António Lino Neto valoriza no decreto a devolução à Igreja Católica de parte dos seus bens, a legalização do ensino religioso nas escolas e o reconhecimento da hierarquia eclesiástica. Noutros pontos, o decreto nada traz de novo. Sublinha que o decreto Moura Pinto reconhecia de modo mais claro a personalidade dos bispos e párocos e congratula-se por o decreto de Manuel Rodrigues Júnior não revogar as alterações à Lei da Separação de 1918. Faz questão de registar que «Pela forma como se encontra redigida a lei, as suas disposições mesmo, parecem indicar que o decreto teve a sua fonte no parecer 378 dos Deputados, relatado pelo democrático sr. Alfredo de Sousa e assinado por representantes de todas as correntes políticas, inclusive os esquerdistas, que depois o atacaram e no parecer sobre aposentações do democrático sr. dr. Almeida Ribeiro e que estava dado para ordem da sessão de encerramento, nos Deputados»<sup>1312</sup>. E acrescenta: «alguns “leaders” já tinham acordado com a minoria católica que certas disposições não iriam por diante. Pois são agora lei»<sup>1313</sup>. O que era uma forma de colocar no governo da ditadura militar o ónus da prova de que era capaz de uma resposta cabal para a «questão religiosa» que a República do pós Grande Guerra buscara. António Lino Neto critica o que considera uma insuficiente restituição de bens à Igreja Católica, a contribuição financeira que pesava sobre as corporações encarregadas de culto e o facto destas terem de enviar às autoridades administrativas as contas de gerência. A conclusão que o ex-líder parlamentar centrista esboça é a seguinte: «o decreto representa um passo em frente, mas está alguma coisa longe de atingir o mínimo do que a consciência católica reclama. Não podemos querer mal ao governo pelo decreto, mas, sem ofender ninguém – quanto mais adiante se podia ir, não em matéria de favor, mas em espírito de justiça e de restituição».<sup>1314</sup> A decepção de António Lino Neto com o decreto Manuel Rodrigues Júnior era partilhada por outros

---

<sup>1311</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1926, p. 5.

<sup>1312</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1926, p. 5.

<sup>1313</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1926, p. 5.

<sup>1314</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1926, p. 5.

intelectuais católicos, provenientes do Centro Católico Português, como Oliveira Salazar<sup>1315</sup>, ou que se encontravam desligados do CCP, como Nemo<sup>1316</sup>.

A estas tomadas de posição de leigos católicos seguiu-se, a 3 de Dezembro de 1926, o envio de uma carta ao Presidente da República assinada pelos bispos portugueses em que depois de agradecerem «a relativa liberdade que nos últimos tempos nos tem sido dado desfrutar e a comparência de distintos representantes do poder aos actos do Concílio Plenário que acabamos de celebrar, no meio de um impressionante respeito por parte do povo e de uma cativante deferência por parte das autoridades»<sup>1317</sup>, se mostram decepcionados com a legislação sobre matéria religiosa, promulgada sem consultar a Santa Sé e que não reconhecia a personalidade jurídica da Igreja Católica nem satisfizera as reclamações dos católicos. Particularmente criticado pelos católicos era o artigo 18 do decreto n.º 11.887, de 6 de Julho de 1926, que colocava condições ao culto público e que estaria na origem da chamada «crise dos sinos».

O mensário oficial do Centro Católico Português, *A União*, voltou a ser publicado, sob a direcção de António Lino Neto, em Abril de 1927, após uma inexplicada interrupção de três anos. No primeiro número da nova série, com a indicação de «visado pela comissão de censura», foi transcrita a carta dos prelados portugueses ao Presidente da República<sup>1318</sup>. Em editorial iniciado na primeira página, estava definida a posição da ditadura militar face à Igreja Católica: «o Governo Nacional saído da Revolução de 28 de Maio de 1926 afirmou-se logo, desde os seus primeiros actos, favorável à Igreja Católica»<sup>1319</sup>. No entanto, o editorial distingue entre a atitude positiva do ministério das Colónias, ou da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, e a atitude do ministério da Justiça, cuja legislação sobre matéria religiosa não satisfizera o «mínimo das reivindicações católicas»<sup>1320</sup>. Alguns prelados mostravam-se, na correspondência privada com António Lino Neto, mais cépticos em

---

<sup>1315</sup> Salazar publicou o artigo «Os Pontos Fracos de um Decreto» no *Novidades* de 28 de Julho de 1926. *A União* transcreve vários excertos das suas críticas ao decreto de Manuel Rodrigues em Abril de 1927, p. 2-3.

<sup>1316</sup> Nemo sublinhou as insuficiências do Decreto de Manuel Rodrigues Júnior que, apesar de tudo era uma «etapa» no sentido de um reconhecimento dos direitos da Igreja Católica em *A Época* de 1 de Agosto de 1926.

<sup>1317</sup> *A União*, Abril de 1927, p. 5. Transcrito em António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 424-425.

<sup>1318</sup> *A União*, Abril de 1927, p. 5-6.

<sup>1319</sup> *A União*, Abril de 1927, p. 1.

<sup>1320</sup> *A União*, Abril de 1927, p. 2.

relação à ditadura militar do que nas suas exposições públicas ou do que o editorial de *A União*. O bispo de Beja, a 15 de Março de 1927, escrevia ao presidente do CCP:

«Parece-me que a situação actual não nos é favorável. Por incapacidade intelectual não nos dá mais do q. nos deu, não nos dando nada e olha-nos com desconfiança. O Sr. Arcebispo de Évora tem mostrado grande desejo de que eu vá a Lisboa p.<sup>a</sup> falar com alguns elementos militares. Com franqueza não pressinto a menor eficácia no meu sacrifício. Na classe militar ignora-se por completo o problema religioso – não se entenda quem d’ele fale. Encontraram um oráculo que é o M.<sup>o</sup> da Justiça – só a ele escutam. Se tivessem dado com quem orientasse com justiça a solução do problema, também o seguiam.

D’este modo nada há a esperar, enquanto a pasta da justiça estiver nas mãos q. a sobraçam»<sup>1321</sup>.

No número de Junho de 1927, *A União* é mais explícita nos elogios e nas reservas à prática governativa da ditadura militar. Elogia a acção do ministro das colónias, João Belo, que publica a 16 de Abril de 1927, no *Boletim Oficial da Província de Angola*, um diploma sobre a instrução primária nesta colónia. O mensário centrista sublinha que o diploma foi preparado com a ajuda dos bispos de Moçambique e Cabo-Verde, do dr. Alves da Cunha e de Quirino Jesus e que não representa «um caso esporádico». Pelo contrário, a legislação que reconhece e valoriza o papel missionário da Igreja Católica nas colónias, insere-se numa «patriótica tradição» que remonta a 1919 e a Rodrigues Gaspar enquanto ministro das colónias<sup>1322</sup>. A ditadura militar dera continuidade a esta tradição, publicando, logo a 13 de Outubro de 1926, o decreto 12.485 sobre «Missões católicas nas colónias portuguesas»<sup>1323</sup>.

Notícia com destaque a publicação de um «manifesto ao país» da União Liberal Republicana, dirigida por Cunha Leal, em que este «declina toda e qualquer responsabilidade nos actos da Ditadura, acerca dos quais não foi consultado» e sublinha que a ULR foi «a única força política que pregou e incluiu no seu programa a prática de todos os actos legislativos necessários à expansão do sentimento religioso»<sup>1324</sup>.

#### 7.1.2. «Colaboração técnica» dos centristas com a ditadura militar e reorganização do movimento católico

As críticas provenientes do Centro Católico Português à política religiosa de Manuel Rodrigues Júnior não constituíram um obstáculo a uma «colaboração técnica» dos centristas com o governo da ditadura militar. Oliveira Salazar aceita presidir à

<sup>1321</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/448, fl. 1.

<sup>1322</sup> *A União*, Junho de 1927, p. 33-34.

<sup>1323</sup> *A União*, Junho de 1927, p. 37-44.

<sup>1324</sup> *A União*, Junho de 1927, p. 34.

Comissão da Reforma Tributária criada a 24 de Julho de 1926 pelo ministro das Finanças, Sinel de Cordes. Outro centrista, Mário de Figueiredo, integra, a 18 de Julho de 1926, a comissão que o ministro das Finanças encarrega de negociar com o governo britânico a liquidação da dívida de guerra ao Reino Unido e, em Março de 1927, foi nomeado um dos elementos da delegação portuguesa à Conferência Económica Internacional organizada pelo Conselho da Sociedade das Nações.

Criticado por sectores republicanos por esta colaboração com a ditadura militar, o Centro Católico Português reforçou a sua posição face às críticas provenientes dos sectores monárquicos mais influenciados por Maurras, após a condenação da *Action Française* por Pio XI, a 29 de Dezembro de 1926. Em Janeiro de 1927, o jornal de identidade católica mais crítico da linha do CCP, *A Época*, foi objecto de «reprovação formal» do episcopado e deixou de ser publicado. Uma pastoral colectiva do episcopado português, datada de 6 de Abril de 1927, comunicou oficialmente aos católicos portugueses a condenação dos erros da *Action Française*<sup>1325</sup>. A imprensa católica deu pouco eco desta tomada de posição da hierarquia católica que reforçava o Centro Católico Português face aos adversários católicos adeptos do *politique d'abord*. A excepção foi o centrista Joaquim Dinis da Fonseca que sobre o assunto publicou três artigos no *Novidades*, a 22, 23 e 30 de Abril de 1927, artigos transcritos em *A União*, em Maio de 1927<sup>1326</sup>.

O Concílio Plenário Português, realizado de 24 de Novembro a 3 de Dezembro de 1926, assinalou uma nova dinâmica da Igreja Católica em Portugal<sup>1327</sup>. O propósito da iniciativa era implementar o Código de Direito Canónico de 1917 e reuniu todos os bispos do território sob soberania portuguesa (com excepção dos bispos de Viseu e Vila Real) e um prelado do Padroado do Oriente, D. Teotónio Vieira de Castro<sup>1328</sup>. Os resultados do trabalho conciliar foram aprovados pela Sagrada Congregação do Concílio, a 16 de Março de 1929, e pelo Papa Pio XI, a 25 de Março do mesmo ano, sendo publicados na Pastoral Colectiva de 13 de Julho de 1930. Além, de produzir documentos com efeitos na regulação da vida interna da Igreja Católica, o Concílio Plenário atribuiu ao episcopado a missão de apresentar junto do governo da ditadura

---

<sup>1325</sup> Transcrito em *A União*, em Maio de 1927, p. 21-24

<sup>1326</sup> *A União*, Maio de 1927, p. 24-26.

<sup>1327</sup> António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 384-389.

<sup>1328</sup> D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro (1859-1940) doutorou-se em teologia na Universidade Gregoriana de Roma em Maio de 1885. Foi apresentado bispo de Meliapor a 12 de Junho de 1899. Entrou em Meliapor a 23 de Dezembro desse ano. Foi nomeado doutor honorário da Universidade de Madrasta. Governou a arquidiocese de Goa de 1 de Fevereiro de 1908 a 30 de Junho de 1909.



militar as reclamações consideradas mais urgentes e relevantes, nomeadamente o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica, a restituição dos bens eclesiásticos à data da Lei da Separação e que o casamento religioso não precisasse de ser autorizado pelo registo civil. O ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, não atendeu a estas reclamações.

Até Salazar chegar a ministro das Finanças, em Abril de 1928, o Centro Católico Português dava sinais de uma vontade de relançamento. No discurso de inauguração da nova sede do CCP em Lisboa, 15 de Maio de 1927, na rua Capelo, n.º 5, António Lino Neto dividia a curta história do Centro Católico Português em três períodos, reflectindo uma perspectiva optimista sobre o futuro da organização a que presidia: formação, consolidação e expansão. O período de formação fora iniciado com o primeiro congresso nacional de 1919 e constituía uma fase de «angústia e provação»; o período de consolidação começara com a Pastoral Colectiva de 29 de Setembro de 1922, respondendo às dúvidas e críticas feitas à orientação centrista. Um terceiro ciclo, de «expansão», fora aberto, no início de 1927, com a reprovação pelo episcopado da posição de *A Época*, na sequência, como vimos da condenação papal da *Action Française*. O ponto de vista de António Lino Neto mostra que concebia o Centro Católico Português como uma expressão orgânica do movimento católico, que só podia ser enfraquecido pelas divisões internas ou fortalecido pela união dos católicos, desvalorizando o ambiente político em que os centristas actuavam. Reitera os princípios que pautavam a acção do Centro Católico Português, de trabalhar pela religião e pela pátria sob a autoridade eclesiástica. E insiste numa visão do mundo contrária ao «liberalismo filosófico»: «O indivíduo não pode nem deve ser finalidade». Parte do pressuposto de que «o homem só integrado na sociedade» para concluir: «Os critérios sociais é que tem por isso de dominar»<sup>1329</sup>.

A 29 de Junho de 1927 foi eleita pela primeira vez a comissão concelhia de Lisboa do CCP<sup>1330</sup>, um novo órgão ao qual caberia coordenar as acções das comissões paroquiais e promover o recrutamento de católicos na capital. Era outro sinal de vontade de dinamização centrista e de um maior envolvimento dos leigos no Centro Católico Português, pois tratava-se do mais importante órgão eleito do CCP. As comissões

---

<sup>1329</sup> *A União*, Junho de 1927, p. 35.

<sup>1330</sup> Era constituída pelo presidente, Dr. Tomás Gabriel Ribeiro; vice-presidente, Alfredo Maria da Silva Azevedo, proprietário; 1.º secretário, Luciano de Almeida Monteiro, engenheiro de obras públicas; 2.º secretário, Júlio Maria da Silva Bento, industrial; tesoureiro, António da Anunciação, guarda-livros; vogais, João Ramalhe Serra, engenheiro electrotécnico; João da Costa Dias Coelho, barbeiro.

central e diocesanas eram nomeadas pelos bispos e só as comissões paroquiais e concelhias eram eleitas pelos respectivos sócios, sendo que ainda não fora formada a comissão do conselho mais importante do país, o da capital. António Lino Neto, discursou chamando a atenção para o «alto significado» do acto.

O III congresso nacional do Centro Católico Português, que nunca chegou a realizar-se, seria um momento alto neste processo de revitalização da vertente política do movimento católico. Salazar seria um dos intervenientes no congresso e explicou o que pensava que devia ser o primeiro congresso centrista na ditadura numa carta a Joaquim Dinis da Fonseca, pedindo-lhe que a remetesse para António Lino Neto. Salazar sublinha que o congresso só faria sentido para mostrar o que o Centro Católico Português tinha de diferente dos partidos políticos e devia abordar questões que pudessem fazer parte do programa de outras organizações. O «facto e o direito» da ditadura não permitiam aos partidos organizar Congressos e, se o CCP pretendia organizar um, devia deixar claro que não era um partido político e não tratar na iniciativa de assuntos próprios de partidos políticos. Por esta razão, Salazar mostrava-se relutante em ir ao congresso falar sobre Finanças. O congresso do CCP devia centrar-se sobre a questão religiosa e a atitude a adoptar face à ditadura:

«a) Reconheço que há necessidade ou pelo menos vantagem em reunir o Congresso;

b) Parece-me que o Congresso não pede nem deve ser convocado para tratar quatro ou cinco problemas como os que me indicaste, e o converteriam numa série de conferências que poderiam ser interessantes mas que teem outro lugar. O C como agremiação dos católicos no campo político, tem trabalhado com elementos e no meio que lhe eram indicados pela Constituição Política – o terreno eleitoral e parlamentar. Esta Constituição de facto não existe, o Estado apresenta outra organização diferente. Este estado de coisas impõe aos partidos a situação em que se encontram; nenhum deles pensa em realizar Congresso; e isso está em harmonia com o facto e o direito da Ditadura que, se é consciente, nem sequer permitirá tal.

O nosso Congresso para tratar o problema da instrução ou das finanças públicas não tem sentido, visto que não pode actuar no meio para que se constituiu e pelo processo por que tem actuado. Se o Governo o deixa reunir, é por um favor que nos põe em situação de destaque entre os partidos, talvez contra eles, talvez um pouco solidário com a Ditadura, o que nos não convém. Pelo menos isso não tem lógica, e mesmo em política é importante ter a lógica pelo seu lado. Os partidos que esperam a revolução triunfante, consideram a Ditadura ipso facto uma situação transitória e de passagem para a velha constituição. Nós podemos perfeitamente supor que daqui se vai sair para outros caminhos e para outra organização do Estado. A que propósito encarar problemas de administração pública, antes do problema fundamental da nossa existência e organização?

Levanto um pouco o véu que a meus olhos esconde a solução deste problema. Eu resolvê-lo-ia da seguinte forma: dado que precisamos de reunir-nos para acharmos onde e como estamos, daria apenas ao Congresso estes dois pontos a tratar: a) o CC em face da ditadura b) a política religiosa da Ditadura e a acção do Centro Católico. Isto para as sessões públicas. Para as sessões particulares, apenas os trabalhos absolutamente

indispensáveis da nossa organização – meios, progressos, incentivos, revista de quadros etc. Nestes termos e para os mais exigentes, o Congresso entende-se, é perfeitamente compreensível, muitos dirão mesmo – é absolutamente necessário. A razão que leva os partidos a não se reunir em Congresso ou leva a Ditadura a não lh'o permitir, se o tentarem, é não terem existência nem razão de ser, fora dos quadros políticos constitucionais, hoje quebrados. O facto de o CC ser superior a regimes e partidos e independente da forma accidental de organização política, permite-lhe continuar a existir e a actuar conquanto que de vez em quando reveja a sua maneira de actuar e as directrizes da sua acção. É isso que se impõe no actual momento. Numa palavra: em tudo quanto o aproxime dum partido político e de sua maneira de trabalhar, um Congresso do CC não faz sentido; em tudo quanto o distancie dos partidos políticos o congresso tem razão de ser e torna-se mesmo necessário. Nesta orientação o problema financeiro, o problema da educação, o problema internacional, não têm que ser tratados, não faz sentido que sejam tratados. Mas o que atrás indiquei, sim, esses têm de sê-lo. Compreendo facilmente o melindre de qualquer deles, sobretudo do primeiro. Não é para ser deixado à improvisação de quem quer, mas para ser demoradamente estudado, e ponderados os seus termos e soluções a adoptar em sessão particular d'alguns elementos mais grados [?] e responsáveis. Nele há sobretudo que tratar a atitude que tem tomado o centro perante a Ditadura, a atitude que lhe convém tomar ou colectivamente ou pelos seus membros; o que podia e devia ser a Ditadura; o alheamento de muitos valores em relação à Ditadura, etc. era nesse ponto que eu desejava fazer as minhas declarações. Se o C deseja apresentar alguns dos seus valores, a tratar questões de importância nacional, eu alvitrava outro processo: as Novidades convidavam 5 ou 6 pessoas a fazer num salão 5 ou 6 conferências sobre problemas escolhidos. O Centro ficava um pouco à margem dessa actividade o que talvez não fosse mau».

Para Salazar já era claro em 1928 que o CCP não podia nem devia ser uma organização política autónoma, eventualmente o embrião de um partido político. Salazar esperava que os partidos não contassem para a «solução do problema político». A ditadura não deveria ser um regime transitório, mas o início de um novo regime político no qual os partidos não teriam lugar e, conseqüentemente, o CCP não se podia comportar-se como se fosse um deles. O futuro presidente do Conselho citava Cerejeira, o futuro patriarca de Lisboa, em apoio do seu ponto de vista e para se demarcar da posição de António Lino Neto:

«Tenho exposto tant bien que mal o meu pensamento com o qual o Cerejeira concorda por ser a única forma de lhe tornar compreensível e razoável o Congresso com que neste momento não concorda muito. [...] Custa-me muito fazer no Congresso um discurso sobre finanças, porque numa hora em que eu não posso dizer nem mais nem menos nem coisa diferente do que dirá qualquer democrático, esquerdista ou nacionalista – redução de despesas, aumento de receitas, o costume enfim. Mas sujeito-me ao que for»<sup>1331</sup>.

A preocupação de Salazar em remeter a actividade do Centro Católico Português para uma esfera específica de defesa dos direitos e interesses da Igreja Católica, abdicando de falar em nome das «competências técnicas» ou do «interesse nacional», como fizera durante a República do pós Grande Guerra, é inseparável das suas

---

<sup>1331</sup> PT7UCP/CEHR/AALN/E/C/01/496, fls. 1-4. Sublinhado no original.

expectativas acerca de uma colaboração com o governo da ditadura. Em Fevereiro de 1928, em cartas a António Lino Neto, Salazar não só admite a hipótese, relacionando-a com os artigos de crítica à política financeira que vem publicando no *Novidades*, como pede ao presidente do CCP a sua opinião sobre a entrada do professor de Coimbra para o governo da ditadura. A 1 de Fevereiro, descreve o seu estado de espírito e pergunta-lhe:

«Fala-se que depois de eleição presidencial o governo se demitirá para haver recomposição. Começo com receio de que tornem a bater-me à porta, maçando-me. Tenho procurado dedicar-me mais aos estudos das minhas cadeiras e não tenho pensado na política que cada vez acho mais contrária ao meu modo de ser! De modo que estou completamente [?] neste assunto, mas sempre sob o autêntico terror da especulação política. Que me diz a isto tudo?»<sup>1332</sup>

A 24 de Fevereiro de 1928, Salazar insiste em pedir a opinião a António Lino Neto sobre a hipótese de ser convidado para ministro das Finanças:

«Espanta-me e aflige-me até o barulho que os meus artigos têm feito. Não deviam fazê-lo nem eu gostava que o fizessem. Ao meu modo de ser convém mais estar metido no meu cantinho cumprindo os meus deveres de professor, do que o barulho e confusão de vida pública. Cumpro no entanto, com sacrifício pessoal que só Deus sabe, o dever de consciência de ajudar a viver as *Novidades* com a minha colaboração. Mas sempre que o público se excita com o que escrevo, eu entristeço e reponho o problema perante a consciência – deverei escrever? Não deverei? Eu não desejo desgostar nem a situação nem o Ministério das Finanças. O que desejava apenas era contribuir para que a acção deste fosse o mais favorável possível ao país. Sei que o N. [?] se tem magoado comigo ou com o que escrevo, e isso também me magoa a mim. Diz-se que depois do empréstimo, se não depois da eleição o governo ou pelo menos alguns ministros se demitem, e que o M. das Finanças é um deles. Eu suponho que de novo me chamam à batalha. Já o disse a V. Exci<sup>a</sup>, perguntando-lhe o seu parecer. Quando puder, diga-me alguma coisa a esse respeito para meu governo e da causa»<sup>1333</sup>.

A expectativa de Salazar entrar para o governo explicará a posição que toma face à atitude que o Centro Católico Português deveria tomar nas eleições presidenciais que se aproximavam. Salazar, ao contrário de outras personalidades centristas, defende perante António Lino Neto um claro apoio à candidatura de Carmona, que considera uma condição necessária para conseguir influenciar a evolução da ditadura num sentido favorável ao CCP. A 1 de Fevereiro, mostra-se surpreendido por o governo da ditadura não valorizar suficientemente o apoio dos católicos:

«Estou admirado de que até hoje os homens do Governo que andam tratando da eleição presidencial se tenham desinteressado do concurso dos católicos, dado que não poderão talvez contar com grande entusiasmo da parte dos monárquicos e decerto se dará

<sup>1332</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/459, fl. 1.

<sup>1333</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/465, fls. 1-2.

a abstenção dos republicanos. Vejo no entanto que o M. do Interior se mostra muito optimista. Cá por baixo não nos parece haver aquele grande entusiasmo. A quem nos tem perguntado o que se há-de fazer, limitamo-nos a responder que esperamos as instruções que certamente virão da Comissão Central»<sup>1334</sup>.

A 24 de Fevereiro, Salazar defende claramente o ponto de vista de apoio ao general Carmona:

«Quanto à eleição presidencial: salvo o caso da situação estar irremediavelmente condenada e em curto prazo, parece-me que devemos auxiliá-la, na eleição do Presidente. Creio que aquela hipótese não se realiza e que o exército continua na sua grande maioria disposto a sustentá-la. Sendo assim a nós convir-nos-ia não a abandonarmos de todo, dando à nossa ajuda a cor de que trabalhamos, no sentido da constitucionalização da ditadura, passando ou começando a passar de governo de facto para uma situação de direito, ao menos quanto ao Chefe de Estado. Entusiasmo nesta cooperação não tenho e penso que o não devemos mostrar, mas abandonar a situação e não apoiar a eleição não nos dá vantagens nem presentes nem futuras e só pode ter inconvenientes, ajudando [?] a tirar forças à Ditadura, o que é o mesmo que dá-la aos revolucionários. E desses Deus nos livre. Bem vê que com a revolução vitoriosa não é o Maria da Silva que fica a mandar, mas o pior do pior, e estes elementos vão pôr a questão religiosa talvez ainda em peor pé que em 1910. O país não quer violências por muito tempo, mas nos primeiros momentos podem acumular-se ruínas enormes»<sup>1335</sup>.

Era uma argumentação fundamentada de modo distinto da do bispo de Portalegre, D. Domingos Maria Frutuoso, que também em Fevereiro de 1928 escrevia a António Lino Neto, que o CCP não devia apoiar oficialmente Carmona:

«Apezar do muito trabalho em que ando, venho dizer-lhe o que penso sobre a futura eleição presidencial.

A situação actual é evidentemente superior ao que temos tido: fazer-lhe oposição, parece-me um mau serviço à Igreja e ao Estado.

No entanto há deficiências, que me parece deverem ter sido remediadas por estarmos em Dictadura. D'ahi o não recomendar como obrigação aos membros do Centro irem estar com o Governo.

Eu deixaria livre a acção do Centro Catholico; mas...particularmente recomendaria a votação com o Governo porque esta situação é uma barreira contra comunismo e bolchevismo»<sup>1336</sup>.

O excerto é representativo da prudência com que os sectores católicos encaravam o apoio a um candidato a Presidente da República – Óscar Carmona – que não era católico, no contexto de uma ditadura militar que declarava a intenção de praticar uma política religiosa reparadora das afrontas à Igreja Católica durante a I República, mas cujos governos, tinham uma forte componente militar laica e estavam longe de ser hegemonizados pelos católicos. A convergência entre a ditadura militar e

<sup>1334</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/459, fl. 1.

<sup>1335</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/465, fl. 2.

<sup>1336</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/495, fl. 1. Sublinhado no original

os interesses da Igreja Católica é expressa claramente: o anti-comunismo e anti-bolchevismo.

Apesar de prevista, a entrada de Salazar para o governo levou a alterações na relação entre o Centro Católico Português e a ditadura e na própria dinâmica centrista. A 19 de Abril de 1928, uma semana antes de tomar posse como ministro das Finanças, Salazar ainda admite participar no III congresso nacional do CCP. Congratula-se com o adiamento da iniciativa, por permitir uma melhor preparação. É o que escreve em carta a António Lino Neto:

«A política complicou-se um pouco, a crise foi mais demorada do que devia ser e há de talvez levar algum tempo até que nos orientemos sobre o futuro provável da nossa política. Com o Congresso em Junho já podemos atender as teses com algum vagar, discutir num grupo estrito de pessoas interessadas as conclusões, corrigir o que deve ser corrigido e apresentar-nos depois com segurança aos congressistas. Trabalharemos, segundo creio, com maior consciência. Resta que V. Excia quando lhe parecer fixe particularmente a data dessa reunião preparatória que talvez precisa ser em Coimbra, como mais central, e se assim for já se sabe que, com a costumada pobreza do convento, tem V. Exci<sup>a</sup> aqui uma cela às suas ordens»<sup>1337</sup>.

#### 7.1.3. A colaboração política do Centro Católico Português com a ditadura e o papel de António Lino Neto

A entrada, a 27 de Abril de 1928, de Oliveira Salazar para o gabinete chefiado pelo coronel Vicente de Freitas foi saudada com entusiasmo por *A União*. O apoio do Centro Católico Português ao governo exigia aos centristas uma gestão cuidadosa das suas reivindicações e relações com o Estado que estiveram na origem do adiamento do III congresso nacional do Centro Católico Português, inicialmente marcado para decorrer de 25 a 27 de Abril de 1928, depois 11, 12 e 13 de Junho, chegando a estar inscritos 900 congressistas, a nível nacional. O congresso foi adiado «para ocasião mais oportuna». Não foram apresentadas explicações, mas *A União* referiu que a comissão central do CCP tomara a decisão «devido às condições políticas de então»<sup>1338</sup>, sem explicitar que condições políticas eram essas. Em carta particular, de 13 de Junho de 1928, ao presidente do CCP, o bispo de Portalegre foi mais claro: «Recebi em tempo [?] favor de sua carta sobre o adiamento do Congresso: inteiramente d'acordo, nem devia ser d'outra maneira para não criar dificuldades ao grande homem que tanto honra o Centro»<sup>1339</sup>. A 10 de Novembro de 1928, mais um centrista, Mário de Figueiredo,

<sup>1337</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/478, fls. 1-2.

<sup>1338</sup> *A União*, Junho de 1928, p. 7.

<sup>1339</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/493.

integrava o elenco governativo, sobraçando a pasta da Justiça e concretizando uma estratégia de participação dos católicos no poder político, na qual cabia aos leigos católicos o papel de protagonistas.

A 13 de Junho de 1928, que seria o último dia do III congresso nacional do CCP, em vez da apresentação pública de teses e conferências, realizou-se uma imponente cerimónia religiosa: o CCP foi novamente consagrado ao Sagrado Coração de Jesus, na Igreja da Encarnação, com a presença de uma figura católica de grande projecção na época, o padre Mateo Crawley-Boevey. A fórmula da consagração foi redigida pelo padre Mateo e lida por António Lino Neto<sup>1340</sup>. A 17 de Junho desse ano, um antigo companheiro de Coimbra de Salazar e Mário de Figueiredo, Cerejeira, foi sagrado arcebispo de Mitilene. Dois acontecimentos que seriam premonitórios das mudanças no Estado português e na Igreja Católica: a desactivação progressiva do Centro Católico Português, que vai deixando de actuar como intermediário entre o catolicismo organizado e o regime político; e a crescente centralização do poder político e religioso em Salazar e Cerejeira.

O Centro Católico Português usou *A União* para mobilizar os católicos a responder ao apelo lançado por Salazar de os contribuintes portugueses pagarem integralmente em Junho os impostos de Estado relativos ao ano económico em curso, apelo formulado em circular datada de 29 de Junho e reiterado em entrevista do ministro das Finanças ao *Novidades* a 30 de Junho. Em nota oficiosa, a direcção definiu a obra de saneamento financeiro e económico como «indispensável à normalização de toda a nossa vida pública» e o apelo de Salazar como «um patriótico pedido»<sup>1341</sup>. De seguida o órgão oficial do CCP transcreveu as «circulares e exortações» dirigidas aos católicos por diversos prelados no sentido de anteciparem o pagamento de impostos: do bispo de Coimbra, do da Guarda, do arcebispo de Braga, do vigário capitular de Viseu, do bispo de Portalegre, do cardeal patriarca, do bispo de Beja, do do Porto, do arcebispo de Évora, do bispo de Faro, do arcebispo-bispo de Vila Real<sup>1342</sup>. As relações entre a Igreja Católica e o Estado Novo tinham entrado numa nova fase. Luís Salgado de Matos considera que o *modus vivendi* começara a mudar poucos meses antes de Oliveira Salazar se tornar ministro das Finanças e que se passara da fase do *ralliement* para «uma

---

<sup>1340</sup> *A União*, Junho de 1928, p. 4.

<sup>1341</sup> *A União*, Julho-Setembro de 1928, p. 7.

<sup>1342</sup> *A União*, Julho-Setembro de 1928, p. 8-13.

outra, mais difícil de caracterizar com nitidez, mas que evolui para a lógica da cristianização»<sup>1343</sup>.

A 2 de Agosto de 1928, o *Diário de Notícias* publicou um inquérito a economistas, financeiros e representantes de associações económicas sobre o orçamento de Estado de Salazar. Responderam ao inquérito Driesel Schröeter, antigo ministro da Fazenda e antigo vice-governador do Banco de Portugal, Armindo Monteiro e António Lino Neto. O presidente do Centro Católico Português declarou-se impressionado com o orçamento de Salazar: «é um documento notabilíssimo, verdadeiramente histórico, não só pela sua técnica como pelo esforço patriótico e ainda pela novidade de pensamento que traduz»<sup>1344</sup>. Confrontando com os sacrifícios exigidos aos portugueses, responde: «Em grandes sacrifícios vivia já o país pelos encargos que o Estado lhe impunha. Simplesmente esses sacrifícios desenvolviam-se em desordem, ameaçando catástrofe. O malogro do empréstimo por intermédio da Sociedade das Nações foi um sinal bem claro de que assim era. Ver-se-á, de ora em diante, com a casa em ordem, que o país poderá realizar um empréstimo externo e outras proveitosas operações em boas condições económicas, sem vexames, e com dignidade»<sup>1345</sup>. Salazar, para António Lino Neto, é «um homem de Estado excepcional, como raramente aparece na história; podemos, pois, confiar inteiramente nele»<sup>1346</sup>.

Nem todos os católicos se entusiasmavam com o rumo que a ditadura tomava, com Salazar nas finanças. António Lino Neto guardou uma carta datada de 8 de Setembro de 1928 e enviada por Luísa Sérgio de Sousa<sup>1347</sup>, pedagoga e mulher de António Sérgio ao cardeal patriarca, com conhecimento ao presidente do CCP, pedindo-lhe «atenção para ela»<sup>1348</sup>. Escreveu Luísa Sérgio ao cardeal patriarca e a António Lino Neto:

«Na maior angústia da minha consciência de católica resolvi vir perante Vossa Eminência suplicar-lhe que, por amor de Nosso Senhor e da nossa querida Religião

---

<sup>1343</sup> Luís Salgado de Matos, *Um “Estado de Ordens” contemporâneo- a organização política portuguesa*, Lisboa, Universidade de Lisboa/ Instituto de Ciências Sociais [Dissertação de doutoramento policopiada], 1999, p. 790.

<sup>1344</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 1928, p. 1

<sup>1345</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 1928, p. 1

<sup>1346</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 1928, p. 1

<sup>1347</sup> Luísa Estefânia da Silva Sérgio e Sousa (1897-1960) casou em 1910 com António Sérgio de Sousa. Acompanhou a intervenção intelectual e cívica do marido. Assinou com o nome Luisa Sérgio os escritos pedagógicos da sua autoria.

<sup>1348</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/339/01, fl. 1.



Católica, tente Vossa Eminência corrigir uma orientação que pelo que ouço se afigura profundamente contrária aos interesses futuros da Igreja em Portugal.

Tudo quanto a Igreja está fazendo no nosso país a favor da ditadura, governo de violência, é conhecido aqui e vejo que se está formando um sentimento de dorida e estupefacta indignação que substitue o de boa vontade e tolerância que antes presenciava. Ouço em volta de mim repetir-se em todos os tons que a Igreja a ser sincera na atitude que tomara e fiel às directrizes de Sua Santidade, devia manter-se estritamente neutral nas lutas políticas que agora estão travando em Portugal, em vez de tomar partido pela tirania militarista tão contrária à pregação de bondade e de paz de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A República não estava hostilizando a Igreja e pelo contrário se tinham feito de parte do Estado republicano e d'Ela afirmações de boa vontade mútua e de concórdia, segundo ouço alegar.

Hoje os inimigos da Igreja parecem ter toda a razão quando afirmam estar provado, em virtude do que atualmente se passa, que da parte dela não havia sinceridade nessas afirmações.

Dizem pessoas da melhor boa fé que não se compreende como os representantes de Nosso Senhor Jesus Cristo se ponham ao lado dos perseguidores presos a esmo, torturados nas prisões, deportados em massa, mandados propositadamente (dito pelo próprio chefe da polícia), para os peores climas onde tantos morreram já, conservando a tantos deles, também católicos praticantes, longe da Pátria e da família simplesmente porque não concordam com a atual orientação, e pondo tantas famílias na aflição e na miséria.

Pensaram já, os que dizendo-se católicos apoiam a ditadura, no perigo que resulta de se solidarizarem com esses, que tantos desesperos e ódios estão fomentando?

E de ponderarmos que entre os perseguidos estão as verdadeiras elites intelectual e militar da nação; que esses homens não se darão por vencidos que mais tarde ou mais cedo serão eles quem governará, pergunto a mim mesma, angustiosamente, o que se pode esperar quando, uma vez caída a ditadura, vierem eles substituí-la...

Poderemos levar-lhes a mal, se a atitude benévola e bem intencionada que afianço a Vossa Eminência existia para com a Igreja, se transformar em desconfiança e mesmo ódio? E não terão sido os católicos os primeiros culpados de semelhante transformação?»<sup>1349</sup>

António Lino Neto teve iniciativas pessoais a favor de perseguidos políticos. Por exemplo, em Setembro de 1928 intercedeu, sem resultados, por um deportado para África, tentando que não cumprisse a pena em Luanda, mas em S. Tomé e Príncipe, onde gozaria de melhores condições<sup>1350</sup>. Na esfera pública, o Centro Católico Português apoiou, como vimos, medidas concretas do ministro das Finanças e não tomou posição sobre as medidas repressivas levadas a cabo. Através de *A União*, o CCP pretendeu influenciar a evolução doutrinária da ditadura. É neste sentido que interpretamos a publicação de textos, em 1929, como «O Sindicalismo»<sup>1351</sup>, no qual António Lino Neto terá alguma responsabilidade, quanto mais não seja como director da publicação. Diversos indícios apontam para que seja o autor do artigo não assinado: o texto retoma a pouco usual distinção entre sindicatos e congregações já elaborada pelo presidente do

<sup>1349</sup> Sublinhado no original. AALN/D/F/01/339/01, fls. 1-2.

<sup>1350</sup> AALN/D/F/01/008/01, fls. 1-2.

<sup>1351</sup> *A União*, Janeiro-Fevereiro de 1929, p.1- 5.

CCP na conferência no Funchal em 1924; distingue entre sindicatos marxistas, fascistas e independentes, para defender estes últimos, argumentando que são os únicos compatíveis com o municipalismo, um tema caro a António Lino Neto. Os partidos políticos são encarados como uma realidade do passado: «eram agrupamentos de cidadãos que se formavam à custa de certas ficções constitucionais, como actos eleitorais, serviços públicos arvorados em favores, e fórmulas românticas de liberdade e que, actuando à margem dos interesses sociais organizados, procuravam auxiliar-se e manter-se na posse exclusiva do poder público»<sup>1352</sup>. O desaparecimento dos partidos políticos é apresentado como o resultado de uma evolução: «Secumbiram diante das modernas ditaduras precisamente pelos vícios da sua organização e funcionamento»<sup>1353</sup>. A ditadura é vista portanto como uma realidade incontornável, embora de feição ainda incerta e que por isso mesmo é necessário orientar num sentido adequado à doutrina social católica. Tentando encontrar um sentido nas atitudes de António Lino Neto perante a questão da ditadura, a partir dos seus textos na República do pós Grande Guerra e no início da ditadura militar, somos levados a pensar que ditadura não é uma solução pela qual se bate, criticando pelo contrário, durante a I República, a sua possibilidade, pois vê nela uma ameaça à ordem pública, por implicar uma ruptura com as instituições vigentes. Uma vez instaurada a ditadura militar e uma nova legalidade, o presidente do CCP dá como adquirido o colapso dos sistemas liberais na Europa do Sul e vê na entrada de Salazar para o governo uma oportunidade de afirmar em Portugal uma ditadura corporativa de terceira via entre os regimes autodenominados comunistas e os regimes fascistas.

Os acordos de Latrão, a 11 de Fevereiro de 1929, foram interpretados pelo meio católico português como um acontecimento internacional favorável à Igreja Católica e com reflexos positivos em Portugal. Os acordos consistiram num tratado político, que confirma o catolicismo como religião do Estado italiano e reconhece a propriedade e soberania da Santa Sé sobre o Vaticano, numa concordata e num acordo financeiro. Na Sé de Lisboa foi celebrado um *Te Deum* e o Centro Católico Português teve a iniciativa de organizar no Teatro Nacional uma conferência sobre a «solução da questão romana». A sessão solene foi aberta por António Lino Neto, que considerou os acordos «um dos maiores acontecimentos da História contemporânea»<sup>1354</sup>, introduziu os três oradores,

---

<sup>1352</sup> *A União*, Janeiro-Fevereiro de 1929, p. 5.

<sup>1353</sup> *A União*, Janeiro-Fevereiro de 1929, p. 5.

<sup>1354</sup> *A União*, Março de 1929, p. 9.

Pereira Forjaz e Martinho Nobre de Melo e o núncio apostólico, Beda Cardinale, que, a convite do CCP, presidiu à sessão. No seu discurso, Pereira Forjaz sublinhou que o Estado italiano «passa a reconhecer as organizações da Acção Católica que actuem fora de todos os partidos políticos, como o Centro Católico Português, segundo as directivas da Santa Sé e sob a imediata dependência da Hierarquia da Igreja»<sup>1355</sup>.

Cerca de um ano após a chegada de Salazar a ministro das Finanças, *A União*, em longo editorial não assinado, tecia elogios ao «grande homem de Estado», sublinhando as suas qualidades técnicas e esclarecendo a relação entre o Centro Católico Português e o seu militante no governo. Salazar é apresentado como um académico de envergadura, perfil que é documentado com um livro que Moses Amzalak publicara intitulado *Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*, dedicando algumas páginas à obra de Salazar<sup>1356</sup>. O ministro proveniente do Centro Católico Português já realizara uma «obra de restauração nacional» no estreito intervalo de um ano, ao equilibrar as contas públicas. A formação católica de Salazar é exposta como uma característica determinante da sua personalidade: «O sr. Dr. Oliveira Salazar tem uma mentalidade prática servida por um forte sentimento do dever. Formou-a, por educação e estudo, nos princípios da Igreja». Salazar age de acordo com a sua consciência católica: «Ao ser convidado para Ministro das Finanças, em Abril de 1928, exigiu que o govêrno, de que ia fazer parte, nunca ofendesse nem administrativa nem legislativamente a fé que praticava. Repugnava à sua dignidade de cidadão que tal se fizesse [sic], estando ele no poder». *A União* regista que Salazar era não só católico, mas filiado no CCP e «um dos seus mais autorizados doutrinários» desde que publicou, em 1922, *O Centro Católico Português, Princípios e Organização*. Mas o articulista logo acrescenta que, como consta do próprio opúsculo citado, o CCP «não é um partido; nem serve partidos». A única característica comum aos centristas é «o compromisso de absterem-se de discussões ou acções sobre partidos e formas de governo, e isto precisamente para melhor poderem servir o bem comum»<sup>1357</sup>. Além deste compromisso, cada centrista «é livre, a ninguém representa, de nenhum grupo é politicamente subordinado»<sup>1358</sup>. Em suma, o artigo de *A União* mostra empenho em confirmar que responde ao apelo que Salazar fizera aos católicos em declarações ao *Novidades*, a 27 de Abril de 1928: «Diga aos Católicos que o meu sacrifício me dá o direito de esperar

---

<sup>1355</sup> *A União*, Março de 1929, p. 11.

<sup>1356</sup> *A União*, Maio de 1929, p. 1-2.

<sup>1357</sup> *A União*, Maio de 1929, p. 8.

<sup>1358</sup> *A União*, Maio de 1929, p. 8.

deles que sejam de entre todos os primeiros a fazer os sacrifícios que eu lhes peça, e os últimos a pedir os favores, que eu lhes não posso fazer»<sup>1359</sup>. Esta visão sacrificial de Salazar, visto não apenas como um técnico e um católico, mas um líder, é interiorizada e exaltada em *A União*: «É o homem de sacrifício máximo na hora dos sacrifícios»<sup>1360</sup>.

Ao acréscimo de expectativas quanto ao papel que Salazar poderá cumprir na resolução da «questão religiosa» corresponde um decréscimo da margem de manobra do Centro Católico Português, em relação ao período da I República. Deixou de ter representação parlamentar, desde que o congresso foi encerrado. *A União* reaparece em 1927 mas, além de estar sujeita à censura prévia, confronta-se com a declaração de Salazar de que os católicos não lhe podem pedir favores, o que era um modo de condicionar a expressão pública das reivindicações católicas. Resta à direcção do Centro Católico Português uma negociação directa e discreta com o poder político. O núncio Beda Cardinale regista no seu diário, a 2 de Junho de 1929: «Visita del Dtt. Lino Neto. Mi parlo di una démarche fatta presso il Min. Delle Finanze e quello della Justizia, per promuovere la riforma delle leggi contra la Chiesa». Mas a anotação diarística, nas vésperas da crise da «portaria dos sinos» não tem sequência, o que é revelador das limitações deste tipo de iniciativas<sup>1361</sup>.

Os sensíveis e difíceis equilíbrios entre sectores católicos e laicos no governo foram expostos pelo caso da «portaria dos sinos», publicada a 26 de Junho de 1929 e posteriormente anulada, dando origem à demissão do ministro da Justiça e a uma demissão inicial de Salazar, à qual acabou por renunciar, sendo o único ministro católico a transitar do segundo governo do coronel José Vicente de Freitas para o novo ministério presidido por Ivens Ferraz.

Com a «portaria dos sinos» o ministro da Justiça, Mário de Figueiredo, permitiu o toque de sinos dos campanários entre o pôr e o nascer do sol<sup>1362</sup>. Para o ministro da guerra, Júlio de Moraes Sarmento, a portaria implicava uma revogação da Lei da Separação. Mário de Figueiredo argumentou que a portaria possuía mero valor interpretativo. A votação em Conselho de Ministros foi favorável à tese do ministro da Guerra. Salazar e Mário de Figueiredo pedem a demissão dos respectivos cargos, o ministro das Finanças numa carta em que lembrava que nunca pedira ao governo em

---

<sup>1359</sup> *A União*, Maio de 1929, p. 9.

<sup>1360</sup> *A União*, Maio de 1929, 10.

<sup>1361</sup> ASV, AES, Posizione 394, Fasc. 354, fl.1.

<sup>1362</sup> Para uma análise exaustiva do caso ver António de Araújo, *Sons de Sinos...*

exercício para alterar a legislação num sentido favorável aos católicos. No entanto, o ministro das Finanças invocava haver um compromisso do governo para com ele no sentido de não violar direitos já concedidos à Igreja Católica por leis ou governos anteriores. Na sua interpretação, a decisão no Conselho de Ministros reconhecia «como boas práticas ilegais restritivas de direitos reconhecidos por leis anteriores»<sup>1363</sup>. O Presidente da República, Carmona, tentou chegar a uma solução de compromisso, mas viu-se colocado perante o dilema de aceitar a saída de Mário de Figueiredo e de Salazar ou de aceitar a demissão colectiva do governo. Carmona opta pela segunda alternativa e iniciou complexas negociações para formar um novo governo, durante as quais tanto Mário de Figueiredo como Oliveira Salazar foram sondados. O primeiro mostrou-se indisponível para entrar num novo ministério de Ivens Ferraz. Salazar, que convalescia no Hospital da Ordem Terceira de uma fractura numa perna, foi recebendo nesse hospital diversas personalidades, entre as quais António Lino Neto, que o procuravam convencer a continuar no governo<sup>1364</sup>. Os jornais noticiavam estas deslocações, contribuindo para a construção da imagem de Salazar como homem indispensável ao saneamento financeiro. O «célebre» paciente acabou por aceitar o convite de Ivens Ferraz, perfilando-se, nas palavras do encarregado de negócios britânico, como «ditador virtual»<sup>1365</sup>. O ministro da Justiça que sucedeu a Mário de Figueiredo era outro militante do Centro Católico Português, Luís Maria Lopes da Fonseca, antigo seminarista e advogado no Porto, que Fernando Rosas qualifica de «homem de mão» de Salazar<sup>1366</sup>.

A «crise dos sinos» mostrou os compromissos entre católicos e republicanos laicistas invocados por Salazar para permanecer no ministério das Finanças, mas também assinalou o papel fundamental que Salazar estava a adquirir na ditadura militar e a sua emancipação face ao Centro Católico Português donde provinha. Foi o próprio presidente do ministério, José Vicente de Freitas, e todo o seu governo, excepto o ministro das Finanças, que foram afastados do poder. Mário de Figueiredo verificou com amargura que o seu antigo companheiro do seminário de Viseu e da Universidade de Coimbra não se solidarizou com a sua demissão até ao fim.

O caso da «portaria dos sinos» não teve nenhuma referência explícita em *A União*. No número de Dezembro de 1929, o mensário do CCP transcrevia uma

---

<sup>1363</sup> Carta transcrita em António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 41.

<sup>1364</sup> António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 106-109.

<sup>1365</sup> António de Araújo, *Sons de Sinos...*, p. 69-70.

<sup>1366</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII..., p. 191.

entrevista dada por António Lino Neto a um jornal brasileiro, o *Correio da Manhã*, em que esclarecia a posição do Centro Católico Português e dele próprio em relação à ditadura militar. O entrevistado começa por fazer uma declaração de princípio que traduz a dificuldade de situá-lo em termos do binómio apoio/oposição perante os regimes da I República e da ditadura subsequente e que contribui para compreender as zonas cinzentas em que se enraizou o consentimento da ditadura: «A atitude do Centro Católico e a de todos os seus filiados, é, perante a ditadura, a mesma que em face das outras situações políticas que a antecederam. Ao Centro Católico o que interessa é a ordem social, o respeito dos cidadãos, o progresso da nossa pátria». Perante a questão de «O encerramento do Congresso foi um golpe mortal nas aspirações dos católicos...», responde: «Sim...Não...Talvez...». Para logo esclarecer: «Antigamente as nossas reclamações eram feitas directamente às duas Câmaras, e, se nem sempre conseguíamos o que queríamos tínhamos sobretudo a honra de constatar que elas produziam sempre acaloradas discussões». O jornalista pega na «deixa» para elogiar a ditadura: «Com a ditadura melhor ainda. As reclamações certamente nem são comentadas mas sim imediatamente atendidas». Mas António Lino Neto sublinha a resposta insuficiente da ditadura às reivindicações católicas: «Nem sempre...Acontece que presentemente o Centro Católico não apresenta reclamações porque já as apresentou. A verdade porém é que a maior parte delas estão ainda por satisfazer». Para logo exemplificar: «A da representação da personalidade jurídica da Igreja pelos bispos e pelos párocos; a do reconhecimento dos registos de batismo e de casamentos católicos para a realização dos respectivos registos civis; a de associações religiosas para assistência, instrução e outros fins sociais; e a do ensino religioso nas escolas. Uma representação dos prelados ao sr. presidente da República, logo após o triunfo da ditadura, sobre reivindicações católicas, está ainda sem resposta. Caso sem precedente nas relações da Igreja e do Estado em Portugal». Salazar não é responsável pela falta de resposta do governo às reivindicações católicas, pois «está cumprindo a sua obrigação como bom português. Sòmente quando o convidaram a tomar conta da pasta das Finanças, exigiu que o governo nem administrativa nem legislativamente ofendesse a sua fé religiosa». O jornalista desabafa antes de lançar a pergunta decisiva:

«-Uma pergunta queima-me os lábios desde o início da nossa conversa. Eu sei que o dr. Lino Neto tem-se defendido admiravelmente das minhas investidas de repórter audacioso. Tomo coragem...Ela ahi vai: O Centro Católico é finalmente por uma ditadura parlamentar ou anti-parlamentar?

- Como não é um partido político, o Centro Católico abstem-se sistematicamente de qualquer manifestação ou acção sobre formas de governo para não levantar paixões, e para mais facilmente realizar o bem comum. Cada um dos seus membros é obrigado a acatar e a colaborar com o poder, mas sem exigências desta ou daquela forma política»<sup>1367</sup>.

Insatisfeito com a resposta, o jornalista insiste dramatizando, uma vez mais, a entrevista:

«- Depois de três anos de governo, não acha que era tempo de regressar à normalidade constitucional?

Aguardo com a máxima atenção a sentença que proferirá o chefe católico. E só depois considerarei a vitória ou derrota do duelo-entrevista que travei.

- As ditaduras são por definição e necessidade regimens de transição. A ordem pública ganha pois sempre em que elas se não demorem a encontrar a sua finalidade, e preparem a entrada na normalidade constitucional»<sup>1368</sup>.

O repórter do *Correio da Manhã* faz uma última pergunta sobre as eventuais simpatias dos centristas pela monarquia. António Lino Neto nega qualquer preferência por uma forma de governo e desta vez desenvolve a resposta, acabando por explicar melhor a atitude do Centro Católico Português em relação ao regime ditatorial e a um eventual regresso a um regime de partidos. António Lino Neto não exclui totalmente a hipótese do reaparecimento dos partidos políticos, mas mostra o seu cepticismo em relação a este cenário e insinua que o mais provável será uma corporativização total do regime: «No entanto creia, que em geral, os partidos políticos no nosso país, se encontram desmantelados: e ou eles se remodelam nas formas novas, o que se me afigura pouco provável, ou serão substituídos por outros instrumentos de governo e de representação nacional, como seria por exemplo, regressando ao antigo processo, mas actualizado, dos chamados “Estados Gerais”»<sup>1369</sup>.

A resposta retomava alguns termos de uma já citada intervenção de António Lino Neto na câmara dos deputados a 9 de Janeiro de 1924, com a diferença de que nesse discurso o presidente do CCP não considerava o regresso «à representação dos interesses por classes» adaptado «às circunstâncias do nosso tempo» incompatível com o funcionamento do parlamento ou a existência de partidos políticos, admitindo um corporativismo parcial. Agora apresentava claramente os modelos demo-liberal e corporativo como alternativos. O modo como António Lino Neto apresentara uma versão actualizada das três ordens medievais – clero, nobreza e povo – demarcava-o da

---

<sup>1367</sup> *A União*, Dezembro de 1929, p. 15.

<sup>1368</sup> *A União*, Dezembro de 1929, p. 15.

<sup>1369</sup> *A União*, Dezembro de 1929, p. 15.

teorização do integralismo lusitano. Lino Neto apresentava uma visão tripartida da divisão social do trabalho que evitava a divisão de representantes do capital e trabalho em categorias separadas e não previa a existência da nobreza. A primeira categoria era a da «pequena e média indústria, proletariado e burguesia», ou seja, juntava trabalhadores assalariados e uma parte do capital. A segunda categoria incluía a «grande indústria e capitalismo» e a terceira as «profissões liberais»<sup>1370</sup>. Não definia esta terceira categoria apenas pelas suas características sócio-económicas, mas também por representar os «interesses morais». Tendo em comum com o integralismo lusitano, a defesa de uma representação orgânica da nação e a valorização do municipalismo, as ideias expressas por António Lino Neto sobre o corporativismo e nunca por ele desenvolvidas evitavam as marcas da utopia regressiva integralista. Uma pedra angular da teorização social do integralismo era a constituição de uma aristocracia na província que, juntamente com os elementos populares dos municípios estaria representada na Assembleia Nacional<sup>1371</sup>. No cume do edifício social estaria um rei absoluto, segundo a fórmula «democracia no município, aristocracia na província e monarquia na nação»<sup>1372</sup>.

Apesar da imagem pública de confiança na razão de ser do Centro Católico Português independentemente das formas de governo e dos regimes políticos, António Lino Neto tinha dúvidas sobre se o CCP continuava a fazer sentido no regime vigente. A 8 de Julho de 1930, pede por carta a demissão de presidente do CCP ao cardeal patriarca, aos arcebispos e bispos portugueses:

«Desde 1919, mercê da vontade de mercê da vontade de Vossa Eminência e de V. Excias Revmas, tenho tido a honra de presidir ao Centro Catholico fundado e mantido para a defesa dos interesses da Igreja em face do Estado.

Ultimamente, porém têm-se dado profundas transformações políticas no paiz.

Julgo, por isso, do meu dever depor nas mãos de Vossa Eminência e de V. Excias Revmas o mandato que em 1919 tão generosamente se dignaram confiar-me e assegurar-lhes que, na situação de simples soldado, continuarei a dar à Santa Igreja tudo o que puder com dedicação [...]»<sup>1373</sup>.

As razões deste pedido de demissão permanecem obscuras. A transformação política mais relevante ainda não se tinha dado a 8 de Julho, mas surgiria oficialmente

---

<sup>1370</sup> VI Legislatura, 3.ª Sessão legislativa, CEHR (Org.), *António Lino Neto...*, p. 249.

<sup>1371</sup> José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia...*, p. 36.

<sup>1372</sup> José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia...*, p. 110. Sobre as diversas teorias corporativas e a prática corporativa no Estado Novo ver Fernando Rosas, Álvaro Garrido (Coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012 e Luís Reis Torgal, *Estados Novos. Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, 2.ª edição, Vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 373-393.

<sup>1373</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira, R-06/01/001.



no final desse mês – o aparecimento da União Nacional. Uma carta de Outubro de 1930 do bispo da Guarda, José Mattoso, mostra que, já em 1930, Salazar dava sinais de incómodo com o Centro Católico Português por julgá-lo um obstáculo à actividade da União Nacional:

«Acuso a recepção da carta de V. Ex.<sup>a</sup> com a nota das propostas apresentadas e aprovadas na Assembleia do Centro Catholico.

Pareceram-me muito judiciosas. Julgo conveniente que V. Ex.<sup>a</sup> dê conhecimento dellas ao Dr. Salazar. Dizem-me que elle suppõe (queixando-se) que Prelados e Centro são contrários à União Nacional»<sup>1374</sup>.

A situação financeira do Centro Católico Português poderia ser um factor adicional para o desânimo de António Lino Neto: o CCP apresentou um défice de 30.060\$00 em 1929 e de 29.220\$00 em 1930. As cotas de sócio tinham rendido apenas 4.530\$00 em 1929 e 4.600\$00 em 1930, enquanto só a renda da casa onde se localizava a sede do CCP era de 12.000\$00 em ambos os anos<sup>1375</sup>.

As dúvidas de António Lino Neto não o levam a esmorecer a sua intervenção pública. A 9 de Julho de 1930, fala no I Congresso Nacional do Apostolado da Oração e da Realeza Social de Cristo, que se realiza de 9 a 12 desse mês. A sua conferência, intitulada «o Estado sem Deus» é um programa de acção para os católicos cristianizarem o Estado e a sociedade. Partindo do pressuposto de que «Num país em que a maioria dos cidadãos é de católicos, o Estado só não tem respeito pela Igreja se os católicos não cumprem os seus deveres»<sup>1376</sup> o presidente do CCP advoga que cada um se transforme «em *outro Cristo*» e uma «Colaboração pela *Acção Católica* dentro do Estado na formação e aperfeiçoamento dos nossos semelhantes». Afirmarções que, além de declarar a necessidade dos católicos procurarem alcançar uma maior influência social, coloca a questão de uma exigência individual na esfera da consciência de cada católico. A dimensão social e da relação com o Estado é sublinhada. António Lino defende a «Actuação na vida do Estado, não com espírito de facção ou domínio, mas para fazer o maior bem comum». O papel do Centro Católico Português seria duplo, pois não só a acção dos centristas era acção católica, como poderia continuar a fornecer quadros ao Estado. António Lino Neto podia mostrar-se indiferente às formas de governo e até admitir quer a representação liberal ou orgânica das instituições políticas,

---

<sup>1374</sup> A carta do bispo da Guarda é de 17 de Outubro de 1930. PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/507, fl. 1.

<sup>1375</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira, R – 06/01/002.

<sup>1376</sup> *A União*, Julho-Agosto de 1930, p. 116.

mas preferia claramente um Estado que reconhecesse e apoiasse a Igreja Católica a um Estado neutro.

#### 7.1.3.1. Mudanças na Igreja Católica: o acordo sobre o Padroado do Oriente e a eleição de Cerejeira como cardeal patriarca

Durante este período são concluídas as negociações entre o Estado português e a Santa Sé sobre o Padroado português do Oriente. O ministro dos Negócios Estrangeiros, António Maria Bettencourt-Rodrigues, empenha-se nas negociações e a 15 de Abril de 1928 é assinado por Carmona um acordo em Roma, que entra em vigor a 3 de Maio e ao qual se segue o acordo sobre a diocese de Meliapor, a 11 de Abril de 1929.

A 19 de Novembro de 1929, Pio XI elegeu Gonçalves Cerejeira patriarca de Lisboa. A *União* elogia Cerejeira, afirmando que «o novo Purpurado se impõe pelas virtudes, talento e mocidade», qualidades que seriam postas ao serviço da unidade dos católicos e da intensificação da acção católica em Portugal<sup>1377</sup>. Outra das razões para a escolha de Cerejeira é a maior proximidade do governo em relação aos outros candidatos. O próprio nuncio em Lisboa o escreve a 25 de Setembro de 1929: «Il Governo fino a pochi mesi facera indifferente, ora spera che sia sceto Mgr. Cerejeira; che, naturalmente, è dei tre il più accetto alle sfere governative»<sup>1378</sup>. O nuncio considerava que os outros dois candidatos eram o arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, e o arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos. O parecer sobre a escolha no novo patriarca de Lisboa não se referia ao arcebispo de Braga e incluía os bispos de Leiria e de Portalegre<sup>1379</sup>. Os bispos de Goa, Coimbra e do Porto eram também hipóteses válidas<sup>1380</sup>, mas o prelado de Évora e Cerejeira eram os favoritos. O próprio ministro de Portugal junto da Santa Sé fez questão de sublinhar o problema que o arcebispo de Évora poria ao governo por causa da «crise dos sinos» e a conveniência em escolher Cerejeira<sup>1381</sup>. O ministro dos Negócios Estrangeiros comunicou ao nuncio Beda Cardinale que a iniciativa de Trindade Coelho fora pessoal e que o governo não pretendia interferir na escolha do patriarca de Lisboa. Mas declarou-se muito satisfeito com a eleição de Gonçalves Cerejeira<sup>1382</sup>.

---

<sup>1377</sup> A *União*, Janeiro de 1930, p. 8.

<sup>1378</sup> ASV, Portogallo, Po. 367, Fasc. 110, fl. 41.

<sup>1379</sup> AES, Portogallo, Pos. 367, Fasc. 110, fl. 34.

<sup>1380</sup> AES, Portogallo, Pos. 367, Po. Fasc. 10, fl. 63.

<sup>1381</sup> AES, Portogallo, Pos. 367, Fasc. 110, fl. 46.

<sup>1382</sup> AES, Portogallo, Pos. 367, Fasc. 110, fl. 78.

O jovem patriarca de Lisboa fez questão de anunciar o dia e a hora em que, no exercício do novo cargo, visitaria o presidente do Centro Católico Português. A notícia da visita foi publicada em *A União*<sup>1383</sup> num tom elogioso para Cerejeira. Não era segredo para ninguém que António Lino Neto tinha uma relação mais próxima de outro candidato a cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel da Conceição Santos e a preocupação em mostrar o respeito mútuo entre Cerejeira e o presidente do CCP era uma forma de afastar suspeitas de distância ou falta de confiança entre estas duas personalidades que, como veremos, entrariam em conflito.

## **7.2. A agonia do Centro Católico Português (1930-1934)**

### **7.2.1. A criação da União Nacional e o debate em torno do sentido e destino do CCP**

A União Nacional foi criada a 30 de Julho de 1930, colocando ao Centro Católico Português a necessidade de traçar uma fronteira com a nova organização. A 3 de Setembro de 1930, António Lino Neto deu uma entrevista ao *Diário de Lisboa* sobre a atitude do CCP perante o aparecimento da União Nacional, entrevista que alcançou ampla difusão, sendo transcrita nos jornais *Novidades*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Voz*, *Jornal de Notícias*, *Século* e *A União*. António Lino Neto começa por observar que tal como a União Nacional, e muito antes dela, o CCP propunha-se conciliar diferentes classes e correntes de opinião, assim como contribuir para a predominância das competências técnicas. Logo acrescenta que, apesar dos pontos em comum, as duas organizações não se confundem: o CCP, ao contrário da UN, não se propõe conquistar o poder político; o CCP é uma organização religiosa, que quer fazer acção católica, e não uma organização política. Termina declarando que os centristas colaborarão com «todas as obras de interesse nacional»<sup>1384</sup>, não abdicando da sua missão específica, a defesa dos interesses religiosos.

A nova situação política exigia uma reflexão estratégica aprofundada sobre qual devia ser o papel do CCP. A 6 de Outubro de 1930 foi realizada uma assembleia-geral do Centro Católico Português na qual se apelava a uma nova dinâmica da organização centrista, nomeadamente através das seguintes medidas:

---

<sup>1383</sup> *A União*, Março de 1930, p. 48.

<sup>1384</sup> *A União*, Setembro de 1930, p. 135.

«a) – É urgente que os católicos voltem a aferverar o mais possível o seu interesse por todos os organismos da vida local, participando directamente na sua administração e fazendo que neles entrem os melhores elementos sociais.

b) Deve aperfeiçoar-se a organização do Centro, intensificando a sua acção e especialmente nomear-se um Secretário, devidamente retribuído, em cada Diocese, o qual manterá constante ligação com o Secretariado Geral em Lisboa, para tudo o que seja de interesse para o Centro e para a Acção Católica.

c) O Centro deve patrocinar somente pretensões de interesse geral e as que, sendo de interesse particular, venham por intermédio da respectiva Comissão Diocesana ou doutra pela mesma indicada.

d) Os jornais católicos, em assuntos de interesse político, devem orientar-se pelas notas que para esse fim lhe sejam enviadas, pelo menos uma vez por mês, da Comissão Central.

e) A Assembleia lembra a conveniência de, em todas as freguesias onde os professores não sejam de confiança, se estabelecerem sem perda de tempo escolas paroquiais»<sup>1385</sup>.

A 17 de Dezembro de 1930 foram convocados para «se pronunciarem sobre a atitude mais conveniente dos católicos aos interesses da Igreja em face da actual situação política»<sup>1386</sup>, todos os antigos parlamentares centristas, antigos Ministros sócios do CCP, directores dos jornais católicos, delegados das comissões diocesanas do Centro». Mário de Figueiredo compareceu na reunião, mas Salazar absteve-se de aparecer. Nessa assembleia geral foi aprovada, como primeira conclusão, uma moção redigida por Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo:

«Consultem-se os Exmos Prelados, depois de apresentados os necessários pareceres, sobre se o Centro Católico deve continuar, como organização política que é, subordinada à hierarquia, ou se esta só deve prender a Acção Católica como a tem definido Sua Santidade Pio XI, e sobre se os católicos que estão no Centro não podem desenvolver actividade política fora dele»<sup>1387</sup>.

Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo colocavam já como hipótese a dissolução do Centro Católico Português e a restrição da Acção Católica a actividades de cariz religioso e social. A referência a actividade política dos católicos fora do CCP destinava-se a legitimar a sua participação na União Nacional. A assembleia geral aprovou mais três conclusões: os católicos que continuassem no CCP deviam manter fora do seu horizonte participar no governo; deviam cumprir-se as conclusões aprovadas na assembleia geral de 6 de Outubro de 1930 e acima transcritas; ainda em 1930 a Acção Católica devia promover em Lisboa uma semana de conferências sobre a encíclica *Quadragesimo Anno*<sup>1388</sup>.

---

<sup>1385</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/R-06/01/003, fl.1.

<sup>1386</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/R-06/01/003, fl.1.

<sup>1387</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/R-06/01/003, fl.1.

<sup>1388</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/R-06/01/003, fl.1.

Em carta datada de 15 de Janeiro de 1932, Mário de Figueiredo remeteu para António Lino Neto o relatório que escreveu juntamente com Diogo Pacheco de Amorim, ressaltando que «a crítica não se dirige nem podia dirigir-se à Ilustre direcção do Centro, mas só à sua organização»<sup>1389</sup>. A ressalva não terá sido suficiente para evitar mágoas que explicam o dramatismo em volta da demissão de António Lino Neto do CCP. Desde 1919 que a orientação centrista era inseparável da figura do seu presidente. E as críticas de Mário de Figueiredo e Diogo Pacheco de Amorim ao Centro Católico Português eram muito duras: consideravam que o CCP nunca desenvolvera uma acção católica, mas apenas uma acção política, dedicando-se a «fazer acordos políticos com os partidos, andar de ministério em ministério solicitando favores para satisfazer a clientela eleitoral, tal qual como os partidos políticos»<sup>1390</sup>. A ilação a retirar era que «o CC que se organizara para exercer uma acção católica, vendo-se forçado a exercer uma acção política, ficou assim como que um peixe com asas ou uma ave com barbatanas, isto é, ficou um organismo desadaptado à esfera em que tinha de viver e actuar». O CCP vivia numa contradição: actuando na política tinha de ser um partido político, mas estando subordinado à hierarquia eclesiástica e não aspirando a ser governo não podia ser um partido político. O resultado destas contradições é prejudicial, em primeiro lugar para a hierarquia, pois «os Políticos que no Centro vêem o que de facto ele é – um partido mal organizado – atribuem sistematicamente aos Prelados e aos padres a responsabilidade do que o Centro faz e do que deixa de fazer e, o que pior é, até lhe atribuem a responsabilidade daqueles actos feitos por pessoas que, embora católicas ou mesmo do Centro Católico, procedem por sua conta e risco, por vezes contra os desejos e até contra as indicações da direcção do Centro». Em segundo lugar, o CCP prejudica as elites católicas de leigos: «Precisamente porque a acção pública das elites católicas se supõe dirigida pelos Prelados e a eles são atribuídas todas as responsabilidades, as nossas elites sentem os braços apertados num formidável colete de forças»<sup>1391</sup>. Por fim, o CCP estabelece uma relação sem sentido com o eleitorado: «Quem não é político, nem precisa de votos, nem os pede. A lógica é isto»<sup>1392</sup>. A contundência do estilo era inédita, mas a ideia mais forte, a de que no contexto da ditadura não fazia qualquer sentido o Centro Católico Português possuir uma dimensão política, já se encontrava, como vimos, na carta de 1928 de Salazar a António Lino Neto, a propósito da eventual

---

<sup>1389</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/514, fl.1.

<sup>1390</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 3.

<sup>1391</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 4.

<sup>1392</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 5.

realização do III Congresso do Centro Católico Português, em que sublinha que o CCP não pode comportar-se como um partido político.

A resposta de Mário de Figueiredo e de Diogo Pacheco de Amorim à dificuldade de definir as fronteiras legítimas da actuação dos leigos é clara: defendem o fim do Centro Católico Português tal como existia, os dois relatores admitem três soluções: «1) ou os membros do Centro se espalham pelas organizações políticas que, porventura, existam; 2) ou se agrupam em organização autónoma, independente da hierarquia, e de programa católico; 3) ou deixam de exercer qualquer actividade política organizada.»<sup>1393</sup> A terceira hipótese não era considerada pelos autores do relatório com o argumento de que não valia a pena. Sobre a segunda, os signatários do texto declaram: «não nos parece provável que, neste momento, viesse a verificar-se, porque seria remar contra o marcado pensamento da Situação política actual, que quer acabar com os partidos, organizar um novo partido; e porque as elites católicas, tendo de ganhar a vida no exercício da sua função, não podem, enquanto não ocuparem qualquer posição política, trabalhar nessa organização que necessariamente custa muito tempo e muito dinheiro.»<sup>1394</sup> A primeira hipótese é portanto a recomendada: «que os membros do Centro se espalhem pelas organizações políticas conservadoras e, portanto, ou renunciavam a qualquer actividade política organizada, o que era um mal, ou ingressavam na organização política mais conservadora. É dizer que, em geral, ingressavam na União Nacional»<sup>1395</sup>.

Em Julho de 1931, um artigo assinado por JLN, presumivelmente Joaquim Lino Neto, filho do presidente do CCP, intitulado «Acção Católica, União Católica e Centro Católico», dava conta de três correntes de opinião equivocadas acerca do destino a dar ao CCP. Para a primeira, a organização da Acção Católica implicaria o desaparecimento do Centro Católico Português. Para a segunda, o CCP devia ser uma organização fora da Acção Católica, mantendo as suas características ou transformando-se num partido político. O articulista rejeita ambas as hipóteses pois, considera que no primeiro caso o CCP seria desactivado e no segundo estaria condenado ao fracasso, como outras tentativas anteriores de criação de partidos católicos em Portugal. Para a terceira corrente, o CCP devia manter-se como secção política da Acção Católica. Para o autor, a União Católica, criada em 1913, era outra forma de nomear a Acção Católica e o

---

<sup>1393</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 5.

<sup>1394</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 5.

<sup>1395</sup> Biblioteca João Paulo II. «Documentos originais sobre o fim do Centro Católico Português», p. 5.

Centro Católico Português surgira para realizar integralmente a União Católica. Para concretizar o projecto de Acção Católica de Pio XI seria portanto necessário mudar a prática do CCP, revitalizando-o e não criar qualquer outra organização<sup>1396</sup>. As três correntes identificadas reflectiam uma disputa da organização do movimento católico.

O debate em torno do destino a dar ao Centro Católico Português, da esfera Acção Católica e da forma como seria tratada pelo Estado português era inseparável do conflito entre o fascismo italiano e a Acção Católica, que ia sendo noticiado e comentado em *A União*. O número de Setembro-Outubro de 1931 do jornal do CCP publica informações sobre o encerramento dos círculos juvenis da Acção Católica pelo regime fascista, apesar dos acordos de Latrão reconhecerem a Acção Católica, desde que esta não se dedicasse à política. O pretexto da intervenção, negada pelo articulista de *A União*, é precisamente que a AC em Itália ultrapassara o âmbito meramente religioso e social ao tornar-se um ponto de encontro entre antigos militantes do Partido Popular Italiano e outros adversários do fascismo, incluindo liberais e socialistas<sup>1397</sup>. António Lino Neto, na qualidade de presidente do CCP, enviou um telegrama ao secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pacelli, solidarizando-se com a Santa Sé «Por ocasião dos recentes ataques do fascismo à Acção Católica italiana e das consequentes complicações com a hierarquia católica desse país»<sup>1398</sup>.

Salazar também terá meditado no exemplo italiano, concluindo que o modo de evitar uma situação semelhante em Portugal seria extinguir ou despolitizar o Centro Católico Português. Quando Salazar chega a presidente do Conselho, em Julho de 1932, o prestígio de que goza junto do Vaticano é elevado. O núncio em Lisboa tem expectativas muito positivas acerca da «política religiosa» do novo chefe de gabinete, escrevendo num relatório: «Considerando la personalità del Dottor SALAZAR, le sue convinzioni religiose, la sua forza di volontà, mi sembra lecito concepire buone speranze per la Chiesa»<sup>1399</sup>. Salazar usa a sua autoridade no meio católico para defender que o Centro Católico Português, tal como funcionava, deixara de fazer sentido. No discurso da tomada de posse dos dirigentes da União Nacional, na sala de Conselho do Estado, a 23 de Novembro de 1932, começa por referir a sua responsabilidade pessoal na forma como estavam organizados os católicos, para sublinhar a necessidade de mudança nessa organização no sentido da sua despolitização. Os católicos organizados

<sup>1396</sup> *A União*, Julho de 1931, p. 97-100.

<sup>1397</sup> *A União*, Setembro-Outubro de 1931, p. 142-143.

<sup>1398</sup> *A União*, Setembro-Outubro de 1931, p. 145.

<sup>1399</sup> ASV, Nunciatura de Lisboa, Caixa 449, Po. X<sup>a</sup>, fl. 61.

como tais deviam centrar a sua acção no terreno social e religioso, pois a política, no sentido «superior» do termo, devia ser da exclusiva responsabilidade dos dirigentes da ditadura:

«A agremiação denominada Centro Católico, ou seja a agremiação independente dos católicos para trabalharem no terreno político, vai revelar-se inconveniente para a marcha da Ditadura, deve torná-la esta dispensável por uma política superior, ao mesmo tempo que só traria vantagens para o país a transformação do Centro num vasto organismo dedicado à acção social.

Tenho observado como é inconveniente ao desenvolvimento e pureza da vida religiosa a intromissão da política na religião, a confusão dos interesses espirituais com os interesses materiais dos povos, da Igreja com qualquer organização que, actuando no terreno político, possa ser tomada como um partido, aspirando ou não ao governo. Sobretudo num país, como o nosso, de velhas tradições católicas mas duma religiosidade geralmente pouco esclarecida; e de um estreito feitio de espírito nas lutas partidárias, a actividade propriamente política da Igreja levantam-lhe e ao seu clero atritos e desconfianças graves que a prejudicam na sua acção puramente espiritual»<sup>1400</sup>.

Desenvolvendo o seu pensamento acerca da conveniência em acabar com o Centro Católico Português e despolitizar a Igreja Católica, Salazar afirma que o regime não pode satisfazer as reivindicações católicas que seriam a razão de ser do CCP:

«É para todos evidente que o condicionalismo social português nos impõe como regime de relações com a Santa Sé a separação, sem prejuízo das relações diplomáticas e da Concordata no que respeita ao Padroado Português do Oriente. Nós estamos inibidos, pelas circunstâncias e situações criadas, de reparar, de indemnizar, de restituir, além do que está feito»<sup>1401</sup>.

Em Dezembro de 1932, *A União* publica um *dossier* sobre o lugar e o papel do Centro Católico Português na sociedade e no regime político português. Além de transcrever o discurso de Salazar acima referido, António Lino Neto assina um artigo em que comenta o parecer de Diogo Pacheco de Amorim e de Mário de Figueiredo sobre o assunto e nega as considerações dos autores sobre o CCP não fazer acção católica, afirmando: «o Centro Católico não tem tido nunca em política outra acção que não seja a acção religiosa»<sup>1402</sup>. E que, ao contrário do que afirmam aqueles centristas, se os elementos do CCP têm andado por ministérios e tribunais não é a fazer política, mas a defender as liberdades religiosas. Conclui sumariando em seis pontos, o que entende que deve ser o CCP no novo contexto político e de reorganização católica:

«1.º Há uma política religiosa a realizar pelos católicos identificados com os seus Pastores.

---

<sup>1400</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 374.

<sup>1401</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 374.

<sup>1402</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 364.



2.º Que essa política religiosa dos católicos dentro da hierarquia da Igreja não se pode nem se deve confundir com a dos partidos políticos, mesmo que estes se digam ou sejam realmente católicos.

3.º Que a acção católica não pode por isso deixar de compreender a política religiosa de acordo com os superiores hierárquicos.

4.º Que a política religiosa sob a hierarquia eclesiástica deve continuar a ser exercida pelo Centro Católico ou por outra forma de organização social de carácter permanente dentro da acção católica e como parte dela.

5.º Que, em regime de ditadura, de parlamento ou de outro modo de representação nacional, não deve a política religiosa dos católicos fazer concorrência a qualquer força política, mas simplesmente manter, dentro dos princípios já estabelecidos para o Centro Católico, posições de que possa resultar o devido respeito pelas liberdades religiosas.

6.º A política religiosa não impede os seus representantes de pensar ou actuar como entendam do seu dever de cidadãos sobre questões que nada tenham com o motivo religioso»<sup>1403</sup>.

Outro parecer publicado em *A União* é o de Joaquim Dinis da Fonseca, que está muito mais próximo das posições de António Lino Neto do que das de Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo. Segundo Joaquim Dinis da Fonseca, o Centro Católico Português sempre foi um «ramo ou aspecto» da Acção Católica e portanto o desenvolvimento de outras dimensões da Acção Católica – sociais e religiosas – é compatível com a manutenção do CCP<sup>1404</sup>. O antigo parlamentar centrista recapitula o historial do Centro Católico Português lembrando que surgiu no contexto da necessidade de defender os direitos da Igreja Católica na I República, o que levou ao pedido temporário aos católicos de se absterem das suas posições políticas para militarem no CCP. A questão que se coloca é portanto: «a função especial do Centro perdeu a sua oportunidade?». Joaquim Dinis da Fonseca não lhe responde e limita-se a definir os contornos do problema:

«A resposta supõe resolvidas as seguintes perguntas:

1.º - Podemos considerar *legitimado* o regime vigente, tendo desaparecido a oposição que pretendia confundir as reivindicações católicas, com uma acção de ataque ao poder constituído?

2.º - Estão feitas nas leis e no espírito público as modificações que excluam a possibilidade de um retorno perseguidor?»<sup>1405</sup>

Joaquim Dinis da Fonseca defende que o CCP devia continuar qualquer que fosse a resposta a estas perguntas. Mas não apresenta argumentos a favor da ideia de que o CCP devia continuar mesmo que se considerasse *legitimado* o regime vigente. Salazar defendia a posição contrária: legitimado o regime, resolvida a «questão

<sup>1403</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 366.

<sup>1404</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 366.

<sup>1405</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 368.

religiosa», não fazia sentido a manutenção do CCP. E era esta perspectiva que se reflectia no parecer de Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo.

Tomás de Gamboa é outro militante católico que apoia a continuação do CCP. Argumenta que o Centro Católico Português sempre foi Acção Católica e nunca chegou a ser um partido político, pois não pretendia conquistar o poder. Por estas razões, o CCP deve continuar para defender a Igreja Católica no terreno político, como secção da Acção Católica<sup>1406</sup>.

A paginação de *A União* é clara acerca do ponto de vista do seu director quanto à «conveniência» da existência do Centro Católico Português. Após os textos de António Lino Neto, Joaquim Dinis da Fonseca e Tomás de Gamboa, e antes da transcrição do discurso de Salazar, é publicada uma carta pastoral do cardeal Cerejeira, por ocasião do terceiro aniversário da sua eleição patriarcal, datada de 18 de Novembro de 1932, antecedida do título «O clero nas suas relações com a política». Nessa carta pastoral, Cerejeira, dirigindo aos «Reverendíssimos Senhores, e queridos Cooperadores, Irmãos e Amigos», considera-os vítimas de uma «campanha anti-clerical»: «E até há aí uma imprensa – a qual, não tendo a liberdade de tudo dizer, tem a de vos insultar e a vossa mãe, a Santa Igreja de Deus! – que parece não ter coisa mais importante que amesquinhar-vos, a vós que alimentais no mundo a vida divina»<sup>1407</sup>. Cerejeira considera que os católicos a quem se dirige sofrem «perseguição», são «mártires da [...] fé» e por isso declara: «Protestamos com toda a Nossa alma contra essa onda de imerecido ódio e injustiça, que cresce contra vós, aviltando os foros de civilizada da nossa terra»<sup>1408</sup>.

Salazar volta ao tema na famosa entrevista a António Ferro, publicada pela primeira vez no *Diário de Notícias* de 17 a 24 de Dezembro de 1932. António Ferro coloca-lhe a questão da coerência da sua atitude em relação à Igreja Católica com o facto de ter sido um dos «fundadores» do Centro Católico Português e de haver quem diga que foi o Centro Católico Português que o levou ao poder. Salazar declara:

«[...] fui na verdade, um dos fundadores do Centro Católico na sua forma actual, porque senti a necessidade de colocar a Igreja, como sinto hoje a necessidade de colocar a Nação, fora da preocupação do regime. Conseguida essa finalidade, e realizadas inteligentemente pelo Poder aquelas condições a que no discurso me referi, acho que a acção do Centro Católico pode com utilidade transformar-se numa acção puramente social. A União Nacional fez-se, precisamente, para destruir o espírito de partido ou de

---

<sup>1406</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 369.

<sup>1407</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 371.

<sup>1408</sup> *A União*, Dezembro de 1932, p. 371.

facção, esteja ele onde estiver. Os católicos que desejarem colaborar com o seu patriotismo na vida da Nação sabem, portanto, qual o melhor caminho a seguir...»<sup>1409</sup>.

Declaração em que define o que em 1958 chamou a «frente nacional»<sup>1410</sup> com os católicos: os católicos que quisessem fazer política deviam fazê-la na União Nacional. Fora da UN e contra o Estado Novo os católicos não podiam fazer política mas apenas dedicar-se à acção social e religiosa. Salazar não perde a oportunidade para negar qualquer dívida na sua ascensão política aos católicos, colocando-se numa posição de árbitro entre as diversas correntes do regime, entre as quais se encontrava o catolicismo social:

«Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos. Essa confusão parte, possivelmente, das minhas afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos»<sup>1411</sup>.

A *União* publicou uma série de excertos de jornais católicos com comentários à entrevista de Salazar. O *Novidades*, depois de sublinhar que foi a necessidade de defender a Igreja Católica que esteve na origem do Centro Católico Português, observa que enquanto essa necessidade existir o CCP deverá continuar a desempenhar o seu papel. «Terá, porém, chegado para os católicos a hora de poderem prescindir da sua actividade defensiva?» - é a pergunta que coloca, logo respondendo que «é ao governo e aos políticos mais do que aos católicos que compete dar a resposta»<sup>1412</sup>. O *Diário do Minho*, de 26 de Novembro de 1932, sustentava que «grande parte das medidas tomadas pelos governos jacobinos contra a Igreja estão ainda de pé, sabemos que nas esferas da vida pública impera ainda “a irreligiosidade positiva” “debaixo da neutralidade oficial”, sabemos que a campanha contra a religião e contra o clero lavra intensa por toda a nação, sabemos que a situação jurídica da Igreja na vida nacional é muito precária, sabemos que muitas reparações que podiam ser feitas não o foram ainda»<sup>1413</sup>. Para concluir: «enquanto os católicos viverem em régimen de excepção e sujeitos a leis e disposições que brigam com os seus direitos, eles não poderão prescindir da sua defesa, quer ela seja feita mediante o Centro Católico quer em qualquer outra forma de organização»<sup>1414</sup>. O *Jornal da Beira*, de 16 de Dezembro de 1932, sob o título «Incompreensível atitude», publicou um texto em que adoptava como uma frase de A

<sup>1409</sup> A *União*, Janeiro de 1933, p. 8.

<sup>1410</sup> Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, Vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 516.

<sup>1411</sup> A *União*, Janeiro de 1933, p. 8.

<sup>1412</sup> A *União*, Janeiro de 1933, p. 9.

<sup>1413</sup> A *União*, Janeiro de 1933, p. 9.

<sup>1414</sup> A *União*, Janeiro de 1933, p. 9.

*Guarda*: «tudo quanto entre nós, na agressão jurídica da República, fez nascer o Centro Católico – que S. Ex.<sup>a</sup> [Salazar] julga neste momento dispensável em sua acção política – está de pé»<sup>1415</sup>. A *Guarda* de 2 de Dezembro de 1932 propunha que o CCP não só mantivesse as suas funções políticas, como as ampliasse transformando-se num «poderoso instrumento de acção social»<sup>1416</sup>.

O *Era Nova*, jornal de «católicos democráticos» como o padre Alves Correia, Jaime de Magalhães Lima, Rodolfo Knapic, Manuel Ribeiro e Gomes Teixeira, que voltara a ser publicado a 29 de Outubro de 1932, como suplemento semanal do *Correio do Minho*, depois de uma primeira série publicada entre Janeiro e 25 de Junho de 1932, tomou posição contra a dissolução do Centro Católico Português. Atribuía ao CCP um papel na «recristianização democrática» da sociedade portuguesa. A 17 de Dezembro de 1932, transcreveu uma série de artigos inicialmente publicados por Constantino Coelho no *Correio do Minho* e que *A União* também transcreveu em parte. O texto transcrito abria de forma dramática:

«Ao Anti-Cristo em formação, ao nacionalismo feroz carrasco das liberdades públicas, monopolizador do direito de associação, divinizador da força bruta, mussolínica ou lenínica que seja a sua incarnação, ai de nós, ai da Civilização, se não há uma força espiritual organizada que lhe faça frente, pelo menos com um protesto vivo! [...]

No momento presente, e sem preocupações de qualquer ordem, o Centro tem obrigação de rever e reorganizar os seus quadros, de manter a sua acção, de promover a educação moral e cívica dos portugueses»<sup>1417</sup>.

Só em Abril de 1933, António Lino Neto, sob o pseudónimo de «Otten», o apelido «Netto» escrito do fim para o princípio, publica em *A União* um extenso editorial em que comenta o discurso de Salazar de 23 de Novembro de 1932 e a posterior entrevista a António Ferro publicada no *Diário de Notícias*. «Otten» começa por defender as vantagens da passagem do tempo para escrever de modo reflectivo sobre uma intervenção do Presidente do Conselho que desencadeou reacções apaixonadas nos católicos centristas: «Houve quem afirmasse que o sr. Presidente do Ministério desertara com elas do campo em que outrora foi um dos da primeira linha. Quem, não indo tão longe, as achasse eivadas de estatolatria, e produto de concepções totalitárias do Estado, quasi à moda italiana. Quem ainda, pensasse antes que s. ex.<sup>a</sup> traíra o seu verdadeiro modo de ver com expressões desastrosamente infelizes»<sup>1418</sup>.

---

<sup>1415</sup> *A União*, Janeiro de 1933, p. 10.

<sup>1416</sup> *A União*, Janeiro de 1933, p. 10.

<sup>1417</sup> *A União*, Janeiro de 1933, p. 10.

<sup>1418</sup> *A União*, Abril de 1933, p. 50.

«Otten», convicto no carácter meditado das palavras de Salazar, analisa-as pormenorizadamente, interpretando-as num sentido que legitimavam a existência do Centro Católico Português nas circunstâncias da época. O CCP seria «inconveniente à marcha da ditadura» se fosse um partido político, ou se actuasse como tal. Mas o CCP, argumenta «Otten», distingue-se claramente dos partidos políticos porque não pretende conquistar o poder, nem se dedica a «uma actividade propriamente política», mas a uma «acção puramente espiritual no campo da política»<sup>1419</sup>. A vontade de «Otten» de evitar confrontos com o poder constituído vai ao ponto de subscrever as afirmações de Salazar de que «Arredada do nosso caminho essa gravíssima e irritante questão [a questão religiosa], o Centro Católico perderia a sua razão de ser e estaria naturalmente indicado que a sua actividade se dirigisse à acção social, tão atrasada e tão urgente neste país»<sup>1420</sup>. Mas esse era justamente o pomo da discórdia. Para Salazar a questão religiosa estava resolvida; para António Lino Neto e para os sectores católicos que representava, havia reivindicações católicas por satisfazer. Nomeadamente não houvera restituição de bens à Igreja Católica, mas apenas concessão do seu uso; não se reconhecera a personalidade jurídica da Igreja, mas apenas de determinadas comissões encarregues do culto, entre outras questões por resolver. O director de *A União* declara explicitamente que as relações entre o Estado português e a Igreja Católica deviam ser reguladas por uma concordata<sup>1421</sup>.

A aprovação da Constituição de 1933 corresponde a um acréscimo de garantias dadas pelo regime em construção à Igreja Católica e por esta razão merece o discreto apoio dos centristas. Em circular reservada distribuída pelos sócios centristas, datada de 15 de Março, a comissão central do CCP expressou o seu ponto de vista: «É de conveniência política que o Centro Católico, como tal, se manifeste o menos possível no acto eleitoral do próximo dia 19 do corrente; mas deve, por todos os meios ao seu alcance, dentro desta restrição, promover que os eleitores concorram às urnas, ao máximo, votando por presença a favor da nova Constituição». A posição da direcção centrista era justificada pelas melhorias da Constituição de 1933 em relação à de 1911 no que respeitava à «questão religiosa»: «Não satisfaz esta todas as reivindicações

---

<sup>1419</sup> *A União*, Abril de 1933, p. 53.

<sup>1420</sup> *A União*, Abril de 1933, p. 55.

<sup>1421</sup> *A União*, Abril de 1933, p. 54.

pendentes dos católicos, mas é incomparavelmente superior à de 1911, que continuaria, se a nova Constituição não fosse votada»<sup>1422</sup>.

A melhoria das relações entre Estado português e Igreja Católica que a Constituição de 1933 representou retirou razões ao CCP para continuar a desempenhar um papel de defesa católica. A Constituição reconhece a existência civil e personalidade jurídica de todas as religiões (Título X, Art. 45.º) e, em relação à Igreja Católica, sem alterar o regime de separação, mantém o preceituado pelas concordatas em relação ao Padroado do Oriente e afirma a continuação das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Estado português, representação recíproca (Título X, Art.º 46.º)<sup>1423</sup>.

Em 1934, o CCP foi esvaziado das suas secções profissionais que foram transferidas para a ACP<sup>1424</sup>.

#### 7.2.2. O papel doutrinário de António Lino Neto e os desafios da secularização e do comunismo

##### 7.2.2.1. O projecto de cristianização do CCP face às outras confissões religiosas

A *União* dedica aos judeus o primeiro artigo de um inquérito dedicado à «Vida Portuguesa», demarcando-se do anti-semitismo, atitude que identifica com o integralismo lusitano e a *Action Française*, recentemente condenada pelo Papa: «O *anti-semitismo* teve nos últimos tempos, em Portugal, alguns reflexos, no chamado *Integralismo Lusitano*, pontificando o falecido Dr. António Sardinha. Parece não lhe terem sido estranhas as sugestões da *Action Française*»<sup>1425</sup>. Em Portugal, argumenta, os preconceitos contra os judeus identificando-os com uma etnia não fazem sentido, pois «ninguém em Portugal poderá seguramente julgar-se puro de sangue judaico ou do de outras raças que se estabeleceram na Península»<sup>1426</sup>. O artigo classifica os judeus em territorialistas, sionistas e anti-sionistas, sem apoiar explicitamente nenhuma destas tendências, mas mencionando que a Inglaterra, através de acções e declarações de Lord Balfour, apoia o estabelecimento de um lar para os judeus na Palestina. O autor do texto não assinado, presumivelmente António Lino Neto, parece acreditar na conversão dos

---

<sup>1422</sup> Circular reservada do CCP de 15 de Março de 1933 in Arquivo José Maria Braga da Cruz, Caixa 1, pasta 1.4. (sob custódia no CEHR/UCP).

<sup>1423</sup> *Constituição Política da República Portuguesa Aprovada pelo Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 13. Ver sobre o tema Luís Salgado de Matos, *Um “Estado de Ordens” contemporâneo...*, p. 793.

<sup>1424</sup> Pinharanda Gomes, *Os congressos católicos em Portugal...*, p. 13.

<sup>1425</sup> *A União*, Julho-Setembro de 1928, p. 6.

<sup>1426</sup> *A União*, Julho-Setembro de 1928, p. 6.

judeus ao catolicismo, citando em favor desta convicção diversos autores judeus que valorizaram Jesus Cristo enquanto profeta, como o filósofo medieval Maimónedes e José Klanssner, professor de História na Universidade de Jerusalém<sup>1427</sup>.

Esta valorização, dentro de determinados limites, da diferença religiosa que constitui o judaísmo em Portugal, não se aplica ao protestantismo. As razões deste contraste encontram-se em parte no carácter concorrencial entre catolicismo e protestantismo, que não se verifica em relação aos judeus, pois estes centram os seus esforços em conservar as suas tradições e não em converter fiéis. A atitude crítica de *A União* em relação aos protestantes também reflecte um projecto social: os protestantes tendem para a «indisciplina social», pois esta é um resultado do «livre exame». Na raiz do anti-protestantismo centrista descortinamos também a paixão nacionalista, que leva o redactor de *A União* a declarar que «O Protestantismo não é para portugueses...»<sup>1428</sup> ou a considerar as missões protestantes em Moçambique um «poderoso elemento de desnacionalização a corroer lenta mas constantemente essa nossa colónia»<sup>1429</sup>.

#### 7.2.2.2. «Otten» e as questões de doutrina política

Em Janeiro de 1932, o presidente do CCP, uma vez mais sob o pseudónimo de «Otten», escreve um editorial de *A União* sobre a URSS que representa uma inflexão nos seus textos, ou nos textos publicados no jornal que dirigia, sobre o comunismo. A questão do comunismo deixa de ser abordada como um problema teórico, uma utopia, ou um caso de perseguição religiosa, para ser tratada como uma realidade ameaçadora porque concreta e vitoriosa na URSS. Em «A verdade do plano quinquenal soviético», António Lino Neto demarca-se daqueles que duvidam do êxito económico da planificação na URSS. Baseia o seu artigo em *O plano quinquenal soviético – Revelações da frente industrial da URSS*, um livro de H.R. Knickerbocker, jornalista do *Evening Post*. Para o jornalista, a URSS estava a alcançar os objectivos definidos no processo de industrialização e na planificação económica e era possível que, no fim do plano quinquenal a decorrer, o Estado soviético fosse duas vezes mais poderoso do que em 1928. O director de *A União* considera que se trata de um sucesso perverso: «Tudo em benefício do Estado e por isso se lhe sacrifica a própria população cujo bem estar

---

<sup>1427</sup> *A União*, Julho-Setembro de 1928, p. 7. Pensamos que o autor do artigo é António Lino Neto por causa do estilo didáctico do texto, característico do presidente do CCP.

<sup>1428</sup> *A União*, Setembro 1929, p. 11.

<sup>1429</sup> *A União*, Novembro de 1929, p. 16.

afinal, deveria ser o objectivo máximo desse mesmo Estado»<sup>1430</sup>. Termina o artigo a propor o corte de relações económicas e comerciais com a URSS que, se não fosse detida, se tornaria cada vez mais forte de um ponto de vista económico e militar.

Mas o perigo da subversão social não vem só da URSS onde os «princípios bolchevistas» têm a maior expressão. Resultam da injustiça gerada pela «actual organização económica» e que são patentes em Portugal:

«Aos pobres trabalhadores de enxada continua ainda hoje a exigir-se, em muitas e muitas terras do nosso Portugal, um esforço que vai de sol a sol a troco do magro e tristíssimo soldo. Às famílias humildes dos nossos campos falta ainda por completo tudo o que de mais rudimentar se pode conceber no terreno da higiene e do conforto. Habitam casas toscas, negras e mal vedadas em que a promiscuidade é uma necessidade inamercível. Comem avidamente duas côdeas de pão centeio que, aliás, nem sempre abunda na arca doméstica.

Vestem-se duns farrapinhos sujos que a misericórdia dos ricos lhes arremessa como uma esmola. Desconhecem o mais elementar prazer espiritual porque, analfabetos e atascados em miséria física, não o poderiam compreender e sentir»<sup>1431</sup>.

A única alternativa à guerra seria uma justiça social, que exigisse aos detentores dos bens renunciarem aos abusos do direito de propriedade, que levasse a uma colaboração entre capital e trabalho. Sem propor medidas concretas, «Otten» considera um exemplo inspirador a defesa pelo padre jesuíta Arendt, no 10.º Congresso da Confederação belga dos sindicatos cristãos, que o horário semanal de trabalho fosse reduzido de 48 para 40 horas. Uma proposta que se integrava no movimento a favor da redução do horário de trabalho nos meios católicos internacionais como resposta à disparidade entre uma produção sempre crescente e um consumo em queda devido à «incapacidade económica dos indivíduos e das nações»<sup>1432</sup>.

Outra das preocupações de «Otten» é o desarmamento internacional. Assim, no editorial de *A União* de Abril de 1932, saúda a conferência geral para a redução dos armamentos reunida em Genebra. «Otten» sublinha que «O pensamento católico tem sido sempre de plena reprovação do sistema de paz armada que, segundo ele, é, o mais possível, conducente à guerra e causa, entre as primeiras, da crise económica que actualmente assoberba a humanidade»<sup>1433</sup>.

---

<sup>1430</sup> *A União*, Janeiro de 1932, p. 187.

<sup>1431</sup> *A União*, Abril de 1932, 358.

<sup>1432</sup> *A União*, Abril de 1932, p. 358.

<sup>1433</sup> *A União*, Abril de 1932, p. 236.



### 7.2.3. A demissão de António Lino Neto de presidente do CCP

António Lino Neto demitiu-se de presidente do Centro Católico Português numa nota publicada na primeira página de *A União*, no número distribuído ao público em Fevereiro de 1934. O texto integral da nota é o seguinte:

«Em face da Carta do Santo Padre Pio XI publicada em 6 do corrente e dirigida a Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, declaro que, desde hoje, enfileiro na Acção Católica como a Igreja actualmente a quer, deixo a presidência do Centro Católico Português, e retomo a liberdade política que nessa Carta é atribuída a todos os católicos»<sup>1434</sup>.

Antes da publicação da nota, António Lino Neto enviou, a 7 de Fevereiro de 1934, uma cópia do texto ao cardeal Cerejeira «para que dela tenha primeiro conhecimento»<sup>1435</sup>.

A carta de Pio XI para o cardeal Cerejeira, de 6 de Fevereiro de 1934, atribuindo à Acção Católica funções sociais e apostólicas, omitia qualquer referência ao Centro Católico Português. Manuel Braga da Cruz sublinha o facto do texto do Papa vir desautorizar uma defesa de António Lino Neto do Centro Católico Português como acção católica em resposta a um artigo publicado na *Brotéria*, intitulado «Acção Católica e Acção Política», que ignorava a História e o papel do Centro Católico Português. O texto do presidente do CCP foi escrito e impresso não chegando a ser publicado<sup>1436</sup>. Era um editorial de crítica dura às posições expressas na *Brotéria* que acusava de faltarem à justiça, à verdade e à caridade. O articulista da revista dos jesuítas faltava à justiça porque «o Centro Católico é um facto por força de determinações expressas da Santa Sé e dos senhores Bispos, e não pode, portanto, fazer-se sobre ele, em capítulo de tanta magnitude e delicadeza, doutrina de silêncio, como se o Centro Católico não constituísse um dever dos católicos»<sup>1437</sup>. Faltava à verdade porque «Profundas transformações se estão operando agora em Portugal nas leis e nos costumes políticos. Havendo um organismo oficialmente constituído pela Igreja para a defesa das liberdades religiosas no campo político, nada indicava a quem não tem, por missão, ocupar-se do assunto, vir publicamente determinar relações dos católicos portugueses com a política, fazendo supor que nessas relações o Centro Católico não tem função

---

<sup>1434</sup> *A União*, Fevereiro de 1934, p. 1.

<sup>1435</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira R-06/01/011-01.

<sup>1436</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, p. 368-369.

<sup>1437</sup> *A União*, Fevereiro de 1934, p. 2.

própria, contra o que de facto se encontra estabelecido»<sup>1438</sup>. E ainda faltava à caridade ofendendo os militantes centristas. A polémica atingira portanto uma enorme intensidade emocional e é verosímil que o facto dos adversários de António Lino Neto poderem invocar a seu favor a carta do Papa estivesse na origem imediata da demissão do presidente do CCP. O contexto eclesial era completamente diferente daquele em que António Lino Neto iniciara a sua acção como publicista católico e até em que assumira a presidência do CCP. De uma realidade político-religiosa da monarquia constitucional em que, no âmbito em que a Igreja Católica era a religião do Estado português, os padres seculares eram colocados pelo ministro da Justiça passara-se para uma situação de separação entre Estado e Igreja Católica e de reforço do poder dos bispos. Em 1934 os bispos lideravam de facto o movimento católico e o cardeal Cerejeira assumira uma particular proeminência.

O facto consumado da demissão de António Lino Neto colheu muitos católicos de surpresa. Quem lesse o último número de *A União* de 1933, julgaria que o lugar e o papel do Centro Católico Português na sociedade portuguesa não estavam em causa. *A União* de Dezembro de 1933 publica três documentos relativos ao CCP e à Acção Católica: a «nota oficiosa da reunião do episcopado de 10 a 16 de Novembro, em Lisboa», as «Bases para a organização da Acção Católica Portuguesa» e o discurso do cardeal patriarca no quarto aniversário da sua eleição, a 18 de Novembro. Da análise dos três documentos, a redacção do mensário católico conclui que «o Centro Católico continua a ser considerado, como até aqui, por quem de direito, um organismo necessário da actividade religiosa em Portugal»<sup>1439</sup>. A nota sobre os resultados da reunião plenária do episcopado em Novembro de 1933 dava conta da aprovação pelos prelados dos estatutos da Acção Católica e concluía reconhecendo a necessidade do Centro Católico Português continuar «em quanto se mantiverem as circunstâncias que determinaram a sua fundação, como órgão de defesa da Igreja no campo legal, embora distinto e separado da Acção Católica, e ratificou a sua confiança ao digno Presidente, Exm.º Sr. Dr. António Lino Neto»<sup>1440</sup>. Nem os estatutos da Acção Católica nem o discurso do cardeal Cerejeira, que focava a «razão de ser da Acção Católica», a sua relação com o Estado e a sua missão, continham qualquer referência ao Centro Católico Português.

---

<sup>1438</sup> *A União*, Fevereiro de 1934, p. 2.

<sup>1439</sup> *A União*, Dezembro de 1933, p. 1.

<sup>1440</sup> *A União*, Dezembro de 1933, p. 1-2.

A *União* de Dezembro de 1933 publica uma entrevista do *Diário de Lisboa* a António Lino Neto, datada de 23 de Novembro de 1933, em que este, referindo-se às conclusões da reunião plenária do episcopado e à intervenção do cardeal Cerejeira, considera que o Centro Católico Português e a Acção Católica têm missões distintas, cabendo ao primeiro apresentar as reivindicações católicas e à AC «melhorar, pelos meios que lhe são próprios, a condição das classes trabalhadoras, dos trabalhadores de todas as classes»<sup>1441</sup>. Em Janeiro de 1934, um editorial assinado por Pedro Alfanizil, reiterava em estilo mais contundente algumas ideias já expressas por António Lino Neto: «O Episcopado Português reconheceu ser necessário o Centro Católico porque ainda se mantêm *as circunstâncias que determinaram a sua fundação, como órgão de defesa da Igreja no campo legal*»<sup>1442</sup> e «Em Portugal ainda se não fez a tal *política superior* de que nos falou o sr. Presidente do Conselho no seu discurso de 23 de Novembro de 1932, e que no entender de Sua Ex.<sup>a</sup> constitui o meio pelo qual a *Ditadura deve tornar dispensável o Centro Católico*»<sup>1443</sup>.

A demissão de António Lino Neto da presidência do Centro Católico Português e o seu cariz dramático e até, para alguns, escandaloso, reflecte conflitos estratégicos entre o Estado e a Igreja Católica, e entre diversos sectores católicos, e ainda uma quebra de relações pessoais de confiança que não constituem o resultado linear de diferentes opções estratégicas. O motivo alegado por António Lino Neto para a sua demissão - a carta de Pio XI sobre a Acção Católica que ignora o papel do Centro Católico Português - é real, mas o modo lacónico como a nota está redigida remete para a sombra os seus contornos. Como já referimos, no momento em que é publicada, a carta de Pio XI desautoriza António Lino Neto na polémica que estava prestes a travar com a revista dos jesuítas, *A Brotéria*, por o autor de um artigo, o padre Paulo Durão, não atribuir qualquer relevância ao Centro Católico Português. Lembramos que a opção papal de defender que o âmbito da Acção Católica era apenas social e religioso vinha ao encontro da estratégia do Estado Novo, pensada por Salazar e apoiada por outros católicos provenientes do Centro Católico Português, nomeadamente Mário de Figueiredo e Diogo Pacheco de Amorim. Consideramos ser significativo que o primeiro pedido de demissão de presidente do Centro Católico Português de António Lino Neto seja de Julho de 1930, o mês em que é criada a União Nacional. A 4 de Março de 1934,

---

<sup>1441</sup> *A União*, Dezembro de 1933, p. 190.

<sup>1442</sup> *A União*, Janeiro de 1934, p. 194.

<sup>1443</sup> *A União*, Janeiro de 1934, p. 195.

José Maria Braga da Cruz colocava uma pergunta premonitória a António Lino Neto: «Sei que as esferas governamentais acham preferível a dissolução do CC. Virá uma Concordata a operá-la?»<sup>1444</sup>

O tom dramático na demissão do presidente do CCP explica-se também por se julgar desautorizado e desconsiderado pelo cardeal Cerejeira e a data do primeiro pedido demissionário pode também estar relacionada com o pouco tempo de que precisou para se aperceber que o patriarca de Lisboa não confiava nele. Em Junho de 1932, António Lino Neto tentou convencer D. José Alves Mattoso, o bispo da Guarda, a defender junto do episcopado o fim do exercício de funções do presidente do CCP desde 1919. Invocava as falhas de comunicação e de confiança entre o autor da carta e o cardeal patriarca:

«A minha posição de presidente do Centro Católico tem-se tornado difícil pela atitude de Sua Eminência e da sua entourage a meu respeito.

A princípio supuz que seria por se não achar conveniente a continuação do Centro Católico. Hoje estou convencido que é por se julgar prejudicial para a acção católica tudo o que seja ou lustre [?] Lino Netto. Este convencimento não resulta de mera desconfiança, mas d'uma certeza assente sobre factos.

Ora uma tal situação, tratando-se do Prelado da diocese onde estou, não é viável, e por isso não deve continuar.

Nestas condições, pedia a demissão a Prelados, cuja quasi totalidade me distingue com particular estima e sobre motivos que revestem de carácter pessoal muito delicado [...]

Mas D. José Alves Mattoso escreve a António Lino Neto, a 22 de Junho de 1932, que não está disposto a convencer os outros bispos de uma solução na qual não acredita:

«Quanto à substituição do V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente do Centro, não toquei nisso absolutamente a ninguém porque entendo que V. Ex.<sup>a</sup> tem de continuar a fazer o seu sacrifício pela causa da Igreja. Quer-me parecer que V. Ex.<sup>a</sup> se engana quanto às disposições do Patriarca, porque, havendo alguma coisa, era natural que elle, falando-me do P. Brandão, me dissesse qualquer palavra a este respeito, e nada disse»<sup>1446</sup>.

Em carta ao bispo da Guarda, D. José Alves Mattoso, António Lino Neto relata, em finais de 1932 ou inícios de 1933, diversos episódios confirmando que o cardeal patriarca não o tem na devida conta:

«recebi uma carta do sr. Padre António Brandão em que me diz ter sido convidado pelo senhor Arcebispo de Mitilene para tractar, na Semana da Acção Social de Lisboa, a

---

<sup>1444</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/564, fl. 1.

<sup>1445</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/525, fl. 1.

<sup>1446</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/525, fl. 3.

tese “O Centro Católico”, compreendendo nela a consideração de todas as hipóteses em curso sobre as respectivas bases constitucionais.

Dois dias depois recebi também um cartão do senhor Arcebispo de Mitilene agradecendo-me o interesse por um protegido seu e aproveitando o ensejo de dizer-me que não estranhasse que na referida Semana Social de Lisboa se tratasse do problema do Centro sem a minha intervenção e presença. [...]

O sr. Padre António Brandão é chamado a tractar do Centro como assistente eclesiástico, quando o não é, pois que é apenas secretário geral. É chamado a tractar de questões que implicam com a estrutura do Centro, sem a intervenção e a presença da Direcção.

Pormenor interessante para notar, a propósito, é o sr. Cónego Manuel Anaquim ter acabado, há pouco tempo, com a assinatura da União.

Como V. Exci<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> vê, tudo se precipita, por parte do Patriarcado, para que eu bem perceba o que de há muito vinha percebendo: que é insustentável por incompatibilidade pessoal ou divergência de orientação a minha situação de presidente do Centro. É, pois de urgência que eu seja substituído. Para este fim tenho de aproveitar, pela forma mais adequada, a primeira oportunidade, que não deve ir além de Novembro próximo»<sup>1447</sup>.

D. José Alves Mattoso, o bispo da Guarda, responde a esta carta a 9 de Março de 1933, afirmando que não se surpreendeu com o seu conteúdo, mas reiterando a sua posição contra a saída de António Lino Neto da presidência do Centro Católico Português:

«Preciso de lhe dar uma explicação. Eu não podia de modo algum satisfazer ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup> de promover a sua saída da direcção superior do Centro Catholico, porque fazê-lo seria proceder contra a minha consciência. Ponderando bem os relevantíssimos serviços por V. Ex prestados como presidente do Centro, sempre com tanta inteligência, alto critério, dedicação inextinguível e enormes sacrifícios, eu não poderia deixar de reconhecer que a substituição de V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente do Centro representaria um grande e [?] desastre para a causa religiosa. E continuo a pensar assim»<sup>1448</sup>.

Quando a carta do bispo da Guarda é expedida, António Lino Neto já apresentara novo pedido de demissão, desta vez por carta datada de 7 de Março de 1933 dirigida ao cardeal patriarca, enviando cópia do pedido a todos os prelados portugueses: «Por motivo de saúde, venho, muito respeitosamente, declinar nas mãos de Vossa Eminência o cargo de Presidente do Centro Catholico Português»<sup>1449</sup>. Em 2 de Novembro de 1933, em circular enviada pelo arcebispo de Mitilene aos bispos a convocá-los para uma reunião episcopal, o pedido de exoneração do presidente do CCP era elencado como um dos temas a discutir, juntamente com a «atitude a tomar em face da nova organização corporativa do Estado», a «promulgação da Acção Católica

<sup>1447</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/517, fls. 1-3.

<sup>1448</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/535, fls.1-2.

<sup>1449</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/529.

Portuguesa» e o «Programa mínimo de realizações da Acção Católica Portuguesa no próximo ano de trabalhos.»<sup>1450</sup>

Quando a saída de António Lino Neto do Centro Católico Português finalmente se concretiza, em Fevereiro de 1934, provoca reacções emocionais e interpretações diversas. A frase «retomo a minha liberdade política» na nota demissionária é objecto de várias especulações sobre os seus efeitos nas relações entre os católicos e a política. Há quem pense que António Lino Neto pretende ou está disponível para criar um partido democrata-cristão autónomo em relação à hierarquia católica e livre para conquistar o poder. Um tal partido representaria uma recusa do entendimento em formação entre o Estado Novo e a Igreja Católica de que os católicos só podem ser politicamente activos na União Nacional. É essa a hipótese que Juvenal de Araújo, o ex-deputado centrista radicado na Madeira, coloca a António Lino Neto:

«Será chegada a ocasião – pergunto eu – de organizar-se uma grande força partidária católica, sob a chefia do meu ilustre Amigo, destinada a operar no campo político, e não engeitando as responsabilidades do poder, antes enfrentando-as e preparando-se para as assumir na devida oportunidade?

Deixo este ponto ao seu alto critério, pois ninguém melhor do que o meu Exmº Amigo sabe a atitude que a sua consciência, a sua inteligência e as suas responsabilidades na causa católica portuguesa lhe indicam como a mais conveniente e oportuna»<sup>1451</sup>.

José Maria Braga da Cruz, ao contrário de Juvenal de Araújo, faz votos, em carta de 25 de Março de 1934, de que António Lino Neto, liberto do seu cargo no Centro Católico Português, pudesse ajudar Salazar a reformar o código administrativo<sup>1452</sup>.

O que agita mais o meio católico é a impressão de que a saída de um cargo que António Lino Neto não exercia por ter sido eleito pelos militantes do CCP, mas por nomeação dos bispos, significava uma afirmação pública de quebra de confiança pessoal na hierarquia católica e de desrespeito da autoridade eclesiástica por parte de uma personalidade que sempre observara uma zelosa observância das hierarquias religiosas ou civis. O cardeal Cerejeira, em carta confidencial dirigida, a 8 de Fevereiro de 1934, aos bispos, referindo-se ao caso, usa e sublinha os termos «descortesia», «quebra de confiança», «escândalo», além de considerar que o acto «prejudicava os interesses da Igreja»<sup>1453</sup>. O Patriarca de Lisboa não aceita que a carta do Santo Padre justifique a demissão: «Não logrou convencer o Dr. Lino Neto o dizer-se que era aos

---

<sup>1450</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/D-01/02/027, f. 1.

<sup>1451</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/555, fl. 1.

<sup>1452</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/565, fl. 1.

<sup>1453</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/D-01/02/029, f. 1.

Bispos que pertencia interpretar e resolver o que devia pensar-se em relação ao Centro». E lembrava que a carta do Papa não alterava as bases da Acção Católica, que previam a continuação do CCP<sup>1454</sup>.

A 9 de Fevereiro de 1934, António Lino Neto redige uma nota que envia para publicação no *Novidades*:

«Tendo publicado hoje nas *Novidades* uma nota oficiosa do Patriarcado em que se reconhece que a minha interpretação à Carta de Sua Santidade sobre a Acção Católica Portuguesa não é a que ela deve ter, venho declarar que me conformo absolutamente com a interpretação oficial e que agora como sempre ponho ao serviço da Igreja o meu melhor esforço, como o tenho feito em todas as circunstâncias, com a mais submissa e filial dedicação.

O que fui no passado como católico, quero e espero em Deus sê-lo até ao fim da minha vida.

Julgo do meu dever fazer esta declaração para que nenhum católico possa ver em qualquer acto meu menos respeito e acatamento às ordens, ensinamentos e directivas da Igreja»<sup>1455</sup>.

Só no dia seguinte, António Lino Neto envia uma cópia deste esclarecimento ao cardeal Cerejeira, justificando-se: «Era meu desejo mandal-a a este jornal só depois de Vossa Eminencia a receber primeiro; mas pareceu-me que não devia demorar a sua publicação para que o seu significado fosse mais completo»<sup>1456</sup>. Dirige ainda a Cerejeira uma carta mais extensa em que explica a decisão que tomou. Viu na carta de Pio XI a confirmação de uma irrelevância do Centro Católico Português que já sentira ao só ter conhecimento das bases da Acção Católica quando estas foram tornadas públicas. Em suma: «De há muito, o Centro Católico no Patriarcado estava considerado de facto morto, por quase toda a gente, embora aparentemente continuasse a viver; e, quando li nas *Novidades* a carta do Santo Padre, convencido fiquei de que ela consagrava um facto consumado»<sup>1457</sup>. Nessa carta, António Lino Neto mostra-se consciente de que o catolicismo político que dera sentido à acção do Centro Católico Português e à sua liderança deixara de fazer sentido: «Compreendi por essa carta que a política não podia ser atribuição dos católicos como tais agremiados, mas que a todos era lícito e até aconselhável entrar individualmente em qualquer agremiação ou partido à sua escolha»<sup>1458</sup>.

<sup>1454</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/D-01/02/029, f. 2.

<sup>1455</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira. R-06/01/011.

<sup>1456</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira. R-06/01/011.

<sup>1457</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/551, fl. 2.

<sup>1458</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/551, fl. 2

Acerca das suas intenções ao publicar a nota de demissão, António Lino Neto declarou:

«Esta nota visava, por um lado, a uma afirmação de disciplina religiosa, e por outro a uma demonstração pública de que eu no Centro não estava senão por vontade da Igreja e não pelo gosto de ocupar a presidência.

Esse, porém, com grande surpresa minha, não foi o efeito produzido; e agora sou acusado de rebelde e de revoltado!»<sup>1459</sup>

A nota oficiosa de demissão reafirmava o respeito institucional de António Lino Neto pela Igreja Católica pela sua hierarquia, nada mencionando sobre relações pessoais e concretas. Em carta privada a um prelado não identificado, datada de 22 de Fevereiro de 1934, António Lino Neto abordava o assunto: «Pergunta-me agora V. Excia Revm<sup>a</sup> se, batendo-me o Episcopado à porta, eu acudiria logo e de pronto. Simplesmente, pela caridade que é lei de todos nós, não devo estar nem convém esteja mais em situação de destaque na direcção de obras católicas no Patriarcado enquanto a entourage neste for o que é»<sup>1460</sup>.

O acto demissionário não incomoda só o patriarca, mas também outros bispos. Mesmo D. Manuel da Conceição Santos, de quem António Lino Neto era muito próximo, lamenta, em carta de 22 de Fevereiro, o sucedido:

«cada vez tenho mais pena de que o meu am.<sup>o</sup> me não tivesse escrito antes de mandar para a imprensa a já célebre nota oficiosa. Quero crer que o teria convencido a não se precipitar, e nisso todos teríamos ganhado, e a Igreja teria ficado melhor servida. O meu am.<sup>o</sup> quer de certo que eu lhe fale com franqueza, e sinto a necessidade de lhe dizer que lamento muito o seu afastamento. O meu am.<sup>o</sup> tinha sido o campeão da Igreja, o lutador [?]; e hoje está fora do seu posto de [?]. É isso que me doi.

Creio que nunca em Portugal um secular (nem mesmo um eclesiástico) recebeu da Igreja uma investidura tão solene como a do meu am.<sup>o</sup>: foi o Episcopado em peso que o convidou, e ainda ultimamente, estando reunidos todos os Prelados, foi uma comissão [?] em nome de todos [?] a confiança e pedir-lhe que continuasse no seu posto. Ora francamente, meu am.<sup>o</sup>: não devia romper com tudo isto improvisadamente, por meio de uma nota mandada para a imprensa a correr, para que nos encontrássemos de chofre em frente do facto consumado. Repito: é isto que me dói»<sup>1461</sup>.

O arcebispo de Braga também manifestou a António Lino Neto discordância com a sua demissão ao mesmo tempo que reafirma a dívida da Igreja Católica para com a sua acção:

«Como não pode deixar de ser, respeito muito as razões que influíram na consciência de V. Ex.<sup>a</sup> para o levar à grave decisão que tomou.

<sup>1459</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/551, fls.2-3.

<sup>1460</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/561, fls.1-2.

<sup>1461</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/557, fl. 3.



Não posso concordar com a ocasião escolhida, nem com a forma, e até, se me desse licença, diria que discordo mesmo da coisa em si.

E por isso mesmo, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe dê os parabéns por não ter dado publicidade ao artigo que preparava de remoque à Brotéria, que me parece não ter dado motivo para isso, se encararmos objectivamente as coisas.

Mas agora estamos em fase dos factos consumados e por isso devem cessar todas as recriminações, ao meu parecer.

A mim, e com certeza a todos os católicos portugueses, é-me grato reconhecer e agradecer os grandes e assinalados serviços que v. Ex.<sup>a</sup> e o Centro, sob a inteligente e dedicada direcção de V. Ex.<sup>a</sup>, prestaram à causa católica, em Portugal, e ao mesmo tempo sentir o seu afastamento da sua presidência, que tanto honrou»<sup>1462</sup>.

Cerejeira, na altura com 45 anos, respondeu ao envio das cartas datadas de 7 e 9 de Fevereiro de 1934 e enviadas por António Lino Neto, então com 61 anos:

«Não quero apreciar agora o q a publicação da nota continha de negação da brilhante vida de V. Excia ao serviço da Igreja, desertando dum altíssimo cargo de confiança que ela lhe confiara; de dispor para o Episcopado, abandonando-o sem obter dele previamente quanto mais sem lhe pedir a renúncia ao posto de confiança que V. Excia livremente aceitara; e de sacrifício dos interesses da Igreja.

Só quero mostrar-lhe o meu regozijo, como o Prelado a quem está confiada a sua alma, e até como sincero amigo seu, pela publicação da segunda, que afirma os seus sentimentos católicos, sem inteiramente reparar a sua dívida para comigo e p.<sup>a</sup> com o Episcopado.

Se é certo o que me tem constando particularmente, sinto deveras que V. Excia por não ter querido usar de filial confiança abrindo-se lealmente comigo, tenha criado um estado de espírito q o deve ter feito sofrer a si e levado a um acto q não está na linha muito coerente de uma vida exemplar»<sup>1463</sup>.

Outros bispos comunicam ao cardeal Cerejeira o seu desagrado com a demissão do presidente do Centro Católico Português. O bispo de Portalegre, em carta ao patriarca de 10 de Fevereiro de 1934, interpreta a demissão de António Lino Neto como um acto de indisciplina de um homem que foi um dos «que tanto trabalharam por Deus e pela Sua Igreja»<sup>1464</sup>. D. José Alves Mattoso, o bispo da Guarda a quem, como vimos, António Lino Neto confidenciava a sua vontade de sair do Centro Católico Português, mostra-se mais compreensivo e contemporizador. Em carta de 10 de Fevereiro, após lamentar a demissão, sublinha que António Lino Neto «tem sido de uma grande dedicação à Igreja e não é fácil a sua substituição». Em relação à declaração do ex-presidente centrista no *Novidades*, escreve: «vejo com muita satisfação que a sua

<sup>1462</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/559, fl. 1.

<sup>1463</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira. R-06/01/011-04

<sup>1464</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/E-02/01/368, f. 1.

atitude se modificou»<sup>1465</sup>. O arcebispo de Braga, em carta de 20 de Fevereiro de 1934 manifesta a sua «muita tristeza» com o gesto demissionário<sup>1466</sup>.

Após demitir-se da presidência do Centro Católico Português, António Lino Neto retirou-se da vida política, regressando, por poucos anos, à vida académica, à advocacia, a uma intervenção pontual como publicista católico, focando temas de interesse religioso e social. O acto da demissão deu-lhe uma projecção que vinha declinando há anos. Talvez por isso, em 1935, por ocasião da eleição de Óscar Carmona, a comissão de Propaganda da União Nacional tenha dirigido uma carta ao «ilustre Advogado e Professor» a pedir-lhe que declarasse ao *Diário da Manhã* se tencionava votar para reeleger Carmona e explicasse sucintamente as suas razões. António Lino Neto respondeu positivamente e a sua justificação lacónica foi publicada a 6 de Fevereiro de 1935: «O sr. general Óscar Carmona deve ser reeleito para o alto cargo de Presidente da República por o ter sempre exercido com reconhecida competência e com um prestígio que lhe vem do raro conjunto das suas qualidades pessoais»<sup>1467</sup>.

Dos oito filhos de António Lino Neto, dois tiveram uma vida política no Estado Novo. Francisco Lino Neto rompeu com o regime nas eleições presidenciais de 1958, a propósito das quais escreveu um célebre opúsculo: «Considerações de um católico no período eleitoral». Foi, juntamente com António Alçada Baptista, dos primeiros católicos a candidatarem-se nas listas da oposição em 1961 e, em 1969, voltou a ser candidato oposicionista, em Santarém, pela CDE. António M. Lino Neto foi ministro da Justiça de Marcelo Caetano entre 7 de Novembro de 1973 e o 25 de Abril de 1974.

Os acontecimentos na vida pessoal e familiar de António Lino Neto após a sua demissão do presidente do Centro Católico Português constituem um simples epílogo de uma biografia que procurou compreender o percurso político de um católico na crise do liberalismo que em Portugal arrancou na última década do século XIX. Em 1934 estava consolidado um regime anti-liberal que durou mais quarenta anos. António Lino Neto, ao demitir-se de presidente do CCP, não retirou ilações práticas da sua declaração - «retomo a liberdade política» - ou da ideia expressa em carta de que «a política não podia ser atribuição dos católicos como tais agremiados, mas que a todos era lícito e até

---

<sup>1465</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/E-02/01/369, f. 1.

<sup>1466</sup> PT/AHPL/PAT14-SP/E-02/01/371, f. 1

<sup>1467</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/D/F/01/074/01, fl. 1.

aconselhável entrar individualmente em qualquer agremiação ou partido à sua escolha»<sup>1468</sup>.

Caberia a outros católicos, principalmente de gerações mais novas, ainda mais novas que os homens da «nova geração» a que aludia o livro de Diogo Pacheco de Amorim, percorrer o caminho aberto por essa ideia. Uma ideia que era uma viragem em relação ao esforço de unidade que António Lino Neto realizara na presidência do Centro Católico Português nos 15 anos anteriores e uma alternativa ao dilema colocado aos católicos pelo Estado Novo de só poderem fazer política na União Nacional ou só se poderem dedicar à acção social e religiosa na Acção Católica. Viragem e recusa que se mostraram mais fecundas e perduráveis do que o entendimento entre Estado Novo e Igreja Católica construído sobre a desactivação e extinção do Centro Católico Português.

---

<sup>1468</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/551, fl. 2



## Conclusões

António Lino Neto foi um homem público que marcou e foi marcado pela sociedade do seu tempo, por muito que essas marcas tenham sido esquecidas pela política da memória de um poder com dificuldade em integrar na sua visão oficial do passado o sentido dessa vida pública. O próprio António Lino Neto reconheceu, em 1934, que se esgotara o projecto de catolicismo político de que fora um dos protagonistas desde 1919, assente na ideia de que os católicos se deviam abster das suas opções políticas, que os dividiam, para, no Centro Católico Português, lutarem pelos direitos e interesses da Igreja Católica e colocarem as suas competências ao serviço da causa nacional. Em carta de 10 de Fevereiro de 1934 dirigida ao cardeal Cerejeira, o presidente demissionário do CCP escreve: «Compreendi por essa carta [de Pio XI] que a política não podia ser atribuição dos católicos como tais agremiados, mas que a todos era lícito e até aconselhável entrar individualmente em qualquer agremiação ou partido à sua escolha»<sup>1469</sup>. Era um virar de página quanto à intervenção pública de António Lino Neto nos últimos 15 anos, mas também uma demarcação quanto ao entendimento que se estava a formar entre o Estado Novo e a Igreja Católica: o de que os católicos que quisessem fazer política não tinham outra escolha senão fazê-la na União Nacional.

O período de maior projecção pública de António Lino Neto foi o da República do pós Grande Guerra: presidiu ao Centro Católico Português, foi deputado de 1922 a 1926 e dirigiu *A União* que, de 1920 a 1924, foi um jornal semanal. Cumpridor do acatamento dos poderes instituídos e respeitador da legalidade, procurou melhorar a situação concreta da Igreja Católica, afirmando a prioridade da questão religiosa em relação à questão do regime. Foi uma intervenção que causou fracturas no meio católico, no qual os monárquicos manuelistas constituíam uma parte muito influente da elite. A vontade de entendimento entre República e Igreja Católica expressa na assinatura do parecer n.º 378 por representantes de todas as forças parlamentares não chegou a formalizar-se numa revisão da Lei da Separação satisfatória para todas as partes. O processo foi interrompido pelo golpe do 28 de Maio de 1926 e as narrativas posteriores de legitimação do Estado Novo e da Igreja Católica alimentaram a ideia de uma «perseguição religiosa» congénita à República e que não batia certo com o esforço de defesa de direitos, representação de interesses, negociação de alterações legislativas realizado pelo presidente do Centro Católico Português, cujo projecto de revisão da Lei

---

<sup>1469</sup> PT/UCP/CEHR/AALN/E/C/01/551, fl. 2

da Separação do Estado e das Igrejas, conhecido por «projecto Lino Neto» se encontrava na origem do parecer n.º 378.

António Lino Neto cresceu e interveio em lugares e num tempo que neste trabalho procurámos compreender com a intenção de decifrar o que deles recebeu e as circunstâncias que quis mudar. Em 1873 nasceu em Mação, concelho onde habitavam pequenos e médios proprietários, dedicando-se a uma agricultura de regadio e relacionada com o artesanato, com indústrias de pequena escala. Uma realidade que em alguns aspectos podia ser um exemplo para a reforma agrária que sonhou, baseada na divisão da terra a Sul do território português, numa cultura de regadio. Elemento de uma família da elite local, um elemento biográfico trágico – a morte prematura do pai – levou-o a um trajecto de formação que seria comum a outras figuras públicas católicas de origem social mais modesta: estudou primeiro no seminário de Portalegre e depois Direito, na Universidade de Coimbra. Não fez carreira eclesiástica nem na universidade de Coimbra mas manteve ligações com os seus meios de formação que foram decisivas na sua vida pública: elas explicam em parte o seu relacionamento com a hierarquia católica e com as gerações mais novas de estudantes de Coimbra. Iniciou a sua vida activa numa cidade de província, Portalegre, como secretário-geral do governador civil, onde veio a conhecer um dos mais influentes ideólogos do início do século XX, António Sardinha.

Chamámos ao tempo histórico de vida consciente, activa e de intervenção política de António Lino Neto, de «crise do liberalismo», o sistema de instituições e valores que dominou o século XIX. O início da década de 1890 foi assinalado por acontecimentos que reflectiam uma crise política e económica: o Ultimato de 1890, a bancarrota de 1891. Foi uma crise com contornos muito específicos na sociedade portuguesa, mas também internacional. Leão XIII publicou em 1891 a encíclica *Rerum Novarum* procurando formular uma resposta da Igreja Católica à questão social. É o Papa do catolicismo social e do *ralliement* com a República francesa. A Igreja Católica mantém no plano teórico a condenação do liberalismo, de crítica à «filosofia liberal» de uma liberdade individual sem limites, mas crescem os católicos organizados com uma atitude pragmática de aceitação das instituições liberais intervindo na sociedade para a cristianizar. Em 1894, ano em que António Lino Neto entra na Universidade, é formado o Centro Católico Parlamentar, que pretende ser um «grupo de pressão» no parlamento português, juntando católicos dos partidos rotativos. É portanto normal que António Lino Neto não encontre incompatibilidades entre a sua militância católica e a adesão ao

Partido Progressista, em grande parte explicada pela sua relação pessoal com Frederico Laranjo, que também passara pelo seminário de Portalegre e fora seu professor na Universidade de Coimbra.

Em 1908, António Lino Neto fixou-se em Lisboa. O advogado da Baixa lisboeta não cortou com as suas raízes na província. Em alguns aspectos, como se verificou na sua intervenção como advogado no caso de Barbacena, mostrou-se mais compreensivo com os problemas dos camponeses, do que com esse mundo de funcionários públicos e operários que crescia na capital e seus arredores no início do século XX. O sistema político-partidário português estava em crise aguda. Os partidos pulverizavam-se em facções. António Lino Neto em diversos escritos demarcou-se do ambiente político, sem cortar com a sua ligação ao Partido Progressista ou aderir ao Partido Nacionalista, partido conservador que reivindicava para si a defesa da causa católica e tinha um importante apoio no clero do Norte. A militância católica de António Lino Neto manifestou-se na Obra dos Congressos, presidida por Francisco de Sousa Gomes.

Na transição da monarquia constitucional para a I República, António Lino Neto, que já alcançara alguma notoriedade como professor catedrático de economia política e advogado, traçou, em artigos de opinião e livros, os caminhos para uma «regeneração nacional», em resposta ao sentimento de decadência inflamado pelo Ultimato de 1890, mas também em resposta ao que nesta tese chamamos de «crise do liberalismo» à qual António Lino Neto se refere como uma desordem internacional que também atinge a sociedade portuguesa. Como escreve em *A Questão Agrária*, em 1908: «A ordem económica contemporânea aperta com tal ferocidade que os meros impulsos individuais de beneficência, por mais generosos que sejam, não a podem manter. O Estado tem de intervir, deve intervir»<sup>1470</sup>.

O Estado que António Lino Neto idealiza é um Estado descentralizado, em que grande parte dos poderes públicos são transferidos para os municípios, que mantêm uma relação de proximidade com os cidadãos. É essa a tese que defende em *A Questão Administrativa*, de 1911. Uma das funções dos municípios, já exposta em *A Questão Agrária*, de 1908, era a socialização parcial dos solos, medida que faria parte de um projecto mais vasto de divisão da propriedade a Sul de Portugal, ao serviço de um projecto económico «neo-fisiocrático», ou seja, que teria como base a revitalização agrícola. A descentralização e intervenção do Estado não esgotavam, no entanto, a

---

<sup>1470</sup> *A Questão...*, p. 210.

resposta à «questão social» gerada pela crise do liberalismo. Pelo contrário, uma resposta cabal à crise implicava uma intervenção activa dos cidadãos e o cumprimento dos deveres morais dos proprietários.

Partilhando com os republicanos da sua geração, um nacionalismo inflamado pelo Ultimato de 1890, António Lino Neto também considerava como um dos factores de «decadência nacional» a falta de moralidade e de formação do clero. Mas, ao contrário do ideário anti-clerical republicano, uma das vias para a regeneração nacional seria uma formação mais exigente do clero, permitindo-lhe exercer uma função moralizadora na sociedade.

Nas vésperas da revolução republicana, António Lino Neto apresenta uma solução para a «questão religiosa», a «separação amigável» entre Estado e Igreja Católica, proposta que provocou acerbas críticas nas hostes católicas e que não costuma ser referida nas histórias do período.

Confrontado com a mudança radical nas relações entre Estado e Igreja Católica trazida pela I República, António Lino Neto tentou, sem êxito, e em termos pouco conhecidos, estabelecer mediações entre Afonso Costa, seu conhecido desde os tempos de Coimbra, onde fora seu professor, e a hierarquia católica. No rescaldo da revolução republicana, com o fim do Partido Progressista, chegou a confidenciar numa carta que os católicos eram livres de pertencer a qualquer partido. Mas a «questão religiosa» foi reformulada na República Velha em termos que favoreceram a organização dos católicos para defender os direitos e interesses de uma Igreja Católica que consideravam lesada. No chamado «Apelo de Santarém» os bispos portugueses, em 1913, interpelam os católicos para organizarem uma «União Católica». Em 1914, António Lino Neto reaparece publicamente, sob o pseudónimo «Paulo Agostinho», a propugnar em *A Liberdade* por uma hierarquização nas respostas à «decadência nacional»: a prioridade seria a «questão moral». Era necessário reagir à liberalização dos costumes. A questão política, não sendo prioritária, revelava também uma urgência: «despartidarizar», atenuar a presença dos partidos políticos na administração pública e em certos ministérios, como o das Finanças, Guerra e Negócios Estrangeiros, que deviam ser geridos por técnicos.

A entrada de Portugal na Grande Guerra foi um ponto de não retorno nas relações entre a República e os católicos. A República precisava dos soldados católicos. A presença de capelães militares no palco de guerra teve por efeito alterar junto de uma parte significativa das elites republicanas as imagens dos sacerdotes criadas pela



propaganda anti-clerical. Alguns capelães militares foram reconhecidos como patriotas, com valor moral e social. António Lino Neto, na Comissão para a Assistência Religiosa em Campanha, bateu-se pela melhoria das condições dos capelães militares. A relação dos católicos portugueses com a República também é influenciada pelas mudanças no papado. Para Pio X, a condução do processo negocial com a República portuguesa não excluiu o afrontamento, que teve a sua maior expressão na encíclica *Iam dudum in Lusitania*. Bento XV empenhou-se na reconciliação com o Estado português, estabeleceu pontes com os «republicanos moderados» e incentivou a participação política dos católicos. Em 1915 foi criado o Centro Católico Português, reorganizado em 1917, em resposta a um renovado apelo dos bispos, numa direcção tripartida constituída por Diogo Pacheco de Amorim (Centro), Alberto Pinheiro Torres (Norte), Nemo (Sul). António Lino Neto aderiu ao CCP em data incerta, por convite do cardeal patriarca, D. António Mendes Belo. Em 1918, durante a República Nova de Sidónio Pais, foi eleito deputado centrista, tendo exercido funções de vice-presidente e presidente da câmara dos deputados. Foi também eleito vereador com o pelouro dos abastecimentos da câmara municipal de Lisboa, onde procurou aplicar os seus projectos municipalistas.

Após o assassinato de Sidónio Pais e a desagregação da sua heterogénea base de apoio, o Centro Católico Português foi afectado pela sua associação à causa monárquica, com o envolvimento de elementos seus na efémera Monarquia do Norte. A reestruturação do CCP, sob orientação da hierarquia católica e a presidência de António Lino Neto, teve como linha orientadora a separação entre a causa católica e a causa monárquica. Na perspectiva de Bento XV, o CCP era a organização que, no caso português, respondia ao que considerava uma necessidade geral dos católicos intervirem no novo mundo político saído da Grande Guerra. António Lino Neto reunia qualidades e condições raras para unir os católicos. Era uma figura prestigiada como académico e advogado. Tendo sempre secundarizado a questão do regime, pertencera a um partido do poder durante a monarquia constitucional, o que em princípio lhe poderia granjear simpatias entre monárquicos que se reviam nessa tradição. Participou na Obra dos Congressos dirigida por Francisco de Sousa Gomes e tinha ligações com o CADC de Coimbra, criado já depois de António Lino Neto se ter licenciado em Direito. Sob o pseudónimo de «Paulo Agostinho» tentara estabelecer pontes, a partir do consenso católico em torno da «questão moral», com católicos de várias gerações e proveniências.

Tinha uma relação pessoal com um dos mais marcantes ideólogos do integralismo lusitano, António Sardinha.

No entanto, a união dos católicos no Centro Católico Português mostrou-se uma «missão impossível», mesmo para uma pessoa com as qualidades e ligações de António Lino Neto. A questão religiosa, a questão do regime e a resposta à crise do sistema liberal possuíam conexões que ditaram o trajecto do CCP durante a República do pós Grande Guerra. No período da Grande Guerra verifica-se o desenvolvimento de uma cultura anti-liberal assimilada e promovida quer por católicos que intervêm enquanto tais, quer por monárquicos católicos. A posição da direcção centrista de subordinação às directrizes da hierarquia católica portuguesa e da Santa Sé atraía ao CCP católicos anti-liberais: os legitimistas, que por tradição eram ultramontanos, ou seja, os que mais valorizavam a ligação ao Papa, e as novas gerações do CADC de Coimbra, que tinham interiorizado a doutrina do *ralliement* papal e que Diogo Pacheco de Amorim caracterizara no opúsculo *A Nova Geração* como tendo convicções autoritárias e anti-liberais. Os integralistas lusitanos inicialmente mantiveram uma atitude combativa em relação ao CCP. Algumas personalidades como António Sardinha, entre os integralistas, e Francisco Veloso, entre os centristas valorizavam as afinidades ideológicas entre o nacionalismo integralista e centrista: a defesa do municipalismo, da família, do catolicismo como religião tradicional portuguesa. Mas outras personalidades, como Pequito Rebelo eram muito críticas em relação ao CCP e, em concreto, a António Lino Neto. O cenário mudou quando o pretendente ao trono dos integralistas, D. Miguel (II), se entendeu com D. Manuel II no Pacto de Paris. A Junta Central do Integralismo Lusitano, deixando de ter um pretendente, auto-suspendeu-se e dedicou-se a uma acção essencialmente doutrinária e cultural. As novas condições implicavam uma espécie de «tréguas» entre integralistas e centristas e permitiram um maior espaço de intervenção às personalidades que procuravam estabelecer «pontes» entre ambas as correntes. Os católicos de tradição regalista, ou seja, valorizando a dimensão nacional do catolicismo, e fiéis a D. Manuel II, tiveram mais dificuldades em aceitar a orientação do Centro Católico Português. Fernando de Sousa (Nemo) buscou sem resultados uma caução junto da Santa Sé para a luta dos católicos manuelistas pela restauração monárquica. Defendia um Centro Católico Português à semelhança do que fora o Centro Católico Parlamentar na monarquia constitucional: um «grupo de pressão» reunindo na defesa da causa católica os católicos de diversos partidos que noutros assuntos gozariam de liberdade política, inclusivé a liberdade de lutar pela restauração da monarquia. O

empenho da Santa Sé em estabelecer boas relações com a República saída da Grande Guerra não autorizou esta interpretação das suas directrizes. No CCP, surgiu outro influente ideólogo centrista, mais novo do que António Lino Neto, Salazar. Advogava uma interpretação extensiva da exigência da «abstenção política» dos centristas - até ao II Congresso Nacional do CCP restrita a dirigentes - a partir dessa iniciativa estendendo-se a todos os militantes do CCP. A doutrina de Salazar tornou-se a doutrina oficial do CCP.

Na República do pós Grande Guerra, o Centro Católico Português acatou a legalidade republicana, que o seu presidente, António Lino Neto, defendeu zelosamente recorrendo a meios legais para melhorar a situação da Igreja Católica. Ao mesmo tempo alguns dos seus militantes possuíam óbvias cumplicidades com movimentos insurreccionais anti-liberais. O Centro Católico Português foi uma organização de defesa religiosa, mas também de defesa do que considerava o interesse nacional, legitimado pela competência técnica. Foi uma organização representada no parlamento, mas que excluía nas suas bases estatutárias a eventualidade de participação num governo. Esta ambiguidade fez do Centro Católico Português uma organização com ligações a diversas forças conservadoras anti-liberais: o integralismo lusitano, como já vimos, e a União dos Interesses Económicos. Mas o CCP em diversos momentos também convergiu com os liberais conservadores do Partido Republicano Liberal de António Granjo ou da União Liberal Republicana de Cunha Leal. Em relação ao PRP dirigido por António Maria da Silva, há uma atitude de negociação que resulta das próprias directrizes da Santa Sé e de uma vontade de entendimento da direcção do PRP que nem sempre alcança resultados práticos.

Contra a orientação do Centro Católico Português, por vezes particularizando as suas críticas na figura de António Lino Neto, colocam-se os católicos monárquicos manuelistas de diversas tendências, desde os liberais, cada vez mais isolados, até aos integralistas que militam na Acção Realista Portuguesa de Alfredo Pimenta, e os sectores republicanos mais laicistas. Para os primeiros António Lino Neto era republicano e até maçom; para os segundos era um clerical e um ultramontano.

Nalguns textos da República do pós Grande Guerra, António Lino Neto tenta conciliar tendências contraditórias no Centro Católico Português: a defesa do parlamento e a representação corporativa. O corporativismo parcial, ensaiado na República Nova de Sidónio Pais estaria no seu horizonte. A resposta à crise do Estado liberal é pensada, na linha de reflexões anteriores, embora com um novo dramatismo,

como uma diminuição das funções do Estado central, enquanto se reforçavam as funções dos municípios e se desenvolvia um «corporativismo de associação».

No processo de luta pela hegemonia durante a ditadura militar iniciada pelo golpe de 28 de Maio de 1926, grande parte das forças conservadoras que na República do pós Grande Guerra tinham gravitado em torno do Centro Católico Português foram atraídas pela liderança de Oliveira Salazar. O facto de Salazar, apesar de se ter afirmado como um importante ideólogo centrista em 1922 não ter responsabilidades dirigentes ou parlamentares no Centro Católico Português durante a I República ajudou-o a passar a imagem de independência face aos católicos organizados e a afirmar-se como um árbitro entre os sectores laicos, inicialmente com uma forte presença na ditadura militar, e os sectores católicos.

António Lino Neto acolheu a ditadura militar com alguma prudência, referindo-se-lhe como um movimento de «tendência nacional» e valorizando as intenções declaradas, mas criticando as primeiras leis de matéria religiosa da ditadura, da autoria de Manuel Rodrigues Júnior. Não se coibiu mesmo de valorizar acções no sentido de uma revisão satisfatória da Lei da Separação do Estado e das Igrejas na I República, acções nas quais António Lino Neto desempenhou um papel relevante.

A chegada de Salazar a ministro das Finanças, em Abril de 1928, marca uma viragem na «colaboração técnica» do CCP na ditadura militar para uma «colaboração política». Quando ainda está no horizonte do CCP a realização do seu III congresso nacional, em 1928, Salazar já expõe claramente a António Lino Neto a sua visão de que a era dos partidos acabou, a ditadura não é uma solução transitória mas permanente, e o CCP não pode agir como se fosse um partido político. Em 1928 e 1929, António Lino Neto entusiasmou-se com a acção de Salazar nas Finanças. Quando no interior da ditadura se lutava pelo seu rumo e pelo seu «espírito», António Lino Neto apoiava Salazar, no qual via um representante da causa católica, por mais que o ministro das Finanças de demarcasse publicamente do apoio dos católicos. Foi o momento em que António Lino Neto julgou que a possibilidade de regresso ao liberalismo político era remota e o mais adequado aos novos tempos seria a institucionalização de uma representação orgânica.

A partir de 1930, ano em que surge a União Nacional e, pela primeira vez, o presidente do Centro Católico Português pede a saída do cargo, à medida que o Estado Novo se institucionaliza, António Lino Neto vai transmitindo a sensação de que o seu tempo político se esgotara. Quer Pio XI, quer Salazar eram contrários à existência do

Centro Católico Português nos moldes em que fora reestruturado em 1919. A prioridade de Pio XI é manter a Acção Católica fora da acção do Estado, em Portugal como em Itália. E quer num quer noutro país, os respectivos ditadores colocam como condição da existência da Acção Católica a sua despolitização. Às razões de fundo de Estado e da potência religiosa que é a Santa Sé, somaram-se razões de uma atormentada relação pessoal entre António Lino Neto e o cardeal Cerejeira para levar o presidente do Centro Católico Português a demitir-se.

Em 1934 a crise do liberalismo em Portugal tinha uma resposta autocrática no Estado Novo e já se esboçava a relação entre regime político e Igreja Católica que seria formalizada na Concordata de 1940 e que Fernando Rosas tem chamado de neo-regalismo funcional<sup>1471</sup>. A Concordata representou, nas palavras de Paulo Fontes, um meio de «resolver a questão religiosa suscitada pela Primeira República, sem pôr em causa o princípio de separação do Estado das Igrejas, e, simultaneamente, um meio para circunscrever o catolicismo às suas formas de expressão religiosa, confinando-o politicamente a um substrato cultural a ideológico na definição da identidade nacional»<sup>1472</sup>. Rita Almeida de Carvalho recusa a ideia de que a Concordata consagrou uma subordinação da Igreja Católica ao Estado de um ponto de vista jurídico, sublinhando que para Salazar «a Concordata seria um elemento fundamental para a recristianização da sociedade, a qual, não só se coadunava com a sua visão do mundo, como potenciava o papel da Igreja enquanto fator de ordem e disciplina social e afirmação nacionalista»<sup>1473</sup>.

No complexo processo de evolução entre Estado e Igreja Católica desde a monarquia constitucional até ao Estado Novo, de uma situação em que o catolicismo era a religião de Estado para outra em que se mantém formalmente a separação entre Estado e Igreja, a organização política não renunciou a manter algum controlo e a condicionar a presença do catolicismo na sociedade. A hierarquia interna da Igreja Católica foi reforçada durante este período. No final da monarquia constitucional a colocação dos padres seculares dependia do ministro da Justiça. Na década de 1930 o poder do episcopado português encontrava-se reforçado e o cardeal Cerejeira afirmava-se como

---

<sup>1471</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o Poder...*, p. 257-271.

<sup>1472</sup> Paulo Fontes, *Elites Católicas em Portugal: o Papel da Acção Católica (1940-1961)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2011, p. 120.

<sup>1473</sup> Rita Almeida de Carvalho, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, p. 625.

um «príncipe da Igreja». É também neste contexto que se pode compreender os contornos dramáticos da demissão de António Lino Neto de presidente do CCP.

António Lino Neto quando se demitiu de presidente do Centro Católico Português afirmou: «retomo a minha liberdade política». Mas no tempo e nas circunstâncias do Estado Novo não conseguiu ou não quis encontrar outro modo de exercer a sua liberdade política. O seu filho mais novo, Francisco Lino Neto, que a partir de 1958 romperia com a «frente nacional» entre o regime político e Igreja Católica e faria um trajecto cívico-político de oposição ao Estado Novo, disse acerca do pai: «meu pai no fundo, até era um admirador de Salazar! Ele nunca o negou...mas foi marginalizado, e ele próprio se marginalizou»<sup>1474</sup>. Ao concluirmos esta tese deparamo-nos com a dificuldade de classificar a personalidade histórica estudada de acordo com um tipo, como algumas metodologias propõem: António Lino Neto foi uma figura institucional – da universidade, da Igreja Católica, do parlamento – e no entanto, nas palavras de um filho, foi marginalizado e marginalizou-se. Foi um defensor da «despartidarização» no final da monarquia constitucional e no início da I República e retirou-se da vida política declarando-se favorável ao pluralismo político dos católicos. Foi um católico militante e durante anos decisivos o porta voz e o rosto leigo da Igreja Católica e um elemento de uma elite política e académica que viveu e procurou responder aos problemas de um tempo de crise das instituições e dos valores do liberalismo.

---

<sup>1474</sup> DOS-1-6, «Entrevista com Francisco Lino Neto (7 de Julho de 1977)» realizado por Dawn Raby.

## Fontes e Bibliografia

### A - Fontes

#### 1 – Arquivos

Arquivo António Lino Neto, Centro de Estudos de História Religiosa da UCP

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Fundo Dom Manuel Gonçalves Cerejeira

Fundo Comissão Central da Assistência Religiosa em Campanha

Arquivo José Maria Braga da Cruz, Centro de Estudos de História Religiosa da UCP

Arquivo Mário de Figueiredo

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Secreto do Vaticano

Archivio della Nunziatura di Lisbona

Archivio della Segreteria di Stato

Archivio della Sacra Congregazione degli Affari Straordinari

Arquivo da Universidade de Coimbra

*Documentos Originais sobre o Fim do Centro Católico*, Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa

#### 2. Fontes impressas

##### 2.1. Jornais e Revistas

*A Capital. Diário Republicano da Noite*

*Actualidade. Semanario Catholico*

*A Defesa Social*

*A Época*

*A Monarchia. Diário Integralista da Tarde*

*A Nação*

*A Ordem*

*A Palavra*

*A Pátria*

*A União*

*A União. Bi-semanário Católico e Regionalista*

*A Vitória. Diário Republicano Independente*

*Correio de Coimbra. Semanário órgão da Comissão Diocesana do Centro Católico*

*Correio da Manhã*

*Diário de Lisboa*

*Diário de Notícias*

*Diário do Minho*

*Diário Nacional*

*Liberdade (1914)*

*Novidades*

*O Amigo da Religião*

*O Dia*

*O Distrito de Portalegre*

*O Echo do Tejo*

*O Mundo*

*O Século*

*República*

*Revista Catholica. Destinada à defesa das verdades christãs, dos direitos e liberdades da Igreja, do Clero e dos princípios sociaes. Muitas vezes abençoada por Leão XIII, de santa memória, e Pio X.*

*Voz de Coura. Semanário conservador*

## **2.2. Monografias**

### **2.2.1. Livros e opúsculos de António Lino Neto**

*História dos Juizes Ordinários e de Paz*, Coimbra, Typ. França Amado, 1898.

*Princípios Novos de Sciencia Criminal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899.

*Analyse e Crítica do novo código de posturas do concelho de Abrantes*, Abrantes, Typ. de Hermano Dias Ferreira, 1902.

*I - Inventário de D. Maria Luíza Fernandes, comarca de Portalegre. Peças de defeza da cabeça de casal sr. dr. Joaquim de Araújo Juzarte e coherdeiros*, Portalegre, Typographia Fragoso & Leonardo, 1903.

*II – Inventário de D. Maria Luíza Fernandes, comarca de Portalegre. Crítica do respectivo processo; valores extranhos ao casal encontrados na herança; deixas para pobres; legados a santos; capellas; etc*, Portalegre, Typographia Fragoso & Leonardo, 1904.

*A Questão Agrária*, Porto, Typ da Emp. Litteraria e Typographica, 1908.

*A Pátria Portuguesa*. Conferência realizada na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa em 2 de Maio de 1909, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909.

*As Terras de Barbacena. Grave Questão de Ordem Social e de Direito Administrativo: Allegações Jurídicas da respectiva Junta de Parochia como Ré na Comarca de Elvas*, Lisboa, Typ. A Editora, 1910.

*A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, Lisboa, Aillaud, Alves, Bastos & C.<sup>a</sup> Editores, 1911.

*As Terras de Barbacena: a herdade da serra: minuta do recurso de revista da respectiva Junta da Parochia*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1914.

*Estudos de Renascença Nacional*, Lisboa, Aillaud, Alves, Bastos, 1920.

*Em defesa própria*, Porto, Of. Commercio do Porto, 1922.



*Decadência ou perscrição: do prazo para a propositura das acções de investigação de maternidade e paternidade ilegítima*, Lisboa, Emp. do Anuário Comercial, 1931 [em colaboração com António Júdice Bustorff Silva].

*A Indústria dos Lacticínios e a Questão Agrária. Conferência realizada em 28 de Fevereiro de 1934*, Lisboa, Of. Graf. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1934.

*Economia Política: legislação industrial. Programa da 7.ª cadeira do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, Lisboa, Of. da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1935.

*Elementos de Economia Política*, Lisboa, Livraria Moraes, 1936.

*Adam Smith: Fundador da Economia Política*, Lisboa, Estudos de História das Doutrinas Económicas, 1936.

*A Restauração de 1640, a Mocidade Portuguesa e o Renascimento da Pátria*, Lisboa, Imp. Graf. Lisbonense, 1938.

*O quinhão económico da vida*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1940.

*As funções do trabalho na ordem económica*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1941.

### **2.2.2. Outras fontes primárias impressas**

*Annuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894-1901.

*Appêllo do Episcopado aos catholicos portugueses*, Guarda, Empresa Veritas, [10 de Julho de] 1913.

Bispo do Algarve, *União Catholica e Centro Catholico Portuguez. Attitude da Direcção Superior do Partido Monarchico e de parte da sua imprensa na eleição de 28 de Abril*, Lisboa, [Composto e impresso na Typ. do Annuario Commercial], 1918.

BOAVENTURA, Armando, *Sem Rei nem Roque...A Restauração da Monarquia em 1926 e o Império os Altos Comissários*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1924.

BRAGA, Teófilo, *Discursos sobre a Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, 1911.

BRANDÃO, Raul, *Memórias*, Tomo I, II, III, Lisboa, Relógio d'Água, 1998-2000.

*Centro Catholico Português. Programa*, Lisboa, [Tip. Cesar Pilot], 1917.

*Centro Catholico Portughez. Programa e Regulamento*, Porto, [Pap. e Typographia do Bolhão], 1918.

CAMPOS, Ezequiel de, *A Evolução e a Revolução Agrária*, Porto, 1918.

CAMPOS, Ezequiel de, *Textos de Economia e Política Agrícola e Industrial (1918-1944)*, Introdução e direcção de edição de Fernando Rosas, Lisboa, Banco de Portugal, 1998.

*Constituição Política da República Portuguesa Aprovada pelo Plebiscito Nacional de 19 de Março de 1933*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

*Desorientação. Resposta aos adversários do Centro Católico* (Separata do Boletim Oficial da diocese de Bragança), Lisboa, 1922.

*Diário da Câmara dos Deputados (1917-1926)*

*Diário do Senado (1917-1926)*

GALVÃO, Francisco, Prefácio de Hipólito Raposo, *A Igreja e a Política*, Lisboa, Edição da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, 1930.

GARCIA, Emídio, *Um Republicano na Cidade dos Papas: Política, História, Literatura, Arte, etc. Turismo Crónicas de Uma Época Vivida em Roma (1911-1928)*, vol. I, Vila Nova de Famalicão, Tip. Minerva, 1937.

GASPAR, João Gonçalves, *Lima Vidal no Seu Tempo (1874-1958)*, 3 vols, Aveiro, Edição da Junta Distrital de Aveiro, 1974.

*Instruções*, Lisboa, [Tip. La Bécarre], 1915.

*Instrução Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal*, Guarda, Empresa Veritas, 1917.

LARANJO, José Frederico, *Economistas Portugueses*, Prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1976

LARANJO, Frederico, *Princípios de Economia Política*, Introdução e Direcção de Edição de Carlos Bastien, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

LOURENÇO, Joaquim Maria, (Cónego), *Situação Jurídica da Igreja em Portugal (Análise Histórico-Jurídica e Crítica das Relações da Igreja Católica com o Estado Português)*, 2.<sup>a</sup> ed., s.l., Coimbra Editora, Limitada, s.d.

MACHADO, Bernardino, Comp., pref. e notas de A. H. de Oliveira Marques, *Manifestos Políticos, 1927-1940*, Lisboa, Palas Editores, 1978.

MARTINS, Oliveira, Introdução, coordenação e notas de Lopes d' Oliveira, *Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Seara Nova, 1948.

MARTINS, Oliveira, *A Província*, vol. I e vol. IV, Lisboa, Guimarães Editores, 1958.

MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, Vol. II, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1977.

MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, 3.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1994.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. I, *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)*, Porto, Civilização Editora, 2000.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. II, *Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Porto, Civilização Editora 2000.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. III, *As Grandes Crises (1936-1945)*, Porto, Civilização Editora, 2000.

*Palavras de um catholico ao clero e fieis de Portugal*, Guarda, Typographia Veritas, 1911.

*Parecer do Director Geral de Estatística Vitorino Godinho sobre a Remodelação dos Serviços de Estatística Oficial em resposta à Comissão de Economias*, Lisboa, 1924.

PIMENTA, Alfredo, *A Política do Centro Católico e a Minha Resposta ao Senhor Bispo de Bragança e Miranda*, Lisboa, Edição da Acção Realista Portuguesa, 1925.

PIMENTA, Alfredo, *A República Portuguesa em Face da Igreja Catholica e a Política do Centro Católico*, Edição da Acção Realista Portuguesa, Lisboa, Depositária: Livraria Portugal-Brasil, 1925.

- PIMENTA, Alfredo, *Nas vésperas do Estado Novo*, Porto, Tavares Martins, 1937.
- QUENTAL, Antero de, *Os Sonetos Completos de Anthero de Quental prefaciados por J.P. Oliveira Martins*, 4.<sup>a</sup> edição, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919.
- QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos. Discurso Pronunciado na Noite de 27 de Maio [1871] na Sala do Casino Lisbonense*, Lisboa, Guimarães Editores, 2001.
- RAPOSO, Hipólito, *Dois Nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano. Conferência feita na Liga Naval Portuguesa, em 23 de Março de 1925*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929.
- REBELO, José Pequito, *Pela Dedução à Monarquia. 1914-1944*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Gama, 1945.
- SALAZAR, Oliveira, *Centro Católico Português. Princípios e organização. Tese apresentada ao 2º Congresso do Centro Católico Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1922.
- SALAZAR, Oliveira, *Inéditos e Dispersos, I, Escritos Políticos e Doutrinários (1908-1928)*, org. e pref. Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997.
- União Catholica. Programa*, Guarda, Empresa Veritas, s.d.

### **2.2.3. Outras fontes primárias policopiadas**

- MAIA, Maria Matilde de Mendonça Lino Neto Sampaio, *O Professor Dr. António Lino Neto. O Meu Pai. Pela filha Maria Matilde*, s.l., s.n., s.d., (texto policopiado)
- NETTO, Joaquim Maria de Mendonça Lino, *António Lino Netto (1873-1961)*, s.l., s.n., s.d. (texto policopiado).

## **B – Bibliografia secundária**

### **1. Obras de carácter teórico e metodológico**

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «O abençoado retorno da velha História» in *Análise Social*, 4.<sup>a</sup> série, vol. XXVIII, n.º 122, 1993, p. 623-630.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «A narrativa na época “pós-histórica”» in *Análise Social*, Vol. XXXIV, 150, 1999, p. 11-28.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999.
- BOURDIEU, Pierre, «L'Illusion biographique» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 62-63, Juin 1986, p. 69-72.
- DOSSE, François, *Le Pari Biographique. Écrire une vie*, Paris, Éditions La Découverte, 2005.
- ELIAS, Norbert, *Mozart. Sociologia de um génio*, Porto, Asa, 1993.
- Fazer História. 2 Novas Contribuições*, Lisboa, Bertrand, 1981.
- FEBVRE, Lucien, «Prefácio da primeira edição», «Prefácio da segunda edição» in *Martinho Lutero: um destino*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 9-15.
- FERRO, Marc, «La biographie, cette handicapée de l'histoire. Retracer la vie d'un individu n'intéresse guère les historiens. Du héros comme mal-aimé.» in *Magazine Littéraire*, n.º 264, Avril 1989, p. 85-86.

HANDOURTZEL, Rémy, «Sur les trajectoires individuelles de la vie politique» in *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne 3-4 Mai 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Maio, 1985.

HESPANHA, António Manuel, «A Biografia na História» in *IX Encontro de Professores de História – Comunicações*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1995, p. 9-19.

HESPANHA, António Manuel, «Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar» in *Análise Social*, n.º 168, 2003, p. 823-840.

LEVI, Giovanni, «Les usages de la Biographie», in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º6, Novembre-Décembre 1989, p. 1325-1334.

MARTINS, Fernando, «Historiografia, biografia e ética» in *Análise Social*, Vol. XXXIX, n.º 171, 2004, p. 391-408.

MATOS, Luís Salgado de, *O Estado de Ordens*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

MENDES, José Amado, «A Biografia na História», *IX Encontro de Professores de História – Comunicações*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1995.

MENDES, José Amado, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos» in *Análise Social*, Vol. XXVII (2.º e 3.º), n.º 116-117, 1992, p. 357-365.

PIKETTY, Guillaume, «La biographie comme genre historique? Étude de cas», in *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.º 63, 1999, p. 119-126.

RANCIÈRE, Jacques, *Les noms de l'histoire. Essai de poétique du savoir*, Paris, Seuil, 1992.

REIS, António, «O jornalista e o historiador: aproximações e diferenças», *Penélope*, n.º 12, 1993, p.135-142.

REIS, António, «O Elemento Imaginário no Objecto e na Abordagem da História», *Actas do I Festival do Imaginário*, Abrantes, 1999.

RÉMOND, René (Dir.), *Pour un Histoire Politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1996.

TORRES, Felix, «Du champ des Annales à la biographie: réflexions sur le retour d'un genre», *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne 3-4 Mai 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Maio, 1985.

VEYNE, Paul, *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983.

VOVELLE, Michel, «De la biographie à l'étude de cas», *Problèmes et méthodes de la biographie, Actes du Colloque, Sorbonne 3-4 Mai 1985, Sources travaux historiques*, Paris, Maio, 1985, p. 191-197.

TRAVERSO, Enzo, *O Passado, Modos de Usar. História, Memória e Política*, s.l., Edições Unipop, 2012.

TREBITSCH, Michel, «Post-scriptum au colloque: les folies de Byron» in *Sources, Travaux Historiques*, n.ºs 3-4, *Problemes & Methodes de la Biographie, Actes du Colloque Sorbonne 3-4 Mai 1985*, 1985, p. 199-214.

## 2. Obras de carácter geral e enquadramento

- AAVV, *Achille Rati, Pape Pie XI*, Roma, École française de Rome, 1994.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- BUCHANAN, Tom, CONWAY, Martin (Ed.), *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, Oxford e New York, Oxford University Press, 1996.
- CALLAHAN, William J., *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*, Barcelona, Crítica, 2003.
- CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Edições Almedina, 2006.
- CONWAY, Martin, «Catholic Politics or Christian Democracy? The Evolution of Inter-war Political Catholicism» in Wolfran Kaiser e Helmut Wohnout (Ed.), *Political Catholicism in Europe 1918-1945*, Vol. I, London e NY, Routledge, 2004, p. 235-251.
- COPPA, Frank J., *Catholics, the State, and the European Radical Right: 1919-1945*, Boulder, Social Science Monographs, 1987.
- DE ROSA, Gabriele, *Il Movimento Cattolico in Italia. Dalla Restaurazione All'Età Giolittiana*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1988.
- DE ROSA, Gabriele, *Il Partito Popolare Italiano*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1988.
- DUMONS, Bruno, *Catholiques en Politique. Un siècle de Ralliement*, Paris, Desclée de Brouwer, 1993.
- DURAND, Jean-Dominique, *L'Europe de la Démocratie chrétienne*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1995.
- FERREIRA, António Matos, «Laicidade» in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III, J-P, Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 58-65.
- FERREIRA, António Matos, «Liberalismo» in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. IV, P-V Apêndices, Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 428-441.
- FERREIRA, António Matos, «Secularização» in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. IV, P-V Apêndices, Círculo de Leitores/ Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 195-202.
- FOGARTY, Michael P., *Christian Democracy in Western Europe 1820-1953*, London, Routledge and Kegan, 1957.
- HOBBSBAWN, Eric, *Age of Extremes. The Short Twentieth Century. 1914-1991*, London, Michael Joseph, 1994.
- KAISER, Wolfram, WOHNOUT, Helmut (Eds.), *Political Catholicism in Europe 1918-1945*, Vol. I, London e NY, Routledge, 2004.
- LETAMENDIA, Pierre, *La démocratie chrétienne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

LETAMENDIA, Pierre, *Le Mouvement Républicain Populaire. Histoire d'un grand parti français*, Paris, Beauchesne Editeur, 1995.

MAYEUR, Jean-Marie, *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne. XIX-XX siècles*, Paris, Armand Colin, 1980.

MAYEUR, Jean-Marie, *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne. Principes romains, expériences françaises*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1986.

MAYEUR, Jean-Marie (dir.), *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, XII, Paris, Desclée/Fayard, 1990.

POLLARD, John, *Benedict XV, The Pope of Peace*, Nova Iorque e Londres, Continuum, 1999.

POULAT, Émile, *Catholicisme, Démocratie et Socialisme. Le mouvement catholique et Mgr. Benigni de la naissance du socialisme à la victoire du fascisme*, Tournai, Casterman, 1977.

POULAT, Émile, *Aux Carrefours Stratégiques de l'Église de France XXe Siècle*, Paris, Berg International, 2009.

RÉMOND, René, *Religion et Société en Europe. Essai sur la sécularisation des sociétés européennes aux XIX et XX siècles (1789-1998)*, Paris, Éditions du Seuil, 1998.

STERNHELL, Zeev, SZNADJER, Mario; ASHÉRI, Maïa, (Dir.), *Nascimento da Ideologia Fascista*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.

TRANIELLO, Francesco, *Religione cattolica e Stato nazionale. Dal Risorgimento al secondo dopoguerra*, Bolonha, Il Mulino, 2007.

TRANIELLO, F., Guerriero, E., Guasco, M., (a cura di), *I cattolici nel mondo contemporaneo (1922-1958)*, Cinisello Balsamo, Edizioni Paoline, 1991.

TRANVOUEZ, Yvon, *Catholiques d'abord. Aproches du mouvement catholique en France (XIX-XX siècle)*, Paris, Les Editions Ouvrières, 1988.

VAUSSARD, Maurice, *Histoire de la Démocratie chrétienne, France-Belgique-Italie*, Paris, Seuil, 1956.

WINOCK, Michel, *O Século dos Intelectuais*, Lisboa, Terramar, 2000.

### **3.Obras sobre História de Portugal desde a monarquia constitucional à implantação do Estado Novo**

ALEXANDRE, Valentim, *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, (Organização e introdução de), *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

AMARAL, Luciano (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011.

BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (Coordenação), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII e IX, Porto, Figueirinhas, 1999.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto Editores, 2010.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República: uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Séculos XIX e XX*, Porto, Inova, 1974.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890-1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)», in *Análise Social*, vol. XV, n.º 58, 1979, p. 373-392.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «The aesthetics of nationalism: literary modernism and political authoritarianism in the early 20<sup>th</sup> century», *Luso-Brazilian Review*, vol. 26, n.º 1, 1989, p.15-43.
- IDEM, *The demise of liberalism and the rise of authoritarianism in Portugal: 1880-1930: an inaugural lecture from the Department of Portuguese & Brazilian Studies*, Londres, King's College, 1993.
- CAMPINOS, Jorge, *A Ditadura Militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- CARDOSO, José Luís (Coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.
- CARVALHO, Rómulo, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASTRO, Armando, *o Pensamento Económico no Portugal Moderno (De fins do século XVIII a começos do século XX)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.
- CATROGA, Fernando Catroga, «Natureza e História na Fundamentação do Municipalismo. Da Revolução Liberal ao Estado Novo» in F. Ribeiro da Silva, M. Antonieta Cruz, J. Martins Ribeiro, H. Osswald, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante Editora, 2010.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *Política e Justiça na I República. Um regime entre a legalidade e a excepção, Vol. I: 1910-1915*, Lisboa, Letra Livre, 2011.
- COELHO, Alexandra Prado (et alt.), *25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 de Maio*, Lisboa, Público/Comunicação Social LDA, 2010.
- COSTA, Cunha e, *A Igreja Católica e Sidónio Pais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921.

- COSTA, Leonor Freire Costa, LAINS, Pedro, MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal. 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa, Portugália Ed., 1941.
- FARINHA, Luís, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República – Um Notável Rebelde*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009.
- FARIA, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O “Poder Oculto” do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto, 2010.
- FERREIRA, David, «Inquilinato», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, III, p. 551-552.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República/Dom Quixote, 2005.
- GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Vol. I, Lisboa, [s.n.] 1997.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Vol. II, Lisboa, Vega, 1989.
- LAINS, Pedro, *A evolução da agricultura e da indústria em Portugal, 1850-1913: uma interpretação quantitativa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990.
- LEAL, Ernesto Castro, «Partidos e Grupos Políticos na I República», João Medina (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. A República, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p.306-349.
- LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- LOFF, Manuel, «O Nosso Século é Fascista!», *O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008.
- LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- LOPES, Fernando Farelo, «A rendição da cultura liberal», *Análise Social*, n.º 64, 1980, p. 799-809.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e Ciência, 1981.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *Afonso Costa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1972.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.



- MARQUES, A.H. de Oliveira, *Estudos de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, (Coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
- MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998.
- MARTINS, Fernando Manuel Santos, *Pedro Theotónio Pereira: Uma Biografia (1902-1972)* [Tese de doutoramento], Évora, Universidade de Évora. Departamento de História, 2004.
- MATA, Maria Eugénia, «A política financeira» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.191-203.
- MATOS, Luís Salgado de, *Um “Estado de Ordens” contemporâneo – a organização política portuguesa*, 3 vols., Lisboa, [Tese de doutoramento], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- MATOS, Luís Salgado de, *Tudo o que sempre quis saber sobre a Primeira República em 37 mil palavras. As instituições políticas portuguesas do 5 de Outubro de 1910 ao 28 de Maio de 1926*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João, «Oh! A República!...» *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- MEDINA, João, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, *A República* (II), Amadora, SAPE, 2004.
- MEDINA, João, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIV, *A República* (III), Amadora, SAPE, 2004.
- MENDES, José M. Amado, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs. XIX-XX)» in *Revista de História das Ideias*, n.º 18, 1996, p. 187-230.
- MENESES, F. Ribeiro, «Intervencionistas e anti-intervencionistas» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.267-276.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, «A União Sagrada» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.277-286.
- MENESES, F. Ribeiro de, *Afonso Costa*, Lisboa, Editora Texto, 2010.
- MENESES, F. Ribeiro de, *Salazar. Uma Biografia Política*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.
- MENESES, F. Ribeiro de, OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.

NETO, Vítor, «Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira» in *Revista de História das Ideias*, vol. 10, 1988, p. 753-768.

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

PEREIRA, Joana Dias, «A ofensiva operária» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.421-440.

PERES, Damião, *História de Portugal. Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954.

PINTO, Ana Catarina, «A transformação política da República: o bloco radical» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.441-461.

PINTO, Ana Catarina, *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

PINTO, António Costa, «O Fascismo e a Crise da Primeira República: Os Nacionalistas Lusitanos (1923-1925)» in *Penélope, Fazer e Desfazer História*, n.º 3, Jun. 1989, p.43-62.

PINTO, António Costa, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PIRES, Ana Paula, «A economia de guerra: a frente interna» in Fernando Rosas, «A República e a Grande Guerra» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.319-347.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

PROENÇA, Maria Cândida, «A questão colonial» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.205-228.

QUEIRÓS, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Nova Ática, 2004.

RAMOS, Rui (Coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol VI., José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

RAMOS, Rui, «Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial» in Filipe Ribeiro de Menezes, Pedro Aires Oliveira (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p.81-109.

REGO, Raul, *História da República*, 5 vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987.

- REIS, António, «A Primeira República», José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 517-533.
- REIS, António, «Epílogo: o fim da Primeira República» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.571-582.
- REIS, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.
- REIS, Bruno Cardoso, «Da Nova República Velha ao Estado Novo (1919-1930). A procura de um governo nacional de Afonso Costa a Salazar» in Luciano Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.299-337.
- REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva história: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.
- ROBINSON, Richard, A.H., «Os Católicos e a Primeira República» in SEVERIANO, Nuno, PINTO, António Costa, *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 91 ss.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.
- ROQUE, João Lourenço, «Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX: imagens de sociabilidades», *Revista de História das Ideias*, 12, 1990, p. 301-337.
- ROSAS, Fernando, «A Crise do Liberalismo e as Origens do “Autoritarismo Moderno” e do Estado Novo em Portugal» in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro 1989, p. 97-114.
- ROSAS, Fernando, BRITO, Brandão (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vols. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo*, vol. VII, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1876). Ensaio Histórico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.
- ROSAS, Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal» in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.15-26.
- ROSAS, Fernando, «A República e a Grande Guerra» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.247-248.
- ROSAS, Fernando, HENRIQUES, Mendo, *1910 a duas vozes. Porque Venceu e Porque se Perdeu a I República? A Grande Ilusão – Um Ensaio sobre 1910*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010.

- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012.
- ROSAS, Fernando, GARRIDO, Álvaro, (Coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012.
- SÁ, Vítor de, *Liberais e Republicanos*, Lisboa, 1986.
- SÁ, Vítor de, «Projectos de reforma agrária na I República» in *Análise Social*, n.º 19 (77-78-79), 1983, p. 591-610.
- SAMARA, Maria Alice, «O impacto económico e social da Primeira Guerra em Portugal» in Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra. História das interpretações militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs XIX-XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 89-106.
- SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- SAMARA, Maria Alice, «O republicanismo» in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.61-77.
- SANTOS, Luís Aguiar, *Comércio e Política na Crise do Liberalismo. A Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime protecionista português, 1885-1894*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- SARDICA, José Miguel, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, ed. Cosmos, 1994.
- SARDICA, José Miguel, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005.
- SARDICA, José Miguel, *Da Monarquia à República. Pequena História Política, Social e Militar*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2011.
- SERRA, João B., «A evolução política (1910-1917)» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.93-128.
- SERRÃO, Joel, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Fernando Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano e PINTO, António Costa, *A Primeira República Portuguesa. entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «A República e a política externa» in Filipe Ribeiro de Menezes, Pedro Aires Oliveira (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p.23-33.
- TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- TELO, António José, «Compreender Sidónio» in *História*, 3.<sup>a</sup> série, n.º 9 (1998), p.11-25.
- TELO, António José, *Primeira República I. Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.
- TELO, António José, *Primeira República II. Como Cai um Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 2011.
- TENGARRINHA, José, «Poder Municipal/Poder Central: Do Liberalismo à República» in Maria da Graça A. Mateus Ventura (Coord.) *O Municipalismo em Portugal: 500 anos dos Forais Manuelinos do Algarve*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2007.
- TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República, Discurso de uma vida ou vida de um discurso*, selec. Imagens de Alexandre Ramires, s.l., Círculo de Leitores, s.d.
- TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço, (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, vol. V, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos. Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TRINDADE, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.
- VALENTE, Vasco Pulido, *As Duas Táticas da Monarquia perante a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, Moraes Editores, 1982.
- VALENTE, Vasco Pulido, *A “República Velha” (1910-1917). Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Portugal. Ensaios de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009.
- VAQUINHAS, Irene (Coord.), *A Época Contemporânea* in José Mattoso (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- VICENTE, Ana Cláudia, *A Introdução do Escutismo em Portugal, 1911-1942*, Lisboa, [Dissertação de mestrado policopiada], Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2004.
- WHEELER, Douglas L., «A Primeira República Portuguesa e a História», in *Análise Social*, vol. XIV (56), p.865-872.
- WHEELER, Douglas L. *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986.

WHEELER, Douglas L., *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2010.

#### **4. Estudos específicos sobre a questão religiosa entre os finais da monarquia constitucional e o Estado Novo, o Centro Católico Português e António Lino Neto**

ALVES, Adelino, *Centro Católico Português: a Igreja e a política*, Lisboa, Rei dos Livros, 1996.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização – Editora, 1970.

ALMEIDA, João Miguel, «António Lino Neto (1873-1961): Perfil de um parlamentar católico» in CEHR (org.), *António Lino Neto. Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Edições da Assembleia da República/ Texto Editores, 2009, p. 17-58.

ALMEIDA, João Miguel (coord.), *Da Monarquia à República. Cartas Portuguesas de Romolo Murri*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2010.

ALMEIDA, João Miguel, FERREIRA, António Matos (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2011.

ALMEIDA, João Miguel, “A «política por catolicismo» e catolicismo social de Joaquim Dinis da Fonseca”, António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2011, p.225-235.

ALMEIDA, João Miguel, «Organização do Centro Católico Português e sociabilidades religiosas dos centristas» in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2011, p.489-499.

ALMEIDA, João Miguel, «O Centro Católico Português e a revisão da Lei Moura Pinto (1919-1926): o debate interno na Igreja Católica» in *Lusitania Sacra*, Tomo XXIV, Julho-Dezembro 2011, p. 111-122.

ALMEIDA, João Miguel, LEITE, Rita Mendonça (Coord.), *António Lino Neto: Perfil de uma Intervenção Pública. Antologia de Textos (1894-1940)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011.

ALMEIDA, João Miguel, «As causas de um adversário católico da República: Fernando de Sousa (Nemo) in Maria Fernanda Rollo, *Congresso Internacional I República e Republicanismo – Atas*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 321-330.

ARAÚJO, António de, *Sons de Sinos. Estado e Igreja no advento do salazarismo*, Lisboa, Edições Tenacitas, 2009.

BARRETO, José, *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002.

CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.

CEHR (org.), ALMEIDA, João Miguel, FERREIRA, António Matos (coord.), *António Lino Neto, Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República/Texto Editores, 2009.

CLEMENTE, Manuel José Macário do Nascimento, *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal A Sociedade Católica (1843-1853)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993.

CLEMENTE, Manuel, *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*, Lisboa, Grifo, 2002.

CORREIA, Margarida Sérvulo, *O Caso de Barbacena. Um Pároco de Aldeia entre a Monarquia e a República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2013.

CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.

CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

CRUZ, Manuel Braga da, «Neto, António Lino» in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII, Suplemento F/O, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 600-601.

CRUZ, Manuel Braga da, *José Maria Braga da Cruz. O Combate de Uma Vida, 1888-1979*, Lisboa, 2004.

DOMINGUES, Fr. Bento, *A Religião dos Portugueses. Testemunhos do tempo presente*, Lisboa.Porto, Livraria Figueirinhas, 1988.

FAUSTINO, Carlos António, *D. Manuel Vieira de Matos: Vida e Obra*, Braga, Editorial A.O., 2007.

FERREIRA, António Matos, *A Igreja Católica em confronto com o liberalismo, separata das Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (8 a 13 de Julho de 2002)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2003, Vol. 3, p. 17-38.

FERREIRA, António Matos, *Cenário Ideológico na Implantação da República*, Separata de *Eborensia*, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano XVI, n.º31, 2003, p. 7-18.

FERREIRA, António Matos, *O Liberalismo no Cenário Europeu e a sua Implantação em Portugal*, Separata de *Eborensia*, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano XVII, n.º 33, 2004, p. 39-62.

FERREIRA, António Matos, *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2007.

GOMES, J. Pinharanda, *Os Congressos Católicos em Portugal [Subsídios para a História da Cultura Católica Portuguesa Contemporânea, 1870-1980]*, Lisboa, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984

GOMES, J. Pinharanda, *As duas cidades (Estudos sobre o Movimento Social Cristão em Portugal)*, Lisboa, Multinova, 1990.

- GOMES, J. Pinharanda Gomes, «D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914). Um esboço cronológico para servir à sua biografia» in *Theologica*, II Série, Vol. XLIII, 2008, p. 451-468.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, *Católicos e Política (1870-1910). O Pensamento e as Acções do Conde de Samodães*, Porto, Instituto Superior da Maia, 2004.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, «O Conde de Samodães e o discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo político» in *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> Série, 16, (2004), pp. 87-109.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autopsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar. A Instauração da Ordem*, Lisboa, Livros Horizonte, 2010.
- MARQUES, Tiago Pires, «Intervenções médico-legais de militantes católicos (c. 1880-c. 1920) – Em torno de Jerónimo da Cunha Pimentel e António Lino Neto» in António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Coord.), *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2011, p.213-224.
- MATOS, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*, Lisboa, D. Quixote, 2011.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A «Guerra Religiosa» na I República*, 2.<sup>a</sup> Edição revista e aumentada, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *Nas Trincheiras da Flandres. Com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- NETO, Vítor, «A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa» in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p.129-148.
- NETO, Vítor, *A Questão Religiosa no Parlamento*, Vol. I, (1821-1910), Lisboa, Assembleia da República/ Texto, 2010.
- PINTO, Sérgio Ribeiro, *Separação como Modernidade. Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e Modelos Alternativos*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa, 2011.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida, «Anteprojecto de um laicismo cristão» in *Revista Cultura – História e Filosofia*, vol. IV, 1985, p. 143-218.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida, *O Pensamento Social do Grupo Católico de “A Palavra” (1872-1923)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- REIS, Bruno Cardoso, «Os primeiros cinquenta anos de Fátima» in *História* (III Série), n. ° 29, Outubro 2000, p. 16-27.



REIS, Bruno Cardoso, PINTO, Sérgio Ribeiro, «República e Religião, ou a procura de uma Separação» in Luciano Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011, p.141-183.

REIS, Bruno Cardoso, «A Primeira República e o Vaticano (1919-1926): a sombra inglesa e o peso do império», in Filipe Ribeiro de Menezes, Pedro Aires Oliveira (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p.141-178.

PROENÇA, Maria Cândida, *A Questão Religiosa no Parlamento*, Vol. II, 1910-1926, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

SARDICA, «A “Questão Religiosa” durante a I República» in *História* (Nova Série), n.º 14, Maio 1999, p. 40-49.

SANTOS, Paula Alexandra Fernandes Borges dos, *A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974). Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos*, Lisboa, [Tese de doutoramento], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

SEABRA, João, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX. A Lei de Separação de 1911*, Cascais, Principia, 2009.

SEABRA, Jorge, AMARO, António Rafael, NUNES, João Paulo Avelãs, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Edições Colibri/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SILVA, Amaro Carvalho da, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910). Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

SILVA, Armando B. Malheiro da, «Os Católicos e a República Nova (1917-1918): Da “Questão Religiosa” à mitologia nacional» in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, Tomo VIII/IX, 1996/1997, p. 385-500.

SILVA, Armando B. Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo*, Vol I, *História de uma vida*, Vol. II, *História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

SILVA, Marco, *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto. Um católico militante entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

SIMPSON, Duncan, «A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar» in *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol.18, n.º1, 2012, p.89-110.

VILLARES, Artur, *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

VOLOVITCH, Marie-Christine, *Le Mouvement Catholique au Portugal a la Fin de la Monarchie Constitutionnelle (1891-1913). (Des dernières années de la monarchie à l'implantation de la République)*, Paris, [policopiado – tese de doutoramento], 1983.

VOLOVITCH, Marie Christine, *Quelques Aspects Importants du Catholicisme Social au Portugal entre 1890 et 1910*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1982.

VOLOVITCH, Marie Christine, «As Organizações Católicas perante o movimento operários em Portugal (1900-12)» in *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982-83.3.º 4.º5.º, p.1197-1210.

VOLOVITCH, Marie-Christine, *Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural Traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1985.

## **Anexos**

### **Anexo n.º1 – Soneto sobre a figura pública de António Lino Neto**

Uma alma de eleição

Ao meu ilustre conterrâneo

Sr. Dr. Lino Neto

Gigantesca figura de homem crente!  
Baluarte de fé, soldado forte,  
Mensageiro da vida e não da morte.  
Porque traz no seu peito o Deus Clemente!

Do “bom semeador” lança a semente,  
Percorrendo o país de Sul a Norte...  
Sendo tal a modéstia do seu porte,  
Que cativa o ateu irreverente!

Paladino da causa do Senhor,  
Movido pela fé e pátrio amor,  
Não fraqueja: trabalha sem cessar!

Ama os homens e só combate o erro;  
Sabe bem que esta vida é um desterro  
E que Jesus a todos quer salvar!

Cartaxo, Julho de 1922

Rita Costa

In *A Região* – 14 de Agosto de 1922.



## Anexo n.º2 – Caricaturas de António Lino Neto

### Caricatura 1 – *Correio da Manhã* e *Mundo*





Caricatura 2 - «Acepipes do Natal//A festa da família política»



### Caricatura 3 - «Sol e dó político»





Caricatura 4 – «Procurando acesso na celeste mansão... governamental»





Caricatura 5 – «Prontos para comer»

